PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA

Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

PRODUTO 3

Realização de Missões técnicas e Oficinas de Planejamento Territorial de fronteira do Arco Norte e Rondônia.

Execução: ibam

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

Produto 3

Realização de Missões técnicas e Oficinas de Planejamento Territorial de fronteira do Arco Norte e Rondônia

Outubro, 2025

Sumário

Apresentação **4**

Metodologia das Oficinas **5**

Preparação das Oficinas **5**

Desenho Metodológico **5**

Oficinas Territoriais - Rondônia **8**

Oficinas Territoriais – Amapá **111**

Oficinas Territoriais - Pará **182**

Oficinas Territoriais - Amazonas **278**

Oficinas Territoriais - Roraima **601**

Oficinas Territoriais - Acre **710**

Apresentação

Este documento consiste no terceiro produto do projeto Fronteiras da Amazônia – Arco Norte e Rondônia, referente à **"Realização de Missões técnicas e Oficinas de Planejamento Territorial de fronteira do Arco Norte e Rondônia"**. O trabalho está vinculado ao contrato N. 22400030, celebrado entre Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), cujo objeto é assessoria especializada para a elaboração dos Diagnósticos e Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIFFs) e apoio à estruturação dos Núcleos Estaduais de Fronteira do Arco Norte e Rondônia, sob coordenação do Ministério Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), a cargo da Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial (SDR/MIDR).

As missões técnicas foram realizadas entre os meses de março e abril de 2025, tendo como objetivos principais a apresentação do IBAM e do Projeto Fronteiras da Amazônia para representantes locais, em especial Governos do Estado e Prefeituras; Articulação com atores locais; Discussão de proposta para organização das Oficinas de Planejamento Territorial, a serem realizadas presencialmente; Levantamentos preliminares de temas prioritários na faixa de fronteira de cada estado. As missões técnicas envolveram visitas institucionais e visitas a algumas cidades gêmeas. Ao final dessas atividades, foram estabelecidos canais de interlocução com os governos estaduais para acompanhamento dos trabalhos e execução das oficinas em processo de cooperação. No caso do Amapá, não houve missão técnica inicial, pois o estado já tinha trabalho em andamento com o a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e buscou-se a articulação com a equipe de coordenação do projeto e com representantes do governo estadual para garantir o alinhamento entre ações.

As Oficinas de Planejamento Territorial foram realizadas entre os meses de agosto e setembro, de acordo com o quadro a seguir:

Estado	Local de Realização	Data
Rondônia	Guajará Mirim Cerejeiras	11/08/2025 14/08/2025
Amapá	Oiapoque	27/08/2025
Pará	Santarém Oriximiná	02/09/2025 04/09/2025
Roraima	Pacaraima Bonfim Boa Vista	09/09/20025 10/09/2025 12/09/2025
Amazonas	São Gabriel da Cachoeira Tabatinga	11/09/2025 24/09/2025
Acre	Brasiléia Cruzeiro do Sul	22/09/2025 25/09/2025

Metodologia das Oficinas

As oficinas foram conduzidas com base em princípios de escuta ativa, diálogo horizontal e valorização do conhecimento dos atores sociais, tendo como produto o conjunto inicial de ideias-força e ações para estruturação do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira de cada estado. Os resultados alcançados orientarão a construção de princípios, diretrizes e estratégias e da carteira de projetos, visando à implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Preparação das Oficinas

Entre os meses de março e abril de 2025, como já mencionado, a equipe de consultoria do IBAM realizou visitas aos estados que integram o trabalho e participou de diversas reuniões com atores locais (tanto dos órgãos públicos estaduais e municipais, como órgãos públicos federais com representação local, terceiro setor e movimentos sociais). A partir dessas conversas, foi possível aprofundar entendimentos sobre os contextos locais e criar espaços de colaboração para a etapa seguinte, de realização das oficinas. Também foi possível discutir alguns programas e projetos em andamento em cada estado, que compõe o mapeamento em elaboração.

Dada a complexidade e amplitude dos temas a serem trabalhados, foi proposta uma atividade preparatória para as oficinas, de modo que as discussões no evento presencial tivessem caráter mais propositivo do que de diagnóstico. Assim, a partir do que foi levantado no Produto 1 (Diagnóstico realizado com base em dados secundários) e através das visitas de campo, foi feito um exercício de identificação dos principais desafios e potencialidades em cada estado, com objetivo de consolidar material de fácil leitura que pudesse estimular a participação e abrir as discussões nas oficinas.

Como atividade preparatória, foi enviado junto ao formulário de inscrição prévia nas oficinas, um formulário apresentando os desafios e potencialidades e aberto a considerações e complementações. Na maioria dos casos houve algum tipo de contribuição, mas o mais importante desse instrumento foi antecipar os temas a quem participaria das atividades, ainda que os produtos consolidados no processo de trabalho estivessem disponíveis no site do projeto.

Desenho Metodológico

Objetivo: Promover o alinhamento interinstitucional e a escuta qualificada para subsidiar a elaboração dos Planos Estadual de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira e suas respectivas carteiras de projeto, considerando as especificidades territoriais conhecidas a partir do diagnóstico e reuniões realizadas *in loco* com distintos atores sobre a situação da fronteira.

Duração: 1 dia (8 horas).

Participantes: Órgãos federais, estaduais e municipais, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, terceiro setor, empresas e investidores, instituições de cooperação internacional.
Formato: Presencial, com momentos de exposição dialogada, em plenária e grupos de trabalho temáticos.

Divisão dos grupos: As atividades em grupo serão organizadas em 4 eixos temáticos: a) Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática; b) Infraestrutura para o Desenvolvimento; d) Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social; d) Integração Regional, Migrações e Segurança. O eixo relativo a Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais por se referir a um segmento social assume caráter transversal a todos os eixos, ainda que possam ser objeto de propostas específicas.

Proposta de programação:

8h30 – 9h	**Credenciamento**
9h – 9h30	**Boas-Vindas e Mesa de Abertura** - Fala de representantes institucionais
9h30 -10h10	**Contextualização do trabalho** - Exposição sobre os objetivos e dinâmica da oficina - Apresentação síntese de dados gerais - Destaque dos principais desafios e potencialidades da fronteira
10h10-10h20	**Intervalo/Coffee Break**
10h10-11h	**Plenária** - Discussão e complementação dos Desafios e Potencialidades
11h – 12h	**Síntese dos Desafios e Potencialidades por eixo temático**
12h – 13h30	**Almoço**
13h30-14h	**Exposição sobre a dinâmica de grupos**
14h – 16h	**Elaboração das Ações Prioritárias:** - Divisão dos participantes em grupos para discussão das propostas por eixos temáticos.
16h-16h20	**Intervalo/Coffee Break**
16h20-17h20	**Plenária de sistematização**
17h20-17h30	**Informes finais**
17h30	**Encerramento**

A programação de referência foi adaptada a cada oficina em razão das características específicas de cada local e do perfil dos participantes. As atividades em grupo, a princípio, seriam realizadas de acordo com os eixos temáticos que orientam o trabalho. Entretanto, em alguns casos houve aglutinação de temas para potencializar a participação.

Os eixos temáticos são:

- Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática;
- Infraestrutura para o Desenvolvimento;
- Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social;
- Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais;
- Integração Regional, Migrações e Segurança.

Ao final de cada oficina, foi disponibilizado um formulário no site do projeto para contribuições complementares, reconhecendo que a após a realização de uma atividade de imersão concentrada em um só dia, envolvendo diversos temas, pode suscitar reflexões posteriores.

O documento aqui apresentado está organizado por estado e, para cada estado, é apresentado o relato específico de cada oficina. Os relatos sistematizam discussões em plenárias, privilegiando sempre os conteúdos abordados, bem como os resultados dos trabalhos em grupo na forma como foram consolidados nas oficinas. É importante observar que nem sempre as ideias lançadas nos grupos podem ser traduzir em ações objetivas ou projetos propriamente. Mas muitas vezes, no entanto, refletem preocupações dos participantes das oficinas que podem orientar a formulação de diretrizes gerais ou específicas de cada estado. O trabalho de lapidação desses resultados na forma de diretrizes e carteira de projetos será desenvolvido na sequência e consolidado no Produto 4, que apresentará as versões preliminares dos PDIFFs do Arco Norte e Rondônia.

Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

Oficinas Territoriais

Rondônia

Execução: Realização:

1. OFICINAS TERRITORIAIS REALIZADAS EM RONDÔNIA

1.1. MISSÃO TÉCNICA PRELIMINAR

Em Rondônia, a missão técnica preliminar foi realizada no período de 14 a 17 de abril de 2025. As atividades ocorreram na cidade de Porto Velho, com apoio da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) do Governo do Estado de Rondônia, ao qual está vinculado o Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa da Fronteira de Rondônia (NEIFRO). Devido às condições logísticas, pela cheia do Rio Madeira, não foi possível realizar visita ao município de Guajará-Mirim, única cidade-gêmea de Rondônia. Desta forma, foi realizada uma reunião online com representantes da Prefeitura para apresentação do projeto. A agenda da semana foi organizada da seguinte forma:

PERÍODO	SEG 14/04	TER 15/04	QUA 16/04	QUI 17/04
Manhã	**11h** Reunião com SEPOG / NEIFRO	**8h** Reunião com a Frente Parlamentar Brasil-Bolívia	**9h** Reunião com a Prefeitura de Guajará-Mirim (online)	**9h** Reunião de encerramento e encaminhamentos SEPOG / NEIFRO
Tarde	**14h** Reunião com UNIR – GEPE-Fronteira	**15h** Reunião com os movimentos sociais e academia	**14h** Reunião com Prefeitura de Porto Velho **17h** Reunião com IBAMA e ICMBio	

Os relatos das atividades realizadas em Rondônia podem ser acessados no **Anexo 1** deste produto

1.2. DESAFIOS E POTENCIALIDADES

A partir do diagnóstico técnico e das reuniões realizadas com representantes locais no âmbito das missões técnicas, foi elaborado uma síntese de principais desafios e oportunidades identificados no estado. O material elaborado foi levado para as oficinas de planejamento territorial e disponibilizado aos participantes, a fim de gerar insumos para o debate nas atividades

Eixo Temático 1: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Principais desafios

- **Crimes ambientais persistentes:** áreas protegidas como Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Comunidades Quilombolas estão vulneráveis à grilagem, desmatamento e exploração predatória de recursos.
- **Avanço da fronteira agropecuária sobre áreas protegidas:** especialmente no Cone Sul e na BR-429, com pressão sobre áreas protegidas e de produção familiar e intensificação de conflitos fundiários.
- **Intensificação dos eventos climáticos:** Rondônia enfrenta riscos climáticos associados a inundações, enxurradas e eventos de seca. Municípios como Guajará-Mirim, Pimenta Bueno e Porto Velho são classificados com risco alto para inundações e enxurradas
- **Baixa capacidade institucional para gestão de riscos climáticos:** de acordo com os critérios do PPA 2024–2027 e do ICM/SEDEC (2025), Alto Alegre dos Parecis, Alta Floresta D'Oeste, Governador Jorge Teixeira e Nova Brasilândia do Oeste são municípios prioritários para ações de prevenção de desastres.
- **Emissões de gases de efeito estufa:** a principal fonte de emissões nos municípios de fronteira é do setor de "mudança de uso da terra e florestas", principalmente por conta de desmatamento expansão de pastagens. Observa-se ainda uma tendência de crescimento das emissões do setor agropecuário, que já se consolida como a segunda principal fonte de GEE em todos os municípios fronteiriços.

Principais potencialidades

- **Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Territórios Quilombolas recobrem mais da metade da faixa de fronteira do Estado de Rondônia (55,4%):** oferecendo bases para ações integradas de gestão territorial e proteção dos ecossistemas decorrentes da ocupação por comunidades tradicionais.
- **Política Estadual de Governança Climática e Serviços Ambientais (Lei nº 4.437/2018)** oferece diretrizes para fortalecer ações de planejamento territorial, preservação ambiental e adaptação climática no estado.
- **Criação do Comitê Permanente de Gestão para Adaptação e Enfrentamento às Mudanças Climáticas (2024)** amplia a capacidade institucional do estado para coordenar ações preventivas e aprimorar práticas de governança ambiental.

Eixo Temático 2: Infraestruturas para o desenvolvimento

Principais desafios

- **Falta de investimentos no setor de carga e transporte fluvial,** como modernização das instalações portuárias, segurança e estruturação para a sazonalidade do volume hídrico, limita o potencial econômico da região.
- **Malha viária insuficiente e de baixa qualidade,** associada à precariedade dos portos fluviais e à frágil integração entre modais, o que compromete a logística, eleva os custos e dificulta a circulação de bens, serviços e pessoas.
- **Falta de infraestrutura básica em comunidades rurais e tradicionais,** com ausência ou precariedade nos serviços de energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e conectividade digital, impactando diretamente a qualidade de vida e a viabilidade das atividades produtivas.
- **Construção da ponte de integração entre Guajará-Mirim (BR) e Guayaramerin (BOL),** em especial quanto a potenciais impactos na questão da segurança e desenvolvimento urbano de Guajará-Mirim.

Principais potencialidades

- **Localização geográfica estratégica do estado:** o que favorece sua ascensão logística - ferroviária e hidroviária - para rotas de integração Sul-Americana.
- **Construção da ponte de integração entre Guajará-Mirim (BR) e Guayaramerin (BOL),** em especial quanto a potenciais impactos positivos na integração transfronteiriça.
- **Presença de rios navegáveis**, que, se modernizados, podem reduzir custos logísticos e melhorar a integração dos mercados regionais.
- **RO tem autossuficiência energética que representa ⅓ da produção da Região Norte,** e se destaca pela diversidade de fontes (Usinas Hidrelétricas, Fotovoltaicas, Termelétricas, Barragens, Pequenas Centrais Hidrelétricas e Centrais Geradoras Hidrelétricas).

Eixo Temático 3: Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

Principais desafios

- **Uso extensivo da terra e avanço da pecuária e da soja:** especialmente no Cone Sul e na BR-429, pressionam áreas sensíveis, acirram os conflitos fundiários e comprometem a diversificação produtiva.
- **Estruturação de cadeias produtivas sustentáveis:** dificuldades no beneficiamento, escoamento e comercialização de produtos, além de necessidade de ampliação de assistência técnica e extensão rural**,** o que limita a geração de valor, a adoção de práticas agroecológicas e o fortalecimento dos sistemas produtivos sustentáveis.
- **Ausência de formalização de acordos comerciais com a Bolívia**, limitando oportunidades para expansão dos mercados regionais.
- **Desigualdade na distribuição da atividade turística**, concentrada em Porto Velho, enquanto os demais municípios carecem de infraestrutura para desenvolvimento dessa atividade.
- **Carência de dados atualizados e sistematizados** sobre as atividades produtivas de base comunitária e seus impactos socioambientais dificulta a formulação de políticas públicas eficazes.

Principais potencialidades

- **Diversidade de produtos da sociobiodiversidade, como castanha, borracha nativa, açaí, copaíba e andiroba,** com alto potencial para mercados alimentícios, cosméticos, medicinais e artesanais, fortalecendo a bioeconomia regional.
- **Adoção crescente de Sistemas Agroflorestais (SAFs)** e outras técnicas de manejo sustentável, que contribuem para a restauração ambiental, a geração de renda e o fortalecimento de cadeias produtivas alinhadas à conservação.

Eixo Temático 4: Povos indígenas e comunidades tradicionais

Principais desafios

- **Expansão da Amacro**, região que abrange Rondônia, Acre e Amazonas conhecida como 'fronteira do desmatamento', representa uma ameaça para os territórios tradicionais, devido à pressão da agricultura extensiva, da mineração e do desmatamento.
- **Desafios crescentes relacionados à escassez hídrica**, especialmente durante os períodos de estiagem severa, com impactos diretos na saúde, na segurança alimentar e na sustentabilidade dos modos de vida tradicionais.
- **Implementação ainda incipiente de políticas educacionais específicas para povos indígenas**, incluindo a formação de professores indígenas e a valorização dos saberes tradicionais, compromete o acesso a uma educação adequada desses povos.

Principais potencialidades

- **Existência de redes articuladas de povos indígenas e comunidades tradicionais:** o que oferece base concreta para modelos de governança territorial participativos e sustentáveis
- **Fortalecimento da autonomia alimentar das comunidades tradicionais**, por meio de práticas agrícolas sustentáveis e da valorização de conhecimentos ancestrais, que asseguram segurança alimentar e resiliência territorial.

Eixo Temático 5: Integração Regional, Migrações e Segurança

Principais desafios

- **Porosidade da fronteira com a Bolívia**, somada à ausência de uma política binacional estruturada, favorece o tráfico de drogas, armas e o fluxo irregular de pessoas, além de limitar oportunidades comerciais e de cooperação regional.
- **Violência associada a conflitos fundiários e crimes ambientais**, como desmatamento ilegal e exploração madeireira clandestina, especialmente em Alta Floresta d'Oeste, Corumbiara e Campo Novo de Rondônia.
- **Crescimento do fluxo migratório**, em especial de venezuelanos e haitianos, tem ampliado a demanda por serviços públicos locais evidenciando a necessidade de políticas mais robustas de inclusão e acesso a direitos.
- **Presença do Estado:** há necessidade de maior efetivo de servidores e de integração entre os órgãos e esferas do governo atuantes nas fronteiras, além do desafio da baixa capacidade institucional de gestão ambiental e urbana**.**

Principais potencialidades

- **Atuação do Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (Neifro),** como espaço estratégico de articulação de ações para desenvolvimento, segurança e integração regional.
- **Parcerias e cooperação transfronteiriça em construção entre Rondônia, Bolívia e organizações internacionais,** com experiências positivas em temas como sanidade animal (combate à febre aftosa), segurança e comércio, que podem ser ampliadas para outros setores.
- **Política estadual para acolhimento de migrantes estruturada,** com destaque para a Central do Imigrante, em Porto Velho, que oferece serviços de documentação, orientação e apoio à integração social, servindo como referência para fortalecimento dessa agenda na faixa de fronteira.
- **Perfil migratório com crescente diversidade de nacionalidades,** o que pode ampliar as possibilidades de fortalecimento de políticas públicas para integração multicultural, inclusão social e dinamização econômica.

Com o objetivo de contribuir com as Oficinas, foi enviado previamente um formulário aos atores convidados para as atividades, a fim de colher considerações, contribuições ou correções dos participantes sobre os principais desafios e potencialidades da região. Os participantes apontaram as seguintes complementações:

Complementação dos Principais Desafios:

"Precisamos trabalhar as Rotas de integração Sul-Americana: Rota 3 - Quadrante Rondon."
"Creio que as reservas deveriam ter um meio de acesso estratégico terrestre ou fluvial regulamentado, para que principalmente as instituições de preservação e/ou segurança tenham maior acessibilidade e controle do ambiente".
"A maior preocupação são avanços das agropecuárias nas divisas da Terra Indígena/ Avanço de crimes ambientais nas reservas indígenas"
"Necessidade de Proteção territorial das Terras Indígenas da fronteira".
"Avanço de crimes ambientais nas reservas indígenas".

Complementação – Principais Potencialidades

"Incentivo à produção de artesanatos indígenas"
"Trabalhar a partir do conjunto de eixos citados acima, garantirá aos participantes, melhor desempenho e entendimento das causas, que aplicado garanti a preservação e proteção de nossas florestas e Povos que nela habitam".

1.3. OFICINAS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

As oficinas de Rondônia foram realizadas nas seguintes datas e locais:

Município	Data	Locais
Guajará-Mirim	11 de agosto de 2025	Auditório da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) - BR 425 km 2,5 - Bairro Jardim das Esmeraldas
Cerejeiras	14 de agosto de 2025	SEMAS - Rua Panamá, 950 - Bairro Primavera

OFICINA EM GUAJARÁ-MIRIM

A oficina contou com a participação de diversos atores do município, da região e do estado, entre eles representantes de movimentos sociais indígenas e extrativistas, produtores rurais, setor empresarial, universidade, segurança e poder público. O espaço escolhido para a atividade foi a UNIR, cuja infraestrutura, com auditórios e salas adequadas, favoreceu a organização e o desenvolvimento das discussões em grupo.

Número de participantes: 83 participantes (A lista de presença dos participantes consta no **Anexo 2** deste produto)

Mediadores do IBAM:

- Jessica Ojana – Assessoria Técnica do IBAM, Coordenadora Técnica do Projeto Fronteiras da Amazônia
- Louise Storni – Assessoria Técnica do IBAM
- Edjales Brito – Consultor Local do IBAM em Rondônia

Mediadores externos:

- Larissa Peniche - Consultora Técnica do MIDR
- Wallace Vitor - Consultor Técnico do MIDR
- Everaldo Pereira Filho – Assessor Técnico GSI/PR, da Coordenação de Assuntos de Fronteira, Coordenador do GT Enafron
- Hugo Freitas – Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)

Relato da Plenária inicial – Abertura e discussão e complementação dos Desafios e Potencialidades

A sessão foi aberta pela representação do IBAM, que convidou para compor a mesa representantes do governo federal, estadual e municipal, os quais destacaram a importância da parceria e suas expectativas em relação ao trabalho. Também participaram da mesa

representantes das forças armadas, da APROSOJA, da Associação Primavera Extrativista - Resex do Rio Pacaás Novas e Resex Barreiro das Antas - e da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Em seguida, foram apresentados dados do diagnóstico sobre a situação da Faixa de Fronteira de Rondônia, conforme documentado no Produto 1 da consultoria, abrindo-se espaço para complementações com foco nos desafios e potencialidades identificados. A apresentação pode ser consultada no **Anexo 3** deste relatório.

A plenária destacou a diversidade de realidades dentro do estado e a necessidade de planejar políticas públicas adaptadas a cada região, no contexto da Faixa de Fronteira. Foram abordados projetos estruturantes, como a construção da ponte binacional entre as cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerín. Em uma das falas, também foi citada a instalação do Centro de Clima e Saúde em Rondônia, vinculado à Fiocruz e encomendado pelo Ministério da Saúde, com capacidade para traçar estratégias na área da saúde na perspectiva de mitigação e adaptação às mudanças climáticas no estado e que deve integrar o legado da COP30.

Foi reforçada a singularidade de Guajará-Mirim dentro do estado de Rondônia, destacando que a região é historicamente estratégica, tendo sido determinante para a definição do território nacional em tratados geopolíticos e na construção de marcos como o Forte Príncipe da Beira e a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Na perspectiva do desenvolvimento, algumas falas reforçaram o papel da produção econômica para garantir o sustento local. Em uma delas, foi levantado que a soja já é uma realidade em todos o estado e que vem utilizando áreas de pastagem degradadas. Foram sinalizadas que há ações em andamento voltadas ao desenvolvimento sustentável e que dialogam com o projeto como o uso de bioinsumos da soja. Nesse ponto, também se destacou a relevância e necessidade de revisão do zoneamento socioeconômico e ecológico, considerado uma demanda prioritária para o estado, uma vez que a ausência de sua atualização há mais de duas décadas compromete o ordenamento territorial e perspectivas de desenvolvimento.

Por outro lado, foi argumentado que o desenvolvimento sustentável deve ser compreendido de forma ampla, integrando as dimensões econômica, social e ambiental, sem que uma inviabilize a outra. Enfatizou-se que por muito tempo as políticas de desenvolvimento de Rondônia foram voltadas para apenas um setor e que é preciso diversificar economicamente. Na mesma fala foi reforçado que a região precisa de desenvolvimento produtivo, infraestrutura e geração de renda, mas que isso deve ser feito em equilíbrio com a conservação ambiental e o respeito às populações tradicionais. Destacou-se as limitações de apoio à agricultura familiar e de estruturação de cadeias estratégicas como o cacau e a castanha-do-Brasil, enquanto países vizinhos, como a Bolívia, já avançam em certificações internacionais e práticas que garantem maior competitividade.

No campo socioambiental, discutiu-se o potencial turístico e econômico das unidades de conservação e reservas extrativistas, ressaltando que elas não devem ser vistas como obstáculos, mas como oportunidades de desenvolvimento sustentável. Outro ponto abordado foi a questão das infraestruturas de conexão das comunidades tradicionais. Apontou-se que, por conta da intensificação dos eventos climáticos como as secas mais frequentes, trajetos que poderiam ser percorridos em poucas horas demoram um dia inteiro de viagem por falta de estradas, dificultando não apenas o deslocamento cotidiano, mas também o atendimento de emergências. Assim, a melhoria da infraestrutura de transporte terrestre foi relatada como uma necessidade que se relaciona diretamente à saúde, à segurança e ao bem-estar e que deve ser discutida e planejada junto às populações tradicionais.

Também se destacou a necessidade de construir um arcabouço legal adequado para Guajará-Mirim, incluindo a elaboração do Plano Diretor que o município não tem, a fim de preparar a cidade para os impactos de grandes obras de infraestrutura com a da construção da ponte. Ressaltou-se o papel estratégico de Guajará-Mirim como entreposto comercial e ponto do corredor bioceânico para o escoamento de grãos e a importância da integração de com a cidade gêmea boliviana, Guayaramerín, ao mesmo tempo em que se alertou para os desafios relacionados ao aumento da criminalidade.

Foi mencionada a retomada do programa Territórios da Cidadania na região e informado que no mês de setembro seria realizada a Conferência Territorial Madeira Mamoré, reunindo produtores rurais, representantes de comunidades tradicionais, movimentos sociais e autoridades onde serão discutidas questões relacionadas a do projeto Fronteiras, como temas sustentabilidade, bioeconomia e combate às mudanças climáticas. Nesta fala, reforçou-se a importância de discutir um plano de emergência para as comunidades tradicionais, especialmente por conta da questão da água e destacada a importância da implementação e diálogo entre os planos, especialmente integrados ao PPA, evitando repetições de diagnósticos sem efetividade.

Um dos participantes levantou a possibilidade de reavaliar o modelo de gestão de determinadas áreas, como o Parque Estadual de Guajará-Mirim, transformando-o em uma categoria de uso sustentável. Na visão do participante, esta mudança permitiria conciliar conservação ambiental com presença comunitária, fortalecendo o papel das populações locais como guardiãs do território. Complementando esta fala, foi apontado que para o parque citado esta solução poderia ser estudada, porém que outras áreas de proteção integral devem mante essa categorização pelo papel ambiental que cumprem. Neste sentido, sugeriu-se integrar a criação de um mosaico de áreas protegidas, reunindo terras indígenas, unidades federais e estaduais, de modo a favorecer uma governança mais articulada entre os órgãos que atuam nessas áreas.

Outro tema abordado foi o papel do Núcleo Estadual de Fronteira, ressaltando sua atuação, mas também a necessidade de maior legitimidade para interlocução com países vizinhos junto ao Itamaraty. Defendeu-se a necessidade de articulação de políticas junto com a Bolívia

em áreas como pesquisa, saúde, educação e desenvolvimento econômico, apontando a questão do defeso — existente no Brasil, mas não na Bolívia - como exemplo da necessidade de maior alinhamento e o estabelecimento de parcerias.

No campo da segurança e infraestrutura, abordou-se o aumento da criminalidade em áreas rurais e urbanas, além de preocupação com o aumento dos riscos de segurança associados ao aumento do fluxo de pessoas e veículos com a construção da ponte. Foram mencionadas ainda carências de hospital de grande porte, aeroporto de pequeno porte para emergências e melhorias no anel viário. Alertou-se ainda sobre os riscos da retomada da mini hidrelétrica do Ribeirão sem pesquisas e consultas adequadas.

Discutiu-se ainda que os órgãos não vão conseguir resolver os problemas de desenvolvimento sustentável de modo isolado, que há necessidade de maior cooperação institucional. Destacou-se que os problemas hídricos da região se devem a questões históricas de gestão e preservação das bacias e nascentes e não apenas agravadas com as mudanças climáticas. Foi colocada ainda a importância da regularização fundiária da região para se avançar no ordenamento territorial e consequentemente em propostas de fomento a atividades produtivas sustentáveis. Ainda que não haja representação local na região de Guajará, foi informado que a EMBRAPA tem realizado pesquisas na região, tendo como referência as pesquisas com a castanha.

Outro ponto abordado foi a perda populacional de Guajará-Mirim, o que também se reflete também na permanência de servidores locais. Foi feito um alerta sobre a escassez de servidores federais em especial na área de educação e sugeridos incentivos, como o adicional de fronteira, tendo como exemplo a experiência de órgãos de fiscalização e segurança que recebem adicional por atuarem em regiões de difícil provimento. Foi destacado que os profissionais da educação superior também estão na fronteira e lidam diretamente com pesquisa e desenvolvimento, o que essencial para a discussão.

Em resumo, o tom geral da plenária apontou para a urgência de alinhar desenvolvimento econômico, proteção ambiental, integração fronteiriça e fortalecimento institucional, garantindo que a região de Guajará-Mirim seja incluída de forma estratégica nas políticas nacionais e internacionais propostas, sem perder de vista a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Discussão em grupos – Formulação de Ações Prioritárias

No período da tarde, os participantes foram organizados em cinco grupos, com base nos cinco eixos de trabalho. A seguir apresenta-se a sistematização das propostas de ação trabalhadas por cada grupo.

Eixo 1 - Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Programa de capacitação integrada de servidores (órgãos ambientais e de fiscalização)	Município de Guajará-Mirim	Órgão de Controle ambiental
Criação do mosaico de áreas protegidas	Município de Guajará-Mirim e Nova Mamoré	SEDAM - RO, ICMBIO, FUNAI Prefeituras de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, Comunidades indígenas e tradicionais
Criação de Plano Regional de Preservação do solo e recuperação de pastagens	Toda a Faixa de Fronteira	SEDAM – RO, IDARON, EMATER, EMBRAPA-RO, FAPERON, Associações de Produtores, Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Rondônia (OCB-RO)
Conservação e recuperação do corredor ecológico binacional Guajará/Iténez-Mamoré	Região de Guajará-Mirim e Guayaramerin	Itamaraty (comitê governos Brasil/ Bolívia) e respectivos órgãos ambientais dos dois países
Operacionalização do Centro de Zoonoses Guajará-Mirim	Município de Guajará-Mirim	Prefeitura e Câmara de Vereadores de Guajará-Mirim
Elaboração do Plano Diretor Guajará-Mirim	Município de Guajará-Mirim	Prefeitura e Câmara de Vereadores de Guajará-Mirim
Criação de uma Brigada de Incêndio integrada Brasil-Bolívia	Fronteira Brasil/Bolívia	Órgãos ambientais dos dois países Brasil/ Bolívia - departamento do Bêni

Eixo 2 - Infraestrutura para o Desenvolvimento

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Construção de acessos terrestres às comunidades tradicionais para garantia de fornecimento de suprimento, serviços básicos essenciais e situações emergenciais de saúde.	Pacaás Novos; Rio Negro; Distrito de Surpresa	ICMBio, FUNAI, IBAMA, SEDAM, SEMAGRIC, Prefeitura municipal, Povos Tradicionais/ Originários.
Implantar o programa "Luz para Todos" através de energia elétrica de rede hidrelétrica após viabilização terrestre para as comunidades tradicionais	Pacaás Novos; Rio Negro; Distrito de Surpresa	MME, Energisa, FUNAI, ICMBio, IBAMA, Comunidades tradicionais
Criação de uma unidade integrada de fiscalização federal e estadual na dependência da Ponte Binacional (com representações da Polícia Federal, PRF, Justiça Federal, Exército, Anvisa)	Guajará Mirim (e relação com Guayaramerín)	Órgãos de fiscalização e segurança; Empresas.
Adequação e modernização do aeroporto internacional de Guajará-Mirim ao padrão INFRAERO, considerando os novos fluxos da ponte binacional.	Guajará Mirim; Nova Mamoré; Vale do Mamoré	INFRAERO; Município de Guajará; Ministério dos Transportes
Ampliação da infraestrutura da Universidade Federal e do Instituto Federal de Rondônia (Campus GM) para implantação de novos cursos estratégicos, visando a construção da ponte binacional e setores industriais e logísticos na região.	Guajará Mirim; Nova Mamoré; Guayaramerín; Riberalta	UNIR; IFRO; MEC; Município de Guajará
Ampliação/modernização do porto de carga e transporte fluvial.	Guajará Mirim; Nova Mamoré; Guayaramerín	Ministério de Transportes, Capitania dos Portos, Órgãos de controle aduaneiro
Ordenamento territorial, em especial a qualificação da orla de Guajará (uma área da união).	Área urbana de Guajará-Mirim	Prefeitura de Guajará-Mirim, Governo do Estado de Rondônia
Investir na implantação de infraestruturas de saneamento básico.	Região do Vale do Mamoré	-

Eixo 3 - Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Programa estadual de fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade que atenda às especificidades regionais	Todos os Municípios de fronteira	Povos e comunidades tradicionais (agricultores, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas)
Recuperação e manutenção de nascentes		
Implantação de verticalização e centro de comercialização		
Ações de Capacitação e fortalecimento da organização social dos produtores		
Programa estadual de prevenção e combate às queimadas		
Adaptar a inspeção sanitária à realidade local (bioeconomia) – vigilância, SIM e certificação		
Facilitar o acesso a crédito		
Fortalecer a assistência técnica e extensão rural (pública): gestão, produção, beneficiamento e comercialização		
Criar programa de bioinsumos, com tecnologia e inovação		

Eixo 4 - Povos indígenas e comunidades tradicionais

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Implementação dos PGTAs, PGTAQs e Planos de Manejos	Terras indígenas Comunidades Ribeirinhas Quilombolas Unidades de conservação de uso sustentáveis	Povos indígenas e comunidades tradicionais
Promover o desenvolvimento organizacional e institucional da base		
Respeito aos protocolos de consultas		
Fomento das cadeias produtivas a partir dos saberes tradicionais		
Redução de danos na saúde sob a ótica indígena: proteção, prevenção e tratamento		
Fortalecimento da proteção territorial		

Eixo 5 - Integração Regional, Migrações e Segurança

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Acompanhamento da Fronteira com controle binacional (com infraestrutura pessoal, em atenção ao marco legal em relação as migrações).	Município de Guajará-Mirim e região	Órgãos de segurança e fiscalização nos diferentes níveis de governo
Reforçar atuação do NEIFRO como articulador para ações de desenvolvimento, segurança, integração regional/nacional		
Construção de protocolos e mesas de negociações com a Bolívia nas áreas de controle sanitário, comércio e imigração (inclusive nas áreas urbanas)		
Ampliar e aprimorar a cooperação internacional nos temas de defesa, segurança pública e fiscalização, educação e trabalho.		
Buscar aproveitamento do ingresso da Bolívia no Mercosul		

Relato da Plenária final da oficina de Guajará-Mirim:

O debate final dos grupos abordou a importância de iniciativas de conservação ambiental, projetos de infraestrutura e integração regional na fronteira Brasil-Bolívia. No grupo de Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária, Gestão Ambiental e Climática destacou-se propostas como a criação do mosaico de áreas protegidas da região e a conservação do corredor ecológico binacional Guaporé/Itenez-Mamoré. Destacou-se também a criação de uma Brigada integrada entre Brasil-Bolívia, visando o combate às queimadas na região de fronteira dos dois países. Foram destacados ainda a necessidade de capacitações e diálogos entre órgãos ambientais nos diferentes entes federativos, promovendo a educação ambiental e a gestão de unidades de conservação de forma integrada.

No eixo de infraestrutura, as discussões envolveram propostas considerando o cenário de construção da ponte binacional. Considerando a chegada da ponte e o possível crescimento populacional em função das obras, foi levantada a necessidade de melhoria de outras infraestruturas como a ampliação e modernização de portos e do aeroporto de Guajará-Mirim. Destacou-se ainda a necessidade de ampliação das infraestruturas das unidades de ensino superior (Universidade Federal de Rondônia – UNIR e Instituto Federal de Rondônia – IFRO) pensando na oferta de novos cursos que possam qualificar a mão-de-obra local. Destacou-se também a importância da atualização de instrumentos de planejamento territorial do município, considerando o crescimento populacional, em especial o Plano

Diretor. Também a questão do saneamento básico foi abordada, destacando a necessidade de elaboração do plano e de se priorizar investimentos em infraestruturas básicas.

O grupo de Fomento as atividades produtivas sustentáveis e inclusão social ressaltou a necessidade de um programa estadual de fortalecimento das cadeias produtivas da sociodiversidade que respeite as especificidades regionais de Rondônia. Entre as principais ações propostas estão a ampliação da assistência técnica, incluindo apoio em gestão, beneficiamento e comercialização, além do acesso facilitado ao crédito, considerando as dificuldades enfrentadas por agricultores familiares e comunidades tradicionais em especial com relação à regularização. Também foi ressaltada a importância da capacitação técnica, assim como a adaptação das normatizações sanitárias para a realidade local, de modo a favorecer a bioeconomia e a comercialização de produtos. Outras propostas abordaram a necessidade de organização e associação dos produtores, criação de programas voltados a bioinsumos e verticalização da produção. Foi proposto o estudo de centros de armazenamentos temporários que pudessem abrigar os produtos da bioeconomia. Também se defendeu ações de prevenção e combate às queimadas, recuperação de mananciais e nascentes, além de medidas de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, que impactam diretamente as comunidades mais vulneráveis. O grupo chegou a discutir cadeias específicas com a castanha, a mandioca, o açaí e o mel

Quanto ao eixo de integração regional e segurança, foram propostas ações de cooperação internacional para fiscalização migratória, controle sanitário e fortalecimento de protocolos de atuação conjunta com órgãos federais e locais, incluindo monitoramento de saúde e fiscalização de circulação de mercadorias nas fronteiras.

Finalmente, o debate ressaltou a importância da participação de povos indígenas, comunidades tradicionais como as populações extrativistas na implementação de políticas de desenvolvimento sustentável, garantindo a gestão integrada das áreas de fronteira.

Registros Fotográficos da Oficina de Guajará-Mirim:

Mesa de abertura e Coffee-break

Debates – grupos temáticos

Registro Final da atividade

Fotos: IBAM e Cristian Alves/Agevisa-RO

OFICINA EM CEREJEIRAS

A oficina contou com a participação de diversos atores do município, da região e do estado, entre eles representantes do setor produtivo, produtores rurais, segurança e poder público. A atividade ocorreu na Secretaria Municipal de Assistência Social de Cerejeiras (SEMAS).

Número de participantes: 66 participantes

Mediadores do IBAM:

- Jessica Ojana – Assessoria Técnica do IBAM, Coordenadora Técnica do Projeto Fronteiras da Amazônia
- Louise Storni – Assessoria Técnica do IBAM
- Edjales Brito – Consultor Local do IBAM em Rondônia

Mediadores externos:

- Larissa Peniche - Consultora Técnica do MIDR
- Wallace Vitor - Consultor Técnico do MIDR
- Everaldo Pereira Filho – Assessor Técnico GSI/PR, da Coordenação de Assuntos de Fronteira, Coordenador do GT Enafron
- Hugo Freitas – Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)

Relato da Plenária inicial – Abertura e discussão e complementação dos Desafios e Potencialidades

Considerando as características do espaço disponibilizado, a dinâmica da atividade foi adaptada. Num primeiro momento, o evento contou com uma mesa de abertura de falas institucionais. Em seguida, os grupos foram formados e levados para salas de aula onde puderam debater sobre os principais desafios e potencialidades elencados sobre o estado e à tarde, trabalharam na elaboração de ações prioritárias.

A sessão foi aberta pela representação do IBAM, que convidou para compor a mesa representantes do governo federal, estadual e municipal, os quais destacaram a importância da parceria e suas expectativas em relação ao trabalho. Também participaram da mesa representantes do comando regional de Policiamento, da EMATER-Rondônia, da APROSOJA, da Sicoob Credisul Cerejeiras e Associação dos Produtores Rurais Boa Ventura.

Entre os principais pontos discutidos, foram levantadas questões sobre fortalecimento do crescimento econômico do Cone Sul. Foram citados investimentos em andamento como a construção de uma usina de etanol de milho em Cerejeiras e obras da Trans Rondônia, pelo governo do estado. Ao mesmo tempo em que foi citada a relevância da soja na economia do estado e especialmente na região, também foi abordado a importância da agricultura familiar em garantir a alimentação para as famílias, essencial para discussão de todos os cinco eixos que compõem o projeto.

A questão educacional também foi comentada. Foi ressaltado o atendimento da educação em diversos municípios do Cone Sul, o que inclui o atendimento de famílias bolivianas e indígenas nas escolas locais. Foi informado que há um atendimento direcionado, inclusive com a valorização da língua materna e a regularização documental, mostrando a relevância da educação como instrumento de integração e inclusão. Essa dimensão foi vista como fundamental para sustentar outros avanços no campo econômico e social.

A segurança também foi abordada como tema central e transversal. Foram lembrados os desafios históricos de fronteira, onde circulam drogas, armas e outros ilícitos, configurando uma verdadeira economia do crime. Nesse cenário, foi defendida a necessidade de atuação integrada do Estado, indo além da segurança pública e incluindo políticas de educação, saúde, moradia, desenvolvimento sustentável e outras para garantir de fato melhoria da qualidade de vida na região de fronteira.

Discussão em grupos – Formulação de Ações Prioritárias

No período da tarde, os participantes foram organizados em quatro grupos, a partir dos cinco eixos de trabalho. O grupo de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis discutiu conjuntamente o eixo de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais. A seguir apresenta-se a sistematização das propostas de ação trabalhadas por cada grupo.

Eixo 1 - Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Sistemas de georreferenciamento.- com Informações geográficas atualizadas do Conesul	- –	INCRA, IFARO, CREA, INPE, INTERON, AERON, (Modelo GEO Rondônia).
Transparência nos dados da atualização do Zoneamento Econômico-Ecológico-RO	Estado de Rondônia como um todo	SEDAM, Sindicato de Produtores Rurais, Associações dos Municípios.
Promover turismo sustentável, com avaliação das leis ambientais relacionadas a pesca	Pimenteiras do Oeste: Rios Guaporé, Santa Cruz, Cabixi, Escondido e Corumbiara	IBAMA, SEDAM
Produzir os Planos de manejo nas áreas de Unidade de Conservação e Terras Indígenas.	Terras Indígenas, Unidades de Conservação –	FUNAI, ICMBIO, SEDAM, SEFIN, SEMATUR.
Ampliação e fortalecimento dos viveiros de mudas nativas e arborização urbana	-	Secretarias de Meio Ambiente, Agricultura, Infraestrutura e Obras,

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
		SEDAM, EMATER BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL – BPA/RO.
Sistema de microbacias e barragens.	-	Produtores rurais, população urbana, órgãos de infraestrutura agricultura e obras
Recuperação de áreas urbanas degradadas: - avenidas, parques, praças, rios e nascentes.,	-	

Eixo 2 - Infraestrutura para o Desenvolvimento

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Requalificação da malha viária: (incluindo o mapeamento e estado das rodovias principais e alternativas com estudos de escoamento de vias e duplicação da BR 364 nos pontos críticos)	Todo o território de Rondônia	APROSOJA, AMA 605, MPA, Gov. Federal e Estadual e Municipal, seguradoras
Ampliação e modernização do aeroporto de Vilhena	Vilhena (atendendo cidades do Cone Sul e noroeste do Mato Grosso)	ANAC, Infraero, Gov. Federal e Estadual
Ampliação dos postos de controle/fiscalização viário e fluvial	Municípios de maior fluxo de grãos (ex: Colorado do Oeste, Vilhena, 435/421, BR 364, região de Vilhena, Ji-Paraná)	Polícia Federal, Rodoviária, MAPA, IDARON, Receita Federal
Criar estruturas de apoio ao turista (em especial na área de saúde, segurança, hospitais) para Turismo de pesca / ecoturismo	Pimenteiras do Oeste e Cabixi	TRADE Turístico das cidades/Prefeituras Pimenteiras e Cabixi
Investir na infraestrutura de saneamento em especial esgotamento sanitário / água potável	Todo o território de Rondônia	CAERD, SAAE, Prefeituras
Ampliar polos educacionais (ensino técnico e superior) para capacitação da população	Todo o território de Rondônia	IFRO, SENAC UNIR, (melhorias de estrutura/gestão dos campus)
Ampliar a capacidade de distribuição de energia	Região do Cone Sul	Energisa, Gov. Estadual

Eixo 3 - Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

Eixo 4 - Povos indígenas e comunidades tradicionais

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Políticas públicas de fomento às associações e cooperativas agropecuárias, como rede de produção e geração de renda, nos diversos sistemas de produção.	Estado de Rondônia, respeitando a especificidades de cada município de fronteira	Pequenos, médios e grandes produtores.
Fortalecimento em políticas de E.B.T.T. (Ensino Básico, Técnico e Tecnológico) com prioridade às necessidades locais.		Setores públicos e privados
Garantir a integridade das áreas protegidas por lei.		-
Ampliar, fortalecer e instituir como política pública contínua os Arranjos Produtivos Locais – APLs, em nível estadual.		-
Fortalecer a política de assistência técnica e extensão rural, inclusive voltadas aos povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas.		Produtores rurais, povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais.
Implementar políticas públicas de pagamento por serviços ambientais advindos do uso de recursos hídricos aos produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas.		Produtores rurais, povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais.
Conservação de microbacias hidrográficas.		-
Fomentar a economia criativa, fortalecendo o turismo com foco nas culturas locais.		-
Implementar políticas públicas de resgate, preservação e valorização das culturas dos povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas.		-
Criar o Instituto Rondoniense de Dados para produzir dados oficinas nos setores econômico, ambiental, educacional, segurança e governança.		-

Eixo 5 - Integração Regional, Migrações e Segurança

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Criar protocolos de acordos de cooperação internacional, nas áreas de segurança, comércio, saúde, migração, gestão ambiental e outras de interesse Regularização de documentação migratória/força tarefa permanente).	Municípios de fronteiras	Entes municipais, estaduais e federais de segurança e fiscalização
Aperfeiçoamento dos recursos de informação e tecnologias, voltados a inteligência e intercâmbio de informações e tecnologias		
Adorar práticas de controle integradas de fronteiras, ou retomar, a exemplo do GGIF		
Dotar o município e região do Cone Sul de meios técnicos, viaturas, armamentos, embarcações e pessoal, bem como readequação das instalações existentes e outras a serem adquiridas (ex: embarcação fluvial, reforma e ampliação da base de Pimenteiras do Oeste		
Treinamentos e aperfeiçoamentos técnicos em idiomas e culturas, para melhor formação dos profissionais da área de segurança		
Programa de atuação e estímulo para servidores das áreas de fronteira (municipal, estadual e federal)		
Estender o Plano de Segurança rural para as comunidades ribeirinhas nos municípios da região		
Atualizar práticas e doutrinas de segurança frente as tecnologias atuais		
Recompor quadros de segurança dos municípios (ex: médicos legistas, juízes, delegados, militares) para atendimento local		

Relato da Plenária final da oficina de Cerejeiras

O debate final dos grupos abordou a importância de iniciativas de aperfeiçoamento do uso de tecnologias e produção de dados sobre a Faixa de Fronteira de Rondônia, estruturação do turismo, segurança e integração na fronteira Brasil-Bolívia. Em relação ao eixo de ordenamento territorial e gestão ambiental, foram propostas medidas para conciliar desenvolvimento econômico e sustentabilidade, como a implementação de sistemas de georreferenciamento, com vistas a melhoria da regularização fundiária e acesso a crédito rural aos produtores. Destacou-se a necessidade de revisão participativa do Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) de Rondônia, a estruturação do turismo sustentável, incentivo à pesca esportiva no Rio Guaporé, elaboração de planos de manejo em terras indígenas e unidades de conservação, para pensar soluções de geração de renda por meio de créditos de carbono e produtos sustentáveis, além do fortalecimento de iniciativas de gestão ambiental nas áreas urbanas, em especial com relação a ampliação da arborização urbana.

No que diz respeito ao eixo de infraestruturas, o grupo ressaltou a necessidade de melhorias das infraestruturas viárias para impulsionar o crescimento regional, incluindo a duplicação da BR-364. Destacou-se também a necessidade de modernização do aeroporto de Vilhena para atender voos comerciais maiores e internacionais e a ampliação de postos de fiscalização por conta da fronteira. Também foi falado da necessidade de criação de estruturas de apoio ao turismo nos municípios Pimenteiras do Oeste e Cacoal, áreas de grande atrativo natural e que necessitam de melhorias das estruturas de hospedagem, segurança e serviços de saúde. Também foram levantadas demandas por saneamento básico nos municípios da região, em especial com relação ao abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, e também de distribuição da energia elétrica. Comentou-se que apesar do estado ser reconhecimento como grande produtor de energia, a distribuição dentro do próprio estado é precária. Por fim, foi citada a necessidade de expansão ou melhoria de polos educacionais técnicos e superiores da região com cursos que possam qualificar a mão de obra local, exigida por novos empreendimentos.

No eixo de integração regional, migrações e segurança, enfatizou-se a importância da cooperação internacional com a Bolívia, em áreas de segurança, comércio, educação. saúde e gestão ambiental. Foram propostas forças-tarefas com a Polícia Federal para regularização de imigrantes, incluindo a reativação de postos desativados, a melhoria do fluxo de troca de dados e informações entre instituições que atuam na fronteira, implantação de bases móveis para combate ao crime organizado e a extensão de programas de segurança rural para comunidades ribeirinhas, com mapeamento de propriedades e rotas de acesso bem como aquisição de novos equipamentos, como embarcações blindadas para monitoramento fluvial. Também se discutiu a necessidade de ampliar políticas de adicional de fronteira para agentes que atuam em regiões remotas, para garantir a fixação dos servidores públicos.

No eixo de atividades produtivas e inclusão social, o foco esteve no fortalecimento de cadeias produtivas de povos indígenas e comunidades tradicionais. Foram discutidas

políticas públicas para fomentar associações e cooperativas, especialmente entre pequenos agricultores, cursos técnicos e de capacitação alinhados às demandas locais, institucionalização de arranjos produtivos locais (APLs). Foram defendidas ainda políticas de pagamento por serviços ambientais, conservação de microbacias, valorização da economia criativa e do turismo com base nas culturas locais, bem como ações de resgate e preservação das culturas indígenas, quilombolas e tradicionais. Também foi proposto a criação de um instituto estadual para produção e análise de dados oficiais sobre o estado, em temas como setores econômicos, ambientais, educacional, de saúde, segurança e governança. O grupo destacou que a proposta visa debater sobre a ideia das "cidades inteligentes" e valorizar a produção de conhecimento local, como por exemplo dos institutos e universidades.

Por fim, concluiu-se que as propostas refletem a necessidade de articulação multissetorial para enfrentar os desafios da fronteira, abrangendo diversos entes federativos e o setor produtivo. Ressaltou-se a importância de políticas públicas contextualizadas, integração de dados e ações entre governos e sociedade civil, bem como investimentos estratégicos em logística, educação e tecnologia para aproveitar o potencial econômico regional e reduzir desigualdades.

Registros Fotográficos da Oficina de Cerejeiras:

Mesa de abertura e Coffee-break

Fotos: IBAM e Herbert Weil

Debates – grupos temáticos

Fotos: IBAM e Herbert Weil

Registro Final da atividade

Foto: Herbert Weil

ANEXO 1 - Relatoria Missão técnica preliminar

RELATO DAS REUNIÕES

1) Reunião com SEPOG / NEIFRO

Data/Horário: 14/04/2025 – 11h

Local: SEPOG

Participantes: IBAM / SEPOG / NEIFRO

Principais pontos discutidos:

- Apresentação institucional do IBAM e do projeto Fronteira;
- Apresentação do NEIFRO-RO, que foi instituído entre 2015 e 2016. Foi informado que Rondônia possui um PDIFF, elaborado em 2016, cujos eixos abrangeram temas: meio ambiente, desenvolvimento econômico, saúde e educação. Foram destacadas ações do núcleo e também demandas nos seguintes temas:

SAÚDE:

- Unidades hospitalares nos municípios de São Francisco do Guaporé, São Miguel, Guajará-Mirim (último com hospital utilizando linguagem bilingue para atender também a população boliviana);
- Criação de Programas Vacinação sem Fronteira a três anos;
- Criação do Comitê Brasil/Bolívia, desenvolvendo várias atividades conjuntas com governo Boliviano. Atua com mais força em Guajará-Mirim, no entanto ampliou para vila boliviana na fronteira com município de Costa Marques;
- Instalação do Laboratório de fronteira (LAFRON);
- Vacinação do rebanho boliviano que conferiu ao estado de Rondônia status livre da febre aftosa;
- Proposição de Transformação digital para atendimento às Terras Indígenas com Tele Saúde / Tele Medicina;

EDUCAÇÃO:

- Implantação de *campus* de Institutos Federal de Rondônia em Buriti, Colorado do Oeste, Guajará Mirim, São Miguel do Guaporé e Vilhena. Já existem dois em Porto Velho.
- Há demanda por implantar escolas bilingues na Faixa de Fronteira.

ORDENAMENTO TERRITORIAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E GESTÃO AMBIENTAL E CLIMÁTICA

- Trabalho da EMATER para regularização ambiental em parceria com a SEDAM - acabam acontecendo sobreposições de áreas;
- Foi informado que somente a EMATER está emitindo CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar)
- No governo do estado, há ações em andamento para mitigação dos efeitos de impactos das mudanças climáticas focando especialmente nas queimadas, com oficinas já marcadas para o ano de 2025.

INFRAESTRUTURAS

- Há necessidade de expandir rede fibrada para todos os municípios do estado, o que requer mais recursos. Atualmente consolidado nos municípios de Porto Velho, Candeias e Ariquemes.
- Implantação do Projeto Sentinela, que monitora o painel do fogo e as pressões, em tempo real e do tipo de queimadas;
- Ampliação de centrais de monitoramento da qualidade do ar;
- Ferramentas TIC - com dados para mobilidade urbana (infraestrutura/ ambiental), com DETRAN;
- Foram levantadas preocupações com os impactos na segurança, saúde e tráfico de drogas devido a ponte de Guajará-Mirim, que está para ser iniciada as obras.
- Há Necessidade de mais investimento no setor de carga e transporte fluvial, com modernização das instalações portuária do Estado;
- Foi apontado que a Hidrovia do Madeira precisa ser estruturada para a sazonalidade do volume hídrico (redução), com segurança contra pirataria, pois caso não seja modernizada pode afetar a economia do estado.
- Foi implantado uma Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte – IP-4 em Guajará-Mirim pelo DNIT, mas a Prefeitura não está dando conta de fazer a gestão.

FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS E INCLUSÃO SOCIAL

- No que se refere a assistência técnica rural - ATER, apontou-se a necessidade aumentar capilaridade da EMATER com mais efetivo (contratar mais extensionista) e equipamentos;
- Foi comentado sobre o desafio de manter a agricultura familiar, pois está ocorrendo uma expansão da soja, principalmente na região da BR 429.

INTEGRAÇÃO REGIONAL, MIGRAÇÕES E SEGURANÇA

- Corpo de bombeiros instalado recentemente em alguns municípios;
- Há uma barreira da Política Rodoviária Federal na BR 425;
- Instalação da Central do Imigrante, com sede em Porto Velho (no espaço Tudo Aqui), para atendimento a imigrantes e refugiados com serviços como orientação e documentação;
- Foi apontada a necessidade de um eixo temático que trate das relações internacionais no projeto;
- Necessidade de integração da gestão municipal e estadual por meio de processos, sistemas informatizados e governança;
- Demanda dos Núcleos Estaduais de Fronteira que devem ter assento no CDIF – Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira, para discutir os temas locais;

Por fim, foi sugerida a indicação dos seguintes municípios para realização das oficinas de planejamento territorial: Guajará-Mirim; Cerejeiras e Costa Marques.

Fotos: IBAM

2) **Reunião com UNIR – Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Estado e Territórios na Fronteira Amazônica (GEPE-Front)**

Data/Horário: 14/5/2025 – 14h

Local: UNIR

Participantes: IBAM / UNIR – GEPE-Fronteira

Principais pontos discutidos:

Reunião com Professora e Doutora em Geografia Luciana Riça Mourão, pela Universidade Federal de Rondônia, a qual lidera um grupo de pesquisa que estuda a fronteira política - GEPE Front, que existe desde 2021. São eixos que o referido grupo aborda: Estado e políticas públicas; Sociedade e natureza; Povos originários e comunidades tradicionais; Estado federativo; Sociedade civil e ações participativas; Geografia e educação e território de fronteira; Geografia política da cidade.

Pontos discutidos

- O grupo de pesquisa está realizando um estudo sobre o PDIFF de Rondônia 2016, fazendo uma comparação baseada no plano do estado do Mato Grosso do Sul;
- Foi informado que a há estudos sobre educação e cultura na área de fronteira, cuja proposta é elaborar subsídios para o desenvolvimento da fronteira;
- Foi informado há estudos sobre vulnerabilidade social e econômica da área de fronteira;
- Há pesquisas de referência na EMBRAPA sobre o tema das castanheiras;

Fotos: IBAM

3) Reunião com a Frente Parlamentar Brasil-Bolívia

Data/Horário: 15/5/2025 – 8h

Local: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

Participantes: IBAM / Frente Parlamentar Brasil -Bolívia

Principais pontos discutidos:

Os consultores foram recepcionados pela Deputada Estadual de Rondônia e Presidente da Frente Parlamentar Brasil-Bolívia, Gislaine Clemente. A comitiva boliviana que estava presente era composta por três senadores e uma deputada federal. Os parlamentares brasileiros presentes foram seis deputados estaduais e um deputado federal. Houve também presença do Prefeito do Município de Costa Marques, que fez uma breve apresentação sobre ações de turismo na sua cidade, envolvendo comunidades bolivianas da fronteira.Nas falas dos presentes destacaram-se os seguintes apontamentos:

- Destacou-se a importância do projeto e a necessidade de uma maior integração entre Brasil e Bolívia.
- Foi informado sobre a existência de uma associação de moradores bolivianos no Brasil, que é uma representação importante no tema do projeto.
- Demonstrou-se preocupação com a construção da ponte Brasil/Bolívia em Guajará-Mirim, relacionando a possibilidade com aumento do tráfico de drogas e humano;
- Um dos senadores destacou a possibilidade de a Bolívia ampliar o rebanho bovino com apoio do Brasil, que atualmente é de 12 milhões de cabeça de gado, podendo chegar a 90 milhões;
- Em uma das falas, foi dito que o meio ambiente tem sido um entrave ao desenvolvimento da região e que seria necessário fazer alterações no Código Florestal;
- Foi abordada a necessidade de fortalecer o comércio entre os países, onde o Brasil fornece calcário e produtos industrializados e a Bolívia fornece ureia e sal;
- Foi reforçado a necessidade de inserir o ensino bilingue nas escolas;
- Destacada a importância de estabelecer um intercâmbio para conhecer as cadeias produtivas do Brasil em Rondônia;
- Ressaltou-se a necessidade de maior fomento aos produtos dos campesinos (povos originários da Bolívia);
- Outro ponto importante destacado foi a ampliação da energia gerada pelas UHE do Madeira à Bolívia, pois os rios do Brasil nascem em território boliviano;
- Também foi apontada a importância da formalização de uma política comum para faixa de fronteira, por meio do Mercosul.

Fotos: IBAM

4) Reunião com os movimentos sociais e academia

Data/Horário: 15/5/2025 – 15h

Local: Espaço da Juventude Indígena

Participantes: IBAM / OSR, AGIR, Kanindé, Movimento da Juventude Indígena, CPPT-Cuniã, MHF-RO, IR-Tur, UNIR, Raiz Nativa, Convida, Instituto Abraço

Principais pontos discutidos:

- Os participantes manifestaram algumas críticas em relação ao PDIFF 2016 e, principalmente, à formação do núcleo estadual, por não ter a participação da sociedade civil organizada, tornando o PDIFF e o NEIFRO com foco apenas governamental;
- Consideraram importante que seja realizada uma avaliação do PDIFF 2016;
- Apontaram que os eixos do projeto atual não abarcam temas importantes como a questão da governança e participação social;
- Foi sinalizado que já houve uma proposta do campus da UNIR em Guajará- Mirim ser binacional, por conta das relações das cidades-gêmeas.
- Foi solicitada a disponibilização do diagnóstico e a realização de questionários para contribuições (atualmente o projeto conta com um site que serve de repositório para os produtos elaborados e também e coleta de contribuições)

Fotos: IBAM

5) Reunião com a Prefeitura de Guajará-Mirim

Data/Horário: 16/5/2025 – 9h

Local: reunião online

Participantes: IBAM / Prefeito, Chefe de Gabinete, Secretária de Planejamento e Presidente da Câmara de Vereadores de Guajará-Mirim.

Principais pontos discutidos:

- Os presentes se comprometeram em participar das oficinas e destacaram a relevância do PDIFF para o município de Guajará-Mirim, sobretudo considerando a construção da ponte que ligará a cidade à Guayaramerin na Bolívia.
- Informaram da intenção em realizar uma reforma administrativa e atualizar o arcabouço jurídico da cidade, em especial referente ao planejamento urbani
- Indicaram possíveis locais para realização das oficinas, como Auditório da Câmara de Vereadores; Auditório da UNIR; Auditório do IFRO; e

- Salão de eventos da Paroquia São José.

6) Reunião com Prefeitura de Porto Velho

Data/Horário: 16/5/2025 – 14h

Local: SEMA/PVH

Participantes: IBAM / Secretário da SEMA, Secretária Adjunta de Planejamento, Assessora da Secretária de Planejamento (SEMPOG), Assessora do Secretário de Agricultura (SEMAGRIC) (lista de presença em anexo)

Principais pontos discutidos:

- Os participantes questionaram sobre o nível de diálogo do PDIFF com o Plano Diretor, sendo informado que serão considerados o planejamento já existente dos municípios da faixa de fronteira.
- Informaram da existência de uma pequena faixa seca na fronteira do distrito de Nova California com a Bolívia, ficando essa hipótese para posterior conformação;
- Reforçaram a necessidade de uma legislação que facilite o estabelecimento de acordos dos Estados com países vizinhos, e apresentaram o exemplo dos castanhais, onde Rondônia produz, mas a Bolívia é a maior exportadora das castanhas de Rondônia;
- Foi solicitada a disponibilização do diagnóstico (atualmente o projeto conta com um site que serve de repositório para os produtos elaborados e também e coleta de contribuições)

Fotos: IBAM

7) Reunião com IBAMA e ICM-Bio

Data/Horário: 16/5/2025 – 17h

Local: Gabinete da Superintendência do IBAMA em Rondônia

Participantes: IBAM / Analistas ambientais do ICM-Bio, Superintende do IBAMA em Rondônia (lista de presença em anexo)

Principais pontos discutidos:

- IBAMA sugeriu a inserção do MIF (Manejo Integrado do Fogo) no PDIFF, pois os municípios de Guajará-Mirim e Porto Velho foram os que mais apresentaram focos de calor em 2024.
- ICMBio se propôs em ajudar na mobilização dos extrativistas que residem em unidades de conservação federal, para terem conhecimento do projeto
- ICM-Bio informou que dispõe de um aplicativo (SISFAMILIA), que cadastra as famílias extrativistas residentes em unidades de conservação federal, permitindo traçar seu perfil para futura implementação do programa Bolsa Verde. Esse aplicativo dialoga com o CadÚnico.
- Outra contribuição seria a ampliação do bolsa floresta para famílias extrativistas beneficiárias.

Fotos: IBAM

ANEXO 2 - Listas de presença

LISTA DE INSCRITOS - OFICINA GUAJARÁ MIRIM

Arco Norte e Rondônia

Nome Completo:	Instituição ou organização que representa:	Assinatura	Eixo temático que pretende participar
Ademir de Melo Uchoa	OSR Organização dos Seringueiros de Rondônia		
Adirleide Dias dos Santos	Semagric - PVH		3
Alex almeida tavares	SEPOG RO		
Ana Maria Morais da Fonseca Cavalcante	Secretaria Executiva Regional da Governadoria de Guajará Mirim		01
Anderson Criston Nascimento Alves	Rede Sustentabilidade		
Audineia Balbino Sabino	Organização Oro wari		
Benjamin Oro Nao	Associação Indígena Santo André-Povo Oro Nao		
Cibele landivar Carvalho	Ascanov		
Cleiton Lopes da Conceição	Secretaria Executiva Regional X - Governadoria		
Cristiane Camila Chagas Rubens	SESDEC		
Edilson Batista da Silva	Agência Estadual de Vigilância em Saúde - AGEVISA		
Edilson Ribeiro de Morais Filho	PREFEITURA DE GUAJARÁ - MIRIM		
Edimilson ORO Waram xijein	Vice presidente da associação AISAG		
Edson da Costa Carvalho	Kanindé		
Edson Oro Mon	Secretaria Municipal para os Povos Indígenas (SEMUPI)		
Eduardo Rezede Honda	AGEVISA/CIEVS/RO		05
Eliete Costa Correia Gomes	Governadoria ser-x		
Erick Allan da Silva Barroso	Ordem dos Advogados do Brasil		
Fábio Robson Casara Cavalcante	UNIR		5
Flávia Araújo Nobre	Câmara Municipal		

Nome Completo:	Instituição ou organização que representa:	Assinatura	Eixo temático que pretende participar
Flavio Derzete da Mota	Secretaria Executiva Regional da Governadoria de Guajará-Mirim		
Francisco Coelho de Carvalho	Prefeitura municipal de Guajará-Mirim		
Gabriel Cestari Vilardi	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)		1
Geuzenira Ilaede Alves de Souza	EMATER GUAJARÁ-MIRIM		
Gilberto oro nao	Indígenas		
Gleucival Zeed Estevão	Tribunal de justiça de Rondônia		
Helen Cristina Dorado	ACORQLA (Comunidade Quilombola Remanescente de Laranjeiras)		Eixo 1.
Irão Telva Barbosa e Iara Barberena	Rioterra		
Jair Alves de Oliveira	Câmara municipal de Nova Mamoré		
Jeremias Mendes de Souza	POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA		
Jéssica Miriam Oliveira Faleh Zeed	Governadoria - SERX		
Jilciane Nascimento da Conceiçao	Gabinete Joaquim Pinheiro (CMGM)		
Joana darques da silva	SER-X		
José Alexandre Delwaide Borba	Receita Federal do Brasil		
Livia Morena Brantes Bezerra	ICMBio		1
Luanny Lobato Bentes	Secretaria Municipal para os Povos Indígenas - SEMUPI		Eixo 1
Lucas Maciel Ferreira	CROPS / IMV/ COMVIDA/ COLETIVO MURA.		
Luiza Lopes Lima	Casa Civil		
Luma Akemi de Azevedo Kubota	Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia - AGEVISA		Eixo 1.
Marcelo Drosdowski Rodrigues	Exército Brasileiro - 17ª Bda Inf Sl		
Márcia Rodrigues da Silva	Ascanov		
Maria Cristina Batista Chaves	AEFARO (Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia)		

Nome Completo:	Instituição ou organização que representa:	Assinatura	Eixo temático que pretende participar
Mariane Ferreira Pedraza	Câmara Municipal		
Massud Jorge Badra Neto	Prefeitura de Guajará-Mirim		Eixo 2
Najla Benevides Matos	FIOCRUZ RONDÔNIA		
Natan Oliveira da Costa	SEPOG RO		Eixo 2
Nimon Oroeu	Organização Oro wari/ opiroma		
Noelle Caroline Xavier Ribas Leite	SESDEC		
Orivaldo Rodrigues Chaves	Associação dos Navegantes dos Vales do Mamoré e Guaporé		01
Paulo Afonso de Lima Neri	SEMAGRIC		03
Paulo Francisco Galvão Santos	Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento		
Paulo Guilherme Salvador Wadt	CEPLAC		Eixo 3
Rafael Ripke Rabelo	Laboratório de Fronteira/Lacen		
Railane Carneiro Torres	Associação dos Seringueiros da Reserva Extrativista do Rio Pacaás Novos e Reserva Extrativista Federal Barreiro das Antas- Primavera		
Raimundo Cajueiro Leandro	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA		Eixo 3
Raimundo Pinto dos Santos	Complexo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia		
Ronne Júnior Aragão Dantas	PROCON/RO		Eixo 2
Rosiane Lodá Murça	Superintendência Regional de Educação de Guajará-Mirim		
Sandra Duraes de Oliveira	Apoiadora Cievs fronteira MS		
Sara Gomes Albuquerque	CIEVS FRONTEIRA GUAJARÁMIRIM		
Solange Soares Lagasse	Câmara Municipal de Guajará-Mirim		01
Xênia de Castro Barbosa	IFRO		
Zaqueu Oro Nao Filho	Aldeia Bom Jesus		

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: Guajará Mirim **Data:** 14/08/25

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
JOSÉ DE FREITAS SILVA	REP. CMDO / 6° BPM		
Natan O Costa	SEPOG RO		
~~João~~ A. PREGNOLATO FILHO	6° BIS - Comandante		
Rogerinho Santos	DPC/GM		
GUILLIANO CARNEIRO	EMBRAPA / CHEFE ADJUNTO		
VICTOR PAIVA	APROSOJA-RO		
JEREMIAS MENDES	DP/PUH		
João Paulo dos Santos Barros	MB (Marinha do Brasil)		
PATRÍCIO R. GONÇALVES	MARINHA		
Dhenny Costa Silva	APRON		
Jaki Yoni de Oliveira	Prefeito		
Francisco E. C	SECRETÁRIO GOVERNO		
BRUNO OLIVEIRA	ASS. TÉCNICO SEMUG		
Sérgio R. de Vasconcelos	ASSESSOR		

Execução: ibam Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: Guajara Mirim **Data:** 19 / 08 / 25

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
THIAGO RIBEIRO PINTO	1º SGT BOMBEIRO MILITAR		
WALLACE VITAL CEAN	COORD/TEC/MIDR		
GIOVANA [illegible]	BANCO HOSPITAL SOSAU		
Iraci C. Carvalheiro	CBPM Polícia Militar		
[illegible]	BANCO HOSPITAL		
Suely [illegible]	Chefe Unidade-Sparan		
[illegible]	CAMARA MUNICIPAL		
Allan [illegible]	Banco da Amazônia		
Marcelo [illegible]	Coord. Nuesat/ON		
Inka da Cruz Soares	ASAEx diretora		
Joyce da Silva Cavalcante	Câmara municipal guajará		
Cordélia C Santana	Vereadora		
Ana Nuti [illegible]	Assessora da Dep. Secta.		
Fátima B. de Sena	Assistente Social		

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: Guajará Mirim **Data:** 11 / 03 / 25

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
Simone Alves de Farias	Iata.		
Valdenia Souza de Oliveira	Iata Administrativo		
Vitória S. da Silva	Chefe Gabinete		
Dhenniffer Santana	Especialista - FUNAI		
Vitória S. de Freitas	Especialista - Funai		
João Victor da S. Rocha	Nova morori-Vendedor		
Heriberto O Alves	IDARON/UGSAV NMIR		
Felipe de Abreu Ruzzino	SEFIN - Agente de Rendas		
Marcos A.C. Paviche	MIDR - Consultora		
EVERALDO PEREIRA FILHO	GSI - PR		
Raimundo S. de [illegible]	NSS. PRIMAVERA		
Antonio [illegible] Santos	SER-X/GOV.		
[illegible] Nascimento	DETRAN/CHEFE		
EDMI/Sanjoanis	SEM-X/GOV		

Execução: Ibam Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: Guajará Mirim **Data:** 19 / 08 / 25

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
Elia N. Silvino	Presidente CMGM		
Hanison Bruno	Conselheiro Adjunto		
Ruth Garano D. Vasco	Assistente Social - CRAS		
Melissa Meira da Silva	Estagiária - CRAS		
Reinaldo Santos Silva	SEJUS		
Adriana Ferreira Lima	BARCO HOSPITAL (SESAU)		
Aline Iapenado Ca.	Kanindé		
Nina Tremblay	Kanindé		
Kaiton Hilton	Assessor da Câmara		
Maura Célia Araújo	Supervisora Educacional		
Emiliany Prentice Silva	Enfermeira / FHEMERON.		

Execução: ibam Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: Guajará - Mirim **Data:** 11/08/25

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
Éder M. de Sousa	Assessor		
Cassius Gomes Serrato	Vereador C.M.		
Aler Almeida Tolentino	Assessor		

Execução: ibam instituto brasileiro de administração municipal

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

LISTA DE INSCRITOS - OFICINA CEREJEIRAS

Nome Completo:	Instituição ou organização que representa:	Assinatura	Eixo temático que pretende participar
Alison de Sousa Pessôa	PMRO		05
Andrew Vinícius R. Antunes de Miranda	EMATER-RO		01
Carlos Vieira Rodrigues Júnior	Câmara de Vereadores de Vilhena		01
Claudemir Silva dos Santos	Secretaria Municipal de Administração e Finanças		02
Cristieid Santos Fioux	Ifro Campus de Colorado		
Dione Weider oliveira de Abreu	[redacted]		
Dione Weider oliveira de abreu	Cidade		
Edilson Cavalcante Procópio	Prefeitura		
Eliton da Silva Costa	Câmara de vereadores		02
Elton Mores	Sicoob Credisul		01
Everaldo Dutra dos Santos	Pacto das Águas		
Fabiana Ramos Silva	SEMED		
Fátima Aparecida Notaro	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Gercimara Alves Barbosa	Câmara		
Gislaine Muller ribeiro	Jornal extra de Rondônia		
Herbert Weil	Câmara de Vereadores de Vilhena		01
Humberto Costa Martins	Câmara municipal de Vilhena		
Ildelita Raulino de Oliveira	EMATER LOCAL CORUMBIARA		
Irlei kreusch Aguiar	Legislativo		03
Jean César Tavares	Camara de vereadores		

Nome Completo:	Instituição ou organização que representa:	Assinatura	Eixo temático que pretende participar
Jeovane Julian Kempner de Lima	A∴R∴L∴S∴ FRONTEIRA DA LIBERDADE 4577		
Jonas Rodrigues	Quilombos de laranjeiras		
Luiz Fernando de Camargo Alves	Casa Civil/RO		
Luiza Lopes	Casa Civil		
Maiara Oliveira Castro	SEDAM		
Natalia Cristina Borges Araujo	SEOSP		2
Nélio de Jesus da Silva	Corpo de Bombeiro Militar		5
Nélio de Jesus da Silva	Complexo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia		
Paulo Renato Haddad	Fundação Rondônia - FAPERO		
Pedro Lima Rodrigues	Sedam		
Teófilo Santana da Silva	Federação Dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura de Rondônia - FETAGRO		2

Claudia Renata Coppana

Pedro Coppana.

3

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: Cerejeiras **Data:** 14/08/25

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
Ana Cleide Borges	Gerente negócios - Credisul		
DIRCEU HOFFMANN	SECRETÁRIO - VILHENA		
Edna dos S. Gotardo	Emater / Ext. Social		
Elesnei R. Illine	EMATER/Ext. Rural		
Jair de O. Ferro	SDR.		
ADAIR JOSÉ MENEGOL	APROSOJA RO.		
Vinicius dC. dos Campos	SEDAM		
Rogério, S.A. Santos	SEDAM		
Jefferson J. M. de Souza	Guarda Mirim		
Dereni B. Reves Pinheiro	professora		
Geremias dos Santos	Vereador		
Vania maria da Silva	SEAS		
NAIA de Oliveira	Consultor / MIDR		
Jean Sigmir Rangel	Chefe de Nucleo - Seosa		

Execução: ibam instituto brasileiro de administração municipal

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: Cerejuras **Data:** 14/08/25

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
Amanda Aveval	Vereadora / Vilhena		
Margarete Arruda	Assessora Parlamentar		
Sallo [illegible]	Vereador / Cerejeiras		
André Prudente de Almeida	Tenente / Cerejeiras		
[illegible]	Boa Aventura		
Clébio Ponte	Banco da Amazonia		
[illegible]	Gerente SEAS. Vilha		
[illegible]	Assessora Sec Regional		
[illegible]	Assessoria Regularização		
[illegible]	SEMTER		
[illegible]	BPA.		
Divino Borges Sobrinho	Sindicato dos Trabalhadores		

Execução: ibam Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Lista de Presença

Oficina Territorial em: Corejiras **Data:** 14/08/25

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
Marlon Lima	Engenheiro Florestal		
Felipe Nogueira Rodrigues	Monitor		
Maria de Medeiros da Silva	Diretor superior		
Orlando da Silva	ERGA/SEDAM/RONDÔNIA		
Sebastião D. de Souza	ERGA/SEDAM/RONDÔNIA		
Maiza Pereira Simões	Prefeitura Ambiental SEMA		
Eleandro Mencio Lemos	Emater Gerente Regional		
Sebastião Campos Soares	Prof. e Guarda Mirim		
Alex A Tavares	SEPOG		
Ismael Monteiro	DETRAN		
Francisca S.A. Souza	SUPERINTENDÊNCIA		
Marlene R. Souza	Super/Corregedoria		
Helen Batista	Assessora - SUPERCER		
Eduardo dos Santos	Sec. Adjunto - Semtic/VHL		

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: Cerejeiras **Data:** 14/08/25

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
Cristiane Cornelio Pulcino	SEDEC Ag. de Def. Civil / Chefe Núc. Front.		
SANDRO MALTA XAVIER	EMATER – GERENTE		
Natan Oliveira	SEPOG		
Tainara Palos R. Dall'Ó	Assistente de Regularização RURALPLAN		
Jaqueline Cristina de Andrade	RURALPLAN		
Amarildo Monteiro	Câmara Vereador		
Paisley Turatti	Gerente de Crédito Rural		
Adelania Silveira	Gerente Marketing Fi		
Ueda Nicolau	Gerente de Governança		
Ellen D. Nogueira	Presidente FCU		
Ivanir de Castilho	Coordenadora de Cultura		
Edson Pacheco	FCU		
NOE COSTA SILVA	1º SGT PM Ambiental		

Execução: ibam Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

ANEXO 3 – Apresentação IBAM

PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA

Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

Oficinas de planejamento territorial

RONDÔNIA

Execução: iboom

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Programação Da Oficina

8h30 – 9h	**Credenciamento**
9h – 9h30	**Boas-Vindas e Mesa de Abertura** - Fala de representantes institucionais
9h30 -10h10	**Contextualização do trabalho** - Exposição sobre os objetivos e dinâmica da oficina - Apresentação síntese de dados gerais - Destaque dos principais desafios e potencialidades da fronteira
10h10-10h20	**Intervalo/Coffee Break**
10h20-11h	**Plenária** - Discussão e complementação dos Desafios e Potencialidades
11h – 12h	**Síntese dos Desafios e Potencialidades por eixo temático**
12h – 13h30	**Almoço**
13h30-14h	**Exposição sobre a dinâmica de grupos**
14h – 16h	**Elaboração das Ações Prioritárias** - Divisão dos participantes em grupos para discussão das propostas por eixos temáticos.
16h-16h20	**Intervalo/Coffee Break**
16h20-17h20	**Plenária de sistematização**
17h20-17h30	**Informes finais**
17h30	**Encerramento**

Atualizações gerais

fronteirasamazonia.ibam.org.br

Acesse pelo QR Code

O Projeto

A ação engloba 6 estados (AC, AM, AP, PA, RO, RR) e 97 municípios total ou parcialmente localizados na Faixa de Fronteira, que abrange a extensão de 150km ao longo de toda a fronteira terrestre brasileira, destacando-se a existência de 9 cidades-gêmeas nessa região.

O processo de elaboração dos PDIFFs contribuirá para o avanço na implementação das agendas integradas de desenvolvimento regional com foco em sustentabilidade, inovação e na cooperação com os países vizinhos em setores estratégicos como Bioeconomia, TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) e Economia Circular (energias renováveis, gestão de resíduos e recursos hídricos).

Os PDIFFs serão elaborados com participação de órgãos federais, estados, municípios, empresas e organizações da sociedade civil e deverão indicar propostas prioritárias de ação nos seguintes temas:

Fronteiras da Amazônia
Arco Norte e Rondônia

Apresentação

Síntese – dados gerais da Faixa de Fronteira de Rondônia

Síntese – dados gerais Rondônia

- Contextualização: Marco Legal da Faixa de Fronteira Brasileira
- Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia
- Caracterização geral da Faixa de Fronteira de Rondônia
- Perfil demográfico
- Análise por eixos temáticos
- Desafios e potencialidades gerais

Apresentação

Elaboração dos Diagnósticos e **Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira– PDIFF** e apoio à **estruturação dos Núcleos Estaduais de Fronteira do Arco Norte e Rondônia**

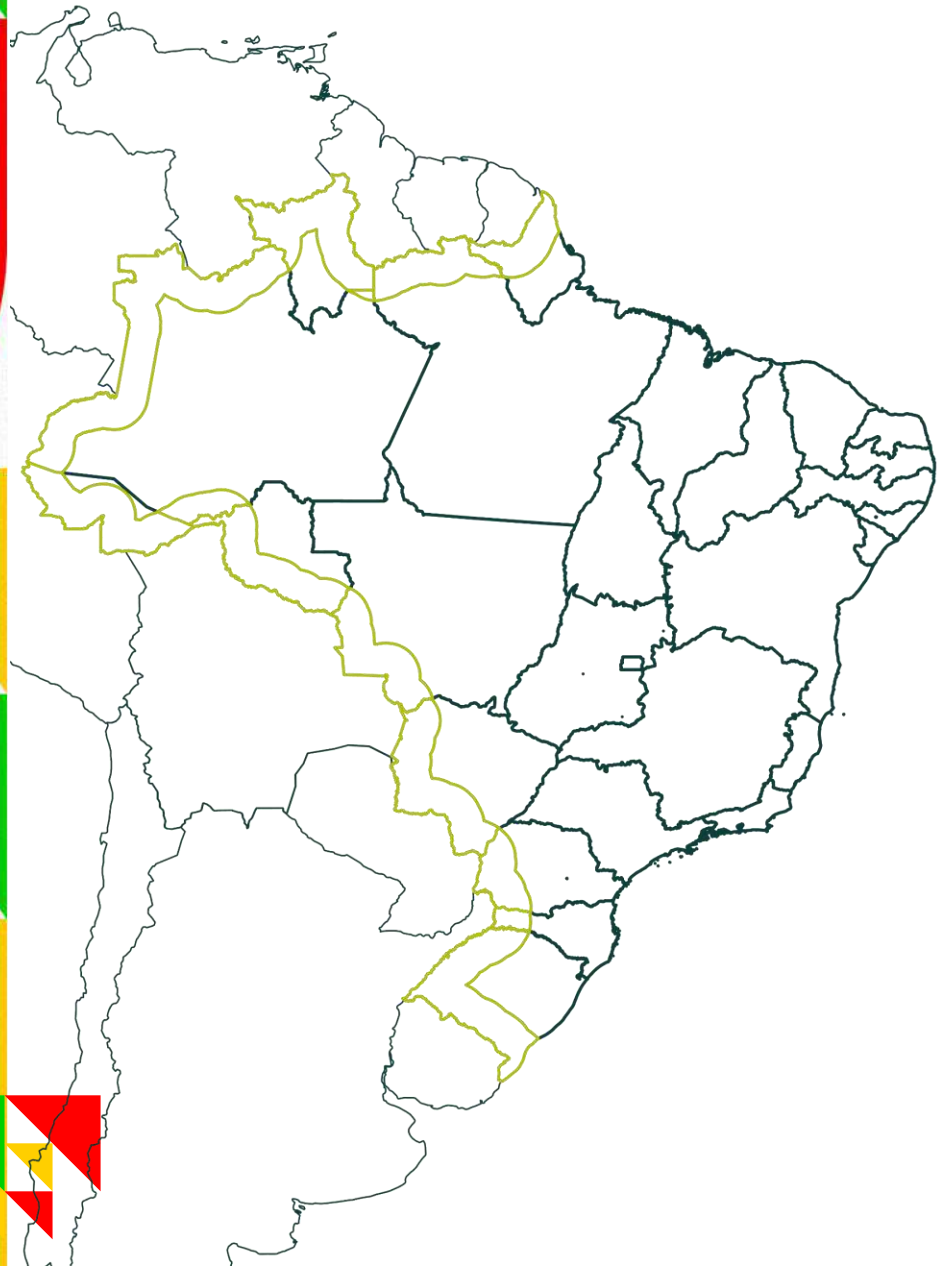
Execução: Realização:

- Elaboração de **Diagnósticos sobre a situação de Fronteira** do Arco Norte e Rondônia
- **Mapeamento de atores de relevância** no tema das fronteiras amazônicas
- Realização de **Oficinas de Planejamento Territorial** nos 6 estados

FASE ATUAL

- Elaboração dos **Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira** – PDIFFs
- Apoio à **estruturação dos Núcleos Estaduais de Fronteira** do Arco Norte e Rondônia.

Faixa de Fronteira brasileira



150 km de largura da Faixa de Fronteira terrestre

15.719 km de extensão

11 estados fronteiriços

588 municípios fronteiriços

11,7 milhões de hab. Nos municípios de fronteira

Marco Legal

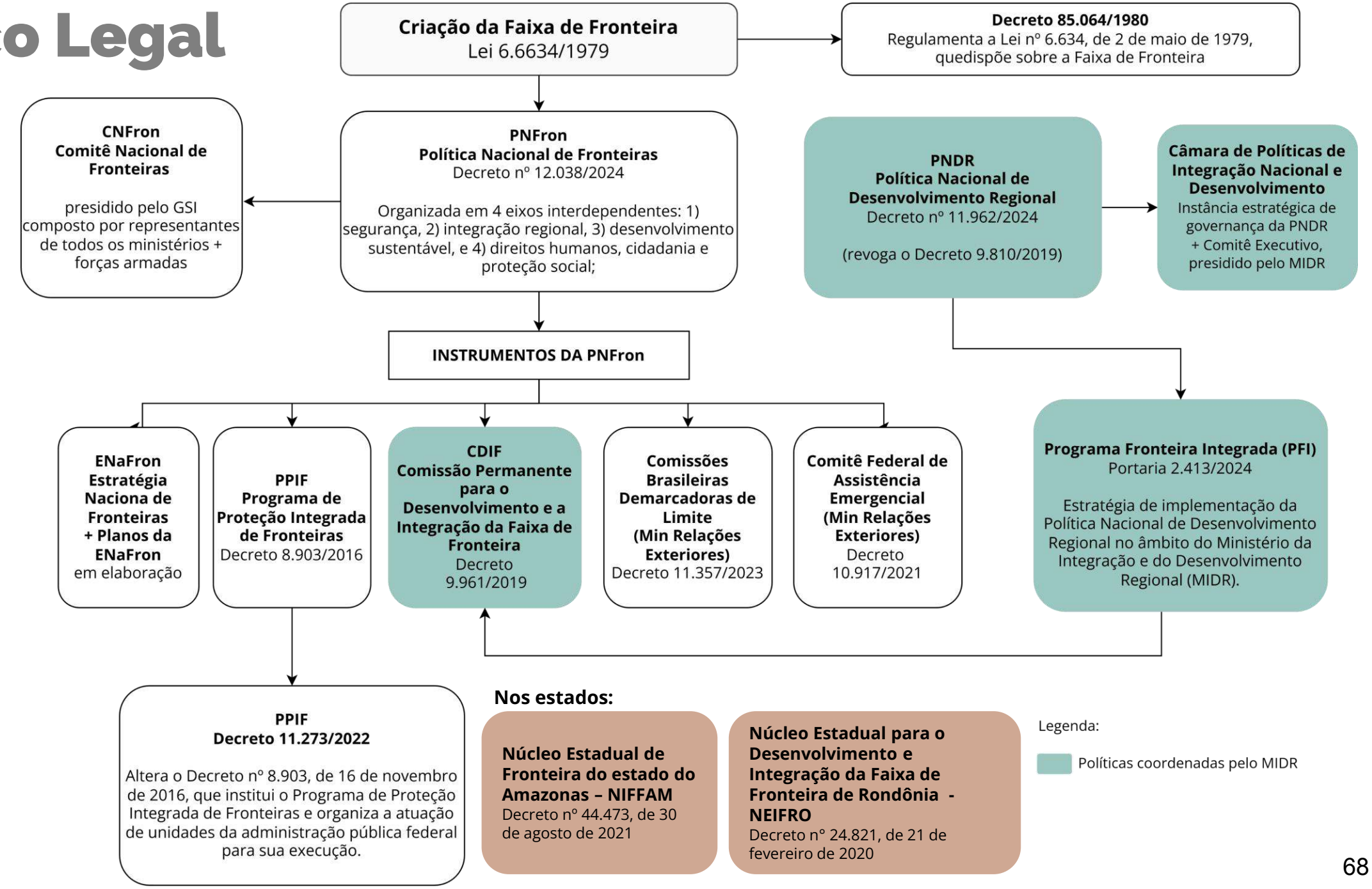
- Criação da Faixa de Fronteira (Lei 6.634/1979) e Regulamentação (Decreto 85.064/1980)
- Ao longo das últimas décadas, uma série de programas e projetos relacionados às fronteiras
- **Em 2024, foi instituída a Política Nacional de Fronteira (PNFron), pelo decreto 12.038/2024.**
- Instrumento da PNFron em elaboração: **Estratégia Nacional de Fronteiras (EnaFron)**

Marco Legal

- **PNFron organizada em 4 eixos interdependentes:**
  - **Eixo 1: Segurança**
  - **Eixo 2: Integração regional**
  - **Eixo 3: Desenvolvimento Sustentável**
  - **Eixo 4: Direitos humanos, cidadania e proteção social**

Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional

Marco Legal


Criação da Faixa de Fronteira
Lei 6.6634/1979
Decreto 85.064/1980
Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, quedispõe sobre a Faixa de Fronteira
CNFron
Comitê Nacional de Fronteiras
presidido pelo GSI composto por representantes de todos os ministérios + forças armadas
PNFron
Política Nacional de Fronteiras
Decreto nº 12.038/2024
Organizada em 4 eixos interdependentes: 1) segurança, 2) integração regional, 3) desenvolvimento sustentável, e 4) direitos humanos, cidadania e proteção social;
PNDR
Política Nacional de Desenvolvimento Regional
Decreto nº 11.962/2024
(revoga o Decreto 9.810/2019)
Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento
Instância estratégica de governança da PNDR + Comitê Executivo, presidido pelo MIDR
INSTRUMENTOS DA PNFron
ENaFron
Estratégia Naciona de Fronteiras + Planos da ENaFron
em elaboração
PPIF
Programa de Proteção Integrada de Fronteiras
Decreto 8.903/2016
CDIF
Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira
Decreto 9.961/2019
Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limite (Min Relações Exteriores)
Decreto 11.357/2023
Comitê Federal de Assistência Emergencial (Min Relações Exteriores)
Decreto 10.917/2021
Programa Fronteira Integrada (PFI)
Portaria 2.413/2024
Estratégia de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional no âmbito do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR).
PPIF
Decreto 11.273/2022
Altera o Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, que institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução.
Nos estados:
Núcleo Estadual de Fronteira do estado do Amazonas – NIFFAM
Decreto nº 44.473, de 30 de agosto de 2021
Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira de Rondônia - NEIFRO
Decreto nº 24.821, de 21 de fevereiro de 2020
Legenda:
Políticas coordenadas pelo MIDR

Faixa de Fronteira
Projeto Fronteiras da Amazônia

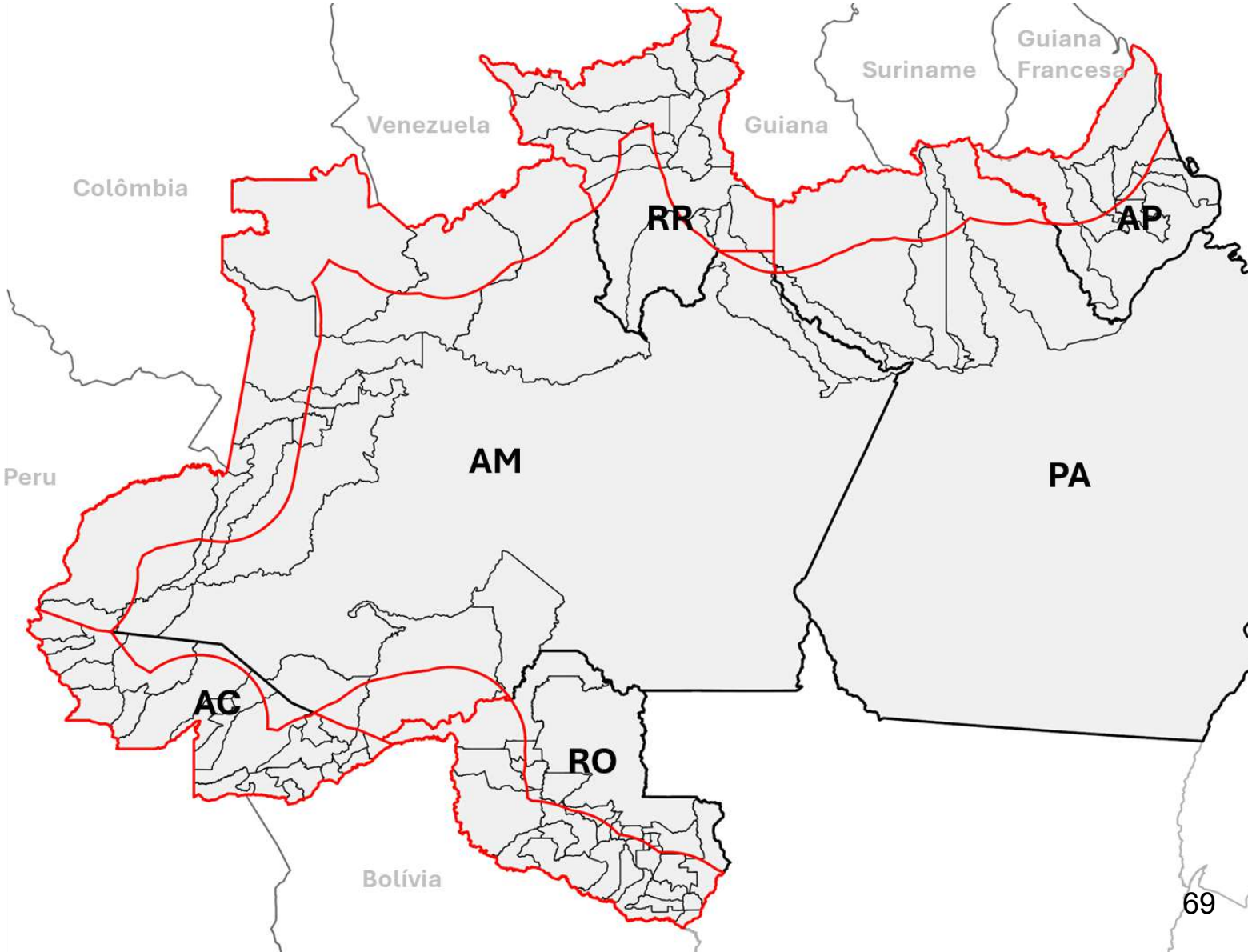
6 estados

(AC, AM, AP, PA, RO, RR)

97 municípios

3.277.578 habitantes

nos municípios fronteiriços

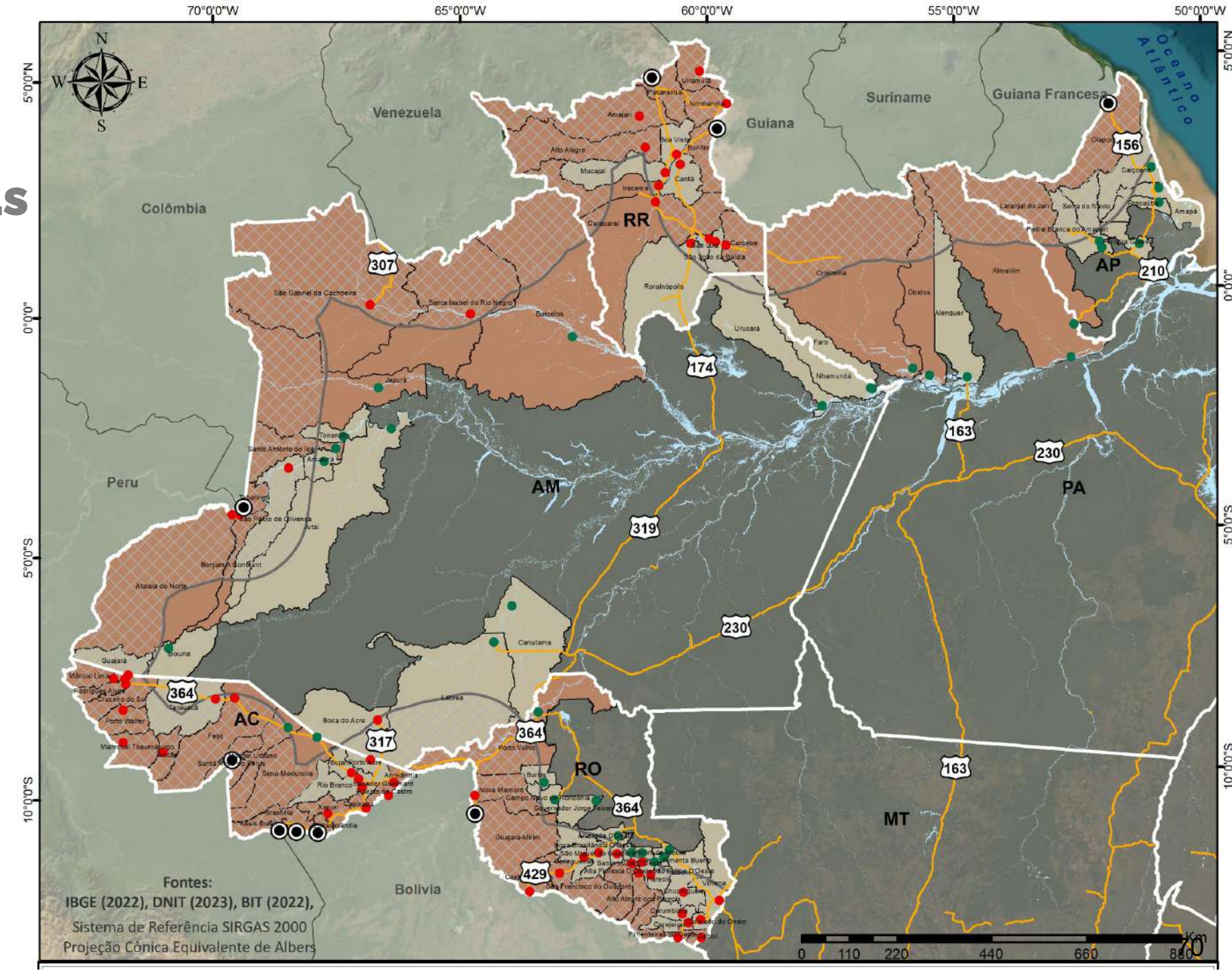


Faixa de Fronteira

Projeto Fronteiras da Amazônia

97 Municípios com diferentes níveis de interação com a fronteira.

- Municípios lindeiros (48)
- Municípios não-lindeiros (49)
- Municípios com sede na linha ou dentro da faixa de fronteira (62)
- Municípios com sede fora da faixa de fronteira (35)
- Cidades gêmeas (9)



Visita técnica realizada

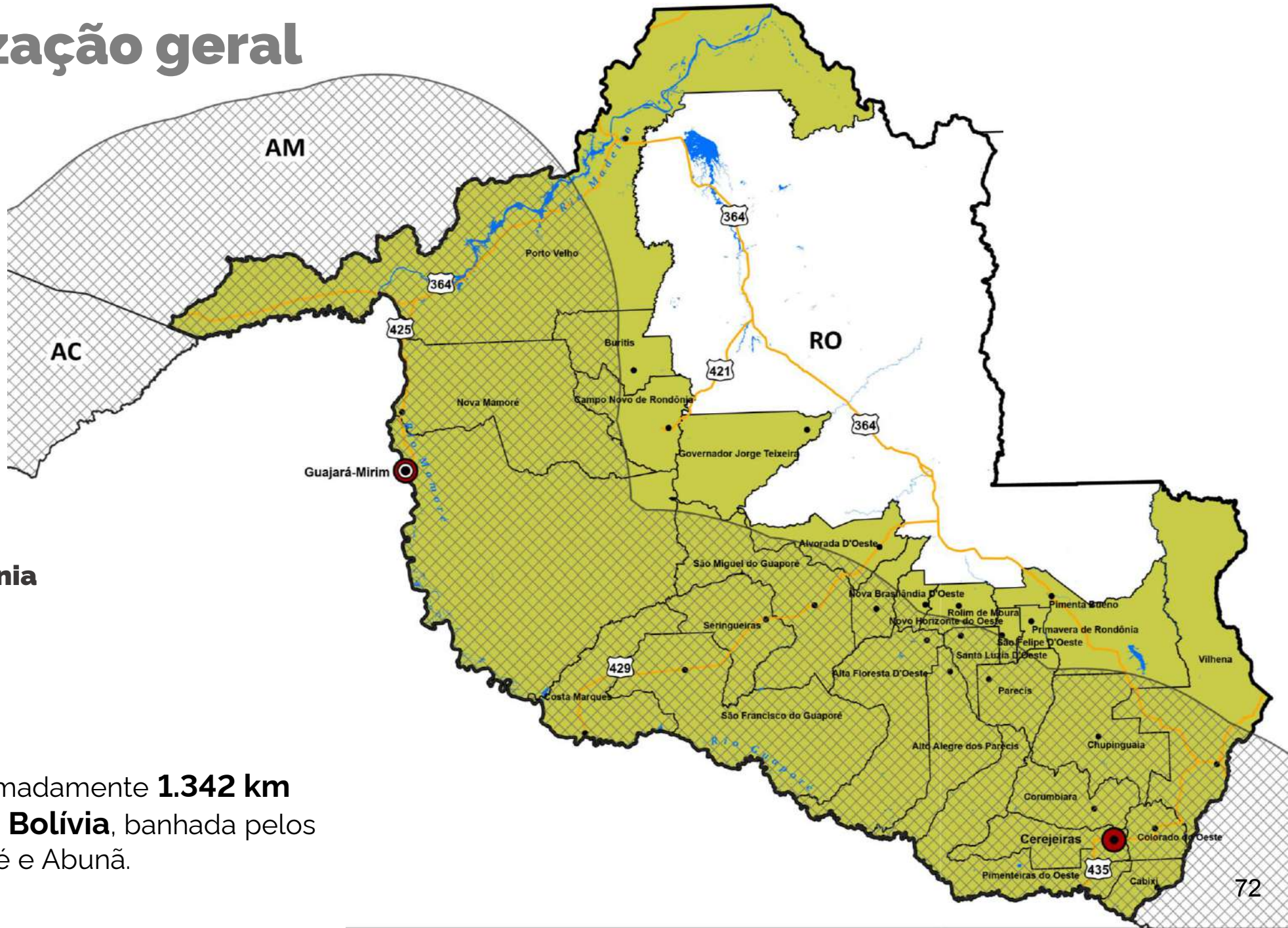
Rondônia
Cidades visitadas: **Porto Velho**
Período da visita: **14 a 17 de abril de 2025**

Caracterização geral

Dos 52 municípios, **28 fazem parte da Faixa de Fronteira.**

Pop. Municípios de Fronteira de Rondônia

964.355 habitantes



Rondônia tem aproximadamente **1.342 km de fronteira com a Bolívia**, banhada pelos rios Guaporé, Mamoré e Abunã.

Caracterização geral

Há 1 cidades-gêmea na Faixa de Fronteira do Estado: Guajará-Mirim.

Outras duas cidades possuem sede na linha da de fronteira, mas não conformam cidades gêmeas. É o caso de **Costa Marques e Pimenteiras do Oeste.**

A relação binacional entre Guajará e Guayara é marcada por fluxos comerciais, culturais e sociais, que reforçam a integração entre os dois países. A cidade de Guajará é ponto estratégico de integração transfronteiriça com o departamento boliviano de Beni.

Cidades gêmeas
Guajará-Mirim - Guayaramerín

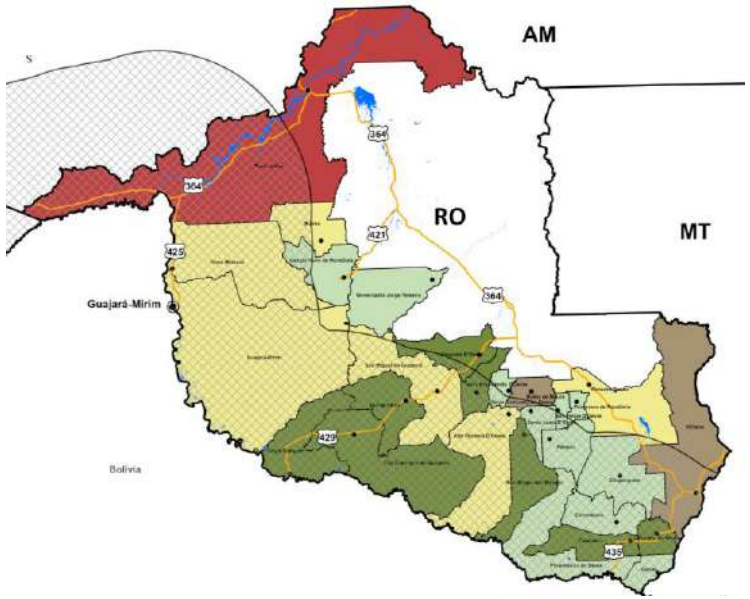
Costa Marques

Pimenteiras do Oeste

Perfil Demográfico

População 2022

Fonte: Censo IBGE,2022

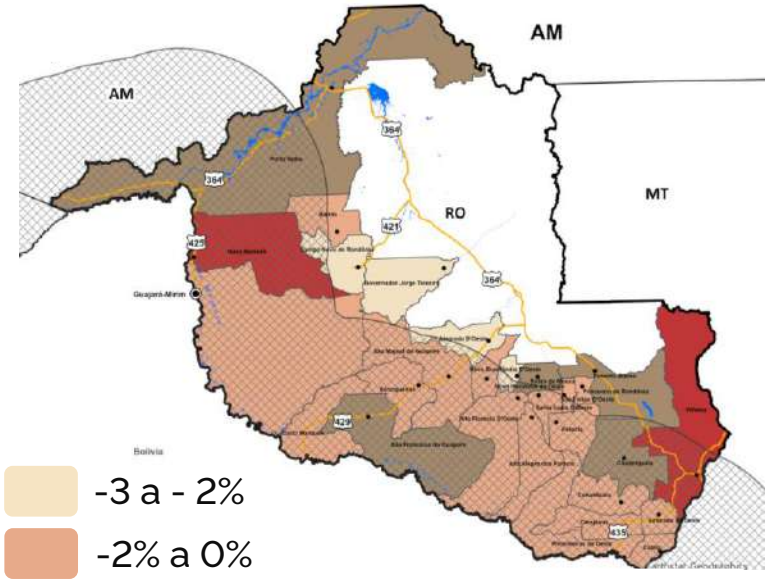


< 10mil
> 10 a 20 mil
> 20 a 50mil
> 100mil

Porto Velho é o único município da Faixa com população acima de 400mil habitantes. ***Vilhena e Rolim Moura possuem mais de 50 mil habitantes.***

Taxa de crescimento anual 2010-2022

Fonte: Censo IBGE,2010-2022

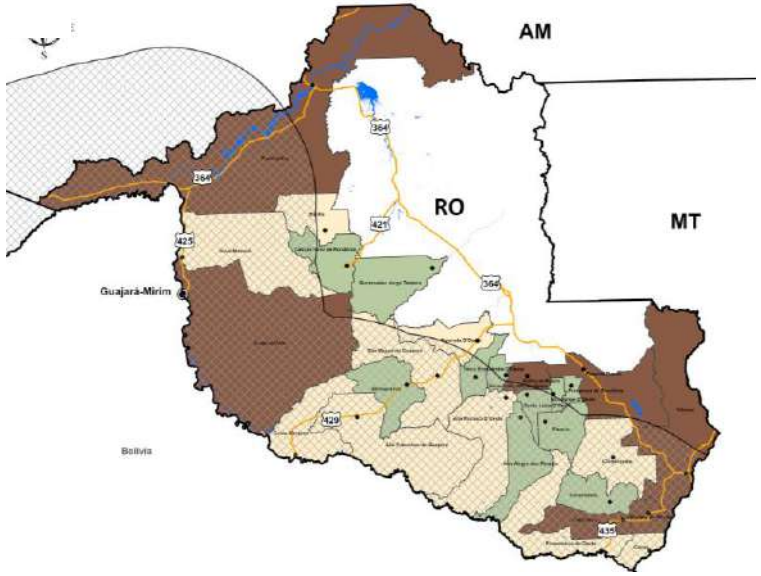


-3 a - 2%
-2% a 0%
0% a 1%
> 1%

Cidades da Faixa de Fronteira de Rondônia perderam população na última década.. ***Guajará-Mirim foi uma das cidades que perdeu população (no período, + de 5%)***

Grau de Urbanização 2022

Fonte: Censo IBGE,2022



< 50%
>50% a 70%
> 70%

As cidades de Porto Velho, Guajará-mirim, Cerejeiras, Rolim de Mouram e Vilhena possuem mais de ***80%*** *de população em área urbana*

Análise por Eixos Temáticos

Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Com grande extensão, a faixa de fronteira amazônica abriga uma diversidade de usos, desde áreas protegidas destinadas à conservação ambiental até territórios pressionados por atividades ilegais e expansão urbana desordenada. Compreender as dinâmicas de acesso, uso e gestão da terra é essencial para a formulação e implementação de políticas públicas.

Infraestrutura para o Desenvolvimento

O planejamento e os investimentos em infraestruturas devem ser conduzidos de forma criteriosa, de modo a garantir os direitos das comunidades locais e sem comprometer a sociobiodiversidade. A Floresta em pé é um ativo local para o desenvolvimento da região amazônica.

Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

O desenvolvimento sustentável exige um equilíbrio entre o crescimento econômico, a conservação ambiental e a justiça social. O fomento às atividades produtivas sustentáveis, em especial a bioeconomia, surge como caminho para garantir que o aproveitamento dos recursos naturais ocorra de forma responsável e regenerativa.

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

A proteção de Povos e Comunidades Tradicionais, reconhecidos por suas formas de organização social e cultural relacionadas aos seus vínculos com o território e com a natureza, constitui dimensão essencial para qualquer projeto comprometido com o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Integração Regional, Migrações e Segurança

Interações entre países fronteiriços ao mesmo tempo que facilitam os fluxos comerciais, políticos e culturais, envolvem o gerenciamento das migrações e questões de segurança. A análise das dinâmicas migratórias e dos contextos de violência e criminalidade é fundamental para compreender os desafios e oportunidades para a integração regional no contexto da fronteira amazônica.

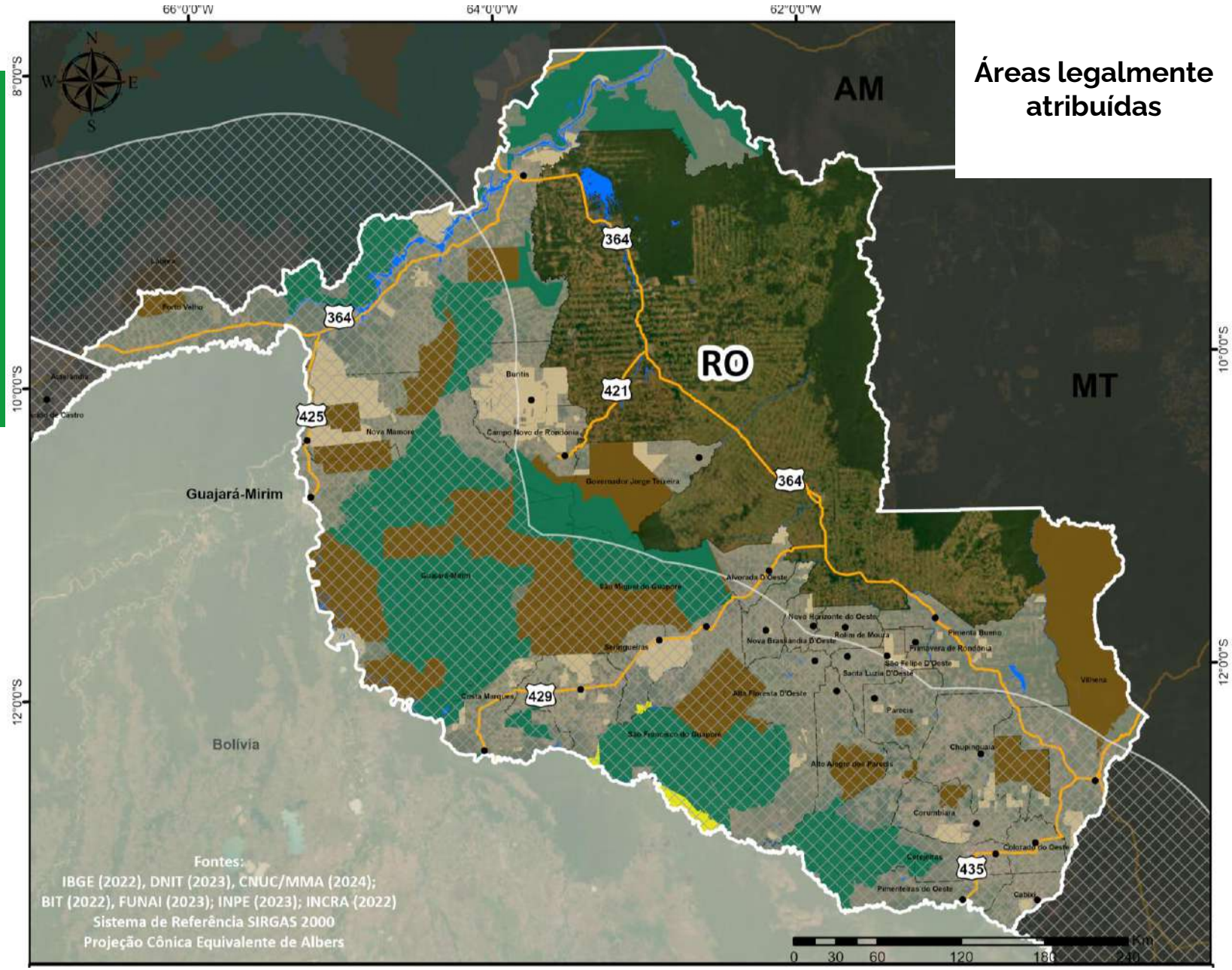
Eixo temático 1:

Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental e climática

Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Territórios Quilombolas recobrem mais da metade da faixa de fronteira do Estado de Rondônia

(55,4%)

Áreas legalmente atribuídas



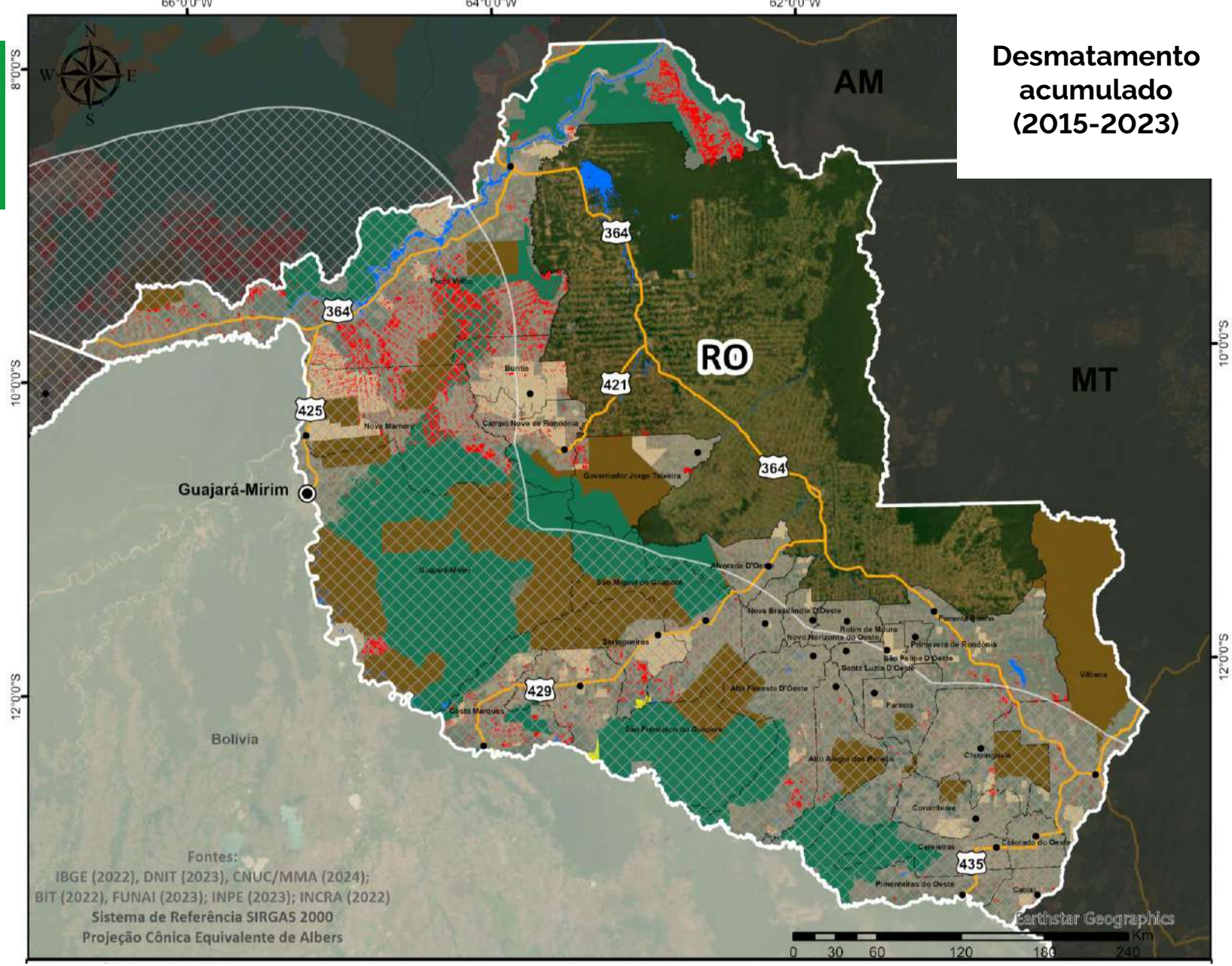
Eixo temático 1:

Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental e climática

O Desmatamento acumulado em Rondônia (2015-2023) apresenta **focos concentrados em áreas principalmente ao longo de eixos rodoviários como a BR-364** (Porto Velho-Rio Branco) e em **regiões próximas aos limites com o Acre e a Bolívia**.

O avanço acelerado da pecuária e da produção de soja tem **intensificado conflitos fundiários, especialmente no Cone Sul e ao longo da BR-429.**

Desmatamento acumulado (2015-2023)



Eixo temático 1:

Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental e climática

Mudanças climáticas têm provocado **transformações nos ciclos naturais, como os períodos de cheia e vazante dos rios**.

Rondônia enfrenta **riscos climáticos associados a inundações, enxurradas e eventos de seca.** Municípios como **Guajará-Mirim, Pimenta Bueno e Porto Velho** são classificados com risco alto para inundações e enxurradas.

De acordo com os critérios do PPA 2024–2027 e do ICM/SEDEC (2025), **Alto Alegre dos Parecis, Alta Floresta D'Oeste, Governador Jorge Teixeira e Nova Brasilândia do Oeste** são municípios prioritários para ações de prevenção de desastres.

Foto: G1/Rede Amazônica

Foto: Michael Dantas / AFP

Eixo temático 2:

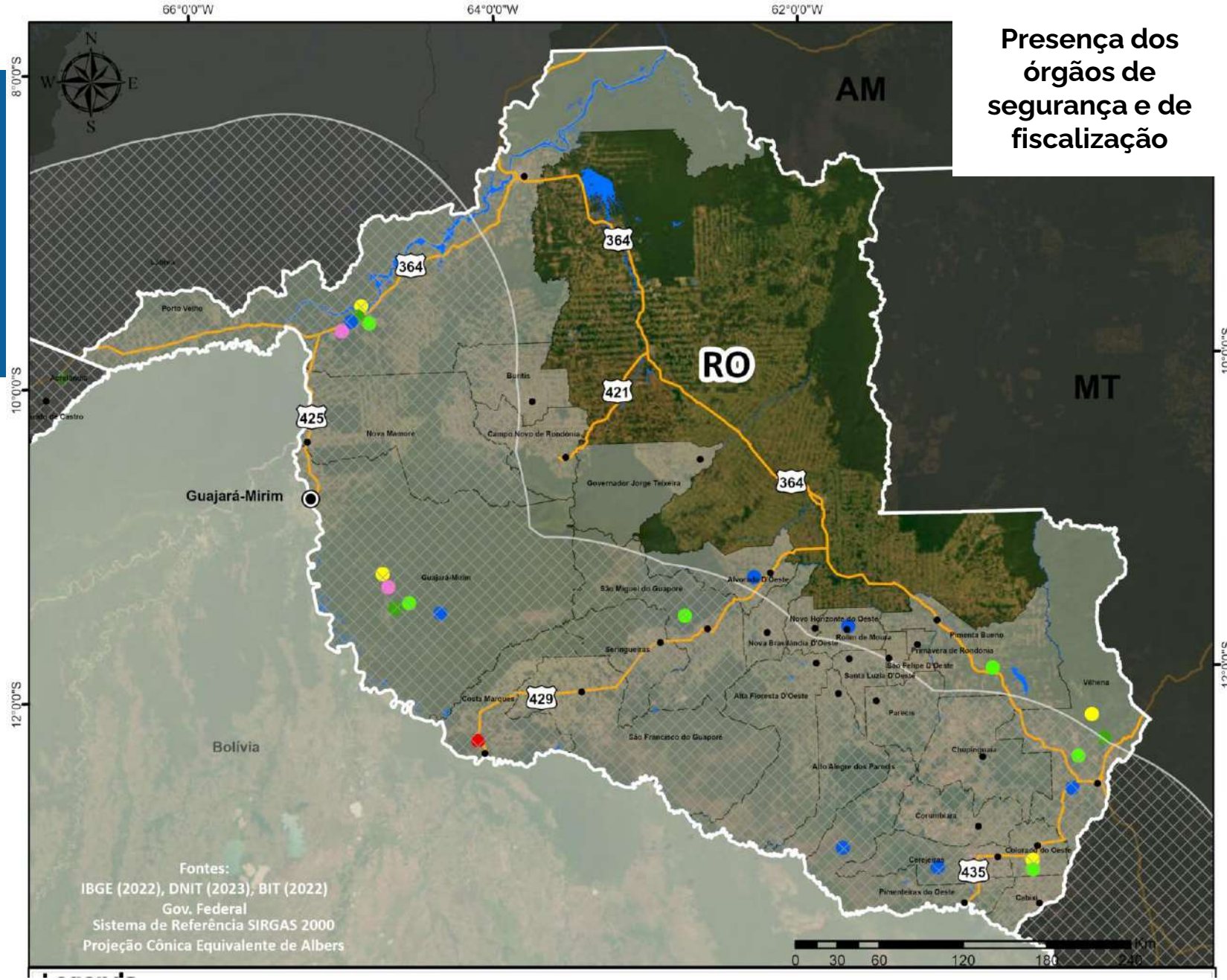
Infraestrutura para o Desenvolvimento

Unidade do Pelotão Especial de Fronteira, localizado em Costa Marques, que é responsável pelo patrulhamento terrestre em pontos estratégicos da fronteira.

Receita Federal possui **posto de inspetoria em Guajará-Mirim**.

Posto de Vigiagro em Porto Velho e Guajará-Mirim, para **controle e fiscalização do trânsito internacional de produtos agropecuários**.

Presença dos órgãos de segurança e de fiscalização

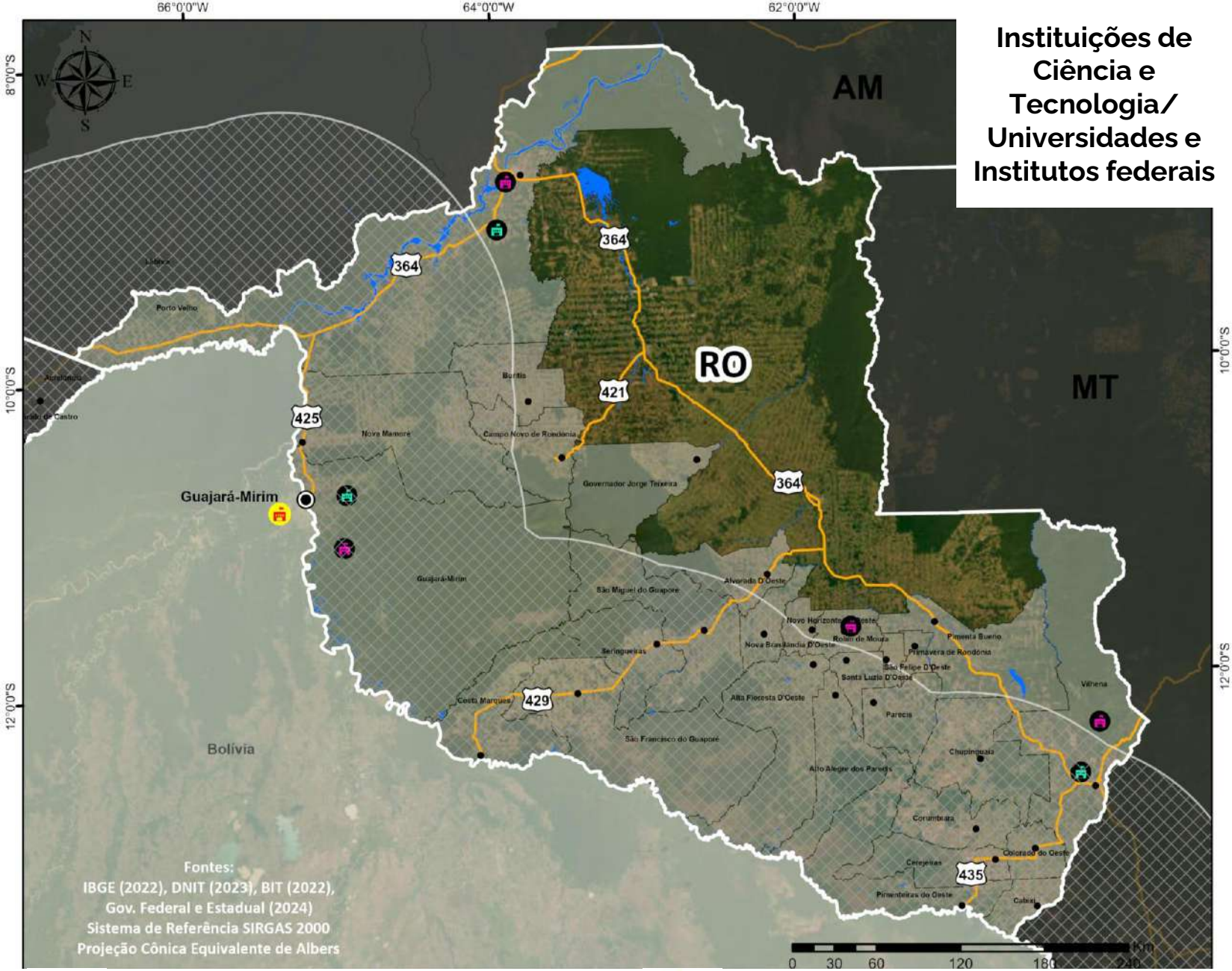


- Pelotão Especial de Fronteira
- Forças Armadas
- Polícia Rodoviária Federal
- Polícia Federal
- Receita Federal
- Vigilância Agropecuária Internacional

Eixo temático 2:
Infraestrutura para o Desenvolvimento

Presença da UNIR e IFRO, desempenhando **papel importante para qualificação de profissionais e como polos de integração e cooperação transfronteiriça**.

Universidad Autónoma del Beni José Ballivián (UAB-JB), localizada na cidade gêmea internacional de Guayaramerín (Bolívia).



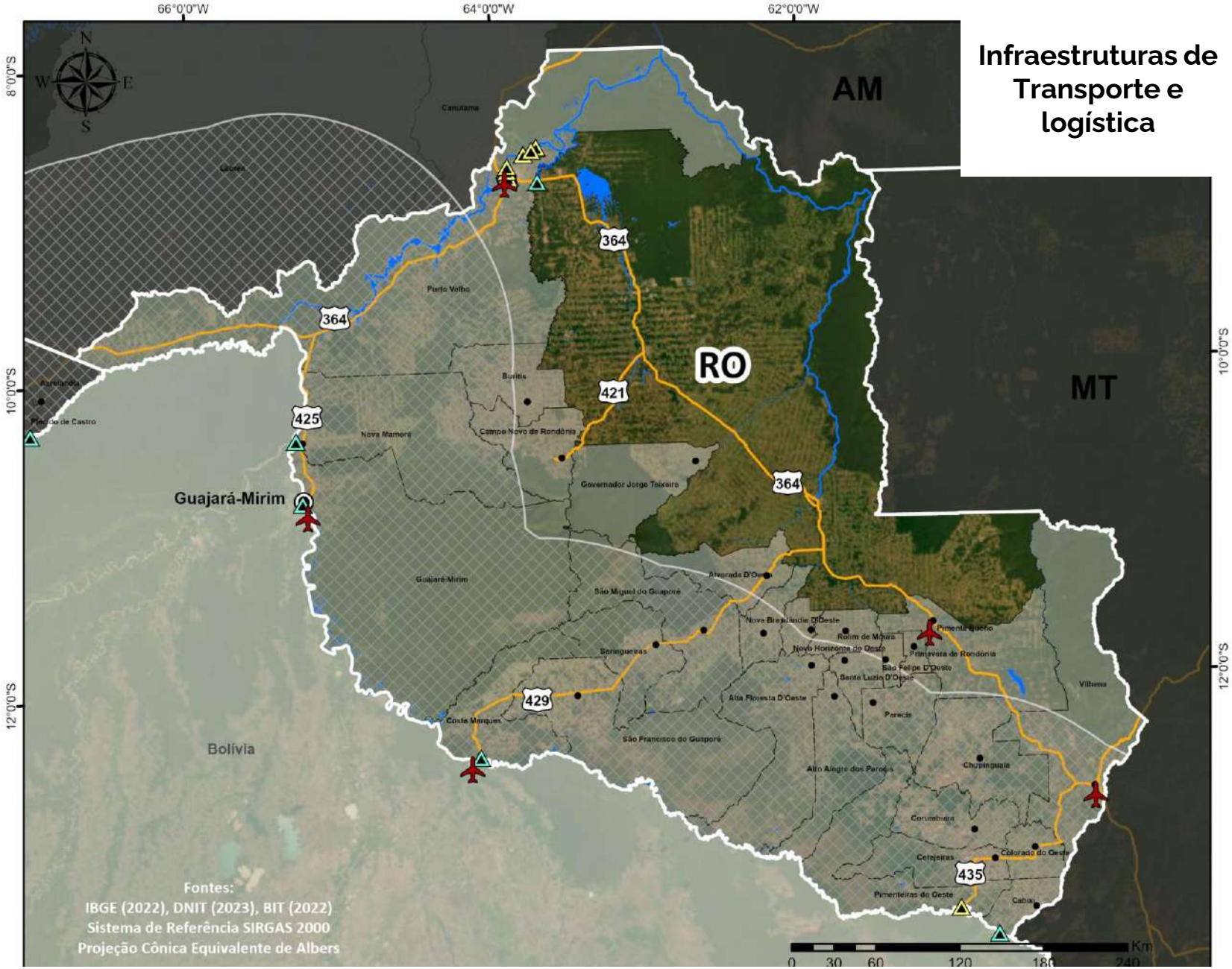
Eixo temático 2:
Infraestrutura para o Desenvolvimento

Infraestruturas de Transporte e logística

BR-364 desempenha papel estratégico na conectividade da região.

Há portos em operação nas cidades de Porto Velho, Guajará-Mirim e Pimenteiras do Oeste.

Rondônia possui apenas **1 aeroporto concedido**, **da capital Porto Velho.** Outros 4 aeroportos operam regionalmente.



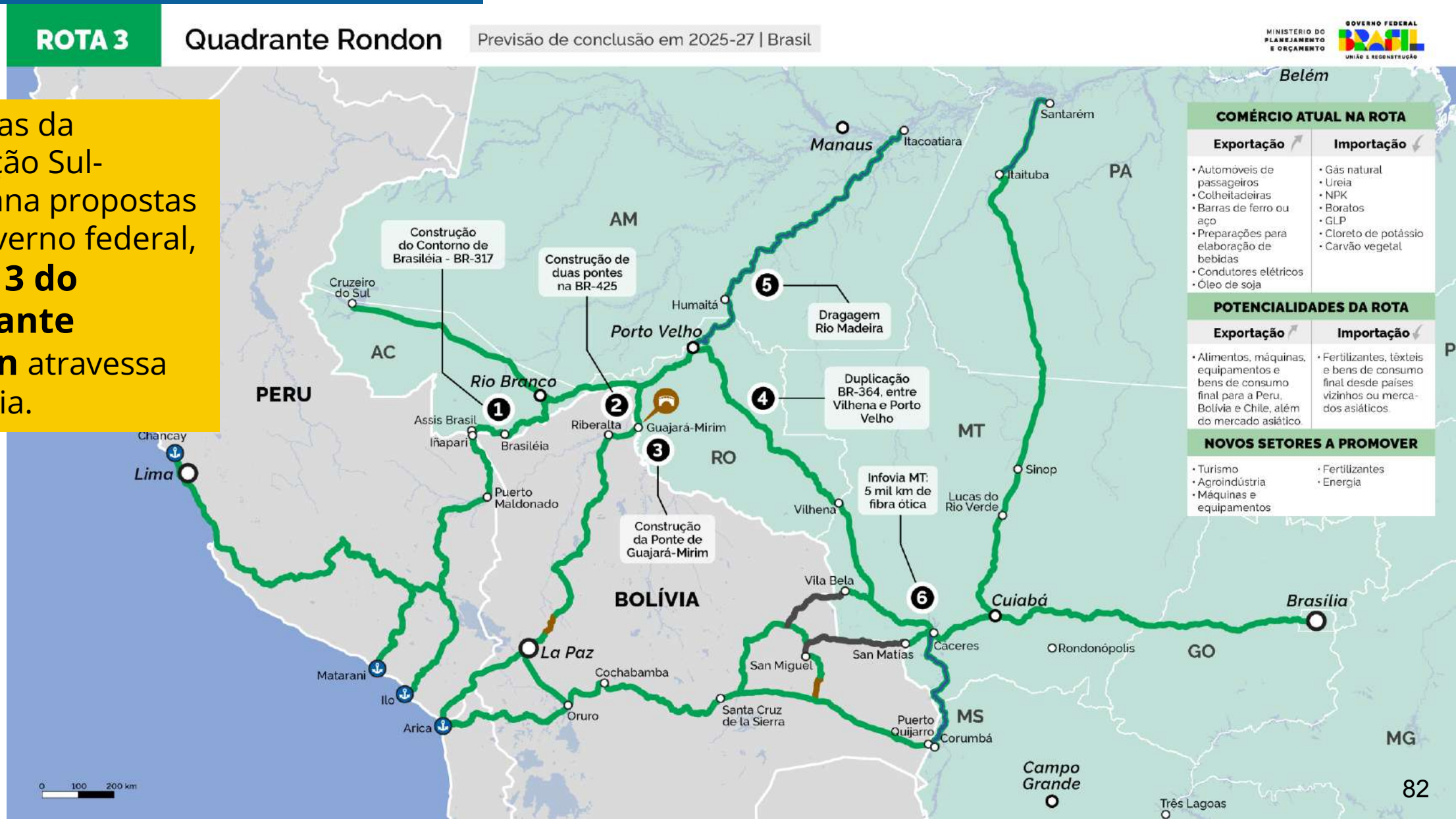
Aeroportos

Rodovias Federais implantadas

Portos
Em operação
Planejados

Eixo temático 2:
Infraestrutura para o Desenvolvimento

Das Rotas da Integração Sul-Americana propostas pelo governo federal, **a Rota 3 do Quadrante Rondon** atravessa Rondônia.



Eixo temático 2:
Infraestrutura para o Desenvolvimento

O Programa Projeto Rotas de Integração Sul-americana, vinculado ao MPO, tem como objetivo promover a integração logística entre os países da América do Sul, facilitar o comércio e reduzir tempo e custo do transporte de mercadorias entre o Brasil e seus vizinhos e a Ásia.

Principais projetos de obras de infraestrutura previstos na Rota 3:

Rota	Síntese	Projeto	Localização
ROTA 3 **QUADRANTE RONDON**	Exportação de alimentos, máquinas, equipamentos e bens de consumo final para a Peru, Bolívia e Chile, além do mercado asiático. (*)	**Construção do Contorno de Brasileia (BR-317)**	**Brasileia (AC)**
		Construção de duas pontes na BR-425	
		Construção da Ponte de Guajará-Mirim	**Guajará-Mirim (RO)**
		Duplicação da BR-364	**Entre Vilhena (RO) e Porto Velho (RO) - parcialmente na Faixa de Fronteira)**
		Dragagem do Rio Madeira	**Entre Porto Velho (RO) e Itacoatiara (AM) - fora da Faixa de Fronteira**
		Infovia MT	**Mato Grosso - fora da Faixa de Fronteira**

Eixo temático 2:
Infraestrutura para o Desenvolvimento

Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA 2024-2027)

Aprovado pela Resolução CONDEL/SUDAM nº 106, de 4 de agosto de 2023, o PRDA foi elaborado nos termos do inciso II, art. 4º da Lei Complementar nº 124/2007. Com vigência de 2024 a 2027, o PRDA abrange 06 Eixos, 11 Programas e 79 Ações Estratégicas

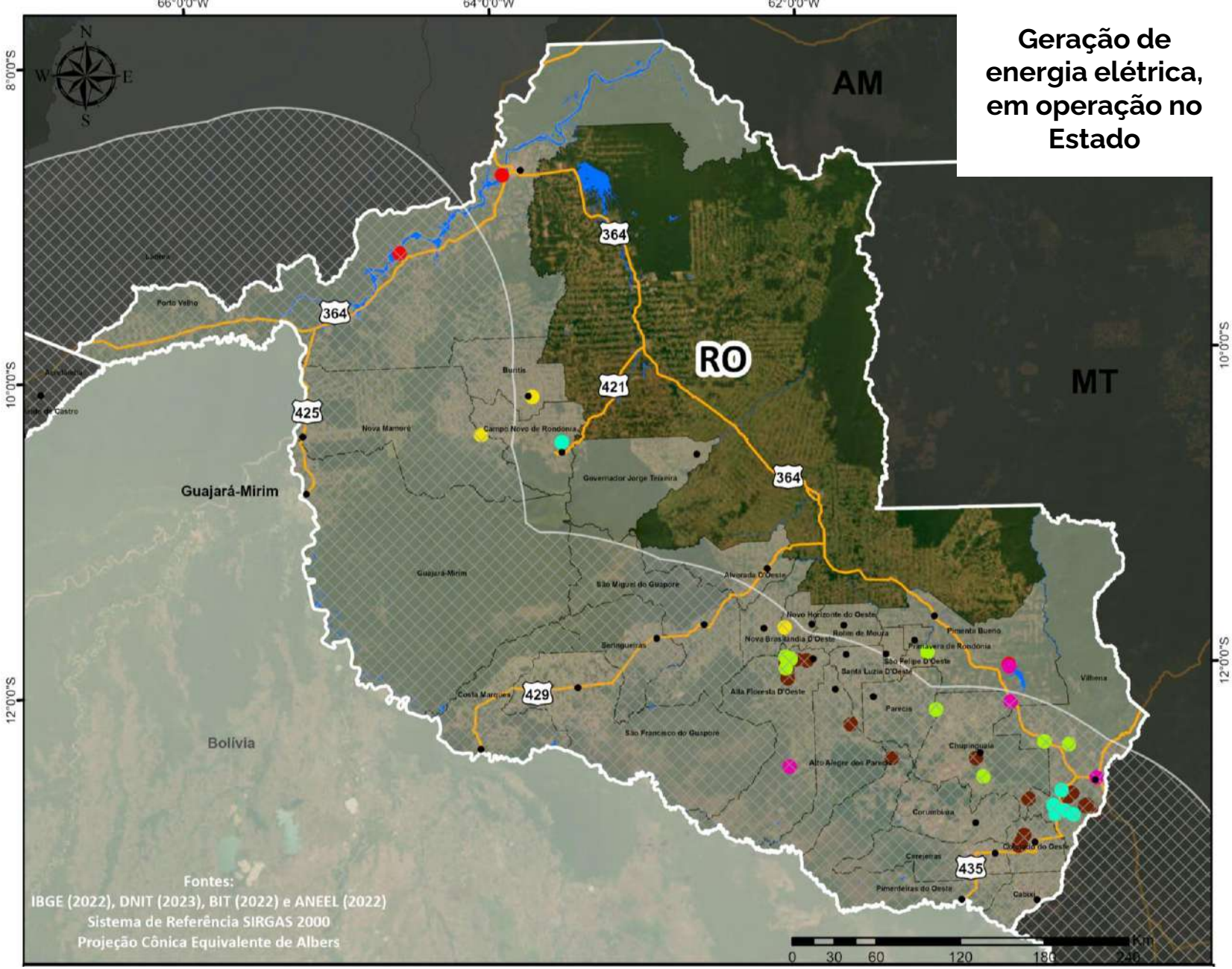
Relação com a Faixa de Fronteira	Projeto
Incidência direta na Faixa de Fronteira	**Fortalecimento do abastecimento e da comercialização dos produtos agrícolas do estado de Roraima**
	Expansão da Infovia - Rondônia Integrada
Incidência possível na Faixa de Fronteira	**Construção da Passarela Marechal Rondon**
	Renovação do Parque Tecnológico da Saúde
	Aquisição de Unidade Móvel de Educação Profissional

Eixo temático 2:
Infraestrutura para o Desenvolvimento

A expressiva geração de energia elétrica por fonte hidroelétrica no estado de Rondônia se deve à **operação de usinas hidrelétricas de grande porte em seus territórios.**

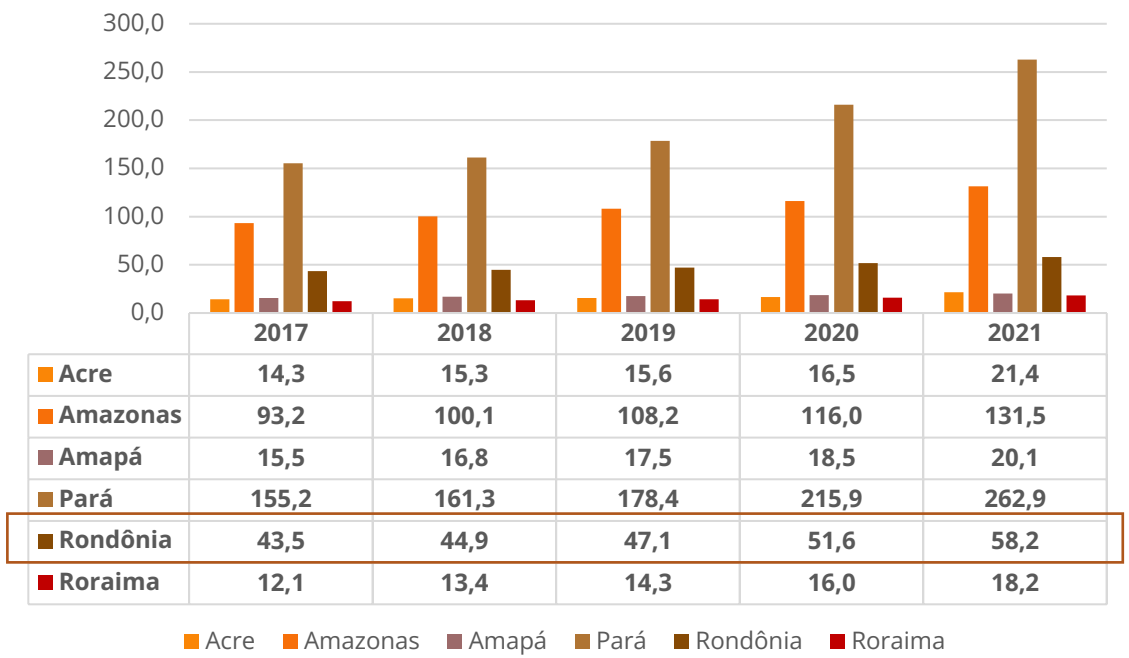
As Usinas Hidrelétricas de **Santo Antônio e Jirau** instaladas no Estado de Rondônia localizam-se no Rio Madeira, no Município de Porto Velho.

Geração de energia elétrica, em operação no Estado



Eixo temático 3:

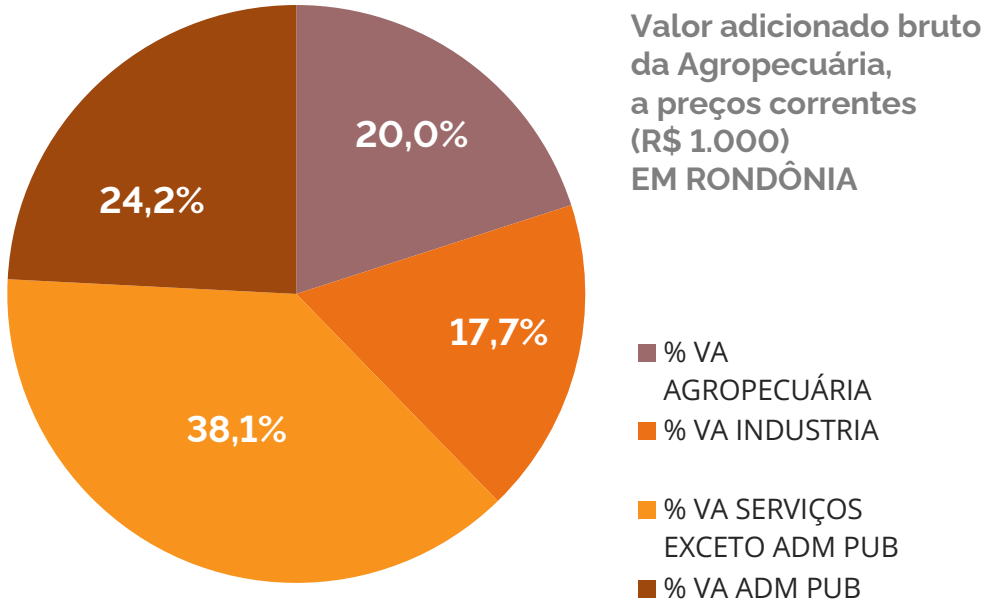
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social



	2017	2018	2019	2020	2021
Acre	14,3	15,3	15,6	16,5	21,4
Amazonas	93,2	100,1	108,2	116,0	131,5
Amapá	15,5	16,8	17,5	18,5	20,1
Pará	155,2	161,3	178,4	215,9	262,9
Rondônia	43,5	44,9	47,1	51,6	58,2
Roraima	12,1	13,4	14,3	16,0	18,2

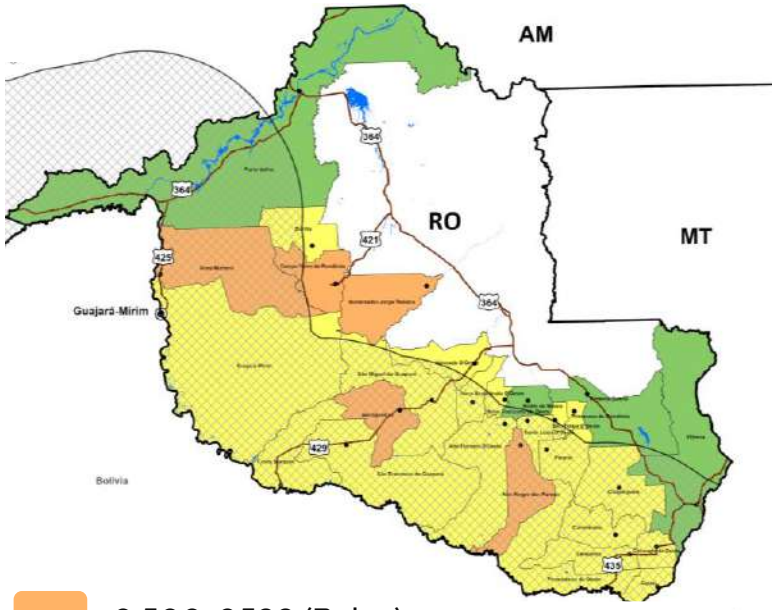
- Rondônia é a **terceira maior economia da Faixa de Fronteira da Região Norte**

- O **setor de serviços tem uma contribuição relevante em Rondônia** (64,2%), em especial os serviços de administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social. No entanto, **destaca-se também a agropecuária que se mostra mais relevante no estado** de Rondônia dentre os demais estados do Arco Norte e Rondônia (20,9%).



Eixo temático 3:
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

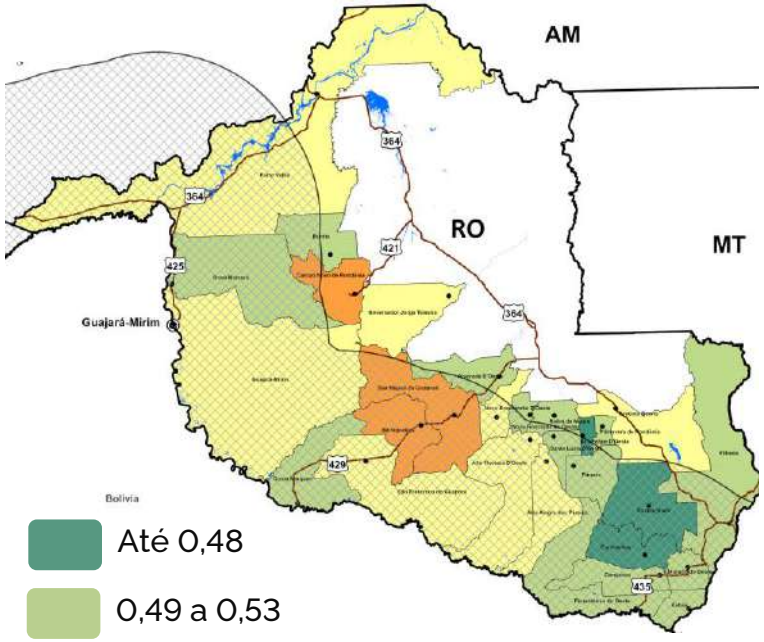
IDHM 2010



- 0,500-0599 (Baixo)
- 0,600-0,699 (Médio)
- 0,700-0,799 (Alto)

Rolim de Moura, Pimenta Bueno, Porto Velho e Vilhena possuem IDHM altos.

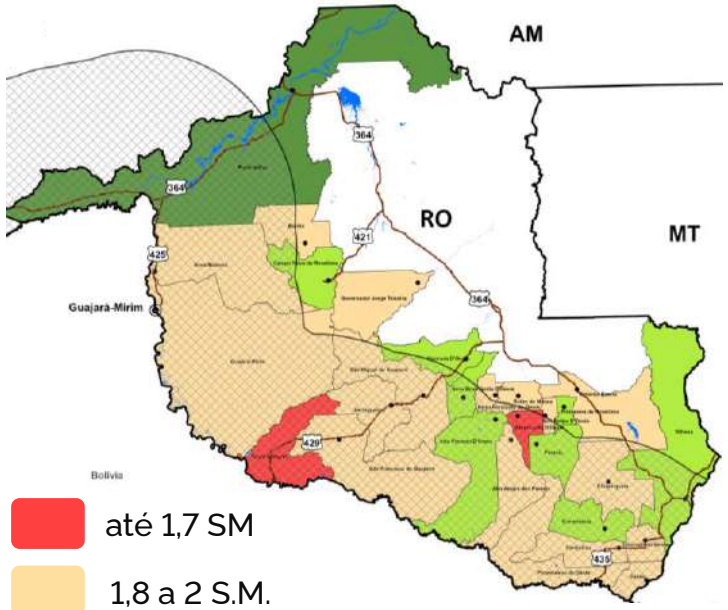
Índice de GIINI 2010



- Até 0,48
- 0,49 a 0,53
- 0,54 a 0,60
- 0,61 a 0,70

Seringueiras, São Miguel de Guaporé e Campo Novo apresentam índice superior a 0,61, revelando maior desigualdade

Rendimento Domiciliar 2021



- até 1,7 SM
- 1,8 a 2 S.M.
- > 2 a 2,5 S.M.
- > 2,5 a 3,3 S.M.

Apenas a capital Porto Velho apresenta rendimento maior, com média de 3,3 SM. Costa Marques e Santa Luzia D' Oeste apresentam média de 1,7SM

Eixo temático 3:
Fomento às atividades produti
sustentáveis e inclusão social

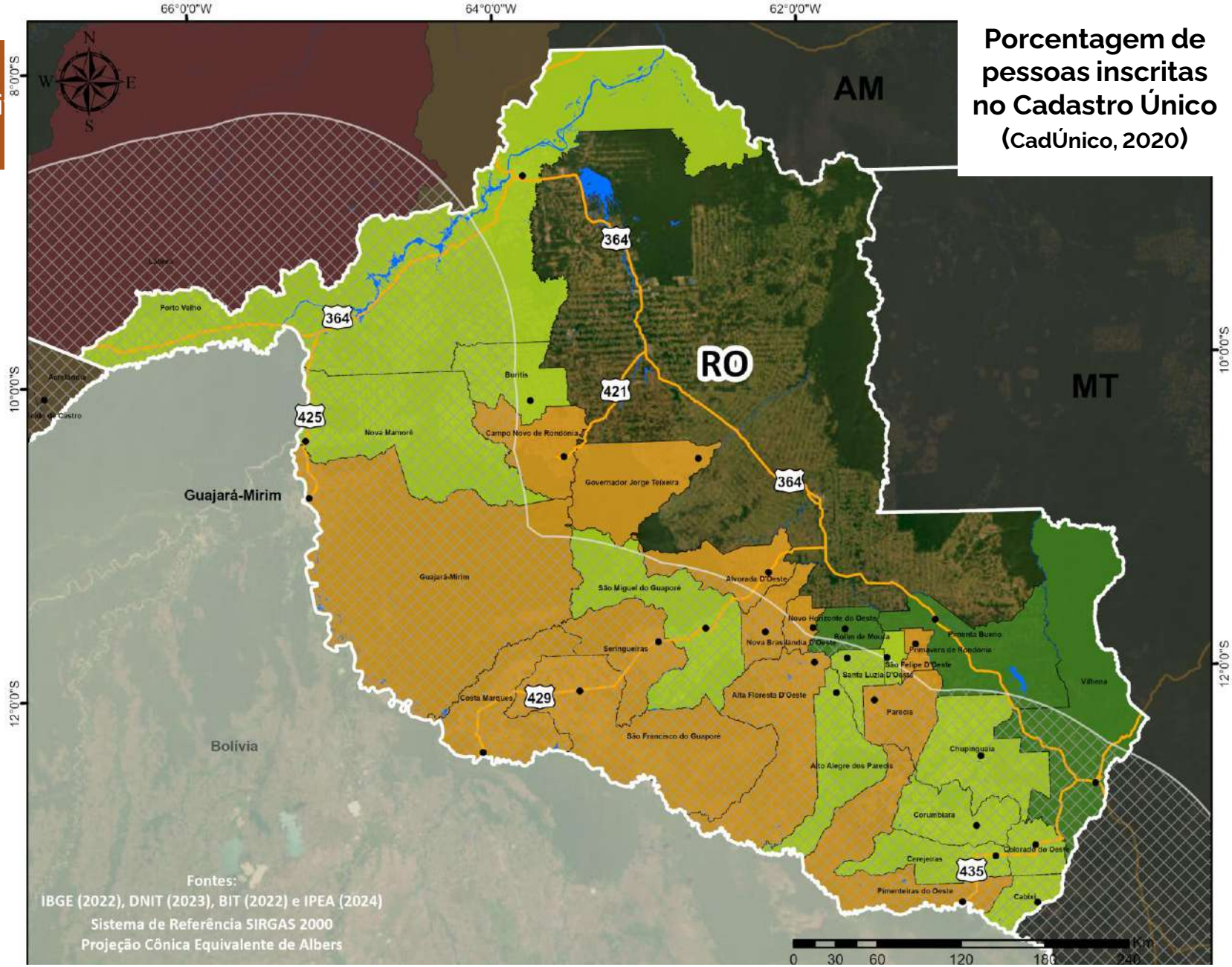
- Dentre os estados analisados, **Rondônia é o que possui a menor porcentagem de população inscrita no CadÚnico**, representando 36% da população.

- Em **Guajará-Mirim,** cerca de **62%** da população está inscrita em programas sociais.

- **Na capital Porto Velho, a porcentagem de inscritos é de 37,8%.**

- **Rolim de Moura, Pimenta Bueno e Vilhena apresentam menor percentual de inscritos (menos de 30%).**

Porcentagem de pessoas inscritas no Cadastro Único
(CadÚnico, 2020)



até 30% > 30% a 50% > 50%

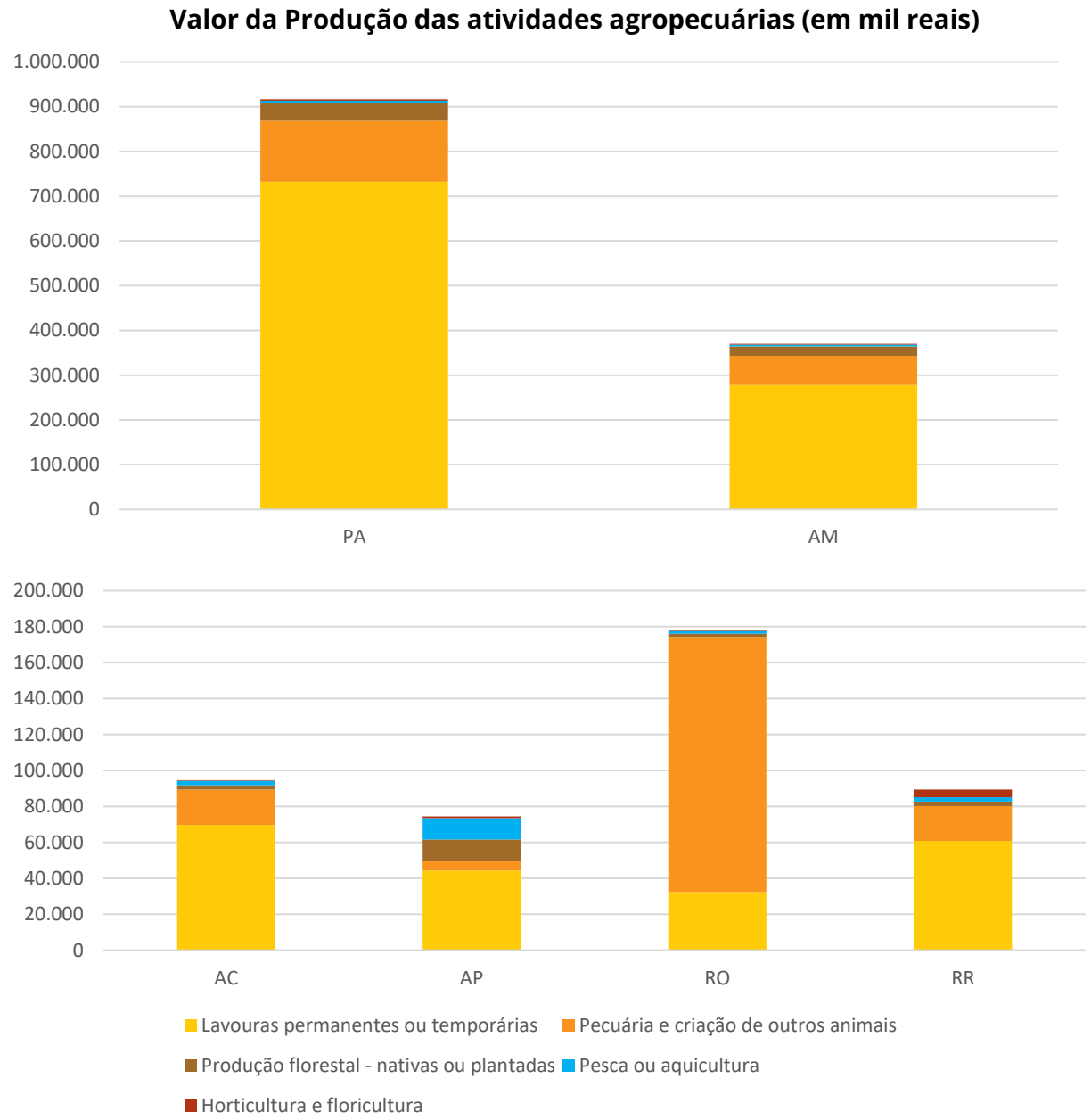
Eixo temático 3:
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

Os municípios de fronteira de Rondônia **apresentam mais de 80% sob condição de agricultura familiar** (Censo agropecuário, 2017)

Atividades pecuárias e de criação de animais ocupam o primeiro lugar no valor produzido.

Dados específicos sobre extração vegetal mostram que com relação às exportações de Castanha, **entre os dez maiores exportadores, em termos de valor FOB*, seis deles estão no estado de Rondônia, com Vilhena e Porto Velho liderando.**

Rondônia possui APL Sistemas Agroflorestais (SAFs)

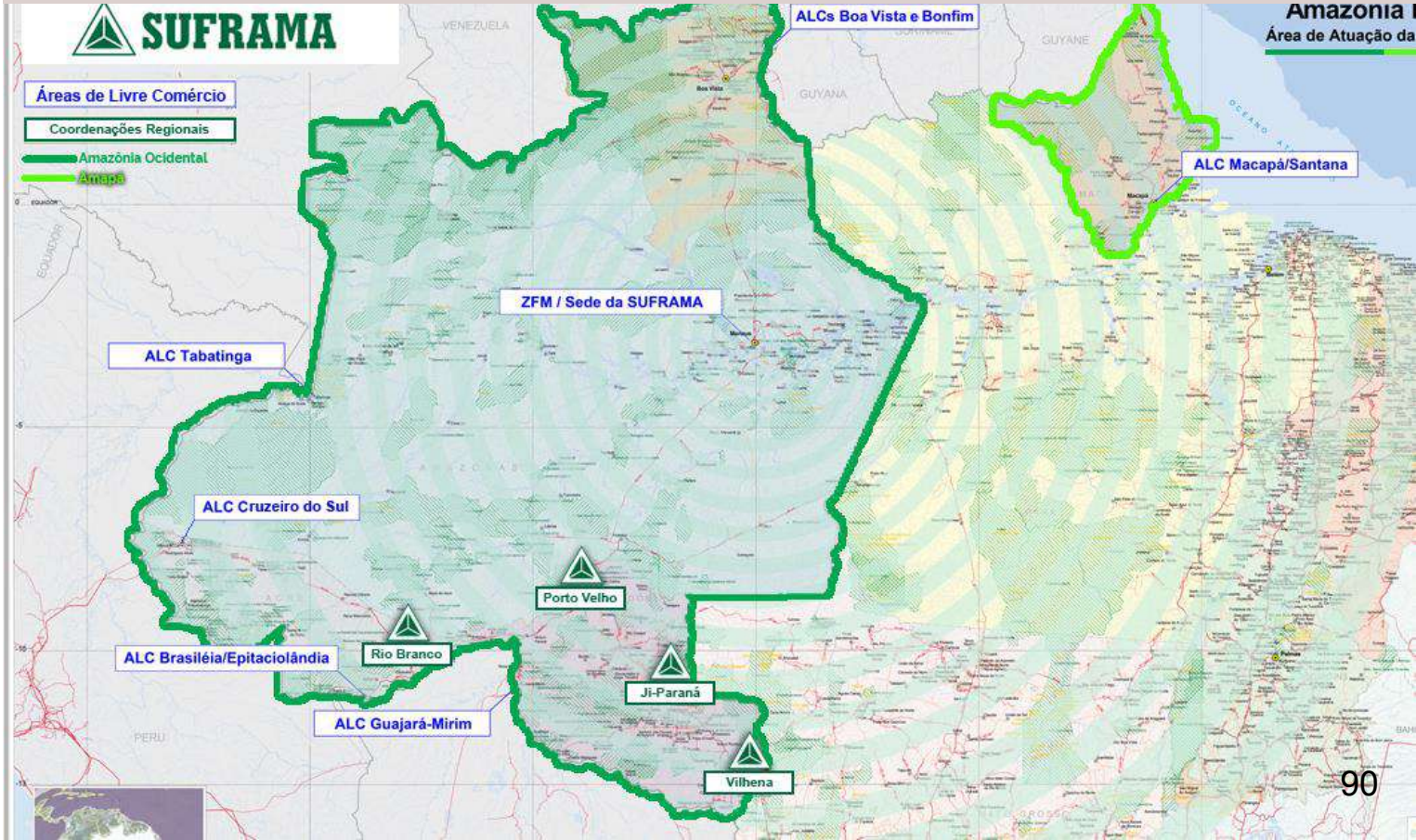


*valor FOB representa o preço da mercadoria e os custos associados até o momento em que ela deixa o local de origem.

Eixo temático 3:
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

As Áreas de Livre Comércio foram criadas para promover o desenvolvimento das cidades de fronteiras internacionais localizadas na Amazônia Ocidental e em Macapá e Santana, com o intuito de integrá-las ao restante do País, oferecendo benefícios fiscais semelhantes aos da Zona Franca de Manaus no aspecto comercial, como incentivos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)..

A ALC de Guajará-Mirim foi **criada pela Lei n° 8.210, de 19 de julho de 1991** e **regulamentada pelo Decreto n° 843, de 21 de junho de 1993**, que estabeleceu os limites da ALC dentro do município. Guajará-Mirim faz fronteira com a cidade de Guayaramirim (Bolívia) e tem uma área de aproximadamente 24.856 km², sendo o segundo maior município de Rondônia, perdendo em extensão apenas para a capital, Porto Velho.



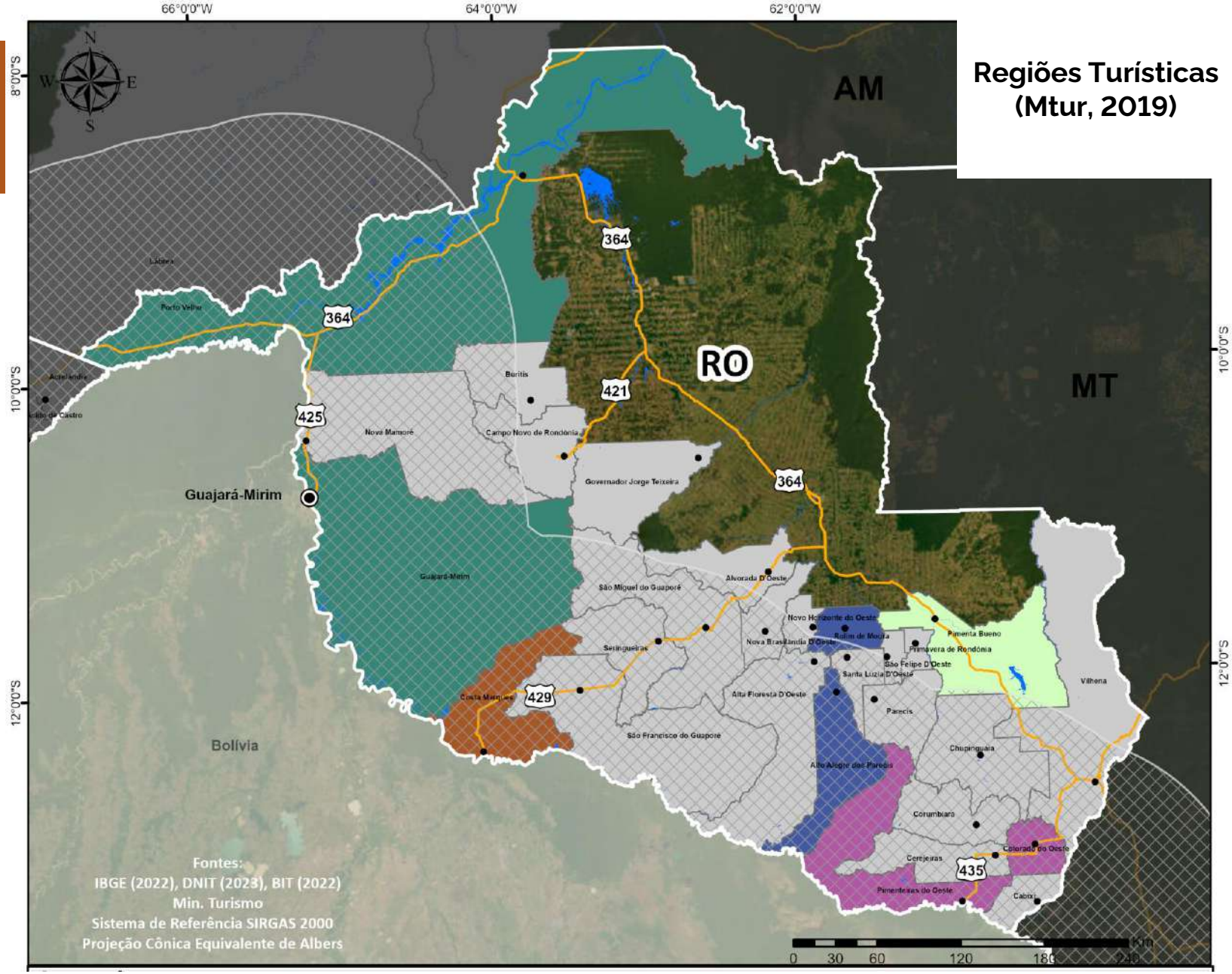
Eixo temático 3:
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

8 municípios na Faixa de Fronteira estão distribuídos em cinco regiões turísticas.

Porto Velho é o único classificado na Categoria A, enquanto os demais municípios pertencem às Categorias C e D.

Guajará-Mirim é o segundo município com a maior estimativa de turistas domésticos.

Regiões Turísticas (Mtur, 2019)



Polo Madeira Mamore

Polo Região dos Fortes

Polo Vale do Guaporé

Polo Zona da Mata

Polo Rios de Rondon

Eixo temático 4:

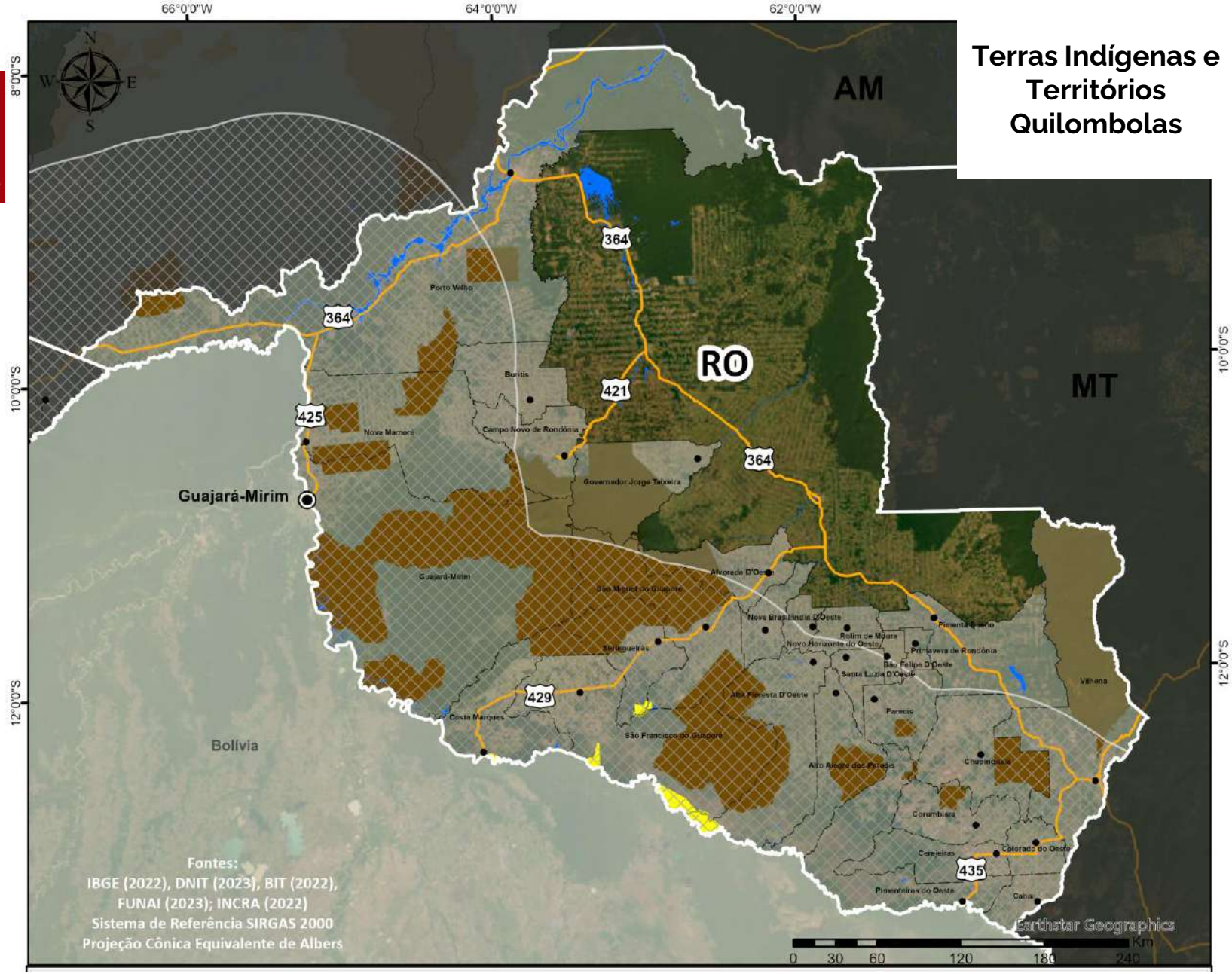
Povos indígenas e Comunidades tradicionais

Noção de fronteira não é necessariamente uma referência, uma vez que pode haver trânsito entre terras de um lado e de outro dos países.

Em Rondônia, há **19 terras indígenas localizadas na Faixa de Fronteira**.

Há **4 Territórios Quilombolas Certificados localizados em Rondônia** – em territórios dentro da Faixa de Fronteira.

Terras Indígenas e Territórios Quilombolas



Terra Indígena

Território Quilombola

Eixo temático 4:

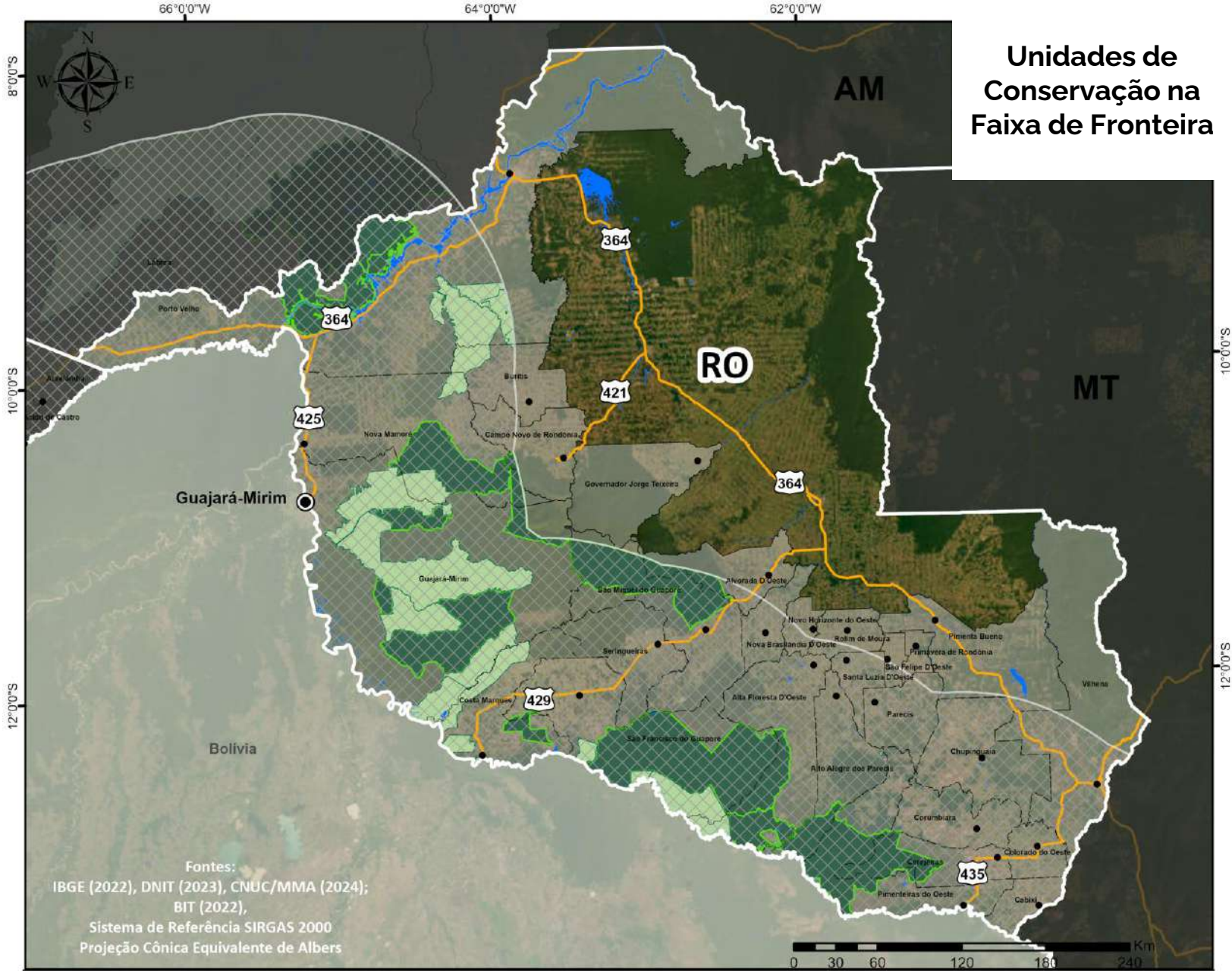
Povos indígenas e Comunidades tradicionais

Há 29 Ucs, sendo 16 de Uso Sustentável.

A maioria das Resex está no território de **Guajará Mirim.**

A região do Vale do Guaporé possui riqueza ambiental, diversidade cultural e importância estratégica para a conservação dos recursos naturais.

Unidades de Conservação na Faixa de Fronteira



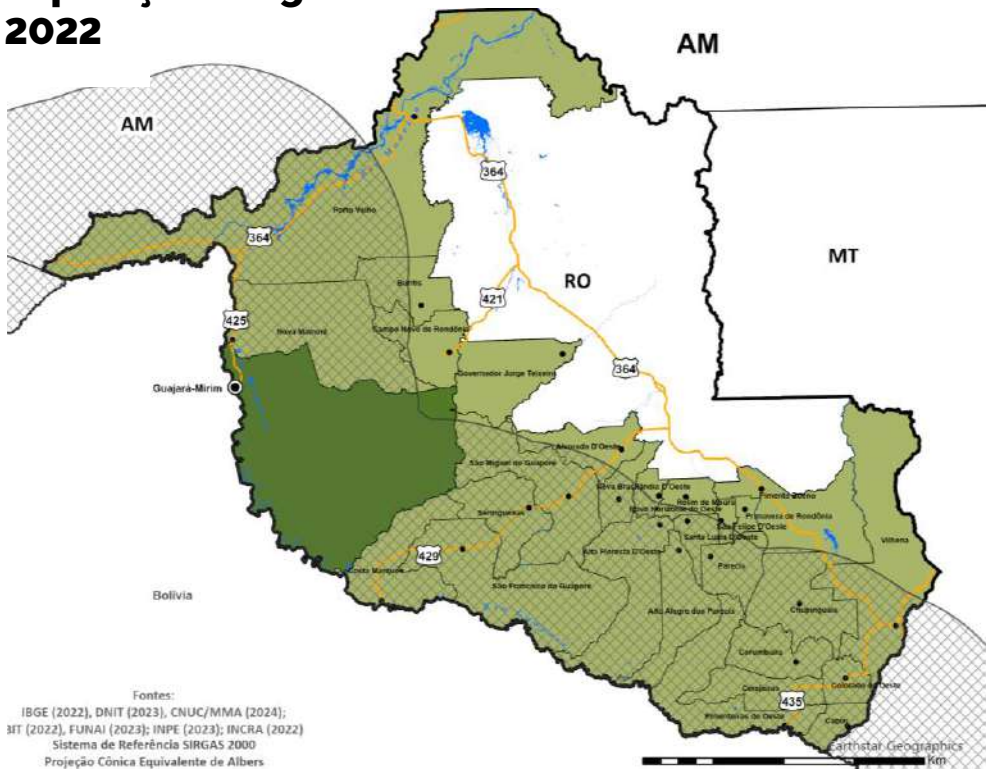
UC de Uso Sustentável

UC de Proteção Integral

Eixo temático 4:

Povos indígenas e Comunidades tradicionais

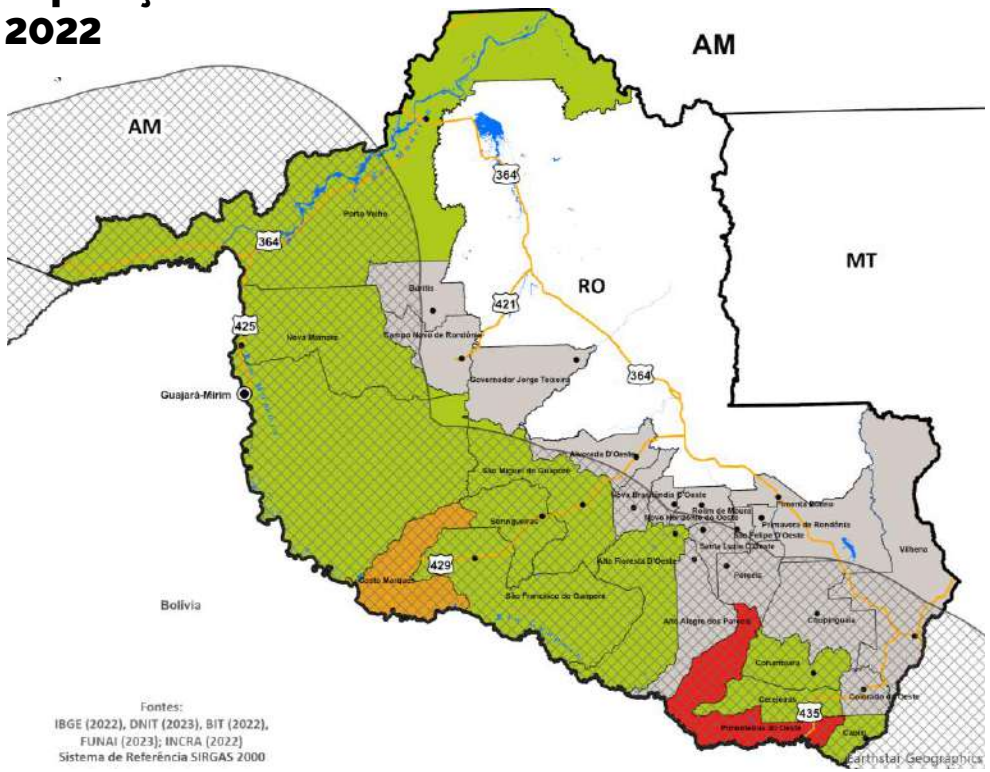
População Indígena 2022



até 10% > 10%

Maior população indígena é verificada em Guajará Mirim (14% da pop.).

População Quilombola 2022



até 10% > 10% a 20% > 20%

Pimenteiras do oeste possui 24% de população quilombola. Em Costa Marques, a população quilombola é de 10,65%,

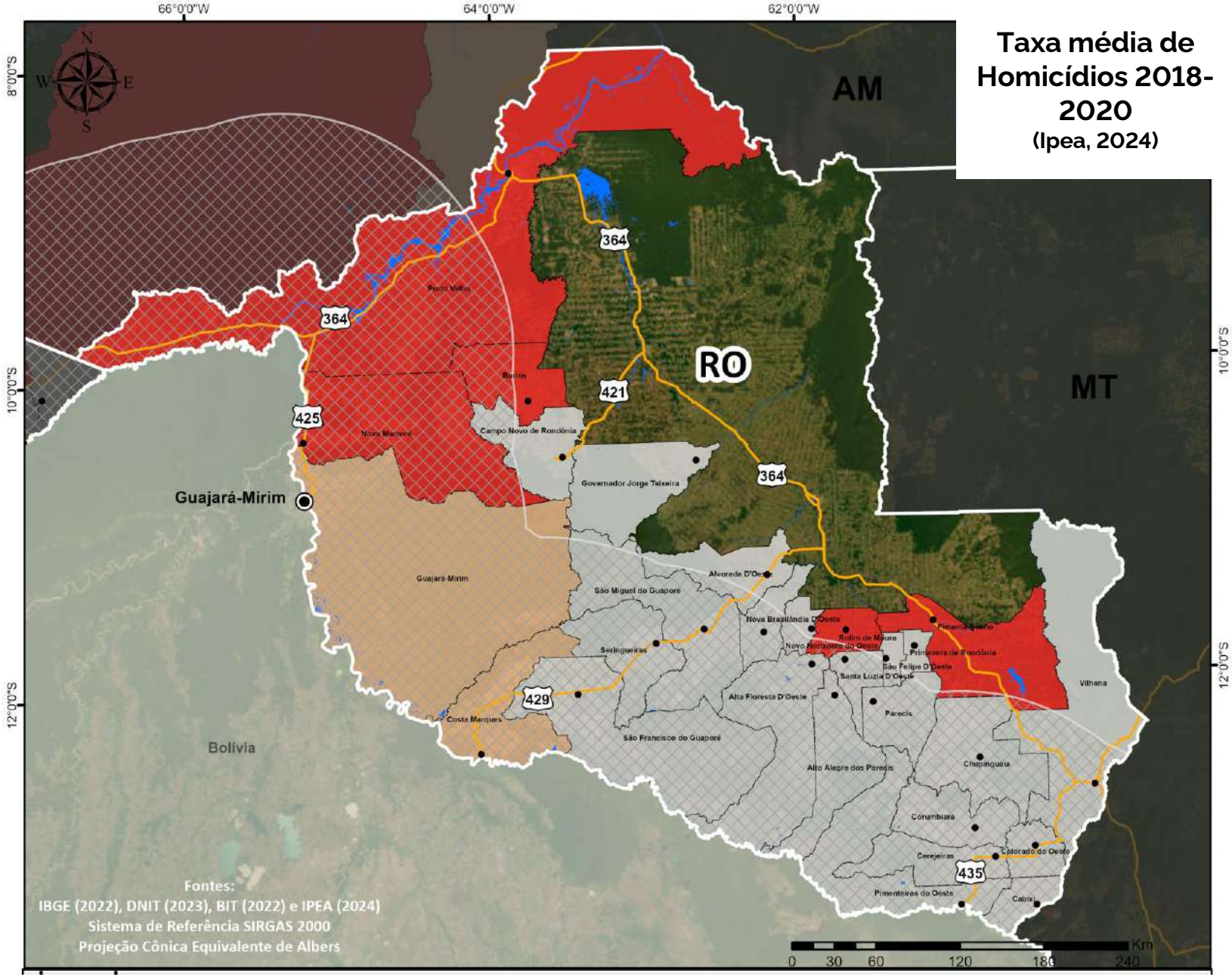
Eixo temático 5:

Integração regional, migrações e segurança

Violência é agravada pelos **conflitos agrários e fundiários**, com a expansão da fronteira agrícola e a grilagem de terras, além do tráfico e milícias armadas.

Embora o estado não esteja entre os mais violentos da região Norte, observa-se uma **tendência de aumento nas taxas de homicídios nos últimos anos** (Santos, 2024, p. 123).

Taxa média de Homicídios 2018-2020
(Ipea, 2024)



Eixo temático 5:

Integração regional, migrações e segurança

- ✓ Municípios de Costa Marques, Pimenteiras do Oeste, Cabixi, Alto Alegre dos Parecis, São Francisco do Guaporé, Cerejeiras, Nova Brasilândia D'Oeste, Santa Luzia D'Oeste, São Miguel do Guaporé, Chupinguaia, Parecis, Seringueiras, Alvorada D'Oeste e Novo Horizonte do Oeste, **os conflitos agrários** são a principal forma de violência, impulsionados por disputas de terras e a falta de regularização fundiária (Cerqueira; Bueno, 2024 a, p. 35).

- ✓ Em Guajará-Mirim e Nova Mamoré, a proximidade com a fronteira boliviana favorece o **tráfico de drogas e os crimes transfronteiriços** (FBSP, 2023, p. 12).

- ✓ Municípios como Alta Floresta D'Oeste, Corumbiara, e Campo Novo de Rondônia enfrentam violência relacionada ao **desmatamento ilegal e crimes ambientais**, devido à expansão da fronteira agrícola e à exploração madeireira ilegal (Cerqueira; Bueno, 2024 a, p. 41).

PRINCIPAIS DESAFIOS

- **Segurança como questão multidimensional:** crimes ambientais como desmatamento, garimpo e exploração ilegal de madeira e grilagem de terras articulados a redes do narcotráfico e outros ilícitos transfronteiriços comprometem a segurança e a preservação socioambiental.
- **Avanço da fronteira agropecuária sobre áreas protegidas:** o que pressiona áreas protegidas e de produção familiar com intensificação de conflitos fundiários.
- **Intensificação dos eventos climáticos:** riscos climáticos associados a inundações, enxurradas e eventos de seca. Municípios como Guajará-Mirim, Pimenta Bueno e Porto Velho são classificados com risco alto para inundações e enxurradas.
- **Presença governamental:** há necessidade de maior efetivo de servidores e de integração entre os órgãos e esferas do governo atuantes nas fronteiras, além do desafio da baixa capacidade institucional de gestão ambiental e urbana.
- **Políticas e Acordos de integração entre os países fronteiriços**: há necessidade de estabelecer ou formalizar acordos bilaterais com a Bolívia, em especial nas relações comerciais.
- **Estruturação de cadeias produtivas sustentáveis:** dificuldades no beneficiamento, escoamento e comercialização de produtos, além de necessidade de ampliação de assistência técnica e extensão rural, o que limita a geração de valor.
- **Fragilidades das políticas de regularização fundiária:** sobreposições nos registros do CAR e demora na validação, bem como dificuldade de acesso a recursos (Agricultura familiar/Pequenos Produtores)
- **Precariedade de infraestruturas e serviços:** malha viária insuficiente, falta de investimento no setor de cargas e transporte fluvial, precariedade das instalações portuárias, transporte aéreo oneroso, baixa cobertura de telefonia móvel e internet.
- **Desigualdade na distribuição da atividade turística:** concentração em Porto Velho, enquanto demais municípios carecem de infraestrutura para desenvolvimento da atividade.

PRINCIPAIS POTENCIALIDADES

- **Floresta em pé como infraestrutura para o desenvolvimento:** Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Territórios Quilombolas recobrem mais da metade da faixa de fronteira do Estado de Rondônia (55,4%), oferecendo bases para ações integradas de gestão territorial e proteção dos ecossistemas decorrentes da ocupação por comunidades tradicionais.
- **Sociobioeconomia:** conhecimentos tradicionais são base para orientar políticas públicas em segmentos da bioeconomia. Em Rondônia, destaque para as potencialidades das cadeias produtivas da castanha, borracha nativa, açaí, copaíba, andiroba, etc.
- **Existência de redes articuladas de povos indígenas e comunidades tradicionais:** o que oferece base concreta para modelos de governança territorial participativos e sustentáveis.
- **Adoção crescente de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e outras técnicas de manejo sustentável:** o que contribui para a restauração ambiental, a geração de renda e o fortalecimento de cadeias produtivas alinhadas à conservação.
- **Potencial hidroviário e energético:** Rondônia tem autossuficiência energética, que representa 1/3 da produção da Região Norte, e se destaca pela diversidade de fontes.
- **Localização geográfica do estado:** o que favorece sua ascensão logística para rotas de integração transfronteiriça.
- **Fomento ao Turismo:** há regiões com atrativos para fortalecimento do ecoturismo, etnoturismo, turismo de culinária, etc.
- **Programas de financiamento:** há possibilidades de investimentos e crédito em ações de proteção ambiental, desenvolvimento da bioeconomia, crédito de carbono, etc.
- **Atuação do Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (NEIFRO):** como espaço estratégico de articulação de ações para desenvolvimento, segurança e integração regional da Faixa de Fronteira do Estado de Rondônia.

CONTRIBUIÇÕES AOS DESAFIOS E POTENCIALIDADES

- Trabalhar as Rotas de integração Sul-Americana**, Rota 3 - Quadrante Rondon**.
- As reservas deveriam ter um meio de **acesso estratégico terrestre ou fluvial regulamentado**, para que principalmente as instituições de preservação e/ou segurança tenham maior acessibilidade e controle do ambiente.
- **Proteção territorial das Terras Indígenas** da fronteira.
- **Avanços das agropecuárias** nas divisas da Terra Indígena**/ Avanço de crimes ambientais**
- Incentivo a **produção de artesanatos indígenas**

Intervalo

Voltaremos em 15 min para a Plenária

Plenária

Discussão e complementação dos Desafios e Potencialidades

Solicitar inscrição
Falas de 3 a 5 min

Eixo temático 1:

Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental e climática

DESAFIOS

- Crimes ambientais persistentes: áreas protegidas como Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Comunidades Quilombolas estão vulneráveis à grilagem, desmatamento e exploração predatória de recursos.
- Avanço da fronteira agropecuária sobre áreas protegidas: especialmente no Cone Sul e na BR-429, com pressão sobre áreas protegidas e de produção familiar e intensificação de conflitos fundiários.
- Intensificação dos eventos climáticos: Rondônia enfrenta riscos climáticos associados a inundações, enxurradas e eventos de seca. Municípios como Guajará-Mirim, Pimenta Bueno e Porto Velho são classificados com risco alto para inundações e enxurradas
- Baixa capacidade institucional para gestão de riscos climáticos: de acordo com os critérios do PPA 2024–2027 e do ICM/SEDEC (2025), Alto Alegre dos Parecis, Alta Floresta D'Oeste, Governador Jorge Teixeira e Nova Brasilândia do Oeste são municípios prioritários para ações de prevenção de desastres.
- Emissões de gases de efeito estufa: a principal fonte de emissões nos municípios de fronteira é do setor de "mudança de uso da terra e florestas", principalmente por conta de desmatamento expansão de pastagens. Observa-se ainda uma tendência de crescimento das emissões do setor agropecuário, que já se consolida como a segunda principal fonte de GEE em todos os municípios fronteiriços

POTENCIALIDADES

- Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Territórios Quilombolas recobrem mais da metade da faixa de fronteira do Estado de Rondônia (55,4%): oferecendo bases para ações integradas de gestão territorial e proteção dos ecossistemas decorrentes da ocupação por comunidades tradicionais.
- Política Estadual de Governança Climática e Serviços Ambientais (Lei nº 4.437/2018) oferece diretrizes para fortalecer ações de planejamento territorial, preservação ambiental e adaptação climática no estado.
- Criação do Comitê Permanente de Gestão para Adaptação e Enfrentamento às Mudanças Climáticas (2024) amplia a capacidade institucional do estado para coordenar ações preventivas e aprimorar práticas de governança ambiental

Eixo temático 2:
Infraestrutura para o Desenvolvimento

DESAFIOS

- Falta de investimentos no setor de carga e transporte fluvial, como modernização das instalações portuárias, segurança e estruturação para a sazonalidade do volume hídrico, limita o potencial econômico da região.
- Malha viária insuficiente e de baixa qualidade, associada à precariedade dos portos fluviais e à frágil integração entre modais, o que compromete a logística, eleva os custos e dificulta a circulação de bens, serviços e pessoas.
- Falta de infraestrutura básica em comunidades rurais e tradicionais, com ausência ou precariedade nos serviços de energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e conectividade digital, impactando diretamente a qualidade de vida e a viabilidade das atividades produtivas.
- Construção da ponte de integração entre Guajará-Mirim (BR) e Guayaramerin (BOL), em especial quanto a potenciais impactos na questão da segurança e desenvolvimento urbano de Guajará-Mirim.

POTENCIALIDADES

- Localização geográfica estratégica do estado: o que favorece sua ascensão logística - ferroviária e hidroviária - para rotas de integração Sul-Americana.
- Construção da ponte de integração entre Guajará-Mirim (BR) e Guayaramerin (BOL), em especial quanto a potenciais impactos positivos na integração transfronteiriça.
- Presença de rios navegáveis, que, se modernizados, podem reduzir custos logísticos e melhorar a integração dos mercados regionais.
- RO tem autossuficiência energética que representa ⅓ da produção da Região Norte, e se destaca pela diversidade de fontes (Usinas Hidrelétricas, Fotovoltaicas, Termelétricas, Barragens, Pequenas Centrais Hidrelétricas e Centrais Geradoras Hidrelétricas).

Eixo temático 3:
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

DESAFIOS

- Uso extensivo da terra e avanço da pecuária e da soja: especialmente no Cone Sul e na BR-429, pressionam áreas sensíveis, acirram os conflitos fundiários e comprometem a diversificação produtiva.
- Estruturação de cadeias produtivas sustentáveis: dificuldades no beneficiamento, escoamento e comercialização de produtos, além de necessidade de ampliação de assistência técnica e extensão rural, o que limita a geração de valor, a adoção de práticas agroecológicas e o fortalecimento dos sistemas produtivos sustentáveis.
- Ausência de formalização de acordos comerciais com a Bolívia, limitando oportunidades para expansão dos mercados regionais.
- Desigualdade na distribuição da atividade turística, concentrada em Porto Velho, enquanto os demais municípios carecem de infraestrutura para desenvolvimento dessa atividade.
- Carência de dados atualizados e sistematizados sobre as atividades produtivas de base comunitária e seus impactos socioambientais dificulta a formulação de políticas públicas eficazes

POTENCIALIDADES

- Diversidade de produtos da sociobiodiversidade, como castanha, borracha nativa, açaí, copaíba e andiroba, com alto potencial para mercados alimentícios, cosméticos, medicinais e artesanais, fortalecendo a bioeconomia regional.
- Adoção crescente de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e outras técnicas de manejo sustentável, que contribuem para a restauração ambiental, a geração de renda e o fortalecimento de cadeias produtivas alinhadas à conservação.

Eixo temático 4:

Povos indígenas e Comunidades tradicionais

DESAFIOS

- Expansão da Amacro, região que abrange Rondônia, Acre e Amazonas conhecida como 'fronteira do desmatamento', representa uma ameaça para os territórios tradicionais, devido à pressão da agricultura extensiva e do desmatamento.
- Desafios crescentes relacionados à escassez hídrica, especialmente durante os períodos de estiagem severa, com impactos diretos na saúde, na segurança alimentar e na sustentabilidade dos modos de vida tradicionais.
- Implementação ainda incipiente de políticas educacionais específicas para povos indígenas, incluindo a formação de professores indígenas e a valorização dos saberes tradicionais, compromete o acesso a uma educação adequada desses povos. .

POTENCIALIDADES

- Existência de redes articuladas de povos indígenas e comunidades tradicionais: o que oferece base concreta para modelos de governança territorial participativos e sustentáveis
- Sociobioeconomia: conhecimentos tradicionais são base para orientar políticas públicas em segmentos da bioeconomia.
- Fortalecimento da autonomia alimentar das comunidades tradicionais, por meio de práticas agrícolas sustentáveis e da valorização de conhecimentos ancestrais, que asseguram segurança alimentar e resiliência territorial.

Eixo temático 5:

Integração regional, migrações e segurança

DESAFIOS

- Porosidade da fronteira com a Bolívia, somada à ausência de uma política binacional estruturada, favorece o tráfico de drogas, armas e o fluxo irregular de pessoas, além de limitar oportunidades comerciais e de cooperação regional.
- Violência associada a conflitos fundiários e crimes ambientais, como desmatamento ilegal e exploração madeireira clandestina, especialmente em Alta Floresta d'Oeste, Corumbiara e Campo Novo de Rondônia.
- Crescimento do fluxo migratório, em especial de venezuelanos e haitianos, tem ampliado a demanda por serviços públicos locais evidenciando a necessidade de políticas mais robustas de inclusão e acesso a direitos.
- Presença do Estado: há necessidade de maior efetivo de servidores e de integração entre os órgãos e esferas do governo atuantes nas fronteiras, além do desafio da baixa capacidade institucional de gestão ambiental e urbana.

POTENCIALIDADES

- Atuação do Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (Neifro), como espaço estratégico de articulação de ações para desenvolvimento, segurança e integração regional.
- Parcerias e cooperação transfronteiriça em construção entre Rondônia, Bolívia e organizações internacionais, com experiências positivas em temas como sanidade animal (combate à febre aftosa), segurança e comércio, que podem ser ampliadas para outros setores.
- Política estadual para acolhimento de migrantes estruturada, com destaque para a Central do Imigrante, em Porto Velho, que oferece serviços de documentação, orientação e apoio à integração social, servindo como referência para fortalecimento dessa agenda na faixa de fronteira.
- Perfil migratório com crescente diversidade de nacionalidades, o que pode ampliar as possibilidades de fortalecimento de políticas públicas para integração multicultural, inclusão social e dinamização econômica.

Almoço

Voltaremos em 1h30 min para a discussão de propostas por eixos temáticos

Acordo de Convivência dos grupos

Para garantirmos um ambiente colaborativo, respeitoso e produtivo, combinamos que:

- **Escuta ativa**
  Vamos dar espaço para as falas, sem interrupções.

- **Todas as vozes importam**
  Incentivamos a participação de todas as pessoas, respeitando a diversidade de opiniões.

- **Atenção ao tempo**
  Vamos respeitar o tempo das falas, ao cronograma e aos intervalos da oficina.

- **Construção coletiva**
  Cada um de nós é parte do processo! Compartilhem ideias, ouça os demais participantes e busque construir junto.

- **Uso consciente de celulares**
  Evitem distrações durante as atividades.

Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

Caso queira enviar novas propostas de ação, acesse o QR Code ao lado

Este formulário também será disponibilizado no site do projeto.
Acesse:

fronteirasamazonia.ibam.org.br

Jessica Ojana

Assessora Técnica DUMA/IBAM

jessica.ojana@ibam.org.br

Louise Storni

Assessora Técnica DUMA/IBAM

louise.stourni@ibam.org.br

Edjales Brito

Consultor local/IBAM

louise.stourni@ibam.org.br

instituto brasileiro de administração municipal

ibam.org.br

Rua Buenos Aires, 19 – Centro, Rio de Janeiro | RJ

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA

Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

Oficinas Territoriais

Amapá

Execução: ibam

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

2. MISSÕES TÉCNCIAS E OFICINAS TERRITORIAIS REALIZADAS NO AMAPÁ

2.1. MISSÃO TÉCNICA PRELIMINAR/ DESAFIOS E POTENCIALIDADES

No Amapá, não foi realizada missão técnica preliminar, uma vez que já havia um processo de trabalho realizado pela UNIFAP - Universidade Federal do Amapá, com atividades relacionadas ao diagnóstico, planejamento e elaboração do PDIFF – AP, conforme Termo de Execução Descentralizada TED Nº 942134/2023 firmado com o MIDR.

Em entendimentos mantidos com a equipe da UNIFAP, com a Secretaria de Relações Internacionais e Comércio Exterior e o próprio Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR) verificou-se que não seria necessário a atividade prévia de articulação e reconhecimento, porque os trabalhos conduzidos no estado já estavam em estágio avançado. Optou-se por adaptar a programação da oficina de modo a garantir a integração e continuidade entre os trabalhos da UNIFAP e do IBAM. Para tanto, a preparação da oficina do Amapá envolveu o estudo prévio da versão do PDIFF então consolidada pela UNIFAP;

2.2. OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

A oficina do Amapá foi realizada na seguinte data e local:

Município	Data	Endereço
Oiapoque	27 de agosto de 2025	IFAP Oiapoque: Rua Joaquim Caetano da Silva - Oiapoque, AP

2.2.1. OFICINA EM OIAPOQUE

Número de participantes: 31 participantes (A lista de presença dos participantes consta no **Anexo 4** deste produto)

Mediadores do IBAM:

- Henrique Barandier – Coordenador DUMA/IBAM, Coordenador Geral do Projeto Fronteiras da Amazônia
- Jessica Ojana – Assessoria Técnica do IBAM, Coordenadora Técnica do Projeto Fronteiras da Amazônia

Mediadores externos:

- Rodolfo Calmon - Coordenador - Coordenação de Gestão do Território da Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial do MIDR
- Luciana Mendonça - Consultora Técnica do MIDR

A mesa de abertura contou com representantes do governo federal e estadual, da Assembleia Estadual, além da coordenação da equipe do Programa de Pós-graduação em Estudos de Fronteira da UNIFAP para elaboração do PDIFF-AP.

A dinâmica da Oficina de Planejamento Territorial no Amapá foi alterada em relação à metodologia proposta inicialmente, uma vez que neste estado há um processo de trabalho sobre o PDIFF-AP sendo realizado pela UNIFAP. Buscando garantir a integração entre os trabalhos, inicialmente, foi realizada uma apresentação da UNIFAP sobre o processo de trabalho conduzido pela universidade no âmbito da elaboração do PDIFF-AP, destacando a metodologia adotada, as atividades realizadas, os temas abordados e resultados obtidos. Na sequência, o IBAM fez uma apresentação do Projeto Fronteiras da Amazônia, já destacando os pontos de integração entre os dois trabalhos. Nesse sentido, foi feita a compatibilização da Carteira de Projetos trabalhados pela UNIFAP em oficinas anteriores com os cinco eixos temáticos do Projeto do Fronteiras. As apresentações podem ser consultadas nos **Anexos 5 e 6** deste relatório.

Em seguida, na dinâmica dos grupos, os participantes se organizaram pelos eixos temáticos para discutir priorizações e complementações aos projetos já elencados no PDIFF consolidado pela equipe da UNIFAP. Para tanto, buscou-se abordar em cada grupo de trabalho os impactos potenciais do cenário de exploração de petróleo na Margem Equatorial, tendo em vista o avanço no processo de licenciamento nos últimos meses.

Para finalizar, foram discutidas diretrizes para a formação do núcleo de fronteira.

Discussão em grupos – Formulação de Ações Prioritárias

Num primeiro momento, os participantes se organizaram em dois grandes grupos. Um deles trabalhou os eixos 1 - Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática e eixo 4 - Povos indígenas e comunidades tradicionais. O segundo grupo discutiu ações do eixo 2 - Infraestrutura para o Desenvolvimento e eixo 5 - Integração Regional, Migrações e Segurança. A seguir apresenta-se a sistematização das propostas de ação trabalhadas por cada grupo. O eixo 3 - Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social foi trabalhado, em seguida, por todos os participantes da oficina conjuntamente.

Eixo 1 - Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Elaborar o Plano de Saneamento Básico	Oiapoque	
Elaborar o Plano de Gerenciamento dos resíduos sólidos	Oiapoque	
Realizar estudo de viabilidade para usina de Biogás	Oiapoque	
Fomento à formação de associações /cooperativas de destinação de resíduos sólidos **orgânicos**	Toda a Faixa de Fronteira	MMA; BNDES, Secretarias Municipais de Meio Ambiente; SEMA/AP; MDS; MIDR; Institutos; SEINF/AP; MI; MC; BID; Fundo Amazônia; AMBIPAR
Reconhecimento da Comunidade Quilombola de Patuazinho	Oiapoque	
Resolução de conflitos fundiários – sobreposição de áreas Vila Velha de Cassiporé	Oiapoque	
Estruturar ações de educação ambiental e fomento ao cooperativismo	Toda a Faixa de Fronteira	

Eixo 2 - Infraestrutura para o Desenvolvimento

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Postos de abastecimentos fluviais	População ribeirinha	ANPO, IBAMA, Segurança Pública
Instalação de infraestrutura de saneamento básico (água e esgoto) Concessão do saneamento – cenário de universalização	Áreas urbanas em especial Oiapoque	CSA, Equatorial
Ampliação do projeto Salta Z, englobando Kits de energia fotovoltaica instalados nas comunidades e micro estações de instalações de água	Pequenas comunidades Oiapoque	Funasa, Caesa

Estruturação de Programa de Assistência Técnica e Habitação de Interesse Social	Populações de baixa renda	Prefeituras, Estado, MSDA, MCid
Complementação do asfaltamento da BR-156	Oiapoque	Dnit, Governo estadual Comunidades Indígenas, Segurança Pública
Ampliar espaços de Lazer e Esportes	Oiapoque	Secretarias municipal e estadual de esporte e lazer

Complementação de ações da Carteira de Projetos PDIFF - UNIFAP

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Criação de um observatório para monitoramento dos impactos das mudanças climáticas e vulnerabilidade socioambiental, produzindo propostas de soluções e mitigação dos efeitos para subsidiar políticas públicas. **INCLUSÃO: Monitoramento das pragas da roça**	Toda a FF-AP	Secretarias Municipais de Meio Ambiente; SEMA/AP; SISTEMA S; SEED/AP; Institutos; Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); MMA; IFES, FAPEAP; SEPLAN; MCTI; + **INCLUSÃO: representações da sociedade civil**

Eixo 3 - Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Realização de ciclos de aceleração, pré-incubação e mentoria para empreendimentos de caráter tecnológico	-	-
Apoio Técnico para capacitação na formulação de projetos e captação de recursos	-	-
Implantação/operação de rede de transporte estudantil para garantir acesso às atividades de formação e capacitação	Áreas rurais, comunidades indígenas e tradicionais, como	-

	ribeirinhos e quilombolas	
Formação das comunidades para operação dos maquinários	Áreas rurais, comunidades indígenas e tradicionais, como ribeirinhos e quilombolas	DIAGRO/AP; RURAP; Secretarias Municipais de Agricultura; MIDR; MDA; EMBRAPA; RURAP;
Estruturar e fomentar roteiros de cicloturismo	Oiapoque	Secretarias Municipal e Estadual de Esportes e de Saúde, Coletivos de ciclistas como Bike X-treme

Complementação de ações da Carteira de Projetos PDIFF - UNIFAP

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Projeto voltado à capacitação de jovens em Mídias Sociais, E-commerce, divulgação digital **e economia criativa,** com foco no setor turístico da FF-AP	Toda a FF-AP	CEPAJOB; SENAR/AP; MTUR; SETEC/AP; SEJUV/AP; SISTEMA S; FECOMÉRCIO/AP; Secretarias Municipais de Turismo; MEC; ENAP; IFES; Associações; Cooperativas; AFAP;
Linha de crédito **e fomento** para apoio a startups nas cidades da Faixa de Fronteira através de apoio técnico e financeiro. As startups alvo devem focar em soluções sustentáveis, inclusão produtiva e valorização de cadeias locais	Toda a FF-AP	SUFRAMA; SDR/AP; Secretarias Municipais de Agricultura; Associações; Cooperativas; AFAP;
Construção e implantação de um Parque Tecnológico de Bioeconomia Sugestão de alterar para: **Implantação de um ambiente de inovação em bioeconomia**	Toda a FF-AP (Com sede na cidade de Amapá)	SDR/AP; DIAGRO/AP; RURAP; Secretarias Municipais de Agricultura; MIDR; MDA; MCid; EMBRAPA;
Estruturação das agroindústrias da Mandioca, da Banana, do	Toda a FF-AP	

Abacaxi, do Cacau, **do Cupuaçu** e da Castanha-do-Brasil		
Centro-Escola Agroflorestal de formação técnica em Agricultura Sustentável**/ Turismo agroecológico**	Toda a FF-AP	IFES; SEED/AP; Sindicato Rural; Secretarias Municipais de Educação; DIAGRO/AP; RURAP; Secretarias Municipais de Agricultura; SENAR/AP; EMBRAPA
Criação e estruturação dos Centros de Atendimento ao Turista (CAT) e produção, divulgação de material publicitário dos potenciais turísticos da FF-AP Proposta de separar em três ações: - Programa de Formação Continuada em Turismo de Base Comunitária - Realização dos Estudos de viabilidade de potenciais turísticos - Produção e divulgação de material publicitário dos pontos turísticos	Toda a FF-AP	MTUR; MIDR; FECOMÉRCIO/AP; Secretarias Municipais de Turismo; SETUR/AP; SISTEMA S; **Inclusão: IFAP, Conselhos de Turismo**
Workshop voltado às normas técnicas aplicadas ao ecoturismo e ao turismo de aventura, com o objetivo de garantir a adoção de padrões de qualidade, segurança e boas práticas na condução de atividades turísticas em ambientes naturais. Inclusão: referência ao programa **Programa Aventura Segura – PAS**.	Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Oiapoque e Laranjal do Jari	SISTEMA S; MTUR; Secretarias Municipais de Turismo; SETUR/AP; FECOMÉRCIO/AP; IFES; SENAR/AP; Associação; Cooperativas

Eixo 4 - Povos indígenas e comunidades tradicionais

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Formação e capacitação de agentes públicos para atendimento aos povos indígenas	Povos Indígenas do Oiapoque	Funai, órgãos de fiscalização e segurança

Consultar coletivos de mulheres para construção de políticas de acolhimento	Povos Indígenas do Oiapoque	AMIM (Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão), Mulheres a Maré, DPAC Fronteiras, IFAP, FUNAI
Ampliar as opções de cursos para qualificar e diversificar a mão de obra local	FF- AP	-
Formação/capacitação para operação dos equipamentos de infraestruturas		
Formação de acervo dos saberes tradicionais imateriais		Museu Kuahí, IPHAN, Intituto Iepé,

Complementação de ações da Carteira de Projetos PDIFF - UNIFAP

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Oferecimento de atendimentos de serviços de cidadania **de forma continuada, garantindo rotina, informação e intérprete quando necessário,** integrando ações públicas e comunitárias por meio de unidades móveis itinerantes.	Comunidades ribeirinhas, extrativistas, indígenas e quilombolas de difícil acesso.	Sindicatos rurais; Conselhos Consultivos; MDS; SEAS/AP; Secretarias Municipais de Assistência Social; Associações; Cooperativas; CRAS; CREAS;
Formação e capacitação de mulheres indígenas, **quilombolas, ribeiras e de outras comunidades tradicionais** para promoção da autonomia por meio do fortalecimento de suas organizações, ações de formação, mobilização social e visibilidade em políticas públicas e espaços institucionais.	Oiapoque e Pedra Branca do Amapari	Associações; Cooperativas; Organização dos Professores Indígenas do município de Oiapoque; Conselho dos Caciques das Terras indígenas do Oiapoque e Articulação Indígena Rio Oiapoque; ONGs; Organizações Indígenas; Institutos; MPI; SEPI;

		Inclusão: IFAP, AMIM (Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão)
Criação de Linhas de Financiamento para estudantes indígenas, quilombolas e ribeirinhos em pesquisa aplicada às demandas de seus territórios, por meio de apoio técnico, bolsas acadêmicas e orientação universitária participativa. Inclusão: Consolidação de políticas afirmativas de forma diferenciada para povos indígenas e comunidades tradicionais	Pedra Branca do Amapari, Oiapoque, Amapá e Laranjal do Jari	IFES; FAPEAP; MCTI; MEC; CNPQ; SEED/AP; Secretarias Municipais de Educação; MEC; Associações; Cooperativas;
Implementação e adequação de materiais didáticos bilíngues e contextualizados para uso nas escolas indígenas, valorizando as línguas, saberes e histórias das comunidades	Povos Indígenas do Oiapoque	ONGs; Secretaria Municipal de Educação; SEED/AP; IFES, Secretaria de Assuntos Indígenas; OPIMO; MPI; FUNDEB; FNE; SENAR/AP; SISTEMA S; Associações; Cooperativas; Organizações de professores e pais (associações e sindicatos); MEC; MMA; MCOM; **Inclusão: Instituto Iepé**

Eixo 5 - Integração Regional, Migrações e Segurança

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Criação do Grupamento especializado de Fronteira	Toda FF-AP	PM, Policia Civil, Bombeiros, SEJUSP-AP
Programa de Fixação de servidores públicos federais e estaduais na Faixa de Fronteira	Locais de difícil lotação	

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Programa de apoio à aviação regional	-	-
Conexão de transportes entre os municípios da Faixa de fronteira (infraestruturas rodoviárias - linhas regulares)	Toda FF-AP	-

Relato das dicussões dos grupos - Oficina do Oiapoque:

A partir da compatibilização da carteira de projetos com os eixos temáticos, os grupos discutiram propostas, em parte complementando ações já elencadas e apontando outras ações consideradas necessárias.

O grupo que abordou os eixos temáticos "Infraestrutura para o Desenvolvimento" e "Integração Regional, Migrações e Segurança" discutiu inicialmente o cenário de exploração de petróleo na Margem Equatorial. Foram levantados uma série de aspectos que já incidem no Oiapoque e na região, bem como preocupações de questões que podem se agravar com o desenvolvimento das atividades, apesar da expectativa de maior dinamismo econômico.

O primeiro tema abordado foi o da expansão urbana e a preocupação com processos já em curso. Foi destacado o surgimento de sete novos bairros no Oiapoque, sem o planejamento adequado. Sem uma visão holística e integrada do planejamento, avalia-se que a tendência será de radicalização da segregação urbana, reprodução de desigualdades e precariedades. Nesse contexto, apontou-se a preocupação também com a especulação imobiliária decorrente da expectativa já criada em torno da economia do petróleo e que se reflete no aumento do preço da terra na cidade, corroborando a tendência de aprofundamento da segregação urbana.

Falou-se também sobre preocupações com o avanço de organizações criminosas na região e também que já se verificam mudanças nos tipos de ocorrência policiais, com aumento de casos como perturbação do sossego, furtos e violência contra mulher, associados justamente a mudanças na dinâmica da cidade. Também foi comentado sobre o aumento de acidentes de trânsito como efeitos das transformações em curso.

No que se refere às infraestruturas, o grupo de trabalho enfatizou a prioridade do saneamento básico (em especial água e esgoto). Foi esclarecido, no entanto, que já foi feita a concessão dos serviços pelo estado, o que envolve obrigações de universalização ao longo do tempo. Ainda assim, o acesso à água por poço e o esgotamento sanitário por fossas são problemas reais que impactam nas próprias condições de desenvolvimento do município e

da região. Em relação ao atendimento em comunidades, se falou da importância do Projeto Salta Z, como solução alternativa de tratamento de água e que deve ser ampliado.

Quanto à infraestrutura de transportes, entre as propostas discutidas, falou-se da complementação do asfaltamento da BR-156 e a da instalação de postos de combustível fluviais para atender a demanda das comunidades ribeirinhas da região. Ao mesmo tempo, se confirmou como relevantes as propostas já relacionadas no processo de elaboração o PDIFF.

Na área de Integração Regional, Migrações e Segurança, destacou-se a importância de se considerar estratégias de incentivo à permanência de servidores que atuam em área de difícil de lotação transferidos de outras cidades, bem como para a permanência de quadros formados nas próprias cidades na linha de fronteira. Outro aspecto enfatizado foi a necessidade de criação do Grupamento Especializado de Fronteira, ainda mais agora, no contexto de maior dinamismo de atividades na região. Também foi abordada a importância de manter voos regionais regulares para o Oiapoque, como estratégia de fomento ao desenvolvimento, pois mesmo com a melhoria da estrada, a distância para a capital do estado é ainda muito grande.

O grupo de Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática também ressaltou as questões relacionadas ao Saneamento Básico, relatando os problemas enfrentados com relação ao abastecimento de água e esgotamento sanitário e a preocupação com essas infraestruturas considerado o crescimento da cidade. A questão dos resíduos sólidos foi amplamente debatida, sendo destacados os problemas para definição de área do aterro sanitário por conta do características da dificuldade de encontrar áreas regularizadas e também devido as características do ordenamento territorial do município, já que grande parte do município é composto de áreas protegidas como UCs e Terras Indígenas. Foi relatado que Oiapoque, assim como os demais de fronteira, possui lixão o que afeta diretamente a população e a biodiversidade local. Há ainda dificuldades de estabelecer parcerias com municípios vizinhos, devido as grandes distâncias e dificuldades de deslocamento para esse transporte. Foi falado inclusive sobre a própria dificuldade do município de fazer a gestão desses resíduos em áreas mais distantes como comunidades ribeirinhas e terras indígenas. Também foi informado que já ocorreram diálogos com o país vizinho, a Guiana Francesa, no sentido de pensar soluções conjuntas, como a implementação de uma usina de biogás.

A questão dos resíduos orgânicos foi discutida, em especial a questão do descarte. Foi citada a situação do pescado, que é um produto forte da região, com grande volume de resíduos gerado.

Informou-se que atualmente o município já conta com um Conselho Municipal de Meio Ambiente, o que é necessário para avançar em uma série de ações de gestão ambiental necessárias ao município. A necessidade de elaboração de instrumentos básicos de planejamento urbano foi citada como urgentes no município, incluindo o Plano Diretor, o

Plano de Saneamento Básico e o Plano de Gerenciamento de Resíduos sólidos. Ao final da oficina, foi informado por um dos participantes que está em andamento o TedPlan, uma parceria entre a UNIFAP e FUNASA, que firmaram Termo de Referência para capacitação e planos de saneamento em seis municípios do estado do Amapá, com vista à elaboração da Minuta do Plano Municipal de Saneamento Básico.

O fortalecimento de associações e cooperativas foi outro ponto destacado pelo grupo. Foi comentado sobre a necessidade de avançar em iniciativas que apoiem produtores e catadores para se formalizarem e a ampliação de cursos e formações para capacitação técnica da mão-de-obra local. Neste sentido, iniciativas do SEBRAE foram citadas com o intuito de fortalecer esses grupos. A empresa AMBIPAR também foi citada com um bom exemplo de parceria, por atuar em diversos segmentos de gestão ambiental, incluindo a questão dos resíduos.

No eixo de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, foi discutida a preocupação com ações de cidadania, de forma continuada, com acessibilidade e informação, nas Terras Indígenas. Foi citado o exemplo da atualização do registro administrativo de nascimento indígena (RANI), que passou a não ser obrigatório, o que tem afetado a retirada de outras documentações necessárias para indígenas. A questão das línguas nativas também foi apontada como desafio e levantada a necessidade de ter interpretes para melhorar a comunicação nesses tipos de ação nas comunidades indígenas.

Outro ponto abordado, que envolve a questão de gestão ambiental e climática, foi a situação das pragas das roças. Foi relatado que a vassoura-de-bruxa da mandioca atingiu grande parte das lavouras do Oiapoque e tem avançado para outros municípios da região, colocando o Amapá está em situação de emergência por conta do fungo. A praga tem devastado roças das comunidades indígenas e interferindo não só na produção, mas também na própria subsistência, já que a mandioca é base da alimentação. Há estudos em andamento, mas até o momento não foi possível enfrentar a doença. Foi levantada a importância de monitorar essa questão, frente às mudanças climáticas e os impactos na segurança alimentar.

Quanto ao Fomento das Atividades Produtivas Sustentáveis, como já mencionado, a discussão foi realizada com todos os participantes da oficina. Foram sugeridas ações adicionais de formação e capacitação para fomento ao empreendedorismo e à cadeia do turismo na região. A IFAP informou que possui um curso de formação de guia de turismo, no entanto, foi levantada a necessidade de mais ações como a estruturação de roteiros turísticos e um programa de formação continuada em turismo de base comunitária. Outras ações destacadas foram a implantação de um ambiente de inovação em bioeconomia, o fomento à economia criativa e à capacitação de jovens. Uma das ações propostas, relacionada à questão da melhoria das infraestruturas, mas que tem impacto direto no fomento às atividades e inclusão social, foi a melhoria de oferta dos transportes nas áreas

rurais e das comunidades tradicionais, que tem dificuldades de acessar cursos e demais atividades que ocorrem nas cidades.

Registros Fotográficos da Oficina do Oiapoque:

Mesa de abertura:

Debates – grupos temáticos

Registro Final da atividade

Fotos: IBAM

ANEXO 4 - Lista de presença

Lista de Presença

Oficina Territorial em: Amapá, Oiapoque **Data:** 27/08/2025

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
Sândala Cristina da S de Souza	Téc. em Assuntos Educac IFAP		
CARLOS BORGES	POLÍCIA FEDERAL		
TEN CEL VALÉRIA	CBMAP / DIAP		
Ivy Cristianne S Vales	UNIVESITARIA UNIFAP		
Daniel Chaves	UNIFAP		
Rudolph B. Lod	FUNAI		
Thaís M. Paiva	SEMMAM		
Inácio Monteiro Maciel	Deputado Estadual - ALAP		
GEICE KELLY	ASSESSORIA		
Fabi Fales	ASSESSOR		
Débora Araújo	Chefe de Planejamento SVS		
Débora K. P. Batista	Chefe de gabinete/SV		
Marcondes S. Maciel	FUNAI		
RODOLFO CALMON CASTRO	MIDR		

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: Amapá, Oiapoque **Data:** 27/08/2025

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
Valmir Corrêa e Corrêa	Biomédico / LAFRON/AP		
miguel dos santos costa	Estudante		
Ana Paula da Silva	Estudante		
Marlene Nunes Iaparrá	Gerente de projetos		
Diocélia A.S. Nascimento	Assessora Indigenista / Sepé		
EDUARDO MAGALHÃES	UNIFAP / PROFESSOR		
HORTENCIA R. PINHEIRO	SECRETARIA EXECUTIVA / ACOI		
Kênia Lobo	Museu Kuahí / Diretora		
Yan Yamoré dos Santos	Museu Kuahí		
Glinaldo Macial dos Santos	Museu Kuahí		
Geovanio Santos Martins	SEPI		
Dorcleia da Silva Costa	PMAP		
LUCAS MICHAEL DO C.R. COSTA	PMAP		
Rachel Dourado	Professora - IFAP		

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: Amapá, Oiapoque **Data:** 27/08/2025

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
Raquel Silva Batista	SRO - sindicato rural		
Nova Jandl Abul Hosen Moraes	Coordinadora/Amapá Inter.		
Fabrício Penaforte Gonçalves	Secretário/Amapá Internac		

Execução: ibam – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

ANEXO 5 – Apresentação UNIFAP

PLANO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAPÁ (PDIFF-AP)

UNIFAP
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

PPGEF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE FRONTEIRA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COMÉRCIO EXTERIOR

GOVERNO DO ESTADO

AMAPÁ
CONSTRUINDO UM TEMPO NOVO

APRESENTAÇÃO

- O **Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Amapá (PDIFF-AP)** apresenta diagnósticos e projetos setoriais para os 8 municípios da faixa de fronteira do Amapá: **Oiapoque, Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari, Ferreira Gomes, Calçoene, Amapá, Serra do Navio** e **Pracuúba.**

- **Articulação institucional:**

  Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF)

  Secretaria de Relações Internacionais e Comércio Exterior do Estado do Amapá (SECRICOMEX)

- **Financiamento:**

  Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR)

- **Execução:**

  Pesquisadoras da UNIFAP (graduação e pós-graduação)

  Equipe coordenadora

EQUIPE

COORDENAÇÃO

COORDENADOR
PAULO CORREA

VICE COORDENADOR
MIGUEL DHENIN

ADMINISTRATIVO
CLAUDIANE ARAÚJO

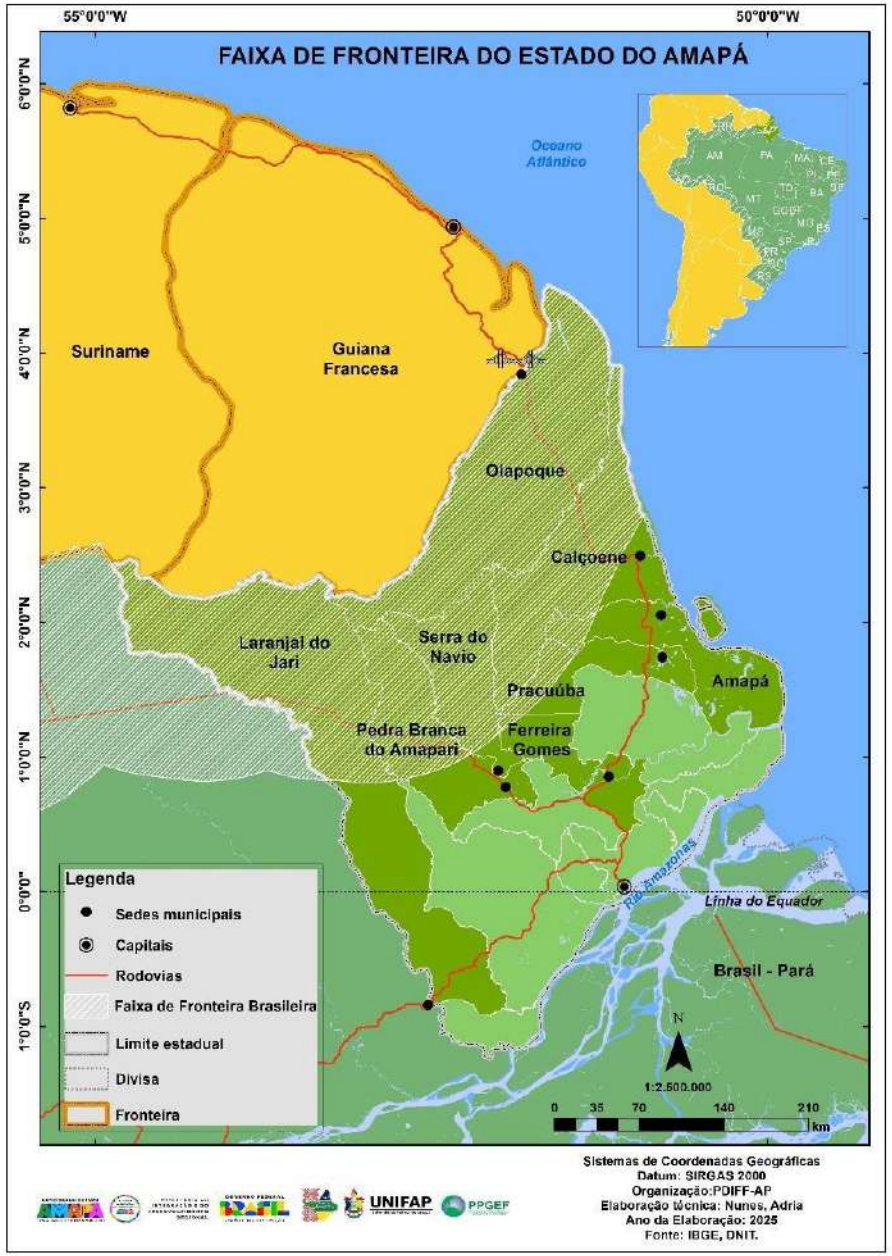
SECRETÁRIA EXECUTIVA
ARIANE BORGES

PESQUISADORES MESTRANDOS

ADRIA HELENE | ALACIDE LEITE | ALESSANDRA CUNHA | CLARINE SILVA | GABRIELA SILVA | JADE FIGUEIREDO | JOSÉ FEITOSA | JULIANA SILVA

PESQUISADORES GRADUANDOS

FRANCISCO SENA | GABRIEL EUDES | JOHANN CORRÊA | JULIANA ALBERTO | LANA OLIVEIRA | RAIANA ALMEIDA | URSULA GARCIA | WANY SANTOS


FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAPÁ
55°0'0"W
50°0'0"W
6°0'0"N
5°0'0"N
4°0'0"N
3°0'0"N
2°0'0"N
1°0'0"N
0°0'0"
1°0'0"S
Oceano Atlântico
Suriname
Guiana Francesa
Oiapoque
Calçoene
Laranjal do Jari
Serra do Navio
Amapá
Pracuúba
Pedra Branca do Amapari
Ferreira Gomes
Rio Amazonas
Linha do Equador
Brasil - Pará
Legenda
Sedes municipais
Capitais
Rodovias
Faixa de Fronteira Brasileira
Limite estadual
Divisa
Fronteira
N
1:2.500.000
0 35 70 140 210
km
Sistemas de Coordenadas Geográficas
Datum: SIRGAS 2000
Organização:PDIFF-AP
Elaboração técnica: Nunes, Adria
Ano da Elaboração: 2025
Fonte: IBGE, DNIT.
UNIFAP
PPGEF

SÍNTESE METODOLÓGICA

PDIFF-AP EM NÚMEROS

18 MESES

104 REUNIÕES TEMÁTICAS

11 TRABALHOS DE CAMPO

1 MISSÃO INTERNACIONAL

~250 ATORES LOCAIS

ÁREAS TEMÁTICAS

TURISMO

COMUNIDADES TRADICIONAIS

INFRAESTRUTURA

SAÚDE

MEIO AMBIENTE

SEGURANÇA

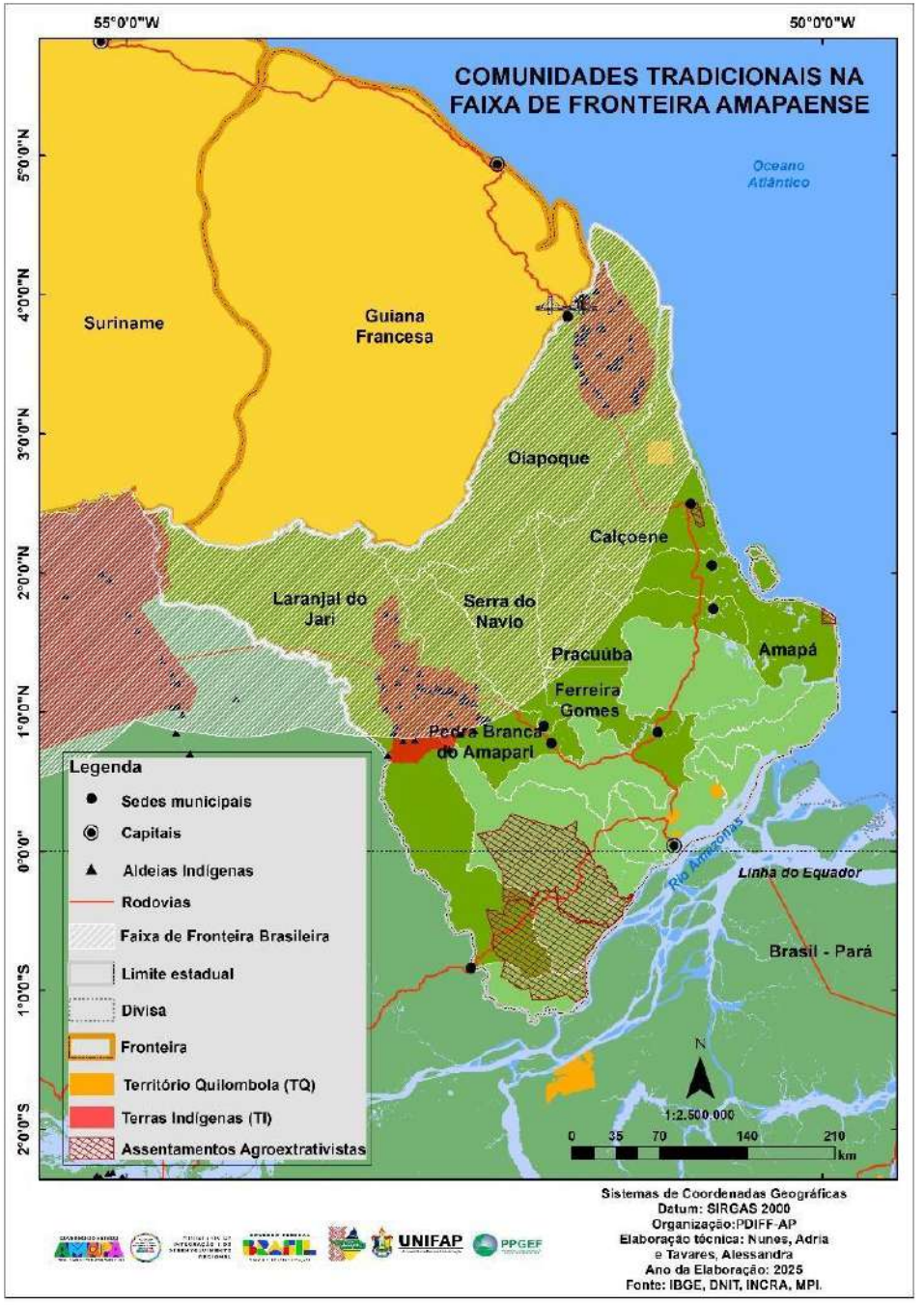
SETOR PRODUTIVO

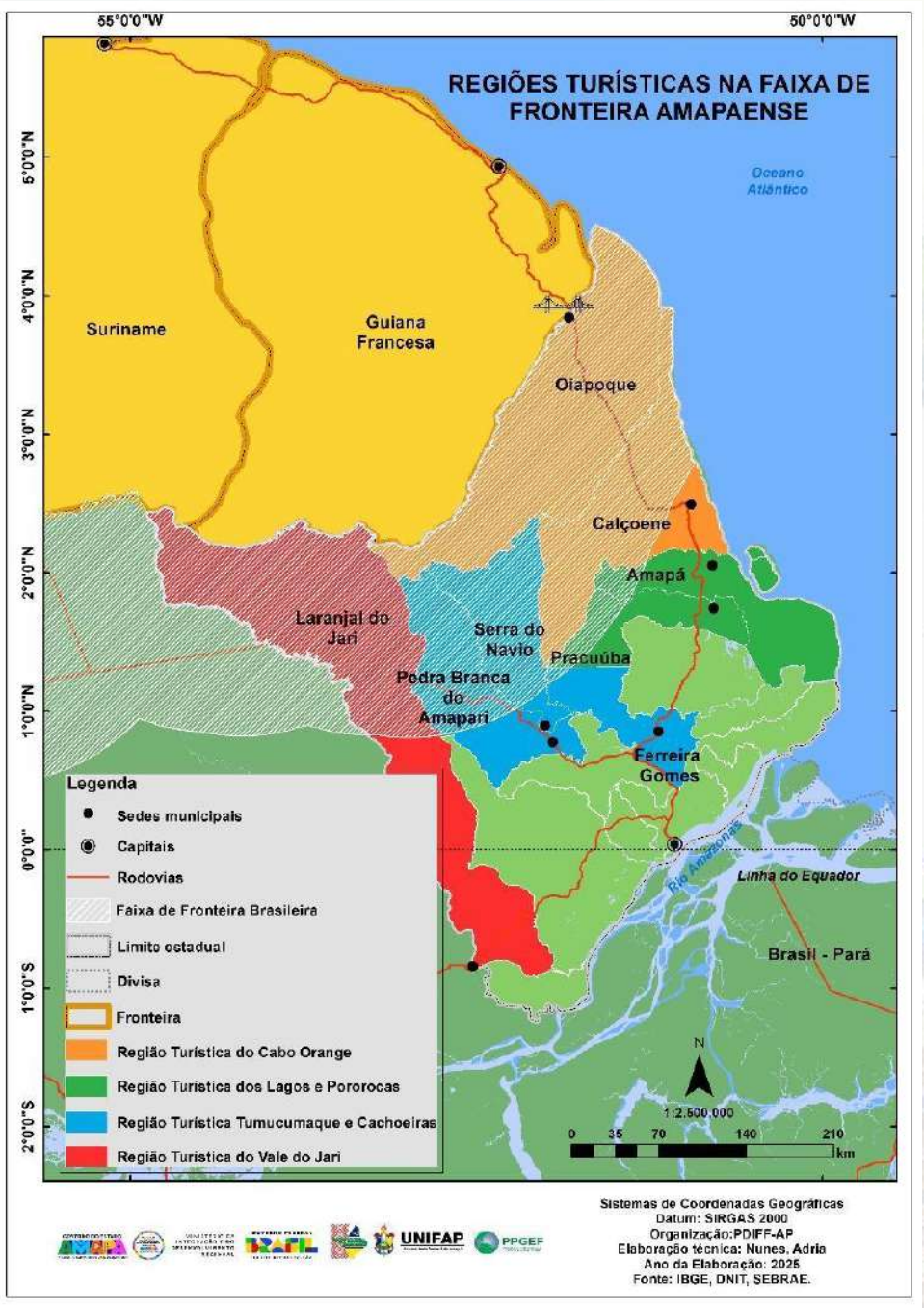
EDUCAÇÃO

Construção da carteira de projetos específica para os povos indigenas de Oiapoque

Missão internacional em Paramaribo, Suriname

Missão internacional em Caiena, Guiana Francesa


COMUNIDADES TRADICIONAIS NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE
55°0'0"W
50°0'0"W
5°0'0"N
4°0'0"N
3°0'0"N
2°0'0"N
1°0'0"N
0°0'0"
1°0'0"S
2°0'0"S
Oceano Atlântico
Suriname
Guiana Francesa
Oiapoque
Calçoene
Laranjal do Jari
Serra do Navio
Pracuúba
Amapá
Ferreira Gomes
Pedra Branca do Amapari
Rio Amazonas
Linha do Equador
Brasil - Pará
Legenda
Sedes municipais
Capitais
Aldeias Indígenas
Rodovias
Faixa de Fronteira Brasileira
Limite estadual
Divisa
Fronteira
Território Quilombola (TQ)
Terras Indígenas (TI)
Assentamentos Agroextrativistas
N
1:2.500.000
0 35 70 140 210
km
Sistemas de Coordenadas Geográficas
Datum: SIRGAS 2000
Organização:PDIFF-AP
Elaboração técnica: Nunes, Adria
e Tavares, Alessandra
Ano da Elaboração: 2025
Fonte: IBGE, DNIT, INCRA, MPI.
UNIFAP
PPGEF


REGIÕES TURÍSTICAS NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE
55°0'0"W
50°0'0"W
5°0'0"N
4°0'0"N
3°0'0"N
2°0'0"N
1°0'0"N
0°0'0"
1°0'0"S
2°0'0"S
Oceano Atlântico
Suriname
Guiana Francesa
Oiapoque
Calçoene
Amapá
Laranjal do Jari
Serra do Navio
Pracuúba
Pedra Branca do Amapari
Ferreira Gomes
Rio Amazonas
Linha do Equador
Brasil - Pará
Legenda
Sedes municipais
Capitais
Rodovias
Faixa de Fronteira Brasileira
Limite estadual
Divisa
Fronteira
Região Turística do Cabo Orange
Região Turistica dos Lagos e Pororocas
Região Turística Tumucumaque e Cachoeiras
Região Turistica do Vale do Jari
N
1:2.500.000
0 35 70 140 210
km
UNIFAP
PPGEF
Sistemas de Coordenadas Geográficas
Datum: SIRGAS 2000
Organização:PDIFF-AP
Elaboração técnica: Nunes, Adria
Ano da Elaboração: 2025
Fonte: IBGE, DNIT, SEBRAE.

	FATORES POSITIVOS	FATORES NEGATIVOS
FATORES INTERNOS	**PONTOS FORTES** **COMUNIDADE TRADICIONAIS** • Terras indígenas demarcadas e homologadas • Licenciatura Intercultural Indígena (UNIFAP) • Associações e cooperativas organizadas **EDUCAÇÃO** • Formação superior dos professores • Oferta de ensino superior e técnico • Programas interculturais (PEIF, PARFOR Indígena) **INFRAESTRUTURA** • Ponte Binacional • Potencial hídrico e energético • Distribuição de kits de energia solar **MEIO AMBIENTE** • Áreas protegidas • Escritórios do ICMBio • Agentes Ambientais Indígenas	**PONTOS FRACOS** **COMUNIDADE TRADICIONAIS** • Conflitos fundiários recorrentes • Entraves burocráticos (CAR, CAF) • Insegurança alimentar (praga da mandioca) **EDUCAÇÃO** • Transporte escolar insuficiente • Analfabetismo acima da média nacional • Êxodo de jovens por questões socioeconômicas **INFRAESTRUTURA** • Baixa cobertura de saneamento • Conectividade digital instável • Transporte público municipal inadequado **MEIO AMBIENTE** • Lixões a céu aberto • Ausência de coleta seletiva • Fundo do Meio Ambiente desativado
FATORES EXTERNOS	**OPORTUNIDADES** **COMUNIDADE TRADICIONAIS** • Projeto Floresta+ Amazônia (PNUD/MMA) • Políticas de agricultura familiar • Turismo de base comunitária **EDUCAÇÃO** • Criação da UNIFRON • Programas federais (PNATE, Caminho da Escola) • Projetos pedagógicos binacionais **INFRAESTRUTURA** • Novo PAC - conclusão da ponte Rio Jari • Programa Wi-Fi Brasil • Construção de portos hidroviários **MEIO AMBIENTE** • Cooperativas de reciclagem • Programa Agente Jovem Ambiental • Centro de Formação Profissional Ambiental	**AMEAÇAS** **COMUNIDADE TRADICIONAIS** • Garimpo ilegal • Contaminação dos rios por mineração Insegurança territorial e alimentar **EDUCAÇÃO** • Assimetria regional na oferta educacional • Vulnerabilidade socioeconômica fronteiriça • Impactos climáticos no transporte escolar **INFRAESTRUTURA** • Impactos das mudanças climáticas • Insegurança energética • Descontinuidade de políticas públicas **MEIO AMBIENTE** • Poluição hídrica por rejeitos minerais • Pesca predatória • Garimpo ilegal

	FATORES POSITIVOS	FATORES NEGATIVOS
FATORES INTERNOS	**PONTOS FORTES** **SAÚDE** • Hospitais estaduais (Laranjal do Jari e Oiapoque) • Laboratório de Fronteira (LAFRON) • Programa Transfronteiriço de Vigilância **SEGURANÇA** • Operação Hórus • Delegacias em todos os municípios • Unidades especializadas para mulheres **SETOR PRODUTIVO** • Agricultura familiar • Maquinários agrícolas para os agricultores • Polos SEBRAE ativos **TURISMO** • Rotas turísticas em várias escalas • Capacitação profissional voltada ao turismo • Rota cultural intermunicipal	**PONTOS FRACOS** **SAÚDE** • Quantitativo de profissionais • Infraestrutura física deficitária • Dependência da capital para alta complexidade **SEGURANÇA** • Déficit na sistematização de dados • Cobertura insuficiente em áreas remotas • Baixa difusão do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP); **SETOR PRODUTIVO** • Baixo nível de industrialização • Custos logísticos elevados • Ausência de mercados municipais **TURISMO** • Infraestrutura turística insuficiente • Ausência de CAT (exceto Pedra Branca) • Falta de sinalização turística
FATORES EXTERNOS	**OPORTUNIDADES** **SAÚDE** • Programa Mais Médicos • Cooperação com Guiana Francesa • Novo PAC – Saúde **SEGURANÇA** • Programa Capta+ • Regionalização de concursos públicos • Implementação da Sala Lilás **SETOR PRODUTIVO** • Selo de origem "Selo Amapá" • Viveiros para piscicultura • Feiras municipais permanentes **TURISMO** • Rotas turísticas em várias escalas • Capacitação profissional voltada ao turismo • Rota cultural intermunicipal	**AMEAÇAS** **SAÚDE** • Alta incidência de arboviroses • Vulnerabilidade a surtos infecciosos • Risco de reintrodução de doenças erradicadas **SEGURANÇA** • Atuação de facções criminosas • Migração ilegal ("coiotes") • Violência contra mulheres e vulneráveis **SETOR PRODUTIVO** • Conflitos fundiários • Mudanças climáticas • Exploração ilegal de recursos naturais **TURISMO** • Mudanças climáticas • Turismo de massa

Carteira de projetos para as comunidades indígenas do Oiapoque

ESCOPO DOS PROJETOS	PARTES INTERESSADAS
Formação técnica para o intercâmbio de saberes tradicionais das parteiras indígenas.	ONGs; Secretaria Municipal de Saúde; SESA/AP; Secretaria Municipal de Educação; SEED/AP; CCPIO; SISTEMA S; IFES; HU; MS; FUNASA; FIOCRUZ; MPI;
Implementação e adequação de materiais didáticos bilíngues e contextualizados para uso nas escolas indígenas, valorizando as línguas, saberes e histórias das comunidades.	ONGs; Secretaria Municipal de Educação; SEED/AP; IFES, Secretaria de Assuntos Indígenas; OPIMO; MPI; FUNDEB; FNE; SENAR/AP; SISTEMA S; Associações; Cooperativas; Organizações de professores e pais (associações e sindicatos); MEC; MMA; MCOM;
Aquisição e manutenção de uma unidade básica de saúde móvel em embarcação equipada, com equipe multidisciplinar, para atendimento contínuo aos povos indígenas.	MS; MPI; SESA; SMSO; SISTEMA S; NESI; Associações; Cooperativas; IFES; FUNAI, FUNASA; ONGs; HU; FUNASA; SESA/AP;
Aquisição e manutenção de lanchas adaptadas e prontas para remoção de pacientes indígenas em regiões de difícil acesso	MS; SESA/AP; SMSO; SISTEMA S; ONGs; NESI; Associações; Cooperativas; IFES; FUNAI, FUNASA;
Instalação de placas fotovoltaicas, baterias e internet em comunidades indígenas	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras; CEA Equatorial; MME; MIDR; MC; BNDES, ONGs;
Construção de microestações de tratamento de água nas aldeias e capacitar moradores para gestão dos equipamentos.	Fundo Amazônia; SEINF/AP; Secretarias Municipais de Obras e Infraestrutura, CCPIO; Fundo Amazônia; SESA/AP; SEMA/AP; Associações; Cooperativas;
Capacitação e acompanhamento técnico para famílias indígenas em técnicas de diversificação da produção agrícola, com enfoque agroecológico e valorização de saberes tradicionais.	Associações; Cooperativas; EMBRAPA; IFES; SDR/AP; MAPA; RURAP; ONGs;
Aquisição e distribuição de sementes nativas e adaptadas estimulando a autonomia agrícola das comunidades.	Secretaria Municipal de Meio Ambiente; SEMA/AP; ICMbio; SISTEMA S; MPI; MMA; CCPIO;
Implantação de um sistema comunitário de coleta de resíduos sólidos e práticas de reciclagem, com educação ambiental voltada à realidade local.	SISTEMA S; MMA; SETEC, FAPEAP, MCTI, Cooperativas e Associações, ONGs, Secretarias Municipais, IFES, MDS
Criação de um programa de etnoturismo para jovens e lideranças indígenas.	SENAR/AP; ONGs; SISTEMAS S; Secretaria Municipal de Turismo; SETUR/AP; FECOMÉRCIO; Associações; Cooperativas; CCPIO

PRODUTOS

- **Plano Estadual para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira do estado do Amapá – PDIFF-AP**
- **Atlas da Faixa de Fronteira do Amapá**
- **Site do PDIFF-AP**

ANEXO 6 – Apresentação IBAM

PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA

Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

Oficina de planejamento territorial

AMAPÁ

Execução: iboom

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Apresentação

Elaboração dos Diagnósticos e **Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira– PDIFF** e apoio à **estruturação dos Núcleos Estaduais de Fronteira do Arco Norte e Rondônia**

Execução: Realização:

- Elaboração de **Diagnósticos sobre a situação de Fronteira** do Arco Norte e Rondônia
- **Mapeamento de atores de relevância** no tema das fronteiras amazônicas
- Realização de **Oficinas de Planejamento Territorial** nos 6 estados

FASE ATUAL

- Elaboração dos **Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira** – PDIFFs
- Apoio à **estruturação dos Núcleos Estaduais de Fronteira** do Arco Norte e Rondônia.

Atualizações gerais

fronteirasamazonia.ibam.org.br

Acesse pelo QR Code

O Projeto

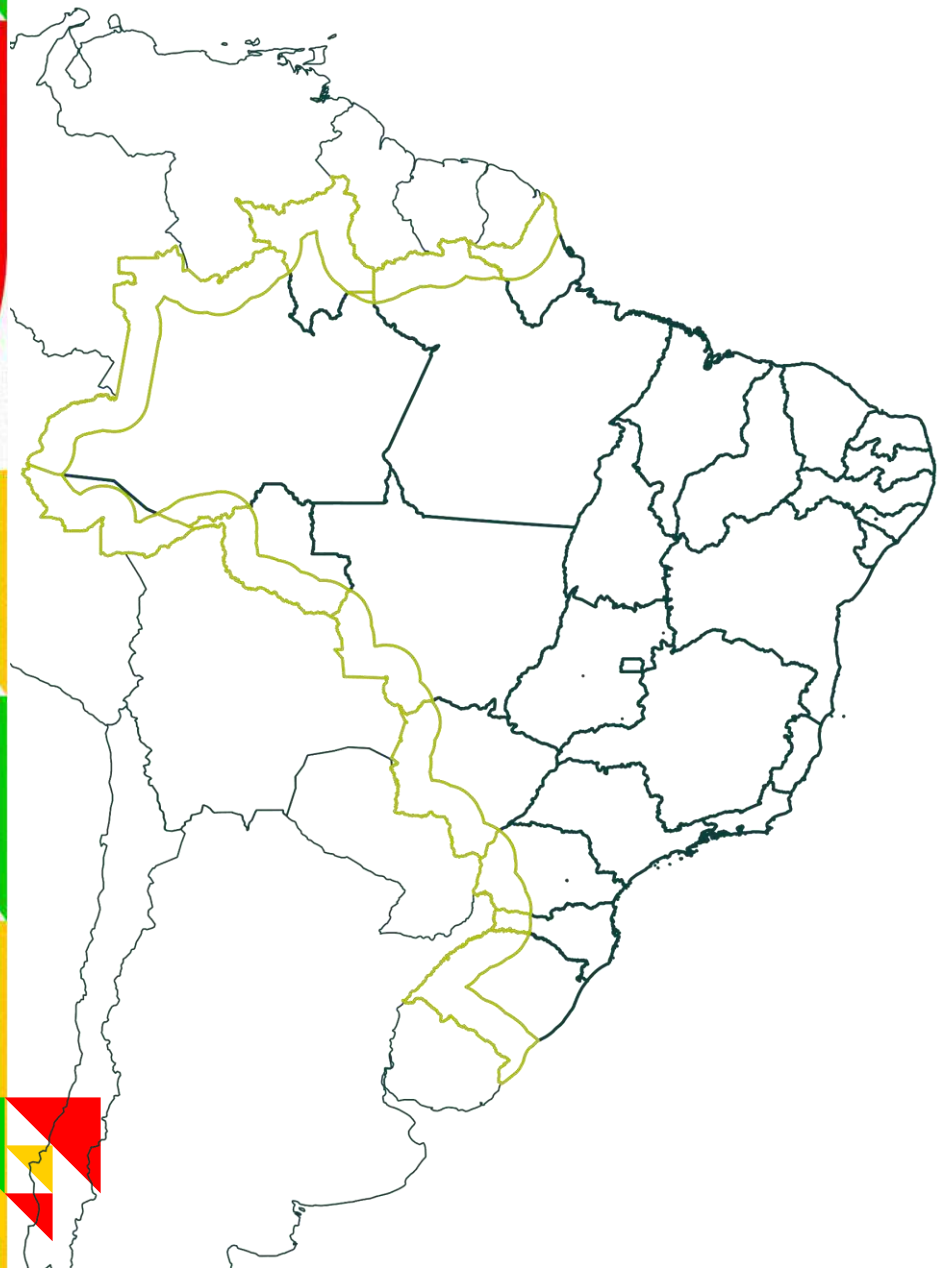
A ação engloba 6 estados (AC, AM, AP, PA, RO, RR) e 97 municípios total ou parcialmente localizados na Faixa de Fronteira, que abrange a extensão de 150km ao longo de toda a fronteira terrestre brasileira, destacando-se a existência de 9 cidades-gêmeas nessa região.

O processo de elaboração dos PDIFFs contribuirá para o avanço na implementação das agendas integradas de desenvolvimento regional com foco em sustentabilidade, inovação e na cooperação com os países vizinhos em setores estratégicos como Bioeconomia, TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) e Economia Circular (energias renováveis, gestão de resíduos e recursos hídricos).

Os PDIFFs serão elaborados com participação de órgãos federais, estados, municípios, empresas e organizações da sociedade civil e deverão indicar propostas prioritárias de ação nos seguintes temas:

Fronteiras da Amazônia
Arco Norte e Rondônia

Faixa de Fronteira terrestre brasileira



150 km de largura da Faixa de Fronteira terrestre

15.719 km de extensão

11 estados fronteiriços

588 municípios fronteiriços

11,7 milhões de hab. Nos municípios de fronteira

Marco Legal

- Criação da Faixa de Fronteira (Lei 6.634/1979) e Regulamentação (Decreto 85.064/1980)
- Ao longo das últimas décadas, uma série de programas e projetos relacionados às fronteiras
- **Em 2024, foi instituída a Política Nacional de Fronteira (PNFron), pelo decreto 12.038/2024.**
- Instrumento da PNFron em elaboração: **Estratégia Nacional de Fronteiras (EnaFron)**

Marco Legal

- **PNFron organizada em 4 eixos interdependentes:**
  - **Eixo 1: Segurança**
  - **Eixo 2: Integração regional**
  - **Eixo 3: Desenvolvimento Sustentável**
  - **Eixo 4: Direitos humanos, cidadania e proteção social**

Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional

Faixa de Fronteira
Projeto Fronteiras da Amazônia

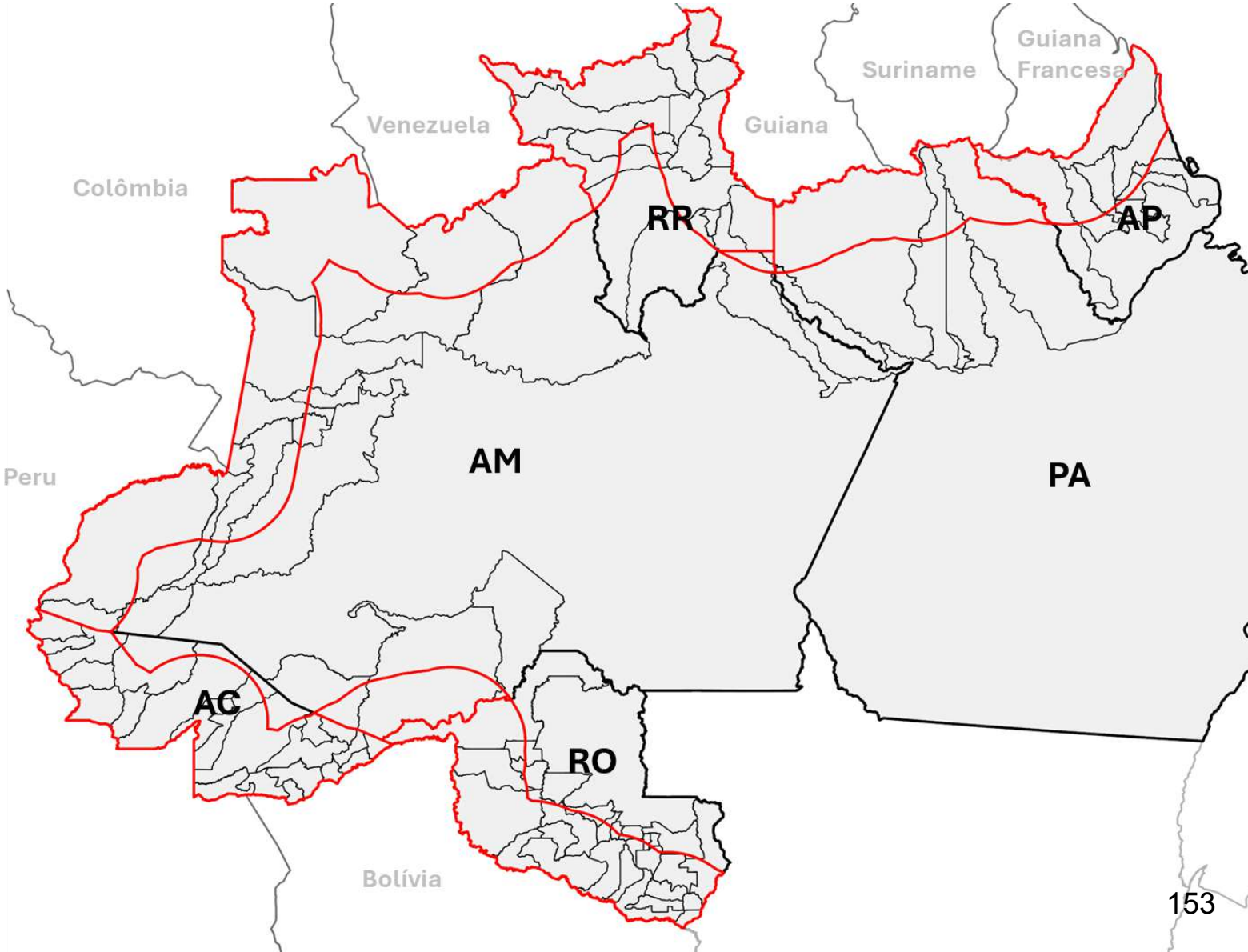
6 estados

(AC, AM, AP, PA, RO, RR)

97 municípios

3.277.578 habitantes

nos municípios fronteiriços

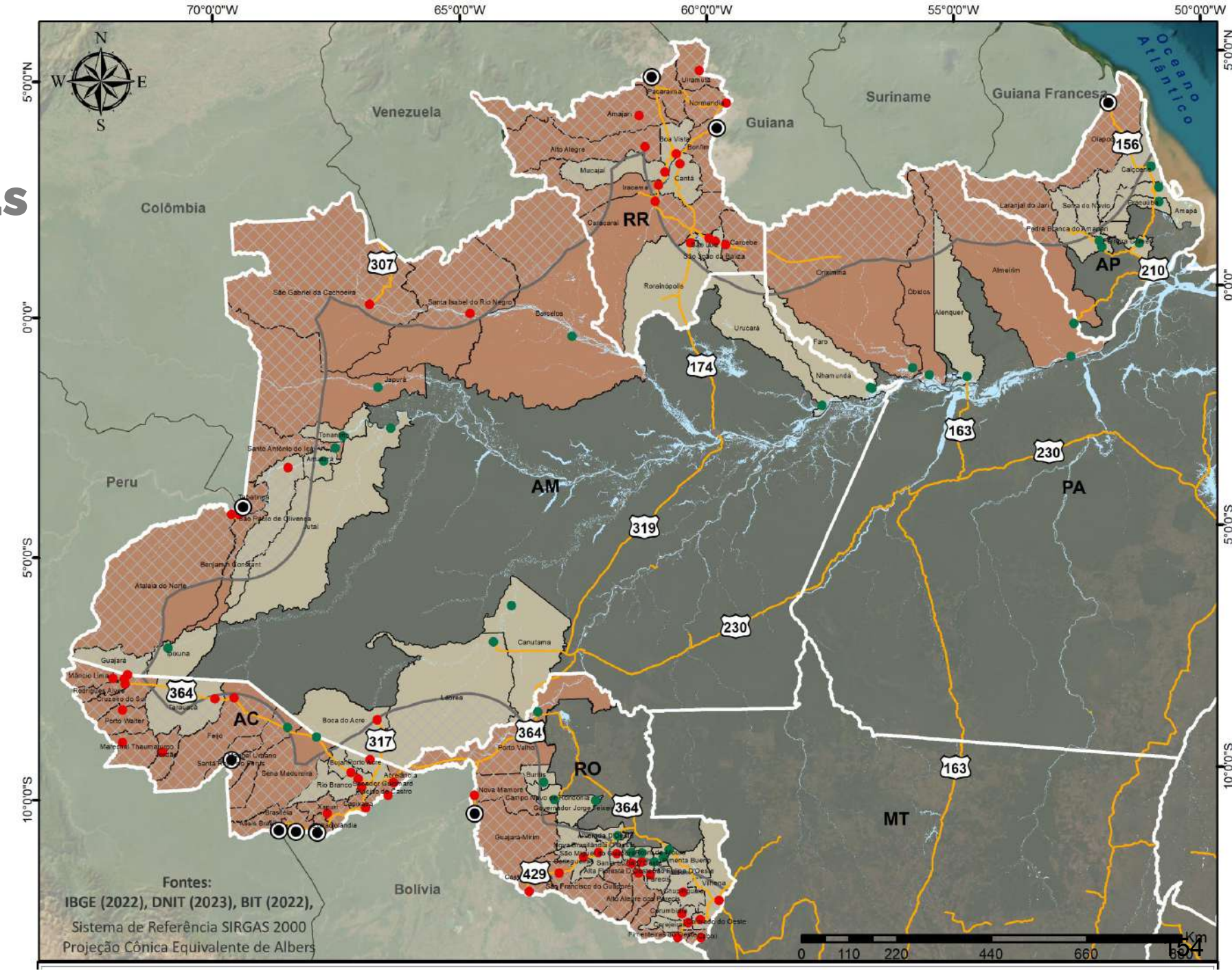


Faixa de Fronteira

Projeto Fronteiras da Amazônia

97 Municípios com diferentes níveis de interação com a fronteira.

- Municípios lindeiros (48)
- Municípios não-lindeiros (49)
- Municípios com sede na linha ou dentro da faixa de fronteira (62)
- Municípios com sede fora da faixa de fronteira (35)
- Cidades gêmeas (9)



Caracterização geral

Dos 16 municípios, **8 fazem parte da Faixa de Fronteira.**

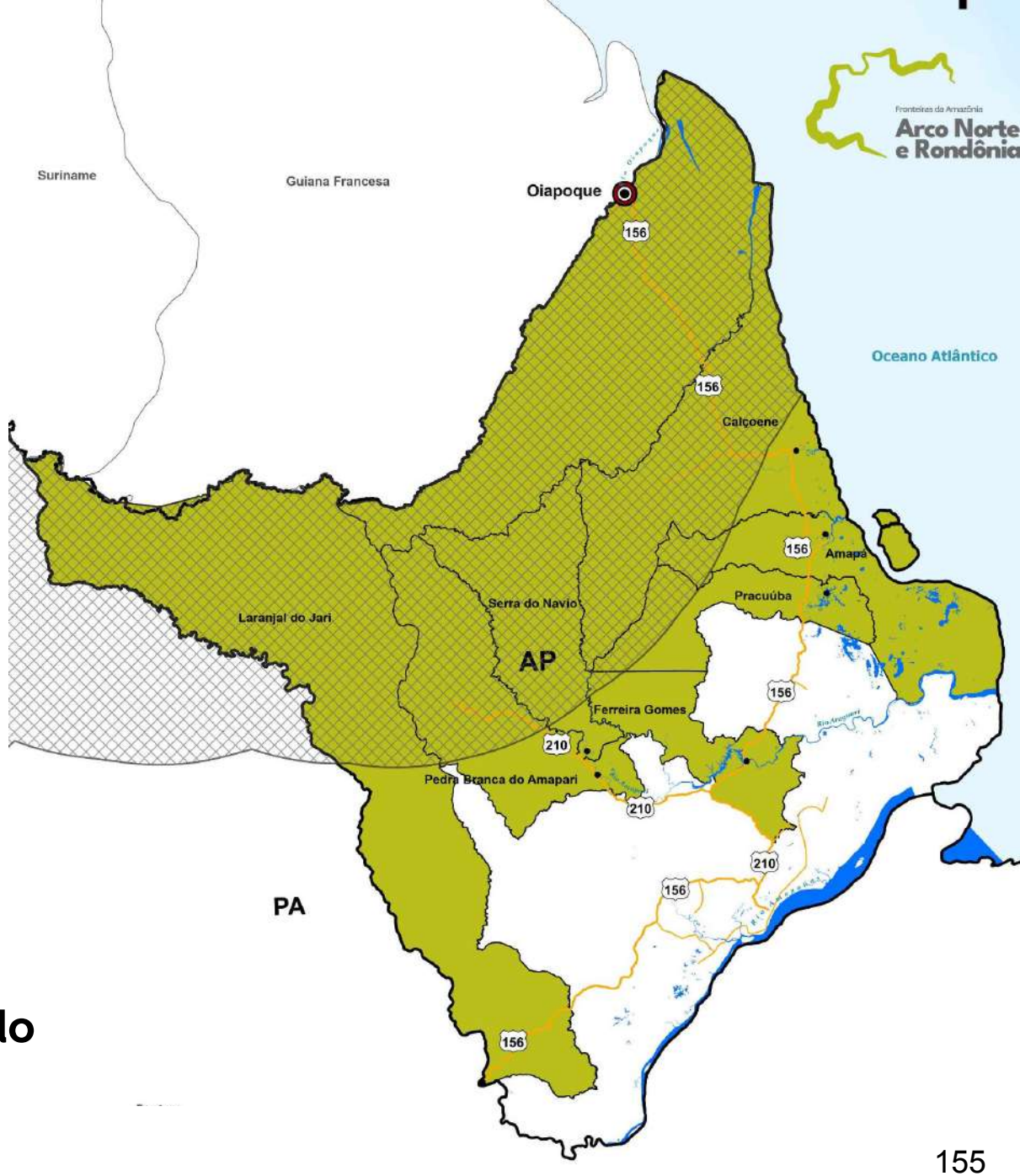
Pop. Municípios de Fronteira do Amapá

109.140 habitantes

Porém, na maioria dos municípios, as sedes não fazem parte da Faixa de Fronteira. Isso significa que a população que de fato está dentro da Fronteira do Amapá é de:

33.970 habitantes

Dentro da fronteira do Arco Norte é **único estado que possui saída para mar.**



Caracterização geral

Cidade-gêmea Oiapoque

Limite com a Guiana Francesa, Departamento Ultramarino da França na América do Sul - **cidade de Saint Georges**

Apenas **Oiapoque possui sede dentro da faixa de fronteira**.

Cidades gêmeas
Oiapoque - Saint Georges

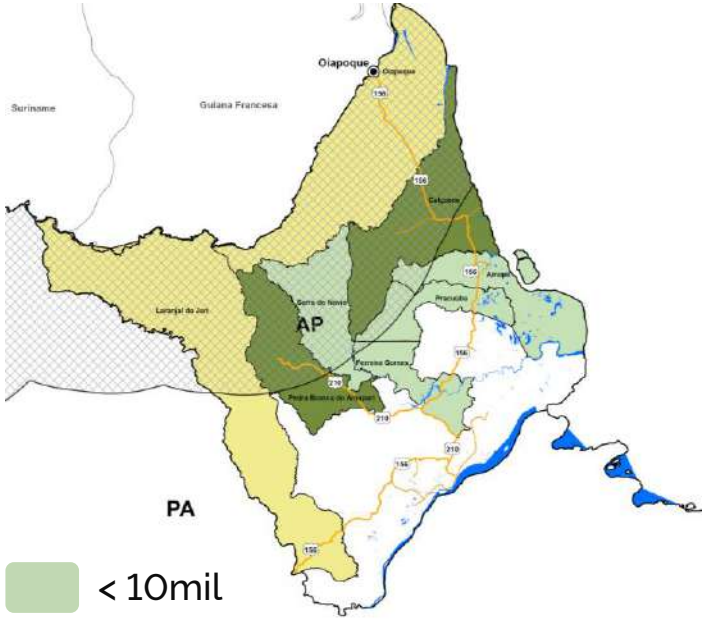
Fonte: turismoamapa.com.br/ap/oiapoque

Fonte: Maksuel Martins/GEA. Portalap.gov.br

Perfil Demográfico

População 2022

Fonte: Censo IBGE,2022



< 10mil

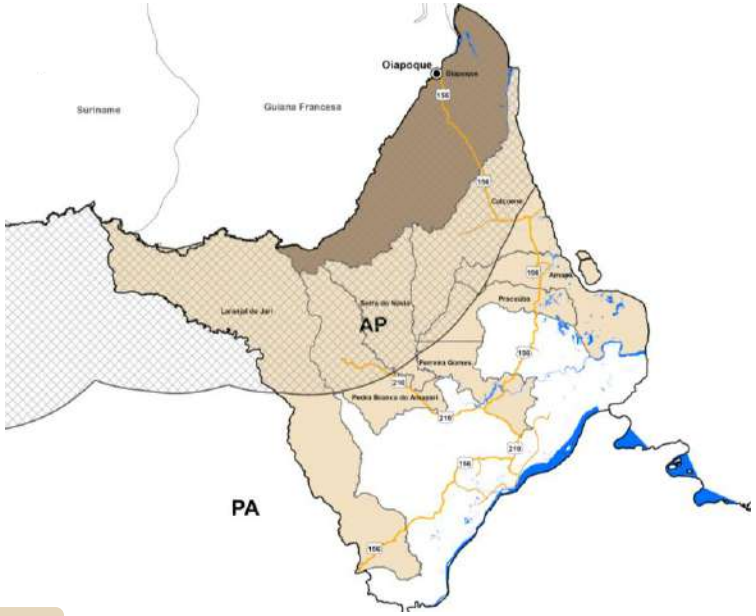
> 10 a 20 mil

> 20 a 50mil

A população dos municípios de Faixa de Fronteira do Amapá não passa de 50 mil habitantes. ***Maiores populações estão em Laranjal do Jari e Oiapoque***

Taxa de crescimento anual 2010-2022

Fonte: Censo IBGE,2010-2022



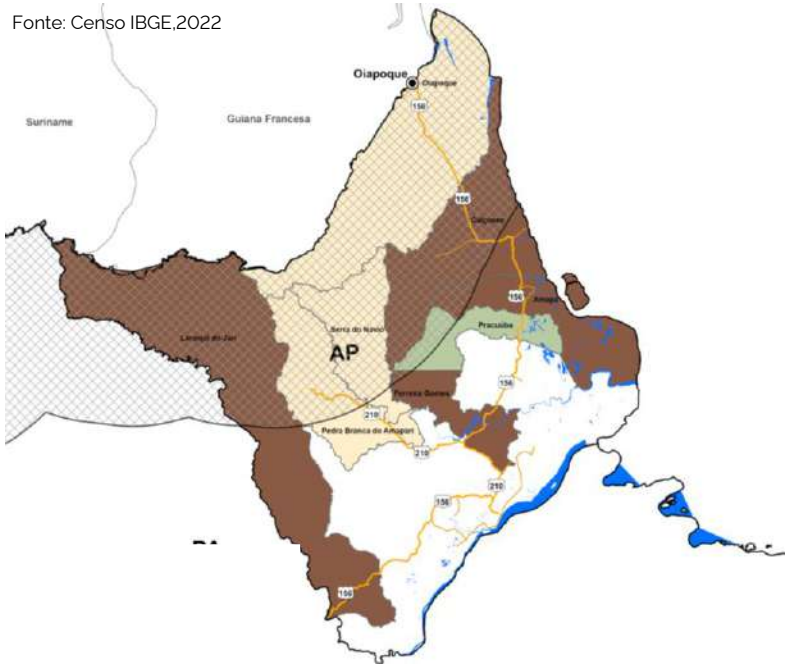
< 2%

2 a 5%

Taxas de crescimento variam entre 1% e 2%. ***A população de Oiapoque aumentou na última década cerca de 34%, o que representa taxa de 2,47% ao ano.***

Grau de Urbanização 2022

Fonte: Censo IBGE,2022



< 50%

>50% a 70%

> 70%

Laranjal do Jari, Amapá, Calçoene e Ferreira Gomes são os munícipios com maior concentração de população urbana. ***Oiapoque tem cerca de 68% da população vivendo em ´área urbana,***

Eixos Temáticos

Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Com grande extensão, a faixa de fronteira amazônica abriga uma diversidade de usos, desde áreas protegidas destinadas à conservação ambiental até territórios pressionados por atividades ilegais e expansão urbana desordenada. Compreender as dinâmicas de acesso, uso e gestão da terra é essencial para a formulação e implementação de políticas públicas.

Infraestrutura para o Desenvolvimento

O planejamento e os investimentos em infraestruturas devem ser conduzidos de forma criteriosa, de modo a garantir os direitos das comunidades locais e sem comprometer a sociobiodiversidade. A Floresta em pé é um ativo local para o desenvolvimento da região amazônica.

Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

O desenvolvimento sustentável exige um equilíbrio entre o crescimento econômico, a conservação ambiental e a justiça social. O fomento às atividades produtivas sustentáveis, em especial a bioeconomia, surge como caminho para garantir que o aproveitamento dos recursos naturais ocorra de forma responsável e regenerativa.

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

A proteção de Povos e Comunidades Tradicionais, reconhecidos por suas formas de organização social e cultural relacionadas aos seus vínculos com o território e com a natureza, constitui dimensão essencial para qualquer projeto comprometido com o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Integração Regional, Migrações e Segurança

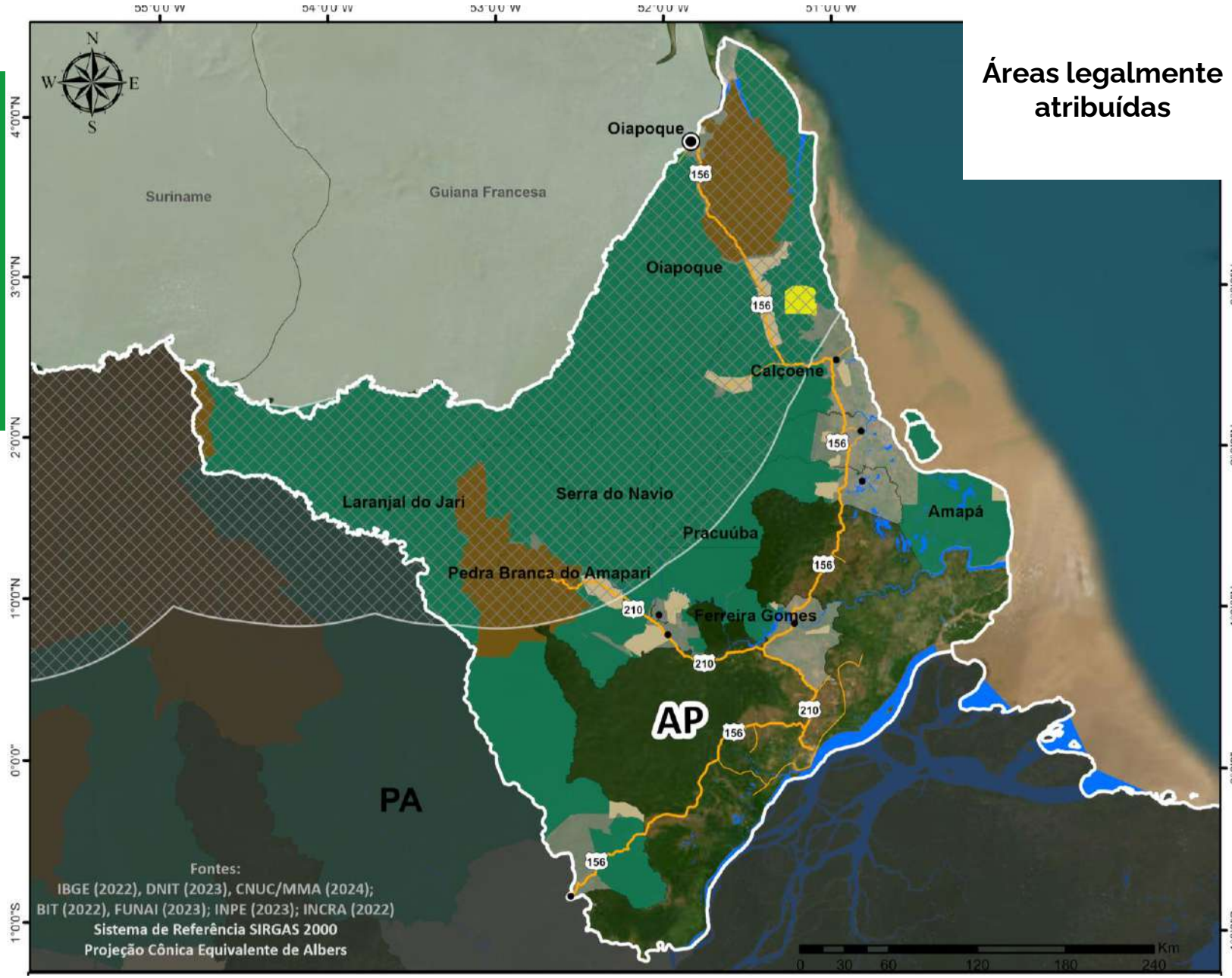
Interações entre países fronteiriços ao mesmo tempo que facilitam os fluxos comerciais, políticos e culturais, envolvem o gerenciamento das migrações e questões de segurança. A análise das dinâmicas migratórias e dos contextos de violência e criminalidade é fundamental para compreender os desafios e oportunidades para a integração regional no contexto da fronteira amazônica.

Eixo temático 1:

Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental e climática

Predominância de **Unidades de Conservação,** que ocupam **80,6%** da faixa de fronteira, e **Terras Indígenas, que abrangem 15,6%**.

Áreas legalmente atribuídas



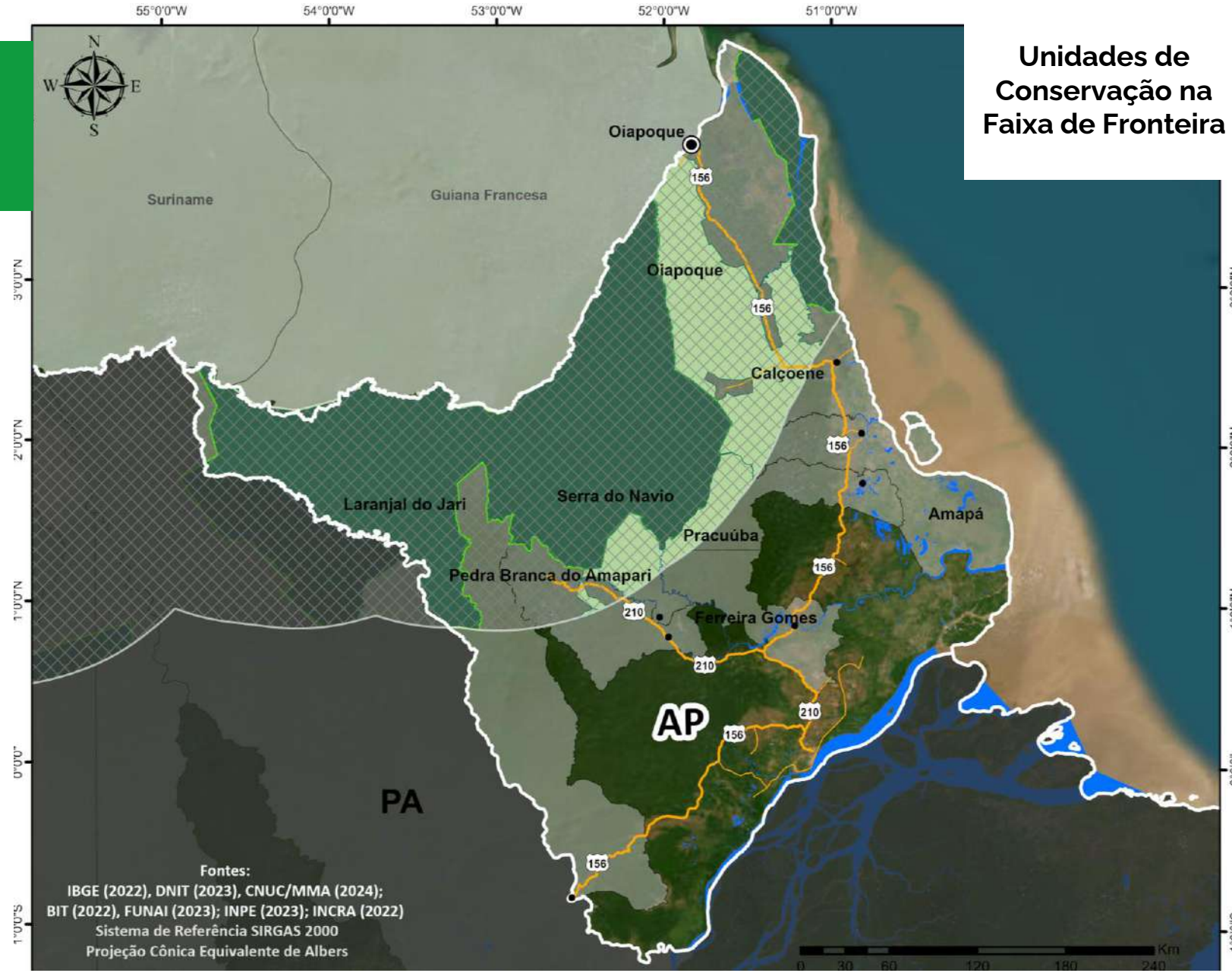
Eixo temático 1:

Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental e climática

Índices de desmatamento na região são classificados como baixos.

A predominância de áreas protegidas exige um modelo de governança que equilibre a conservação ambiental com a inclusão socioeconômica, respeitando as especificidades históricas, culturais e geográficas do estado

Unidades de Conservação na Faixa de Fronteira



UC de Uso Sustentável

UC de Proteção Integral

Eixo temático 1:

Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental e climática

- Mudanças climáticas têm provocado **transformações nos ciclos naturais.**
- Municípios como **Oiapoque e Laranjal do Jari apresentam risco alto para a seca.**
- Laranjal do Jari apresenta índices muitos altos de ameaça de desastres geo-hidrológicos como evento de inundações, enxurradas e alagamentos.
- Todos os Municípios da faixa de fronteira do Amapá são considerados com **perfil de risco priorítário para ações de prevenção e mitigação de desastres naturais**

Foto: G1/Rede Amazônica

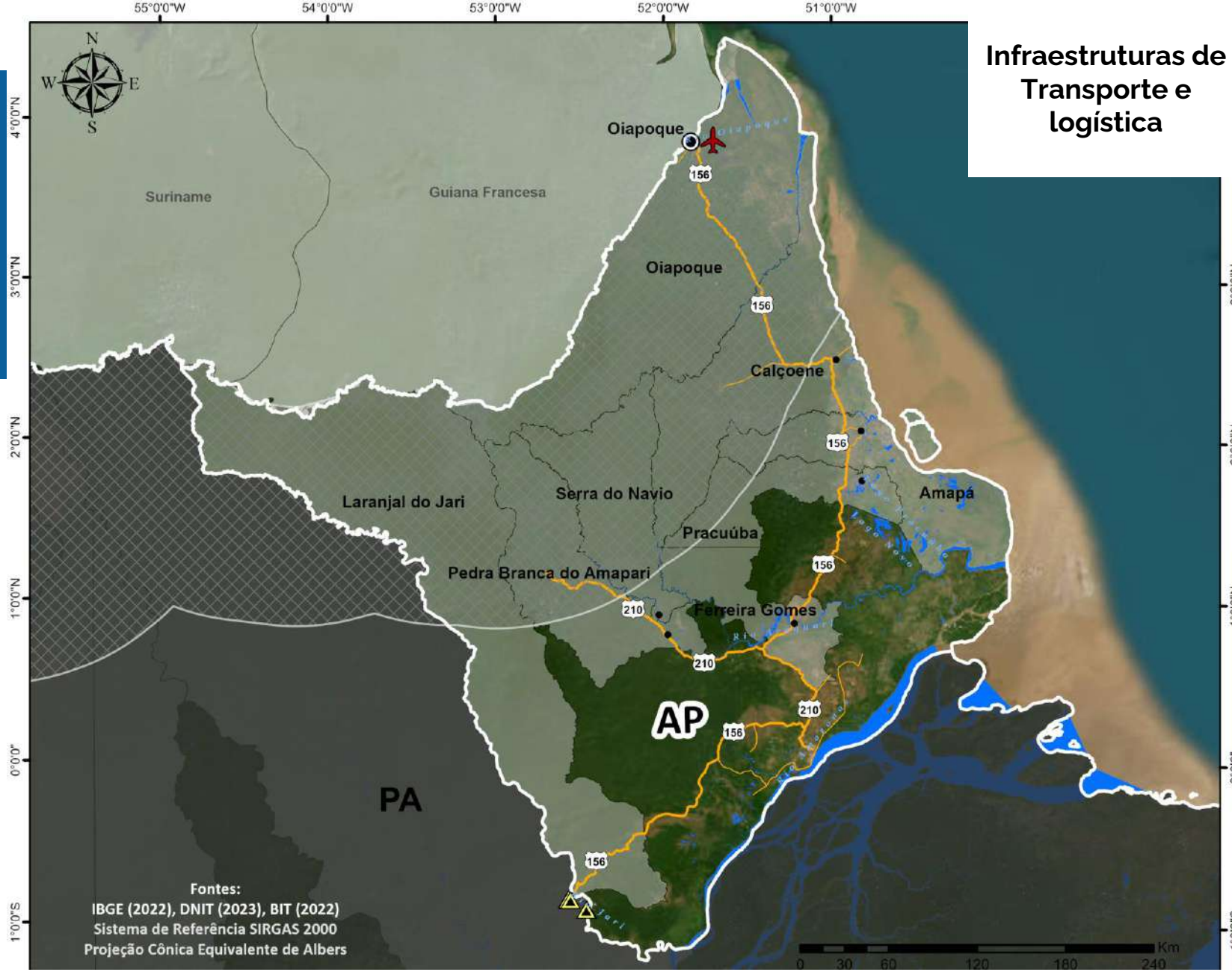
Foto: Michael Dantas / AFP

Eixo temático 2:

Infraestrutura para o Desenvolvimento

Desafios logísticos e de integração territorial: principais conexões com o restante do Brasil dependem de rotas fluviais e aéreas via Belém, limitando o alcance de políticas públicas e iniciativas de desenvolvimento econômico.

Infraestruturas de Transporte e logística



Aeroportos

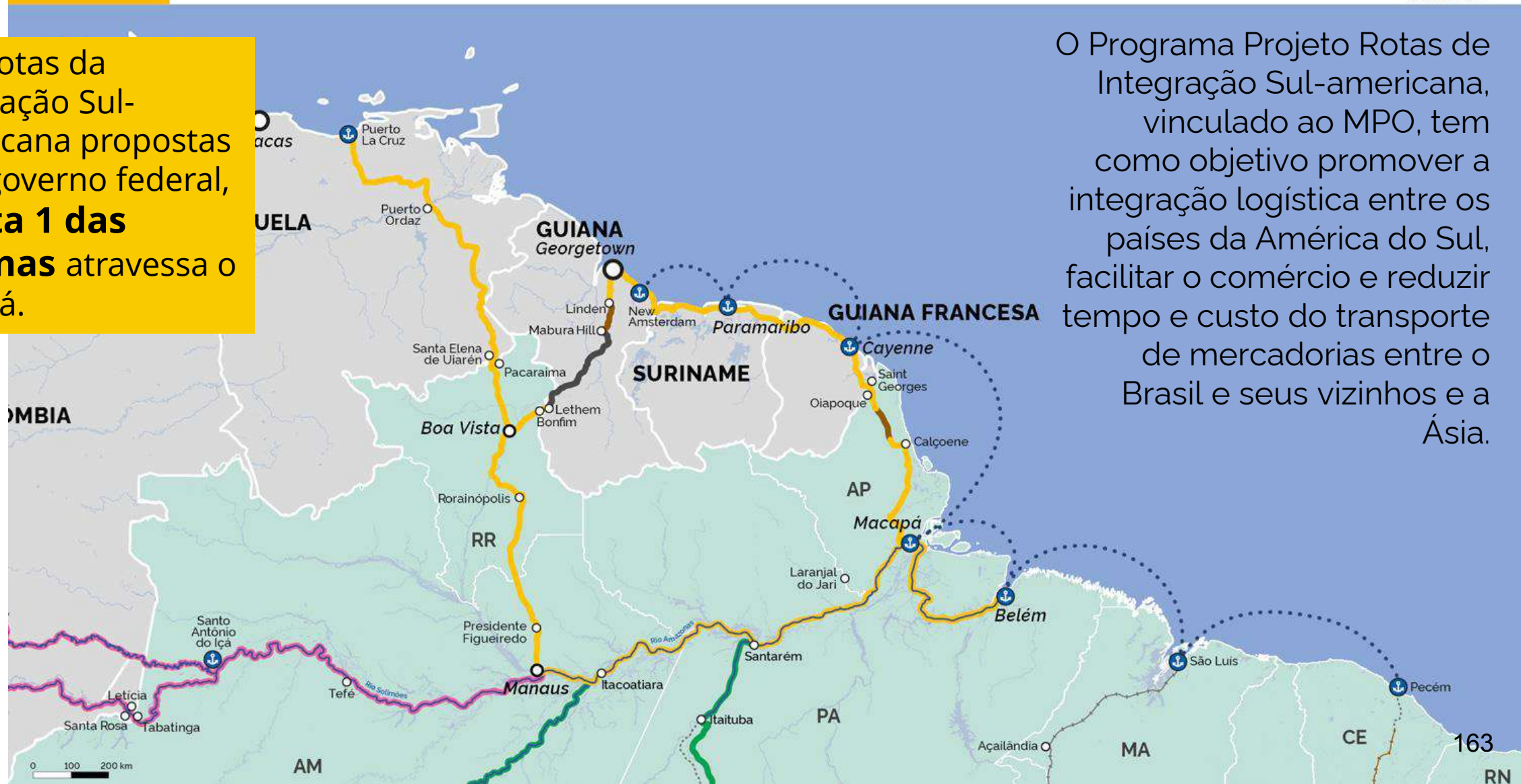
Rodovias Federais implantadas

Portos
- Em operação
- Planejados

Eixo temático 2:
Infraestrutura para o Desenvolvimento

ROTA 1 Ilha das Guianas

Das Rotas da Integração Sul-Americana propostas pelo governo federal, **a Rota 1 das Guianas** atravessa o Amapá.



O Programa Projeto Rotas de Integração Sul-americana, vinculado ao MPO, tem como objetivo promover a integração logística entre os países da América do Sul, facilitar o comércio e reduzir tempo e custo do transporte de mercadorias entre o Brasil e seus vizinhos e a Ásia.

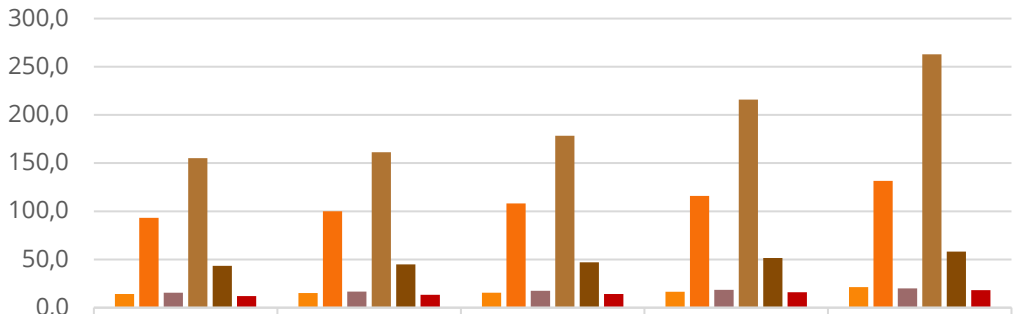
Eixo temático 3:

Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

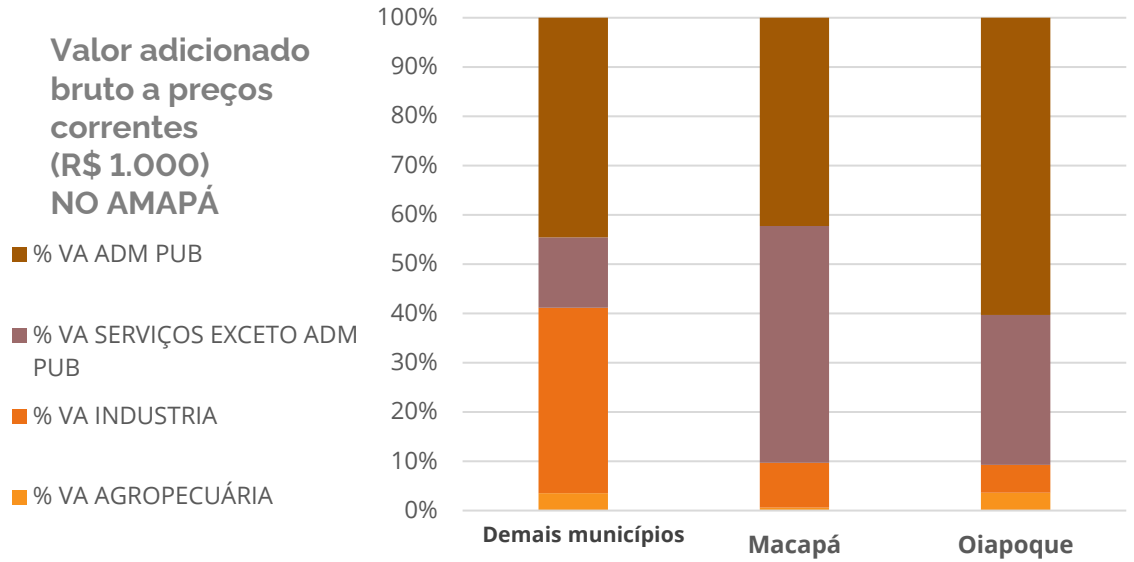
- O **setor de serviços tem a contribuição mais relevante no Amapá (85,3%).** Também é o **principal setor empregador na economia desta região**.

- Nos municípios de Fronteira, especialmente no Oiapoque, **a administração pública responde por grande parte do valor adicionado do PIB, cerca de 60%.**

Produto Interno Bruto a preços correntes de mercado em bilhões de reais

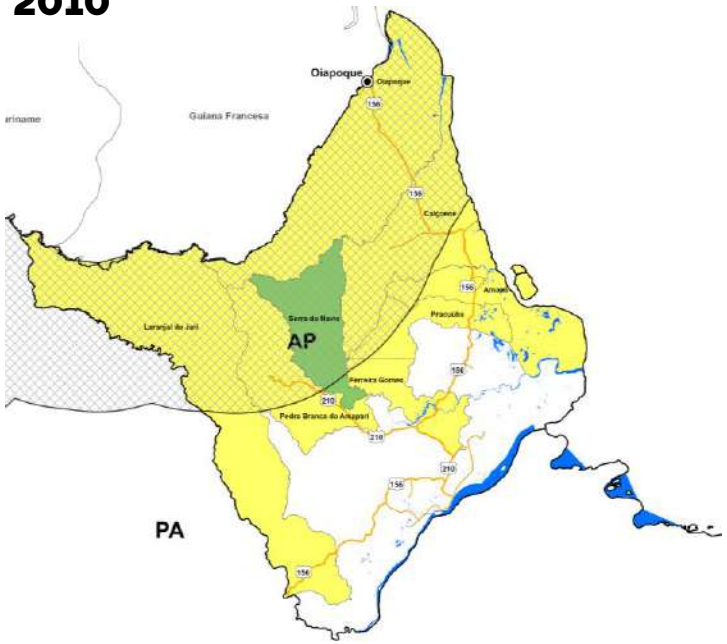


	2017	2018	2019	2020	2021
Acre	14,3	15,3	15,6	16,5	21,4
Amazonas	93,2	100,1	108,2	116,0	131,5
Amapá	15,5	16,8	17,5	18,5	20,1
Pará	155,2	161,3	178,4	215,9	262,9
Rondônia	43,5	44,9	47,1	51,6	58,2
Roraima	12,1	13,4	14,3	16,0	18,2



Eixo temático 3:
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

IDHM 2010

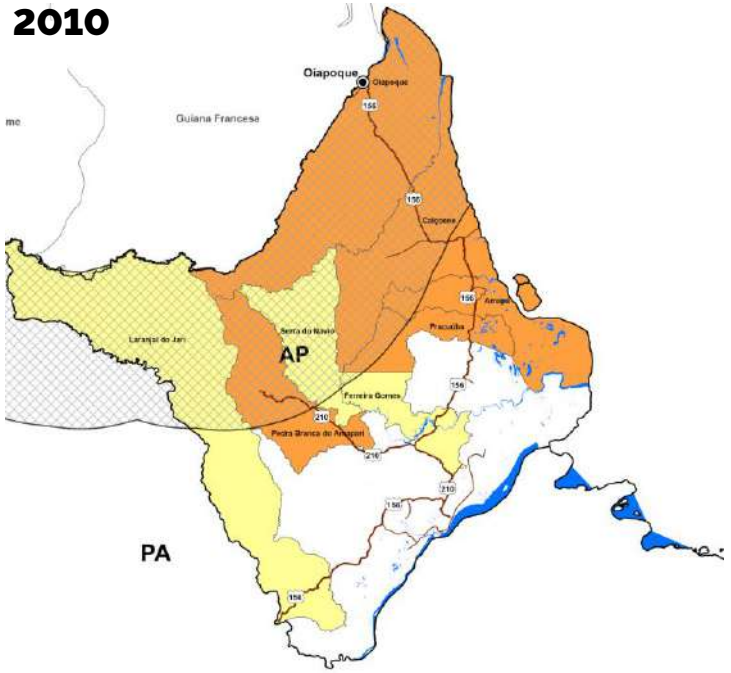


0,600-0,699 (Médio)

0,700-0,799 (Alto)

Indicadores médios, semelhantes ao estado. ***Destaca-se Serra do Navio que possui IDHM alto, de 0,709***

Índice de GIINI 2010

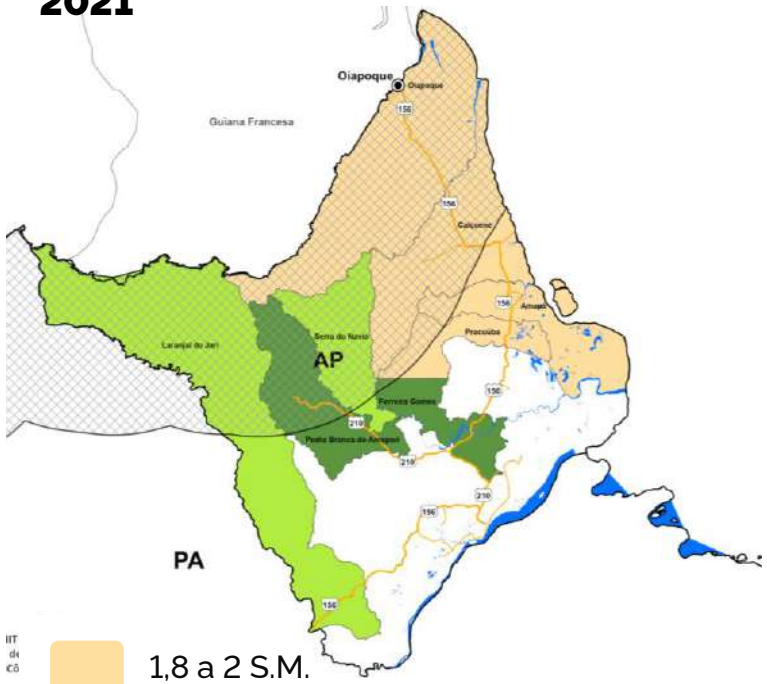


0,54 a 0,60

0,61 a 0,70

Pedra Branca do Amapari, Pracuúba, Amapá, Calçoene e Oiapoque *apresentam índice superior a 0,61, revelando* ***maior desigualdade***

Rendimento Domiciliar 2021



1,8 a 2 S.M.

> 2 a 2,5 S.M.

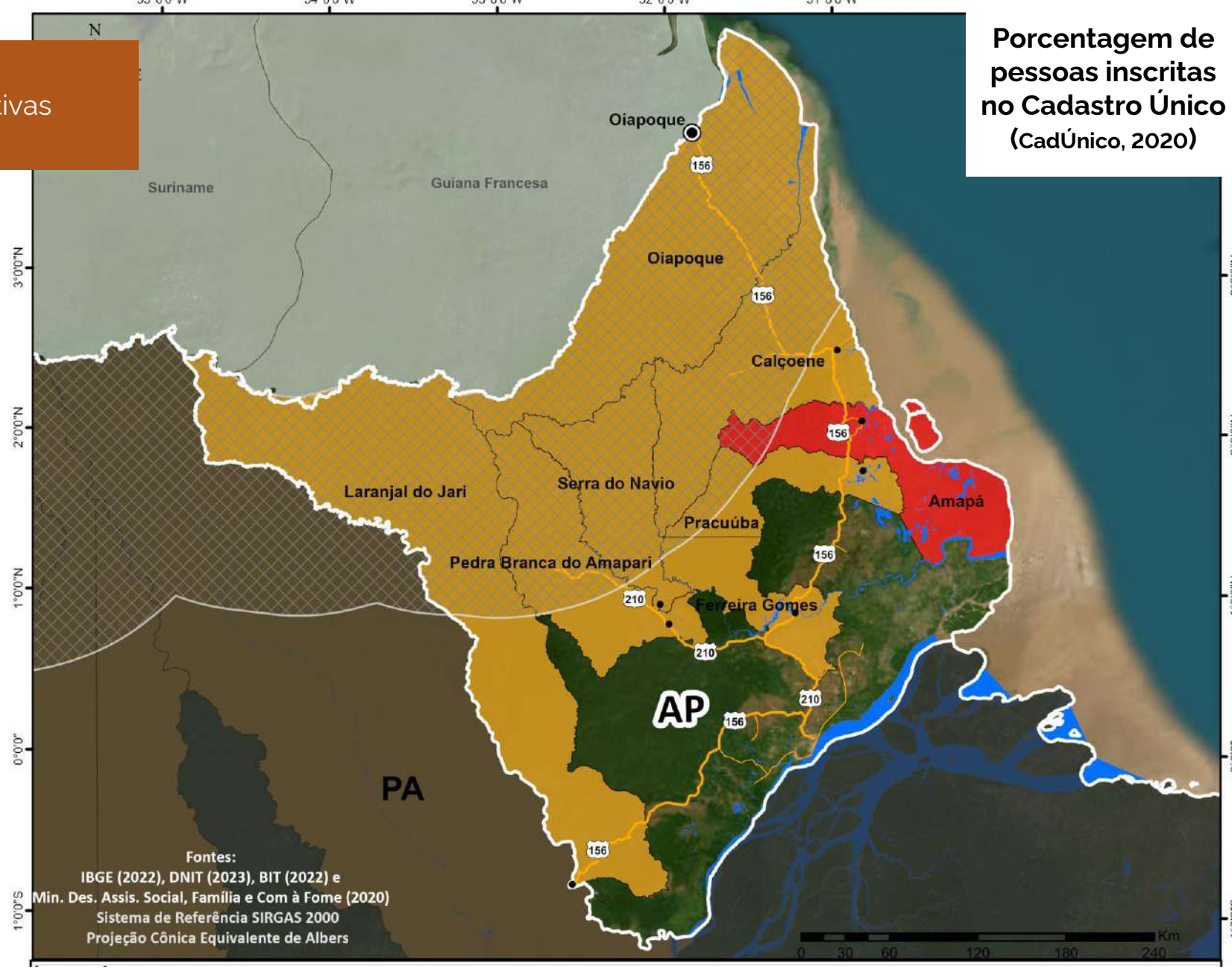
> 2,5 a 3,3 S.M.

Municípios como Oiapoque não ultrapassam 2,0 SM. ***Maiores rendimentos verificados em Pedra Branca do Amapari e Ferreira Gomes***

Eixo temático 3:
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

Todos os municípios pertencentes a faixa de fronteira, tem **mais de 50% da população no Cadastro Único, com destaque para o Amapá (mais de 80%)**

Porcentagem de pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico, 2020)

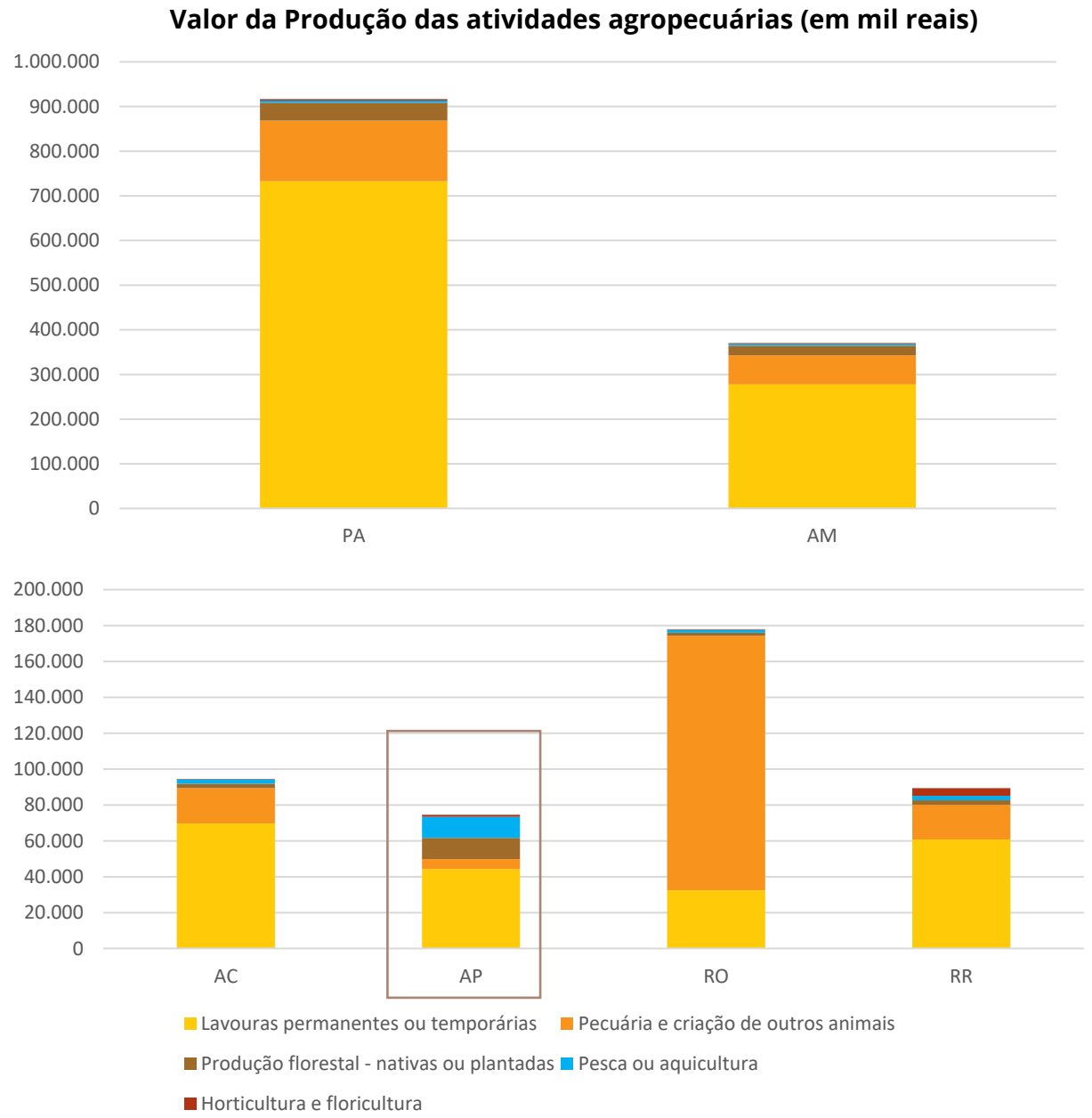


> 50% até 80% > 80%

Eixo temático 3:
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

- Os municípios de fronteira **apresentam mais de 80% sob condição de agricultura familiar** (Censo agropecuário, 2017)

- No Amapá, diferente dos outros estados do Arco Norte, **a pesca Aquicultura e a produção florestal aparecem como atividades relevantes no estado.**

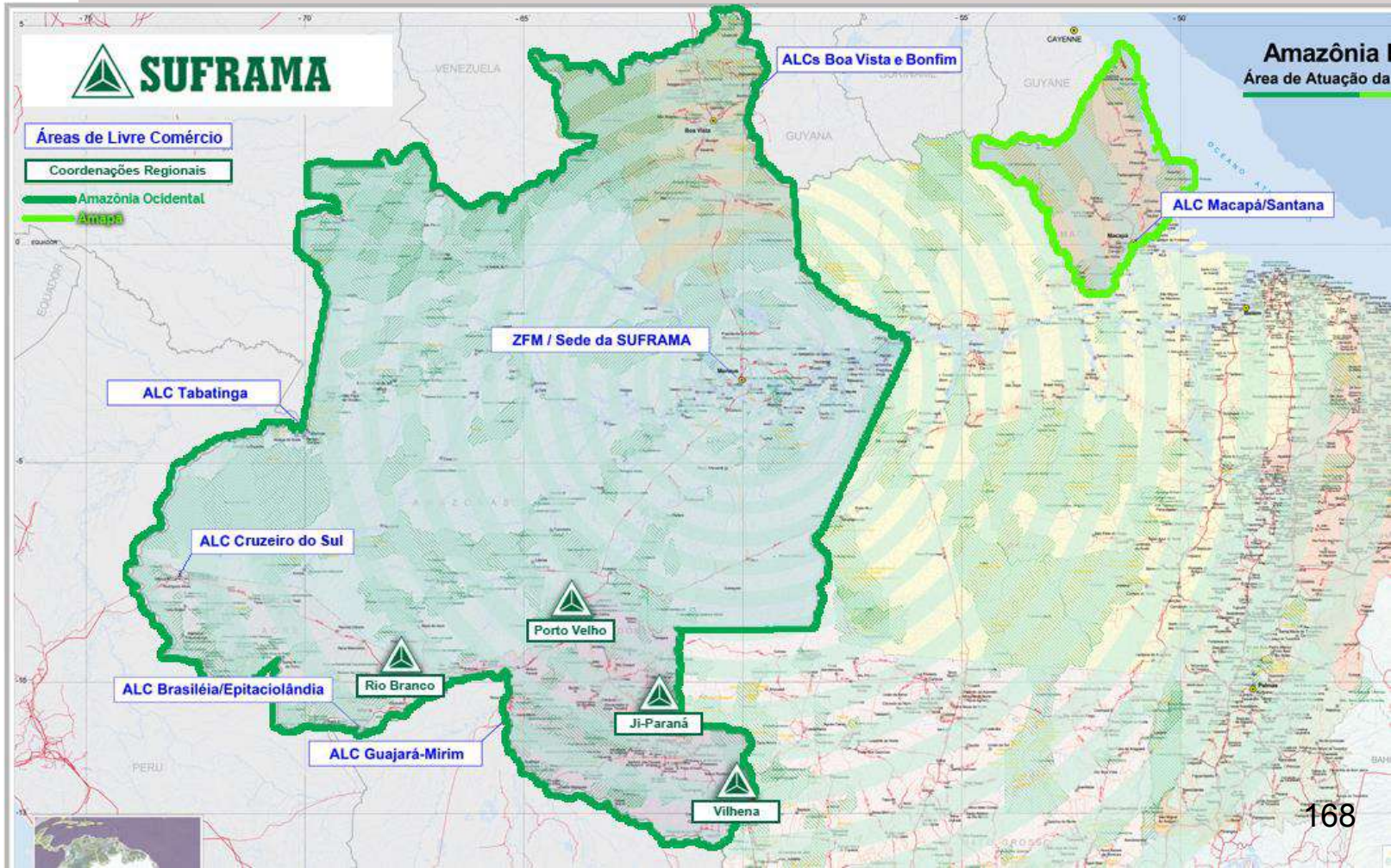


*valor FOB representa o preço da mercadoria e os custos associados até o momento em que ela deixa o local de origem.

Eixo temático 3:
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

As Áreas de Livre Comércio foram criadas para promover o desenvolvimento das cidades de fronteiras internacionais localizadas na Amazônia Ocidental e em Macapá e Santana, com o intuito de integrá-las ao restante do País, oferecendo benefícios fiscais semelhantes aos da Zona Franca de Manaus no aspecto comercial, como incentivos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).

A ALC de Macapá-Santana foi **criada pela Lei n° 8.387/1991** e **regulamentada pelo Decreto n° 517/1992**,

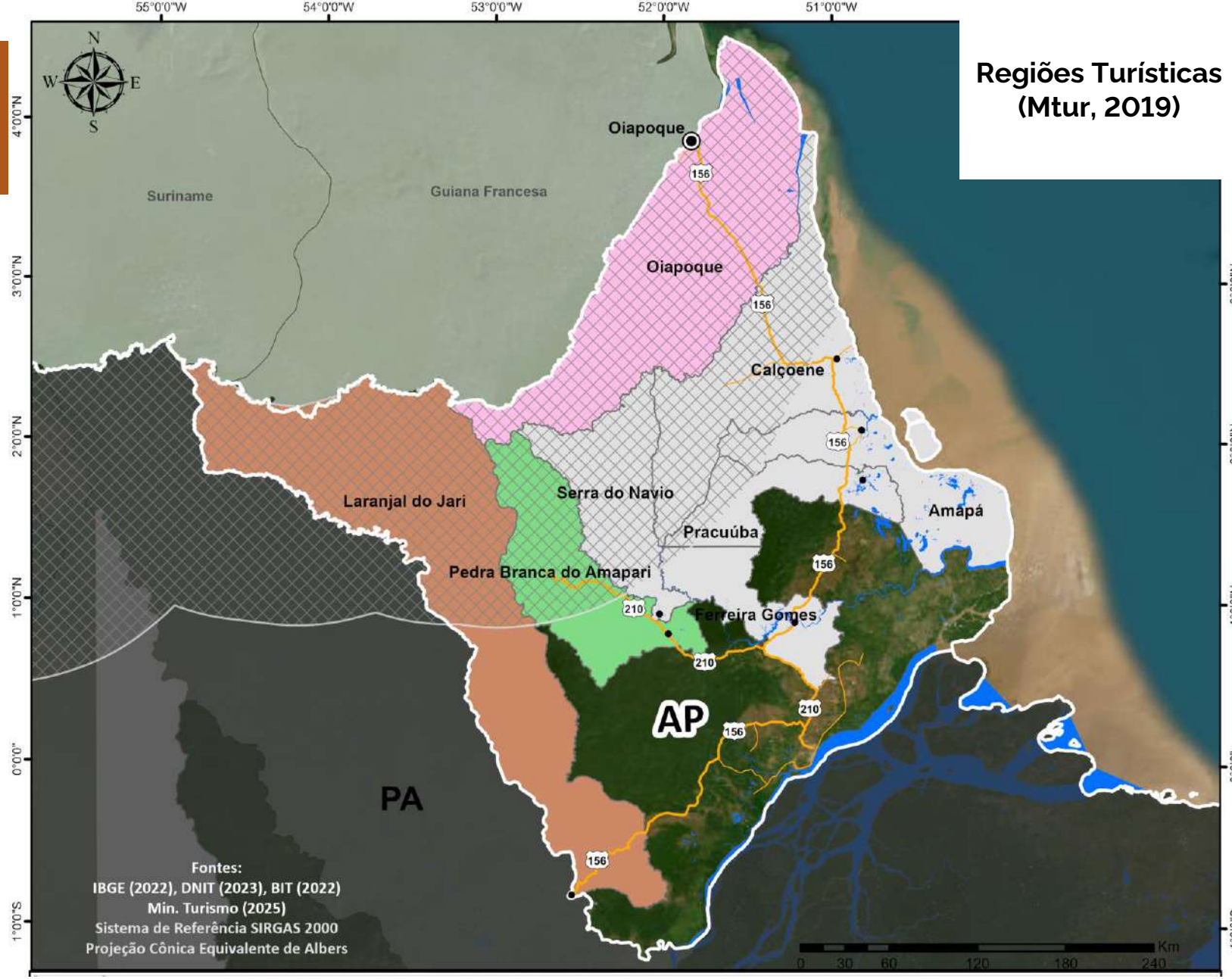


Eixo temático 3:
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

Três municípios na Faixa de Fronteira estão distribuídos em três regiões turísticas distintas: **Oiapoque, Pedra Banca do Amapari e Laranjal do Jari.**

Classificados nas Categorias C e D, o que representa baixa estruturação.

Regiões Turísticas (Mtur, 2019)



Vale do Jari

Tumucumaque e Cachoeiras

Cabo Orange

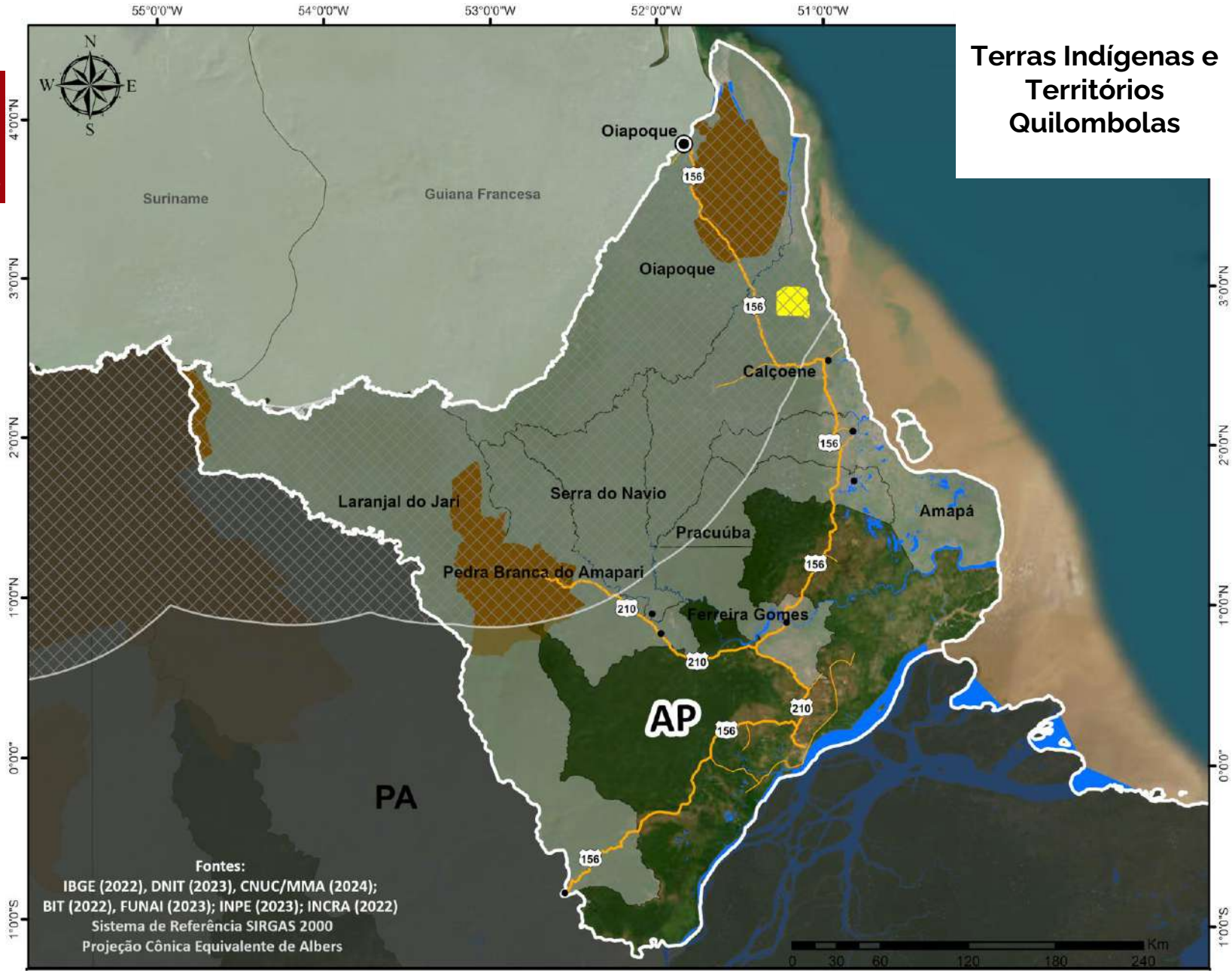
Eixo temático 4:

Povos indígenas e Comunidades tradicionais

No Amapá, há **5 terras indígenas localizadas na Faixa de Fronteira**.

Há **1 Território Quilombola Certificado no Município de Calçoene.**

Terras Indígenas e Territórios Quilombolas



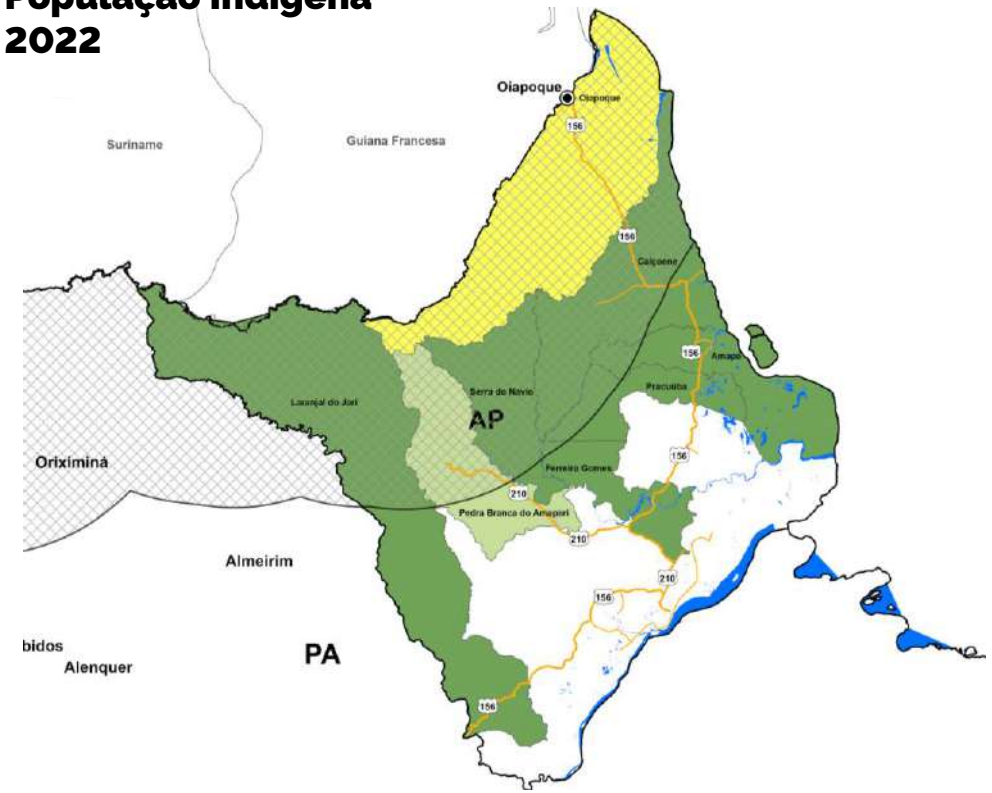
Terra Indígena

Território Quilombola

Eixo temático 4:

Povos indígenas e Comunidades tradicionais

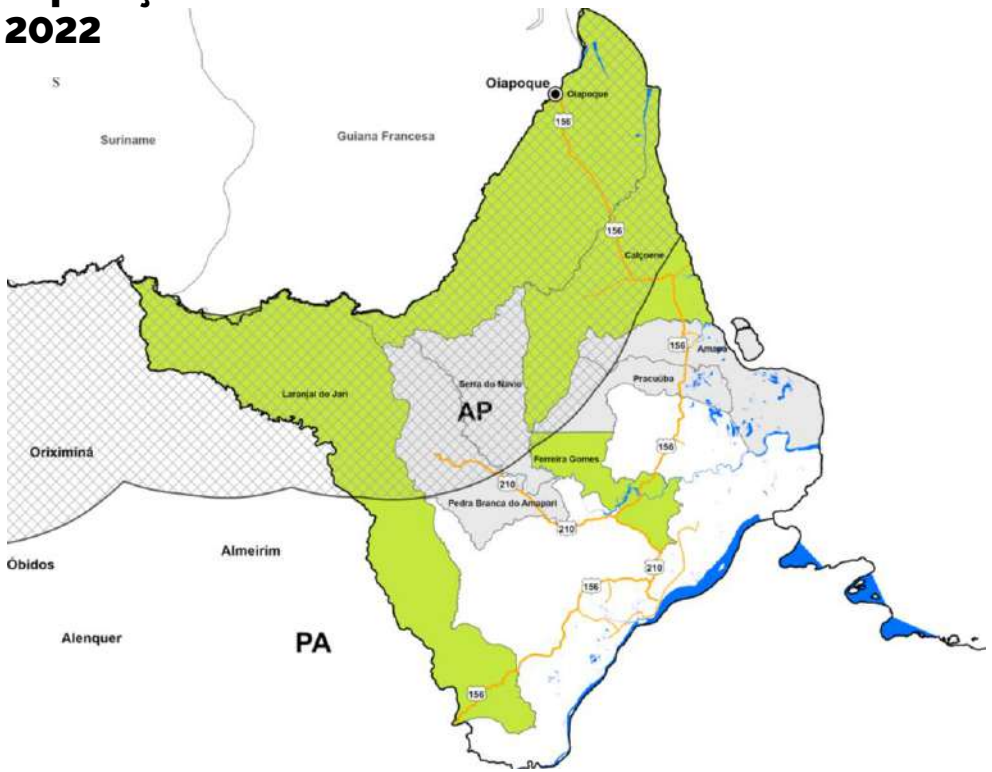
População Indígena 2022



até 10% | > 10% a 20% | > 20%

A maior parte fica no município de Oiapoque, cuja população indígena é de 8.088 habitantes, sendo que 76,5% destes (6.188 habitantes) estão em terras indígenas.

População Quilombola 2022



até 10%

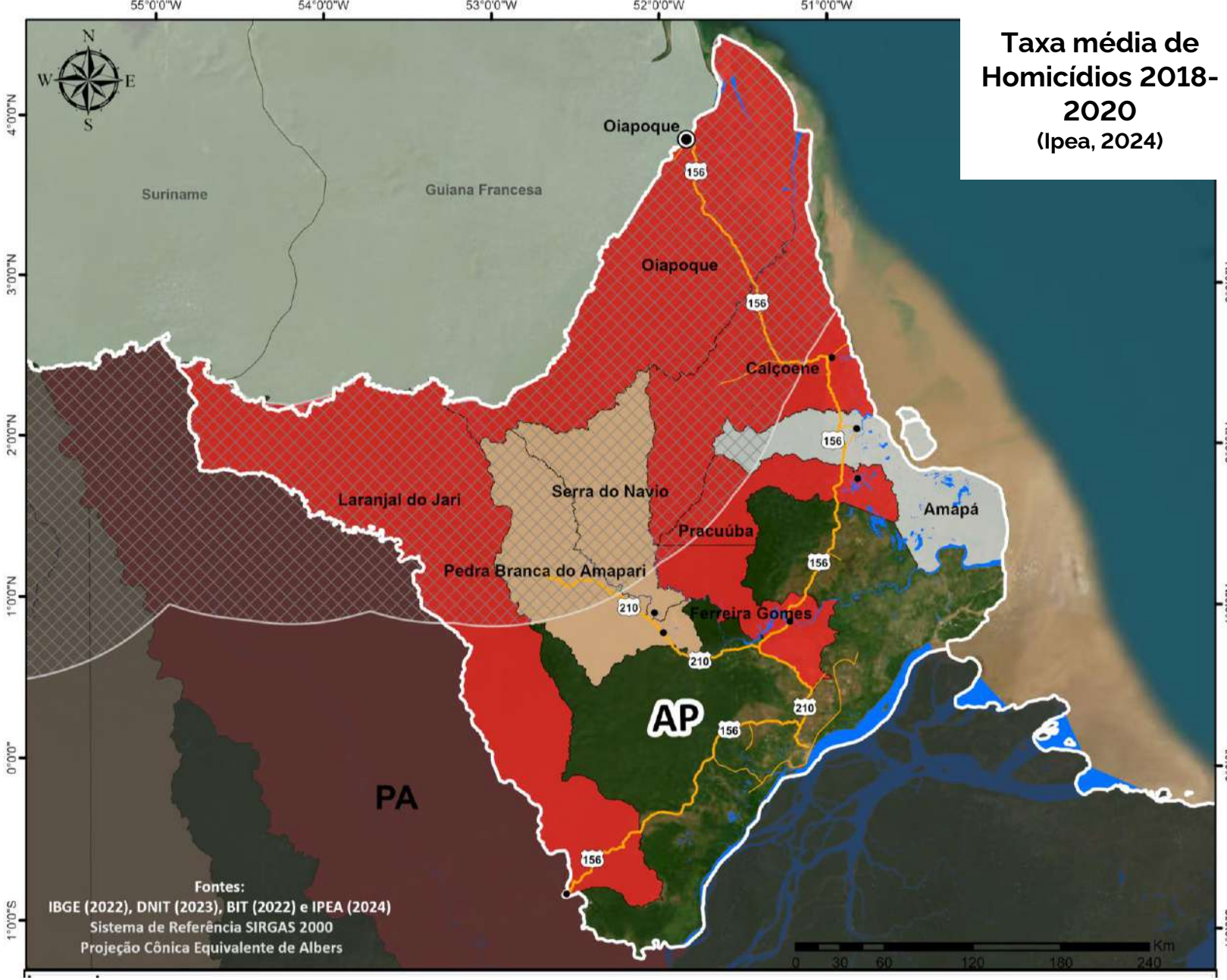
O município de maior população quilombola é Laranjal do Jari com 345 pessoas, sendo que todas vivem fora de territórios quilombolas.

Eixo temático 5:

Integração regional, migrações e segurança

- Principais tipos de violência: **Homicídios, crimes ambientais, conflitos fundiários, violência contra populações indígenas**.
- Além da capital, Oiapoque é um dos municípios com maiores índices de violência no estado.
- Atlas da Violência 2024 indica que o Amapá apresentou uma taxa de homicídios de 41,8 por 100 mil habitantes em 2022.

Taxa média de Homicídios 2018-2020
(Ipea, 2024)



Compatibilização da Carteira de projetos

Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Criação de aterro sanitário e intermediação para gestão compartilhada de resíduos sólidos (consórcio)
Criação de um Programa de Coleta de Resíduos para a Faixa de Fronteira com centros de coleta e triagem
Fomento para a formação de associações/cooperativas de reciclagem com estruturação logística para coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos
Criação de um observatório para monitoramento dos impactos das mudanças climáticas e vulnerabilidade socioambiental, produzindo propostas de soluções e mitigação dos efeitos para subsidiar políticas públicas.

Compatibilização da Carteira de projetos

Infraestrutura para o Desenvolvimento

Implementação de tecnologias sociais para acesso à água potável como cisternas, telhados inteligentes para captação de água da chuva, estações de tratamento de água fluvial (fixas e móveis), filtros orgânicos e sistemas de purificação adaptados a contextos remotos.
Implantação e operacionalização de um terminal portuário no município de Oiapoque, com infraestrutura adequada para transporte fluvial e apoio logístico interestadual e internacional. O projeto visa impulsionar a economia local, ampliar a integração com a Guiana Francesa, fomentar o comércio regional e garantir presença estratégica do Estado na faixa de fronteira amazônica.
Construção de terminais pesqueiros com centros de beneficiamento de pescados para promoção do manejo sustentável de recursos pesqueiros
Instalação de placas fotovoltaicas, baterias e internet em localidades desprovidas de rede elétrica.
Implementação de redes comunitárias de banda larga.

Compatibilização da Carteira de projetos

Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

Construção de um banco de sementes para recuperação produtiva de áreas degradadas, promovendo conservação ambiental e geração de renda em comunidades tradicionais.	Capacitação e acompanhamento técnico para famílias indígenas em técnicas de diversificação da produção agrícola, com enfoque agroecológico e valorização de saberes tradicionais.
Estruturação de negócios comunitários baseados na bioeconomia, promovendo capacitação técnica e apoio à comercialização de produtos sustentáveis.	Aquisição e distribuição de sementes nativas e adaptadas estimulando a autonomia agrícola das comunidades.
Estruturação das cadeias produtivas do açaí, mandioca e castanha, por meio da capacitação em boas práticas de produção, agregação de valor e estratégias de comercialização.	Criação de um programa de etnoturismo para jovens e lideranças indígenas.
Estruturação e aprimoramento da cadeia produtiva do artesanato local com capacitação técnica, estratégia de organização produtiva e de acesso ao mercado.	Implantação e operação de uma rede de transporte universitário gratuito e regular entre municípios vizinhos, conectando estudantes de cidades sem Instituições de Ensino Superior (IES) a universidades e institutos públicos.
Construção de um banco de sementes para recuperação produtiva de áreas degradadas, promovendo conservação ambiental e geração de renda em comunidades tradicionais.	Fomento para criação de redes solidárias da Faixa de Fronteira, a fim de fortalecer as capacidades de organização, gestão e autonomia econômica de comunidades

Compatibilização da Carteira de projetos

Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

Centro-Escola Agroflorestal de formação técnica em Agricultura Sustentável	Apoiar assentamentos do INCRA com produção sustentável e implementar pagamento por serviços ambientais (PSA) a famílias que contribuem com a preservação ambiental
Programa de apoio técnico para auxiliar no CAF e as políticas de inclusão produtiva	Estruturação das agroindústrias da Mandioca, da Banana, do Abacaxi, do Cacau e da Castanha-do-Brasil
Aquisição e manutenção de veículos abertos e fechados para o escoamento de produção	Construção e implantação de um Parque Tecnológico de Bioeconomia
Implementação de assistência técnica e extensão rural	Estruturação de um Centro de experiência de Turismo de Base Comunitária em Oiapoque, com o foco na proteção ambiental e valorização das comunidades tradicionais
Construção de Mercado Municipal para comercialização dos produtores locais	Criação e estruturação dos Centros de Atendimento ao Turista (CAT) e produção, divulgação de material publicitário dos potenciais turísticos da FF-AP
Linha de crédito para apoio a startups nas cidades da Faixa de Fronteira através de apoio técnico e financeiro. As startups alvo devem focar em soluções sustentáveis, inclusão produtiva e valorização de cadeias locais	Projeto de Desenvolvimento Territorial Sustentável, com enfoque em Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária.

Compatibilização da Carteira de projetos

Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

Pós-graduação (especialização) em Turismo Sustentável e Desenvolvimento Territorial no Amapá, para qualificação de Gestores Públicos, Lideranças Comunitárias, Empreendedores, Guias e Condutores de Turismo, visando fortalecer a formação de profissionais capacitados para atuar com as especificidades amazônicas, valorizando o patrimônio natural, cultural e social do estado.	Workshop voltado às normas técnicas aplicadas ao ecoturismo e ao turismo de aventura, com o objetivo de garantir a adoção de padrões de qualidade, segurança e boas práticas na condução de atividades turísticas em ambientes naturais
Feira de Turismo dos municípios da FF-AP, visando à integração e fortalecimento da economia local a partir da cooperação entre o Amapá, a Guiana Francesa e o Suriname.	Projeto voltado à capacitação de jovens em Mídias Sociais, E-commerce e divulgação digital, com foco no setor turístico da FF-AP
Estruturação de um Centro de experiência de Turismo de Base Comunitária em Oiapoque, com o foco na proteção ambiental e valorização das comunidades tradicionais	Mapeamento e diagnóstico do turismo rural para fortalecimento da identidade local, promovendo e fomentando a geração de renda e o desenvolvimento sustentável

Compatibilização da Carteira de projetos

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Oferecimento de atendimentos de serviços de cidadania em regiões de difícil acesso, integrando ações públicas e comunitárias por meio de unidades móveis itinerantes.	Implementação e adequação de materiais didáticos bilíngues e contextualizados para uso nas escolas indígenas, valorizando as línguas, saberes e histórias das comunidades.
Formação e capacitação de mulheres indígenas para promoção da autonomia por meio do fortalecimento de suas organizações, ações de formação, mobilização social e visibilidade em políticas públicas e espaços institucionais.	Instalação de placas fotovoltaicas, baterias e internet em comunidades indígenas
Criação de Linhas de Financiamento para estudantes indígenas, quilombolas e ribeirinhos em pesquisa aplicada às demandas de seus territórios, por meio de apoio técnico, bolsas acadêmicas e orientação universitária participativa.	Construção de microestações de tratamento de água nas aldeias e capacitar moradores para gestão dos equipamentos.
Formação técnica para o intercâmbio de saberes tradicionais das parteiras indígenas.	Implantação de um sistema comunitário de coleta de resíduos sólidos e práticas de reciclagem, com educação ambiental voltada à realidade local.
Oferecimento de atendimentos de serviços de cidadania em regiões de difícil acesso, integrando ações públicas e comunitárias por meio de unidades móveis itinerantes.	Implementação de soluções para coleta e tratamento de esgoto doméstico em comunidades tradicionais através de tecnologias sociais como fossas biodigestoras e bacia de evapotranspiração.
Formação e capacitação de mulheres indígenas para promoção da autonomia por meio do fortalecimento de suas organizações, ações de formação, mobilização social e visibilidade em políticas públicas e espaços institucionais.	Implementação e adequação de materiais didáticos bilíngues e contextualizados para uso nas escolas indígenas, valorizando as línguas, saberes e histórias das comunidades.

Compatibilização da Carteira de projetos

Integração Regional, Migrações e Segurança

Implantação de conselhos de segurança comunitária, com integração de ações educacionais e de assistência social
Criação e implementação de um programa educativo que utiliza artes e cultura para identificação precoce da violência sexual infantil por familiares e professores
Criação e implementação de um programa de reintegração socioprofissional de jovens e adultos em conflito com a lei, com oferta de formações técnicas, acompanhamento psicossocial e articulação com empregadores locais, cooperativas e instituições públicas
Implementação de unidades móveis de apoio psicossocial e jurídico para mulheres vítimas de violência em áreas geograficamente remotas, articuladas a campanhas e oficinas de empoderamento feminino.
Criação de observatório da Segurança Pública do Estado do Amapá
Implantação de conselhos de segurança comunitária, com integração de ações educacionais e de assistência social

Proposta: Dinâmica dos grupos

- Divisão dos grupos nos eixos temáticos

Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Infraestrutura para o Desenvolvimento

Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Integração Regional, Migrações e Segurança

- Discussão de ações

  - ✓ PRIORIZAÇÃO
  - ✓ COMPLEMENTAÇÃO
  - ✓ DISCUSSÃO FRENTE A NOVOS CENÁRIOS (EXPLORAÇÃO DA MARGEM EQUATORIAL)

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA

Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

Oficinas Territoriais

Pará

Execução: ibom

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

2. OFICINAS TERRITORIAIS REALIZADAS NO PARÁ

2.1. MISSÃO TÉCNICA PRELIMINAR

No Pará, a missão técnica foi realizada no período de 07 a 11 de abril de 2025. As atividades ocorreram nas cidades de Santarém, Óbidos e Oriximiná com apoio da Secretaria Regional do Baixo Amazonas. A agenda da semana foi organizada da seguinte forma:

PERÍODO	SEG 07/04	TER 08/04	QUA 09/04	QUI 10/04	SEX 11/04
Manhã	Chegada em Santarém	**9h** Reunião com Secretaria de Governo Regional do Baixo Amazonas, APEPARÁ, SEDAP, SEMAS, IDEFLOR-BIO e Delegacia Especializada de crimes agrários.	Visita ao município de Óbidos. **9h** Reunião representantes da prefeitura de Óbidos.	**9h-** Reunião com Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Oriximiná. **10h30 -** Reunião com Secretaria Municipal de Planejamento de Oriximiná	**9h** -Reunião em formato Online com Secretaria Municipal de Assistência Social de Santarém. **10h-** Reunião em formato online com FEPIPA - Federação dos Povos Indígenas do Pará
Tarde	**15h** Reunião com Secretaria Regional do Baixo Amazonas.	**19h -** Reunião com UFOPA-NEICAM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Sociedades Amazônicas, Cultura e Ambiente (Sacaca).	**14h–** Reunião online com Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Município de Óbidos(ARQMOB) **15h -** Reunião com Associação das Comunidades das Glebas Trombetas e Sapucuá. **17h** - Reunião com Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO)	Retorno à Santarém.	**15h-** Reunião com MOPEBAM - Movimento dos Pescadores Artesanais do Baixo Amazonas e com SAPOPEMA-Sociedade para pesquisa e proteção do Meio Ambiente

Os relatos das atividades realizadas no Pará podem ser acessados no **Anexo 7** deste produto.

2.2. DESAFIOS E POTENCIALIDADES

A partir do diagnóstico técnico e das reuniões realizadas com representantes locais no âmbito das missões técnicas, foi elaborado uma síntese de principais desafios e oportunidades identificados no estado. O material elaborado foi levado para as oficinas de planejamento territorial e disponibilizado aos participantes, a fim de gerar insumos para o debate nas atividades.

Com o objetivo de contribuir com as Oficinas, foi enviado previamente um formulário aos atores convidados para as atividades, a fim de colher considerações, contribuições ou correções dos participantes sobre os principais desafios e potencialidades da região. Os participantes que responderam apenas confirmaram que concordavam com os principais desafios e potencialidades apresentados.

Eixo Temático 1: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Principais desafios

- **Obras de infraestrutura e exploração mineral nos países vizinhos (Guiana e Suriname),** o que tem pressionado territórios indígenas e representam ameaças aos modos de vida tradicionais.
- **Falta de agilidade na estrutura legal e institucional** para conduzir processos de ordenamento territorial, bem como instrumentos técnicos mais atualizados que considerem as especificidades culturais e territoriais de populações tradicionais.
- **Intensificação dos eventos climáticos:** Municípios da faixa de fronteira do Pará apresentam riscos climáticos principalmente associados a inundações e enxurradas. Alenquer e Óbidos apresentam situações críticas, com risco muito alto a inundações, enxurradas e deslizamentos de terras. (Fonte: Adapta Brasil, 2022)
- **Baixa capacidade institucional para gestão de riscos climáticos:** de acordo com os critérios do PPA 2024–2027 e do ICM/SEDEC (2025), Municípios como Oriximiná e Alenquer possuem baixa capacidade de implementação de ações e arcabouço institucional relativo aos eventos de seca.
- **Emissões de gases de efeito estufa:** a principal fonte de emissões nos municípios de fronteira é do setor de "mudança de uso da terra e florestas", principalmente por conta de desmatamento e da expansão de pastagens.

Principais potencialidades

- **Toda a faixa de fronteira do Pará é formada por TIs e UCs,** o que constitui base estratégica para um ordenamento territorial com enfoque socioambiental.
- **Áreas remotas:** isolamento de determinadas regiões cumpre papel de proteção socioambiental da fronteira, exigindo que o planejamento e os investimentos de infraestrutura sejam feitos de forma criteriosa, de modo a garantir os direitos das comunidades locais e sem comprometer a diversidade local.

Eixo Temático 2: Infraestruturas para o desenvolvimento

Principais desafios

- **Dificuldades de deslocamento:** as grandes distâncias entre comunidades rurais e centros urbanos, agravada pela sazonalidade das chuvas e pelo isolamento geográfico, dificultam o deslocamento de pessoas e o transporte de matérias primas e insumos.
- **Vetores de pressão das infraestruturas sobre áreas protegidas:** mesmo fora do recorte da faixa de fronteira, rodovias como a PA-254 funcionam como vetores de pressão, facilitando ocupações irregulares e evidenciando a necessidade de maior articulação entre planejamento territorial e infraestrutura.
- **Ausência de unidades físicas descentralizadas de órgãos ambientais e de fiscalização:** o que limita ações estruturantes, a fiscalização ambiental e o apoio técnico ao desenvolvimento sustentável. No caso da FUNAI, embora haja atuação em campo, essa ocorre de forma isolada e com estrutura sobrecarregada, dificultando respostas adequadas em contextos complexos.
- **Inexistência de hospitais regionais descentralizados,** o que dificulta o acesso à saúde especializada nas áreas remotas da fronteira, já que os serviços de maior complexidade estão concentrados em Santarém, polo regional.

Principais potencialidades

- **Projetos de integração regional, como a inclusão do Pará na Rota 1 do Programa Rotas de Integração Sul-Americana:** ainda que de forma tangencial, esses projetos podem abrir oportunidades logísticas e de cooperação internacional, com reflexos sobre o planejamento territorial da região.

- **Iniciativas de implantação de usinas fotovoltaicas,** com número representativo de instalações localizadas na área urbana do Município de Almeirim.

Eixo Temático 3: Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

Principais desafios

- **Ausência de regularização fundiária e acesso restrito a crédito, assistência técnica e fomento,** o que impede que povos e comunidades tradicionais, pescadores artesanais, quilombolas, agricultores familiares e extrativistas fortaleçam suas atividades produtivas, perpetuando desigualdades sociais e territoriais.
- **Falta de políticas públicas estruturadas para escoamento, comercialização e agregação de valor** acentuando a dependência de atravessadores, limita a geração de renda e fragiliza as cadeias produtivas sustentáveis.
- **Precariedade na infraestrutura produtiva:** falta de equipamentos, energia instável, armazenamento inadequado e entraves na regularização sanitária e comercial - afeta especialmente a cadeia da castanha-do-pará e outras atividades da sociobiodiversidade.

Principais potencialidades

- **Presença de universidades com UFPA e UFOPA,** com campi descentralizados e projetos de extensão universitária na região do Baixo Amazonas com potencial de apoiar o desenvolvimento regional por meio da educação superior, gerar conhecimento local e promover pesquisas voltadas às especificidades amazônicas.
- **Diversidade de práticas produtivas sustentáveis,** com potencial para geração de renda e conservação ambiental, como pesca artesanal, agricultura agroecológica, extrativismo, artesanato, arte, gastronomia indígena e quilombola.
- **Produção da castanha-do-pará como uma das principais cadeias da sociobiodiversidade local**, com potencial para geração de renda, fortalecimento das práticas extrativistas e desenvolvimento sustentável no oeste paraense.
- **Potencial para fortalecimento de atividades de ecoturismo** no oeste do Pará, como estratégia de desenvolvimento sustentável, geração de renda, preservação ambiental e valorização das culturas locais.
- **Adoção de Sistemas Agroflorestais (SAFs):** Programa PROSAF (Programa de Sistemas Agroflorestais) representa iniciativa estratégica para a recuperação de áreas degradadas e a promoção da geração de renda no estado.

Eixo Temático 4: Povos indígenas e comunidades tradicionais

Principais desafios

- **Baixo reconhecimento da contribuição das comunidades indígenas e tradicionais** para a segurança alimentar e a conservação ambiental, resultando em invisibilização de práticas sustentáveis já consolidadas.
- **Fragilidade na demarcação e reconhecimento formal dos territórios indígenas e tradicionais,** o que contribui para conflitos fundiários e insegurança territorial.
- **Avanço de propostas de integração com países vizinhos, como Guiana e Suriname**, pode representar ameaça aos povos indígenas e modos de vida tradicionais, ao abrir caminho para grandes obras de infraestrutura e exploração mineral em uma região marcada por alta concentração de recursos naturais e intensos interesses econômicos.
- **Sobreposição de unidades de conservação com territórios tradicionais e indígenas**, dificultando o acesso e a permanência dessas comunidades.

Principais potencialidades

- **Forte presença de saberes tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos) sobre o uso sustentável do território,** que contribuem para práticas sustentáveis e podem orientar políticas públicas mais inclusivas e eficazes**.**

- **Existência de redes articuladas de organizações da sociedade civil:** Organização de coletivos, associações e grupos indígenas e quilombolas que atuam na inclusão produtiva e social, promovendo autonomia econômica.

Eixo Temático 5: Integração Regional, Migrações e Segurança

Principais desafios

- **Violência associada a conflitos territoriais na fronteira Pará-Amapá (imediações de Almeirim com Laranjal do Jari)** com impactos sociais e econômicos, ligados a disputas fundiárias, narcotráfico, garimpo e migração desordenada.
- **Déficit de equipamentos e serviços públicos nas áreas de saúde, educação e assistência social**, agravado pelo isolamento geográfico e por barreiras logísticas, limitando o acesso da população da faixa de fronteira a direitos básicos, aprofundando desigualdades e vulnerabilidades.
- **Pressão sobre os serviços públicos urbanos, sobretudo em Santarém,** onde a ampliação dos fluxos migratórios gera sobrecarga nos sistemas de saúde, segurança pública, assistência social e habitação, com efeitos concentrados nas periferias urbanas.

Principais potencialidades

- **Existência da Base Integrada Fluvial Candiru, localizada em Óbidos,** representa iniciativa estratégica para fortalecer a segurança pública na região.
- **Existência do 1º Pelotão Especial de Fronteira do Exército, em Tiriós,** na fronteira do Suriname, com atuação no combate aos ilícitos transfronteiriços, em articulação com a FAB e SESAI.
- **Diversificação crescente do perfil migratório no estado,** com potencial de fortalecer políticas públicas de integração multicultural e ampliar a inserção social e econômica de diferentes grupos de migrantes**.**

2.3. OFICINAS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

As oficinas do Pará foram realizadas nas seguintes datas e locais:

Município	Data	Endereço
Santarém	02 de setembro de 2025	Auditório da Secretaria de Governo do Baixo Amazonas
Oriximiná	04 de setembro de 2025	Auditório da UFOPA, Rodovia PA 439, N° 257

2.3.1. OFICINA EM SANTARÉM

Número de participantes: 23 participantes (A lista de presença dos participantes consta no **Anexo 8** deste produto)

Mediadores do IBAM:

- Louise Storni - Assessoria Técnica do IBAM
- Fernanda Ferreira – Consultora Técnica do IBAM
- Solange Oliveira – Consultora Local do IBAM no Pará

Mediadores externos:

- Wallace Vitor - Consultor Técnico do MIDR
- Luciana Mendonça - Consultora Técnica do MIDR
- Edson Santiago - Assessor Técnico GSI/PR, da Coordenação de Assuntos de Fronteira,
- Jorgiene Oliveira - Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)
- Claudio Puty - pesquisador associado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Professor de Economia da Universidade Federal do Pará (UFPA)

Relato da Plenária inicial – Abertura e discussão e complementação dos Desafios e Potencialidades

A mesa de abertura contou com representantes do governo federal, estadual e municipal, além do setor produtivo (SEBRAE e FIEPA), refletindo a diversidade de instituições envolvidas.

Na mesa de abertura, foi ressaltada a diversidade territorial, social e cultural da região amazônica e a necessidade de que qualquer planejamento leve em consideração a pluralidade de povos e realidades locais, incluindo indígenas, comunidades tradicionais, agricultores familiares e também atores urbanos. Destacou-se a importância da escuta ampla e da construção coletiva de uma carteira de projetos que atenda às especificidades

regionais. Foi enfatizada a importância da presença dos governos federal e estadual nos territórios, apontando desafios como infraestrutura, transporte escolar e isolamento da região. Em uma das falas, mencionou-se o contexto político favorável para avanços em políticas públicas e a urgência de obras de integração rodoviária entre os estados do Pará e Amapá, como a ligação entre a BR-156 e a PA-254.

Foram relatadas, ainda, ações voltadas ao fortalecimento de pequenos negócios e da bioeconomia na Região de Integração do Baixo Amazonas, incluindo projetos de incubação de empresas sustentáveis e iniciativas para agricultura familiar, além de desafios ligados à infraestrutura e à incorporação da agenda climática no desenvolvimento local.

O setor industrial destacou a necessidade de enfrentar os problemas de regularização fundiária, que impactam diretamente as atividades produtivas, reforçando a relevância da soberania nacional sobre a Amazônia e a presença de gestores municipais nos espaços de planejamento. Também foi apresentado o alinhamento entre o planejamento estratégico de longo prazo do governo estadual e a construção participativa dos Planos de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, com ênfase na retomada das escutas sociais como método de planejamento democrático. Ressaltou-se ainda o papel das secretarias regionais como articuladoras entre municípios, estado e governo federal, e a importância de diagnósticos participativos para a efetividade das políticas públicas e a integração regional.

Também se recordou o marco da Declaração de Brasília, que lançou a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), ressaltando o potencial estratégico da integração especialmente nas fronteiras amazônicas, onde os fluxos comerciais ainda são incipientes, e a necessidade de ampliar relações produtivas com os países vizinhos, considerando tanto a segurança quanto o desenvolvimento sustentável.

Em seguida, foram apresentados dados do diagnóstico sobre a situação da Faixa de Fronteira de Rondônia, conforme documentado no Produto 1 da consultoria, abrindo-se espaço para complementações com foco nos desafios e potencialidades identificados. A apresentação pode ser consultada no **Anexo 9** deste relatório.

Na sequência, os participantes foram convidados a um coffee break, e a oficina prosseguiu com grupos temáticos voltados à construção coletiva de propostas, cujos resultados foram apresentados e debatidos em plenária, com espaço para complementações. Cabe registrar que, embora a metodologia original previsse um dia completo de atividades, a oficina foi adaptada para meio período, de forma planejada, em atenção ao perfil do público, sem prejuízo da consistência e qualidade dos resultados obtidos.

Discussão em grupos – Formulação de Ações Prioritárias

Os participantes se organizados em grupos, com base nos cinco eixos de trabalho. A seguir apresenta-se a sistematização das propostas de ação trabalhadas por cada grupo.

Eixo 1 - Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Atualização do Programa Terra Legal e emissão de títulos	Todos os municípios atendidos pelo PRDA	MDA, INCRA, Prefeituras
Concurso público direcionado para a SR-30	Santarém e demais municípios da Faixa de Fronteira	MGI, MDS, MMA, INCRA
Operacionalização dos créditos iniciais dos assentamentos	Assentamentos de Santarém e demais municípios da F.F.	MDA e INCRA

Eixo 2 - Infraestrutura para o Desenvolvimento

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Interligar a BR-156 Sul com a PA-254	Municípios da Faixa de Fronteira	Municípios da Faixa de Fronteira
Concluir a pavimentação da PA-254		
Reativar portos (CPH, DNIT, CDP)		
Programa para recuperação das vicinais (Governo Federal e Estadual)		

Eixo 3 - Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Ação integrada c/ manejo / agricultura familiar aliado com a sociobioeconomia	Municípios da Faixa de Fronteira	
Fortalecer pesquisa e inovação		
Apoiar a ECOSOL		
Execução do PRDA e do PA 2050		
Fortalecer programas de ATER		

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Criar um edital que priorize o manejo florestal com unidade sustentável / rastreabilidade		Municípios da Faixa de Fronteira
Reativar as agroindústrias existentes		

Eixo 4 - Povos indígenas e comunidades tradicionais

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Sistema permanente de monitoramento e proteção de terras indígenas e comunidades tradicionais em risco	Municípios da Faixa de Fronteira	Exército, Polícias, Funai, INPE
Captação e tratamento da água para consumo de comunidades ribeirinhas e isoladas	Santarém e municípios da Faixa de Fronteira	MME, MDS, MMA e IFPD
Sistema de energia alternativa para terras indígenas, várzea, e comunidades isoladas/áreas remotas	Santarém e municípios da Faixa de Fronteira	ICMBio, IBGE, MDS, MMA, Funai, Prefeituras

Eixo 5 - Integração Regional, Migrações e Segurança

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Aumentar a presença das forças de segurança na região de fronteira	Municípios da Faixa de Fronteira	Forças armadas, Polícia
Ampliar bases fluviais interagências e territoriais		

Relato da Plenária final da oficina de Santarém:

Na plenária final, os grupos apresentaram suas propostas, que contemplaram os diferentes eixos temáticos da oficina. Entre os destaques, o grupo de Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática ressaltou a necessidade de criação de um sistema de energia alternativa para comunidades em áreas remotas, bem como a realização de concursos públicos específicos para suprir a carência de profissionais nos municípios da região. Foi observado que os últimos concursos não conseguiram assegurar a permanência dos aprovados na Superintendência Regional de Santarém, motivo pelo qual se defendeu a elaboração de um plano de carreiras voltado à realidade regional. Também foi indicada a necessidade de efetivar créditos iniciais para assentamentos antigos que ainda não tiveram acesso a essa modalidade de política pública.

No eixo de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, foi proposta a implementação de um sistema permanente de monitoramento e proteção, em articulação com diferentes órgãos, além da ampliação do acesso à água potável para comunidades ribeirinhas e isoladas (de campo, floresta e várzea), tanto para dessedentação humana e animal, fortalecimento da segurança alimentar e mitigação dos efeitos de eventos climáticos, como secas, que têm afetado significativamente a produção regional.

Na área de Integração Regional, Migrações e Segurança, destacou-se a urgência de ampliar a presença das forças de segurança nas fronteiras e de fortalecer bases fluviais interagências, considerando que os presentes relataram viver em territórios ameaçados pela grilagem de terras, pela exploração ilegal de madeira e pelos garimpos. Já no eixo de Infraestrutura para o Desenvolvimento, as prioridades foram a interligação da BR-156 Sul com a PA-254, a conclusão da pavimentação da PA-254, a reativação de portos anteriormente existentes e hoje desativados, e a criação de um programa de recuperação e conservação de estradas vicinais, em parceria com os governos estadual e federal em articulação com os municípios.

Quanto ao Fomento das Atividades Produtivas Sustentáveis, foram sugeridas ações integradas de manejo com a agricultura familiar, fortalecimento da pesquisa e inovação, apoio à economia solidária, execução dos planos estratégicos já existentes (PRDA e Pará 2050), criação de editais que priorizem o manejo florestal sustentável, fortalecimento da assistência técnica e reativação de agroindústrias locais.

Além disso, os grupos reforçaram a importância de alinhar as novas propostas com planejamentos estadual e federal já existentes, como o Pará 2050 e o PRDA, para garantir coerência e continuidade, e destacaram a necessidade de assegurar infraestrutura estratégica (estradas, portos, aeroportos) acompanhada de medidas de ordenamento territorial e de manejo ambiental responsável em seus entornos. Também destacaram a importância de fortalecer as iniciativas de economia solidária já existentes na região, que têm contribuído para ampliar o acesso de algumas comunidades ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Por fim, cabe registrar que a oficina foi realizada em Santarém, cidade não fronteiriça, mas que funciona como polo regional, reunindo as principais instituições com atuação territorial e facilitando o acesso de participantes vindos de municípios como Almeirim e Alenquer. Observou-se ainda que, pela experiência prévia dos presentes em processos de discussão de planos abrangentes e de leitura ampliada do território, algumas propostas foram formuladas em perspectiva mais ampla que o recorte legal da faixa de fronteira, o que reflete a vivência regional e a importância da mediação entre as diferentes escalas de planejamento territorial.

Registros Fotográficos da Oficina de Santarém:

Mesa de abertura e Coffee-break

Debates – grupos temáticos

Registro Final da atividade

Fotos: IBAM

2.3.2. OFICINA EM ORIXIMINÁ

Número de participantes: 46 participantes
Mediadores do IBAM:

- Louise Storni - Assessoria Técnica do IBAM
- Fernanda Ferreira – Consultora Técnica do IBAM
- Solange Oliveira – Consultora Local do IBAM no Pará

Mediadores externos:

- Wallace Vitor - Consultor Técnico do MIDR
- Luciana Mendonça - Consultora Técnica do MIDR
- Edson Santiago - Assessor Técnico GSI/PR, da Coordenação de Assuntos de Fronteira,
-

Relato da Plenária inicial – Abertura e discussão e complementação dos Desafios e Potencialidades

O encontro teve início com a equipe do IBAM convidando representantes federais, estaduais e municipais para compor a mesa de abertura, na qual foi ressaltado que o território da faixa de fronteira do Pará é marcado pela presença expressiva de áreas protegidas — florestas nacionais e estaduais, reservas biológicas, terras indígenas e quilombolas — que abrigam dezenas de agrupamentos indígenas, territórios quilombolas e centenas de comunidades ribeirinhas.

Após a mesa de abertura, a equipe do IBAM realizou uma apresentação sobre a pesquisa diagnóstica desenvolvida na primeira fase do trabalho, e, em seguida, os participantes foram convidados a contribuir em plenária após a exposição dos dados. A apresentação pode ser consultada no **Anexo 9** deste relatório.

Foi ressaltado que, embora apenas uma pequena parcela do território esteja sob gestão municipal direta de Oriximiná, as demandas em saúde, educação, infraestrutura e serviços recaem sobre a prefeitura, que não dispõe de condições para arcar sozinha com tais responsabilidades. Destacou-se a necessidade de maior apoio da União e do Estado, bem como de soluções que conciliem a gestão ambiental ao desenvolvimento sustentável regional e à valorização das populações tradicionais.

Também foram apontados entraves como a demora na liberação de licenças ambientais e nos processos de regularização fundiária, que afetam tanto comunidades quanto os empreendimentos econômicos, comprometendo a arrecadação e o desenvolvimento.

Outro ponto destacado foi o compromisso de transformar a riqueza ambiental em oportunidades de desenvolvimento humano, econômico e social, respeitando a biodiversidade e as culturas locais, ao mesmo tempo em que se ressaltou a especificidade de Oriximiná, limitada por extensas áreas de preservação, o que exige soluções

diferenciadas e construídas em diálogo com indígenas, quilombolas e a sociedade civil. Nesse contexto, foi mencionada a criação do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará, um arranjo que busca integrar unidades de conservação federais, estaduais e municipais, com foco na gestão participativa.

Foi observada, contudo, a dificuldade de reunir órgãos governamentais para tratar da questão da segurança nas fronteiras, apesar da dimensão do território e dos desafios ligados à ausência de regularização fundiária. O Mosaico foi apontado como estratégia para integrar agricultores familiares, comunidades tradicionais e assentamentos, promovendo segurança territorial e inclusão social, desde que articulado com instituições responsáveis e evitando sobreposição de políticas públicas.

Também foi relatada a recorrência de secas intensas nos últimos anos, com graves impactos sociais, econômicos e ambientais, como a escassez de água potável, a perda de safras, a morte de animais e dificuldades de transporte e abastecimento. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas permanentes de prevenção e mitigação, com alternativas de acesso à água, segurança alimentar e fortalecimento das cadeias produtivas locais. Além disso, foram levantados problemas como a ausência de alguns municípios no diagnóstico inicial, as pressões do desmatamento, da exploração madeireira e do narcotráfico, bem como as dificuldades de deslocamento decorrentes da precariedade da infraestrutura rodoviária.

Outro tema recorrente foi a regularização fundiária, apontada como entrave central que gera insegurança jurídica, dificulta investimentos e impede o acesso das famílias a políticas públicas e linhas de financiamento. Também foi mencionada a falta de atenção às comunidades localizadas em florestas estaduais e nacionais, muitas vezes pouco contempladas nas políticas de desenvolvimento. O isolamento de comunidades rurais e os impactos das secas recentes, que dificultaram inclusive o acesso às sedes municipais, foram citados como exemplos da vulnerabilidade local. Nesse sentido, foi defendida a necessidade de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas, associadas a suporte técnico e planejamento para garantir resultados efetivos em programas de agricultura familiar.

A fragilidade institucional de órgãos como o INCRA foi apontada como um dos principais fatores que limitam a efetividade da regularização fundiária. Foi ressaltada a importância de que arranjos como o Mosaico de Áreas Protegidas se convertam em instrumentos reais de fortalecimento institucional e de articulação intersetorial. Além disso, destacou-se a necessidade de fomentar soluções em energia renovável, como a solar, ainda pouco viáveis devido a barreiras institucionais e custos elevados.

As demandas da agricultura familiar também foram apontadas, incluindo a revisão ocupacional de assentamentos, a necessidade de manutenção de estradas vicinais, a melhoria dos transportes para áreas rurais e a criação de infraestrutura para armazenamento da produção, a fim de reduzir a dependência de atravessadores.

Representantes indígenas reforçaram a preocupação com a proteção dos territórios, ameaçados pela proximidade com fronteiras internacionais. Destacou-se a necessidade de postos de vigilância e do fortalecimento da parceria entre comunidades e órgãos governamentais, ressaltando que o protagonismo das comunidades deve ser acompanhado de apoio estrutural e financeiro do Estado. Foram apontadas ainda fragilidades da Funai, que carece de veículos e embarcações para assegurar a proteção territorial, além de preocupações com práticas ilegais como garimpo e turismo predatório.

Discussão em grupos – Formulação de Ações Prioritárias

No período da tarde, os participantes foram organizados em grupos, com base nos cinco eixos de trabalho. A seguir apresenta-se a sistematização das propostas de ação trabalhadas por cada grupo.

Eixo 1 - Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Plano de proteção e fiscalização – com a participação dos órgãos fiscalizadores de forma articulada e integrada	Municípios da Faixa de Fronteira	ICMBio, Funai, Ibama, SEMAS, Prefeituras e comunidades.
Criação do comitê transfronteiriço de discussão de proteção ambiental	Brasil, Suriname e Guiana	Brasil, Suriname, Guianas, MRE / MIDR.
Criação do consórcio municipal de monitoramento ambiental	5 municípios da Faixa de Fronteira	Prefeituras dos 5 municípios, órgãos de segurança e INPE.
Criação de brigadas comunitárias p/ combater incêndios	Municípios da Faixa de Fronteira	ICMBio, Funai, Ibama, SEMAS, Prefeituras e comunidades.
Criação de sist. abastecimento de água potável p/ comunidades isoladas alimentados por energia solar (várzea/terra firme)	Municípios Faixa de Fronteira	Órgãos de demanda (GOV. FED., EST., MUNIC.)
Promover regularização de PCT's	Todos PCT's	ICMBio, Funai, Ibama, SEMAS.

Eixo 2 - Infraestrutura para o Desenvolvimento

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Adaptar à infraestrutura portuária para receber balsas maiores e facilitar as atividades de fiscalização/controle de passageiros/cargas	Municípios da Faixa de Fronteira Paraense	SENASP → Secretaria Nacional de Segurança Pública MJSP → Ministério da Justiça e Segurança Pública
Finalizar/concluir obras da PA-254		
Criação de plano de mobilidade emergencial em casos de eventos extremos (ex.: secas severas)		

Eixo 3 - Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Licenças ambientais acessíveis em órgãos municipais e federais.	Territórios fronteiriços	IBAMA, SEMAS, MMA, SEMMA, ICMBio
Cidadania / Agroindústria para agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais.		MDA, MDS, Governo do Estado
Capacitação em associativismo e cooperativismo.		MMA, SENAR, SENAI, SENAC, EMATER, FIEPA, **SEBRAE**
Acesso a editais valorizando as entidades locais.		MDA, Governo do Estado, INCRA, ANATE, MIDR, Fundo Constitucional
ATER contínua com trabalho diferenciado para povos e comunidades tradicionais.		MPI, Governo do Estado, MDA, MPESCA, MIDR
Acesso ao crédito rural e inclusão financeira, com linha de crédito para artesãos e pescadores		ICMBio, MMA, Ministério do Planejamento, Secretaria-Geral da Presidência

Eixo 4 - Povos indígenas e comunidades tradicionais

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Executar a proteção de áreas protegidas	**8 calhas de rios:** Rio Trombetas, Rio Cachorro, Rio Nhamundá, Rio Mapuera, Rio Cuminá, Rio Acapu, Rio Erepecuru, Rio Ariramba,Rio Amazonas	-
Falta de políticas públicas e infraestrutura em + de 30 aldeias/quilombos / 2 calhas de rios		
Educação: liberar o funcionamento do ensino médio e técnico / ameaças de garimpeiros, madeireiros / tráfico de drogas (insegurança todos)		
Transporte e beneficiamento da produção. Fortalecer a articulação dos povos		
COOPAFLORA – Fortalecer cooperativismo		
Racismo institucional (tratamentos institucionais desiguais), / órgãos de fiscalização		
Fortalecer o INCRA/ITERPA. Desengavetar processos de regularização / REBIO Trombetas e Floresta Nacional Saracá-Taquera (regularização. fundiária x UC). Escorar a produção (castanha)		
Identificar povos da Amazônia (Quilombolas, Indígenas, ribeirinhos, Agricultura Familiar)		
Fortalecer o cooperativismo / associativismo / economia solidária		
Necessidade de fiscalização das irregularidades das mineradoras		

Eixo 5 - Integração Regional, Migrações e Segurança

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Aumentar os meios para prover maior segurança às comunidades tradicionais, ribeirinhas, etc. e a presença do Estado nas áreas de fronteira e terras protegidas	Municípios da Faixa de Fronteira Paraense	SENASP → Secretaria Nacional de Segurança Pública MJSP → Ministério da Justiça e Segurança Pública
Reconhecimento da GMM em Oriximiná, para receber mais equipamentos e efetivo para Equipe PM-PA		
Criação da unidade militar (Exército) em Oriximiná		

Relato da Plenária final da oficina de Oriximiná:

Na plenária final da oficina, os grupos apresentaram um conjunto de propostas que refletiram os principais desafios e prioridades para a região da Calha Norte. No Eixo de Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática, entre os pontos levantados, destacou-se a criação de um Comitê Transfronteiriço de Proteção Ambiental, voltado ao diálogo entre Brasil e países vizinhos, como Guiana e Suriname, para enfrentar conjuntamente problemas relacionados à contaminação da água e à degradação ambiental. Essa proposta foi considerada fundamental diante da realidade dos povos indígenas, cujas comunidades estão distribuídas em ambos os lados da fronteira e não reconhecem os limites geopolíticos formais.

Outro tema recorrente foi a regularização fundiária, especialmente para povos indígenas e comunidades tradicionais, como quilombolas, ribeirinhos e outros grupos sociais, que frequentemente vivem em áreas sobrepostas por unidades de conservação. A insegurança jurídica gerada por essa sobreposição ameaça modos de vida consolidados e exige ações urgentes de reconhecimento e titulação. Ainda no campo da proteção ambiental, sugeriu-se ainda a criação de brigadas comunitárias de combate a incêndios e de um consórcio intermunicipal de monitoramento, com uso de imagens de satélite em tempo real, a fim de prevenir desmatamentos, queimadas e poluição hídrica. Os participantes também apontaram a necessidade de garantir sistemas de abastecimento de água potável e energia solar para comunidades isoladas, aproveitando recursos de fundos florestais e municipais.

No eixo da Infraestrutura para o desenvolvimento, foi enfatizada a necessidade de conclusão da pavimentação da PA-254, a melhoria da infraestrutura portuária para atender de forma adequada às necessidades das embarcações de transporte de passageiros e cargas, além da formulação de um plano de mobilidade emergencial para responder a eventos climáticos extremos, como secas e cheias, que têm afetado severamente a produção agrícola, o transporte e a sobrevivência das populações ribeirinhas.

No eixo de Integração Regional, Migrações e Segurança, a segurança e a presença do Estado nas áreas de fronteira foram consideradas prioritárias, incluindo o fortalecimento da Polícia Militar, das Guardas Municipais e dos órgãos de fiscalização ambiental, além da possibilidade de instalação de uma unidade militar permanente em Oriximiná, dada sua posição estratégica.

No eixo do Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis, os presentes defenderam o apoio às agroindústrias comunitárias para à agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais, capacitação em cooperativismo e ao associativismo, o incentivo à ampliação do acesso a editais e linhas de crédito específicas para identidades locais, como artesãos e pescadores, e o fortalecimento da economia solidária, além de ATER contínua, com trabalho diferenciado para povos e comunidades tradicionais. Também foi ressaltada a necessidade de flexibilizar normas que hoje restringem atividades em unidades de conservação, de forma a permitir o desenvolvimento de turismo de base comunitária e de iniciativas sustentáveis conduzidas pelas próprias comunidades.

No Eixo de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, o grupo formado por lideranças quilombolas, ribeirinhas e indígenas destacou que a prioridade é garantir a proteção efetiva de áreas já formalmente reconhecidas e amparadas pela legislação. Ressaltou também a ausência de políticas de infraestrutura voltadas a essas comunidades (transporte, saúde e educação) incluindo a necessidade de oferta de ensino médio nessas áreas. Além disso, foi destacada a importância de fortalecer o cooperativismo, a exemplo de iniciativas como a COOPAFLORA, que reúne três povos, três municípios e dois estados, atuando com castanha-do-pará, copaíba, cumaru, breu e outros produtos florestais não madeireiros.

As lideranças apontaram ainda a existência de racismo institucional (tratamentos institucionais desiguais), quando órgãos de fiscalização acabam sendo mais rigorosos com povos indígenas e comunidades tradicionais, enquanto deixam de atuar com a mesma intensidade frente a agentes externos que cometem ilícitos nessas áreas. Foram apresentadas demandas de fortalecimento de órgãos como a FUNAI, o INCRA, o ITERPA e a SPU, responsáveis pelo ordenamento e pela regularização desses territórios, incluindo a necessidade de destravar processos de titulação que permanecem parados.

Foi ressaltada ainda a importância de que documentos oficiais e políticas públicas reconheçam explicitamente as identidades específicas dos povos da Amazônia, indo além da designação genérica de “povos da Amazônia”.

O prefeito de Oriximiná encerrou a plenária destacando a importância estratégica do município, que faz fronteira com dois países, e reafirmou a disposição da prefeitura em colaborar com iniciativas federais e estaduais.

Registros Fotográficos da Oficina de Oriximiná

Mesa de abertura eCoffee-break e almoço

Debates – grupos temáticos

Registro Final da atividade

Fotos: IBAM

ANEXO 7 - Relatoria Missão técnica

RELATO DAS REUNIÕES

1) **Reunião com Secretaria Regional de Governo do Baixo Amazonas**

Data/Horário: 07/04/2025 – 15h

Local: Sede da Secretaria, Travessa 15 de Agosto, 120 Município de Santarém

Participantes: Nélio Aguiar- Secretário, Alda Luz- Coordenadora da Área Desenvolvimento Econômico, equipe IBAM (Louise Storni e Solange Oliveira)

Principais pontos discutidos:

- Secretário informou que já foi prefeito de Santarém e conhece bem a região.
- A reunião teve como objetivo organizar a agenda com os municípios da região de Fronteira. No entanto, os contatos repassados de Almeirim, Alenquer e Faro não tiveram retorno.

2) **Reunião com Secretaria de Governo Regional do Baixo Amazonas, APEPARÁ, EMATER, SEDAP, SEMAS, IDEFLOR-BIO.**

Data/horário: 08 de abril
Local: Sede da Secretaria, Travessa 15 de Agosto, 120 Município de Santarém/Pa.
Participantes: 1. Secretaria de Governo do Baixo Amazonas - Alda Luz, 2. ADEPARÁ - Cristiane Simão- Fiscal, 3. Coordenação Estadual da Assistência Social do Baixo Amazonas - Soliene Silva- Assistente Social, 4. IDEFLOR-BIO - Weden Mota- Gerente Regional, 5. Secretaria Estadual Meio Ambiente -SEMAS - Newton Alves- Assessor da SEMAS, Louise Storni - Assessora Técnica do IBAM e Solange Oliveira- Consultora Local do IBAM.
Principais pontos discutidos:

- Foram comentados sobre as situações de migração e tráfico de drogas na região.
- Falou-se sobre a Base de segurança Candiru em Oriximiná e Óbidos
- O Abrigo para migrantes em Santarém, está sendo operada pela Sec. Municipal de Assistência (apoio ACNUR)
- Há Impactos sociais e econômicos das fronteiras Pará-Amapá (relação com Laranjal do Jari)

- Falta de regularização fundiária e de demarcação de territórios indígenas e quilombolas é um problema unânime na região.
- Foi comentado sobre o Programa PROSSAF (IDELFLOR-BIO) para recuperação de áreas degradadas e geração de renda.
- Foi proposta a realização de duas oficinas: uma em Santarém, com foco em órgãos públicos e municípios mais distantes (Almeirim e Alenquer), e outra em Óbidos ou Oriximiná envolvendo os municípios mais próximos para facilitar a mobilização e participação.

3) Atividade: Reunião com UFOPA- Universidade Federal do Oeste do Pará
Data: 08 de abril – 19h
Local: Santarém
Participantes: Professora e Coordenadora do NEICAM - Luciana Gonçalves de Carvalho, Louise Storni - Assessora Técnica do IBAM e Solange Oliveira- Consultora Local do IBAM.

Principais pontos discutidos:

- Apoio na elaboração de pareceres jurídicos;
- Suporte ao trabalho do INCRA, que em Santarém conta com apenas um funcionário;
- Realização de seminários com comunidades quilombolas para explicar termos relacionados ao ordenamento territorial.
- Comentou-se sobre o descontentamento de comunidades quilombolas que, para além do planejamento, aguardam resultados concretos para as comunidades.
- Foram repassados contatos de lideranças quilombolas e indígenas atuantes da região.

4) Atividade: Reunião com Prefeitura Municipal de Óbidos – Coordenadoria de Projeto
Data: 09 de abril às 9h
Local: Sala de reunião da Prefeitura, Rua Dep. Raimundo Chaves, 338 – Centro, Óbidos/Pa.

Participantes: Katia Elen Cruz- Coordenadora de projetos, Henrique Farias- Coordenador de Monitoramento, Marcia Miranda- Diretora de Desenvolvimento Humano e Estratégico, Louise Storni - Assessora Técnica do IBAM e Solange Oliveira- Consultora Local do IBAM.

Principais pontos discutidos:

- Foram relatadas situações de comunidades quilombolas e indígenas com titulação pendente e apontada a necessidade de articulação com lideranças locais e atores comunitários.
- Foram sugeridos buscar apoios locais e parcerias com as com IFPA, UFOPA, sindicatos e conselhos municipais.

5) Atividade: Reunião em Formato online com Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Óbidos (ARQMOB)

Data: 09 de abril às 14h

Local: Formato Remoto em Oriximiná

Participantes: Douglas Sena, Louise Storni - Assessora Técnica do IBAM e Solange Oliveira- Consultora Local do IBAM.

Principais pontos discutidos:

- Foi informado que mais de 1.000 famílias quilombolas vivem em 19 comunidades, organizadas em 6 territórios coletivos. A primeira titulação foi da Terra Quilombola Cabeceiras, em 2000, pelo governo federal. A segunda ocorreu apenas em 2018, com a titulação da Comunidade Peruana pelo Incra. Os quatro territórios restantes, com processos iniciados entre 2004 e 2006, ainda aguardam conclusão por parte do Incra. Ainda há muitas comunidades quilombolas sem reconhecimento.
- A ARQMOB é uma Associação que congrega 6 territórios quilombolas em Óbidos, que cada território tem uma associação e essas são filiadas a ARQMO, que também é filiada a MALUNGU – Coordenação da Associação das Comunidades de Quilombos do Pará; A ARQMOB tem o Plano de Vida Escrito nas Comunidades Quilombolas de Óbidos e Oriximiná, que busca orientar a gestão territorial.

6) Atividade: Reunião com Associação das Comunidades das Glebas Trombetas e Sapucuá – ACOMTAGS.

Data/Horário: 09 de abril às 15h
Local: Sede da ACOMTAGS. Rua Lauro Sodré, 1087 bairro Santa Luzia Oriximiná/PA
Participantes: Emerson Carvalho- Diretor da ACOMTAGS, Evanilson Figueiredo-Diretor Financeiro da ACOMTAGS, Louise Storni - Assessora Técnica do IBAM e Solange Oliveira-Consultora Local do IBAM.

Principais pontos discutidos:

- A associação reúne 30 comunidades localizadas ao redor da FLONA, nas glebas Trombetas e Sapucuá, são assentamentos rurais.
- Possui parceria com a Mineração do Norte, que atua na extração de bauxita. Tal empresa apoia financeiramente a ACOMTAGS.
- A associação reivindica a necessidade de núcleos de reforma agrária no município.
- Relatou-se problemas com tráfico de drogas, ouro e diamantes em territórios indígenas.

7) Atividade: Reunião com Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO)

Data/Horário: 09 de abril às 17h
Local: Sede da ARQUIMO, rua 24 de Dezembro, 3068 bairro Santa Terezinha, Oriximiná/Pa.
Participantes: Josiefon Santos- Diretor, Joel Melo- conselheiro, Crerson- conselheiro, Jairo Oliveira, Maria Damiana- Presidente Coopaflora, Rogerio de Oliveira-Coordenador, Louise Storni - Assessora Técnica do IBAM e Solange Oliveira- Consultora Local do IBAM.

Principais pontos discutidos:

- Extensa presença de comunidades quilombolas e indígenas. Associação reúne 10 representantes de comunidades quilombolas da região. 2100 famílias.
- Foi informado que em 2004, o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) realizou audiências públicas sobre o macrozoneamento do estado do Pará. Já em 2006, foram criadas unidades de conservação sobre áreas tradicionalmente ocupadas por comunidades quilombolas.
- Há dois territórios que não são titulados no Alto Trombetas, sendo um localizado na Floresta Nacional de Saracá-Taquera e outro no Rebio Trombetas (Unidade de Conservação).
- Complexidade fundiária, com sobreposição de unidades de conservação sobre territórios tradicionais. Falta de regularização fundiária, com conflitos envolvendo ICMBio, INCRA e criação de UCs.
- A questão climática foi destacada como um tema transversal e urgente.
- Há falta de infraestrutura básica (saúde, educação, transporte, internet) em diversas áreas.
- Comunidades extrativistas reivindicam melhor situação a partir do fomento em bioeconomia. Infraestrutura insuficiente para produção e escoamento de produtos como a castanha-do-pará.
- Há Impactos negativos da mineração e ausência de consulta prévia às comunidades.
- Informaram que existe uma cooperativa COOPAFLORA que vende castanhas para Belém, mas ainda não há beneficiamento.

8) Atividade: Reunião com Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Oriximiná.

Data/Horário: 10 de abril às 9:h
Local: Secretaria Municipal de Meio ambiente
Participantes: Rubson Silva- Secretário, Demerson Printes – Assessor, Louise Storni - Assessora Técnica do IBAM e Solange Oliveira- Consultora Local do IBAM.

Principais pontos discutidos:

- Informam conflitos ambientais como desmatamento em áreas quilombolas. Tráfico em pousadas ecoturísticas., prostituição e Atividades de mineração e extração de madeira com relatos pontuais de irregularidades
- A secretaria está organizando participação na Conferência Nacional de Meio Ambiente (6 a 9 de maio, Brasília).

9) Atividade: Secretaria Municipal de Planejamento de Oriximiná

Data/Horário: 10 de abril às 10h30
Local: Secretaria Municipal de Planejamento
Participantes: Bosco Almeida- Secretário, Patrícia Gemaque – Assessora, Louise Storni - Assessora Técnica do IBAM e Solange Oliveira- Consultora Local do IBAM.

Principais pontos discutidos:

- Dificuldade de articulação com municípios mais distantes e com órgãos federais (INCRA, FUNAI, ICMBio).
- Preocupações com segurança e controle fronteiriço, com sugestões como instalação de um batalhão militar na região
- Informaram sobre evento "Expedição Sem Fronteiras" com ações sociais e comunitárias em Oriximiná. Realizada pelo TRE

- Proposta de transformar o município em polo regional, com hospital, corpo de bombeiros e universidade.
- O custo elevado de apoio a ações voltadas a quilombolas e indígenas foi destacado pelas grandes distâncias e dificuldades de deslocamento.

10) Atividade: Reunião em formato Online com Secretaria Municipal de Assistência Social de Santarém.

Data/Horário: dia 11 de abril às 9h
Local: Formato remoto em Santarém
Participantes: Celsa Maria Gomes de Brito Silva – Secretária, Adriane – Assessora, Louise Storni - Assessora Técnica do IBAM e Solange Oliveira- Consultora Local do IBAM.

Principais pontos discutidos:

- Crescimento da migração, especialmente de venezuelanos indígenas Warao e haitianos.Foi informado que há cerca de 1.500 pessoas vivem em um abrigo improvisado em uma chácara no município.Entrada pelo município de Pacaraima (RR), com Santarém como rota de chegada fluvial.
- Há Parcerias com assistência social e ACNUR para garantir acesso a saúde, educação, documentação e benefícios sociais e estão fazendo apoio na inserção das famílias no Cadastro Único.
- Coordenação com abrigos e instituições para acolhimento emergencial.
- Falta de estrutura adequada para acolhimento de longo prazo, Barreiras linguísticas dificultam a comunicação e Escassez de profissionais capacitados em atendimento intercultural são alguns dos problemas enfrentados.

11) Atividade: Reunião em formato online com FEPIPA - Federação dos Povos Indígenas do Pará

Data/Horário: 11 de abril às 10:30
Local: Formato online em Santarém
Participantes: Joãozinho Kaiuri

Principais pontos discutidos:

- A FEPIPA representa três territórios dos rios Mapuera, Cachorro e Trombetas.
- Indicou que as Lideranças indígenas têm interesse em participar da Oficina Territorial, com o objetivo de apresentar e discutir as demandas e desafios enfrentados pelos povos indígenas em seus territórios.
- Há demandas de Monitoramento dos territórios indígenas para reconhecimento das áreas de sobreposição entre territórios indígenas e quilombolas.
-

12) Atividade: Reunião com MOPEBAM - Movimento dos Pescadores Artesanais do Baixo Amazonas e com SAPOPEMA- Sociedade para pesquisa e proteção do meio ambiente.

Data/Horário: 11 de abril às 15h
Local: Sede da SAPOPEMA. Av. Rui Barbosa, 3050, bairro Laguinho, Santarém/PA.

Participantes: Pauliana Vinhote pesquisadora da SAPOPEMA e membro da coordenação da MOPEBAM, Edinaldo – coordenação da MOPEBAM, Antonio José Mota Bentes – coordenação da SAPOPEMA, Louise Storni - Assessora Técnica do IBAM e Solange Oliveira- Consultora Local do IBAM.

Principais pontos discutidos:

- Sobre o MOPEBAM: O movimento de pescadores atua em 14 colônias.
- Sobre o SAPOPEMA: Atua com comunidades quilombolas, ribeirinhos, indígenas, pescadores e agricultores da agricultura familiar. No apoio a gestão de seus territórios. Em 2019 foi elaborado um plano de desenvolvimento sustentável da pesca e piscicultura do Baixo Amazonas, que pode ser acessado no site http://www.sapopema.org

OUTROS ENCAMINHAMENTOS

Durante o período de campo, não foi possível estabelecer contato com representantes regionais da FUNAI, INCRA e ICMBio, apesar das diversas tentativas realizadas. As prefeituras de Alenquer, Almeirim e Faro também não responderam às solicitações de reunião enquanto a equipe esteve em campo.

Após o retorno, os esforços de articulação institucional foram retomados, possibilitando a realização de uma reunião online no **dia 23 de abril com representantes das prefeituras de Alenquer e Almeirim**. Participaram do encontro: Wallace Galvão de Carvalho Júnior – Secretário de Governo de Almeirim e Jussara – Secretária Municipal de Infraestrutura de Alenquer. Entre os principais pontos discutidos na reunião, foi falado sobre a existência de um projeto de melhoria da malha viária com o objetivo de interligar os municípios de Monte Dourado (PA), Laranjal do Jari (AP), Prainha e Monte Alegre à BR-156 e à PA-254, formando uma rota de integração até a Guiana Francesa e o Suriname;

No dia **14 de maio**, a equipe estabeleceu contato com um **representante da Funai em Santarém**, senhor Geraldo de Almeida. Na ocasião, ele indicou outros responsáveis da instituição vinculados à Frente de Proteção Etnoambiental (FPE) e com a CR de Manaus, que mantém uma interlocução mais direta com os povos que vivem na faixa de fronteira. Ainda assim, demonstrou disponibilidade para participar das oficinas territoriais. **No dia 15 de maio**, foi realizada a reunião com **representantes da Frente de Proteção Etnoambiental (FPE)**. A conversa abordou de forma abrangente os desafios enfrentados na região do Norte do Pará, em especial nas áreas de terras indígenas e unidades de conservação que compõem o mosaico Wayamu, território que inclui as terras indígenas Cachoeira-Tunaiana, Trombetas-Mapuera, Inhamundá-Mapuera e Ararã (em processo de regularização). Destacou-se o avanço do garimpo ilegal como um problema grave, intensificado após operações de repressão nas terras Yanomami e Munduruku, fazendo com que a atividade migrasse para novas áreas, fragilizando os povos indígenas locais.

Foi ressaltado o histórico de ocupação militar e missionária na região, que promoveu deslocamentos forçados e desestruturação dos modos de vida dos povos indígenas. A política atual, ao contrário das práticas passadas de contato forçado, defende o direito dos povos indígenas isolados à autodeterminação e à não-interferência.

Foi alertado sobre o risco de propostas de "integração" com países vizinhos (Guiana, Suriname), que podem significar retomada de grandes obras (hidrelétricas, mineração, Perimetral Norte) e ameaças diretas aos territórios e modos de vida tradicionais. A região abriga imensa riqueza mineral (ouro, bauxita, diamante, calcário), o que intensifica os interesses sobre ela. Foi denunciada também a fragilidade da atuação do Estado na região, onde até mesmo unidades de conservação, como a ESEC Grão-Pará, são mantidas "no papel", sem estrutura efetiva de gestão. Garimpos, pistas clandestinas e presença de grupos armados e facções ligadas ao narcotráfico operam com impunidade. Órgãos de segurança pública não atuam de forma eficaz, e a FUNAI acaba sendo o único órgão presente em campo.

A Frente de Proteção realiza expedições com apoio de indígenas de comunidades vizinhas aos isolados, buscando garantir o direito ao não contato e à proteção territorial desses povos. Foi relatado o início de um importante projeto de longo prazo, financiado por fundo internacional (com possível participação do governo alemão), envolvendo o bloco Tumucumaque–Zoé–Grão-Pará, que visa fomentar o etnodesenvolvimento, a proteção ambiental e a autonomia territorial das populações tradicionais. A equipe da FUNAI reafirmou o compromisso em participar dos fóruns presenciais e dos espaços de construção coletiva do plano de desenvolvimento para a região. Destacaram que qualquer política pública com potencial impacto aos povos isolados precisa necessariamente envolver as instâncias de proteção indigenista.

ANEXO 8 - Listas de presença

Lista de Presença

Oficina Territorial em: ORIXIMINÁ **Data: 04/09/2025**

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
ADILSON CERDEIRA FIGUEIRA	ACRQAF	
ALDEVANA LISBOA DO CARMO PICANÇO	UFOPA	
ANA LUCIA KAXUYANA CHAGAS	ASSOCIAÇÃO INDÍGENA KAXUYANA TUNAYANA E KAHYANA-AIKATUK	
ANA PAULA SIQUEIRA SOARES	EMATER ESLOC ÓBIDOS	
ANDERSON XAVIER SOARES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA)	
ANDREIVA ARAÚJO DE SOUZA	UFOPA	
ANGÉLICA VIEIRA BATISTA	UFOPA-CORI	
ANGRESON VASCONCELOS TAVARES	UFOPA/ ORIXIMINÁ -PA	
BEATRIZ DE OLIVEIRA MORAES	IEPÉ	
BENTO RIBEIRO DOS SANTOS	AMTMO	
CLEBER CÁSSIO GRASEL FERREIRA	EBATA PRODUTOS FLORESTAIS LTDA – SINDMAD	
CLELIA HELENA GUERREIRO PANTOJA	EMATER PARÁ -ESCRITÓRIO LOCAL DE ÓBIDOS	

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
DAIANE ANDRADE DOS SANTOS	ARQMO E AMOCREQ	Daiane Andrade dos Santos 3
DAIANE ROCHA DA SILVA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	
DAIARA DA SILVA FERREIRA	UFOPA	
DANIELE VIANA SOUZA	UFOPA, CAMPUS ORIXIMINÁ	
DUILIO GOMES DA SILVA	DISCENTE UFOPA	
ED LIN ANSELMO DE LIMA	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO PARÁ	
EDINALVA MICWANA	AMIRMO	
EFRAIN DA SILVA RIBEIRO	INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO INDÍGENA - IEPÉ	Efrain da Silva Ribeiro
ELCILENE CARVALHO DA SILVA	SINDICATO DOS TRABALHADORES (AS) RURAIS DE ORIXIMINA	Elcilene C Silva
ELIELMA DE JESUS PIRES	ACRQAT	
ELUZAIRE DOS SANTOS SERRÃO	UFOPA	
EMERSON CARVALHO DA SILVA	ACOMTAGS	
ENIVALDA DE JESUS DOS SANTOS	CURSO DE GEOGRAFIA	
FABIO BATISTA DO LAGO	ASSESSORIA DA PREFEITURA DE ORIXIMINÁ-PA	Fabio Lago 21
FRANK RAIKY TOSCANO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	
GEANDRIA SEIXAS WAI WAI	UFOPA	

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
GUILHERME CUNHA DE OLIVEIRA	INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO INDÍGENA - IEPÉ	
IDAIR JOSÉ BATISTA MENDES	ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO	Idair José Batista Mendes 1
IDILAMAR SANT'ANA DE FIGUEREDO AQUINO	EMATER ESLOC ÓBIDOS	Idilamar Aquino
INGRID LARA MARINHO ALANO	UFOPA	
IVINE MOTA DA SILVA	UFOPA	
JAYSSA MENEZES DE OLIVEIRA	UFOPA	
JOÃO BOSCO OLIVEIRA DE ALMEIDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ	1
JOERLANE DOS ANJOS MENDES	ARQMO	
KELIANE DA SILVA SOUZA	COLÔNIA DE PESCAFORES Z42	Keliane da Silva Souza
LEIZE MARIA ANJOS DA SILVA	SECRETARIA DE FINANÇAS - ORIXIMINÁ	Leize Maria A. Silva
MANUELLA RODRIGUES DE SOUSA	INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO INDÍGENA - IEPÉ	Manuella R de Sousa
MARCOS MATHEUS PEREIRA BRAGA	UFOPA	
MARIA JOSE FIGUEIRA RODRIGUES	SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	Maria José Figueira Rodrigues
MARIA LÚCIA DA SILVA ALVES	ASSOCIAÇÃO ANTIMUS	maria lucia da Silva Alves
MARIA RITA DE ALMEIDA SILVA	COLÔNIA Z41	
MARIANO DOS SANTOS OLIVEIRA	TERRITÓRIO ARIRAMBA	Mariano dos Santos Oliveira 1

MARLISSON OLIVEIRA DE SOUZA	UFOPA-PA ORIXIMINÁ	
MARLUCIA GOMES DA SILVA	ASSOCIAÇÃO AMIRMO	x marlucia gomes da Silva
MATHEUS DA CONCEIÇÃO LOPES	UFOPA/ORIXIMINÁ-PA	
MAYANNE CRISTINA LOPES DA SILVA	UFOPA	x Mayanne Cristina Lopes da Silva 3
MERIANE VIEIRA LOPES	MPP MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORES ARTESANAIS	
NACIP MAHMUD LÁUAR NETO	IEPÉ	
NAIVILLY DE AZEVEDO COUTO	UFOPA	
NEUBI DE OLIVEIRA RAMOS	UFOPA	
ODIRLENE SILVA DOS SANTOS	UFOPA ORIXIMINÁ	
RAIMUNDO CONCEIÇÃO DA SILVA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	x 5
RENATO DE MELO FARIAS	COLONIA DE PESCADORES Z-42	x
ROGÉRIO DE OLIVEIRA PEREIRA	ARQMO	x ROP
ROMÁRIO PORAXA WAI WAI DE ANDRADE	ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS TROMBETAS MAPUERA APITMA	1
ROSIANE CINAMA	AMIRMO	
ROSIVALDO BATISTA DOS SANTOS	ACORQAT	Rosivaldo Batista dos Santos
ROSSELY RAYANNE DO NASCIMENTO	UFOPA	
RUBSON RODRIGUES DA SILVA	SEMMA/ORX	1

SAMARA SILVA DE PAIVA	UFOPA	
SILVANA RIBEIRO DOS SANTOS	ASSOCIAÇÃO DE MULHERES	
SWANNE.DAYANNA LOPES CARREIRA	UFOPA	
VALNEI PAWNEY WAI WAI	ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO MAPUERA - APIM	
ZENEIDE BARRETO DE SOUZA	ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ	Zeneide Barreto

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: Oriximiná **Data:** 4 / 9 / 2025

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
ISOMAR CASTRO B[illegible]	TÉCNICO / EMATER-PA		
José [illegible] da Silva	presidente Colônia Pascoal		
Luis Vitor A. Varas	Secretaria da Segurança Pública		
Karessa C. Schutt	Fiepa		
Irene Alta da Silva	UFOPA		
Ana do Carmo Andrade.	Fund. Ferreira de Almeida		
Ricardo C[illegible]eira	Coord. ACORDE		
Isaac[illegible] dos Santos	ASSOCIAÇÃO ASCOBO		
[illegible]leide B. da Silva	S. M. de Comunicações		
Francinelson C. Oliveira	MOPEBAM		
Emidio Xikrin Va'ra	Aikretuk – Comunicação		
João Kaiwa Tai Tai	Semsi Coordenador		
PAULO [illegible] DA SILVA	GERENTE/SEDURB		
VITOR ALENCAR O[illegible]	FOTOGRAFO / SEMCO COMUNICAÇÃO		

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: _____ **Data:** ____/____/_____

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
Dayslene L. Salgado	ACRQAT		
Celson Rodrigues	SOMEI		
Anne Karolyne Pimentel	Z42		
Rogiel Vieira	APITSA		

Execução: ibam Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: Santarém **Data:** 2 / 9 / 2025

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	ASSINATURA E-mail ~~E-mail~~
FRANCISCO AFRANIO N. SOARES	FUNAI		
Emerson Saul Nunduruca	FUNAI		
EDSON SANTIAGO	GSF/PR		
ALDIR SCHMITT	FIEPA		
WALLACE CARVALHO JUNIOR	SECRETARIO ESP. GOV.		
PAULO DIOGENES DOS S. OLIVEIRA	GERENTE/SEBRAE		
Marialene R. dos Santos	ASSESSORA / CREA BA		
Jorgiane dos S. Oliveira	SUDAM		
Larissa Schmitt	FIEPA		
WALLACE FREITAS	MIDR		
Ruciana Chagas Vilhena	MIDR		
Claudio Puty	IDESP/UFPA		
HERALDO M NOGUEIRA	SEPLAD / PARÁ		
ANDRE REALE SILVA	ADEPARA/SEAF		

Execução: ibam Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: _____ **Data:** ____/____/_____

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
Guilherme Machado	Diretor ASIMAS		
MARIA NERIMAR SANTOS RIBEIRO	APARAÍ		

Execução: ibam instituto brasileiro de administração municipal

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Lista de Presença

Oficina Territorial em: SANTARÉM **Data: 02/09/2025**

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
ALCILENE MAGALHÃES CARDOSO	IPAM	
ALDA LUZ DUARTE ARAÚJO	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ	Alda L. Duarte Araújo
ALDEMARA FERREIRA DE JESUS	STTR DE ALENQUER	
CLEUNALDA MENEZES	ASSOCIAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES TRABALHADORAS DO BAIXO AMAZONAS	
CRISTIANE BARBAS REALE SIMÕES	ADEPARA	
DAYANE CAROLINE XAVIER CASTRO	COLÔNIA Z-20	Dayane Caroline Xavier Castro
GEINESES NONATA HERNESTRO GARCIA	FLORESTAS ENGENHARIA	
HERALDO MARQUES NOGUEIRA	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - SEPLAD	
JANE EIRE SOUZA DA CUNHA	UFOPA	
JOÃO GOMES DA COSTA	FETAGRI- BAM	
JOSE ARAUJO RIBEIRO	APARAÍ	
MANOEL DE JESUS SANTOS FERREIRA	COLONIA DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS Z_28	Manoel de Jesus Santos Ferreira

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
MANOEL PINHEIRO DOS SANTOS	MOPEBAM	
MARCILENE REIS DOS SANTOS	CRGBA	
MARIA LÚCIA DA SILVA ALVES	ASSOCIAÇÃO ANTIMUS	
NACIP MAHMUD LÁUAR NETO	IEPÉ	
PAULIANA VINHOTE DOS SANTOS	MOPEBAM	
ROSIMARY NETO SILVA BARBOSA	ASSOCIAÇÃO DE MULHERES	
WLADEMIRA PIMENTEL BATISTA	COLÔNIA DE PESCADORES	

ANEXO 9 – Apresentação IBAM

PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA

Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

Oficinas de planejamento territorial

PARÁ

Execução: ibom

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Programação Da Oficina

8h30 – 9h	**Credenciamento**
9h – 9h30	**Boas-Vindas e Mesa de Abertura** - Fala de representantes institucionais
9h30 -10h10	**Contextualização do trabalho** - Exposição sobre os objetivos e dinâmica da oficina - Apresentação síntese de dados gerais - Destaque dos principais desafios e potencialidades da fronteira
10h10-10h20	**Intervalo/Coffee Break**
10h10-11h	**Plenária** - Discussão e complementação dos Desafios e Potencialidades
11h – 12h	**Síntese dos Desafios e Potencialidades por eixo temático**
12h – 13h30	**Almoço**
13h30-14h	**Exposição sobre a dinâmica de grupos**
14h – 16h	**Elaboração das Ações Prioritárias:** - Divisão dos participantes em grupos para discussão das propostas por eixos temáticos.
16h-16h20	**Intervalo/Coffee Break**
16h20-17h20	**Plenária de sistematização**
17h20-17h30	**Informes finais**
17h30	**Encerramento**

Apresentação

Escopo do trabalho

Elaboração dos Diagnósticos e **Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira– PDIFF** e apoio à **estruturação dos Núcleos Estaduais de Fronteira do Arco Norte e Rondônia**

Execução: Realização:

- Elaboração de **Diagnósticos sobre a situação de Fronteira** do Arco Norte e Rondônia
- **Mapeamento de atores de relevância** no tema das fronteiras amazônicas
- Realização de **Oficinas de Planejamento Territorial** nos 6 estados

FASE ATUAL

- Elaboração dos **Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira** – PDIFFs
- Apoio à **estruturação dos Núcleos Estaduais de Fronteira** do Arco Norte e Rondônia.

Atualizações gerais

fronteirasamazonia.ibam.org.br

Acesse pelo QR Code

O Projeto

A ação engloba 6 estados (AC, AM, AP, PA, RO, RR) e 97 municípios total ou parcialmente localizados na Faixa de Fronteira, que abrange a extensão de 150km ao longo de toda a fronteira terrestre brasileira, destacando-se a existência de 9 cidades-gêmeas nessa região.

O processo de elaboração dos PDIFFs contribuirá para o avanço na implementação das agendas integradas de desenvolvimento regional com foco em sustentabilidade, inovação e na cooperação com os países vizinhos em setores estratégicos como Bioeconomia, TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) e Economia Circular (energias renováveis, gestão de resíduos e recursos hídricos).

Os PDIFFs serão elaborados com participação de órgãos federais, estados, municípios, empresas e organizações da sociedade civil e deverão indicar propostas prioritárias de ação nos seguintes temas:

Fronteiras da Amazônia
Arco Norte e Rondônia

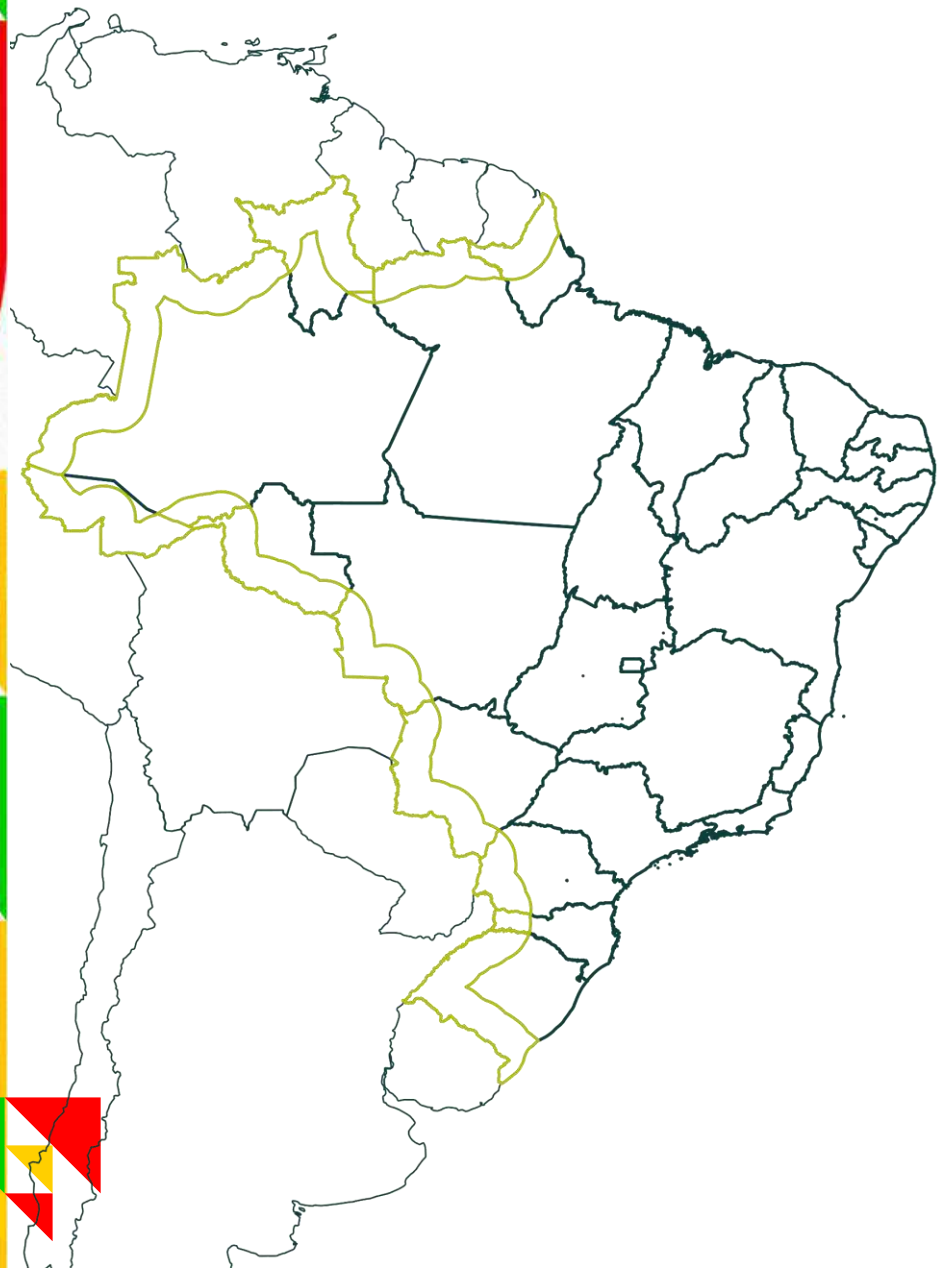
Visita técnica realizada

Pará
Cidades visitadas: **Óbidos, Oriximiná e Santarém**
Período da visita: **7 a 11 de abril de 2025**

Síntese – dados gerais

- **Contextualização: Marco Legal da Faixa de Fronteira Brasileira**
- **Projeto Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia**
- **Caracterização geral da Faixa de Fronteira do Pará**
- **Análise por eixos temáticos**
- **Desafios e potencialidades gerais**

Faixa de Fronteira terrestre brasileira



150 km de largura da Faixa de Fronteira terrestre

15.719 km de extensão

11 estados fronteiriços

588 municípios fronteiriços

11,7 milhões de hab. Nos municípios de fronteira

Marco Legal

- Criação da Faixa de Fronteira (Lei 6.634/1979) e Regulamentação (Decreto 85.064/1980)

- Ao longo das últimas décadas, uma série de programas e projetos relacionados às fronteiras foram elaborados, em especial na área de segurança

- **Em 2024, foi instituída a Política Nacional de Fronteira (PNFron), pelo decreto 12.038/2024.**

- Instrumento da PNFron em elaboração: **Estratégia Nacional de Fronteiras (EnaFron)**

Marco Legal

A PNFron está organizada em 4 eixos interdependentes:

- **Eixo 1: Segurança**
- **Eixo 2: Integração regional**
- **Eixo 3: Desenvolvimento Sustentável**
- **Eixo 4: Direitos humanos, cidadania e proteção social**

Ligado ao Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional

Faixa de Fronteira
Projeto Fronteiras da Amazônia

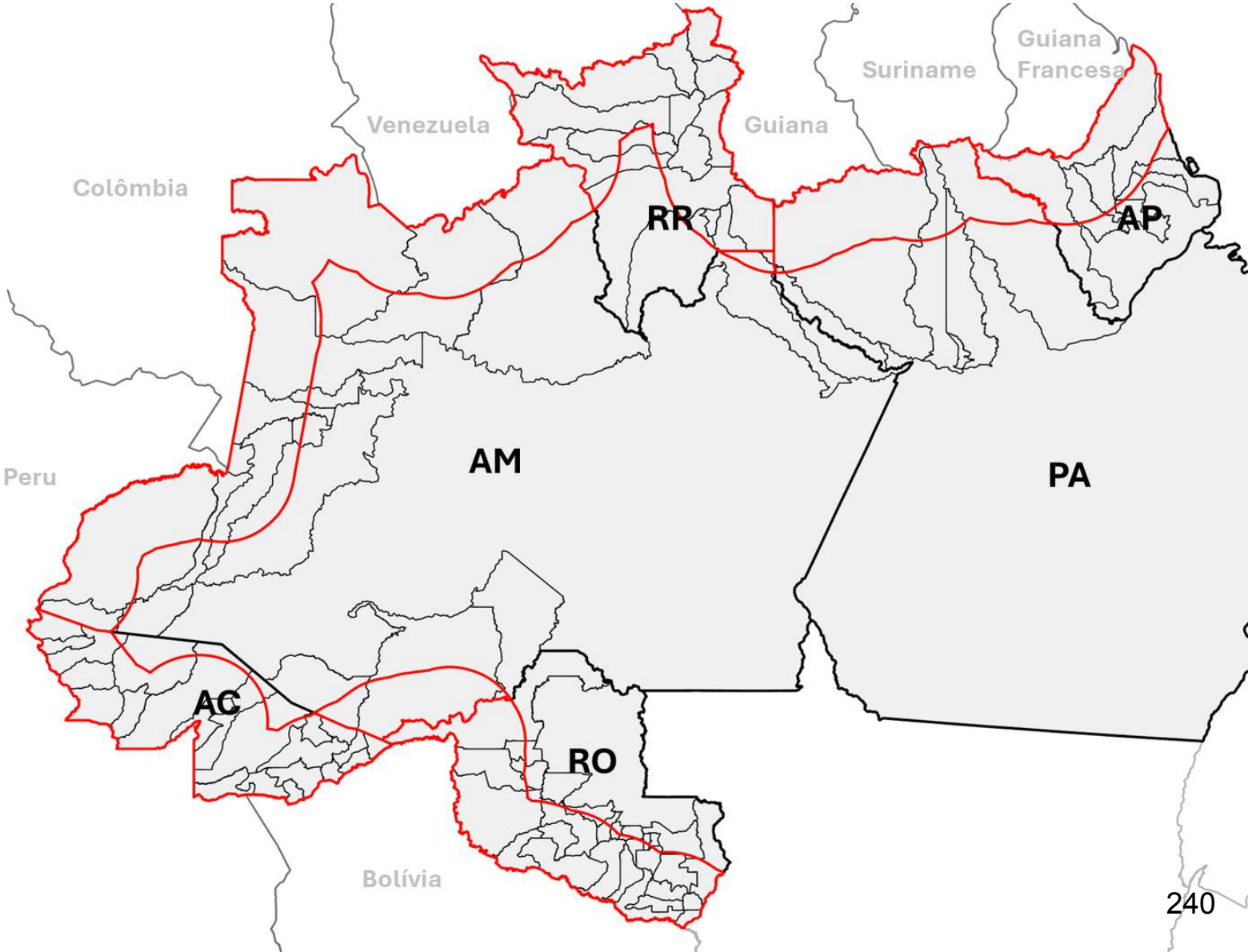
6 estados

(AC, AM, AP, PA, RO, RR)

97 municípios

3.277.578 habitantes

nos municípios fronteiriços

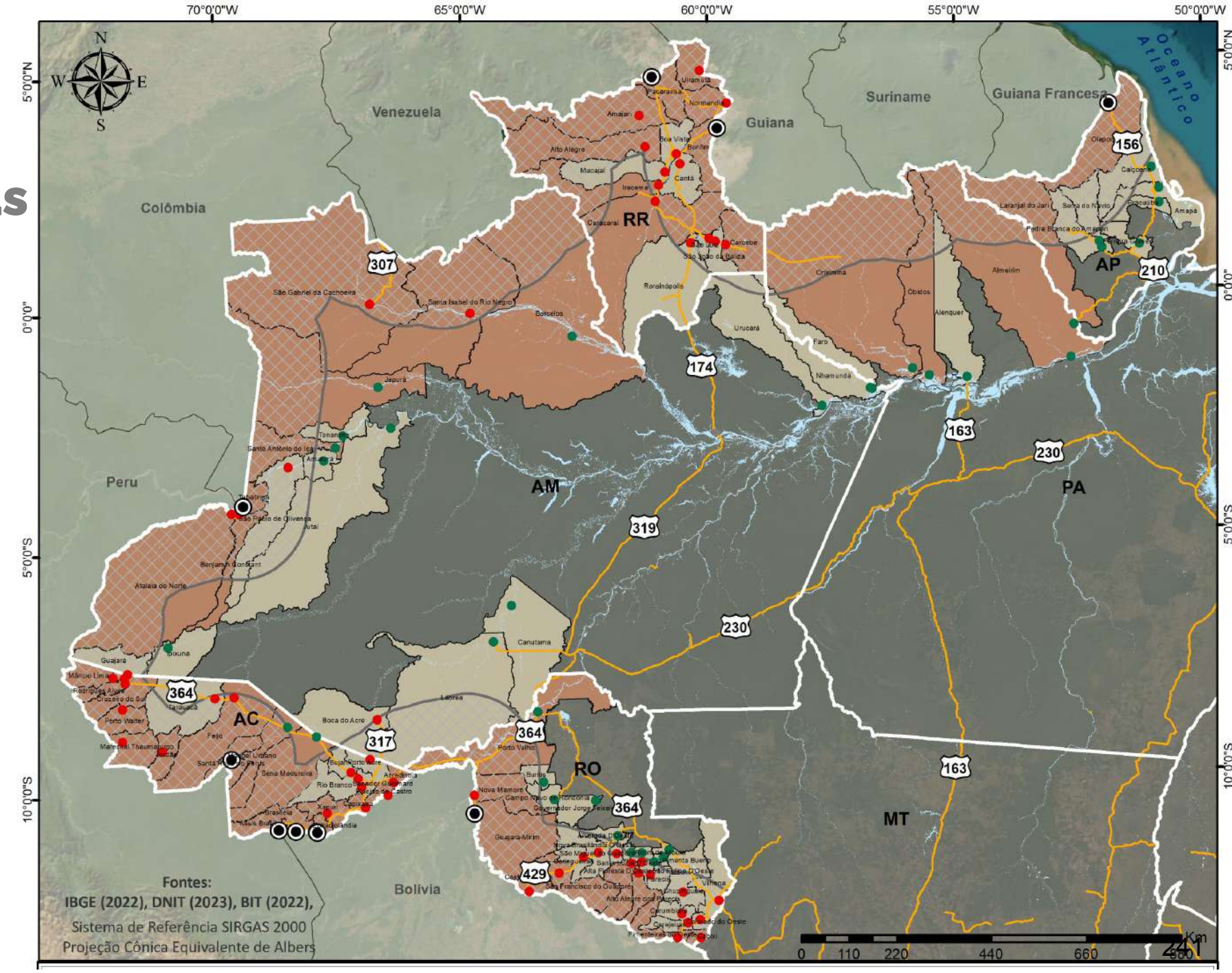


Faixa de Fronteira

Projeto Fronteiras da Amazônia

97 Municípios com diferentes níveis de interação com a fronteira.

- Municípios lindeiros (48)
- Municípios não-lindeiros (49)
- Municípios com sede na linha ou dentro da faixa de fronteira (62)
- Municípios com sede fora da faixa de fronteira (35)
- Cidades gêmeas (9)



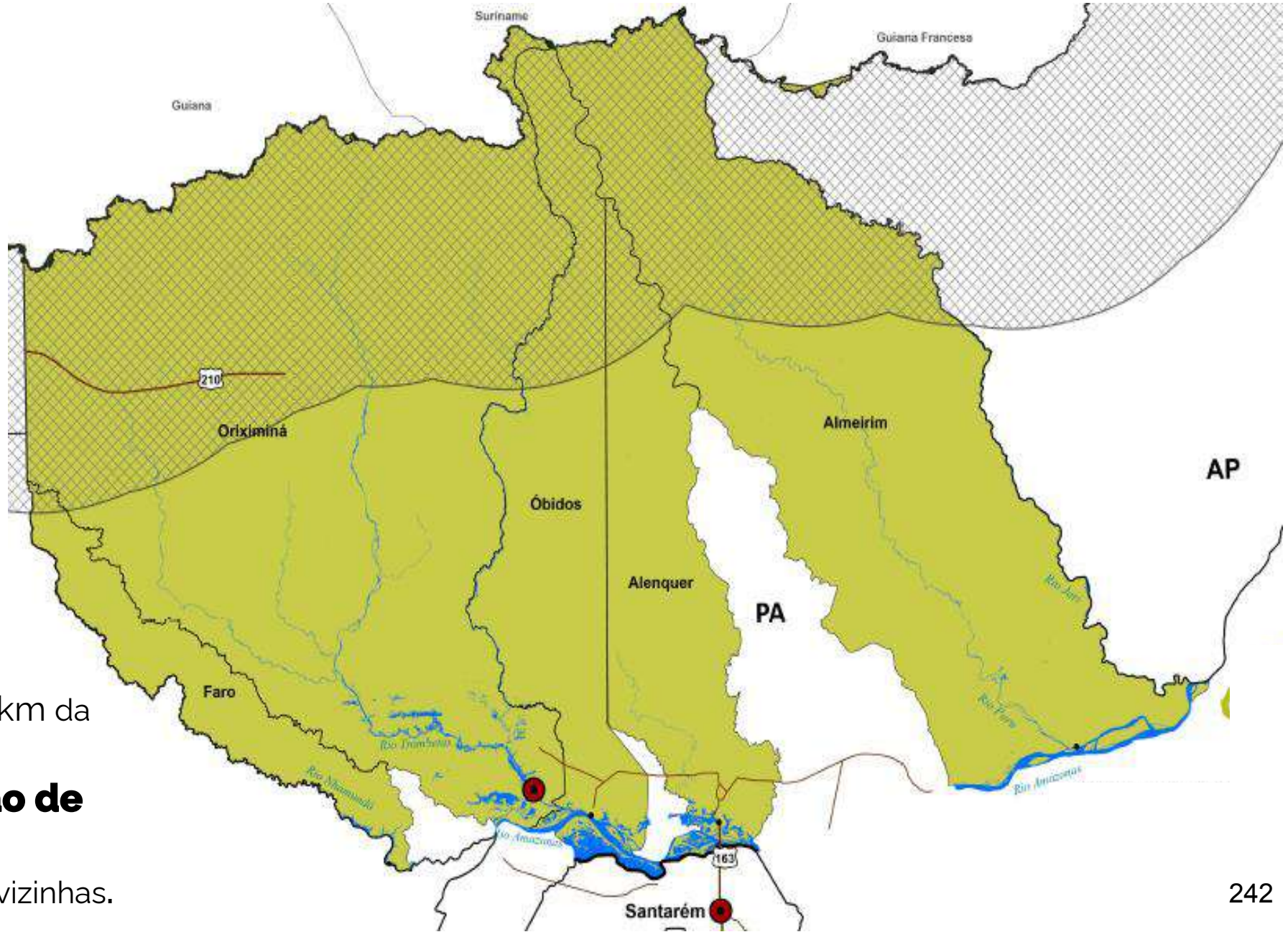
Caracterização geral

Dos 144 municípios paraenses, 5 **fazem parte da Faixa de Fronteira**.

Pop. Municípios da Fronteira Paraense

232.908 habitantes

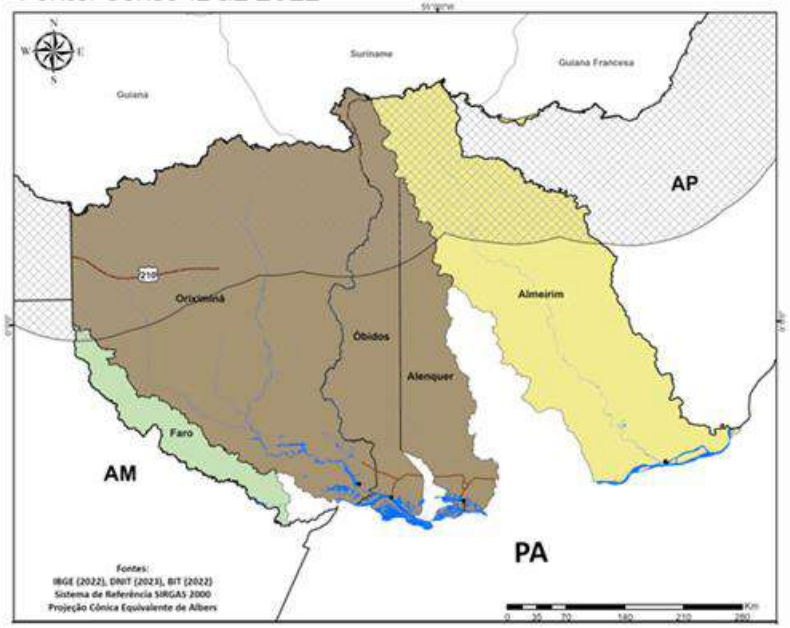
As sedes estão mais de 150 km da faixa, **o que dificulta a percepção da condição de fronteira e limita a integração** com as áreas vizinhas.



Perfil Demográfico

População 2022

Fonte: Censo IBGE 2022

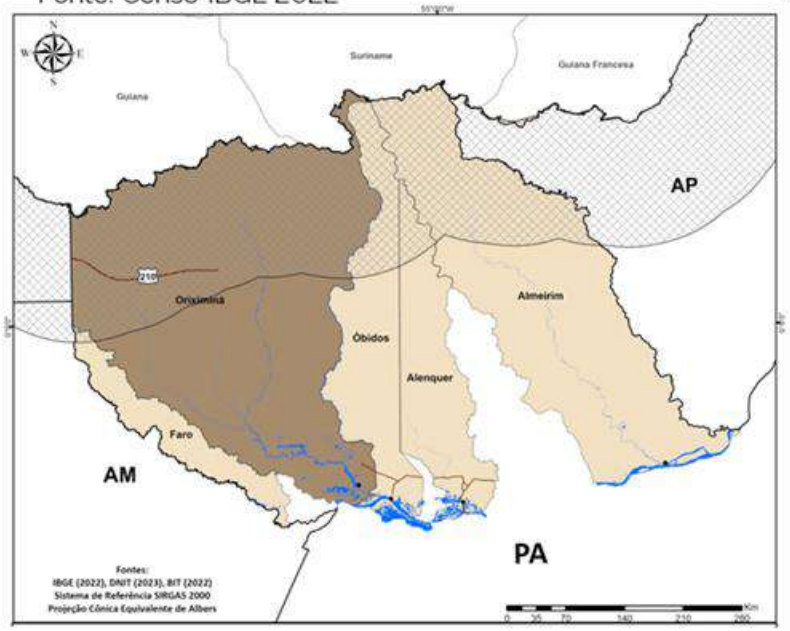


- > 20 a 50mil
- > 50mil a 100mil

Oriximiná** e **Alenquer** são os municípios mais populosos da Fronteira paraense, ambos **com mais de 65 mil hab.

Taxa de Crescimento Anual

Fonte: Censo IBGE 2022

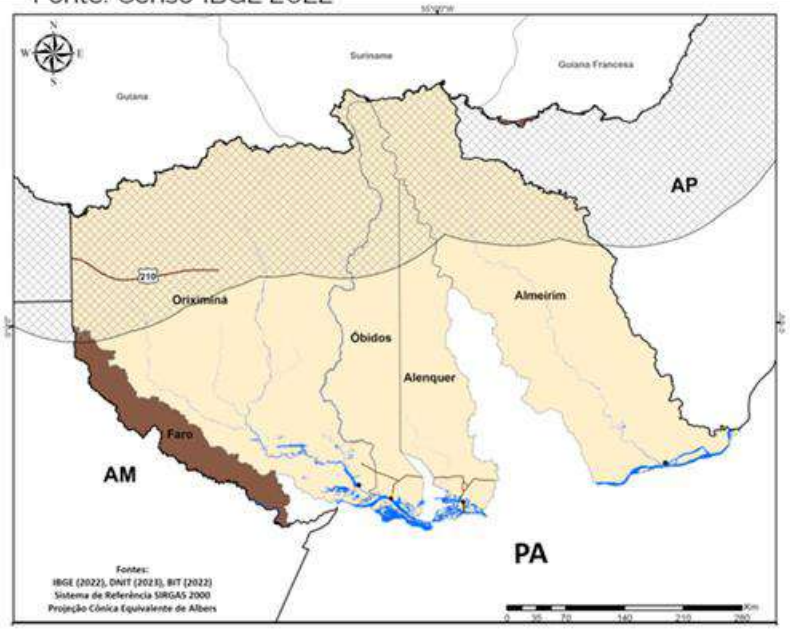


- <2 %
- > 2% a 5%

*Na última década, os municípios da Fronteira paraense cresceram em população. **Alenquer** foi o destaque, com aumento superior a **30%** (**taxa anual acima de 5%**).*

Grau de Urbanização 2022

Fonte: Censo IBGE 2022



- 50 a 70%
- > 70%

*Apenas **Faro** apresenta taxa de urbanização **superior a 80%**. Os demais municípios variam entre **50% e 70%**.*

Análise por Eixos Temáticos

Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Com grande extensão, a faixa de fronteira amazônica abriga uma diversidade de usos, desde áreas protegidas destinadas à conservação ambiental até territórios pressionados por atividades ilegais e expansão urbana desordenada. Compreender as dinâmicas de acesso, uso e gestão da terra é essencial para a formulação e implementação de políticas públicas.

Infraestrutura para o Desenvolvimento

O planejamento e os investimentos em infraestruturas devem ser conduzidos de forma criteriosa, de modo a garantir os direitos das comunidades locais e sem comprometer a sociobiodiversidade. A Floresta em pé é um ativo local para o desenvolvimento da região amazônica.

Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

O desenvolvimento sustentável exige um equilíbrio entre o crescimento econômico, a conservação ambiental e a justiça social. O fomento às atividades produtivas sustentáveis, em especial a bioeconomia, surge como caminho para garantir que o aproveitamento dos recursos naturais ocorra de forma responsável e regenerativa.

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

A proteção de Povos e Comunidades Tradicionais, reconhecidos por suas formas de organização social e cultural relacionadas aos seus vínculos com o território e com a natureza, constitui dimensão essencial para qualquer projeto comprometido com o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Integração Regional, Migrações e Segurança

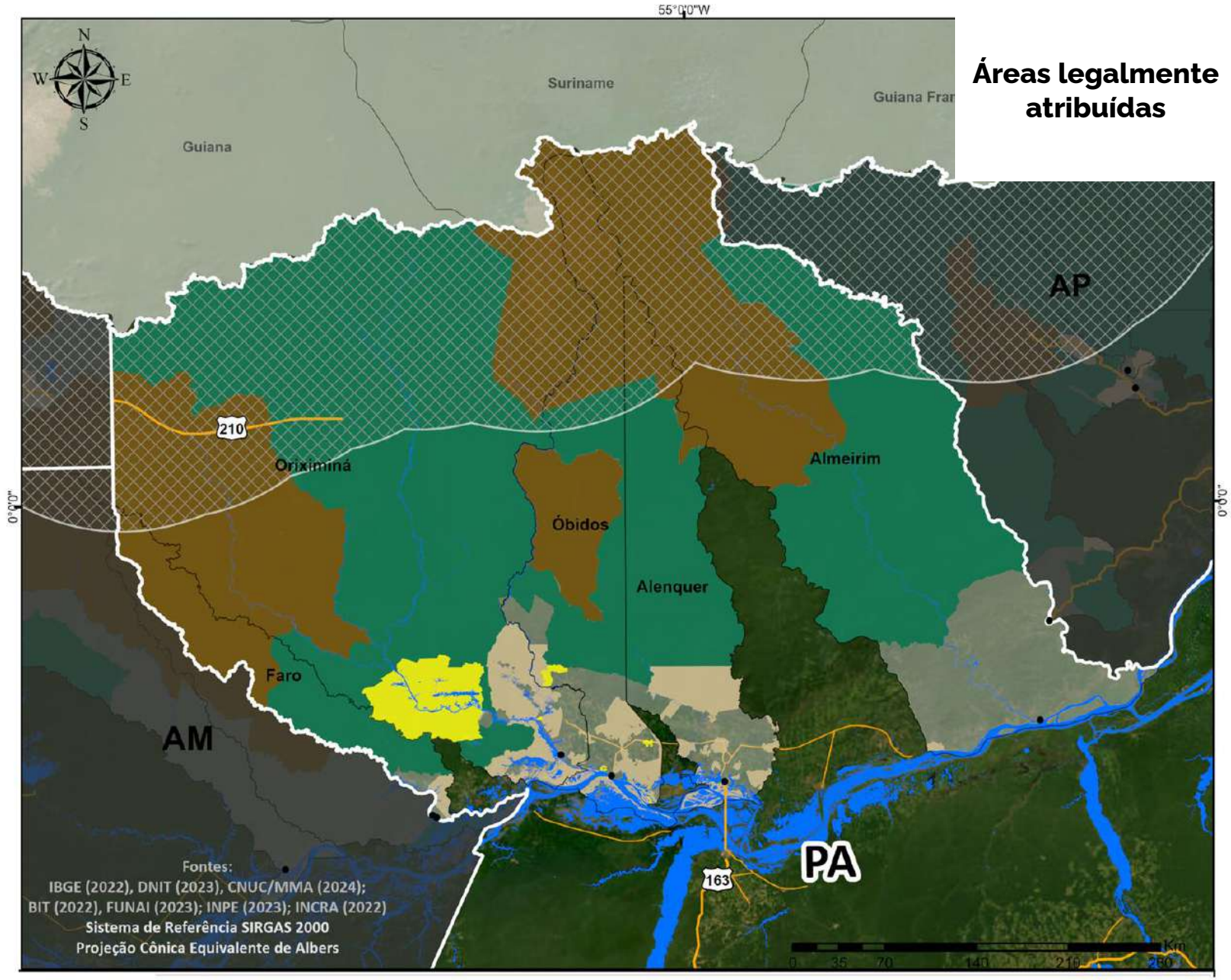
Interações entre países fronteiriços ao mesmo tempo que facilitam os fluxos comerciais, políticos e culturais, envolvem o gerenciamento das migrações e questões de segurança. A análise das dinâmicas migratórias e dos contextos de violência e criminalidade é fundamental para compreender os desafios e oportunidades para a integração regional no contexto da fronteira amazônica.

Eixo temático 1:

Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental e climática

A Faixa de Fronteira paraense é amplamente ocupada por **Terras Indígenas**, com presença significativa também de **Unidades de Conservação**. Nos municípios estudados também existem, em menor proporção, **assentamentos rurais e territórios quilombolas**, localizados fora desse recorte.

Áreas legalmente atribuídas



Unidade de Conservação

Terra Indígena

Território Quilombola

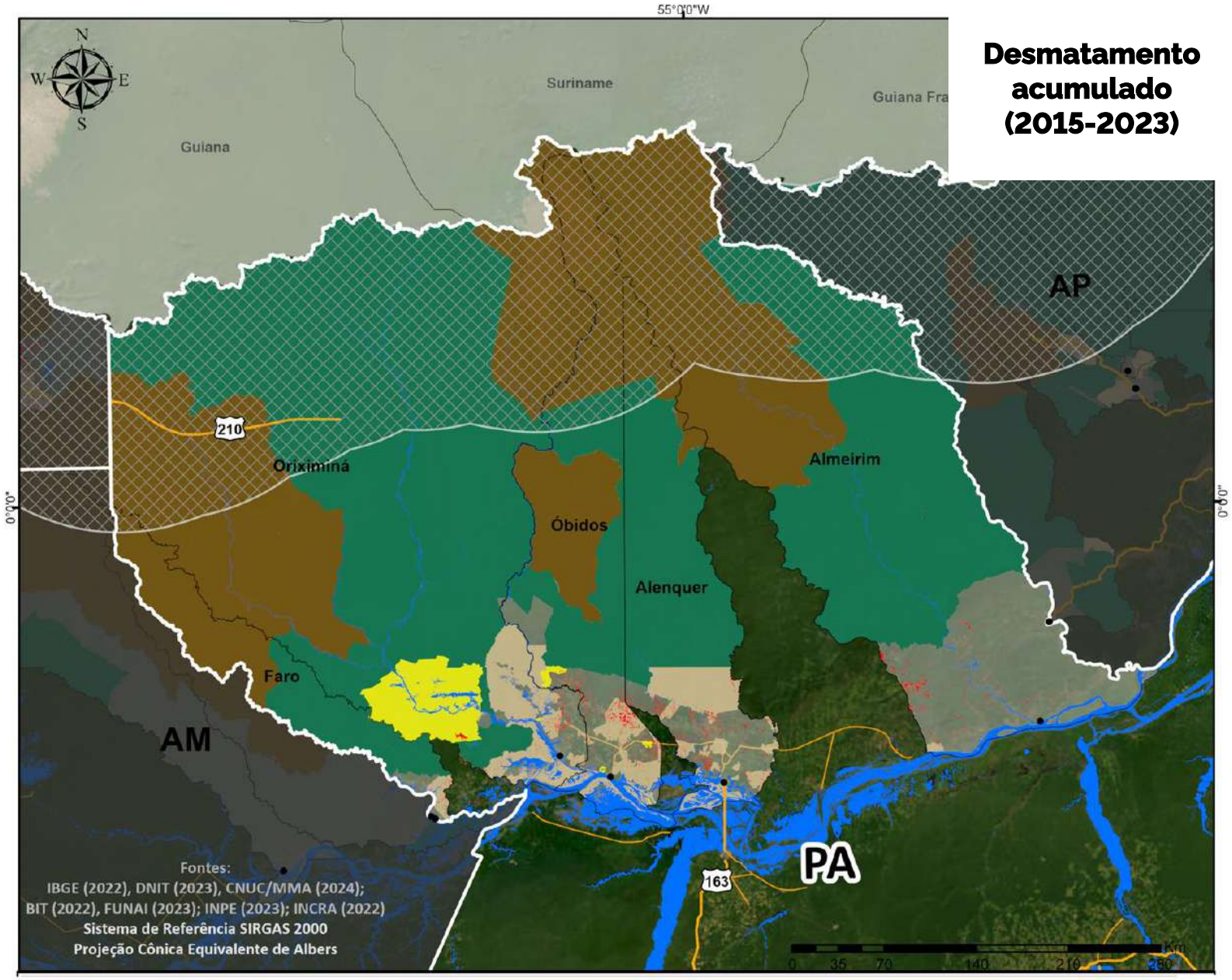
Assentamento Rural

Eixo temático 1:

Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental e climática

- **Entre 2015 e 2023**, o desmatamento na Faixa de Fronteira paraense **permaneceu baixo**, em grande parte pela presença de **Terras Indígenas** e **Unidades de Conservação** e pelo **isolamento da região**.
- Os focos se concentram no entorno da **rodovia PA-254**, que funciona como vetor de pressão e estimula a conversão do uso da terra para a **agropecuária**.

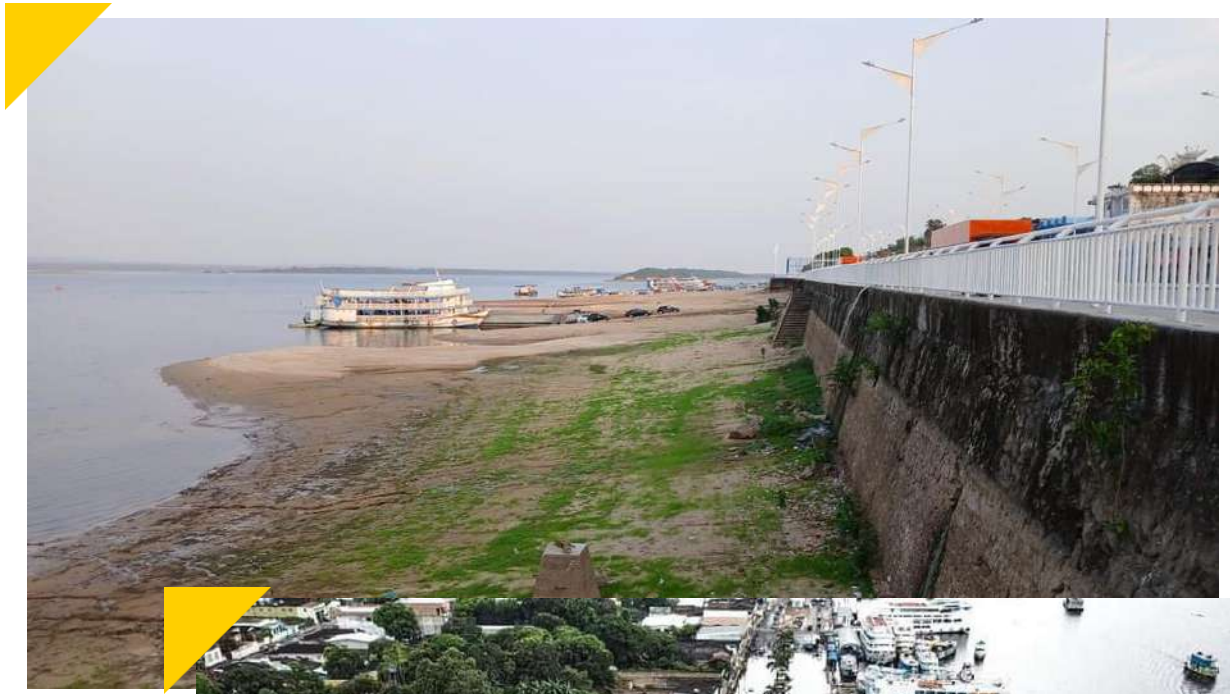
Desmatamento acumulado (2015-2023)



Eixo temático 1:

Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental e climática

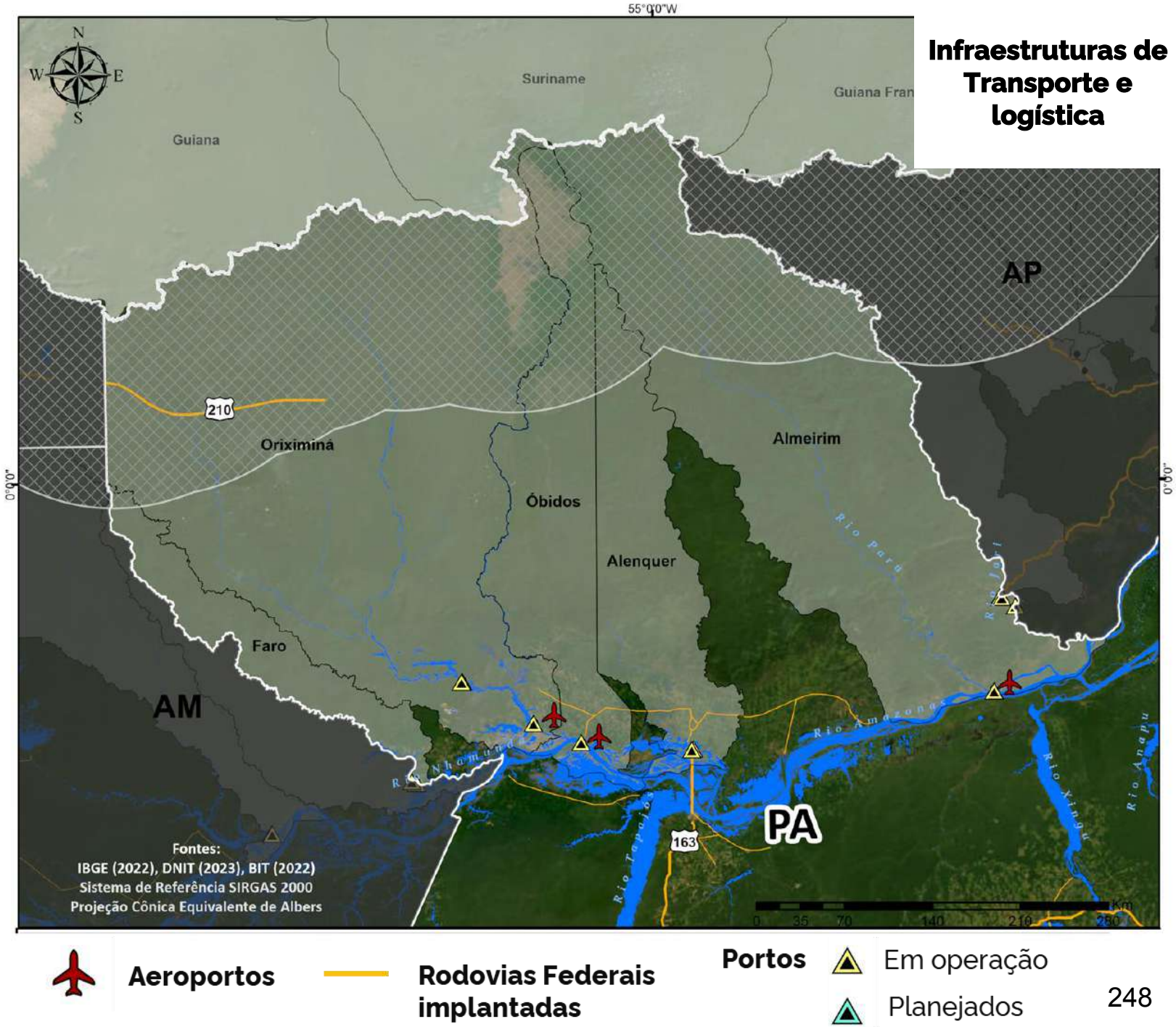
- Mudanças climáticas têm provocado **transformações nos ciclos naturais**.
- Riscos de **desastres geo-hidrológicos** são elevados: **Alenquer**, **Almeirim** e **Faro** apresentam **risco muito alto**, enquanto **Óbidos** e **Oriximiná** são classificações com risco **alto**.
- Para **deslizamentos de terra**, **Alenquer** e **Óbidos** aparecem com **risco muito alto**; **Almeirim**, **Faro** e **Oriximiná**, com **risco alto**.



Eixo temático 2:
Infraestrutura para o Desenvolvimento

Infraestruturas de Transporte e logística

- A **PA-254**, que conecta **Almeirim a Faro**, atravessando municípios da margem esquerda do rio Amazonas, é a **principal ligação terrestre** dessa região.
- Devido à **extensão territorial** e à **limitação do acesso rodoviário**, o transporte **fluvial** e **aéreo** são essenciais para **integração regional**..
- O entorno da faixa de fronteira paraense conta com aeroportos regionais porém o **Aeroporto de Santarém é o principal polo aéreo da região.**



Eixo temático 2:
Infraestrutura para o Desenvolvimento

ROTA 1 Ilha das Guianas

Das Rotas da Integração Sul-Americana propostas pelo governo federal, **a Rota 1 das Guianas** atravessa a região de Santarém

O Programa Projeto Rotas de Integração Sul-americana, vinculado ao MPO, tem como objetivo promover a integração logística entre os países da América do Sul, facilitar o comércio e reduzir tempo e custo do transporte de mercadorias entre o Brasil e seus vizinhos e a Ásia.

No programa, há a previsão de Construção de ponte entre os estados do Pará e Amapá, no Rio Jari.

Eixo temático 2:
Infraestrutura para o Desenvolvimento

Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA 2024-2027)

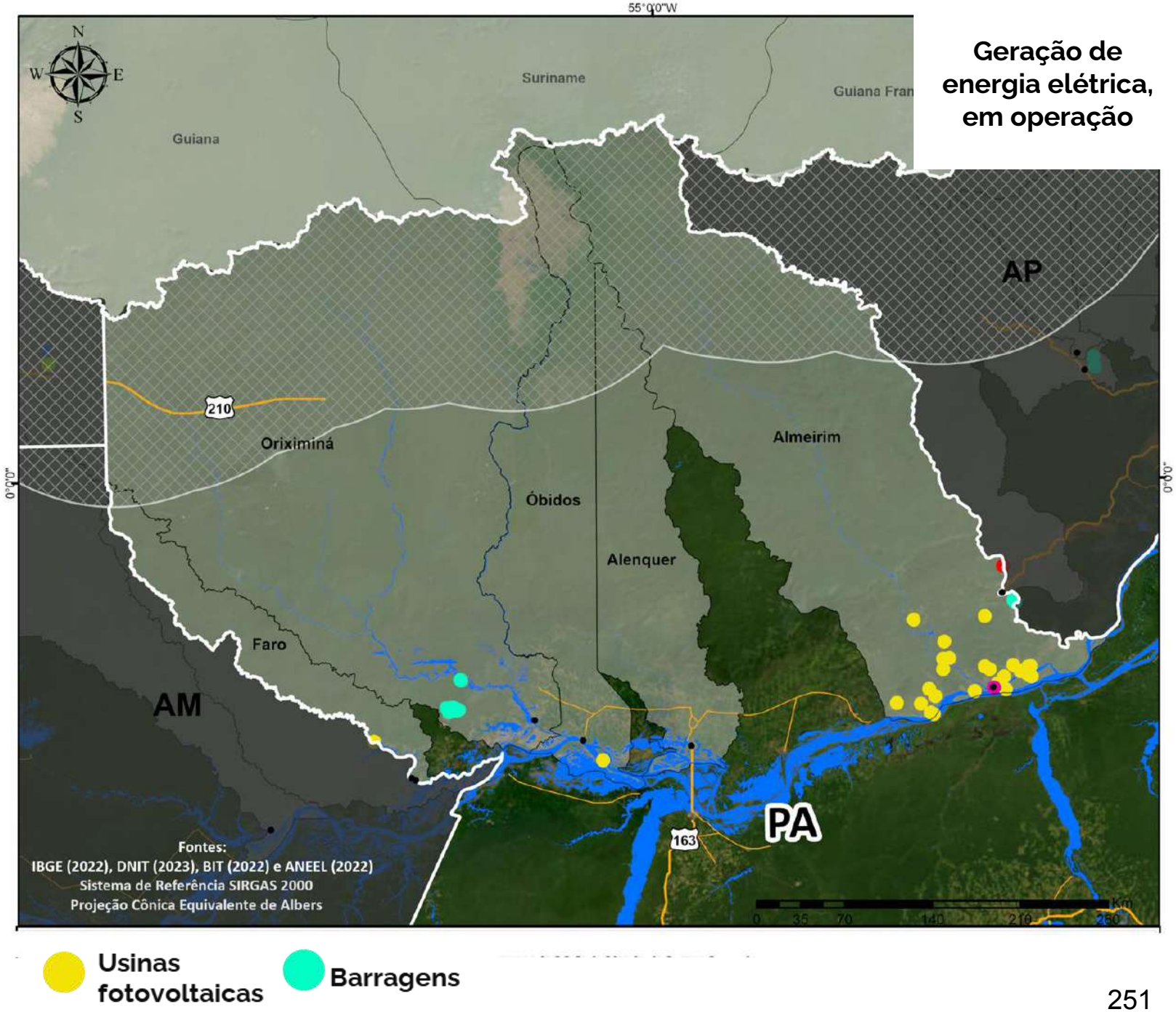
Aprovado pela Resolução CONDEL/SUDAM nº 106, de 4 de agosto de 2023, o PRDA foi elaborado nos termos do inciso II, art. 4º da Lei Complementar nº 124/2007. Com vigência de 2024 a 2027, o PRDA abrange 06 Eixos, 11 Programas e 79 Ações Estratégicas

Relação com a Faixa de Fronteira	Projeto
Incidência possível na Faixa de Fronteira	Implantação de Condomínio Industrial em Santarém (1ª. fase)
	Implantação do Parque de Bioeconomia
	Programa de energia limpa para PCTs

Eixo temático 2:
Infraestrutura para o Desenvolvimento

- O Estado do Pará representa maior produção de energia por fontes hidroelétrica da região
- Na Faixa de Fronteira, há cerca de 17 sistemas isolados que atendem 59.704 unid. consumidoras
- Destaque para fonte por **usina fotovoltaica**, com número representativo de **instalações localizadas na área urbana do Município de Almeirim**

Geração de energia elétrica, em operação

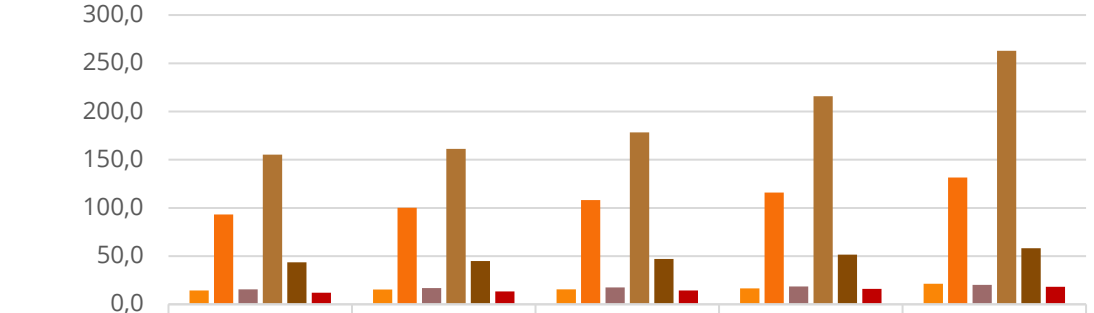


Eixo temático 3:

Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

- O Pará possui a **maior economia** entre os estados analizados.
- A **Indústria** tem papel central (**46,4%**), sobretudo pela **indústria extrativista** (**34,1%**).
- Os **Serviços** respondem por **43,5%**, com destaque para **administração**, **defesa, educação** e **saúde públicas**.
- A **Agropecuária** responde por **10,1% da economia**, em complementaridade às atividades industriais e de serviços.

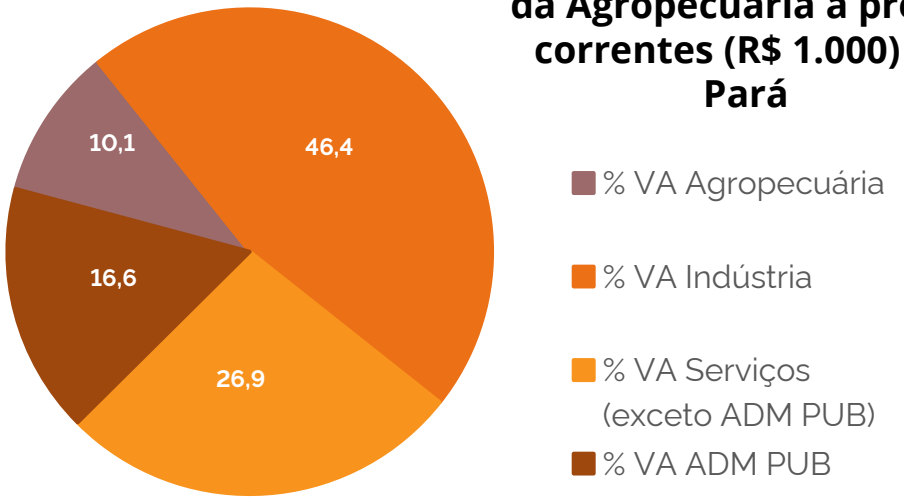
Produto Interno Bruto a preços correntes de mercado em bilhões de reais



	2017	2018	2019	2020	2021
Acre	14,3	15,3	15,6	16,5	21,4
Amazonas	93,2	100,1	108,2	116,0	131,5
Amapá	15,5	16,8	17,5	18,5	20,1
Pará	155,2	161,3	178,4	215,9	262,9
Rondônia	43,5	44,9	47,1	51,6	58,2
Roraima	12,1	13,4	14,3	16,0	18,2

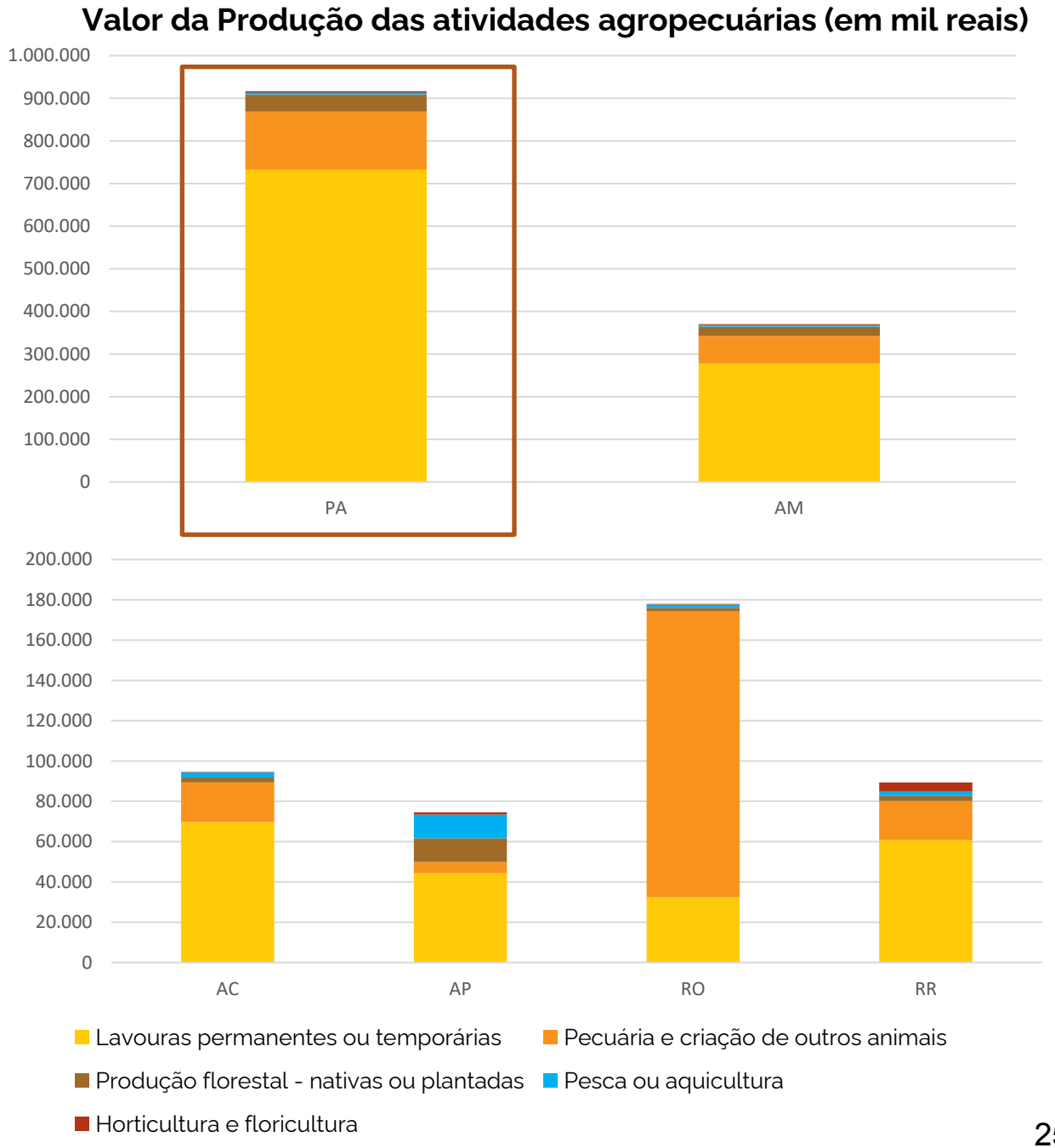
Acre Amazonas Amapá Pará Rondônia Roraima

Valor adicionado bruto da Agropecuária a preços correntes (R$ 1.000) no Pará



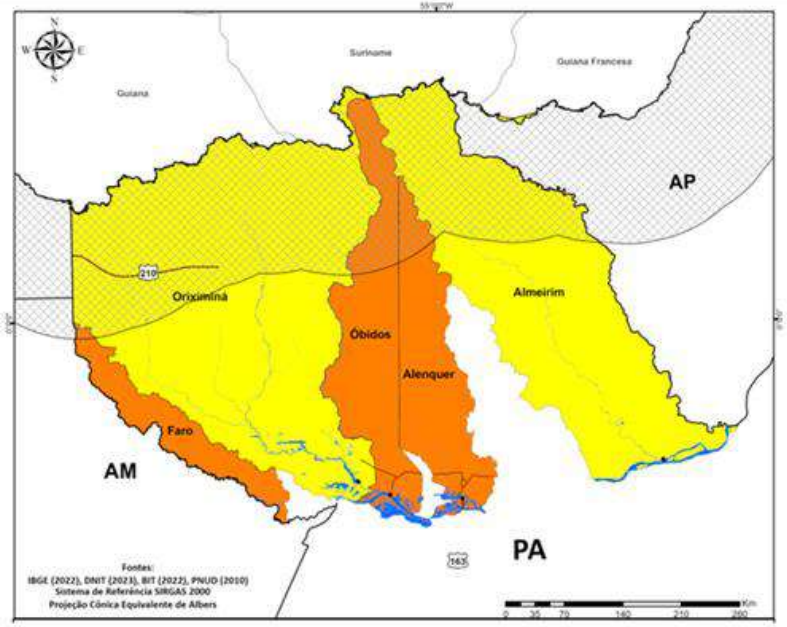
Eixo temático 3:
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

- No Pará, as **lavouras** concentram a maior parte do valor da produção agropecuária, seguidas pela **pecuária** e **produção florestal**.
- **Extração vegetal** tem papel central na **economia florestal** e na **bioeconomia**. O estado lidera a produção nacional de **madeira em tora** (**83%**), **açaí** (**81,4%**), **palmito** (**86,6%**), **cumaru** (**87,8%**), entre outros.
- Entre os produtos mais relevantes para a **bioeconomia**, destacam-se o **açaí** e a **castanha-do-pará**, com forte presença em **Oriximiná** e **Óbidos**.



Eixo temático 3:
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

IDHM 2010

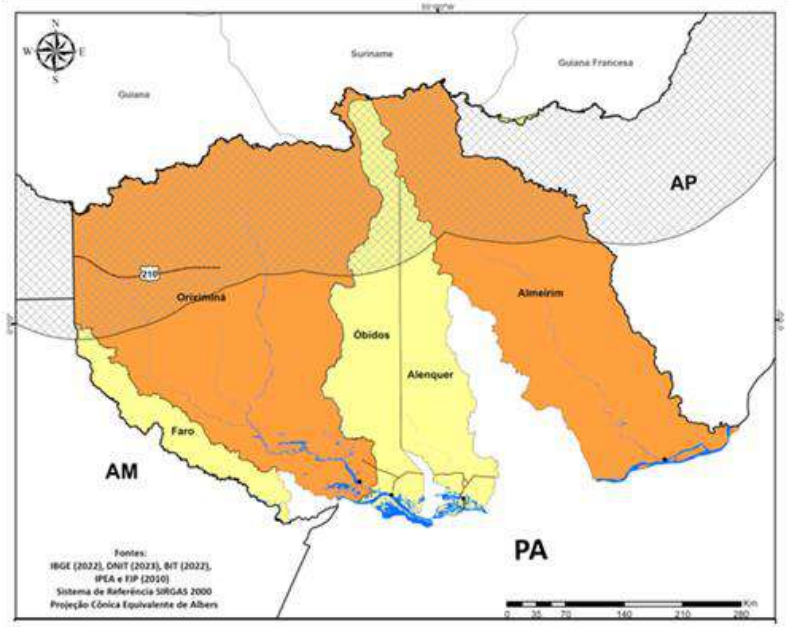


0,500-0,599 (Baixo)

0,600-0,699 (Médio)

Menores IDHMs encontrados nos ***municípios de Óbidos****,* ***Alenquer*** *e* ***Faro****.*

Índice de GIINI 2010

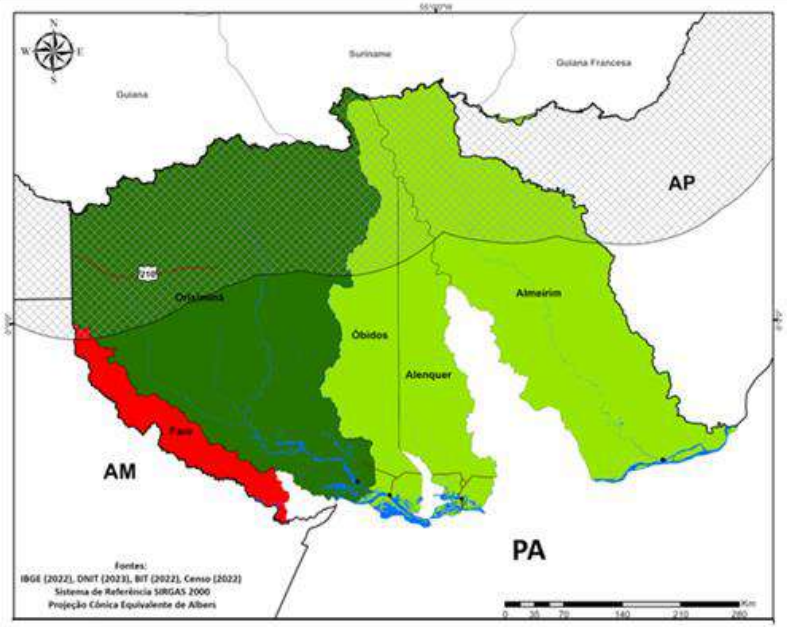


0,54 a 0,60

0,61 a 0,70

Oriximiná e Almeirim *apresentam índice superior a 0,61, revelando maior desigualdade*

Rendimento Domiciliar 2021



Até 1,,7 SM

> 2,5 SM

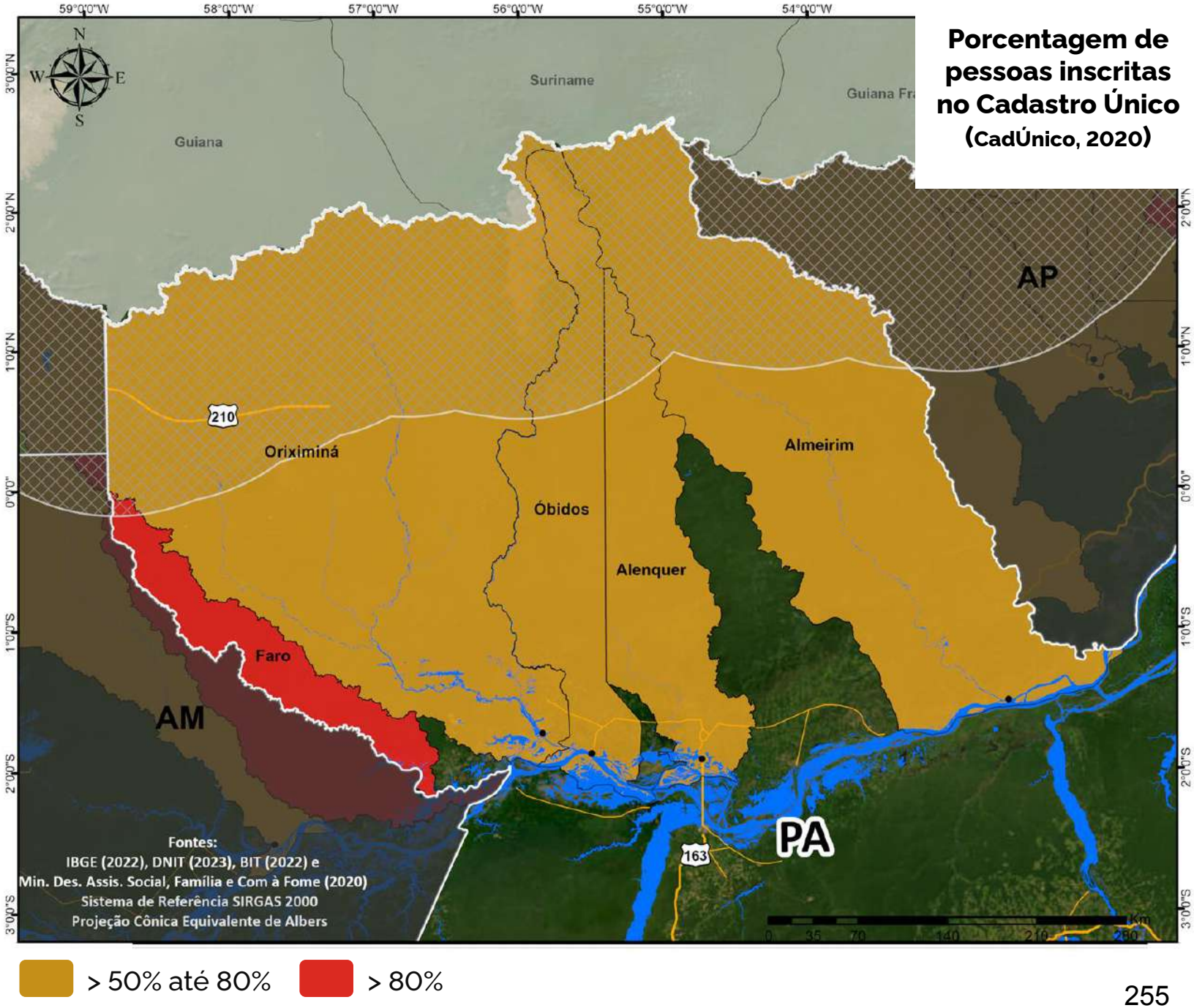
2 a 2,5 S.M.

Faro apresenta índice mais baixo *entre os municípios de fronteira, com* ***média de 1,4 SM***

Eixo temático 3:
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

- **Todos os municípios** apresentam alta proporção de população inscrita no **Cadastro Único**.
- O caso mais crítico é **Faro**, com mais de **80%** dos moradores dependentes de programas governamentais, indicando forte vulnerabilidade social.
- Já **Oriximiná**, **Óbidos**, **Alenquer** e **Almeirim** registram percentuais de **50% a 80%**.

Porcentagem de pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico, 2020)



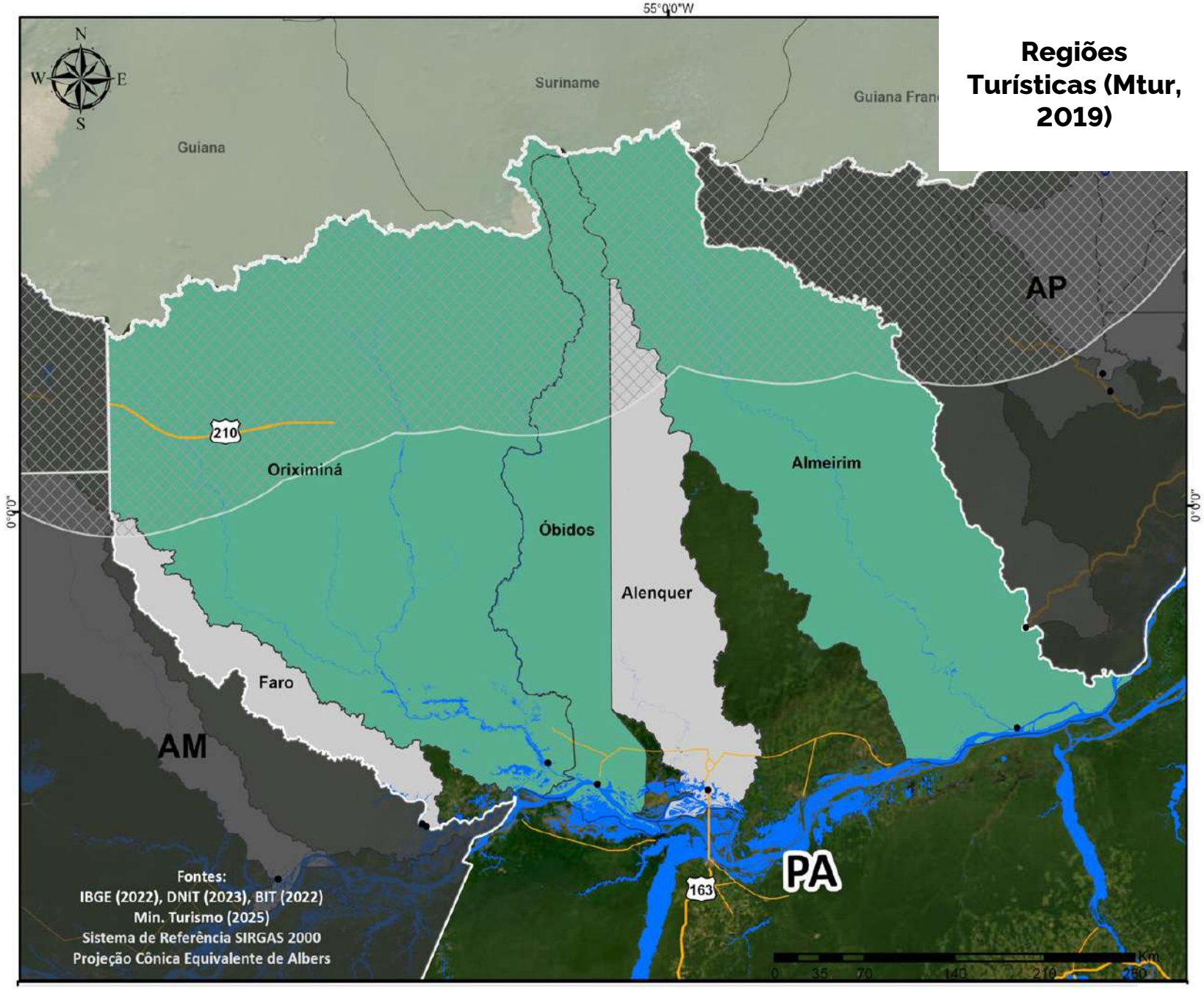
Eixo temático 3:
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

- **Oriximiná**, **Óbidos** e **Almeirim** integram a **Região Turística do Rio Amazonas**

- **Dentre os municípios da faixa, Oriximiná** possui **maior estimativa de turistas domésticos e internacionais**, além de concentrar a **maior arrecadação de impostos do setor**.

- Os municípios são **classificados nas Categorias C e D**, o que representa **baixa estruturação.**

Regiões Turísticas (Mtur, 2019)



Região turística Rio Amazonas

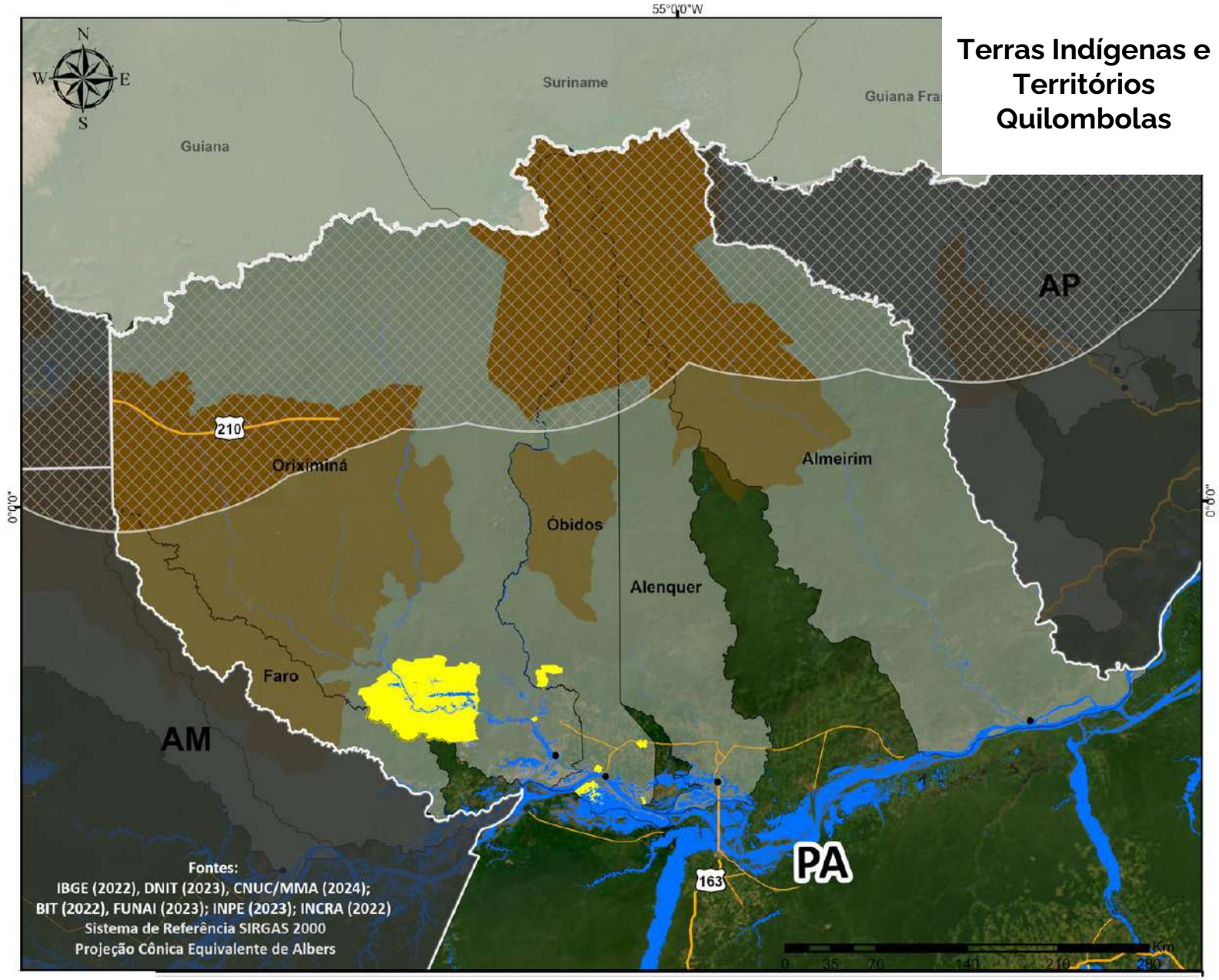
Eixo temático 4:

Povos indígenas e Comunidades tradicionais

- **Há 5 Terras Indígenasna região** (Nhamundá/Mapuera, Parque do Tumucumaque, Rio Paru D'Este, Trombetas/Mapuera e Kaxuyana-Tunayana). Parque do Tumucumaque é habitada por **povos isolados.**

- **Há 10 territórios quilombolas certificados**, localizados nos municípios de **Oriximiná** e **Óbidos**, fora da faixa.
- .

Terras Indígenas e Territórios Quilombolas

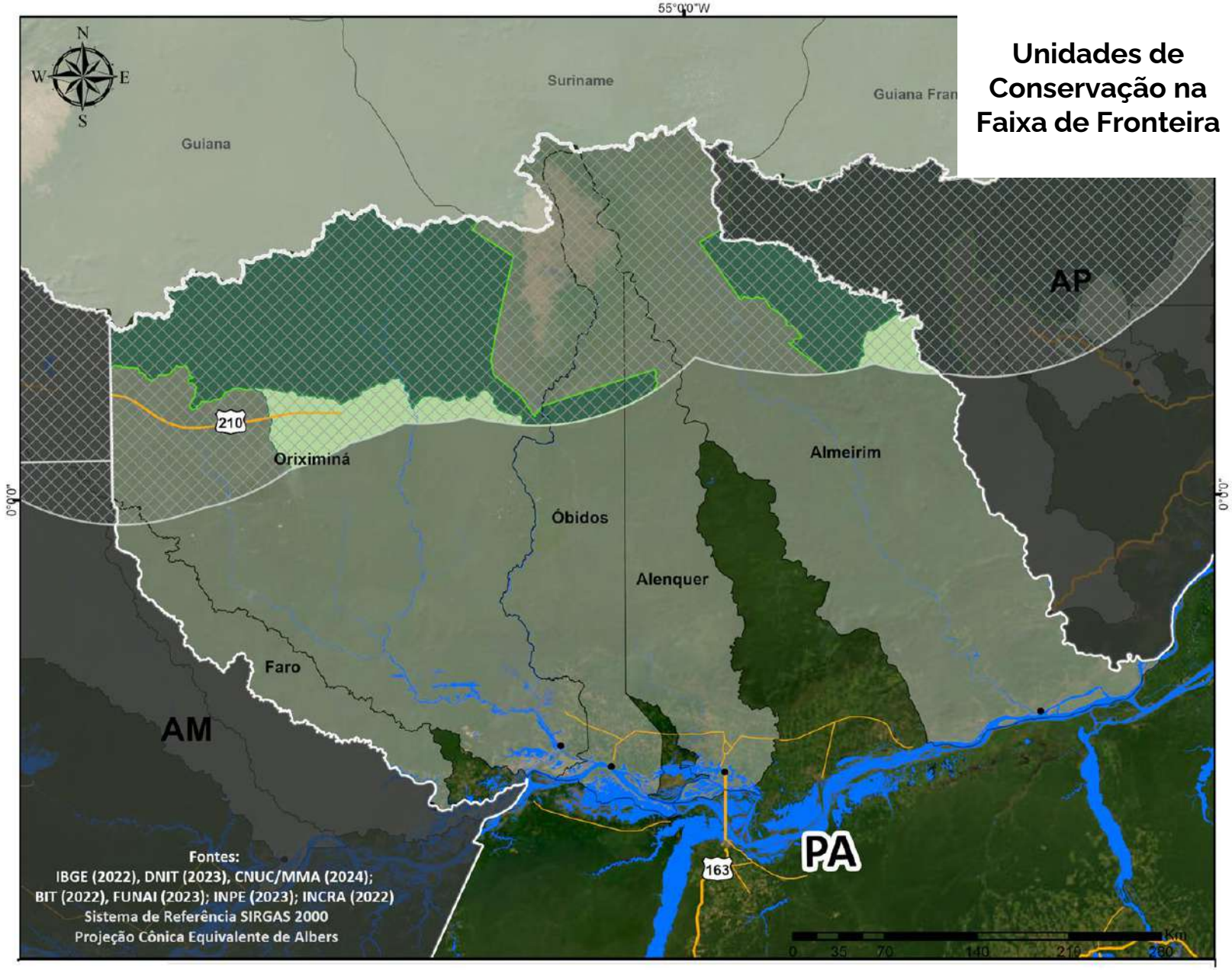


Eixo temático 4:

Povos indígenas e Comunidades tradicionais

- Há **4 Unidades de Conservação** (ESEC Grão Pará, FES Paru. FES Trombetas e Rebio Maicuru).
- Juntas formam o **maior mosaico de áreas protegidas do mundo**. Duas delas são de **Proteção Integral** e duas de **Uso Sustentável**, refletindo a preocupação com a **conservação da biodiversidade** e com o **manejo sustentável de recursos naturais** da região.

Unidades de Conservação na Faixa de Fronteira



UC de Uso Sustentável

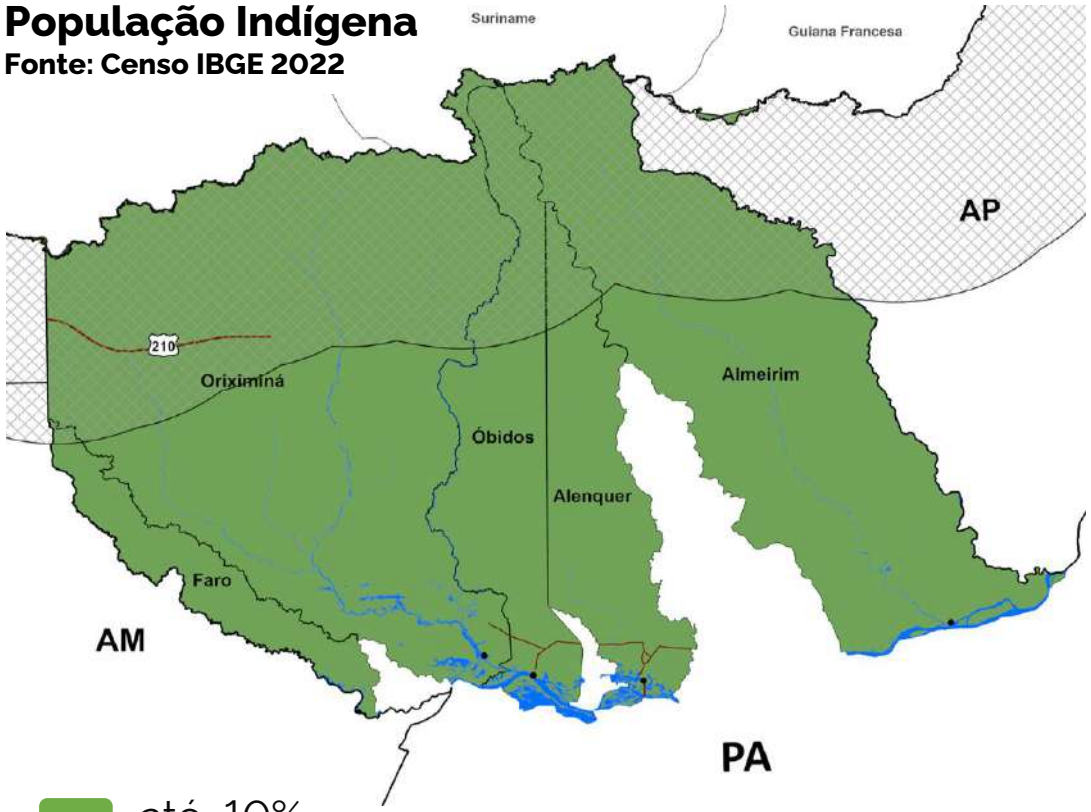
UC de Proteção Integral

Eixo temático 4:

Povos indígenas e
Comunidades tradicionais

População Indígena

Fonte: Censo IBGE 2022

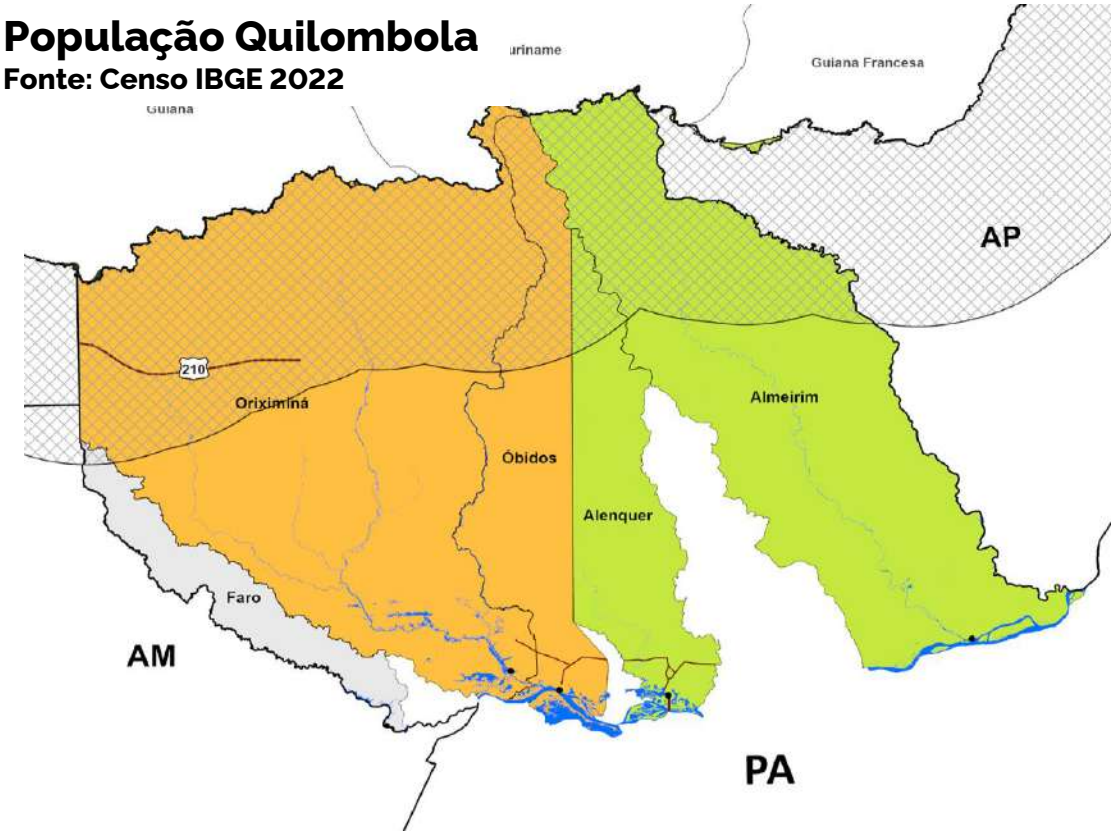


até 10%

Todos os municípios da faixa possuem população indígena, Entre os municípios, destaca-se **Oriximiná, com 3.805 indígenas, dos quais 85,5% residem em TIs**

População Quilombola

Fonte: Censo IBGE 2022



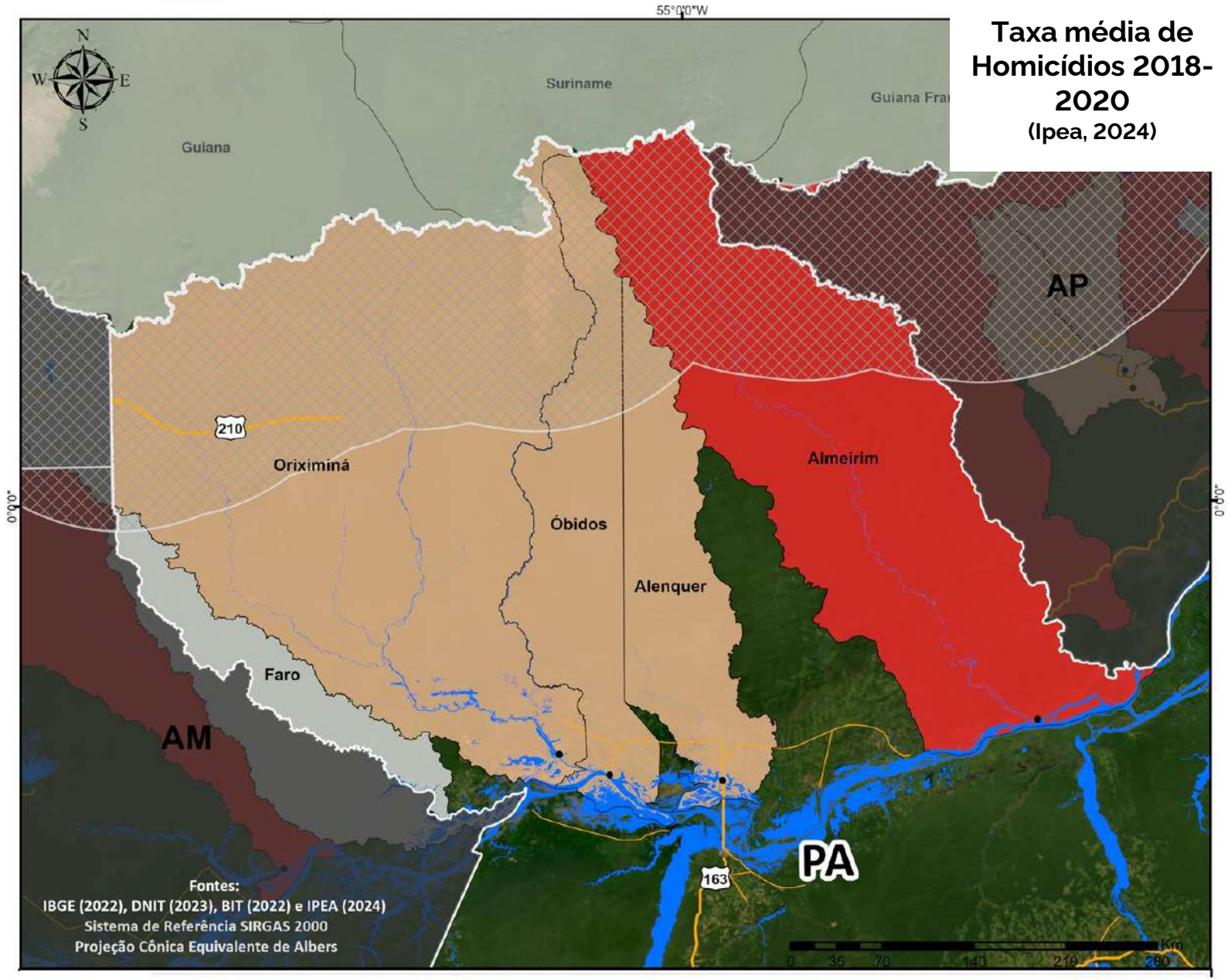
até 10% > 20%

Oriximiná e **Óbidos** concentram a maior parte da população quilombola da faixa de fronteira (18,8% e 17,6% da população, respectivamente).

Eixo temático 5:

Integração regional, migrações e segurança

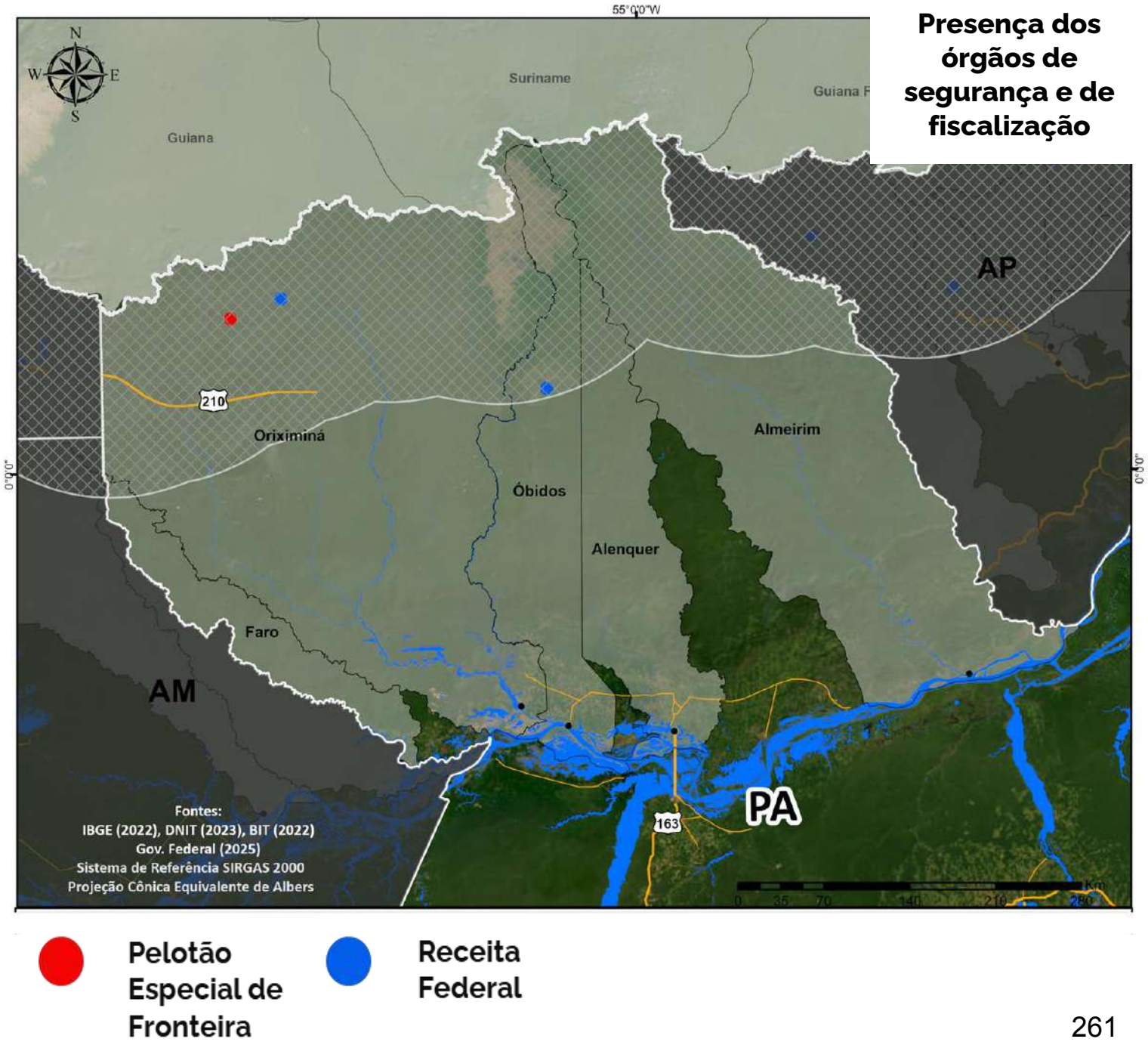
- A violência no Pará é marcada por **conflitos agrários**, **crimes ambientais**, **tráfico de drogas** e **homicídios**, agravados pela **concentração fundiária** e **desigualdade social**.
- **Na Faixa de Fronteira**, **Almeirim** tem a maior taxa média de homicídios (28,3), seguida por **Oriximiná** (18,2) e **Óbidos** (14,7). A proximidade com o **Suriname** e a **Guiana Francesa** amplia a insegurança, marcada pela atuação do crime organizado.



Eixo temático 5:
Integração regional, migrações e segurança

- A fronteira paraense conta com uma **unidade do Pelotão Especial em Tiriós,** responsável pelo patrulhamento terrestre em pontos estratégicos.
- **Base Integrada Fluvial Candiru:** localizada em Óbidos, a base integrada representa iniciativa estratégica para fortalecer a segurança pública na região
- Ausência de unidades físicas descentralizadas de órgãos ambientais e de fiscalização.

Presença dos órgãos de segurança e de fiscalização



PRINCIPAIS DESAFIOS

- **Segurança como questão multidimensional:** crimes ambientais como desmatamento, garimpo e exploração ilegal de madeira e grilagem de terras articulados a redes do narcotráfico e outros ilícitos transfronteiriços comprometem a segurança e a preservação socioambiental.
- **Obras de infraestrutura e exploração mineral nos países vizinhos (Guiana e Suriname):** o que tem pressionado territórios indígenas e representam ameaças aos modos de vida tradicionais.
- **Intensificação dos eventos climáticos:** A região de fronteira do Pará apresentam riscos climáticos principalmente associados a inundações e enxurradas. Municípios como Alenquer e Óbidos apresentam situações críticas, com risco muito alto a inundações, enxurradas e deslizamentos de terras.
- **Presença governamental:** ausência de unidades físicas descentralizadas de órgãos ambientais e de fiscalização bem como unidades de saúde na faixa de fronteira, além da necessidade de maior efetivo de servidores.
- **Estruturação de cadeias produtivas sustentáveis:** dificuldades no beneficiamento, escoamento e comercialização de produtos, além de necessidade de ampliação de assistência técnica e extensão rural, o que limita a geração de valor.
- **Fragilidades das políticas de regularização fundiária:** sobreposições nos registros do CAR, inclusive com sobreposição de unidades de conservação com territórios tradicionais e indígenas.
- **Dificuldades de deslocamento**: as grandes distâncias entre comunidades rurais e centros urbanos, agravada pela sazonalidade das chuvas e pelo isolamento geográfico, dificultam o deslocamento de pessoas e o transporte de matérias primas e insumos.

PRINCIPAIS POTENCIALIDADES

- **Floresta em pé como infraestrutura para o desenvolvimento:** Toda a faixa de fronteira do Pará é formada por Terras indígenas, Territórios Quilombolas e Unidades de Conservação , o que constitui base estratégica para um ordenamento territorial com enfoque socioambiental.
- **Sociobioeconomia:** conhecimentos tradicionais são base para orientar políticas públicas em segmentos da bioeconomia. Produção da castanha-do-pará como uma das principais cadeias da sociobiodiversidade local, com potencial para geração de renda, fortalecimento das práticas extrativistas e desenvolvimento sustentável na calha norte.
- **Existência de redes articuladas de organizações da sociedade civil:** Organização de coletivos, associações e grupos indígenas e quilombolas que atuam na inclusão produtiva e social, promovendo autonomia econômica.
- **Adoção de Sistemas Agroflorestais (SAFs):** Programa PROSAF (Programa de Sistemas Agroflorestais) representa iniciativa estratégica para a recuperação de áreas degradadas e a promoção da geração de renda no estado
- **Potencial para fortalecimento de atividades de ecoturismo na Calha Norte:** estratégia de desenvolvimento sustentável, geração de renda, preservação ambiental e valorização das culturas locais.
- **Existência do 1º Pelotão Especial de Fronteira do Exército:** localizado em Tiriós, na fronteira do Suriname, o pelotão tem atuação no combate aos ilícitos transfronteiriços, em articulação com a FAB e SESAI.
- **Existência da Base Integrada Fluvial Candiru:** localizada em Óbidos, a base integrada representa iniciativa estratégica para fortalecer a segurança pública na região

Intervalo

Voltaremos em 10 min para a Plenária

Plenária
Discussão e complementação dos Desafios e Potencialidades

Solicitar inscrição
Falas de 3 a 5 min

Almoço

Voltaremos em 1h30 min para a discussão de propostas por eixos temáticos

Dinâmica: elaboração das ações prioritárias

- Divisão dos grupos nos eixos temáticos

Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Infraestrutura para o Desenvolvimento

Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Integração Regional, Migrações e Segurança

- Discussão de ações: Para cada ação, preencher em cada tarjeta:

OBJETO	TERRITÓRIO	PARTES INTERESSADAS

Eixo temático 1:
Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental e climática

DESAFIOS

- **Obras de infraestrutura e exploração mineral nos países vizinhos (Guiana e Suriname)**, o que tem pressionado territórios indígenas e representam ameaças aos modos de vida tradicionais.
- **Falta de agilidade na estrutura legal e institucional para conduzir processos de ordenamento territorial**, bem como instrumentos técnicos mais atualizados que considerem as especificidades culturais e territoriais de populações tradicionais.
- **Intensificação dos eventos climáticos:** municípios da faixa de fronteira paraense apresentam riscos climáticos principalmente associados a inundações e enxurradas. Alenquer e Óbidos apresentam situações críticas, com risco muito alto a inundações, enxurradas e deslizamentos de terras. (Fonte: Adapta Brasil, 2022).
- **Emissões de gases de efeito estufa:** a principal fonte de emissões nos municípios de fronteira é do setor de "mudança de uso da terra e florestas", principalmente por conta de desmatamento e da expansão de pastagens.
- **Baixa capacidade institucional para gestão de riscos climáticos:** de acordo com os critérios do PPA 2024–2027 e do ICM/SEDEC (2025), Municípios como Oriximiná e Alenquer possuem baixa capacidade de implementação de ações e arcabouço institucional relativo aos eventos de seca.

POTENCIALIDADES

- **Toda a faixa de fronteira do Pará é formada por TIs e UCs**, o que constitui base estratégica para um ordenamento territorial com enfoque socioambiental.
- **Áreas remotas**: isolamento de determinadas regiões cumpre papel de proteção socioambiental da fronteira, exigindo que o planejamento e os investimentos de infraestrutura sejam feitos de forma criteriosa, de modo a garantir os direitos das comunidades locais e sem comprometer a diversidade local.

Eixo temático 2:
Infraestrutura para o Desenvolvimento

DESAFIOS

- **Dificuldades de deslocamento:** as grandes distâncias entre comunidades rurais e centros urbanos, agravada pela sazonalidade das chuvas e pelo isolamento geográfico, dificultam o deslocamento de pessoas e o transporte de matérias primas e insumos.
- **Vetores de pressão das infraestruturas sobre áreas protegidas:** mesmo fora do recorte da faixa de fronteira, rodovias como a PA-254 funcionam como vetores de pressão, facilitando ocupações irregulares e evidenciando a necessidade de maior articulação entre planejamento territorial e infraestrutura.
- **Ausência de unidades físicas descentralizadas de órgãos ambientais e de fiscalização:** o que limita ações estruturantes, a fiscalização ambiental e o apoio técnico ao desenvolvimento sustentável. No caso da FUNAI, embora haja atuação em campo, essa ocorre de forma isolada e com estrutura sobrecarregada, dificultando respostas adequadas em contextos complexos.
- **Inexistência de hospitais regionais descentralizados**, o que dificulta o acesso à saúde especializada nas áreas remotas da fronteira, já que os serviços de maior complexidade estão concentrados em Santarém, polo regional.

POTENCIALIDADES

- **Projetos de integração regional, como a inclusão do Pará na Rota 1 do Programa Rotas de Integração Sul-Americana:** ainda que de forma tangencial, esses projetos podem abrir oportunidades logísticas e de cooperação internacional, com reflexos sobre o planejamento territorial da região.
- **Iniciativas de implantação de usinas fotovoltaicas,** com número representativo de instalações localizadas na área urbana do Município de Almeirim.

Eixo temático 3:
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

DESAFIOS

- **Ausência de regularização fundiária e acesso restrito a crédito, assistência técnica e fomento**, o que impede que povos e comunidades tradicionais, pescadores artesanais, quilombolas, agricultores familiares e extrativistas fortaleçam suas atividades produtivas, perpetuando desigualdades sociais e territoriais.
- **Falta de políticas públicas estruturadas para escoamento, comercialização e agregação de valor** acentuando a dependência de atravessadores, limita a geração de renda e fragiliza as cadeias produtivas sustentáveis.
- **Precariedade na infraestrutura produtiva:** falta de equipamentos, energia instável, armazenamento inadequado e entraves na regularização sanitária e comercial - afeta especialmente a cadeia da castanha-do-pará e outras atividades da sociobiodiversidade.

POTENCIALIDADES

- **Presença de universidades com UFPA e UFOPA**, com campi descentralizados e projetos de extensão universitária na região do Baixo Amazonas com potencial de apoiar o desenvolvimento regional por meio da educação superior, gerar conhecimento local e promover pesquisas voltadas às especificidades amazônicas.
- **Diversidade de práticas produtivas sustentáveis**, com potencial para geração de renda e conservação ambiental, como pesca artesanal, agricultura agroecológica, extrativismo, artesanato, arte, gastronomia indígena e quilombola.
- **Produção da castanha-do-pará como uma das principais cadeias da sociobiodiversidade local**, com potencial para geração de renda, fortalecimento das práticas extrativistas e desenvolvimento sustentável na calha norte.
- **Potencial para fortalecimento de atividades de ecoturismo** na calha norte, como estratégia de desenvolvimento sustentável, geração de renda, preservação ambiental e valorização das culturas locais.
- **Programa PROSAF (Programa de Sistemas Agroflorestais)** representa iniciativa estratégica para a recuperação de áreas degradadas e a promoção da geração de renda no estado.

Eixo temático 4:
Povos indígenas e
Comunidades tradicionais

DESAFIOS

- **Baixo reconhecimento da contribuição das comunidades indígenas e tradicionais** para a segurança alimentar e a conservação ambiental, resultando em invisibilização de práticas sustentáveis já consolidadas.
- **Fragilidade na demarcação e reconhecimento formal dos territórios indígenas e tradicionais**, o que contribui para conflitos fundiários e insegurança territorial.
- **Avanço de propostas de integração com países vizinhos, como Guiana e Suriname**, pode representar ameaça aos povos indígenas e modos de vida tradicionais, ao abrir caminho para grandes obras de infraestrutura e exploração mineral em uma região marcada por alta concentração de recursos naturais e intensos interesses econômicos.
- **Sobreposição de unidades de conservação com territórios tradicionais e indígenas**, dificultando o acesso e a permanência dessas comunidades.

POTENCIALIDADES

- **Forte presença de saberes tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos) sobre o uso sustentável do território**, que contribuem para práticas sustentáveis e podem orientar políticas públicas mais inclusivas e eficazes.
- **Organização de coletivos, associações e grupos indígenas e quilombolas** que atuam na inclusão produtiva e social, promovendo autonomia econômica.

Eixo temático 5:
Integração regional, migrações e segurança

DESAFIOS

- **Violência associada a conflitos territoriais na fronteira Pará-Amapá (imediações de Almeirim com Laranjal do Jari)** com impactos sociais e econômicos, ligados a disputas fundiárias, narcotráfico, garimpo e migração desordenada.
- **Déficit de equipamentos e serviços públicos nas áreas de saúde, educação e assistência social**, agravado pelo isolamento geográfico e por barreiras logísticas, limitando o acesso da população da faixa de fronteira a direitos básicos, aprofundando desigualdades e vulnerabilidades.
- **Pressão sobre os serviços públicos urbanos, sobretudo em Santarém,** onde a ampliação dos fluxos migratórios gera sobrecarga nos sistemas de saúde, segurança pública, assistência social e habitação, com efeitos concentrados nas periferias urbanas.

POTENCIALIDADES

- **Existência da Base Integrada Fluvial Candiru, localizada em Óbidos**, representa iniciativa estratégica do governo estadual para fortalecer a segurança pública na região amazônica.
- **Existência do 1º Pelotão Especial de Fronteira do Exército, em Tiriós**, na fronteira do Suriname, com atuação no combate aos ilícitos transfronteiriços, em articulação com a FAB e SESAI.
- **Diversificação crescente do perfil migratório no estado**, com potencial de fortalecer políticas públicas de integração multicultural e ampliar a inserção social e econômica de diferentes grupos de migrantes.

Acordo de Convivência dos grupos

Para garantirmos um ambiente colaborativo, respeitoso e produtivo, combinamos que:

- **Escuta ativa**
  Vamos dar espaço para as falas, sem interrupções.

- **Todas as vozes importam**
  Incentivamos a participação de todas as pessoas, respeitando a diversidade de opiniões.

- **Atenção ao tempo**
  Vamos respeitar o tempo das falas, ao cronograma e aos intervalos da oficina.

- **Construção coletiva**
  Cada um de nós é parte do processo! Compartilhem ideias, ouça os demais participantes e busque construir junto.

- **Uso consciente de celulares**
  Evitem distrações durante as atividades.

Plenária
Sistematização

Apresentação dos grupos

Informes finais

Próximas etapas do trabalho:

- **Produto 3: Relatório das oficinas realizadas em todos os estados**
- **Produto 4: Elaboração dos PDIFFs, com respectivas carteiras de projetos**
- **Produto 5: Publicações dos PDIFFs de cada estado**

TODOS OS PRODUTOS, AO SEREM FINALIZADOS, SERÃO PUBLICADOS NO SITE DO PROJETO

Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

Caso queira enviar novas propostas de ação, acesse o QR Code ao lado

Este formulário também será disponibilizado no site do projeto.
Acesse:

fronteirasamazonia.ibam.org.br

Louise Storni

Assessora Técnica DUMA/IBAM

Fernanda Ferreira

Consultora DUMA/IBAM

Solange Oliveira

Consultora local/IBAM

instituto brasileiro de administração municipal

ibam.org.br

Rua Buenos Aires, 19 – Centro, Rio de Janeiro | RJ

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA

Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

Oficinas Territoriais

Amazonas

Execução: ibom

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

2. OFICINAS TERRITORIAIS REALIZADAS NO AMAZONAS

2.1. MISSÃO TÉCNICA PRELIMINAR

No Amazonas, a missão técnica preliminar foi realizada no período de 25 a 28 de abril de 2025. As atividades ocorreram na cidade de Manaus, com apoio Núcleo Estadual de Fronteira do estado do Amazonas – NIFFAM que está vinculado à Secretaria de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas – SEDECTI/AM. A agenda da semana foi organizada da seguinte forma:

PERÍODO	SEG 24/03	TER 25/03	QUA 26/03	QUI 27/03	SEX 28/03
Manhã		**10h** **Reunião com a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB**	**9h** **Reunião com Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa** **10h30** **Reunião com Universidade Estadual do Amazonas - UEA**	**11h** **Reunião com Centro de Inovação Einstein Manaus**	**9h** **Reunião com a Associação Amazonense de Municípios - AAM** **11h** **Reunião com Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA**
Tarde	**Chegada em Manaus**	**13h30** **Reunião com Núcleo Estadual de Fronteira do estado do Amazonas – NIFFAM/ SEDECTI**	**15h** **Reunião com a Universidade Federal do Amazonas - UFAM**	**15h** **Reunião com Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA**	

Os relatos das atividades realizadas no Amazonas podem ser acessados no **Anexo 10** deste produto.

2.2. DESAFIOS E POTENCIALIDADES

A partir do diagnóstico técnico e das reuniões realizadas com representantes locais no âmbito das missões técnicas, foi elaborado uma síntese de principais desafios e oportunidades identificados no estado. O material elaborado foi levado para as oficinas de planejamento territorial e disponibilizado aos participantes, a fim de gerar insumos para o debate nas atividades.

Eixo Temático 1: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Principais desafios

- **Segurança como questão multidimensional:** crimes ambientais como desmatamento, garimpo e exploração ilegal de madeira e grilagem de terras articulados a redes do narcotráfico e outros ilícitos transfronteiriços comprometem a segurança e a preservação socioambiental.
- **Fragilidades das políticas de regularização fundiária:** sobreposições nos registros do CAR, inclusive com sobreposição de unidades de conservação com territórios tradicionais e indígenas.
- **Baixa segurança jurídica sobre os territórios, sobreposição de normas ambientais e exigências burocráticas incompatíveis com os modos de vida tradicionais** dificultam o acesso de populações tradicionais e pequenos produtores a programas de fomento, linhas de crédito e doações internacionais**.**
- **Intensificação dos eventos climáticos:** A região de fronteira do Amazonas apresenta riscos climáticos principalmente associados a inundações e secas. Municípios como São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga apresentam situações críticas, com risco alto a tais eventos.
- **Emissões de gases de efeito estufa:** a principal fonte de emissões nos municípios de fronteira é do setor de "mudança de uso da terra e florestas", principalmente por conta de desmatamento e da expansão de pastagens.
- **Baixa capacidade de resposta aos desastres climáticos**: Municípios como de Atalaia do Norte, Lábrea, São Gabriel da Cachoeira e São Paulo de Olivença exigem maior atenção por concentrarem múltiplos riscos e/ou baixa capacidade de resposta aos desastres climáticos. (PPA, 2024–2027 e do ICM/SEDEC, 2025)

Principais potencialidades

- **TIs e UCs somam mais de 80% da faixa de fronteira amazonense:** formando corredores ecológicos estratégicos, o que constitui base para um ordenamento territorial com enfoque socioambiental.
- **Grande biodiversidade nas áreas florestais** ainda preservadas possibilita o desenvolvimento de um extrativismo seletivo de produtos com maior valor agregado a serem beneficiados na própria região.

Eixo Temático 2: Infraestruturas para o desenvolvimento

Principais desafios

- **Dificuldades de deslocamento:** precariedade e limitações dos transportes fluvial/terrestre e transporte aéreo oneroso, dificultam o deslocamento de pessoas e o transporte de matérias primas e insumos.
- **Dificuldade de acesso a serviços bancários,** em especial na região do Alto Rio Negro, tem impacto direto no recebimento de benefícios sociais por parte da população local.
- **Pavimentação e expansão de rodovias federais** na região sul do estado atuam como vetores centrais do desmatamento e da ocupação desordenada na faixa de fronteira.
- **Alto custo e impacto ambiental decorrentes de Sistemas Isolados de energia** que abrangem municípios como Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Boca do Acre, Guajará, Ipixuna, Japurá, Lábrea, São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, Santo Antônio do Içá, Tabatinga e Tonantins.
- **Déficit de equipamentos e serviços públicos em especial na área de saúde,** agravado pelo isolamento geográfico e por barreiras logísticas, limitando o acesso da população da faixa de fronteira a direitos básicos, aprofundando desigualdades e vulnerabilidades.

Principais potencialidades

- **Presença de universidades (UFAM, UEA) e de Institutos Federais,** com campi descentralizados e projetos de extensão universitária, além de centros de inovação como o Parque Tecnológico do Alto Solimões (PACTAS), amplia as capacidades locais para pesquisa, inovação e desenvolvimento sustentável.

Eixo Temático 3: Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

Principais desafios

- **Estruturação de cadeias produtivas sustentáveis:** dificuldades no beneficiamento, escoamento e comercialização de produtos, além de necessidade de ampliação de assistência técnica e extensão rural, o que limita a geração de valor.
- **Descontinuidade ou ausência de políticas públicas voltadas ao extrativismo, à agricultura familiar e à comercialização com valor agregado,** prejudica a renda, a segurança alimentar e a inserção dos produtos da sociobiodiversidade nos mercados locais e regionais.
- **Pesca ilegal e contrabando, especialmente para a Colômbia (no Alto Solimões), e extração e contrabando de madeira para o Peru** reduzem estoques pesqueiros e recursos florestais, prejudicando atividades locais sustentáveis
- **Baixa oferta de pescado comestível no Alto Rio Negro** limita o consumo e a comercialização de proteína animal.
- **Expansão da agropecuária extensiva,** compromete áreas sensíveis e limita a transição para práticas produtivas sustentáveis, além de intensificar pressões sobre territórios e recursos naturais.
- **Limitações ambientais,** como a baixa fertilidade dos solos (notadamente na região do Rio Negro), somadas à escassez de técnicos qualificados em agroecologia e bioeconomia e à oferta insuficiente de assistência técnica, dificultam a adoção de práticas agrícolas adaptadas ao contexto amazônico.

Principais potencialidades

- **Oferta abundante de pescado no Alto Solimões** tem potencial para atender tanto o consumo local quanto para processos de industrialização e exportação. No Médio Rio Negro, a expressiva oferta de tucunarés viabiliza a expansão do turismo de pesca esportiva.
- **Potencial para fortalecimento de atividades de turismo:** como estratégia de desenvolvimento sustentável, geração de renda, preservação ambiental e valorização das culturas locais.
- **Ambiente de cooperação interinstitucional crescente:** envolvendo universidades, órgãos ambientais e movimentos sociais, fortalece redes voltadas à valorização das cadeias da sociobiodiversidade e à promoção de soluções tecnológicas e territoriais adaptadas à realidade amazônica.

Eixo Temático 4: Povos indígenas e comunidades tradicionais

Principais desafios

- **Alta vulnerabilidade e exposição de povos indígenas e comunidades tradicionais da tríplice fronteira (Brasil-Peru-Colômbia)** às invasões, à exploração madeireira, ao garimpo ilegal e à atuação de facções criminosas.
- **TI Vale do Javari, referência na proteção de povos isolados, sofre pressões crescentes** de atividades ilegais como extração madeireira, pesca predatória e tráfico de entorpecentes. Essas ações, articuladas por organizações criminosas transfronteiriças (Brasil, Peru e Colômbia), comprometem as políticas de não contato.
- **Insuficiência de renda, associada à uniformização dos programas sociais - que não consideram o grau de isolamento físico das populações -,** somada às carências nas áreas de educação e saúde, contribui para o êxodo crescente de indígenas e ribeirinhos para as cidades da região e para a própria capital do estado.

Principais potencialidades

- **Sociobioeconomia:** conhecimentos tradicionais oferecem base sólida para o uso sustentável dos recursos naturais, a proteção ambiental e o fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade e da bioeconomia.
- **Existência de redes articuladas de organizações indígenas:** Organização de coletivos, associações e grupos indígenas que atuam na inclusão produtiva e social, promovendo autonomia econômica**.**
- **Forte vínculo social, cultural e territorial** das populações indígenas e tradicionais favorece a continuidade dos modos de vida tradicionais e fortalece estratégias de gestão territorial compartilhada, especialmente em municípios com maioria populacional indígena, como São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro.

Eixo Temático 5: Integração Regional, Migrações e Segurança

Principais desafios

- **Atividades ilícitas - como extração ilegal de madeira, pesca predatória, garimpo e tráfico de drogas -** comprometem a segurança pública e territorial, com aumento de roubos, furtos, assassinatos, exploração sexual e a atuação dos "piratas dos rios".
- **Uso de rotas fluviais como corredores logísticos do tráfico** dificulta a ação estatal, amplia a vulnerabilidade dos territórios protegidos e fortalece organizações criminosas transfronteiriças. Municípios como Tabatinga, situados no Alto Solimões, enfrentam desafios relacionados à atuação de grupos internacionais, como ex-guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC),
- **Regiões mais isoladas e fronteiriças, como aquelas localizadas na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru**, enfrentam não apenas a ação de facções criminosas e grupos armados, mas também o **aumento de crimes ambientais, trabalho análogo à escravidão e exploração de comunidades indígenas.**
- **Ausência de políticas ambientais e sociais equivalentes nas zonas fronteiriças da Colômbia e do Peru** contribui para o aumento dos fluxos migratórios em direção ao Brasil, especialmente na busca por acesso à proteção social.

Principais potencialidades

•Presença de unidades militares e de infraestrutura logística das Forças Armadas nas regiões fronteiriças para o combate às atividades ilícitas, em articulação com os órgãos de segurança pública.

- **Existência das bases fluviais de Arpão e Anzol,** atuando no combate ao tráfico e a criminalidade.
- **Atuação do Núcleo Estadual de Fronteira do estado do Amazonas (NIFFAM),** como espaço estratégico de articulação de ações para desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira do Amazonas.

Com o objetivo de contribuir com as Oficinas, foi enviado previamente um formulário aos atores convidados para as atividades, a fim de colher considerações, contribuições ou correções dos participantes sobre os principais desafios e potencialidades da região. Os participantes apontaram as seguintes complementações:

Complementação dos Principais Desafios:

"Podemos incluir também a dificuldade de acesso a serviços de saúde, sobretudo para a população indígena. Um exemplo: não existe aparelho de ressonância magnética em SGC e tantos outros sistemas para exames e diagnósticos. Também vale apontar a questão da saúde mental, relacionada ao uso excessivo de álcool, assim como altas taxas de suicídio entre a população indígena. É preciso uma força-tarefa e investimentos para melhoria do atendimento."
"Acrescentaria os desafios quanto a estrutura de atendimento médico e hospitalar, considerando a concentração de profissionais de saúde especializados, assim como, das unidades de média e alta complexidade na capital. "
"Sempre há grupos de indígenas que se identificar como Lideranças Indígenas, querendo realizar atividades que não estão como prioridades do Movimento Indígenas, principalmente o projeto de Crédito de Carbono. Esse assunto precisa ser discutido e dialogado, com cautela. (Região alto Rio Negro)"
"Região com dificuldade de acesso pelo via terrestre sim pelo via fluvial/ O desafio de descentralização dos setores governos municipal estadual e federal"
"Os municípios da tríplice fronteira do Amazonas, por estarem em uma região estratégica, mas também isolada, enfrentam desafios específicos de infraestrutura, segurança, geração de renda e integração regional. E uns dos principais desafios é o desenvolvimento econômico dos moradores desta localidade, pois isso acontecendo, podemos minimizar a vulnerabilidade de inclusão destes no crime organizado."
"Precisamos realmente de assistência."
"Necessidade fundamental de articulações interinstitucionais para a efetividade das ações e do desenvolvimento dos projetos"
"Dificuldades de acesso a serviços de saúde."
"Isolamento territorial na estiagem"

Complementação – Principais Potencialidades

“Adensamento da cadeia produtiva de produtos da sociobiodiversidade amazônica, por meio da instalação de agroindústrias”
“Vale ressaltar que a região do Rio Negro é a área menos desmatada da Amazônia, é sírio Ramsar - maior do mundo - alta potencialidade de estoque de carbono e prestação de serviços ambientais e ecossistêmicos”
“Na vertente do fortalecimento Econômico da região. Vou listar algumas sugestões de melhorias econômicas que podem ser pensadas para a região: • Conectividade digital: expansão da internet de qualidade para viabilizar comércio eletrônico e inclusão digital. • Aproveitamento da Zona Franca de Manaus: criação de polos de distribuição na fronteira para incentivar comércio formal e reduzir o contrabando. • Bioeconomia amazônica: incentivo à cadeia produtiva do açaí, castanha, óleos vegetais, borracha e pescado, com agregação de valor local (processamento e exportação). • Mercado trinacional: estimular feiras e centros de integração econômica com Peru e Colômbia, fortalecendo a circulação legal de produtos. • Facilitação alfandegária: postos aduaneiros mais ágeis e integrados. • Tecnificação da produção: assistência técnica, mecanização adaptada à várzea e estufas para hortaliças. • Agroindústrias locais: beneficiamento de mandioca, frutas e pescado para gerar emprego e renda. • Apoio à pesca sustentável: frigoríficos e cooperativas para exportação de pescado com certificação. • Formação técnica profissionalizante: cursos voltados a logística, turismo, comércio exterior, gestão ambiental e TI. • Parcerias com universidades: pesquisas em biotecnologia, farmacologia e manejo florestal. • Capacitação indígena e ribeirinha: programas de empreendedorismo comunitário. Em resumo: o caminho passa pela integração logística e comercial, investimento em bioeconomia e turismo sustentável, apoio à agricultura/pesca familiar e formação de mão de obra local. Tudo isso com o diferencial de aproveitar a posição estratégica da tríplice fronteira como ponto de conexão internacional. Esse Fortalecimento da economia legal: reduzir o espaço do contrabando, tráfico e garimpo ilegal com alternativas econômicas.”
“Turismo”
“Turismo Sustentável”

2.3. OFICINAS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

As oficinas do Amazonas foram realizadas nas seguintes datas e locais:

Município	Data	Endereço
São Gabriel da Cachoeira	10 e 11 de setembro de 2025	Casa do Saber da FOIRN (Avenida Álvaro Maia, 79, Centro, São Gabriel da Cachoeira/AM)
Tabatinga	24 de setembro de 2025	Escritório Regional do SEBRAE Tabatinga (Avenida da Amizade, 1770)

2.3.1. OFICINA EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

Número de participantes: Dia 1 (10/09): 49 participantes e dia 2 (11/09): 44

participantes (A lista de presença dos participantes consta no **Anexo 11** deste produto)

Mediadores do IBAM:

- Jessica Ojana – Assessoria Técnica do IBAM, Coordenadora Técnica do Projeto Fronteiras da Amazônia

Mediadores externos:

- Wallace Vitor - Consultor Técnico do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR)
- Coronel André Luciano Bittencourt - Coordenador geral de Assuntos de Fronteira – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR)
- Pedro Barros – Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
- Jakelyne Silva – Integrante da Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)

A oficina em São Gabriel da Cachoeira contou uma dinâmica diferente, uma vez que o evento foi realizado em conjunto com a 34ª Reunião Ordinária dos Membros do Colegiado do NIFFAM. Desta forma, a atividade foi realizada em dois dias, de modo a contemplar as atividades previstas pelo Colegiado do NIFFAM e também a dinâmica da oficina de Planejamento Territorial. A programação foi adaptada da seguinte forma:

Dia 1 • 10 de setembro de 2025 (quarta-feira)	
8h30	**Credenciamento dos participantes**
9h	**Boas-Vindas e Mesa de Abertura** - Fala das autoridades/apresentação da mesa (federais, estaduais, municipais e sociedade civil)
Apresentação Programas e Ações da Faixa de Fronteira (20 min por instituição)	
9h40	Núcleo Estadual de fronteira do Amazonas - NIFFAM
10h00	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA
10h20	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR
10h40	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional - MIDR/SDR/CGGT
11h	Instituto Brasileiro de Administração Municipal- IBAM
11h30	Prefeitura de Barcelos
12h	Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira
12h30	Encerramento da parte da manhã
12h30 – 14h	Almoço
Apresentações institucionais e apresentação de demanda de fronteira (25 min por instituição/organização)	
14h	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN
14h25	Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI
14h50	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE
15h15	Universidade do Estado do Amazonas - UEA

15h40	Universidade Federal do Amazonas - UFAM
16h05	Instituto Federal do Amazonas - IFAM
16h25	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA
17h	Encerramento da atividade do dia/ Coffeebreak e Informes sobre a continuação da atividade (dia 2)
Dia 2 • 11 de setembro de 2025 (quinta-feira)	
8h	Credenciamento dos participantes/ Exposição sobre dinâmica de grupos
8h30	Elaboração das ações prioritárias
10h30	Plenária de Sistematização
11h	Plenária final aberta
12h	Encerramento da 34ª Reunião

Relato da Plenária inicial – Abertura e discussão e complementação dos Desafios e Potencialidades

No primeiro dia de atividade, a mesa de abertura contou com representantes do governo federal, estadual e municipal, além da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM, da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e da Segunda Brigada de Infantaria de Selva. Na mesa, foi ressaltada a diversidade territorial, social e cultural da região do Alto Rio Negro, que possui mais de 700 comunidades e 23 etnias indígenas. Foi apontada a relevância do encontro como um momento estratégico de diálogo interinstitucional e da escuta dos territórios para identificar potencialidades e desafios da fronteira, fortalecer as organizações, valorizar a cultura e os conhecimentos tradicionais, buscando propostas alinhadas com as comunidades locais.

Na sequência, foram realizadas uma série de apresentações institucionais do NIFFAM e parceiros. A Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas (SEDECTI) abriu a rodada de apresentações detalhando o papel do NIFFAM, que foi criado em 2012 e atualizado em 2021. Foram apresentadas as funções de articulação entre governo e instituições locais realizadas pelo núcleo, bem como a composição atual do seu colegiado.

Foi mencionado ainda a construção do Plano de Bioeconomia do Amazonas, que está em fase de consulta pública e cujo conteúdo dialoga com o planejamento da fronteira.

Em seguida, o representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apresentou reflexões sobre integração regional e fronteiras. Argumentou-se que as cidades de fronteira, historicamente pensadas como o último ponto logístico, deveriam se tornar "nós logísticos" de integração, com agregação de valor, o que exige infraestrutura adequada (comunicação, transporte, energia). Foram apresentados os acordos de Localidades Fronteiriças Vinculadas (ALFV) existentes com Argentina, Paraguai e Uruguai e ressaltada a oportunidade de se pensar esses acordos no contexto amazônico, considerando as especificidades locais e as relações com os países vizinhos dessa região. Destacou-se ainda que o planejamento muitas vezes não considera o potencial de integração de São Gabriel da Cachoeira com seus vizinhos (Venezuela e Colômbia) e que a fronteira deve ser vista mais como oportunidade do que ameaça.

O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) abordou a importância estratégica da região para a soberania nacional, destacando o respeito às populações locais e a necessidade de ações articuladas e responsáveis entre os níveis de governo. Foi apresentado um panorama das políticas, planos e programas de fronteira, com destaque para a criação do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) e da Política Nacional de Fronteiras (PNFron). Foi ressaltada a atuação coordenada da PNFron a partir de 4 eixos interdependentes: Segurança; Desenvolvimento Sustentável; Integração Regional; e Direitos Humanos, Cidadania e Proteção Social.

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional apresentou o Programa Fronteira Integrada, o papel Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF no diálogo com Núcleos Estaduais de Fronteira. Apresentou ainda a base legal e institucional que orienta essas políticas e a importância de estabelecer o diálogo com os territórios. Dentre os resultados esperados com o programa, destacou a maior atração de investimentos e integração produtiva transfronteiriça; a modernização de cadeias estratégicas (bioeconomia, TICs, economia circular); a Inclusão socioprodutiva com foco em mulheres e jovens; a infraestrutura sustentável para escoamento e conectividade; a Inovação, qualificação e governança fortalecida; e a Conservação produtiva e turismo sustentável como vetores de desenvolvimento.

Em seguida, foi realizada a apresentação do IBAM que explicou sobre o projeto Fronteiras da Amazônia e mapas produzidos no âmbito do diagnóstico, conforme documentado no Produto 1 da consultoria. Também foi abordada a proposta da dinâmica da oficina, envolvendo a discussão nos grupos temáticos: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática; Infraestrutura para o Desenvolvimento; Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social; Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais; e Integração Regional, Migrações e Segurança.

O representante da Prefeitura de Barcelos iniciou sua fala dando um panorama geral e características gerais do município, que é o segundo maior município do Brasil em extensão territorial. Falou também sobre dados históricos da cultura e formação do município, inclusive o fato de Barcelos ter sido primeira capital do Amazonas (então Capitania de São José do Rio Negro), o que lhe confere grande valor histórico. Entre as vocações e potencialidades econômicas no município, destacou-se turismo de pesca esportiva, a produção de piaçava, a extração da pedra de granito de Moura, o extrativismo vegetal e pesqueiro, a pesca ornamental, o artesanato e o turismo de aventura e ecoturismo. Como desafios, levantou-se o avanço do crime organizado, com uso de rotas fluviais e aéreas clandestinas para transporte de drogas e contrabando, as dificuldades logísticas para fiscalização, dado o tamanho do território e a baixa presença estatal, a mineração clandestina. Também foram apontadas a ausência de programas integrados com o estado e município para regularização fundiária, fragilidade no controle aéreo e fluvial, pressão sobre comunidades indígenas e ribeirinhas e dificuldades de arrecadação municipal. Entre as propostas destacou-se a necessidade de avançar no uso de tecnologia e inteligência para monitoramento da região, maior Integração das forças de segurança, valorização da economia local e cooperação internacional.

Na parte da tarde, foram realizadas as apresentações de organizações da sociedade civil e das instituições de ensino superior. O representante da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) apresentou um panorama da atuação da entidade, que reúne mais de 100 associações e representa cerca de 750 comunidades indígenas na região. Destacou as linhas de trabalho voltadas para educação, saúde, economia indígena sustentável e fortalecimento cultural, com foco no sistema agrícola tradicional do Rio Negro e nas cadeias produtivas locais, como alimentos (mandioca, pimenta e frutas cultivadas) artesanato (madeiras, fibras vegetais, frutos e sementes) e turismo (recursos naturais, culturas indígenas e aventura). Mencionou iniciativas estruturantes como a Casa Wariró, a Casa de Fruta em Santa Isabel do Rio Negro, Kalipana e a Casa da pimenta Baniwa. Também foi falado sobre Fundo Indígena do Rio Negro, que financia projetos voltados à segurança alimentar, cultura e bioeconomia. Reforçou-se a importância dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) e dos protocolos de consulta, como instrumentos de garantia de direitos. Apontou ainda desafios críticos relacionados à fiscalização e segurança na faixa de fronteira, marcadas pela presença de ilícitos e pela carência de estrutura logística, energética e de conectividade, com propostas de parcerias e protocolos de cooperação. Por fim, defendeu o fortalecimento das parcerias institucionais e da formação técnica dos jovens indígenas, a criação de políticas públicas específicas para as áreas de fronteira e a inclusão dos territórios indígenas do Rio Negro na agenda de integração regional e de segurança nacional, com abordagem intercultural e participativa.

O representante da Coordenação Regional do Rio Negro da FUNAI destacou o fortalecimento recente da instituição na região, com a chegada de novos servidores e o compromisso em atuar de forma mais presente junto às comunidades indígenas que compõem praticamente toda a faixa de fronteira do Amazonas. Ressaltou a importância de considerar as concepções

próprias dos povos indígenas sobre o território na formulação de políticas e projetos de desenvolvimento, bem como os desafios logísticos enfrentados pelas comunidades mais isoladas, como a falta de documentação e o difícil acesso a serviços públicos. Mencionou ainda experiências positivas de iniciativas comunitárias sustentáveis, como o artesanato, a meliponicultura, a piscicultura e o turismo de base comunitária, que fortalecem a gestão territorial e geram renda local. Por fim, reforçou a relevância da demarcação das terras indígenas como instrumento de autonomia, segurança jurídica e fortalecimento econômico, ressaltando que essas ações não inviabilizam atividades como o turismo, mas sim incentivam sua realização em parceria com as comunidades.

O representante do SEBRAE apresentou as ações da instituição no território do Rio Negro, destacando o papel da entidade no apoio ao empreendedorismo sustentável por meio da inovação e do conhecimento. Explicou que o SEBRAE atua nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, promovendo capacitações, consultorias e feiras para agricultores, artesãos e pescadores. Citou parcerias com prefeituras como o "Barcelos Cidade Empreendedora" e o "Capacita Santa Isabel", que fortalecem a economia local e o turismo sustentável. Enfatizou o impacto positivo das rodadas de negócios, que conectam produtores diretamente a empresas, eliminando atravessadores e ampliando a renda dos participantes. Mencionou ainda a parceria com a GIZ para apoiar a Associação Indígena da Etnia Tuyuka de São Gabriel da Cachoeira – AIETUM na certificação orgânica, que agrega valor à produção local. Concluiu ressaltando a importância das parcerias institucionais e da Sala do Empreendedor como ferramentas essenciais para o desenvolvimento econômico e social dos municípios da região.

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) destacou sua trajetória e papel estratégico na interiorização do ensino superior, com presença em todos os municípios desde sua criação, em 2001. A instituição reforçou seu compromisso com a inclusão cultural e o respeito à diversidade amazônica, especialmente às populações indígenas, oferecendo formação de qualidade adaptada às realidades locais. Entre 2002 e 2023, foram ofertados 19 cursos de graduação em diferentes áreas, formando centenas de profissionais que contribuem para o desenvolvimento regional sustentável. Como novos horizontes, a UEA prevê a conclusão do curso de Ciências Contábeis -formando especialistas em gestão financeira regional e a primeira turma de Administração em fase fina, com lideranças empresariais para o Alto Rio Negro. A universidade mantém parcerias com outras instituições e prepara a construção de um novo prédio, reafirmando sua missão de promover acesso, cidadania e valorização dos saberes tradicionais e científicos no Alto Rio Negro.

O representante da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) apresentou o processo de interiorização e fortalecimento da presença da instituição, na perspectiva do Projeto UFAM Multicampi. Destacou que a UFAM é a universidade mais antiga da Amazônia e conta hoje com mais de 120 cursos de graduação, 41 cursos de mestrado, 18 de doutorado e 258 de pós-graduação *Lato Sensu*, além de cerca de 350 grupos de pesquisa. Também foi abordada a iniciativa do Parque Científico e Tecnológico do Alto Solimões (PaCTAS), que busca catalisar

o desenvolvimento sustentável na tríplice fronteira amazônica (Brasil, Colômbia e Peru), conectando universidades, empresas, governos e comunidades locais em um ecossistema de ciência, tecnologia e inovação. Enfatizou a implantação do campus de São Gabriel da Cachoeira, que terá seu primeiro curso voltado à formação de professores indígenas, com início previsto para 2026, e ressaltou o compromisso da universidade com políticas de inclusão, pesquisa intercultural e valorização dos saberes locais.

O representante do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) destacou o papel do instituto na formação técnica e tecnológica no território, desde 1988 com a criação da Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira. Apresentou o quadro de recursos humanos atual e explicou que o IFAM enfrenta desafios como escassez de servidores e limitações orçamentárias, mas mantém forte atuação por meio de cursos técnicos, programas de extensão e parcerias interinstitucionais. Citou iniciativas como o projeto Mulheres Mil, Projeto Horonami e o Projeto Koyeriwë, de fortalecimento da Soberania Alimentar dos Povos Yanomami do estado do Amazonas. Reforçou a importância de políticas públicas específicas para garantir a fixação de Servidores em Região de Fronteira, com proposta de implantação de adicional de fronteira para todas as carreiras que atuam nesses territórios; a flexibilização de processos de aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar, citando atrasos pela rigidez da Lei nº 14.133/2021 e a dificuldade de fornecedores locais que não conseguem competir com a concorrência externa, além da questão da logística que compromete a qualidade dos alimentos; a definição de fórmulas de repasses orçamentários diferenciadas, considerando a logística e o isolamento da região; a necessidade de ampliar o acesso a saúde especializada e a assistência estudantil, defendendo que a atuação deve reconhecer as particularidades culturais e territoriais da região.

A representante do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) apresentou o histórico e a atuação da instituição, destacando os 70 anos de pesquisas sobre a biodiversidade amazônica e o atual foco em propor alternativas sustentáveis para o uso dos recursos naturais. Explicou que o INPA conta com quatro coordenações — tecnologia e inovação, biodiversidade, dinâmica ambiental e sociedade, ambiente e saúde — e forma mestres e doutores voltados aos estudos da realidade amazônica. Ressaltou os projetos em andamento na região do Alto Rio Negro, como os estudos sobre biodiversidade de invertebrados aquáticos, fungos e aves, conduzidos em parceria com pesquisadores e estudantes indígenas. Um dos resultados dessas parcerias é o livro “Espécies de Aves da Região do Rio Cubate”, que registra 310 espécies de aves observadas em campo e inclui os nomes populares em nheengatu, língua indígena falada na região tendo sido premiado nacionalmente. A pesquisadora também anunciou a implantação de uma base do INPA em São Gabriel da Cachoeira, que fortalecerá as pesquisas locais e o diálogo com as comunidades. Por fim, enfatizou a importância de projetos conjuntos com organizações indígenas para desenvolver articulando ciência, saberes tradicionais e sustentabilidade.

As apresentações do NIFFAM e dos parceiros podem ser consultadas no **Anexo 12** deste relatório. Já a apresentação da consultoria do IBAM está disponível no **Anexo 14**.

Para finalizar o primeiro dia de atividade, os participantes foram convidados a um coffee break. No dia seguinte, na parte da manhã, foi realizada a divisão dos participantes em grupos temáticos voltados à construção coletiva de propostas, cujos resultados foram apresentados e debatidos em plenária, com espaço para complementações.

Discussão em grupos – Formulação de Ações Prioritárias

Para a discussão temática, os participantes se organizados em grupos, com base nos cinco eixos de trabalho. Um dos grupos trabalhou conjuntamente as ações dos Eixos 1 e 2. A seguir apresenta-se a sistematização das propostas de ação trabalhadas por cada grupo.

Eixo 1 - Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Eixo 2 - Infraestrutura para o Desenvolvimento

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Estudo Multinível via TED para solução do lixão	Município de São Gabriel, Barcelos, Santa Isabel	IFAM, Prefeitura, Sociedade Civil, IPAM, Ass. de Catadores
Analise e implementação de Saneamento Básico em São Gabriel, Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro	São Gabriel, Barcelos, e Santa Isabel do Rio Negro	Sociedade Civil, Prefeituras, Instituições
Reformulação do Plano Diretor Municipal	Município de São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro	Câmara Municipal, Prefeitura, Sociedade Civil
Viabilidade de implantação da Hidrovia do Rio Negro	São Gabriel, Barcelos, e Santa Isabel do Rio Negro	Sociedade dos 3 municípios, IBAMA, FUNAI, ICMBio, DNIT, Prefeitura, MT
Reforma completa da BR 307	São Gabriel	DNIT, SENA Executivo, MT, ICMBio, Prefeitura, IBAMA, FUNAI, IPAAM
Projeto de levantamento de demandas para uso manejo e conservação de biodiversidade	São Gabriel, Barcelos, e Santa Isabel do Rio Negro	Comunidades Tradicionais, Povos Originários, ICTs, IES, ICMBio, Prefeituras.

Eixo 3 - Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Recuperação do programa de agricultura indígena.	Municípios do Alto Rio Negro	Comunidades do Alto Rio Negro, ISA, FOIRN,

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Formação contínua de ATER indígenas nas comunidades considerando especificidades do Alto Rio Negro		EMPRAPA, SEDECTI, IDAM, EMAR, SEPROR, FUNAI.
Colocar em funcionamento incubadora de empresas comunitária voltadas para jovens, mulheres e povos indígenas		SEBRAE, ICMBio, FOIRN, SEDECTI, IFAM, FUNAI, IDAM, ISA. SEMMA
Implantação de agroindústria de pequeno porte. Apoio a negócios com base nas vocações territoriais.		SEMMA, FOIRN, SEDECTI, Prefeituras do Alto Rio Negro.
Fortalecer o turístico comunitário/ sustentável.		Amazonastur; Prefeituras do Alto Rio Negro, SEBRAE, ICMbio, CETAM, SEMMA, g) FUNAI, FOIRN.

Eixo 4 - Povos indígenas e comunidades tradicionais

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Tema: Direitos sociais e culturais • promoção de etnodesenvolvimento; • Revisar e atualizar os PGTA (Planos de Gestão Territorial e Ambiental); • Acesso aos direitos (documentação)	Médio e Alto Rio Negro	Órgãos federais: FUNAI, UFAM, IFAM, INPA, SESAI, ICMBio, Forças Armadas, Polícia Federal, IBAMA. Órgãos estaduais: UEA, secretarias estaduais, Polícia Civil, Polícia Militar.
Tema Segurança: • fortalecer a demarcação de terras indígenas • combate aos ilícitos (tráfico, garimpo e turismo ilegal).		
Tema Logística: • Melhoria do desenvolvimento das redes fluviais, terrestre e área; • Repensar as matrizes energéticas.		
Tema Educação:		

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
• Acesso a materiais didáticos referenciadas; • Há Sucateamento físico e de pessoal • Necessidade de qualificação profissional: • Acesso aos programas PAA, PNAE, FUNDEB	Médio e Alto Rio Negro	Órgãos municipais: secretarias municipais, guardas municipais. Movimentos e sociedade civil: FOIRN, ISA, terceiro setor, instituições internacionais.
Tema Saúde: • aumentar e qualificar o acesso à saúde • estruturas hospitalares, médicos, materiais e medicamentos • Incorporar mais a medicina tradicional; • Saneamento básico		

Eixo 5 - Integração Regional, Migrações e Segurança

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Base fluvial integrada Arpão	Rio Negro, Rio Solimões, Rio Madeira, Rio Amazonas	PM, PC, MB, FNSP, Bombeiros, Secretarias Estaduais
Ampliar atuação do Estado na fronteira (efetivos e incentivos de infraestrutura)	Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira	Órgãos federais e estaduais de segurança e Forças Armadas
Posto de controle migratório e acolhimento humanitário a migrantes, refugiados e apátridas	Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira	PF, SEJUSC, Prefeituras, FUNAI, ONGs, OSCs, FOIRN, secretarias municipais
Postos integrados de fronteira (controle e fiscalização)	Cucuí, Vila Bittencourt	PF, MAPA, RFB, FUNAI, ICMBio, outros. Em torno dos PEFs - apoio)
Gabinete de gestão integrada de fronteiras municipais (gestão local das ações)	Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira	Prefeituras, PM, PC, RFB, FAB, GSI, MAPA, MB, EB, FAB, GCM, FUNAI, ICMBio, MP, ABIN

Relato da Plenária final de São Gabriel da Cachoeira:

A plenária final iniciou-se com a apresentação dos grupos eixos temáticos, que sintetizaram propostas construídas pelos grupos de trabalho. Nos eixos de ordenamento territorial e infraestrutura, os participantes enfatizaram a necessidade urgente de enfrentar problemas estruturais que afetam diretamente a qualidade de vida da população local. Entre os pontos destacados, falaram a situação crítica dos lixões e a falta de saneamento básico em São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro. O grupo defendeu um estudo multissetorial para soluções ambientalmente adequadas, a implantação efetiva dos planos de saneamento e de gestão de resíduos sólidos (conforme a Lei nº 11.445/2007). Também foi comentada sobre a necessidade de revisão do Plano Diretor Municipal de São Gabriel da Cachoeira, considerado defasado diante do crescimento urbano e das especificidades de um território remoto e majoritariamente indígena. Também foi debatida a importância da manutenção da BR-307 e da criação de uma hidrovia no Rio Negro, essenciais para o abastecimento e o escoamento de produtos, bem como para a segurança e integração regional. Adicionalmente, a relatora do grupo aponteou a necessidade de enfrentamento às mudanças climáticas, destacando que a população, especialmente a indígena, está sofrendo com os eventos extremos e que a falta de infraestrutura adequada em escolas, em especial por conta da falta de energia elétrica, afeta diretamente a qualidade de vida da população.

No eixo de fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social, as discussões giraram em torno do fortalecimento da economia local e da autonomia das comunidades indígenas e tradicionais. O grupo propôs a formação de agentes indígenas de assistência técnica e extensão rural (ATER) para atuar diretamente nas comunidades, integrando saberes tradicionais e práticas agroecológicas. Também foram apontadas como estratégicas a criação de pequenas agroindústrias comunitárias para agregar valor à produção local e a instalação de incubadoras de empresas voltadas ao empreendedorismo indígena (como a existente no IFAM). O relator enfatizou a questão da infraestrutura e da logística como pontos essenciais a serem considerados no fomento às atividades produtivas sustentáveis, citando o exemplo da cadeia do pescado, que deve ser pensada como ser estruturada localmente para não depender do mercado externo que é oneroso. Por fim, foi destacada a proposta de investir no turismo de base comunitária e sustentável, aproveitando o potencial natural e cultural da região do Alto Rio Negro de forma organizada e respeitosa com os territórios.

Após as apresentações, foi aberta uma plenária livre, em que participantes trouxeram preocupações e demandas locais. Entre elas, destacaram-se as falas sobre a necessidade de maior presença e diálogo entre representantes políticos e instituições locais, o fortalecimento da fiscalização e segurança fronteiriça, e a urgência de programas que reduzam o êxodo das comunidades indígenas. Houve também intervenções emocionadas sobre energia e infraestrutura, como a ampliação do programa “Luz para a Amazônia”, e relatos sobre dificuldades no transporte e no acesso à educação e saúde nas comunidades. As falas evidenciaram tanto a vulnerabilidade quanto a força organizativa das populações

locais, ressaltando a importância de articulação interinstitucional e continuidade das ações discutidas durante o encontro.

Já o eixo dos povos indígenas e comunidades tradicionais concentrou-se na defesa dos direitos sociais, culturais e territoriais dos 23 povos que vivem na região. O grupo reforçou a necessidade de revisar e atualizar os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs). O acesso a direitos e documentação também foi apontado como um problema grave, com alunos sem documentos. No tema da segurança, foi apontada a necessidade de maior combate aos ilícitos nas Terras Indígenas (tráfico, garimpo e turismo ilegais) e de fortalecer as ações de demarcação e proteção das terras indígenas. Foram apresentadas demandas por melhorias na logística de transporte, especialmente para a entrega de merenda e materiais escolares, e pela ampliação do acesso à energia e à comunicação nas comunidades. Na área da educação, foi cobrada a valorização dos professores indígenas, a atualização dos materiais didáticos e o fortalecimento das políticas de ensino diferenciado. A saúde também foi tema central, com reivindicações por estrutura hospitalar adequada, acesso a medicamentos e reconhecimento da medicina tradicional. As falas trouxeram ainda reflexões sobre as desigualdades ambientais e os efeitos das mudanças climáticas, apontando São Gabriel como um dos territórios mais vulneráveis da Amazônia.

No eixo de segurança, foi proposta a estruturação da Base Fluvial Integrada Arpão, equipada e operada por diversas instituições, como a Marinha do Brasil, Polícias (Civil, Militar, Federal), Força Nacional e Corpo de Bombeiros, para uma resposta efetiva aos crimes transfronteiriços nas principais calhas dos rios. Para fortalecer a atuação institucional, foi comentada sobre a necessidade de ampliação da atuação nas fronteiras, recompondo ou compondo efetivos de órgãos de segurança pública e forças armadas, com políticas de incentivos para a fixação de servidores, além de melhorias em portos e aeroportos. Foi sugerida também a implementação de Postos de Controle Migratório e Acolhimento Humanitário em São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga, com apoio de órgãos como Polícia Federal, Secretarias estaduais e municipais, FUNAI e associações, visando dar suporte a migrantes, refugiados e apátridas. Outra proposta foi a criação de Postos Integrados de Fronteiras para fiscalização e controle, aproveitando a infraestrutura existente nos Pelotões Especiais de Fronteira (PEFs) do Exército (Projeto Calha Norte) e incorporando a atuação da Polícia Federal, Receita Federal, MAPA e outros órgãos federais. Por fim, a criação de Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras Municipal (GGIF-M) em São Gabriel e Tabatinga busca estabelecer uma governança local que sistematize e otimize as ações de enfrentamento aos crimes, evitando a fragmentação da atuação institucional, dado que a capital Manaus está muito distante.

Após a apresentação dos eixos, foi aberta uma plenária livre, para complementações. As intervenções abordaram desde problemas de governança e falta de presença institucional até relatos de vida marcados por esforço e resistência. Uma representante da Amazonas Energia, natural da região, relatou o trabalho de expansão do programa “Luz para a Amazônia”, com implantação de energia solar a comunidades do Alto Rio Negro,

melhorando as condições de vida, estudo e conservação de alimentos. O depoimento evidenciou as dificuldades logísticas enfrentadas na região, os custos elevados de transporte e o sentimento de abandono institucional, mas também orgulho de contribuir com melhorias concretas para as populações locais.

Outras falas reforçaram a importância do evento nas discussões sobre o futuro do território. Foram apresentadas preocupações com o avanço do garimpo ilegal e a contaminação dos rios por mercúrio, solicitando maior cooperação entre Brasil, Colômbia e Venezuela. Um professor indígena destacou o papel da educação e da tecnologia como instrumentos de autonomia, relatando iniciativas próprias de ensino de informática nas comunidades, mesmo com recursos limitados. Encerrando a plenária, participantes ressaltaram a necessidade de fortalecer a fiscalização nas fronteiras, combater o tráfico de drogas e ampliar o diálogo entre as instituições, reconhecendo que os desafios enfrentados na região exigem respostas integradas, contínuas e comprometidas com o protagonismo dos povos que habitam o Alto Rio Negro.

Registros Fotográficos da Oficina de São Gabriel da Cachoeira:

Mesa de abertura e Coffee-break

Fotos: Rebeca Mota/ Sedecti

Debates – grupos temáticos

Fotos: Rebeca Mota/ Sedecti

Registro Final da atividade

Fotos: Rebeca Mota/ Sedecti

2.3.2. OFICINA EM TABATINGA

Número de participantes: 83 participantes (A lista de presença dos participantes consta no **Anexo 11** deste produto)

Mediadores do IBAM:

- Henrique Barandier – Coordenador Técnico do IBAM/ Coordenador geral do Projeto Fronteiras da Amazônia IBAM
- Luiz Castro – Articulador Local do IBAM no Amazonas

Mediadores externos:

- Vitarque Coelho - Coordenador-geral de Gestão do Território do MIDR
- Paulo Roberto de Vargas – Assessor Militar da Coordenação Geral de Assuntos de Fronteiras – GSI/PR
- Cisnea Meneses Basílio – Coordenadora NIFFAM/SEDECTI

Relato da Plenária inicial – Abertura e discussão e complementação dos Desafios e Potencialidades

A sessão de abertura contou com a participação do Prefeito de Tabatinga, dos representantes do Núcleo Estadual de Fronteira do estado do Amazonas – NIFFAM e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), e do Coordenador Geral de Gestão do Território do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR).

O Prefeito de Tabatinga, Plínio Souza da Cruz, atual presidente do G9- entidade representativa dos municípios da região do Alto Solimões, abriu os trabalhos com uma fala não apenas institucional de boas-vindas, mas que também abordou temas relevantes para o seu município, e também para a região, na perspectiva das dinâmicas da fronteira. Foram tratadas especificidades de Tabatinga como Município polo do Alto Solimões: cidade com maior população da região e com maior demanda de serviços, especialmente por conta do grande e contínuo atendimento de colombianos e peruanos nas unidades de saúde locais. Alegou-se que o orçamento municipal, além de ficar sobrecarregado com as demandas decorrentes dos migrantes, também é afetado pelo suprimento de servidores municipais à disposição dos órgãos estaduais e federais presentes na fronteira, o que "gera um custo adicional mensal de R$ 500.000,00 mensais para os cofres municipais. Também demonstrou preocupação com o fato de Tabatinga se localizar no epicentro de uma área de fronteira permeada por atividades ilícitas e que a Prefeitura não possui capacidade de, isoladamente, evitar seus efeitos negativos, principalmente nas comunidades indígenas. Como presidente do G9 ressaltou a importância do PDIFF não somente para Tabatinga, mas também para os demais municípios da região do Alto Solimões, valorizando o fato da oficina abrir espaço para as demandas de representantes de diversos segmentos desses municípios.

Em seguida, foi destacado o grande potencial do município de Tabatinga na área de turismo, citando o expressivo contingente de aproximadamente 100.000 turistas - a maior parte oriunda de Bogotá e de outras cidades da Colômbia - que visitam anualmente a cidade

vizinha de Letícia, por conta do turismo ecológico e etno-cultural. São turistas de alto poder aquisitivo e que, segundo ele, podem ser atraídos para Tabatinga, com atrativos como as festas culturais e esportivas, dentre outros.

Na mesma direção, expressou seu convencimento sobre o potencial produtivo local de alimentos, tanto no que diz respeito às demandas da população do próprio município e da região, quanto no concernente às demandas das cidades vizinhas colombianas e peruanas próximas, destacando de modo específico o potencial da piscicultura, com mercado garantido para Bogotá e países da América do Norte.

Mencionou a importância da valorização dos professores e pesquisadores das instituições de ensino e de pesquisa que atuam na região, citando o PACTAS – Parque Científico e Tecnológico como um exemplo positivo. E mencionou ainda o potencial mineral da região, que necessita do devido suporte de pesquisas, estudos técnicos e ambientais.

Complementando o panorama geral, destacou a importância de se direcionar recursos internacionais também para programas sociais e de sustentabilidades, que são essenciais para manutenção da floresta em pé. Por fim, apresentou diversos pleitos e sugestões:

- Um programa de suporte especial do Governo Federal para Tabatinga e toda área de fronteira do Alto Solimões, considerando a necessidade de apoiar as prefeituras na elaboração e implementação de projetos voltados para o desenvolvimento local.
- Uma Política de apoio à produção: piscicultura, fruticultura, pesca, com a industrialização dos peixes para agregar valor à produção local e com aporte de recursos por parte do Governo Federal, inclusive o suporte técnico da EMBRAPA.
- Plano Integrado para o desenvolvimento do setor turístico
- Aporte de recursos para os projetos sociais, esportivos e de emprego e renda, a fim de ampliar os que a Prefeitura de Tabatinga já desenvolve com recursos próprios.
- Solicitação para que os órgãos federais ampliem as equipes de servidores na região.
- Sugestão de que o Exército auxilie de modo efetivo na fiscalização das áreas de fronteira.
- Uma efetiva integração dos órgãos municipais, estaduais e federais que atuam no Alto Solimões.

A Coordenadora do NIFFAM, representando também a Secretaria de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Amazonas destacou a importância da oficina da elaboração do PDIFF para o desenvolvimento das áreas de fronteira do Alto Solimões e do Alto Rio Negro. Explanou sobre o papel do NIFFAM, cuja criação ocorreu em 2012 e que foi dinamizado durante a atual gestão. Por fim, expressou sua convicção de que é fundamental compreender e respeitar o contexto da diversidade e das especificidades das áreas de fronteira, a fim propiciar a elaboração de um bom plano de desenvolvimento.

O representante do GSI/PR destacou a importância de conhecer e valorizar o contexto local e observou o impressionante potencial de Tabatinga.

Complementando o momento inicial, o representante do MIDR fez uma explanação geral sobre o Programa Fronteira Integrada, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e a Política Nacional de Fronteiras. Em seguida, abordou o estado do Amazonas e ações desenvolvidas pelo MIDR na região, com destaque para o PACTAS e para o Centro de Inovação Mapati. Por fim, fez uma apresentação geral do processo de elaboração do PDIFF.

Na sequência dos trabalhos, o representante do IBAM fez uma apresentação do trabalho, destacando as etapas e os eixos temáticos que orientam a elaboração dos PDIFFs nos estados da Região Norte. Em seguida, apresentou resultados do diagnóstico da faixa de fronteira do Amazonas, bem com os desafios e potencialidades gerais identificados.

As apresentações dos representantes do MIDR e do IBAM constam do **Anexo 13** e **Anexo 13**.

Após a apresentação do IBAM, a palavra foi franqueada à plenária, para contribuições visando à melhor compreensão dos desafios e potenciais da região de fronteira no Alto Solimões. Com várias intervenções dos participantes, foram abordados diversos assuntos relevantes, muitas vezes já em caráter propositivo.

A primeira participação foi do Comandante da Polícia Militar do Alto Solimões que abordou a questão da segurança, destacando alguns pontos importantes de contexto para, em seguida, apresentar sugestões. Destacou, inicialmente, que os dados sociais referenciais de Santo Antônio do Içá na apresentação estariam desatualizados, pois na sua opinião o quadro socioeconômico do município evoluiu bastante nos últimos anos. Os principais aspectos abordados foram:

- A enorme extensão das áreas indígenas na região, com a presença de 253 Comunidades Indígenas no Alto Solimões e 63 no Vale do Javari, além de 8 povos isolados;
- A preocupação atual na área de segurança é a vulnerabilidade das comunidades indígenas;
- A preocupação com o fato de que os criminosos estão usando tecnologias modernas, como drones e o Starlink, nas suas atividades ilegais;
- O fato de Belém do Solimões, com aproximadamente 10.000 habitantes, não ter posto policial e já possuir uma de “cracolândia”;
- As dificuldades logísticas para a polícia alcançar Belém do Solimões e outras comunidades ainda mais distantes;
- A imensa área de responsabilidade do Batalhão da Polícia Militar do Alto Solimões, abrangendo sete municípios de fronteira e que, apesar disso, ainda não é reconhecido como “Batalhão de Fronteira”, deixando de receber o apoio adicional necessário;
- Os processos de cooptação de indígenas por criminosos estrangeiros, que utilizam coações, ameaças e ofertas de vantagens;

- O êxito da “Operação no Brasil”, promovida pelo Batalhão em 2024, que resultou na apreensão de 5 toneladas de cocaína em área de fronteira com a Colômbia;
- O fato do contingente do Batalhão, com apenas 170 policiais, ser insuficiente para garantir as ações de segurança numa região tão extensa como o Alto Solimões, sendo apenas 40 policiais militares lotados em Tabatinga, enquanto na cidade vizinha de Letícia, na Colômbia, atuam cerca de 500 policiais;
- E que a queda do número de homicídios na cidade de Tabatinga se deve a um trabalho estratégico de reconhecimento, mapeamento e policiamento dos locais e horários com maiores incidências de delitos.

As propostas apresentadas se referem a quatro ações principais: Recategorizar o Batalhão do Alto Solimões para Batalhão de Fronteira; Ampliar o efetivo de policiais na região; Aumentar os recursos logísticos e técnicos para a área de segurança; Ter atenção especial para a inteligência investigativa.

Na sequência, ainda no mesmo tema, o Secretário Municipal de Segurança de Tabatinga apresentou uma série de propostas para a região do Alto Solimões, que contam como o apoio do G9. Mas começou abordando a segurança pública como questão multidimensional, que envolve crimes ambientais, como desmatamento, garimpo e exploração ilegal de madeira e grilagem de terras, articulados a redes de narcotráficos e outros ilícitos transfronteiriços comprometendo a segurança e a preservação socioambiental. Destacou que na lacuna generalizada do Estado-Nação, prevalecem negócio ilegais. As propostas apresentadas englobaram os seguintes aspectos principais:

- Desenvolvimento de proposta etnoambiental e de vigilância contra o tráfico de drogas nas Terras Indígenas, para o enfrentamento de questões como o uso de drogas, alcoolismo e suicídios;
- Necessidade de Acordos com Peru e Colômbia;
- O Governo Federal deve ampliar o apoio direto aos municípios da região, a fim de minimizar as dificuldades geradas pela falta de um diálogo mais efetivo entre o Governo do Estado e o Governo Federal;
- Reativação da “Base Anzol” e a instalação de outras bases em localizações estratégicas na região: São Paulo de Olivença, na comunidade Vendaval; embocadura do Rio Içá; encontro do Rio Javeri com rio Ituí.

Ainda no tema da segurança, algumas sugestões levantadas na plenária foram no sentido de mobilização do Governo Federal para direcionar diretamente recursos para as áreas de fronteiras, face aos altos custos logísticos nas operações policiais de reforço, tanto no Alto Solimões como no Alto Rio Negro. Além disso, maior apoio estadual e federal para o fortalecimento das guardas municipais, pela sua importância estratégica no reforço da segurança pública nos municípios. Foi sugerido também que o Exército instale uma Brigada na região, com efetiva capacidade para apoiar as ações na segurança e que a Força Nacional também colabore na segurança pública das cidades de fronteira.

Em razão das diversas proposições formuladas, o representante do MIDR sugeriu que os gestores de segurança da região procurem o apoio do Parque Tecnológico do Alto Solimões (PACTAS) para preparar projetos executivos visando à captação de recursos em nível nacional e internacional.

Outro tema abordado nos debates foi o da regularização fundiária na região do Alto Solimões. Relatou-se que o Município de Tabatinga não possui tem mais áreas de expansão, porque a cidade está limitada por áreas de domínio do INCRA e do Exército, bem como pela fronteira.

A questão migratória também por levantada, que envolve aspectos tais como a falta de controle migratório, com impactos também em áreas indígenas. Mas foi enfatizadas pressão sobre o SUS, os programas sociais e outros serviços públicos de Tabatinga pelo crescimento demográfico provocado por imigrantes peruanos e colombianos. Diante desse contexto, foram indicadas as seguintes sugestões: como a criação de uma regra constitucional que garanta aporte de recursos diferenciados, de acordo com a realidade dos municípios da faixa de fronteira, para atender demandas sociais acima da capacidade própria das Prefeituras. E também o retorno do INCRA à região do Alto Solimões.

Também foi abordado pelos participantes os graves problemas decorrentes dos períodos de seca/estiagem na região do Alto Solimões, com o crescimento das dificuldades logísticas, resultando em alto custo social. Algumas medidas foram sugeridas para enfrentar essa questão, como Fortalecer, ampliar e baratear o transporte aéreo na região, a fim de não depender exclusivamente do modal fluvial; Valorizar e fortalecer as áreas de pesquisa, ciência, tecnologia e inovação; e fazer estudo objetivo sobre a nova rota anunciada pela Ministra do Planejamento como alternativa logística de fortalecimento do processo de desenvolvimento da região do Alto Solimões.

Foi criticada a existência de apenas uma Universidade Federal na região do Alto Solimões, sediada em Benjamin Constant, a UFAM, com poucos cursos adequados às necessidades da região, ainda que reconhecida a importância do PACTAS, em Tabatinga e do IMPACTAS, em Benjamin Constant, como instrumentos de apoio tecnológico para o desenvolvimento da região. Foi proposta a criação de uma nova universidade federal exclusiva para a região de fronteira do Alto Solimões.

Algumas falas trataram especificamente da questão indígena. Inicialmente, destacando especificidades do Vale do Javari, tais como seu imenso território de aproximadamente oito milhões de hectares, com a presença de 6.000 indígenas de nove etnias e oito povos isolados. Falou-se da presença insuficiente da FUNAI e da Polícia Federal na região, bem como da ausência do IBAMA e do INCRA. Mas foram também compartilhadas experiências e práticas dos indígenas, com ênfase nos os trabalhos de coleta de látex e de produção de cupuaçu no Alto Solimões, o Manejo Sustentável de Pirarucu apoiado pela Prefeitura de Atalaia do Norte, o trabalho desenvolvido pela Federação dos Povos Kokama no Alto Solimões, promovendo assembleias visando sua organização e documentação, e a

importância das práticas coletivas indígenas na proteção florestal, com indicadores muito baixos de desmatamento nas suas terras. Algumas ações foram propostas como: a efetivação de um Plano de Proteção e Gestão Territorial para o Vale do Javari, garantindo aos povos indígenas o devido apoio para as ações de monitoramento; O retorno do IBAMA à região do Alto Solimões; Reconhecimento e apoio aos indígenas como agentes ambientais; Alocação de verbas públicas para projetos produtivos em terras indígenas; Apoio para construção de uma estrada que interligue comunidades tikunas com a cidade, a fim de facilitar o escoamento da produção.

Especificamente sobre a produção de pirarucu, importante na região, considerando o alto custo logístico, foi proposto que o que o peixe salgado, especialmente o pirarucu, seja legalmente reconhecido como "produto artesanal", o que facilitará sua comercialização, com menor carga de imposto para vender a outros estados.

Complementarmente, destacou-se a importância do Manejo do Pirarucu e o exemplo exitoso em Atalaia do Norte. Defendeu-se a ideia de "transformar" os pescadores ilegais em parceiros dos indígenas no Manejo de Pirarucu e outros peixes.

Um dos participantes mencionou a preocupação pelos riscos relativos à "matriz alimentar" na região, pelas dificuldades de transporte fluvial no período de estiagem.

Foi apontada a importância de se reconhecer as especificidades regionais para promoção da sustentabilidade, a fim de contribuir com a mitigação dos gases de efeito estufa. E nesse sentido, fora indicadas algumas sugestões: como a vinculação de soluções inovadoras e sustentáveis de transporte fluvial, baseadas na energia solar; uma ampla ação de destinação correta dos resíduos sólidos; A criação de Centro de Pesquisa, com laboratórios, na própria região; A valorização da medicina tradicional.

Destacou-se ainda a importância do Museu Maguta, como único museu indígena da região norte, sendo ressaltada a importância da preparação profissional de jovens e de lideranças indígenas, trabalho que o museu já desenvolve, sem contar com o apoio dos poderes públicos municipal, estadual e federal.

Discussão em grupos – Formulação de Ações Prioritárias

No período da tarde, os participantes foram organizados em grupos, com base nos cinco eixos de trabalho. A seguir apresenta-se a sistematização das propostas de ação trabalhadas por cada grupo.

Eixo 1 - Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Integração de políticas territoriais fronteiriças (ampliar debate e legislações)	Microrregião do Alto Solimões e terras indígenas tríplice fronteira (países)	OTCA, ONGS, SOFRAMA, Universidade, Prefeituras (Faixa Fronteira), org. indígenas, com. Tradicionais, ICTS/MRE
Plano para legislação sobre resíduos transfronteiriços (lixo) R. Sólidos etc.	Tríplice fronteira Brasil, Colômbia, Peru (Tabatinga, Sta. Rosa, Leticia)	Prefeituras, ONGS, comunidades (catadores) MMA/M. Integração/M R. Exteriores
Plano de resolução de conflitos fundiários (3 esferas)	Para a Região como um todo	M. Público, INCRA, Corregedoria, IBAMA, IPAAM, SEMA, FUNAI, ONG, SECT, Prefeituras, MDA.
Elaboração de mecanismos para espaços de diálogos dos povos indígenas com os governos (fronteira)	Nas terras indígenas	Organizações indígenas, COICA, COIAB, M. R. Exteriores, Secretarias de ass. Indígena, FEPAM, APIAM, MP1, FUNAI, SESAI
Projeto para implantação de estações meteorológicas (estudos, pesquisas, prevenção de riscos climáticos)	Nos municípios	INPA, MCTI, ANA, Comitê de bacia transfronteira, Prefeituras, Universidade, ONG, INPE
Recomendações de urbanização amazônica soluções baseadas na natureza	Áreas urbanas dos municípios	Prefeituras, ONGS locais, ICTs, IES, Presidente de bairros, líderes comunitários
Reforço as políticas de combate a corrupção (transparência pública)	Todo território	Ministério Público, polícia federal, IBAMA, FUNAI, Sociedade civil organizada
Reforço ao acordo de Escazu	Em todo território	Sociedade civil, organizações locais, Ministério Público, Polícia federal, prefeituras

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Plano de apoio ao funcionamento dos conselhos municipais de meio ambiente	Todos municípios da fronteira	MMA, Min. Integração, Prefeituras, sociedade civil organizada, legislativos, ICTS, IES, PACTAS
Apoio a elaboração de planos de saneamento e operacionalizar	Todos municípios do território transfronteiriços	Todas prefeituras, órgãos de meio ambiente, M. da Integração, sociedade civil, Min. de Minas e Energia

Eixo 2 - Infraestrutura para o Desenvolvimento

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Recuperação de ramais e pavimentação de estradas	Toda faixa de fronteira	MDA, MIDR, MMA, DNIT, INCRA
Linhas de crédito para estado, município e organizações para financiamento de sistemas de energia de placa solar	Toda faixa de fronteira	Governo Federal, bancos públicos, Gov. municipais
Conclusão do projeto de infovia com interligação com as cidades	Alto Solimões	-
Implantar aeroporto em Benjamim Constant para transporte de pessoas e insumos	Benjamim Constant, Atalaia do Norte	-
Dragagem do rio Solimões em pontos críticos, devido às grandes estiagens em cooperação com Peru e Colômbia	Atalaia, Benjamim Constant, Islândia(Peru), Tabatinga e Leticia	-
Soluções para destino final de resíduos sólidos por meio de cooperação entre municípios e com países vizinhos	Comunidades indígenas e ribeirinhas	-
Implantação de estações de tratamento de água em	Áreas urbanas	-

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
comunidades ribeirinhas e indígenas		
Implantação de rede de esgoto e estações de tratamento nas áreas urbanas		-
Programa de infraestrutura turística na faixa de fronteira		-

Eixo 3 - Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Estruturação das cadeias produtivas do manejo de lagos, especialmente a do pirarucu	Vale do Alto Solimões e Vale do Javari, em áreas e não indígenas	Organizações indígenas Comunidades ribeirinhas Prefeituras (G9) IDAM IBAMA/IPAAM EMBRAPA MINISTÉRIO DA PESCA Frigoríficos e indústrias de filetamento
Dinamização da Cadeia Produtiva da Piscicultura, com fábrica de ração, produção de ração com insumos locais, instalação de uma indústria de beneficiamento, apoio logístico de transporte e armazenagem e assistência técnica.	Alto Solimões e Vale do Javari	Organizações indígenas Associações da agricultura familiar Piscicultores das cidades de Tabatinga e Benjamin Constant CO-PEIXE Frigorífico Solimões SEBRAE Prefeituras IDAM/SEPA MAPA MDA EMBRAPA

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Incremento das atividades produtivas dos PFNM – Produtos Florestais Não Madeireiros, de alimentos, óleos e plantas medicinais, com pesquisas e capacitação agroecológica, apoio logístico e de comercialização.	Comunidades Indígenas e Não Indígenas	FUNAI MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE Associações indígenas Prefeituras (G9) Prefeitura de Letícia PACTAS EMBRAPA IDAM Empresas regionais e nacionais de produtos alimentícios, farmacêuticos e cosméticos
Implementação da Cadeia Produtiva do Mel	Alto Solimões	Prefeituras (G9) Associações de Agricultores SEPROR/IDAM
Fortalecimento da Cadeia do Artesanato Indígena, com a implantação de centros de produção, unidades de comercialização, equipamentos, capacitação técnica para lideranças, promoção de feiras e instituição da carteira de artesão.	Comunidades indígenas do Alto Solimões e de Letícia (Rios, Tarapacá e Içá).	Associações Indígenas Prefeituras (G9) FUNAI MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS SETEMP SEDECTI SEBRAE UEA/UFAM e IFAM
Elaboração e implementação de um Plano Transfronteiriço de Turismo, com a promoção de eventos culturais, esportivos, de ecoturismo e etnoturismo.	Municípios brasileiros da Tríplice Fronteira, Letícia (Colômbia), Islândia e Santa Rosa (Peru)	G9 Prefeitura de Letícia Sindicato de Turismo de Letícia Amazonastur
Medidas complementares propostas para dinamização do setor produtivo: a)Emissão da CAF em áreas de domínio do INCRA b) Adequação dos Editais de Fomento para Municípios de Baixa Densidade Demográfica	Áreas de Assentamento do INCRA no Alto Solimões	INCRA IDAM Prefeituras /Secretarias Municipais de Produção Sindicatos Colônias SEDECTI/NIFFAM SEPROR

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
c) Acordo/Protocolo para compartilhamento de dados entre as instituições com atividades relacionadas ao setor produtivo		IDAM

Eixo 5 - Integração Regional, Migrações e Segurança

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Criação de um gabinete de gestão integrada interagências	Tabatinga São Gabriel da Cachoeira	Exército Brasileiro FUNAI Marinha do Brasil IBAMA Ministério Público Federal Polícia Federal Forças policiais Estrangeiras Min. Rel. Exteriores Receita Federal Força Nacional ICMBIO Universidades (Federal e do Estado do Amazonas) Consulados Colombiano e Peruano SSP-AM SSP – municípios Guardas Municipais
Criação das Bases de fiscalização com comunicação integrada.	Rio Içá (foz/entrada) Rio Solimões (Belém do Solimões) Confluência do Japurá e Solimões Rio confluência Ituí/Itacoaí Rio Negro (Ipanoré-urubuquara)	Polícia militar Polícia civil Polícia federal Força Nacional Forças Armadas
Aumento do Efetivo de servidores da Segurança	Municípios da Faixa de Fronteira	Polícia militar Polícia civil Polícia federal

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
		Força Nacional
Fortalecimento da Infraestrutura (Embarcações, Aeronaves, Comunicação, Combustível e material de consumo) considerando o Custo Amazônia	Municípios da Faixa de Fronteira	Polícia militar Polícia civil Polícia federal Força Nacional Forças Armadas
Criação do Batalhão de Fronteira da Polícia Militar	Tabatinga São Gabriel da Cachoeira	Polícia Militar
Fortalecimento do Controle Migratório	Tabatinga São Gabriel da Cachoeira Bases de Fiscalização	Polícia Federal Prefeitura Municipal Justiça Federal
Criação de um ambiente de inovação e tecnologia voltada para o desenvolvimento regional	Tabatinga (área da SUFRAMA) São Gabriel da Cachoeira	Min. Da Defesa Min. Da Justiça Universidades Forças Armadas Polícia
Instalação de Unidade Avançada do Centro Gestor Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	Tabatinga São Gabriel da Cachoeira	Prefeituras Municipais Secretaria Municipal de Defesa Civil Secretaria do Estado de Defesa Civil Ministério da Defesa Forças Armadas

Relato da Plenária final da oficina de Tabatinga:

As discussões dos grupos de trabalho resultaram em um conjunto expressivo de propostas voltadas ao fortalecimento da governança territorial, à infraestrutura e ao desenvolvimento sustentável da faixa de fronteira amazônica. No eixo de Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática, os participantes enfatizaram a necessidade de maior integração entre políticas territoriais dos países da tríplice fronteira, articulando legislações e planos conjuntos. Entre as ações destacam-se a elaboração de um plano de manejo de resíduos transfronteiriços e a criação de mecanismos de diálogo entre povos indígenas e governos, visando a gestão compartilhada de territórios e a resolução de conflitos fundiários. Foram propostas também a instalação de estações meteorológicas para monitoramento climático, a adoção de soluções de urbanização baseadas na natureza, e o fortalecimento dos conselhos municipais de meio ambiente. O grupo reforçou ainda a importância de combater a corrupção e de implementar o Acordo de Escazú, garantindo transparência e participação social nas decisões ambientais.

No eixo de Infraestrutura para o Desenvolvimento, as propostas convergiram para a necessidade de superar os desafios logísticos e de conectividade que dificultam a integração regional. Foram sugeridas a recuperação de ramais e pavimentação de estradas, a dragagem do Rio Solimões em parceria com Peru e Colômbia para garantir a navegação durante as estiagens e a implantação de um aeroporto em Benjamin Constant para transporte de pessoas e insumos. Também foram apresentadas ações voltadas ao saneamento básico, como a instalação de estações de tratamento de água e redes de esgoto, além de soluções conjuntas entre municípios para o destino final de resíduos sólidos. O grupo destacou ainda a ampliação de linhas de crédito para financiar sistemas de energia solar, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis e fortalecendo a sustentabilidade energética nas comunidades. Nas discussões desse GT, foram indicados ainda alguns desafios da região não abordados na apresentação: Infraestrutura de comunicação, infraestrutura de saneamento básico (água, esgoto, resíduos), transporte pelos rios no período de estiagem. Quantos aos potenciais, considerando a infraestrutura já instalada na região, a universidade deveria investir em outros cursos/bacharelados, tais como: Engenharia de pesca, engenharia florestal, turismólogo, gestão em turismo, área de tecnologia, enfermagem, direito, naturopatia, agronomia.

O eixo de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social concentrou-se em estratégias para fortalecer as economias locais e ampliar a autonomia das comunidades indígenas e ribeirinhas. Foram propostas ações de estruturação das cadeias produtivas do manejo de lagos, com destaque para o pirarucu, e da piscicultura, incluindo fábricas de ração com insumos locais, indústrias de beneficiamento e apoio logístico. O grupo sugeriu também o incentivo aos produtos florestais não madeireiros — como alimentos, óleos e plantas medicinais —, associando pesquisa científica e valorização dos saberes tradicionais. Outra proposta importante foi o fortalecimento da cadeia do artesanato indígena, com criação de centros de produção, capacitação técnica, feiras de comercialização e regulamentação da carteira de artesão. Também se destacou a elaboração de um plano transfronteiriço de turismo, voltado à valorização cultural e ao etnoturismo, integrando Brasil, Colômbia e Peru. Por fim, os participantes sugeriram medidas complementares, como o aprimoramento de editais de fomento para municípios de baixa densidade demográfica e a criação de protocolos de compartilhamento de dados entre instituições.

Por fim, no eixo de Integração Regional, Migrações e Segurança, as discussões abordaram a importância de fortalecer a presença institucional e a governança nas fronteiras amazônicas. Propôs-se a criação de gabinetes de gestão integrada em Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira, reunindo forças de segurança, órgãos ambientais e instituições de pesquisa para coordenar ações conjuntas. Também foi sugerida a instalação de bases de fiscalização com comunicação integrada nos principais rios da região — Içá, Solimões, Japurá, Ituí e Negro, além da ampliação de efetivos e investimentos em embarcações, aeronaves e equipamentos, levando em conta o chamado “custo Amazônia”. O grupo defendeu ainda o fortalecimento do controle migratório e a criação de batalhões de fronteira da Polícia Militar, assim como a instalação de unidades avançadas do Sistema de Proteção da Amazônia

(SIPAM) e de um ambiente de inovação e tecnologia voltado ao desenvolvimento regional. Essas ações visam não apenas a segurança territorial, mas também o fortalecimento da cooperação entre os países vizinhos e a construção de políticas integradas para uma Amazônia mais protegida, sustentável e conectada.

Registros Fotográficos da Oficina de Tabatinga

Mesa de abertura e apresentações

Debates – grupos temáticos

Registro Final da atividade

Fotos: IBAM

ANEXO 10 - Relatoria Missão técnica preliminar

RELATO DAS REUNIÕES

1) Reunião com COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

Data: 25/3/2025

Local: Sede da COIAB

Participantes: Sr. Toya Manchineri - Coordenador de Área de Território e Recursos Naturais da Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) e equipe técnica; Sr. Marivelton Baré - Ex-Presidente da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro – FOIRN.

Principais pontos discutidos:

- Após apresentação do projeto, os representantes da COIAB apresentaram a estrutura da instituição e sua atuação, com destaque para o atual contexto de organização dos povos originários nos municípios na Tríplice Fronteira, Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte (Alto Solimões) e São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel (Alto Rio Negro).
- A COIAB tem 36 anos de existência e está presente nos 9 estados da Amazônia Legal, tendo como bandeira inicial a retomada dos territórios indígenas. Está organizada em Gerência de Povos Isolados; Gerência de Relações Internacionais; Gerência de Monitoramento; e Gerência Jurídica;
- A presença deficiente do Estado no território como um dos maiores problemas. Hoje, há uma situação bastante complexa, que envolve narcotráfico + entrada das facções nos territórios indígenas. Uma das funções da COIAB é justamente facilitar para que o Estado chegue nos territórios.
- Suicídio, tráfico, saneamento são as principais questões.Se não tiver alternativa econômica, jovens vão para o tráfico.
- A agenda para a faixa de fronteira, em especial no Amazonas, deve envolver fortalecimento cultural + saneamento + fortalecimento econômico. A questão militar é importante e deve-se buscar a integração de políticas públicas e forças de segurança.
- É importante destacar que para os indígenas, em especial aqueles em isolamento voluntário, não existe fronteira. Em relação aos povos isolados, trabalha-se principalmente no não contato. Mas existe o problema do avanço da exploração madeireira no Peru e o deslocamento de indígenas para o Brasil.
- A COIAB trabalha em projetos transfronteiriços – articulação com o Itamaraty.

- Outro aspecto a ser considerado na faixa de fronteira é que no Peru e na Colômbia a exploração da madeira e a mineração operam com legislações muito mais flexíveis que a brasileira.
- Benefícios sociais – como Bolsa Família e outros – são mal pensados para a Amazônia. Não estão computados os custos de deslocamentos para recebimento do benefício. Acaba pressionando a migração para as cidades. Diversos problemas decorrentes – alcoolismo, ocupação precária etc.
- Seria necessário haver pontos descentralizados para recebimento dos pagamentos– a retirada dos benefícios lá no local serviria para fortalecer a economia e evitar custos de deslocamentos até as sedes municipais
- Deveria haver um programa suplementar ao Bolsa Família para garantir que o recurso seja retirado e utilizado na ponta. A única coisa que foi feita diz respeito à questão foi a ampliação do prazo para retirada do benefício. Só em São Gabriel são R$ 19 milhões por mês de Bolsa Família
- Na região de São Gabriel, é grande a precariedade de infraestrutura, incluindo saúde e energia, que ainda é termelétrica.
- Insegurança territorial por conta do narcotráfico. Atividades clandestinas como exploração de seixo e outras representam ameaças.
- Mercado de carbono na Colômbia – impacto sobre a migração indígena da Colômbia para o Brasil. Indígenas venderam terras regularizadas e migraram em direção para o Brasil
- Alarmante consumo de drogas, bem como violência sexual contra meninas indígenas desaldeadas. Bebida alcóolica / consumo de drogas / violência sexual
- Rio Negro – fortalecer ações que já estão acontecendo: etnoturismo; turismo de base comunitária (trilhas, pesca etc.); artesanato; produtos da sociobiodiversidade; sistema agrícola tradicional (farinha de mandioca, banana, etc). Alto Solimões – necessária consultoria para avaliar os tipos de economia que as famílias indígenas estão fazendo.

2) **Reunião com Secretaria de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEDECTI - Núcleo de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Amazonas - NIFFAM**

Data: 25/03/2025

Local: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI)

Participantes: Secretário Executivo da SEDECTI - Sr. Gustavo Adolfo Filgueiras; Cisnea Basílio (Coordenadora do NIFFAM); Paula Monari (NIFFAM); Priscila Gama (estagiária) Vanessa Brasil (representante do município de Santa Isabel do Rio Negro); Rodrigo (?) (representante do município de São Gabriel da Cachoeira); e Milea Santana (Associação Amazonense de Municípios).

Principais pontos discutidos:

- Apresentação da Estrutura do NIFFAM definida no Decreto 44.473, de 30 de agosto de 2021, incluindo organizações da sociedade civil, ciência e tecnologia, prefeituras. No estado do Amazonas – NIFFAM e GGIF tratam da faixa de fronteira.
- NUMAI – implantação do núcleo municipal de inovação em São Gabriel da Cachoeira, em parceria com FOIRN e IFAM. Projeto executado – voltado para políticas de patrimônio. Potencial de produção dentro do território – artesanato; produtos da sociobiodiversidade; agricultura familiar (questão sanitária, selos etc.).
- PACTAS – acompanhamento do processo de implementação/ Institucionalização do Parque Tecnológico. Presença da UFAM em Tabatinga
- PUTUMAYO – projeto colaborativo da bacia Putumayo. Gestão compartilhada de bacia. Está na fase de execução. Conduzido no estado pela SEMA.
- Curso Extensão na Fronteira – formação/capacitação de professores. Preparação de curso na fronteira – defesa, integração e desenvolvimento
- Conflito pela regularização fundiária nos países vizinhos e legislação ambiental mais frágil. Questão de relações internacionais / diplomacia
- Estiagem como problema central na região, principalmente no Alto Solimões
- Questão do lixo em Islândia (Peru) que impacta diretamente Benjamin Constant. Em São Gabriel, a questão do lixão vem sendo trabalhada pelo município.

3) Reunião com SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

Data: 26/3/2025

Local: SUFRAMA

Participantes: Superintendente Bosco Saraiva e Superintendente Adjunto Frederico Aguiar.

Principais pontos discutidos:

- A reunião abordou a visão da SUFRAMA sobre a faixa de fronteira, especialmente no Alto Solimões, mas abordando também as áreas de live comércio.
- Importância de uma mudança de perspectiva sobre a fronteira. Vista como o "fim do Brasil", como um espaço de conflitos. Deve ser pensada como espaço de oportunidades, pode favorecer a integração com países vizinhos.
- Necessidade de maior articulação com os países vizinhos para formulação e implementação das políticas de desenvolvimento do território e urbano e de desenvolvimento econômico.
- Na região de Tabatinga/Letícia, a questão da segurança é fundamental, com áreas dominadas pelo tráfico como a quebrada Santo Antônio.
- Há experiências de sistemas internacionais de controle - "smart border" / fronteiras inteligentes.
- Destaque para experiência bem sucedida de consórcio internacional entre Brasil, Argentina e Paraguai.
- Necessidade de se pensar em conexões hidroviárias como alternativas logísticas para a Zona Franca de Manaus.
- Importância de discutir o papel da OCTA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, que precisa ser dinamizada, talvez com a transferência da sede para a Amazônia.

- O MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária e a ANVISA não têm servidores na fronteira, o que seria muito importante. Porém, é necessário avançar na questão do adicional de fronteira**.**

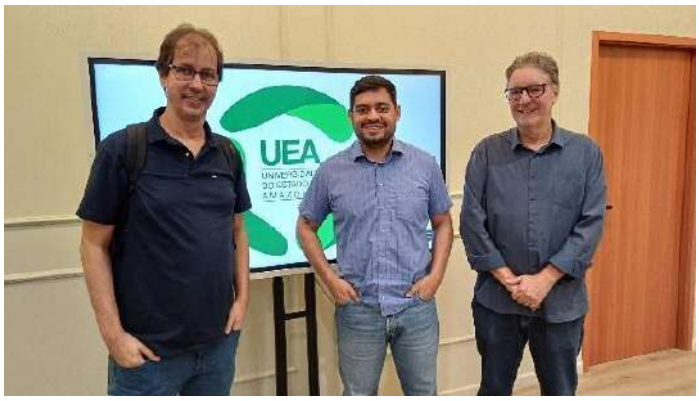
4) Reunião com UEA – Universidade do Estado do Amazonas

Data: 26/3/2025

Local: SUFRAMA

Participantes: Reitor Professor André Zogahib.

A reunião na UEA teve o objetivo principal de informar sobre a realização do trabalho, de modo que pesquisadores da universidade possam acompanhar e colaborar com o processo. Indicou-se a disposição de cooperação da universidade, em especial para a realização das oficinas territoriais em Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira.



5) Reunião com UFAM – Universidade Federal do Amazonas (Faculdade de Ciências Agrárias)

Data: 26/3/2025

Local: UFAM

Participantes: Prof. Dr. Neliton Marques e Prof. Agno Aciolli (ex-Diretor da Unidade da UFAM em Benjamin Constant).

Principais pontos discutidos:

- Discussão sobre o panorama e a conjuntura sociodemográfica, cultural, econômica e ambiental da Região da Tríplice Fronteira, no Alto Solimões, com informações estratégicas de subsídios ao desenvolvimento do PDIFF Amazonas.
- Há Presença de diversas etnias no Alto Solimões, com destaque para os Ticuna e Kambeba.
- Ausência de coordenação forte do estado na região, instituições estão desarticuladas.
- Destaque para a presença pulsante da UFAM em Benjamim Constant e Atalaia do Norte. São cerca de 100 professores, 1500 alunos, mais serviços. Os cursos ofertados são Ciências Agrárias e da Natureza, Antropologia, Biologia e Química, Pedagogia, Letras – língua portuguesa e espanhola e Administração.
- Para pensar a fronteira na região, é preciso formar parcerias, principalmente com Peru (mais frágil) mas também com os outros países. Questão importante é como lidar com a educação formal nesses espaços de fronteira. O Brasil absorve parte dos serviços de saúde na região.
- Foi falado sobre o custo de vida alto na fronteira. Foi dito que no Alto Solimões não tem produção bovina, por isso há preço alto da carne. Há 30 anos, Benjamim Constant era o polo da região – polo madeireiro. Tabatinga era pequena. Tabatinga teve muitos investimentos e ganhou importância. Com isso, houve evasão de instituições em Benjamim Constant
- No Alto Solimões, as etnias estão em disputa por território; os grupos sociais estão em disputa. Política pública que não reconhece essa realidade tende a fracassar.
- Considerou-se importante pensar em um Porto Hidroviário em Benjamin Constant.
- Os eventos climáticos extremos estão impondo mudanças na logística. Empresas e governos buscam se adaptar. Mudanças no calendário escolar; no armazenamento de mercadorias. Principalmente a seca extrema – antes, comunidades ficavam isoladas; agora são as sedes dos municípios.
- Comunicação: algumas áreas atendidas por fibra ótica, pelo menos até o Médio Solimões. Chegada da Starlink é atenuante, mas é caro. Outro gargalo é a energia. 90% dos municípios do Amazonas são atendidos por termoelétricas.
- Foi apontado que se Se o diesel não chega a tempo, antes de estiagem, e em quantidade para atender em condições de ser estocado, pode ser um problema sério nas regiões de fronteira
- Agricultura amazônica – espécies locais/Agricultura coivara – práticas milenares que são estigmatizadas, principalmente por utilizar queima de pequenas áreas

florestais para o cultivo. É o tipo de agricultura que garante a segurança alimentar. Produto da região mais exportado para Manaus é a banana.

- Foi dito que Alto Solimões, há melhores desenhos de sistemas agroflorestais. Maior diversidade de bananas. No Alto Rio Negro, a agricultura é importante para subsistência, mas o solo não é fértil. Não há condições de expandir a produção. Por isso, há ênfase no turismo, artesanato etc.
- Apontou-se que os missionários são outro desafio a ser considerado, pois promovem contatos clandestinos com indígenas.
- Recomendou-se consultar bancos de teses e dissertações – em especial PPGCASA; PPGATR.
- Indicação de instituições relevantes para contactar são: capuchinhos (que estão em Benjamim Constant há mais de 100 anos na região), OGPBT, Museu Maguta, UNIVAJA.

6) Reunião com Instituto de Tecnologia do Hospital Albert Einstein em Manaus

Data: 27/3/2025

Local: Instituto de Tecnologia do Hospital Albert Einstein

Participantes: Gabriel da Silva Xavier e Wanessa Nascimento, do Núcleo de Gestão de Inovação.

A reunião foi dedicada à apresentação e discussão de ações de cooperação social e tecnológica do Einstein em municípios do interior do estado do Amazonas. Dentre as iniciativas realizadas ou em curso, destacam-se ações de telemedicina, apoiando profissionais médicos de várias cidades do interior e projetos de saúde comunitária junto a algumas comunidades indígenas e tradicionais.

7) Reunião com Superintendência Regional do IBAMA

Data: 27/3/2025

Local: Sede do IBAMA em Manaus

Participante: Superintendente Joel Araújo.

Principais pontos discutidos:

- A reunião tratou da presença e das ações de fiscalização do IBAMA na Tríplice Fronteira e do panorama socioambiental nas regiões do Alto Solimões e do Alto Rio Negro.
- A questão tratada inicialmente, tida como essencial, diz respeito às fragilidades das secretarias municipais de meio ambiente e também das legislações locais. Nesse sentido, uma das prioridades para a região seria a organização da gestão municipal ambiental, envolvendo a edição de leis de meio ambiente, estruturação das secretarias municipais, com diretorias e equipes técnicas e demais servidores, a instituição de conselhos e fundos municipais de meio ambiente.
- Destaca-se que nenhum município tem gestão plena de resíduos sólidos. O saneamento e, em especial, a gestão de resíduos sólidos é o problema mais grave da região amazônica. Considera-se que a gestão de resíduos sólidos deve ser uma prioridade da agenda do meio ambiente.
- O IBAMA desenvolve, apoia e entende como relevantes atividades de promoção da sustentabilidade, visando à formação e consolidação de cadeias produtivas de produtos da Amazônia, o que inclui pesquisas sobre biodiversidade e exploração extrativista. Um projeto importante do IBAMA é o “manejo do pirarucu”.
- No Amazonas, há captura do pirarucu o ano todo, com 260 unidades de manejo. Algumas comunidades fazem beneficiamento básico.
- É preciso investir em infraestrutura para desenvolver essa cadeia, o que inclui infraestrutura de transporte, condições de beneficiamento mínimo nos trapiches e frigoríficos (seriam necessários pelo menos cinco para o estado).
- Destacou-se também as ações de fiscalização do IBAMA. Entre 2023 e 2025 form destruídas, no Amazonas, 1250 dragas usadas no garimpo ilegal. Há também trabalho preventivo contra o comércio ilegal de mercúrio e combustível.

8) Reunião com AAM – Associação Amazonense de Municípios

Data: 28/3/2025

Local: Sede da AAM

Participantes: Presidente Anderson Sousa; Cláudio Barros e Adriana Larusha.

O encontro teve como foco apresentar o projeto à equipe da AAM e as possibilidades de cooperação entre AAM e IBAM no desenvolvimento das ações, com destaque para a articulação com as prefeituras dos municípios fronteiriços do Alto Solimões e Alto Rio Negro. Discutiu-se a possibilidade de formalização de um Termo de Cooperação Técnica entre as instituições, além da possibilidade de realização de uma oficina temática durante a Caravana Federativa do Governo Federal, previsto para ocorrer em Manaus, com a participação de prefeitos de todo o estado e organização de atividades pela AAM. A ideia seria prever uma sessão específica com prefeitos e prefeitas dos municípios de fronteira.

9) Reunião com INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

Data/: 28/3/2025

Local: Sede do INPA

Participantes: Diretor do INPA Henrique dos Santos Pereira, Jorge Porto (chefe de gabinete) e Magali (área de planejamento).

Principais pontos discutidos:

- Foi apresentado um panorama da atuação do INPA e compartilhadas informações socioambientais de interesse do projeto. Há organização do INPA com núcleos de pesquisa em Boa Vista, Porto Velho, Rio Branco e Santarém, que desenvolvem trabalhos relevantes em diversas áreas podendo aportar contribuições nas discussões dos diversos estados. Há trabalhos também em Macapá e São Gabriel da Cachoeira.Outra iniciativa importante é o Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica, criado no âmbito de cooperações científicas entre os dois países.
- Destacou-se também a rede institutos que envolve diversos países (Peru, Colômbia, Equador etc) que trabalha uma agenda científica da região.Essa ação integrada é fundamental, porque a fronteira não pode ser vista como limite para a conservação da biodiversidade.
- Algumas áreas que merecem atenção são: no Alto Rio Negro, Putamayo/Rio Içá; Alto Purus, que envolve Acre, Peru e Bolívia.
- A questão do mercúrio é complexa porque vários laboratórios não têm protocolos de interação de dados e informações.
- Alguns grupos no INPA trabalham com a biodiversidade, com destaque para agrobiodiversidade, plantas amazônicas medicinais e alimentícias, tecnologias de beneficiamento.
- Sobre Roraima, foi informado que a mosca da carambola é uma questão importante que demanda barreira sanitária.
- Na Amazônia, é importante pensar os rios como infraestruturas.
- Nas cidades de fronteira, como Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira, os aeroportos exercem papel fundamental na economia local, ainda que possam ser deficitários.

ANEXO 11 - Listas de presença

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 1

Data: 10 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 17h	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	MIDR	Wallace Vitor Leão Feitosa	Geógrafo			
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	GSI/PR	Coronel do Exército André Luciano Bittencourt Barbosa (Cel. Bittencourt)	Coordenador-Geral de Assuntos de Fronteiras			
INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	IBAM	Luiz Castro	Assessor Técnico			
INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	IBAM	Jéssica Ojana	Assessora Técnica			
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA	SUDAM	~~Jaqueline Pina Barra~~	~~Coordenadora-Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais~~			
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA	INPA	Dra. Regina Oliveira	Coordenadora de Ações Estratégicas			
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA	INPA	Dra. Sonia Alfaia	Diretora Substituta			
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA	IPEA	Pedro Barros	Técnico de planejamento e pesquisa			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 1

Data: 10 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 17h	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - (MAPA) SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO AMAZONAS	SFA/AM (MAPA)	Dionísia Soares Campos	Superintendente de Agricultura e Pecuária do Amazonas			
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	SEDECTI	Jeibi Medeiro da Costa	Secretário Executivo de Ciência, Tecnologia e Inovação e Vice Presidente do NIFFAM			
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	SEDECTI	Cisnea Menezes Basilio	Coordenadora do NIFFAM			
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	SEDECTI	Rebeca Mota de Moraes	Assessora de Comunicação			
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	SEDECTI	Karla Marilia Amazonas da Silva Arakaki	Gerente do Departamento de Políticas de Inovação Industrial			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 1

Data: 10 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 17h	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS/GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE FRONTEIRAS E DIVISAS	GGI-F/SSP/AM	Sgt. QPPM Isael Soares Arruda				
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS/GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE FRONTEIRAS E DIVISAS	GGI-F/SSP/AM	Sgt. QPPM Edizia de Souza Brandão Mota				
FUNDAÇÃO ESTADUAL DOS POVOS INDÍGENAS DO AMAZONAS	FEPIAM	Nilton Makaxi	Diretor-Presidente			
NÚCLEO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO AMAZONAS	NURIAM	Maurilio Correia	Secretário-Geral Adjunto			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 1

Data: 10 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 17h	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
PREFEITURA DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	PREFEITURA SGC	Eliane Farias Falcão	Vice-Prefeita			
PREFEITURA DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	PREFEITURA SGC	Isaías Benjamim da Silva	Chefe de Gabinete			
PREFEITURA DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	PREFEITURA SGC	Juvêncio Cardoso				
PREFEITURA DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	PREFEITURA SIRN					
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELOS	PMB	Allen Cristian Nunes Gadelha	Secretário de Estratégia			
UNVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA	Professora Adilma Portela da Fonseca Torres	Diretora do Centro de Estudos Superiores de São Gabriel da Cachoeira			
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM	Prof. Dr. Rodrigo Oliveira Braga Reis	Diretor Geral do Museu Amazônico			
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS	IFAM	Prof. Dr. Renato Valadares de Sousa Moreira	Diretor-Geral do Campus São Gabriel da Cachoeira			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 1

Data: 10 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 17h	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
FEDERAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	FOIRN	Dario Emilio Casimiro	Presidente			
FEDERAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	FOIRN	Janete Figueredo Alves	Diretora Vice-Presidente			
FEDERAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	FOIRN	Carlos Alberto Teixeira Neri	Diretor executivo			
FEDERAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	FOIRN	Hélio Géssem Monteiro Lopes	Diretor executivo			
FEDERAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	FOIRN	Edison Cordeiro Gomes	Diretor executivo			
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	ISA	Juliana Radler	Articuladora de Políticas Socioambientais			
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS	IDAM	Francisco Garcia Diógenes	Gerente Local			
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS	IDAM	Roney Carvalho Macedo Silva	Engenheiro Agrônomo			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMI EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 1

Data: 10 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 17h	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PAR
FEDERAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	FOIRN	Dario Emilio Casimiro	Presidente			
FEDERAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	FOIRN	Janete Figueredo Alves	Diretora Vice-Presidente			
FEDERAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	FOIRN	Carlos Alberto Teixeira Neri	Diretor executivo			
FEDERAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	FOIRN	Hélio Géssem Monteiro Lopes	Diretor executivo			
FEDERAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	FOIRN	Edison Cordeiro Gomes	Diretor executivo			
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	ISA	Juliana Radler	Articuladora de Políticas Socioambientais			
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS	IDAM	Francisco Garcia Diógenes	Gerente Local			
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS	IDAM	Roney Carvalho Macedo Silva	Engenheiro Agrônomo			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 1

Data: 10 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 17h	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	SEBRAE	Frank Rodrigues	Gerente do Escritório Regional do Alto Rio Negro			
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA	CMA	Coronel Dower Jerônimo Morini Borges	Assistente de Relações Institucionais do CMA			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 1

Data: 10 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 17h	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA	CMA	1º Tenente Abner Borrigueiro Curvello				
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA	CMA	Aspirante Oficial Mizael Souza da Silva				
FORÇA AÉREA BRASILEIRA/ SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL	FAB/7º COMAR	1º Tenente Especialista da Aeronáutica Ari Barbosa Junior	Comandante do Destacamento de São Gabriel da Cachoeira			
MARINHA DO BRASIL/9º DISTRITO NAVAL	MB/COM9ºDN	Primeiro-Tenente Acácio de Almeida Teixeira dos Santos				
DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DO ALTO RIO NEGRO	DSEI/ARN	Valmir de Souza Delgado	Coordenador Distrital			
ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS INDÍGENAS DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	ASSAI	Maria Nazare Castilho de Lima	Presidente			
AMAZONAS ENEGIA	AmE	Patrícia Andrade	Gerente da Amazonas Energia de São Gabriel da Cachoeira			
ASSENTAMENTO AGRÍCOLA TEOTÔNIO FERREIRA EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	AATF	Janderson Pereira da Silva	Presidente			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 1

Data: 10 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 17h	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE/ NÚCLEO DE GESTÃO INTEGRADA ICMBIO PICO DA NEBLINA	ICMBio	Jeisiane Rocha	Analista Ambiental			
EMPREENDIMENTO AMANDA VESTES	EMPREENDIMENTO AMANDA VESTES	Amanda Santos	Empreendedora			
ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EKATINA	EKATINA					
ASSOCIAÇÃO INDÍGENA GRUPO UMUKO MAHSÃ	UMUKO MAHSÃ	Professora Graça				
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	SEMMA/SGC	Manoel Francisco Alves	Secretário Municipal de Meio Ambiente			
Exercito Brasileiro	7ª Cia Inf Sl	Maj Andrade	Of Rlp Institucionais			
CAIE		Laurentino Fontes				
FUNAI		MARCELO TAMAKO	Antropólogo			
FUNAI		BRUNO CAMPOS	HISTORIADOR			
Marinha do Brasil / Comando do 9ºDN		1T SANTOS	Comandante do Destacamento			
Marinha do Brasil	9º DN	1SGT ROQUE	AUX. CMT DESTACAMENTO			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 1

Data: 10 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 17h	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
~~Elone Maia~~						
CETAM		Elvis Maia	GESTOR			
P. M. B.		CLEITON CARIOCA	REPRESENTANTE			
UEA		Sterley Rabelo de J. Pinto				
AIETUM S.G.C.		Cipriotto Marques L.				
UFTA BOI O VUIII		Otacila Barut	Professora			
DIRETOR FOIRN		Edson Baré	Diretor			
Prof. IFAM		EURIDES JUNIO	Prof			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 1

Data: 10 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 17h	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	MIDR	Wallace Vitor Leão Feitosa	Geógrafo			
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	GSI/PR	Coronel do Exército André Luciano Bittencourt Barbosa (Cel. Bittencourt)	Coordenador-Geral de Assuntos de Fronteiras			
INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	IBAM	Luiz Castro	Assessor Técnico			
INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	IBAM	Jéssica Ojana	Assessora Técnica			
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA	SUDAM	Jaqueline Pina Barra	Coordenadora-Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais			
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA	INPA	Dra. Regina Oliveira	Coordenadora de Ações Estratégicas			
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA	INPA	Dra. Sonia Alfaia	Diretora Substituta			
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA	IPEA	Pedro Barros	Técnico de planejamento e pesquisa			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 1

Data: 10 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 17h	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - (MAPA) SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO AMAZONAS	SFA/AM (MAPA)	Dionísia Soares Campos	Superintendente de Agricultura e Pecuária do Amazonas			
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	SEDECTI	Jeibi Medeiro da Costa	Secretário Executivo de Ciência, Tecnologia e Inovação e Vice Presidente do NIFFAM			
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	SEDECTI	Cisnea Menezes Basilio	Coordenadora do NIFFAM			
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	SEDECTI	Rebeca Mota de Moraes	Assessora de Comunicação			
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	SEDECTI	Karla Marilia Amazonas da Silva Arakaki	Gerente do Departamento de Políticas de Inovação Industrial			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 1

Data: 10 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 17h	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS/GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE FRONTEIRAS E DIVISAS	GGI-F/SSP/AM	Sgt. QPPM Isael Soares Arruda	2: SARGENTO			
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS/GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE FRONTEIRAS E DIVISAS	GGI-F/SSP/AM	Sgt. QPPM Edizia de Souza Brandão Mota	Coord. de Operações do 661-F			
FUNDAÇÃO ESTADUAL DOS POVOS INDÍGENAS DO AMAZONAS	FEPIAM	Nilton Makaxi	Diretor-Presidente			
NÚCLEO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO AMAZONAS	NURIAM	Maurilio Correia	Secretário-Geral Adjunto			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 1

Data: 10 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 17h	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
PREFEITURA DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	PREFEITURA SGC	Eliane Farias Falcão	Vice-Prefeita			
PREFEITURA DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	PREFEITURA SGC	Isaías Benjamim da Silva	Chefe de Gabinete			
PREFEITURA DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	PREFEITURA SGC	Juvêncio Cardoso				
PREFEITURA DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	PREFEITURA SIRN					
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELOS	PMB	Allen Cristian Nunes Gadelha	Secretário de Estratégia			
UNVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA	Professora Adilma Portela da Fonseca Torres	Diretora do Centro de Estudos Superiores de São Gabriel da Cachoeira			
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM	Prof. Dr. Rodrigo Oliveira Braga Reis	Diretor Geral do Museu Amazônico			
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS	IFAM	Prof. Dr. Renato Valadares de Sousa Moreira	Diretor-Geral do Campus São Gabriel da Cachoeira			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 1

Data: 10 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 17h	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
FEDERAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	FOIRN	Dario Emilio Casimiro	Presidente			
FEDERAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	FOIRN	Janete Figueredo Alves	Diretora Vice-Presidente			
FEDERAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	FOIRN	Carlos Alberto Teixeira Neri	Diretor executivo			
FEDERAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	FOIRN	Hélio Géssem Monteiro Lopes	Diretor executivo			
FEDERAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	FOIRN	Edison Cordeiro Gomes	Diretor executivo			
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	ISA	Juliana Radler	Articuladora de Políticas Socioambientais			
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS	IDAM	Francisco Garcia Diógenes	Gerente Local			
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS	IDAM	Roney Carvalho Macedo Silva	Engenheiro Agrônomo			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 1

Data: 10 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 17h	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	SEBRAE	Frank Rodrigues	Gerente do Escritório Regional do Alto Rio Negro			
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA	CMA	Coronel Dower Jerônimo Morini Borges	Assistente de Relações Institucionais do CMA			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 1

Data: 10 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 17h	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA	CMA	1º Tenente Abner Borrigueiro Curvello				
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA	CMA	Aspirante Oficial Mizael Souza da Silva				
FORÇA AÉREA BRASILEIRA/ SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL	FAB/7º COMAR	1º Tenente Especialista da Aeronáutica Ari Barbosa Junior	Comandante do Destacamento de São Gabriel da Cachoeira			
MARINHA DO BRASIL/9º DISTRITO NAVAL	MB/COM9ºDN	Primeiro-Tenente Acácio de Almeida Teixeira dos Santos	Comandante do Destacamento de São Gabriel da Cachoeira			
DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DO ALTO RIO NEGRO	DSEI/ARN	Valmir de Souza Delgado	Coordenador Distrital			
ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS INDÍGENAS DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	ASSAI	Maria Nazare Castilho de Lima	Presidente			
AMAZONAS ENEGIA	AmE	Patrícia Andrade	Gerente da Amazonas Energia de São Gabriel da Cachoeira			
ASSENTAMENTO AGRÍCOLA TEOTÔNIO FERREIRA EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	AATF	Janderson Pereira da Silva	Presidente			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 1

Data: 10 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 17h	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE/ NÚCLEO DE GESTÃO INTEGRADA ICMBIO PICO DA NEBLINA	ICMBio	Jeisiane Rocha	Analista Ambiental			
EMPREENDIMENTO AMANDA VESTES	EMPREENDIMENTO AMANDA VESTES	Amanda Santos	Empreendedora			
ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EKATINA	EKATINA	Warlison Alves da Silva				
ASSOCIAÇÃO INDÍGENA GRUPO UMUKO MAHSÃ	UMUKO MAHSÃ	Professora Graça				
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	SEMMA/SGC	Manoel Francisco Alves	Secretário Municipal de Meio Ambiente			
COMANDO 2ª Bda Inf Sl	2ª Bda/MD	LEONARDO DE SOUZA FRANKLIN - Cel	- Chefe do Estado-maior da 2ª Bda			
—	—	Natalina Batista Bezerra	Gestora			
IDAM		Wellington	Dir. de Departamento			
SEMMA						

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 1

Data: 10 de Setembro de 2025	Hora: 8 - 17h	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am

INSTITUIÇÃO	NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
SEJUSC / SEDH	Débora Érica da Silva	Secret. Executiva			
SEMEDI/S.G.C	Maria das Graças Martins	Professora			
CETAM	Márcio Machado	ADMINISTRATIVO			
CETAM	Aurélio Serafim	Ass. Técnico			
ICMBIO	Daniel de Paula Soares Assis	Chefe			
FOIRN	Ronaldo Pereira M.	Tec.			
SUDAM	JAKELYNE SILVA	Coordenação Planejamento			
Assoi	Maria de Jesus dos Santos	tesoureira			
MADZERI	JUVENCIO CARDOSO	SEC. EXECUTIVO			
AMAZONASTUR	Jean Montenegro	Turismólogo			
	Janete Lane	ARTESÃO			
EB	JOSÉ DOS PASSOS ALVES	ASSESSOR			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 2

Data: 11 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 12h30	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	MIDR	Wallace Vitor Leão Feitosa	Geógrafo			
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	GSI/PR	Coronel do Exército André Luciano Bittencourt Barbosa (Cel. Bittencourt)	Coordenador-Geral de Assuntos de Fronteiras			
INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	IBAM	Luiz Castro	Assessor Técnico			
INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	IBAM	Jéssica Ojana	Assessora Técnica			
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA	SUDAM	Jaqueline Pina Barra	Coordenadora-Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais			
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA	INPA	Dra. Regina Oliveira	Coordenadora de Ações Estratégicas			
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA	INPA	Dra. Sonia Alfaia	Diretora Substituta			
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA	IPEA	Pedro Barros	Técnico de planejamento e pesquisa			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 2

Data: 11 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 12h30	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - (MAPA) SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO AMAZONAS	SFA/AM (MAPA)	Dionísia Soares Campos	Superintendente de Agricultura e Pecuária do Amazonas			
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	SEDECTI	Jeibi Medeiro da Costa	Secretário Executivo de Ciência, Tecnologia e Inovação e Vice Presidente do NIFFAM			
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	SEDECTI	Cisnea Menezes Basilio	Coordenadora do NIFFAM			
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	SEDECTI	Rebeca Mota de Moraes	Assessora de Comunicação			
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	SEDECTI	Karla Marilia Amazonas da Silva Arakaki	Gerente do Departamento de Políticas de Inovação Industrial			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 2

Data: 11 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 12h30	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS/GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE FRONTEIRAS E DIVISAS	GGI-F/SSP/AM	Sgt. QPPM Isael Soares Arruda				
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS/GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE FRONTEIRAS E DIVISAS	GGI-F/SSP/AM	Sgt. QPPM Edizia de Souza Brandão Mota				
FUNDAÇÃO ESTADUAL DOS POVOS INDÍGENAS DO AMAZONAS	FEPIAM	Nilton Makaxi	Diretor-Presidente			
NÚCLEO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO AMAZONAS	NURIAM	Maurilio Correia	Secretário-Geral Adjunto			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 2

Data: 11 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 12h30	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
PREFEITURA DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	PREFEITURA SGC	Eliane Farias Falcão	Vice-Prefeita			
PREFEITURA DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	PREFEITURA SGC	Isaías Benjamim da Silva	Chefe de Gabinete			
PREFEITURA DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	PREFEITURA SGC	Juvêncio Cardoso				
PREFEITURA DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	PREFEITURA SIRN					
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELOS	PMB	Allen Cristian Nunes Gadelha	Secretário de Estratégia			
UNVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA	Professora Adilma Portela da Fonseca Torres	Diretora do Centro de Estudos Superiores de São Gabriel da Cachoeira			
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM	Prof. Dr. Rodrigo Oliveira Braga Reis	Diretor Geral do Museu Amazônico			
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS	IFAM	Prof. Dr. Renato Valadares de Sousa Moreira	Diretor-Geral do Campus São Gabriel da Cachoeira			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 2

Data: 11 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 12h30	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
FEDERAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	FOIRN	Dario Emilio Casimiro	Presidente			
FEDERAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	FOIRN	Janete Figueredo Alves	Diretora Vice-Presidente			
FEDERAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	FOIRN	Carlos Alberto Teixeira Neri	Diretor executivo			
FEDERAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	FOIRN	Hélio Géssem Monteiro Lopes	Diretor executivo			
FEDERAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	FOIRN	Edison Cordeiro Gomes	Diretor executivo			
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	ISA	Juliana Radler	Articuladora de Políticas Socioambientais			
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS	IDAM	Francisco Garcia Diógenes	Gerente Local			
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS	IDAM	Roney Carvalho Macedo Silva	Engenheiro Agrônomo			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 2

Data: 11 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 12h30	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	SEBRAE	Frank Rodrigues	Gerente do Escritório Regional do Alto Rio Negro			
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA	CMA	Coronel Dower Jerônimo Morini Borges	Assistente de Relações Institucionais do CMA			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 2

Data: 11 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 12h30	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA	CMA	1º Tenente Abner Borrigueiro Curvello				
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA	CMA	Aspirante Oficial Mizael Souza da Silva				
FORÇA AÉREA BRASILEIRA/ SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL	FAB/7º COMAR	1º Tenente Especialista da Aeronáutica Ari Barbosa Junior	Comandante do Destacamento de São Gabriel da Cachoeira			
MARINHA DO BRASIL/9º DISTRITO NAVAL	MB/COM9ºDN	Primeiro-Tenente Acácio de Almeida Teixeira dos Santos				
DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DO ALTO RIO NEGRO	DSEI/ARN	Valmir de Souza Delgado	Coordenador Distrital			
ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS INDÍGENAS DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	ASSAI	Maria Nazare Castilho de Lima	Presidente			
AMAZONAS ENEGIA	AmE	Patrícia Andrade	Gerente da Amazonas Energia de São Gabriel da Cachoeira			
ASSENTAMENTO AGRÍCOLA TEOTÔNIO FERREIRA EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	AATF	Janderson Pereira da Silva	Presidente			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 2

Data: 11 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 12h30	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE/ NÚCLEO DE GESTÃO INTEGRADA ICMBIO PICO DA NEBLINA	ICMBio	Jeisiane Rocha	Analista Ambiental			
EMPREENDIMENTO AMANDA VESTES	EMPREENDIMENTO AMANDA VESTES	Amanda Santos	Empreendedora			
ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EKATINA	EKATINA					
ASSOCIAÇÃO INDÍGENA GRUPO UMUKO MAHSÃ	UMUKO MAHSÃ	Professora Graça				
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	SEMMA/SGC	Manoel Francisco Alves	Secretário Municipal de Meio Ambiente			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 2

Data: 11 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 12h30	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
EB		JOSÉ DOS PASSOS ALVES	ASSESSOR - CAPITÃO			
SUDAM		JAKELYNE SILVA	COPLA			
MARINHA (MB)		ACÁCIO DE ALMEIDA	Comandante de Destacamento			
MARINHA (MB)		MAURO ROQUE	AUX. DESTACAMENTO			
FUNAI		Conrado Pastor M.	Tec. Politicas Pub.			
ICMBIO		Daniel de Paula Santos Assis	Chefe			
PMAM		Fernando Garcia	CMD OP. INT + SEG			
SEMMA		Wolvan B	DIR. DE DEPARTAMENTO			
ARTESÃO		Janete M. M. Lima	artesã MEI			
		MAGDALENA S.M.M CAETANO	ENGENHEIRA - FISCAL			
INPA		REGINA OLIVEIRA	Resp. Coor. Ação Estratégica			
IFAM-CSGC		Renato Valadares	Diretor			
FUNAI		MARCELO TAVARES	Antropólogo			
UFAM		RODRIGO REIS	DIRETOR - MUSEU			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 2

Data: 11 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 12h30	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	MIDR	Wallace Vitor Leão Feitosa	Geógrafo			
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	GSI/PR	Coronel do Exército André Luciano Bittencourt Barbosa (Cel. Bittencourt)	Coordenador-Geral de Assuntos de Fronteiras			
INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	IBAM	Luiz Castro	Assessor Técnico			
INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	IBAM	Jéssica Ojana	Assessora Técnica			
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA	SUDAM	Jaqueline Pina Barra	Coordenadora-Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais			
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA	INPA	Dra. Regina Oliveira	Coordenadora de Ações Estratégicas			
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA	INPA	Dra. Sonia Alfaia	Diretora Substituta			
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA	IPEA	Pedro Barros	Técnico de planejamento e pesquisa			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 2

Data: 11 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 12h30	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - (MAPA) SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO AMAZONAS	SFA/AM (MAPA)	Dionísia Soares Campos	Superintendente de Agricultura e Pecuária do Amazonas			
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	SEDECTI	Jeibi Medeiro da Costa	Secretário Executivo de Ciência, Tecnologia e Inovação e Vice Presidente do NIFFAM			
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	SEDECTI	Cisnea Menezes Basilio	Coordenadora do NIFFAM			
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	SEDECTI	Rebeca Mota de Moraes	Assessora de Comunicação			
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	SEDECTI	Karla Marilia Amazonas da Silva Arakaki	Gerente do Departamento de Políticas de Inovação Industrial			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 2

Data: 11 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 12h30	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS/GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE FRONTEIRAS E DIVISAS	GGI-F/SSP/AM	Sgt. QPPM Isael Soares Arruda	2: SARGENTO PM			
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS/GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE FRONTEIRAS E DIVISAS	GGI-F/SSP/AM	Sgt. QPPM Edizia de Souza Brandão Mota	Coord. de Operações do GGI-F			
FUNDAÇÃO ESTADUAL DOS POVOS INDÍGENAS DO AMAZONAS	FEPIAM	Nilton Makaxi	Diretor-Presidente			
NÚCLEO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO AMAZONAS	NURIAM	Maurilio Correia	Secretário-Geral Adjunto			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 2

Data: 11 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 12h30	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
PREFEITURA DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	PREFEITURA SGC	Eliane Farias Falcão	Vice-Prefeita			
PREFEITURA DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	PREFEITURA SGC	Isaías Benjamim da Silva	Chefe de Gabinete			
PREFEITURA DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	PREFEITURA SGC	Juvêncio Cardoso				
PREFEITURA DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	PREFEITURA SIRN					
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELOS	PMB	Allen Cristian Nunes Gadelha	Secretário de Estratégia			
UNVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA	Professora Adilma Portela da Fonseca Torres	Diretora do Centro de Estudos Superiores de São Gabriel da Cachoeira			
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM	Prof. Dr. Rodrigo Oliveira Braga Reis	Diretor Geral do Museu Amazônico			
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS	IFAM	Prof. Dr. Renato Valadares de Sousa Moreira	Diretor-Geral do Campus São Gabriel da Cachoeira			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 2

Data: 11 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 12h30	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
FEDERAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	FOIRN	Dario Emilio Casimiro	Presidente			
FEDERAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	FOIRN	Janete Figueredo Alves	Diretora Vice-Presidente			
FEDERAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	FOIRN	Carlos Alberto Teixeira Neri	Diretor executivo			
FEDERAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	FOIRN	Hélio Géssem Monteiro Lopes	Diretor executivo			
FEDERAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO	FOIRN	Edison Cordeiro Gomes	Diretor executivo			
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	ISA	Juliana Radler	Articuladora de Políticas Socioambientais			
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS	IDAM	Francisco Garcia Diógenes	Gerente Local			
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS	IDAM	Roney Carvalho Macedo Silva	Engenheiro Agrônomo			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 2

Data: 11 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 12h30	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	SEBRAE	Frank Rodrigues	Gerente do Escritório Regional do Alto Rio Negro			
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA	CMA	Coronel Dower Jerônimo Morini Borges	Assistente de Relações Institucionais do CMA			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 2

Data: 11 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 12h30	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA	CMA	1º Tenente Abner Borrigueiro Curvello				
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA	CMA	Aspirante Oficial Mizael Souza da Silva				
FORÇA AÉREA BRASILEIRA/ SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL	FAB/7º COMAR	1º Tenente Especialista da Aeronáutica Ari Barbosa Junior	Comandante do Destacamento de São Gabriel da Cachoeira			
MARINHA DO BRASIL/9º DISTRITO NAVAL	MB/COM9ºDN	Primeiro-Tenente Acácio de Almeida Teixeira dos Santos				
DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DO ALTO RIO NEGRO	DSEI/ARN	Valmir de Souza Delgado	Coordenador Distrital			
ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS INDÍGENAS DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	ASSAI	Maria Nazare Castilho de Lima	Presidente			
AMAZONAS ENEGIA	AmE	Patrícia Andrade	Gerente da Amazonas Energia de São Gabriel da Cachoeira			
ASSENTAMENTO AGRÍCOLA TEOTÔNIO FERREIRA EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	AATF	Janderson Pereira da Silva	Presidente			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 2

Data: 11 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 12h30	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE/ NÚCLEO DE GESTÃO INTEGRADA ICMBIO PICO DA NEBLINA	ICMBio	Jeisiane Rocha	Analista Ambiental			
EMPREENDIMENTO AMANDA VESTES	EMPREENDIMENTO AMANDA VESTES	Amanda Santos	Empreendedora			
ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EKATINA	EKATINA					
ASSOCIAÇÃO INDÍGENA GRUPO UMUKO MAHSÃ	UMUKO MAHSÃ	Professora Graça				
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	SEMMA/SGC	Manoel Francisco Alves	Secretário Municipal de Meio Ambiente			

AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SEDECTI

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS - NIFFAM

LISTA DE PARTICIPAÇÃO

34ª REUNIÃO DOS MEMBROS DO COLEGIADO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS E OFICINA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL EDE FRONTEIRA ARCO NORTE E RONDÔNIA

DIA 2

Data: 11 de Setembro de 2025		Hora: 8 - 12h30	Local: Município de São Gabriel da Cachoeira/Am			

INSTITUIÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	PARTICIPAÇÃO
———	——	Laurentino J. Fontes	———			
Força Aérea Brasileira	—	Patrícia Monteiro	Cb. Seção Adm DTCEA			
SEJUSC - SEDH		Débora Érica da Silva	Sec. Exec. Direitos H.			
PMAM	—	Maurílio Barbosa dos Santos	Op. Interior + Segurança			
AIETUM S.G.C.		Cipriano Marques L.	Associação			
SEBRAE ERRN		Luiz Carlos Mendonça	898.485.352-68			
~~Polícia Militar~~		Fran das S. Rodrigues	Líder			
Polícia Militar		Jovimar Ramos de Freitas	Subcomandante			
Abaixo		Maria de Jesus dos Santos	Tesoureira			
PREF. BARCELOS		José Cleiton Carioca da Silva	Rep Municipal			
AIETUM/SGC		[illegible]	Assessor			
AMAZONASTUR		Jean Montenegro	Turismólogo			
CODIARN		Maria Leonilda Matola	Presidente			
		Otacila L. Bonet				

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: __TABATINGA____ **Data:** 24/09/25__

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
Rubeney De Castro Alves	Prefeitura de Atalaia do Norte	
Sandro Stefano Pinto Flores	Secretaria Executiva Municipal de Assuntos Indígenas de Benjamin Constant	
Santo Cruz Mariano Clemente	Museu Magüta	
Santos Inácio Clemente	Museu Magüta	
Sonia Sena Alfaia	INPA	
Taciana De Carvalho Coutinho	PaCTAS	
Tomas Bernier Parodys	SINCHI	
Tomás Bernier Parodys	Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas SINCHI	
Valdemir Geissler Ribeiro	Diocese do Alto Solimões	
Vitorino José Barros Da Silva	Ministério das Relações Exteriores - Vice-Consulado do Brasil em Letícia	
Wilson Carvalho De Almeida Filho	Colonia de Pescadores Z-24 de Tabatinga	

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

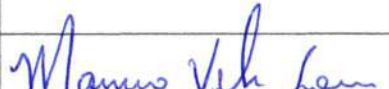
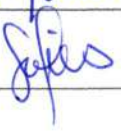
Oficina Territorial em: __TABATINGA_____ Data: ____/_____/_____

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
Brunno César Ferreira Guimarães	CETAM	
Cisnea Menezes Basilio	SEDECTI/NIFFAM	
Clayton De Souza Rodrigues	Centro de Trabalho Indigenista - CTI	
Daniel Costa De Souza	CAPITANIA FLUVIAL DE TABATINGA	
Daniel Lima Leandro	IDAM	
Danielly Chagas Da Silva	CETAM	
Diana Carolina Guerrero Castrillón	Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas Sinchi	
Diogo Procópio Salvador	Defesa Civil de Benjamin Constant	
Donizete Cruz Matos	defesa civil	
Edison Franco Barbosa Júnior	IDAM	
Everton Auzier Marialva	Secretária Municipal de Produção e interior de Atalaia do Norte	
Fred Deivyd Monteiro Cabral	Secretaria Municipal de Empreendedorismo e Turismo	
Gilciane Plácido Braule	Secretaria Municipal de Assuntos Estratégicos-SEMAE BC	
Glades Ramires Kokama	Rede GTA	

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: __TABATINGA_____ Data: ____/_____/_____

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
Idete Freitas De Abreu Gomes	Secretária Municipal de Turismo de Benjamin Constant-Am	
Janekely Reis D'ávila	Centro de Trabalho Indigenista - CTI	
Mateus Da Silva Teixeira	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	
Mateus Da Silva Teixeira	SEMMA	
Mauricio Veloso Soares	Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca	
Neon Solimões Paiva Pinheiro	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PREFEITURA DE BENJAMIN CONSTANT/AM	
Nicolas Andretti De Souza Neves	IFAM	
Paulo Roberto Foitzik De Vargas Garcia	GSI/PR	
Pedro Rapozo	Universidade do Estado do Amazonas	
Regina Oliveira Da Silva	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	
Regina Oliveira Da Silva	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia- INPA	
Robério Castro Alves	UnLoc/IDAM/ATALAIA DO NORTE	
Rodolfo Magalhães Fernandes	Secretaria Municipal de Governo da PMBC	
Rosangela Araújo Da Silva	Defesa Civil	

Lista de Presença

Oficina Territorial em: _____ **Data:** ____/____/_____

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
Silvio Costa Penha	DEFESA CIVIL		
Bárbara J. da Silva	Secretária Administrações		
Queiroz Santos Torres	Presidente DPROCAM		
Aldenir Magalhães Rocha	Secretário, Prefeitura TBT		
Renata de Oliveira Barbosa	Colônia dos Pescadores Z4		
Lisiano DAS DK Olur	PREFEITURA SEMRI		
Dascivan S. Ozuna	Secretaria Publica.		
Ana Maria Ferreira Souza	SEMED		
José Raimundo	Semed		
Douglas Braga	SEC. EX. SEGURANÇA PÚBL.		
Lucia Alves Souza	SEC. SEPAD		
Joaquim Ramos Cedro	Sec. de Mun. Pons Arqu		
Egueston Fernandes Oliveira	Sec. Exec. Qualidade Ensino		

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: _____ **Data:** ____/____/_____

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
Adriana A de Conçalves	Consultora PACTAS ~~MIDR~~		
2º TEN ROBSON MOURA DA SILVA	REP CMT CSOL/8ºBIS		
JAEDEN RIBEIRO - 1º SGT	REP SCMT CFSOL/8º BIS		
Mauricio Ben & S Falcai	Defesa Civil Tabatinga		
José Mauricio Rocha	Defesa civil Tabatinga		
Hudilarques Sow R. Mauricio	Defesa civil Tabatinga		
Adicleia Cabrera Rodrigues	Defesa civil Tabatinga		
Francisco Carlos	Secretário Agricultura		
Carlos Jose de Carvalho	SEMMA TUR/ATN		
JOSÉ ROBERTO FARIA	SEC EXECUTIVO MEIO AMB		
Robson R. Gomes	SEC. Exec. de Turismo		
Rainier da Silva Cavalcante	DIRETOR LICITAÇÃO		
Flávia Silvana Carlos Conde	SEMED		
Elizangela O. Lima	SEMED		

Execução: ibam Realização: IICA MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL GOVERNO DO BRASIL

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: _____ **Data:** ____/____/_____

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
Lisseth Gonzalez Molina	PACTAS		
Santa Cruz	Museu Magüta		
Glades Rodrigues Ramos	Federação Kokama - Presidente GTA: Coord. das mulheres		
Rosaliz Takahashi	SEPRA		
Johnatan S. Souza	SEPRA		
Marta Kaiapan	FIU		
NARCISO MOREIRA COELHO FILHO	SEBRAE AM		
PLÍNIO SOUZA DO CARMO	PREFEITO TBT		
Heloísa Freitas	PACTAS		
DONIZETE C. MATOS	DEFESA CIVIL-TBT		
OSIPNA J. N. S. PEREIRA	SEBRAE		

Execução: ibama Realização: IICA MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: _____ **Data:** ____/____/_____

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
Guilherme Martines Freire	IDAM		
Zenostino N. Brandão	IDAM		
Cleudson Rodrigues Gomes	Secretaria Meio Ambiente		
Cirineu Lima dos Santos	SEPRA		
Antonio Guedes	SECOM		
Valdiney S. Santos	SEMMAT - Prefeitura		
Kathlen S. Azevedo	SEMMAI - Prefeitura		
Bushi Matsi	UNIVAJA/Coordenador		
Orlando Pascoal	UNIVAJA		
Anderson Dumu	Univaja		
Bianca Macedo	Univaja		

Execução: ibam Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: _____ **Data:** ____/____/_____

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
EVARISTO FERREIRA DA SILVA	CHEFE DO GGI		
Paradiceia Miller	Defesa Civil		
FELICIANO BORGES NETO	SECRETARIO SEGURANCA SGC		
Anita Yris Ignacio Arruda	PACTAS		
Elmer Lemos do Carmo	Coordenador Regional		
ADRIANA MOTA DE OLIVEIRA	EDUCAÇÃO		
LUCIANA VILLA NOVA	MIDR / CONSULTOR		
Vitangue Coelho	MIDR / Coord. Geral		
Paulo Roberto F. de Vargas Jr.	GSI/PR		
Nadime S. M. Siqueira	Sec. Exec. Administração		
JONATAS PAULO S. SAMPAIO	CMT DA PM DO ALTO SOLIMÕES		
EDINELSON MOTA	GERENTE / VINCI		
MARLEM REGINA S. FERREIRA	SECRETARIA DESENV. RURAL		
Moacyr da Silva	IFAM		

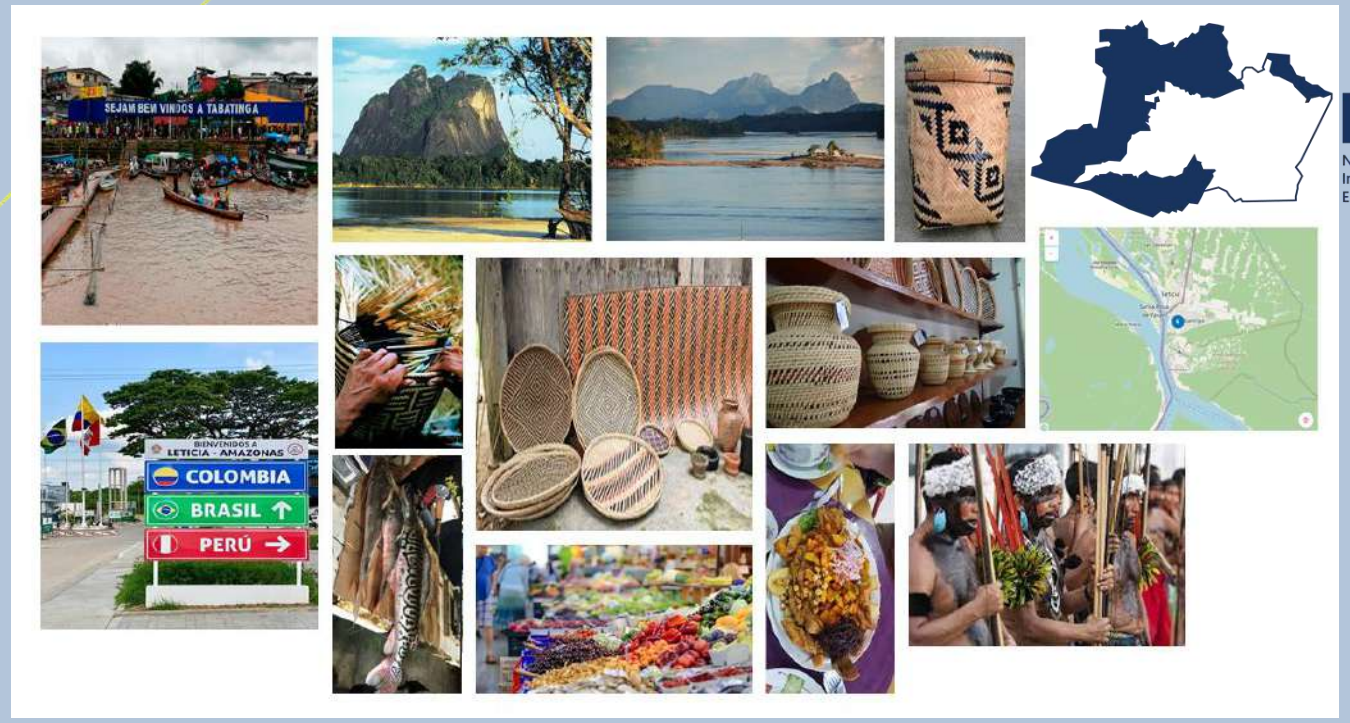
Execução: Ibama

Realização: ICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL

ANEXO 12 – Apresentação NIFFAM e parceiros – São Gabriel da Cachoeira



NIFFAM
Núcleo para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAZONAS – NIFFAM

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

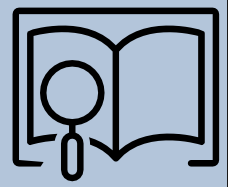
AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

10 de setembro de 2025

Visão Geral

Criação

Criado por meio do Decreto nº 32.729, de 22 de Agosto de 2012, e instituido por meio do Decreto N.º 44.473, DE 30 de agosto de 2021.



Definição

O NIFFAM é o órgão estadual destinado a assessorar a atuação do Governo do Amazonas na sua faixa de fronteira.

Competência

Articular e mobilizar instituições públicas e privadas das esferas federal, estadual e municipal, para ação conjunta visando ao desenvolvimento de políticas públicas específicas para a região da Faixa de Fronteira.

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

AMAZONAS GOVERNO DO ESTADO

TRABALHO QUE TRANSFORMA

Organograma

Serafim Correa

Presidente

Jeibi Medeiros

Vice- Presidente

SUFRAMA SUDAM SEDECTI SEPROR Secretaria do Meio Ambiente SEAS Saúde Educação e Desporto PGE Fundação Estadual do Índio Secretaria de Cultura e Economia Criativa Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania Casa Civil FOIRN ISA

Colegiado

Cisnea Basílio

Coordenadora

Paula Monari

Assessora

Priscila Gama

Estágiaria

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

AMAZONAS GOVERNO DO ESTADO

TRABALHO QUE TRANSFORMA

Membros do Colegiado

Instituído por Decreto Estadual nº 44.473, de 30 de agosto de 2021

SUFRAMA

SUDAM

SEDECTI

SEPROR

Secretaria do Meio Ambiente

SEAS

Secretaria de Saúde

Secretaria de Educação e Desporto

PGE

Fundação Estadual do Índio

Secretaria de Cultura e Economia Criativa

Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania

Secretaria da Casa Civil

UEA

Prefeitura de Tabatinga

Prefeitura de Santa Isabel

ISA

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

AMAZONAS GOVERNO DO ESTADO

TRABALHO QUE TRANSFORMA

PAUTA/PROGRAMAÇÃO

Dia 1: 10/09/2025 – quarta-feira

- Apresentação Programas e Ações da Faixa de Fronteira
- Apresentações institucionais: Desafios e Potencialidades

Dia 2: 11/09/2025 – quinta-feira

- Oficina de Planejamento Territorial de Fronteira Arco Norte e Rondônia

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

AMAZONAS GOVERNO DO ESTADO

TRABALHO QUE TRANSFORMA

PAUTAS

Diálogos do Plano Estadual de Bioeconomia do Amazonas

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

INFORMAÇÕES

Contato:
97 98422-9585

E-mails:

niff.am@sedecti.am.gov.br

cbasilio@sedecti.am.gov.br

Endereço: Sede Niffam Manaus
Avenida Urucará, 595 -
Cachoeirinha. CEP: 69065-180,
Manaus-AM

SECTI

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

NIFFAM
Núcleo para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas

Desenvolvimento Amazônico:
infraestrutura, bioeconomia e fronteira

34ª Reunião Ordinária NIFFAM e Oficina de Planejamento Territorial de Fronteira Arco Norte e de Fronteira Arco Norte e Rondônia em São Gabriel da Cachoeira/AM

São Gabriel da Cachoeira-AM, 10 de setembro de 2025

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Pedro Silva Barros
Técnico de Planejamento e Pesquisa - Ipea
Editor da Revista Tempo do Mundo - Ipea
Coordenador do Projeto "Integração Regional: o Brasil e a América do Sul"
Professor titular de Integração Regional do Instituto Rio Branco (MRE)
Professor permanente do PPGSDD da Escola Superior de Defesa (MD)
E-mail: pedro.barros@ipea.gov.br

- A implementação de **modelo alternativo de desenvolvimento na Amazônia**, mais equilibrado e harmônico, baseado em bioeconomia (e sociobioeconomia), terá êxito se levar em consideração as **especificidades em infraestrutura e logística amazônicas** e o grande potencial das regiões de fronteira e do cooperativismo.

- **Não existe desenvolvimento da bioeconomia em escala suficiente sem infraestrutura adequada**, ou seja, transportes, energia e comunicações.

- O desenvolvimento da bioeconomia tem na Amazônia um espaço privilegiado, podendo ser estimulada por **ecossistemas de pesquisa, desenvolvimento e inovação** em espaços transfronteiriços.

- As **fronteiras** ainda são entendidas como **áreas periféricas** em vários sentidos (principalmente em termos sociais, econômicos e logísticos).

- Parte do desafio de desenvolver a extensa faixa de fronteira brasileira é promover alternativas econômicas, incluindo a bioeconomia, estimuladas por ecossistemas de inovação e desenvolvimento regional fronteiriço.

- A estrutura econômico-produtiva de atividades da bioeconomia no espaço amazônico ainda é incipiente - em relação ao potencial que podem alcançar - e necessitam de respaldo de **políticas públicas específicas** para que possam alavancar o desenvolvimento regional.

- A baixa quantidade de empregos formais gerados a partir das cadeias produtivas da bioeconomia amazônica, faz com que se geste na região um **descolamento** cada vez mais evidente entre, de um lado, **o discurso sobre desenvolvimento de uma economia sustentável - com grande endosso internacional, porém pouca tração local** - e, de outro, **a realidade material de atividades tradicionais não sustentáveis, que seguem sendo a base econômica de sustento de milhões de amazônidas**.

- As discussões sobre os dois paradigmas de desenvolvimento na Amazônia brasileira - **o modelo extrativo mineral de grande escala no estado do Pará e o modelo produtor-importador da Zona Franca de Manaus** - não são suficientes ou sustentáveis - nem replicáveis - para outras localidades amazônicas.

- Não se trata - necessariamente - de um **dilema** que opõe **desenvolvimento** à **sustentabilidade**, mas sim um binômio entre ambos.

Manaus:

- Modelo Zona Franca;
- **Produção** voltada principalmente ao **mercado interno**;
- **Expressivo déficit** na balança comercial (US$ **14,9 bilhões** em 2024) em razão do grande volume das importações (US$ 15,8 bi.) principalmente de bens com maior valor agregado majoritariamente asiáticos, frente estagnadas exportações (US$ 874 milhões) com queda no valor agregado médio para alguns países vizinhos da América do Sul.
- Em 2024, as exportações de Manaus representaram 90% do total das exportações amazonenses e 98% das importações do estado.

Pará:

Mineração de grande escalação voltada para a exportação
(US$ **23 bilhões**, em 2024, sendo US**$ 21 bilhões de superávit** comercial);
Crescimento das atividades agropecuárias, principalmente no Sul do estado, com fortes implicações em termos de desmatamento;
Pouca vinculação com os países vizinhos;
Áreas com grande atratividade para as atividades ilícitas (ex. garimpo ilegal, biopirataria...)

Desafios de um modelo alternativo:

A implementação de modelo alternativo de desenvolvimento na Amazônia, mais equilibrado e harmônico, baseado em bioeconomia (e sociobioeconomia), terá êxito se levar em consideração os estruturais desafios em infraestrutura e logística e o grande potencial produtivo das regiões de fronteira e do cooperativismo.

Tais fatores contribuíram para que os bioprodutos tenham escala suficiente para gerar emprego formal e renda para milhões de amazônidas.

Caracterização da Amazônia atual:

- Região com população jovem, majoritariamente feminina, negra, urbana e favelizada, periférica (em infraestrutura e acesso), com baixo nível de trabalho formal (com maiores dificuldades na fronteira)

Planejamento territorial, acesso a serviços básicos e qualidade de vida nas cidades amazônicas:

- Muitas cidades amazônicas não possuem um Plano Diretor para o planejamento territorial municipal.
- Outro fator negativo é baixa cobertura de saneamento básico e água potável.
- Segundo dados do IBGE, os estados amazônicos também apresentam as ruas menos arborizadas do país.

- **A urgência dos problemas socioeconômicos e ambientais na Amazônia não permite à região esperar por consensos globais para sua resolução.**

Não basta a floresta em pé e o povo sem recursos nas periferias. Não há justiça climática sem vida digna para os que vivem na floresta e nas cidades do Norte do Brasil. **A sociobioeconomia representa uma oportunidade estratégica para impulsionar os produtos compatíveis com a floresta**, nomenclatura utilizada para designar bens que podem ser extraídos ou produzidos sem causar danos significativos ao ecossistema.

- **Razão pela qual estamos atualizando nossas propostas sobre a Amazônia no marco da COP 30**.

- A escolha da Amazônia como sede da COP30 não é simbólica, mas estratégica: a região abriga 60% do território brasileiro e constitui um dos principais pilares para o equilíbrio climático mundial.

- Há avanços, mas falta concretude e escala quanto aos financiamentos (Ex. Fundo Amazônia de R$ 4 bi. é **insuficiente**). Foi estipulado que seria necessário US$ 1,3 trilhão por ano (até 2035) para conter o aquecimento global, mas nem 25% desse valor tem sido angariado.

- Até o presente momento, as **iniciativas governamentais** sobre bioeconomia amazônica, economia circular, desenvolvimento sustentável e temas correlatos **estão dispersas e não articuladas**.

Contexto Geopolítico:
integração regional ou ingerência extrarregional

- **Narcotráfico** e **imigração** são problemas complexos (que devem ser resolvidos), mas que não ameaçam diretamente nossa soberania na Amazônia brasileira.

- A principal ameaça vem da **ingerência extrarregional**, motivada tanto pela crescente busca por recursos naturais abundantes na região amazônica como por **teses de internacionalização** do espaço amazônico.

- Doutrina vs Ausência de um espaço de cooperação em Defesa.

- Necessidade da criação de uma Escola de Defesa Sul-Americana.

- Os compromissos do Acordo de Paris não estão sendo satisfatoriamente alcançados.

- É tarefa do nosso governo fortalecer e articular essas iniciativas amazônicas.

Quadro: **Indicadores da fronteira terrestre**

Fonte: IBGE, MIDR e Ipea. Elaboração: Ipea (Dirur)

Variável	Indicador	Complemento
1. Fronteira	Países da América do Sul (10)	Exceto Equador e Chile
2. Área (2,3 milhões de km^2)	27% do território brasileiro	3 regiões e 11 estados
3. Extensão	16,9 mil km	Bolívia = 3.423 km (20,3%) - maior extensão
4. Municípios	588	418 (Sul); 101 (Central); e 69 (Norte)
5. População (2022)	11,7 milhões habitantes	5,6% da população do Brasil
6. Cidades gêmeas	33 = 8 (Norte), 8 (Central) e 17 (Sul)	Mais importante: Foz do Iguaçu (PR)
7. Tríplice fronteira	4 = 2 (Norte) e 2 (Sul)	Destaque: Brasil (PR) – Argentina – Paraguai
8. Maior município	Porto Velho (RO)	461,4 mil habitantes (2022)
9. Menor município	Engenho Velho (RS)	1.296 hab. (2022)
10. Faixa de fronteira	150 km de largura	Arcos Norte, Central e Sul
11. Diversidade	Topográfica, econômica, cultural, étnica, climática, etc.	Floresta, índios, mineração, empresas, ONGs, governos, universidades, rios, pantanal, dentre outros
12. Ocupação do território	Baixa e dispersa no Norte e alta e concentrada no Central e Sul	Floresta no Norte e setor produtivo no Central (exportador) e Sul (comércio e serviços)
13. Renda	Baixa no Norte e alta e concentrada no Central e Sul	Busca por trabalho (imigração sazonal no Norte e constante e de menor impacto no Central e Sul)

Pontes Internacionais de integração:
com postos de fronteira operacionais, *em execução, **projeto

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

BRASIL - GUIANA FRANCESA
Amapá - BR-156: Oiapoque - Saint-Georges de l'Oyapock

BRASIL - GUIANA
Roraima - BR-401: Bonfim - Lethem

BRASIL - ARGENTINA
Rio Grande do Sul - BR-287: São Borja - Santo Tomé (rio Uruguai)
BR-290: Uruguaiana - Paso de los Libres (rio Uruguai)
Paraná - BR-277: Foz do Iguaçu - Puerto Iguazú (rio Iguaçu)

BRASIL - URUGUAI
Rio Grande do Sul - BR-472: Barra do Quaraí - Bella Unión (rio Quaraí)
BR-293: Quaraí - Artigas (rio Quaraí)
BR-116: Jaguarão - Rio Branco (rio Jaguarão, Ponte Barão de Mauá)
BR-471: Barra do Chuí - Arroyo Chuy (Arroio Chuí)

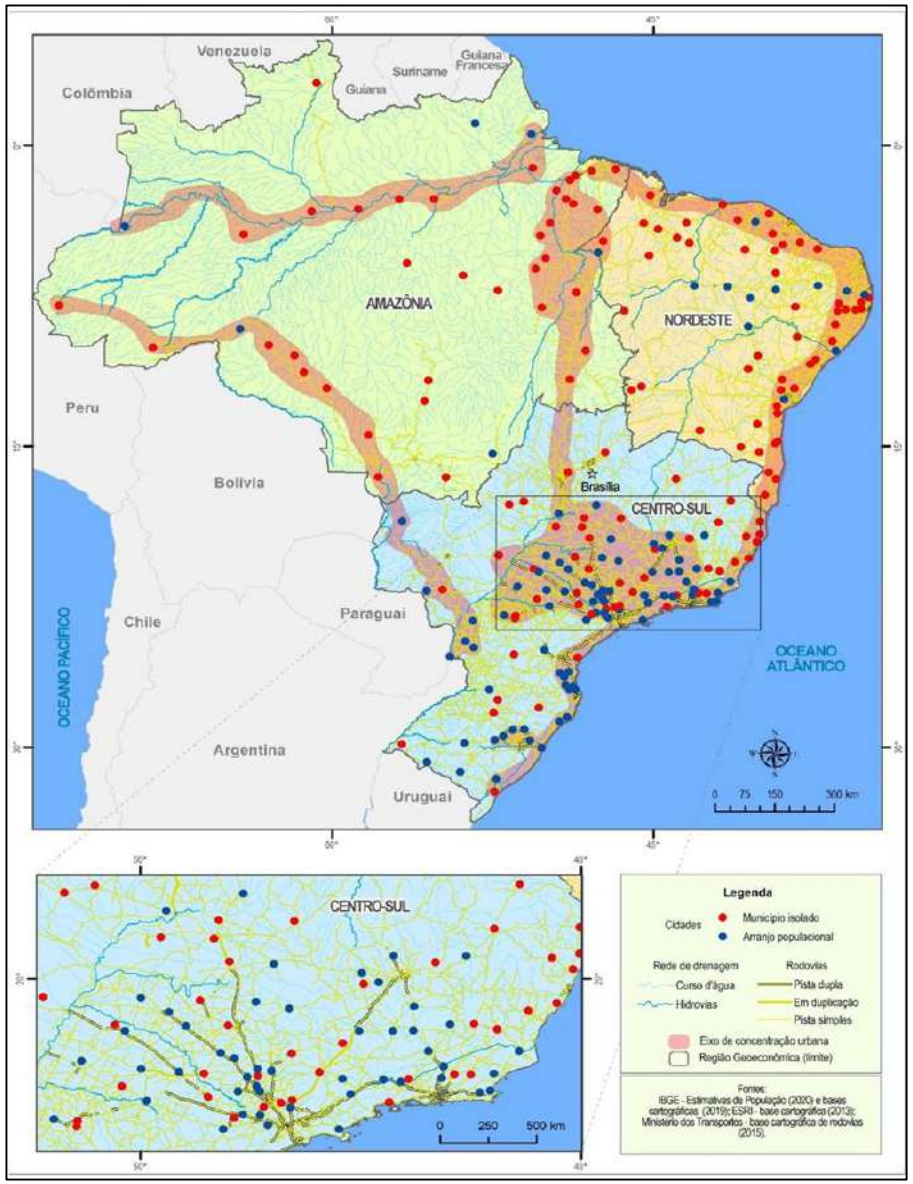
BRASIL - PERU
Acre - BR-317: Assis Brasil - Iñapari (rio Acre)

BRASIL - BOLÍVIA
Acre - BR-317: Brasiléia - Cobija (rio Acre)
Rondônia - **Guajará-Mirim - Guayaramerín (rio Mamoré)

BRASIL - PARAGUAI
Paraná - BR-277: Foz do Iguaçu - Ciudad del Este (rio Paraná)
*BR 277: Foz do Iguaçu - Presidente Franco (rio Paraná)
Mato Grosso do Sul - BR 060: Bela Vista - Bella Vista Norte-PY (rio Apa)
*BR 267: Porto Murtinho - Carmelo Peralta (rio Paraguai)

UFs	nº	Cidades Gêmeas
RS	11	Aceguá (RS) - Acegua-URU, Barra do Quaraí (RS) - Bella Unión-URU, Chuí (RS) - Chuy-URU, Itaqui (RS) - Alvear-ARG, Jaguarão (RS) - Rio Branco-URU, Porto Xavier (RS) - San Javier-ARG, Quaraí (RS) - Artigas-URU, Santana do Livramento (RS) - Rivera-URU, São Borja (RS) - Santo Tomé-ARG, Uruguaiana (RS) - Paso de Los Libres-ARG e Porto Mauá (RS) - Alba Posse-ARG.
MS	7	Bela Vista (MS) - Bella Vista-PAR, Corumbá (MS) - Puerto Quijarro-BOL, Mundo Novo (MS) - Salto del Guairá-PAR, Paranhos (MS) - Ypejhú-PAR, Ponta Porã (MS) - Pedro Juan Caballero-PAR, Coronel Sapucaia (MS) - Capitán Bado-PAR e Porto Murtinho (MS) - Capitán Carmelo Peralta-PAR.
AC	4	Assis Brasil (AC) - Iñapari-PER, Brasiléia (AC) - Cobija-BOL, Epitaciolândia (AC) - Cobija-BOL e Santa Rosa do Purus (AC) - Ucayali (PER).
PR	4	Barracão (PR) - Bernardo de Irigoyen-ARG, Santo Antônio do Sudoeste (PR) - San Antonio-ARG, Foz do Iguaçu (PR) - Ciudad del Este-PAR e Guaíra (PR) - Salto del Guairá-PAR.
RR	2	Bonfim (RR) - Lethem-GUY e Pacaraíma (RR) - Santa Elena de Uairén-VEN.
SC	1	Dionísio Cerqueira (SC) - Bernardo de Irigoyen-ARG
AP	1	Oiapoque (AP) - Saint George-GFR
RO	1	Guarajá-Mirim (RO) - Guayaramerín-BOL
AM	1	Tabatinga (AM) - Letícia-COL
MT	1	Cáceres (MT) - San Matías-BOL
Total	33	-

Mapa:
Brasil - Concentração territorial das cidades médias
Fonte: Ipea, 2023



Mapa:
Cidades gêmeas, pontos vulneráveis e tríplices fronteiras

Região (Arco)	Pontos mais vulneráveis
Norte	1. Região do Oiapoque e cidades portuárias de Santana e Laranjal do Jarí (AP) 2. Região de Óbidos e Abaetetuba (PA) 3. Região de Pacaraima e Bonfim (RR) 4. Tríplice fronteira Brasil (Tabatinga - AM) - Colômbia - Peru 5. Região de São Gabriel da Cachoeira e Base Garateia (AM) 6. Tríplice fronteira Brasil (Epitaciolândia - AC) - Peru – Bolívia
Fonte: MJSP (PF, PRF, FN e Senasp). Elaboração: Ipea (Dirur).	

Decretos e Portaria

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Publicado em: 29/05/2024 | Edição: 103 | Seção: 1 | Página: 16
Órgão: Atos do Poder Executivo
DECRETO Nº 12.034, DE 28 DE MAIO DE 2024

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Publicado em: 03/06/2024 | Edição: 104 | Seção: 1 | Página: 1
Órgão: Atos do Poder Executivo
DECRETO Nº 12.038, DE 29 DE MAIO DE 2024

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Publicado em: 03/06/2024 | Edição: 104 | Seção: 1 | Página: 2
Órgão: Presidência da República/Casa Civil
PORTARIA CC/PR Nº 704, DE 29 DE MAIO DE 2024

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Publicado em: 06/06/2024 | Edição: 107 | Seção: 1 | Página: 3
Órgão: Atos do Poder Executivo
DECRETO Nº 12.044, DE 5 DE JUNHO DE 2024

Decreto nº 12.034:
Institui a Comissão interministerial para a Infraestrutura e o Planejamento da Integração da América do Sul (12 Ministérios, sem MME).

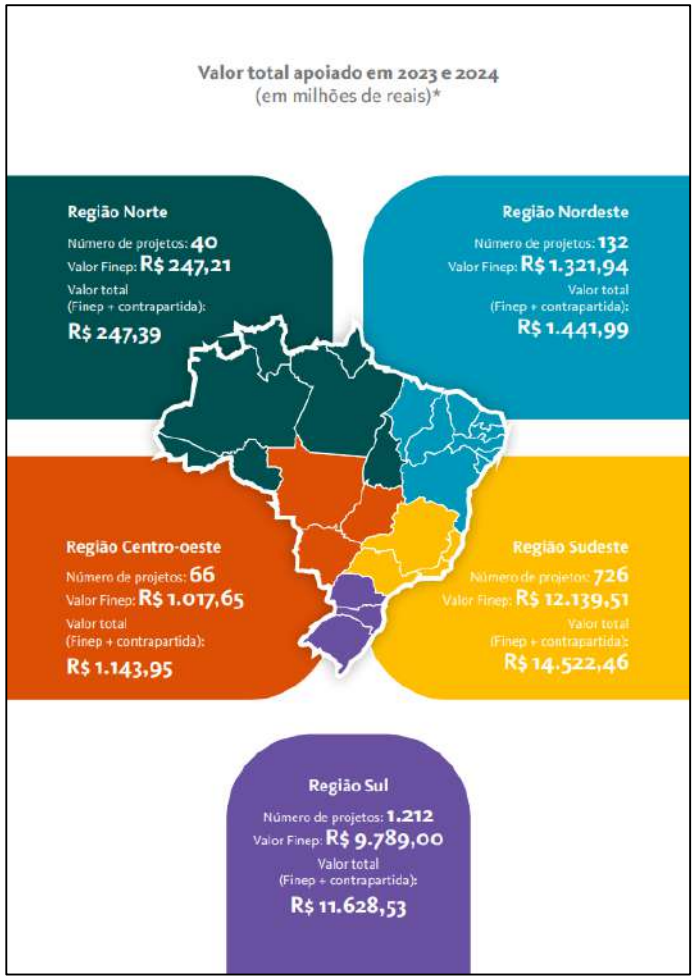
Decreto nº 12.038:
Institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional (28 Ministérios, sem MPO).

Portaria nº 704: Dispõe sobre o encaminhamento à Casa Civil da Presidência da República de pedidos de anuência prévia para a criação ou a alteração de colegiados interministeriais.

Decreto n° 12.044: Institui a Estratégia Nacional de Bioeconomia.

Art. 9º O Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia estabelecerá as ações e as medidas para a implementação da Estratégia Nacional de Bioeconomia, de acordo com as políticas e os planos setoriais, e abordará, no mínimo, os seguintes eixos temáticos:
(...)

IV - **infraestrutura**, sistemas produtivos sustentáveis, mercados e cadeias de valor; e
(...)



Regiões	Projetos		Valor Finep		Finep + contrapartidas	
	n°	%	Em milhões R$	%	Em milhões R$	%
Sul	1.212	55,7%	9.789	39,9%	11.628	40,1%
Sudeste	726	33,4%	12.139	49,5%	14.522	50,1%
Centro-Oeste	66	3%	1.017	4,2%	1.143	3,9%
Nordeste	132	6,1%	1.321	5,4%	1.441	5%
Norte	**40**	**1,8%**	**247**	**1%**	**247**	**0,9%**
TOTAL	2.176	100%	24.515	100%	28.984	100%

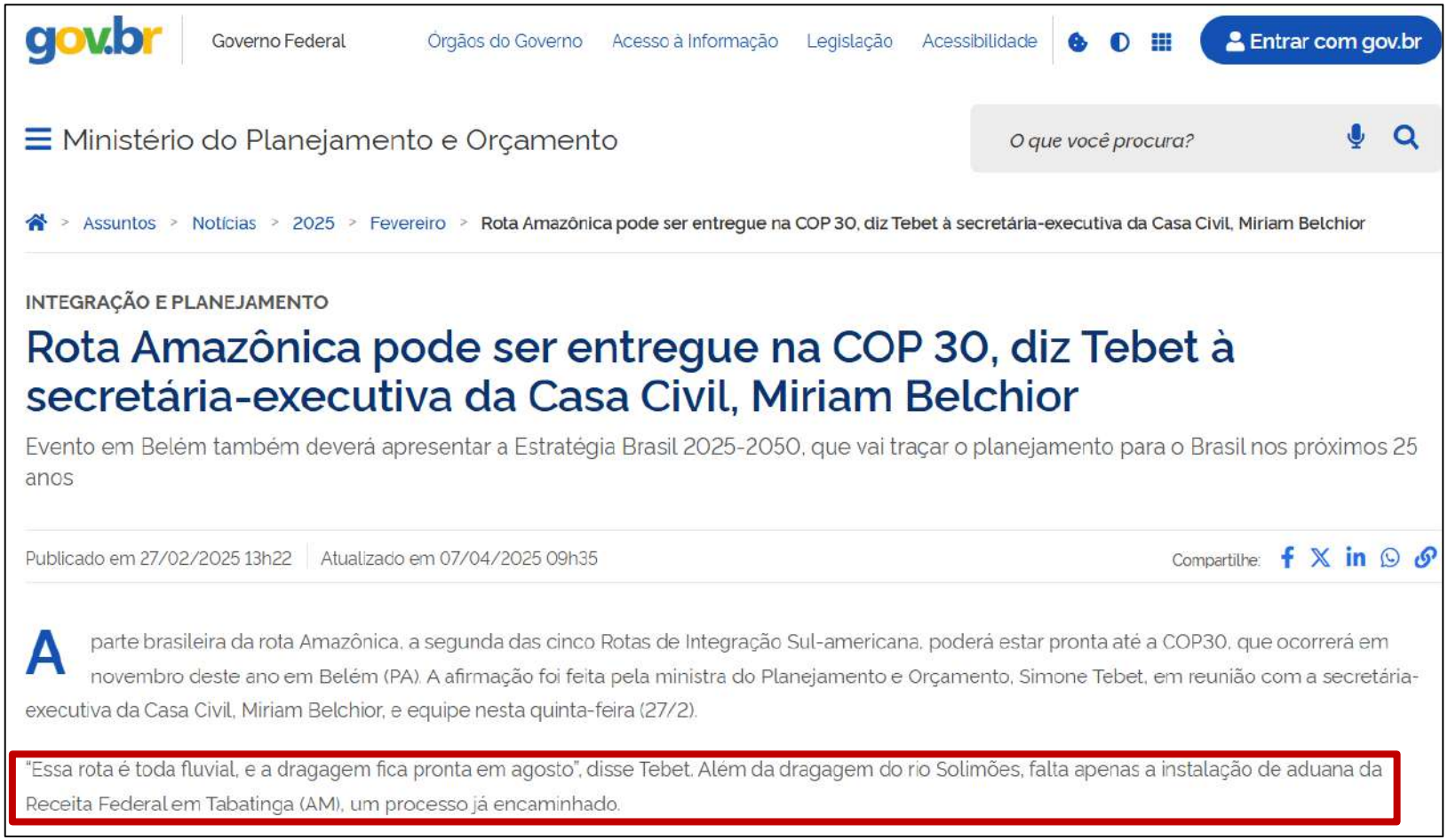
O impacto da Rota 2 em termos de fluxo comercial com a Ásia-Pacifico, em razão apenas de dragagem e sinalização da hidrovia é desproporcional.

O efeito da inauguração da Rota 2 (do MPO) para o comércio exterior brasileiro será nulo.

A inauguração somente do "lado brasileiro" não faz sentido logístico.

Uma rota que se diz bioceânica não pode ser inaugurada parcialmente, apenas em um país.

Fonte: MPO. Disponível em: https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/articulacao-institucional/rotas-de-integracao-sul-americana
Data de acesso: 20 jul. 2025.



gov.br Governo Federal Órgãos do Governo Acesso à Informação Legislação Acessibilidade Entrar com gov.br

Ministério do Planejamento e Orçamento

O que você procura?

Assuntos > Notícias > 2025 > Fevereiro > Rota Amazônica pode ser entregue na COP 30, diz Tebet à secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior

INTEGRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Rota Amazônica pode ser entregue na COP 30, diz Tebet à secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior

Evento em Belém também deverá apresentar a Estratégia Brasil 2025-2050, que vai traçar o planejamento para o Brasil nos próximos 25 anos

Publicado em 27/02/2025 13h22 | Atualizado em 07/04/2025 09h35 Compartilhe:

A parte brasileira da rota Amazônica, a segunda das cinco Rotas de Integração Sul-americana, poderá estar pronta até a COP30, que ocorrerá em novembro deste ano em Belém (PA). A afirmação foi feita pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, em reunião com a secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior, e equipe nesta quinta-feira (27/2).

"Essa rota é toda fluvial, e a dragagem fica pronta em agosto", disse Tebet. Além da dragagem do rio Solimões, falta apenas a instalação de aduana da Receita Federal em Tabatinga (AM), um processo já encaminhado.

Fonte: MPO. Disponível em: https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2025/fevereiro/rota-amazonica-pode-ser-entregue-na-cop-30-diz-tebet-a-secretaria-executiva-da-casa-civil-miriam-belchior Data de acesso: 20 jul. 2025.

Os Eixos de Integração e Desenvolvimento da IIRSA/Cosiplan são passíveis de modificação. O Eixo Amazônico foi ampliado em sua área territorial em 2013. Incorporou-se o Nordeste e Centro-oeste do Brasil, desconsiderando, por exemplo, Roraima, Guiana e Suriname. Em minha leitura sobre as necessidades de planejamento do desenvolvimento amazônico vinculado ao processo de integração sul-americana não caberiam a exclusão de Roraima, Guiana, Suriname e Sul da Venezuela da Amazônia ampliada e a inclusão do Nordeste brasileiro.

A forma como foram conduzidas a revisão e a ampliação do Eixo Amazonas ajuda a entender muitas das debilidades da Unasul e do planejamento da infraestrutura regional de forma particular. A proposta foi formulada por dois consultores sem relação com a região, contratados por uma das instituições que respaldam a IIRSA para definir qual seria e expansão desse eixo, **com objetivo provavelmente político de incluir o Nordeste brasileiro**. O estudo, porém, não leva em conta as especificidades da Amazônia nem demonstra conhecimento prévio sobre ela por parte dos autores, que não são de países amazônicos.

Esse caso específico da Amazônia indica uma debilidade geral que houve na decisão política de subordinar as instituições financeiras como um braço técnico do Cosiplan sem que houvesse um fortalecimento da capacidade dos próprios Ministérios de Planejamento para formular e acompanhar os estudos e as estratégias em nível regional. pp. 256-257

A Pan-Amazônia e a Amazônia brasileira

Caminhos da integração

Pedro Silva Barros

agênciaBrasil

Economia

Fundo administrará US$ 10 bilhões para integração sul-americana

Simone Tebet diz que será dada prioridade a projetos em andamento

WELLTON MÁXIMO – REPÓRTER DA AGÊNCIA BRASIL*
Publicado em 12/12/2023 - 18:32
Brasília

Nos próximos meses, explicou a secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento do Ministério do Planejamento, Renata Amaral, será definido o funcionamento do fundo. Haverá uma série de reuniões para definir quem vai gerir o fundo, como ocorrerá a divisão dos valores e a internalização do crédito de cada país. "Na semana passada, foi assinada uma declaração de intenção de criar o fundo. Agora, vamos estruturar a governança", explicou.

Fonte: Agência Brasil. Dezembro de 2023.
Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-12/fundo-administrara-us-10-bilhoes-para-integracao-sul-americana

Fundo Amazônia:

Recursos: **R$ 4,27 bilhões** (sendo R$ 1,98 bilhão já desembolsados)

Origem: **majoritariamente Noruega** (mais de R$ 3 bilhões)

Tipo de Projetos: **Concentrados em projetos de monitoramento e controle e poucos para fomento produtivo.**

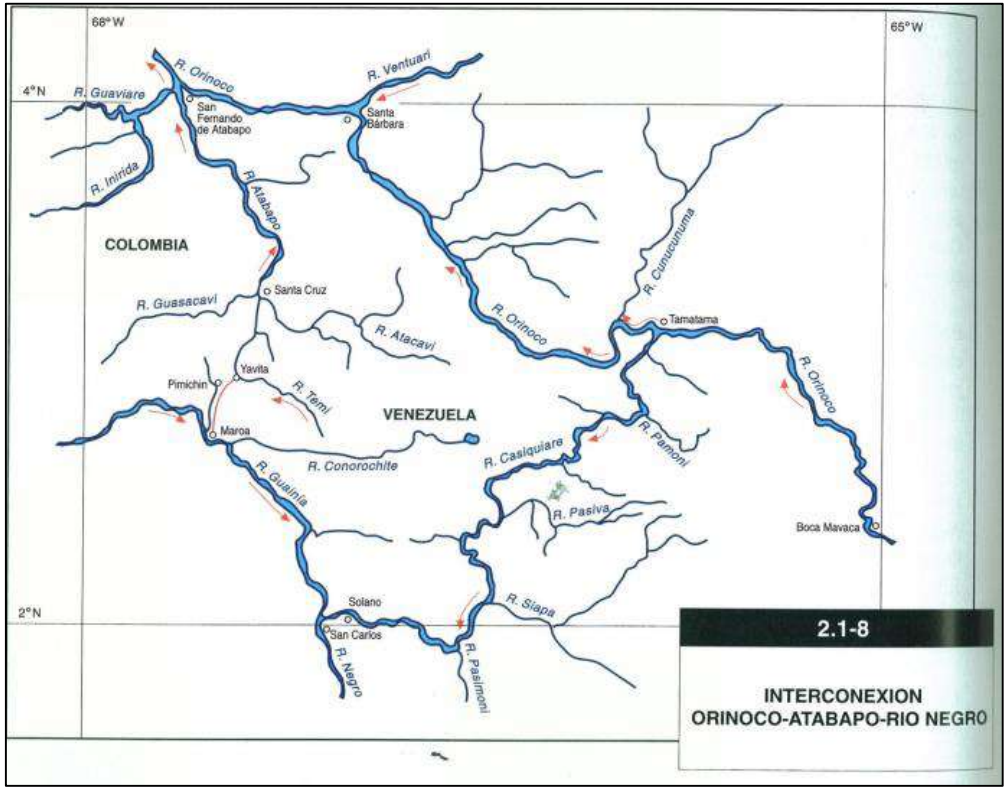
Fundo Clima:

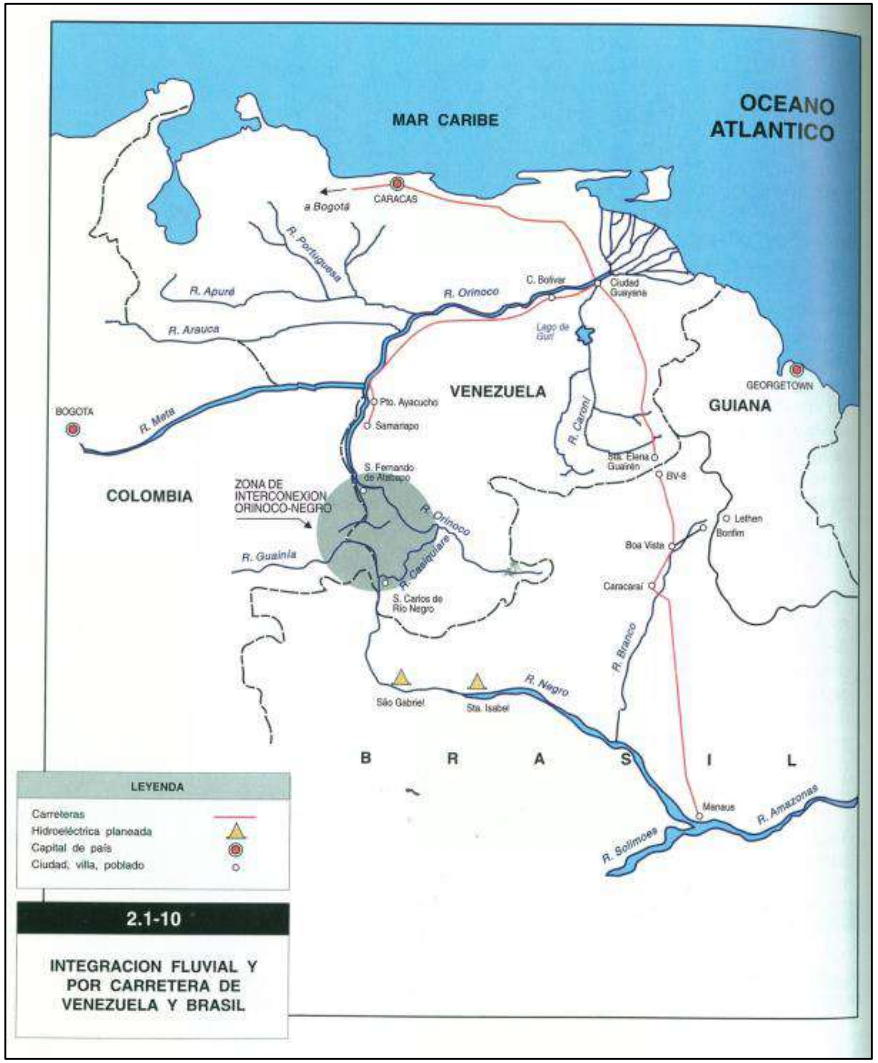
Recursos: **R$ 10,4 bilhões**

(houve significativo crescimento visto que até 2023 o fundo somava R$ 2,9 bilhões)

Obs. Pequena participação na Amazônia

Canal Cassiquiare





Fonte: CAF - Perea Borda, J. (1998). Los ríos nos unen. Integración fluvial suramericana. Bogotá: CAF.
Disponível em: https://scioteca.caf.com/handle/123456789/868

. . . *Notes and Suggestions* . . .

Alexander von Humboldt and Simón Bolívar

J. Fred Rippy and E. R. Brann*

A NUMBER of the biographers of Simón Bolívar and Alexander von Humboldt are agreed that there were relationships of some sort between the Liberator and the German scientist and that these relationships began late in 1804 or early in 1805, shortly after Humboldt returned from his five years of travel in Spain's American colonies.[1] But the writers differ with reference to the nature, frequency, and significance of the Humboldt-Bolívar association.

The most recent writers on the subject, Von Hagen and Ludwig,[2] apparently relying heavily upon fancy and such secondary authorities as Röhl, Belaunde, Pereyra, Larranzábal, and Mancini,[3] go so far as to assert that it was Humboldt who aroused the young Bolívar to the epochal determination to change the political status of Spanish America.[4] Röhl, Angell, Ybarra,[5]

*Dr. Rippy is professor of history in the University of Chicago. Mr. Brann is a young German scholar in exile.

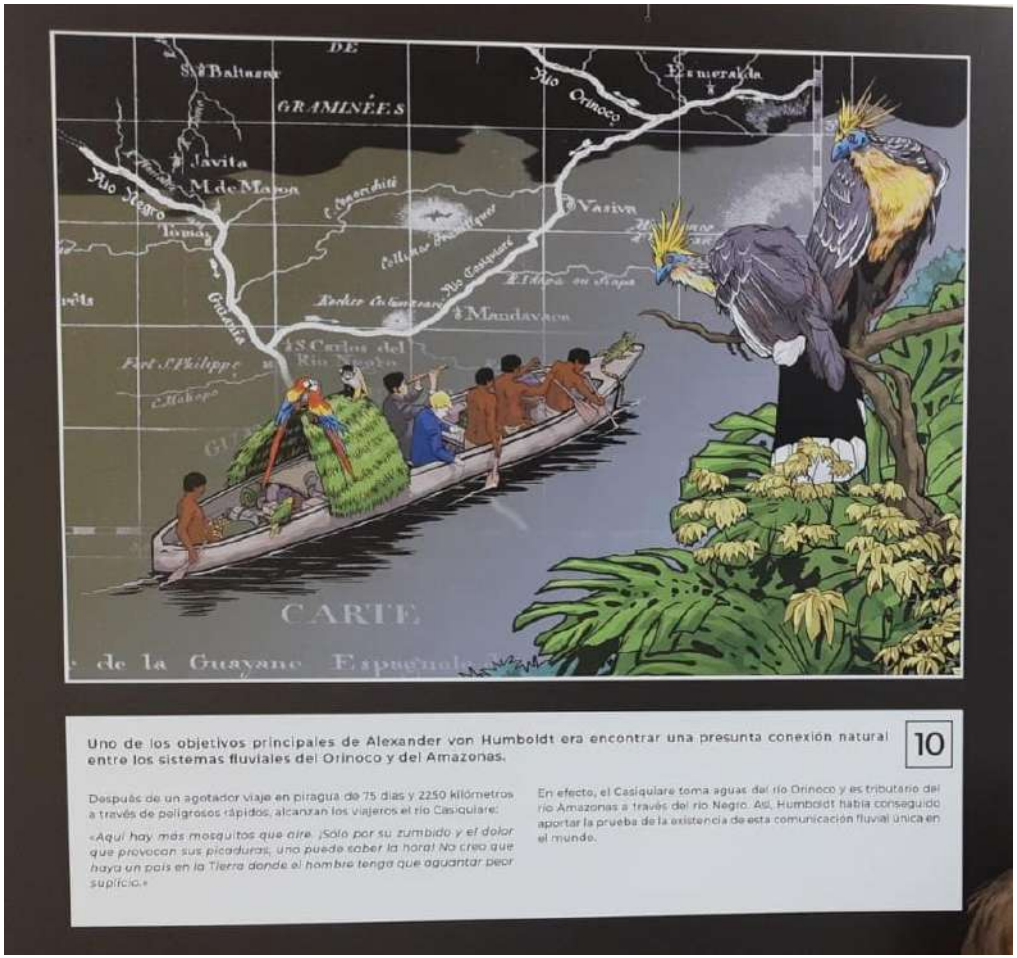
[1] General H. L. V. Decoudray-Holstein, *Memoirs of Simón Bolívar, President Liberator* (2 vols., London, 1830), I, 84, contends, however, that, contrary to frequent misrepresentation, Bolívar did not conceive the idea of liberating his native land during his youth.

[2] Victor Wolfgang von Hagen, *South America Called Them* (New York, 1945); Emil Ludwig, *Bolívar* (New York, 1942).

[3] Alexander von Humboldt, *Viaje a las regiones equinocciales del nuevo continente*, ed. by Eduardo Röhl (5 vols., Caracas, 1941–42) (cited hereafter as the work of Röhl); Victor Andrés Belaunde, *Bolívar and the Political Thought of the Spanish American Revolution* (Baltimore, 1938); Carlos Pereyra, *Humboldt en América* (Madrid, 1917); Felipe Larranzábal, *La Vida de Bolívar* (2 vols., New York, 1883); Jules Mancini, *Bolívar y la emancipación de las colonias españolas* (Mexico, 1923).

[4] "He [Humboldt] met young Simón Bolívar and with him ascended Mount Vesuvius. Humboldt knew that South America was ripe for freedom. He had met, talked, and walked with most of the precursors of the revolution to be. But the people needed a leader. Humboldt doubted that a man of the needed stature could be found to undertake the herculean task. He spoke to young Bolívar of his great country, its illimitable possibilities—Humboldt the savant became Humboldt the inspirer. Bolívar vowed that he would be the man that Humboldt said was needed . . ." Von Hagen, pp. 162–63.

"When Bolívar was introduced to Humboldt . . . it transpired within the first few minutes that Humboldt had met with the most cordial reception at the home of Bolívar's relatives. . . . [Humboldt's] insight was sufficient to make him grasp, in what he saw, the decadent condition of the colonial government. A humanist of the best school, a man of the world, and, above all, a man of independent mind, he took advantage of this first opportunity to tell the young Creole the best he could find to say about his people. . . . Humboldt knew too much about the Spanish prejudices against the Creoles, and had too soon been enlightened about Bolívar's position, not to meet him, here on his own continent, with praise of the Creole men of learning, as their grateful guest, telling him how Mutis, the great explorer at Santa Fé, had helped him and Bonpland for months on end, had placed all his collections at their disposal, and had then sent with them his best pupil, the only man in America who could make and repair any instrument. Finally, it turned out that a priest who had long been their travelling companion had been Bolívar's tutor. . . . All this could not fail to rouse Bolívar from his depression, to warm a heart torn be-



Em 2019 foi comemorado o "ano Humboldt" pelos 250 anos do nascimento de Alexander von Humboldt. Exposição "Todo es interacción - Transferencia e integración del conocimiento en el contexto de Humboldt", organizado pela Universidade de Buenos Aires (UBA) e pelo Centro Cultural de la Ciencia (C3).

Canal Cassiquiare

O Canal Cassiquiare (ou Braço Cassiquiare ou, ainda, rio Cachequirique) é o ponto de confluência entre duas das mais importantes bacias da América do Sul, a do Amazonas, a maior do planeta, com 6,2 milhões de km;² e a do Orinoco, a terceira maior da América do Sul, com 948 mil km². Trata-se de uma situação geográfica única; o Cassiquiare interliga naturalmente duas das mais importantes bacias hidrográficas do mundo e é decisivo para conformar a maior ilha marítimo-fluvial do planeta, a Ilha das Guianas, com aproximadamente 1,7 milhão de km²

CASSIQUIARE: O CANAL DA INTEGRAÇÃO FLUVIAL ENTRE BRASIL E VENEZUELA

Pedro Silva Barros[1]
Jesús Alberto Mercado Córdova[2]

RESUMO

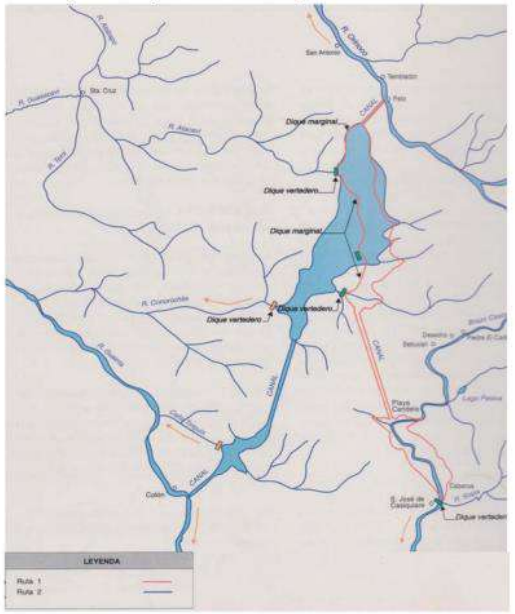
O principal objetivo deste trabalho é apresentar a importância do Canal Cassiquiare para a integração física das bacias do Orinoco e do rio Amazonas. O Cassiquiare é uma rara formação geográfica que tem sido estudada desde os tempos da colonização, pela sua condição geoestratégica, e foi alvo dos primeiros esforços diplomáticos de aproximação entre o Brasil e a Venezuela. Uma das debilidades da integração física da América do Sul tem sido a dificuldade em aprimorar o transporte por hidrovias, que tem vantagens devido ao baixo custo e às facilidades naturais para o transporte massivo de bens em médias e longas distâncias. Esse tipo de conexão apoia fortemente os processos de desenvolvimento econômico, ao aumentar a produtividade em regiões que historicamente permaneceram isoladas. Desta forma, o Cassiquiare representa uma oportunidade única de apoiar o desenvolvimento do território da Ilha das Guianas, a qual se encontra desarticulada tanto produtiva como comercialmente.

Palavras-chave: Cassiquiare; integração Brasil-Venezuela; navegação fluvial; Orinoco; Amazônia.

Fonte: Barros, P. S.; Córdova, J. A. M. (2014).
Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/bd3563a0-fad7-4f64-b515-066cbc677643/content

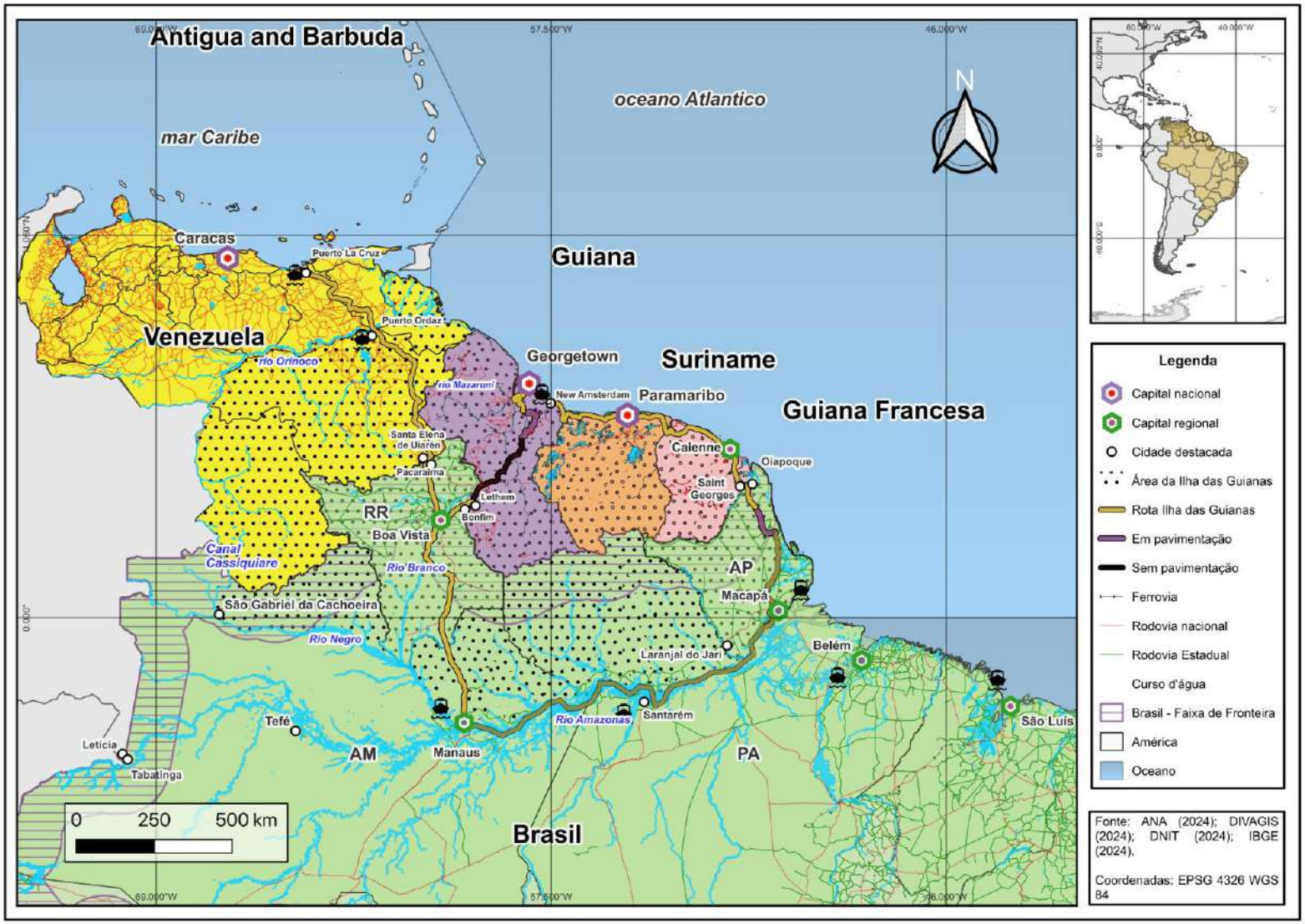
econômicos da exploração da navegação de uma forma racional e coordenada, melhores condições de segurança e baixos níveis de interferência ambiental" (Padovezi, 2003, p. 168).

MAPA 4
Proposta de Díaz León para a navegabilidade do Cassiquiare



Fonte: CAF (1998, p. 76).
Obs.: Imagem cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

Mapa:
Ilha das Guianas



Fonte: Ipea/Dinte. Projeto "Integração Regional: o Brasil e a América do Sul".

- **A integração com interdependência é a mais efetiva dissuasão**.

- Parte do desafio regional para a consolidação da Ilha das Guianas como uma área integrada, próspera e pacífica é o estabelecimento de uma governança regional

- A construção do porto de águas profundas em Nova Amsterdã, na Guiana, é fundamental para a projeção brasileira ao Caribe e a integração do conjunto da Ilha das Guianas. Também seria necessário a pavimentação completa dos acessos rodoviários do Amapá e de Roraima a este terminal, que se localiza a 707 km de Bonfim-RR e a 919 km de Oiapoque-AP.

- Merece especial atenção os trechos entre Lethem e Mabura Hill (324 km a ser pavimentado), na Guiana, e a pavimentação do **trecho norte da BR-156**, entre Calçoene-AP e Oiapoque-AP (110 km a ser pavimentado).

- Estabelecimento de rotas comerciais frequentes e diretas entre o Norte e Nordeste do Brasil e portos importantes do Caribe.

- Participação brasileira, especialmente da **Petrobras**, na prospecção e exploração de petróleo e gás em toda Ilha das Guianas.

- A **participação do Brasil nos mercados do Caribe ainda é baixa** e poderia ser dinamizada caso houvesse infraestrutura adequada, incluindo logística marítimo-portuária.

Acre: O estado tem três produtos compatíveis com a floresta entre os cinco principais bens exportados - madeira certificada, borracha e castanha.

Amapá: Porto de Santana como infraestrutura central na projeção brasileira ao Caribe.

Amazonas: Fortalecer a SUFRAMA (considerando a incorporação de bioprodutos/bioprocessos) e fomentar a indústria naval-fluvial amazônica.

Mato Grosso: Cresceu muito a produtividade, mas não seguirá na mesma velocidade. O desafio é agregar valor na produção a partir de uma agenda industrial/agroindustrial.

Rondônia: Superar a contradição entre a melhoria de infraestrutura e danos ambientais por meio do fornecimento da fiscalização, do monitoramento e do fomento de atividades compatíveis com a floresta.

Roraima: A conclusão do Linhão de Tucuruí em Boa Vista é um importante passo para a integração de infraestrutura na Ilha das Guianas.

Pará: Estado sede da COP 30. A exploração de recursos naturais finitos deve financiar progressivamente a preservação ambiental, a infraestrutura adaptada às condições e necessidades amazônicas e a bioeconomia.

Diferença brutal no valor das exportações de commodities versus de produtos compatíveis com a floresta

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Tabela: Principais produtos florestais e seus respectivos mercados

Produtos Compatíveis	Valor das exportações na Amazônia (US$)	Valor das exportações mercado global (US$)	% Mercado de exportação da Amazônia
Pimenta (do gênero piper), seca, não triturada nem em pó	108 milhões	1,5 bilhão	7,25%
Outros peixes, exceto fígados, ovas e sêmen	33 milhões	4,1 bilhão	0,82%
Óleos de dendê, em bruto	27 milhões	8,7 bilhão	0,32%
Suco (sumo) de qualquer outra fruta ou produto hortícola	24 milhões	2,5 bilhão	0,96%
Cabeças, caudas e bexigas natatórias, de peixes	19 milhões	427 milhões	4,60%
Outras frutas e partes de plantas, preparadas ou...	19 milhões	3,7 bilhões	0,50%
Catanha-do-pará, fresca ou seca, sem casca	16 milhões	364 milhões	4,44%
Castanha-do-pará, fresca ou seca, com casca	12 milhões	24 milhões	47,28%
Peixes ornamentais de água doce	5 milhões	260 milhões	2,02%
Outras frutas congeladas, não cozidas ou cozidas em água	4 milhões	2,8 bilhões	0,13%
Filés de outros peixes, congelados	3 milhões	1,9 bilhão	0,16%
Outros sucos de abacaxi, não fermentados	3 milhões	360 milhões	0,79%
Outros camarões, congelados	3 milhões	17,7 bilhões	0,02%
Mel natural	3 milhões	2,2 bilhões	0,12%
Outros óleos de dendê, mesmo refinados...	2 milhões	23,3 bilhões	0,01%
Subtotal - 15 principais produtos compatíveis	**281 milhões**	**69,9 bilhões**	**0,40%**
Valor total dos produtos compatíveis com a floresta	**298 milhões**	**176,6 bilhões**	**0,17%**

Exportações (2024)
Pará:
US$ 12,78 bilhões (min. de ferro)
US$ 3 bi. (minérios de cobre)
US$ 1,9 bi. (alumina calcinada)
US$ 1,5 bi. (soja em grão)
US$ 680 milhões (carne bov. cong.)

Mato Grosso:
US$ 10,72 bilhões (soja em grão)
US$ 5,48 bi. (milho)
US$ 3,38 bi (farelo de soja)
US$ 2,3 bi. (carne congelada)

Rondônia:
US$ 939 milhões (soja em grão)
US$ 920 milhões (carne bov. cong.)
...

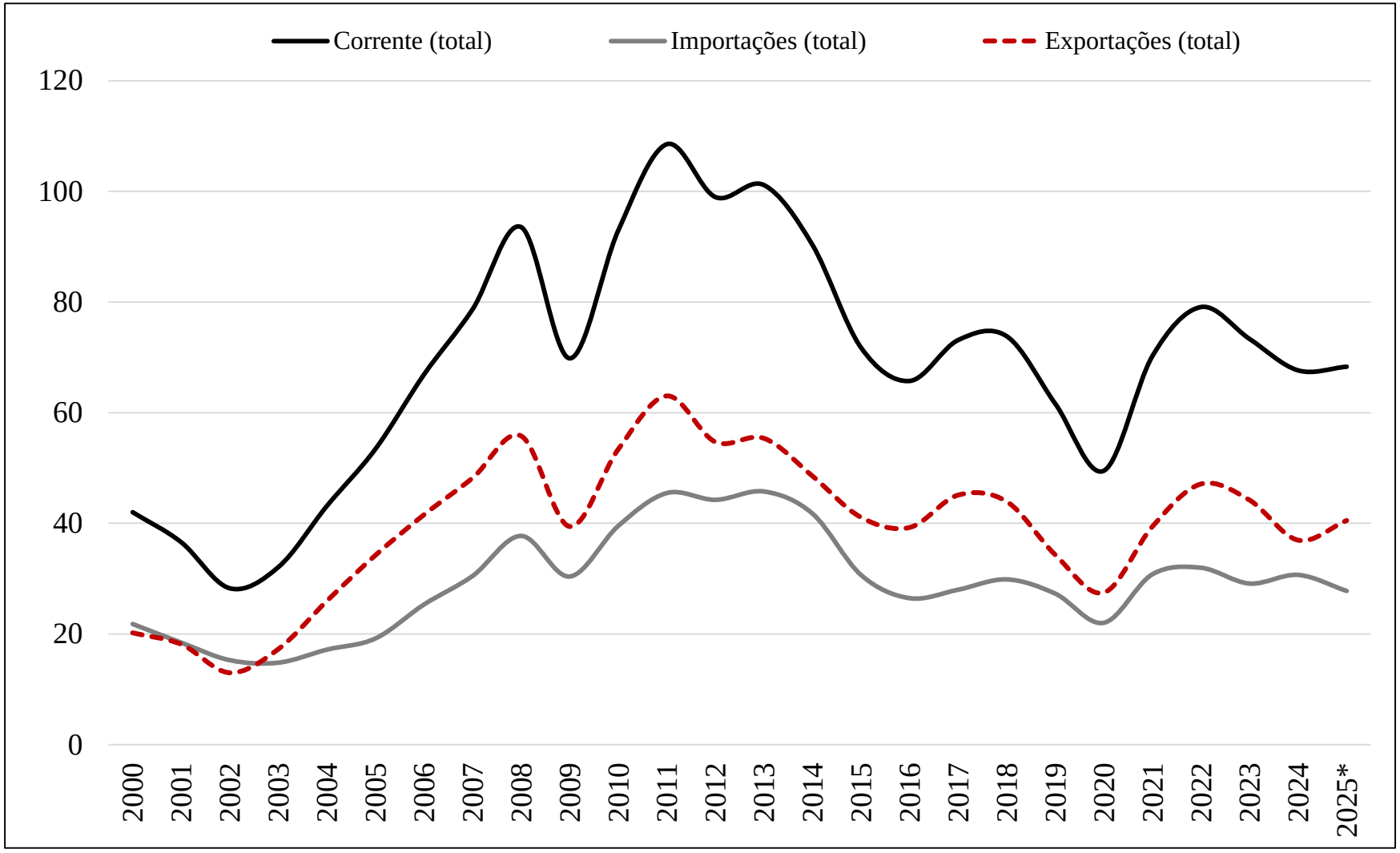
Fonte: Coslovsky, S. (2021). Oportunidades para Exportação de Produtos Compatíveis com a Floresta na Amazônia Brasileira.

Tabela:
Evolução das exportações de Castanha-do-pará, fresca ou seca, sem casca (SH6 08.01.22), segundo principais players, entre 2000 e 2024.
Em US$ milhões (FOB).

Países	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Bolívia	125,5	155,4	192,2	114,8	187
Peru	29	47,5	36,4	29	37,7
Alemanha	38	33	28,9	35,2	32,3
Brasil	**15,4**	**30,5**	**20,4**	**18,2**	**26,3**
Outros	43	44,5	39,6	35	45,4
Mundo	250,9	310,9	317,5	232,2	328,7

Fonte: TradeMap – ITC.
Elaboração própria.

Gráfico: **Comércio Brasil – América do Sul**
Evolução das exportações, importações e corrente comercial , entre 2000 e 2025*
Em US$ (FOB) bilhões, a preços de 2024.



Fonte: Comex Stat-MDIC. Elaboração própria. *Estimativa a partir dos dados do primeiro semestre de 2025.

Tabela:
Evolução da corrente comercial entre Brasil e América do Sul (por país), em anos selecionados. Em US$ (FOB), a preços de 2024.

Países	2011	2022	2023	2024	2025*	Variação entre 2011 e 2025*	Variação entre 2022 e 2025*
Argentina	55.199.154.572	30.469.518.686	29.542.298.001	27.354.666.345	30.579.944.824	-45%	0%
Chile	13.886.636.013	14.691.970.258	12.613.587.541	11.610.115.323	10.956.484.986	-21%	-25%
Paraguai	7.539.086.708	7.664.557.604	6.813.012.436	7.233.179.971	6.683.626.630	-11%	-13%
Uruguai	5.473.994.288	5.073.692.639	5.475.396.082	4.964.962.452	5.400.302.642	-1%	6%
Colômbia	5.517.963.747	7.953.325.346	6.288.287.195	5.351.047.402	4.998.142.654	-9%	-37%
Peru	5.066.385.423	5.267.233.993	4.915.245.162	4.325.441.469	4.163.580.226	-18%	-21%
Bolívia	6.096.640.610	3.899.784.517	3.415.251.787	2.790.088.005	2.563.480.996	-58%	-34%
Equador	1.432.630.948	1.320.631.508	1.249.562.817	1.089.708.381	1.067.226.584	-26%	-19%
Venezuela	8.155.052.765	1.810.221.128	1.610.885.053	1.618.804.088	947.172.576	-88%	-48%
Guiana	49.778.164	889.050.218	1.351.852.110	1.247.402.257	904.287.520	1717%	2%
Suriname	102.637.310	46.993.631	47.473.561	56.297.556	37.959.236	-63%	-19%
Guiana Francesa	8.095.353	8.042.887	8.382.706	5.962.644	5.609.274	-31%	-30%
Corrente (total)	108.528.055.901	79.095.022.416	73.331.234.451	67.647.675.893	68.307.818.148	-37%	-14%

Fonte: Comex Stat-MDIC. Elaboração própria.
*Estimativa a partir dos dados do primeiro semestre de 2025.

Revista Tempo do Mundo n°27 (2021)

Edição especial:
Os Desafios da Amazônia

Coordenadora:
Rosalía Arteaga

DOI: https://doi.org/10.38116/rtm27

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Securitizar para isolar ou integrar para desenvolver?

36. Los Jefes de Estado observaron que el impulso de la integración transfronteriza se fortalece por ser una resultante, entre otros factores, de la proximidad geográfica, de la identidad cultural y de la consolidación de valores comunes. Las fronteras suramericanas deben dejar de constituir un elemento de aislamiento y separación para tornarse un eslabón de unión para la circulación de bienes y personas, conformándose así un espacio privilegiado de cooperación.

Comunicado de Brasília de 2000

Revista Tempo do Mundo n°39

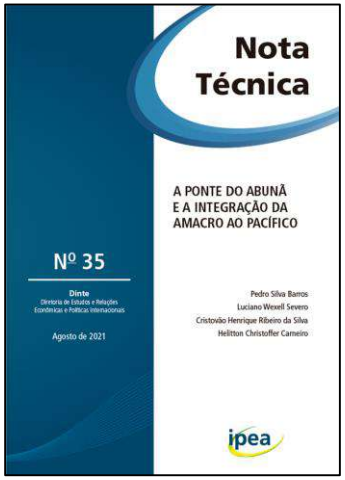
Edição:
O tempo da Amazônia na COP 30

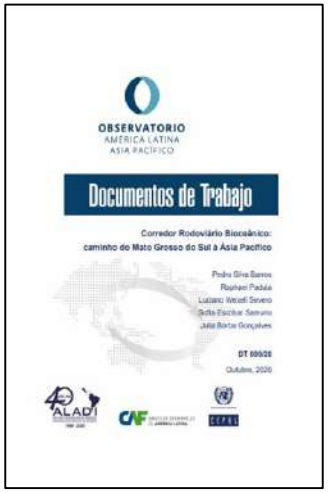
Coordenadores:
María Alexandra Moreira
Claudio Castelo Branco Puty

Submissões de artigos até 15 de setembro

Ipea - Publicações
(2020 - 2025)

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada





Projeto
Integração Regional: o Brasil e a América do Sul

https://www.ipea.gov.br/portal/americadosul

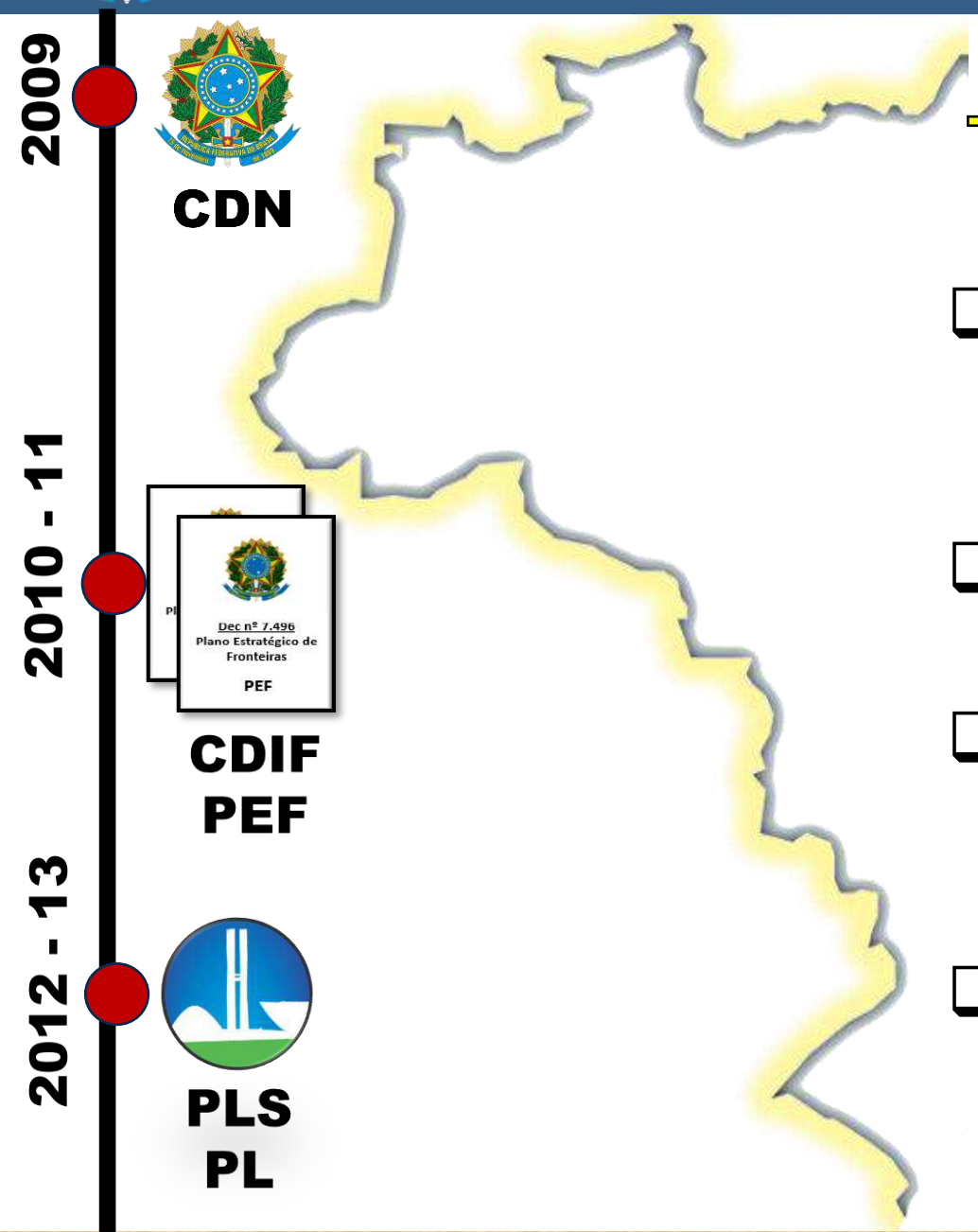
Link de acesso: https://www.ipea.gov.br/portal/americadosul

Pedro Silva Barros
Técnico de Planejamento e Pesquisa - Ipea
Editor da Revista Tempo do Mundo - Ipea
Coordenador do Projeto "Integração Regional: o Brasil e a América do Sul"
Professor titular de Integração Regional do Instituto Rio Branco (MRE)
Professor permanente do PPGSDD da Escola Superior de Defesa (MD)
E-mail: pedro.barros@ipea.gov.br

POLÍTICA NACIONAL DE FRONTEIRAS

PROGRAMA DE PROTEÇÃO INTEGRADA DE FRONTEIRAS

UMA POLÍTICA PARA AS FRONTEIRAS



DIAGNÓSTICO

- Baixo grau de investimento e carência de recursos.
- Políticas setoriais desarticuladas.
- Políticas nacionais que não alcançam as fronteiras.
- Limitada participação social.

UMA POLÍTICA PARA AS FRONTEIRAS

2015

TCU Acórdão nº 2.252 9 SET 2015

2016

TCU Acórdão nº 1.995 3 AGO 2016

2016

~~Dec 7.496 Plano Estratégico de Fronteiras PEF~~

GESTÃO DA SEGURANÇA NAS FRONTEIRAS

GOVERNANCE GOVERNANCE GOVERNANCE

COORDENAÇÃO CENTRALIZADA

MAIOR ALCANCE

MAIOR INTEGRAÇÃO

- ☑ Declaração de Brasília
- ☑ Criação do PPIF

Presidência da República
Secretaria-Geral
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 8.903, 16 NOV 2016

Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução.

PROGRAMA DE PROTEÇÃO INTEGRADA DE FRONTEIRAS

Dec. nº 8.903/16

PPIF

PROGRAMA DE PROTEÇÃO INTEGRADA DE FRONTEIRAS - PPIF

MISSÃO

FORTALECER

PREVENÇÃO
CONTROLE
FISCALIZAÇÃO
REPRESSÃO

DELITOS TRANSFRONTERIÇOS

Dec. nº. 8.903/NOV/16

O PPIF NOS ESTADOS

GGIF

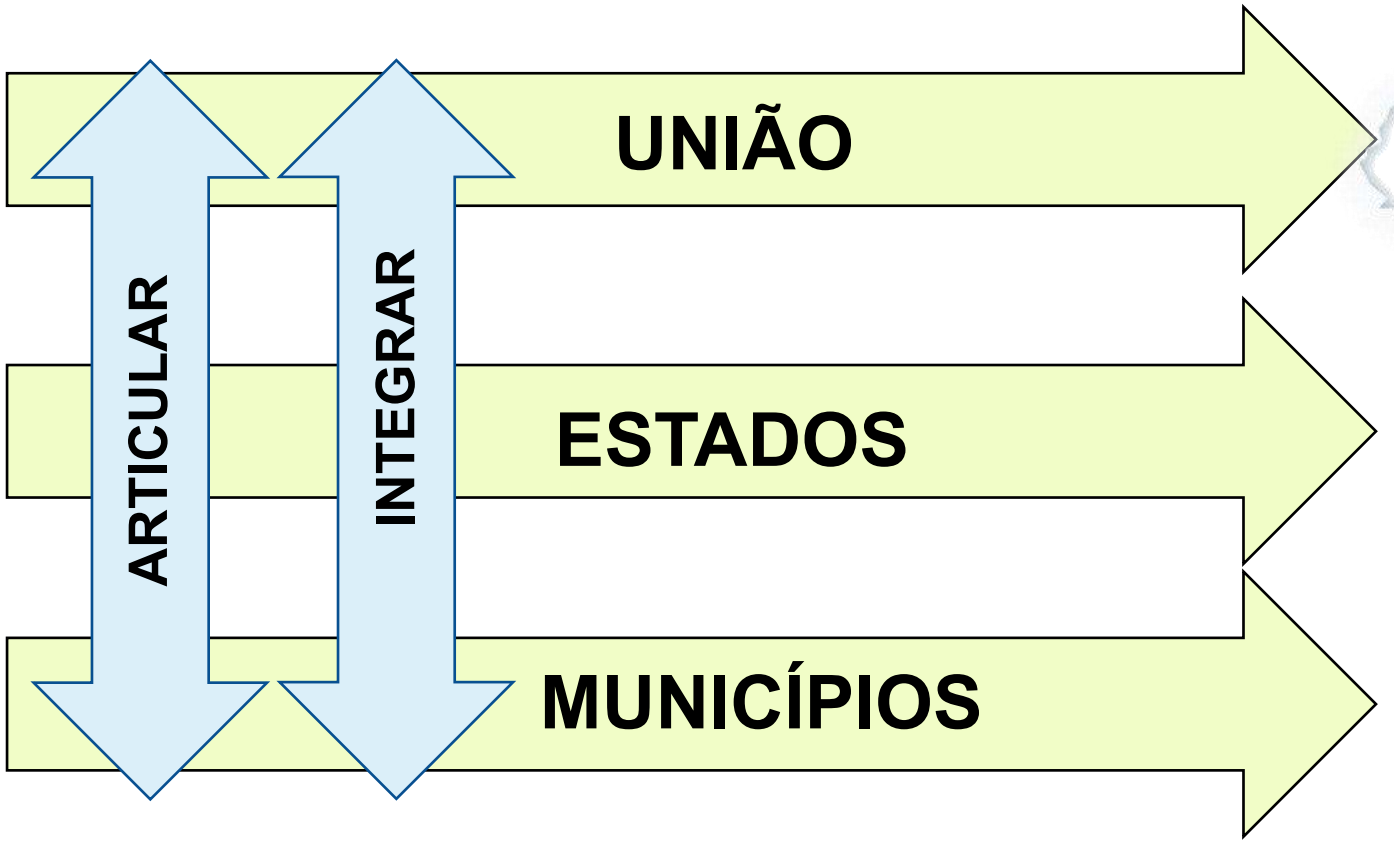
GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA DE FRONTEIRAS

Dec. nº. 8.903/NOV/16

Art. 7º e 8º

Objetivo Estratégico

1



SEGURANÇA FRONTEIRIÇA

OPERAÇÕES INTEGRADAS

MD

Operação Ágata

EMCFA
FORÇAS ARMADAS

PROGRAMA DE PROTEÇÃO INTEGRADA DE FRONTEIRAS
PPIF

MJSP

PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS - ENFOC
OPERAÇÃO PROTETOR
COOPERAÇÃO
PROTEÇÃO
QUALIFICAÇÃO
DIVISAS - FRONTEIRAS - BIOMAS

DIOPI/SENASP/ MJSP

OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS

SÍNTESE DO PPIF

“Integração”

“Cooperação”

“Juntos por fronteiras mais seguras”

O PPIF E A PNFRON

2005
2009

2016

2012
2013

IMPLANTALÇÃO

2024

2015
2016

PROGRAMA

✓ **SEGURANÇA**
* Crimes Transfronteriços

IMPLEMENTAÇÃO

PROMOÇÃO

POLÍTICA NACIONAL

✓ **SEGURANÇA**
✓ DESENVOLVIMENTO
✓ INTEGRAÇÃO REGIONAL
✓ DIREITOS HUMANOS

POLÍTICA NACIONAL DE FRONTEIRAS

Dec. nº 12.038/24

POLÍTICA NACIONAL DE FRONTEIRAS

PROPOSTA DA POLÍTICA

EXECUTIVO FEDERAL

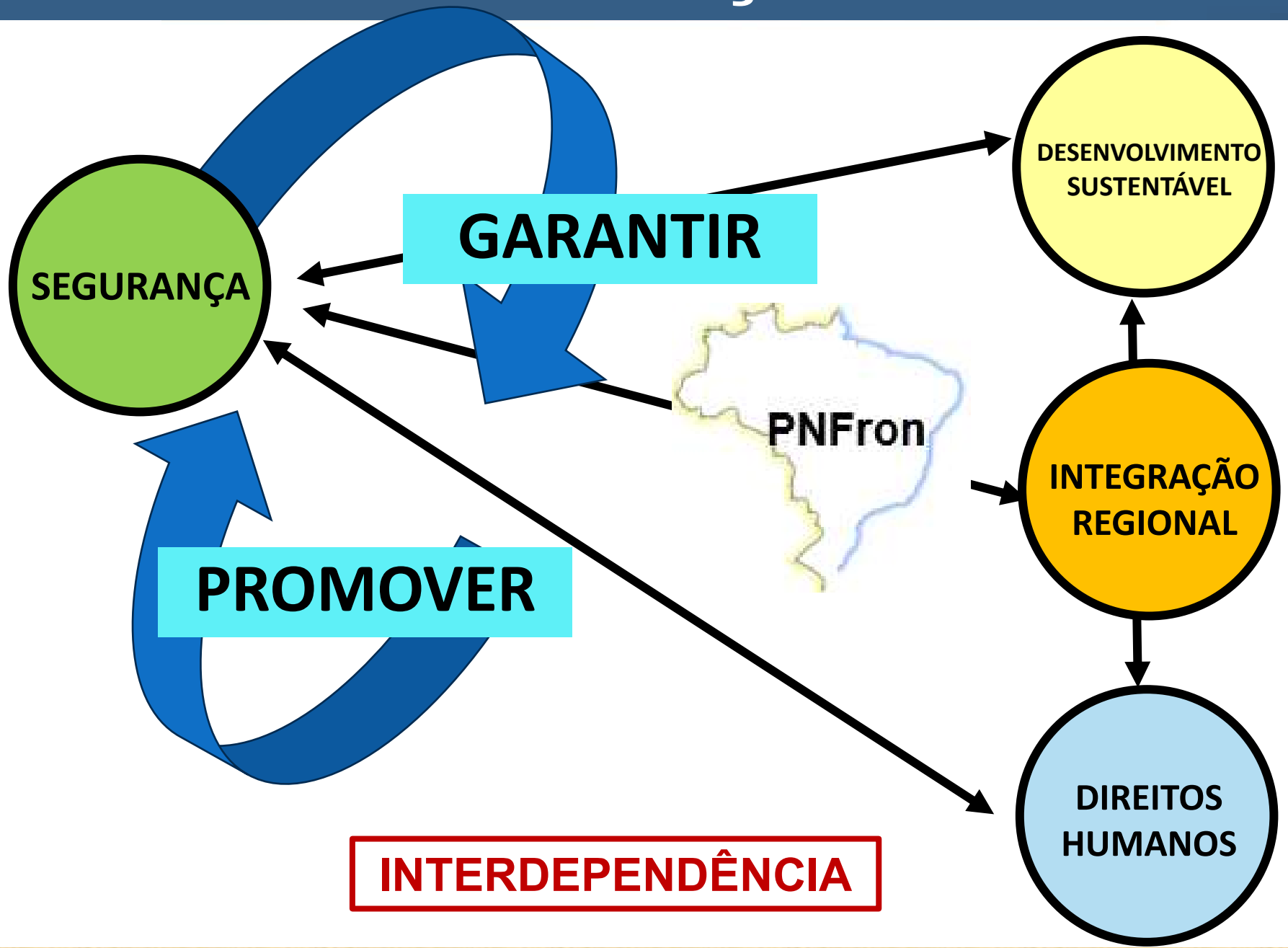
ATUAÇÃO COORDENADA

PROMOÇÃO

	COAUTORES
1. SEGURANÇA	MJSP - MD
2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	MIDR
3. INTEGRAÇÃO REGIONAL	MRE
4. DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E PROTEÇÃO SOCIAL	MDHC

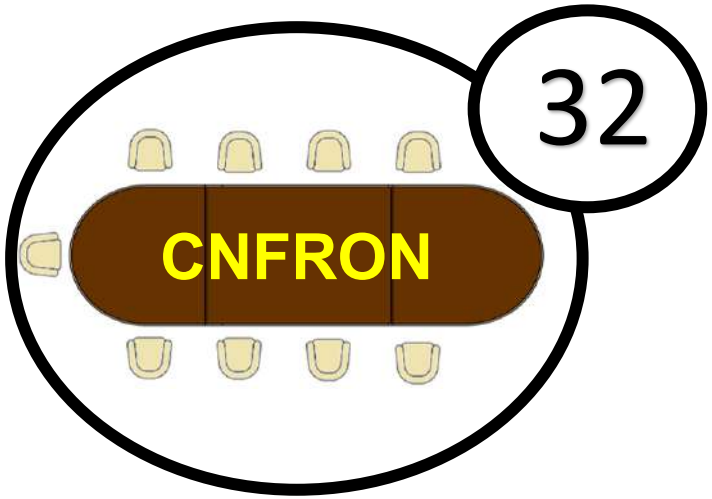
ENTES FEDERATIVOS, INSTITUIÇÕES PRIVADAS E SOCIEDADE

IMPLEMENTAÇÃO

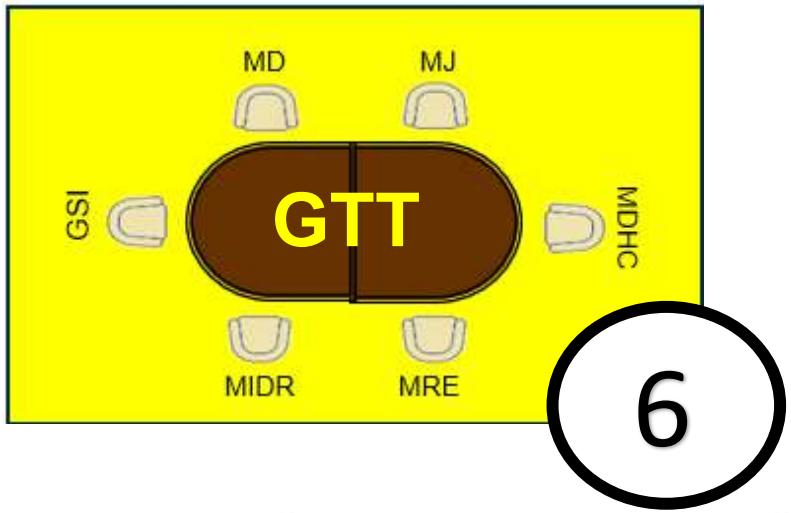


COMITÊ NACIONAL DE FRONTEIRAS

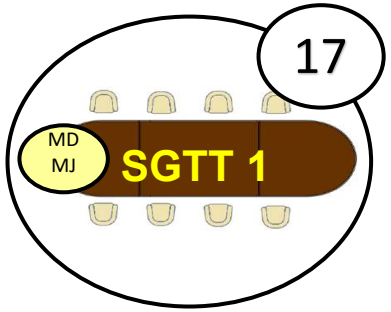
INSTÂNCIAS NO ÂMBITO DO CNFRON



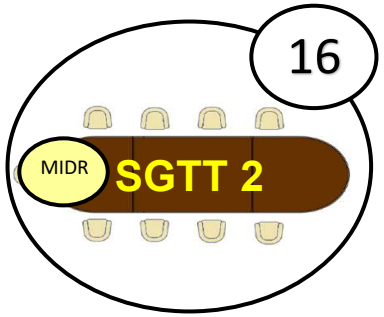
ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO



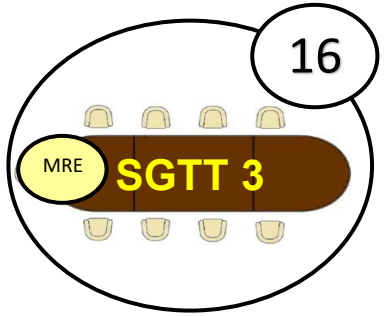
COORDENAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO



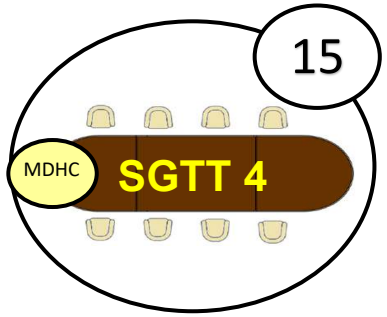
SEGURANÇA



DESENVOLVIMENTO REGIONAL



INTEGRAÇÃO REGIONAL



DIREITOS HUMANOS

COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO

CONTRIBUIÇÃO

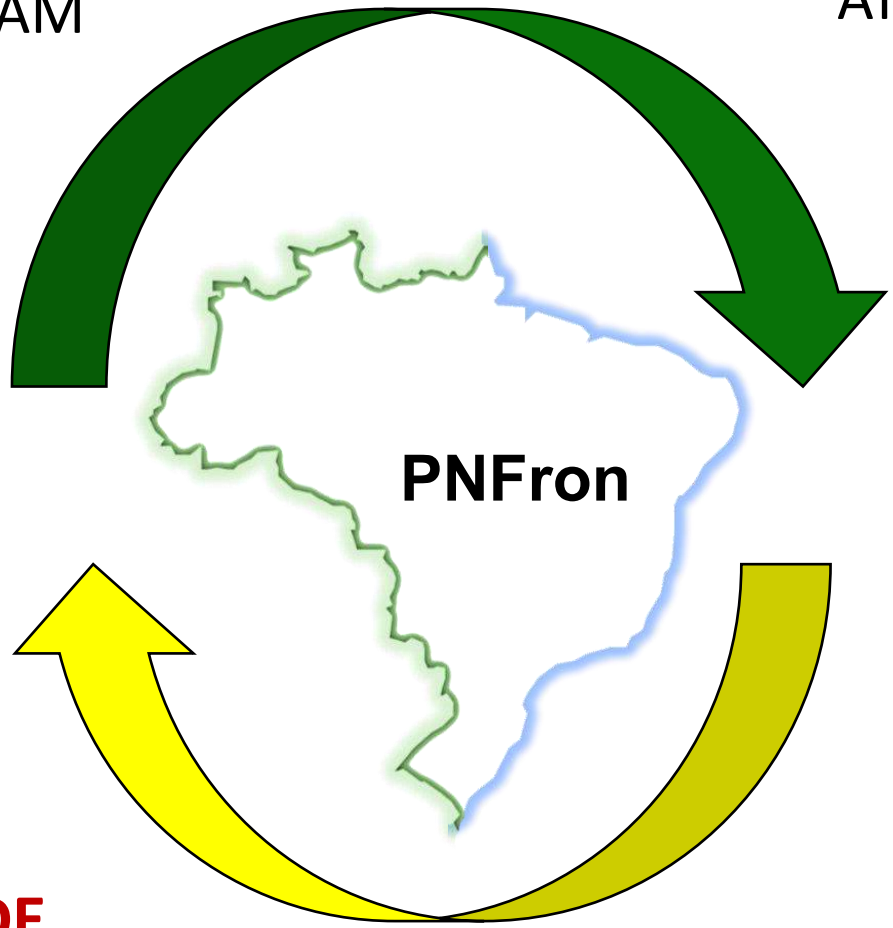
INÉDITA E INOVADORA

FRONTEIRAS QUE APROXIMAM

ABRANGENTE

ATUAÇÃO INTEGRADA

4 EIXOS



PROMISSORA

PROSPERIDADE, INCLUSÃO E SOBERANIA

INTEGRADORA

GOVERNANÇA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

RESPOSTA À SOCIEDADE

REFLETE EM TODO PAÍS

COLABORATIVA

INTEGRAÇÃO REGIONAL

ACORDO DE COOPERAÇÃO

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL + SEGURANÇA

OBJETIVO GERAL

PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA

EMPRESAS

ENTIDADES CIVIS DE FOMENTO

ENTIDADES DE DEFESA NACIONAL

PROMOVER

POLÍTICAS – PROGRAMAS - PROJETOS

OUTRAS ENTIDADES FX FRONTEIRA

ENTIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA

BASE CONFIÁVEL DE SEGURANÇA MATERIAL E JURÍDICA CAPAZ DE ATRAIR INVESTIMENTO COM FOCO NO BINÔMIO SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO

Eixos temáticos do trabalho

1. Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática
2. Infraestrutura para o Desenvolvimento
3. Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social
4. Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais
5. Integração Regional, Migrações e Segurança

Cel EB R1 BITTENCOURT
bittencourt@presidencia.gov.br
(61) 3411-4271 / 9 8243-0243

Muito obrigado!

SELVA!

PROGRAMA
FRONTEIRA
INTEGRADA

Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial - SDR

Coordenação-Geral de Gestão do Território - CGGT

CGGT
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

PDIFF - Programa de Integração e Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

NEFs – Núcleos Estaduais de Fronteira

SDR – GESTÃO DO TERRITÓRIO

Programa de Desenvolvimento e Integração da
FAIXA DE FRONTEIRA

- 588 municípios, em 11 Estados Brasileiros, dividido em 3 Arcos:
  Arco Norte: AP, PA, RR, AM e AC;
  Arco Central: RO, MT e MS;
  Arco Sul: PR, SC e RS.

- 34 Cidades-Gêmeas que são municípios que apresentam grande potencial de integração econômica, social e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação com uma localidade do país vizinho. (Portaria nº 2.507/2021)

- 10 Países Vizinhos: Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

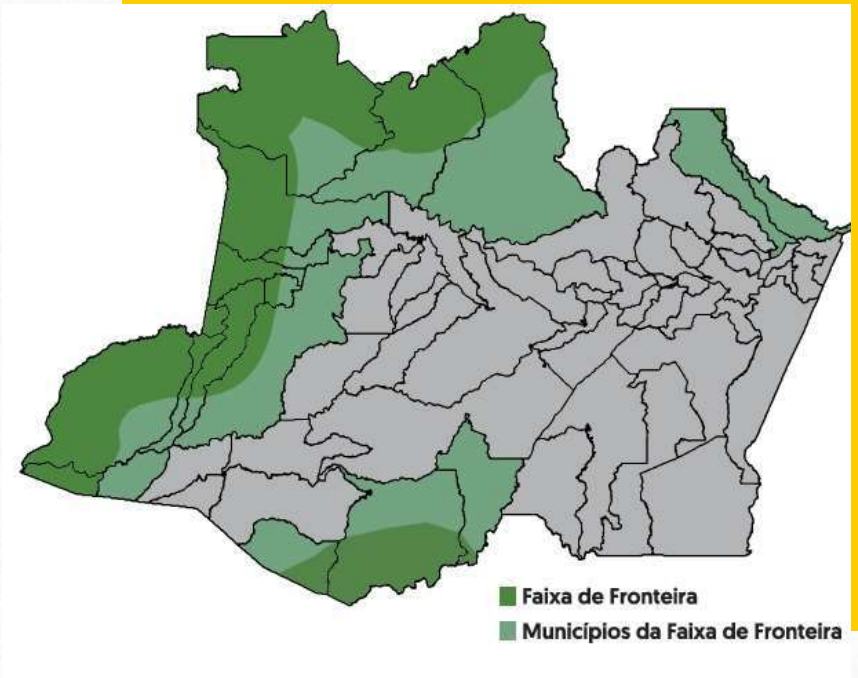
GESTÃO DO TERRITÓRIO

Estratégia

PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA

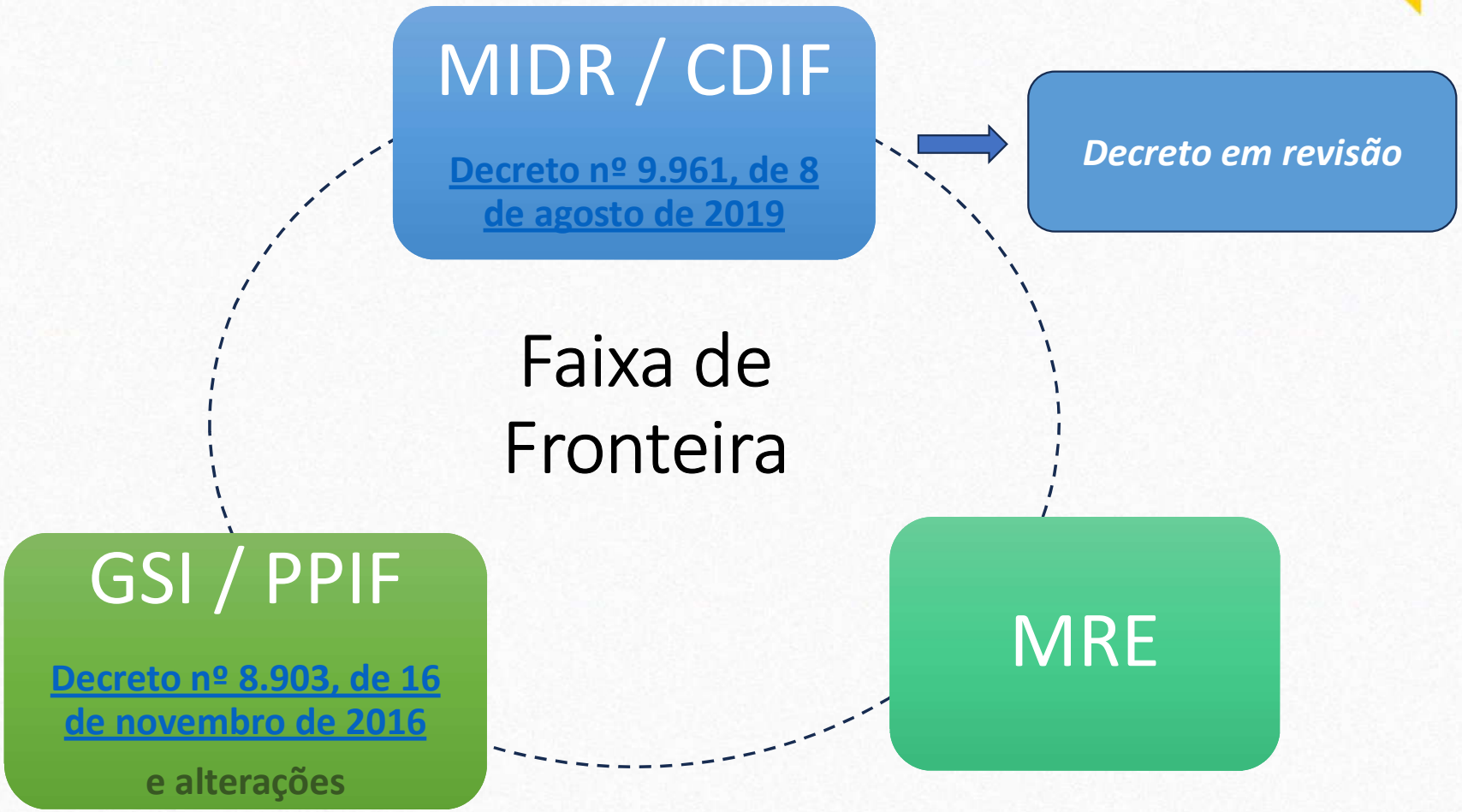
- **Estruturação do Sistema de Governança da Faixa de Fronteira (CDIF, NEFs) e elaboração dos Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira - PDIFF e agendas integradas de desenvolvimento regional com foco em inovação em sustentabilidade (cooperação sul-sul)**
- **Viabilização de projetos executivos de cooperação transfronteiriça em setores estratégicos como a Bioeconomia, Economia Circular**
- **Portaria nº 2.413, de 9 de julho de 2024 - Estabelece o Programa Fronteira Integrada (PFI)**

NEFs – Núcleos Estaduais de Fronteira

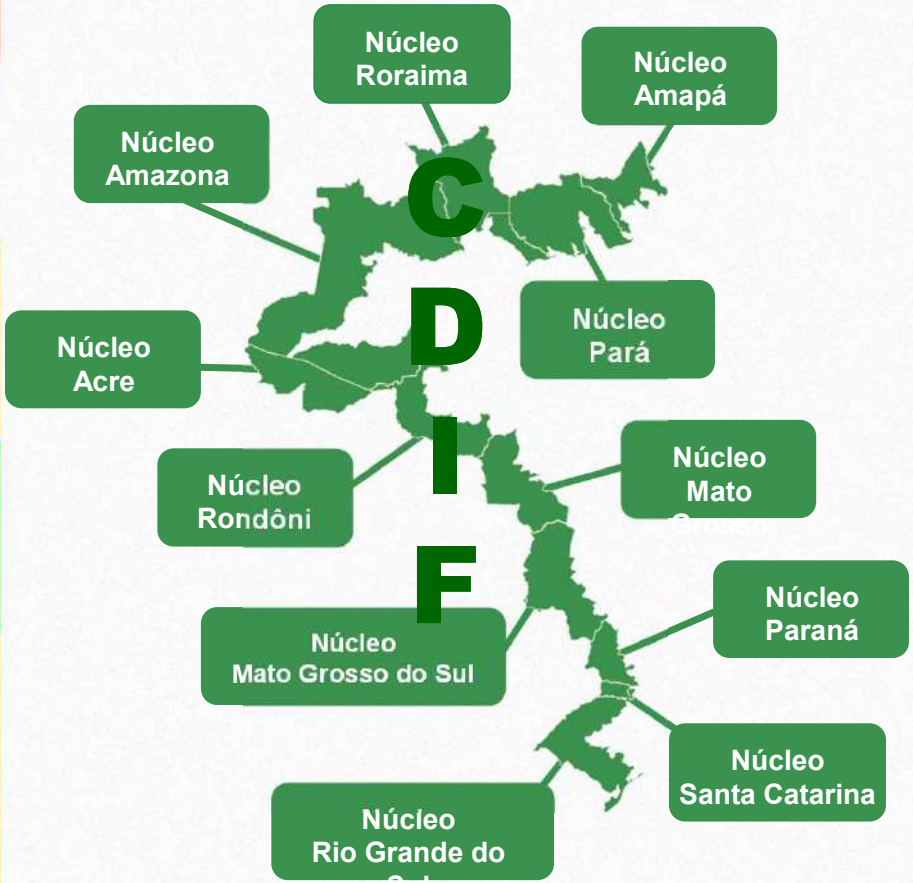


- **Definição: órgão/estrutura governamental estadual voltado à faixa de fronteira (ex.: NIFFAM/AM).**
- **Finalidade: assessorar o governo na região de fronteira e orientar políticas públicas específicas.**
- **Papel articulador: integrar instituições e mobilizar recursos para ações na faixa de fronteira.**
- **Base legal: podem ser criados e instituídos por decretos estaduais.**
- **Política Nacional de Fronteiras (PNFron): Decreto nº 12.038/2024**
- **Atuação: executam projetos para desenvolvimento econômico, social e produtivo (ex.: manejo integrado de bacias hidrográficas, criação de centros de inovação).**

Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF

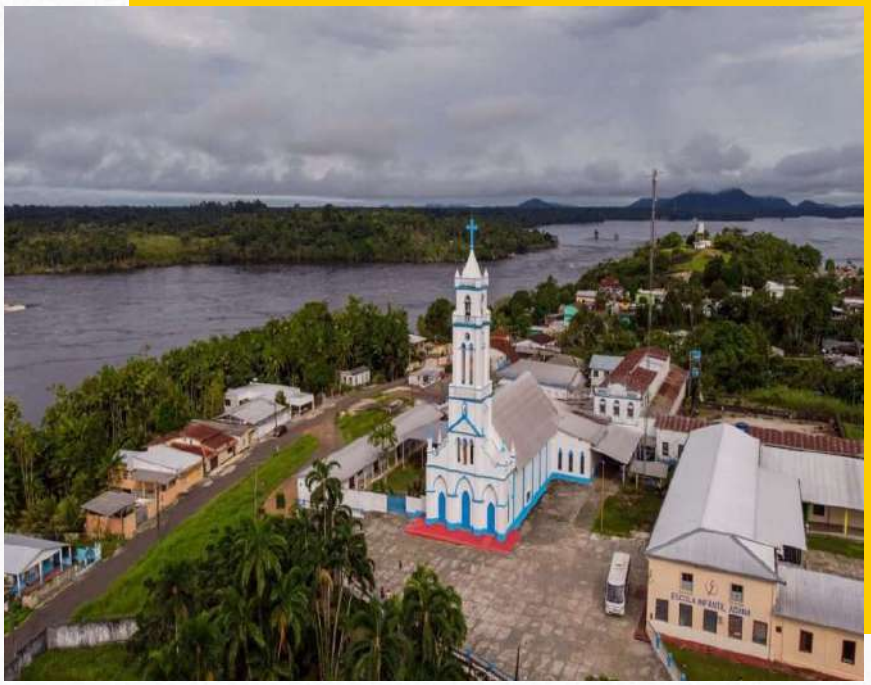


Núcleos Estaduais de Fronteira em diálogo com a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF



Competências atuais

1. **Promover a mobilização e a junto a atores locais do estado a fim de sistematizar as demanda;**
2. **Submeter à CDIF os pleitos que podem ser resolvidos no âmbito federal;**
3. **Articular soluções, em nível local e estadual, para as propostas solicitadas.**
4. **Manter diálogo permanente com o Ministério do Desenvolvimento Regional, facilitando o fluxo de informações e zelando pela coordenação das ações empreendidas no território.**

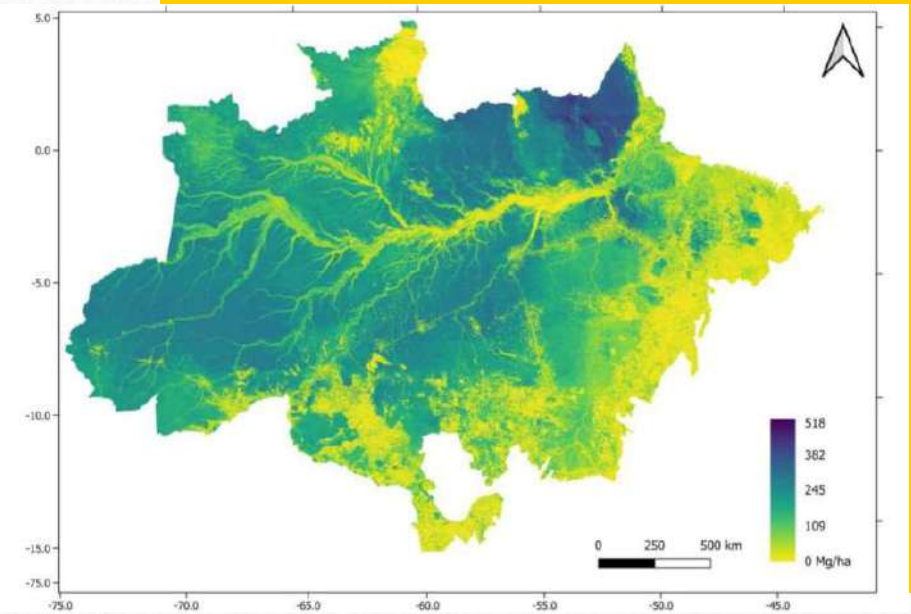


Base legal e institucional

- **Portaria nº 2.413/2024 (MIDR) – institui o PFI**
- **Revoga a Portaria nº 3.227/2020**
- **Faixa de fronteira: até 150 km (Lei nº 6.634/1979)**
- **PNDR: Decreto nº 11.962/2024**
- **Política Nacional de Fronteiras (PNFron): Decreto nº 12.038/2024**
- **CDIF: Decreto nº 9.961/2019 (orientações)**
- **PPIF: Decreto nº 8.903/2016 (proteção integrada)**

Definição e objetivo geral do PFI

- **O que é:** Estratégia do MIDR para implementar a PNDR nas fronteiras
- **Objetivo geral:** Incentivar desenvolvimento econômico, social e produtivo na faixa de fronteira
- **Como:** Cooperação com países vizinhos; atração de investimentos; inovação; redução de assimetrias; geração de trabalho e renda
- **Foco transversal:** desenvolvimento regional sustentável



Resultados esperados

- **Maior atração de investimentos e integração produtiva transfronteiriça**
- **Adensamento e modernização de cadeias estratégicas (bioeconomia, TICs, economia circular)**
- **Inclusão socioprodutiva com foco em mulheres e jovens**
- **Infraestrutura sustentável para escoamento e conectividade**
- **Inovação, qualificação e governança fortalecida**
- **Conservação produtiva e turismo sustentável como vetores de desenvolvimento**

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

wallace.vior@mdr.gov.br

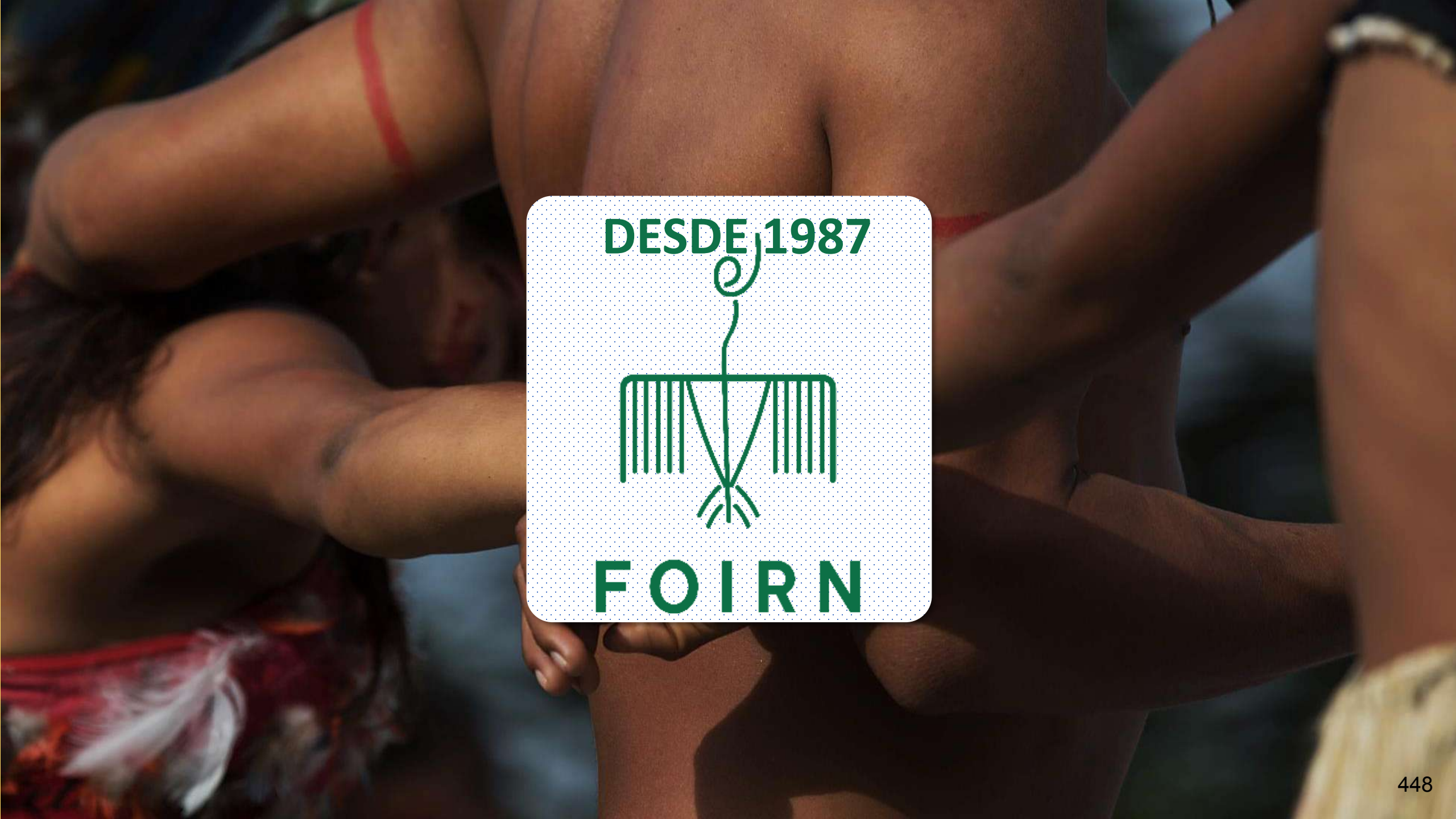
cggt.sdr@mdr.gov.br

#SOMOS A FOIRN

FOIRN

FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO

10 de setembro 2025


DESDE 1987
FOIRN

Representando **23 povos indígenas**

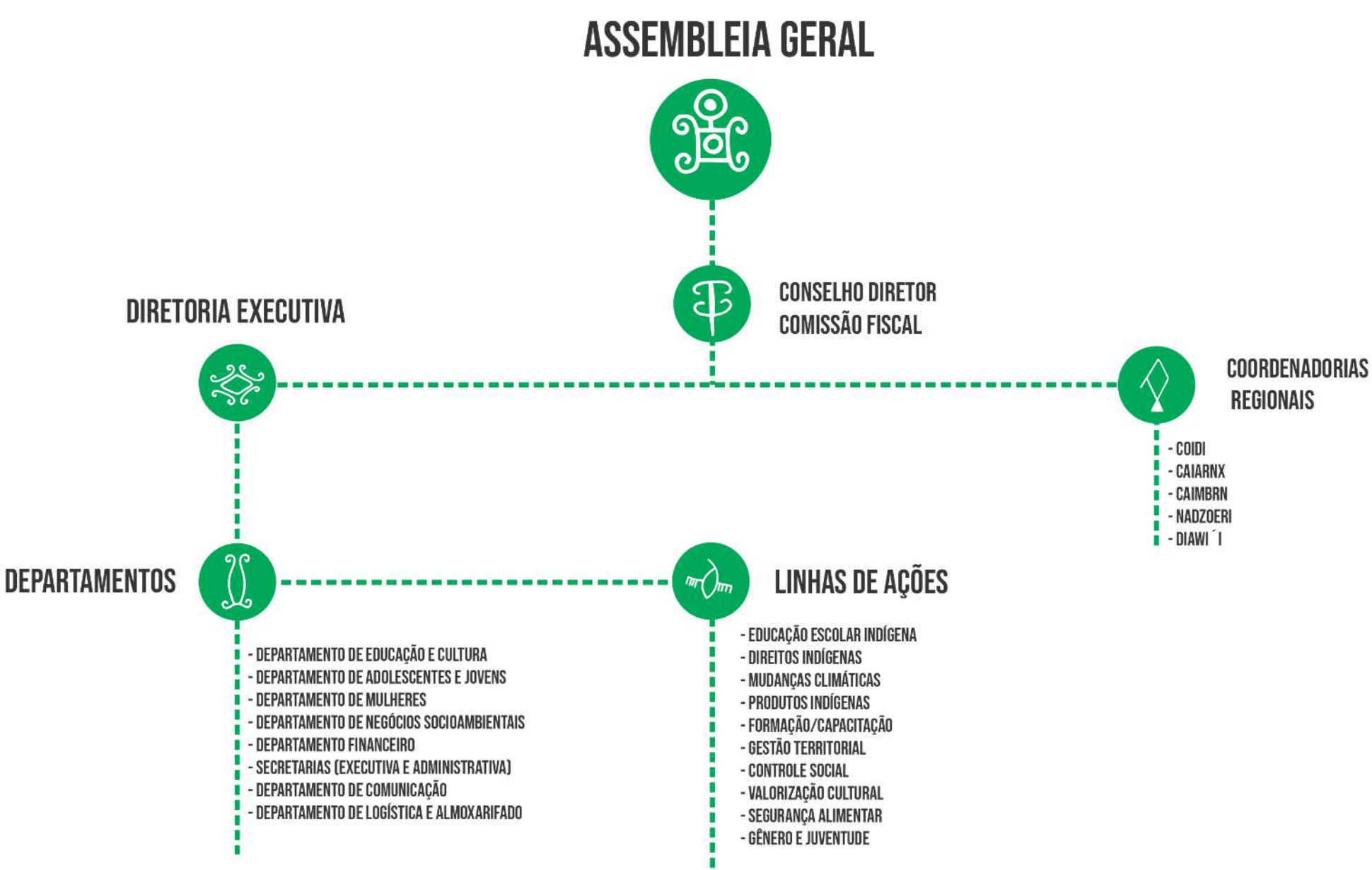
Missão Institucional

Defender os direitos dos povos indígenas que habitam na bacia do Rio Negro no noroeste Amazônico.

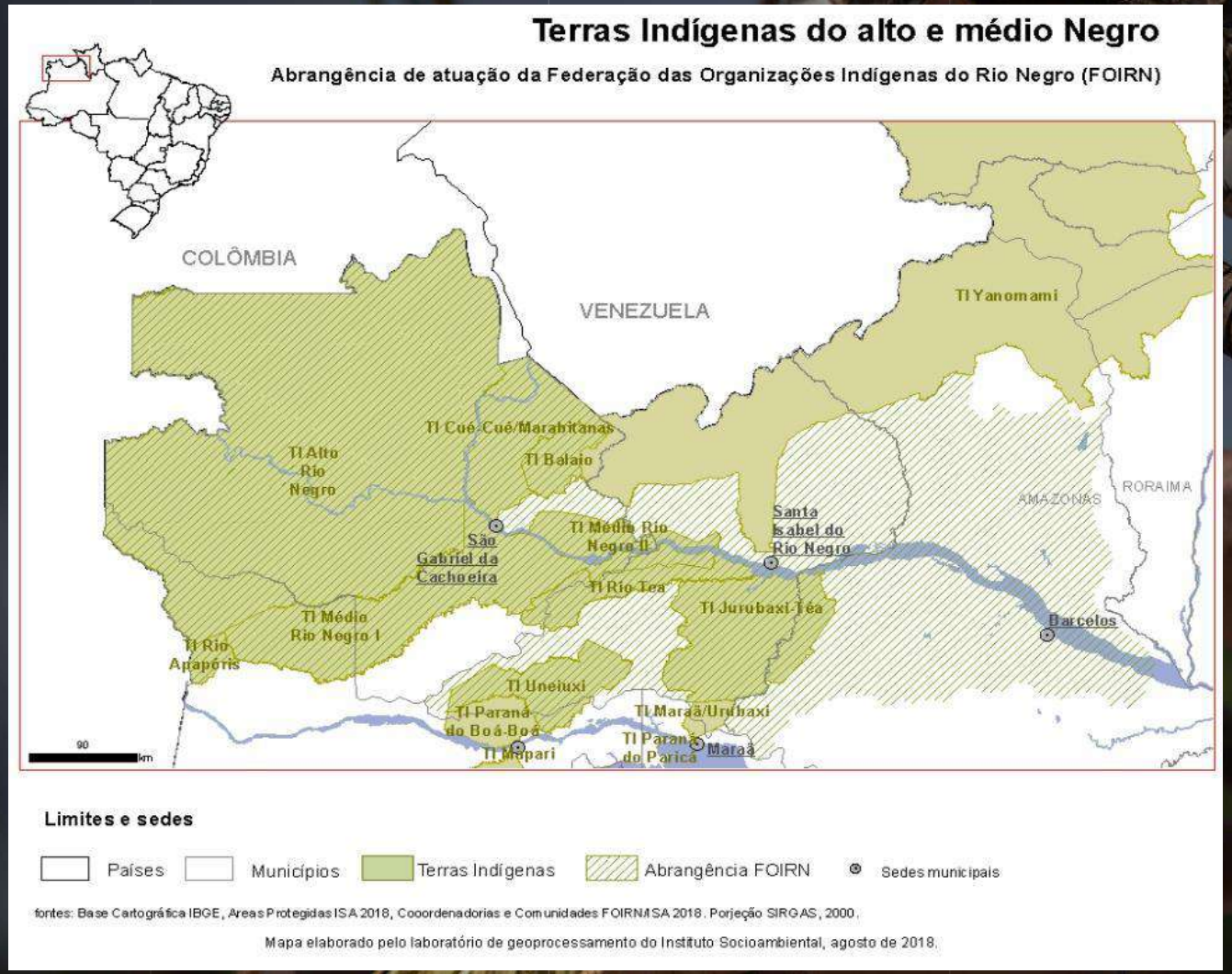
FOIRN

NOSSA SEDE ESTÁ AQUI EM
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

FOIRN


ASSEMBLEIA GERAL
CONSELHO DIRETOR
COMISSÃO FISCAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENADORIAS REGIONAIS
- COIDI
- CAIARNX
- CAIMBRN
- NADZOERI
- DIAWI´I
DEPARTAMENTOS
- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
- DEPARTAMENTO DE ADOLESCENTES E JOVENS
- DEPARTAMENTO DE MULHERES
- DEPARTAMENTO DE NEGÓCIOS SOCIOAMBIENTAIS
- DEPARTAMENTO FINANCEIRO
- SECRETARIAS (EXECUTIVA E ADMINISTRATIVA)
- DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
- DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA E ALMOXARIFADO
LINHAS DE AÇÕES
- EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA
- DIREITOS INDÍGENAS
- MUDANÇAS CLIMÁTICAS
- PRODUTOS INDÍGENAS
- FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO
- GESTÃO TERRITORIAL
- CONTROLE SOCIAL
- VALORIZAÇÃO CULTURAL
- SEGURANÇA ALIMENTAR
- GÊNERO E JUVENTUDE

Área de abrangência da FOIRN



TI's	ha	Decretos
TI Rio Apapóris	107.168,53	14/04/1998
TI Balaio	258.221,17	21/12/2009
TI Médio Rio Negro I	1.810.716,25	14/04/1998
TI Médio Rio Negro II	316.218,57	14/04/1998
TI Alto Rio Negro	8.039.464,43	14/04/1998
TI Cué-Cué Marabitanas*	790.332,25	16/12/2011
TI Rio Téa	414.316,18	14/04/1998
TI Uneuixi*	554.861,69	01/09/2005
TI Jurubaxi-Téa*	1.197.334,50	14/04/2016
Total de ha	**13.488.633,57**	

Continuamos a luta pelo avanço no processo de demarcação do Médio e Baixo Rio Negro.

Onde atuamos:

Fortalecimento Das Associações

Representamos cerca de 118 associações e 750 comunidades, temos como compromisso fortalecer seus projetos em diferentes áreas, como cultura, educação, desenvolvimento econômico, saúde e meio ambiente.

FOIRN

Economia Indígena Sustentável

Cestaria, cerâmica, bancos tradicionais, artesanatos em geral, pimentas, beijus, farinha e todos os alimentos do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro constituem cadeias produtivas que valorizam nossa cultura e biodiversidade.

Plano de Salvaguarda do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro
Economia Indígena
Fortalecimento Cultural
Territórios, Ambiente e Biodiversidade
Governança e Gestão
Produtos da roça
Extrativismo
Paisagens
ALIMENTOS
mandioca
pimenta
frutas cultivadas
ARTESANATO
madeiras
fibras vegetais
frutos/ sementes
TURISMO
recursos naturais
culturas indígenas
aventura

ARTE WARIRÓ

Ralo Hohodene
ralador de mandioca produzido com madeira de selva
etnia Baniwa
Cuia
cuia de servir bebidas
etnia diversas
Tupé
esteira trançada com fibra de arumã
etnia Baniwa e Baré
PP R$ 25,00
P R$ 45,00
M R$ 105,00
G R$ 190,00
GG R$ 225,00
Xotó e Sutema
cesto raso de cipó titica
variação com fios do fungo perisi
etnia Yanomami
PP R$ 30,50
P R$ 37,50
M R$ 52,50
G R$ 67,50
GG R$ 82,50
Atura Hupda
cesto fundo de cipó titica
etnia Hupda

Iniciativas da FOIRN

FOIRN

WARIRO
CULTURAS INDÍGENAS RIO NEGRO AMAZÔNIA

Casa da Fruta em SIRN

Kalipana- casa de beneficiamento de SAT-RN

Casa da pimenta Baniwa

Governança Territorial e Ambiental

FOIRN

Por reivindicação dos povos indígenas do Brasil, criou-se uma Política Nacional de Gestão Ambiental das Terras Indígenas – PNGATI - (Decreto nº 7.747, de 05 de junho de 2012). É esta lei que recomenda que todas as terras indígenas tenham seu Plano de Gestão Territorial e Ambiental.

- **12 Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), Wasu;**
- **05 Protocolos de Consultas Regionais e um Protocolo Geral de Consulta dos Povos e Comunidades Indígenas do Rio Negro, consolidadas nas Assembleias Regionais e Geral da FOIRN.**

Gestão Territorial e rede da FOIRN

12 PGTAs das Terras Indígenas Continuas, que formam rede de inter-relações ecológicas e socioculturais;

Rede de Governanças da FOIRN as 05 coordenadorias regionais, associações de bases e comunidades;

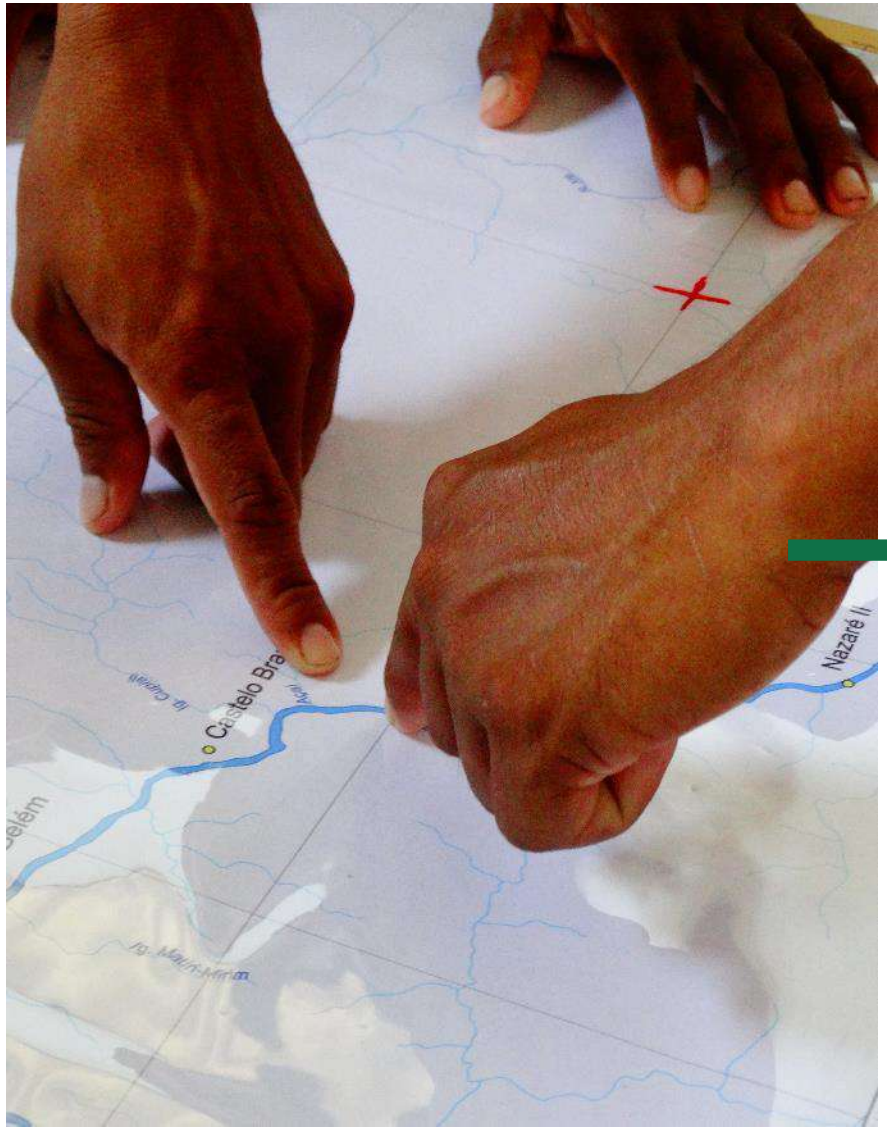
PGTAwasu é junção do plano de futuro para região do Rio Negro. Que orienta os projetos da FOIRN, coordenadorias, associações e politica publicas nas temáticas de projetos prioritárias;

Fundo Indígena do Rio Negro - FIRN

ONDE ESTAMOS?

EDITAL 002/2023

25 projetos selecionados
R$2,5 milhões de recurso



Monitoramento Ambiental e Climático da Bacia do Rio Negro

Através da rede de agentes indígenas de manejo ambiental (Aimas) monitoramos o clima e o meio ambiente na Bacia do Rio Negro. Promovemos estudos interculturais e valorizamos o conhecimento dos antigos sobre a território onde vivemos.

A **FOIRN** apresenta demandas prioritárias para a **faixa de fronteira da região do Rio Negro**, território estratégico que abrange comunidades indígenas em áreas remotas, próximas às fronteiras com **Colômbia e Venezuela**.

A atuação integrada dos órgãos federais e estaduais é essencial para **garantir soberania, proteção territorial e promoção de direitos** nessa região.

1. Segurança Territorial e Presença do Estado

- Reforço da **fiscalização e vigilância ambiental e territorial** em áreas vulneráveis a ilícitos transfronteiriços (garimpo, pesca ilegal, tráfico).
- Apoio à formação e atuação de **agentes indígenas de vigilância territorial**.
- **Fortalecimento da presença institucional** (SSP-AM, FUNAI, IBAMA, Exército, PF) com coordenação local e apoio comunitário.

- **Proposta:**
  Criação de **protocolos de cooperação interinstitucional** para atuação em áreas de fronteira, com foco em prevenção de conflitos e fortalecimento da soberania indígena.

2. Infraestrutura Básica e Conectividade

- Implantação de **energia solar** em comunidades sem acesso à rede elétrica.
- Expansão de **conectividade digital** para comunicação, educação, saúde e governança local.
- Apoio a soluções logísticas para transporte fluvial de insumos, produção e mobilidade.

- **Proposta:**
  Programas federais e estaduais de i**nfraestrutura prioritária para comunidades de fronteira**, incluindo conectividade e energia limpa.

3. Educação e Formação Técnica na Fronteira

- Apoio à criação e implementação de **escolas indígenas de ensino médio** nas áreas de fronteira.
- **Cursos técnicos locais** em agroecologia, vigilância, etnoturismo e gestão territorial, voltados a jovens indígenas.
- Programas de **formação continuada de professores indígenas** com atuação transfronteiriça.

- **Proposta:**
  Parcerias com IFAM, UEA, SEED, MEC e CAPES para **criação de polos de formação técnica e superior** voltados às especificidades da região de fronteira.

4. Fortalecimento da Bioeconomia e Cadeias Produtivas

- Fomento a cadeias produtivas estratégicas na região (pimenta baniwa, castanha, artesanato, óleos vegetais).
- Apoio à **certificação de origem**, beneficiamento local e acesso a mercados justos.
- Infraestrutura para **armazenamento, transporte e comercialização** de produtos da sociobiodiversidade.

- **Proposta:**
  Linhas de fomento específicas via MDR, MAPA, SEDCTI e FAPEAM para apoiar a **economia indígena de fronteira** com base no protagonismo comunitário.

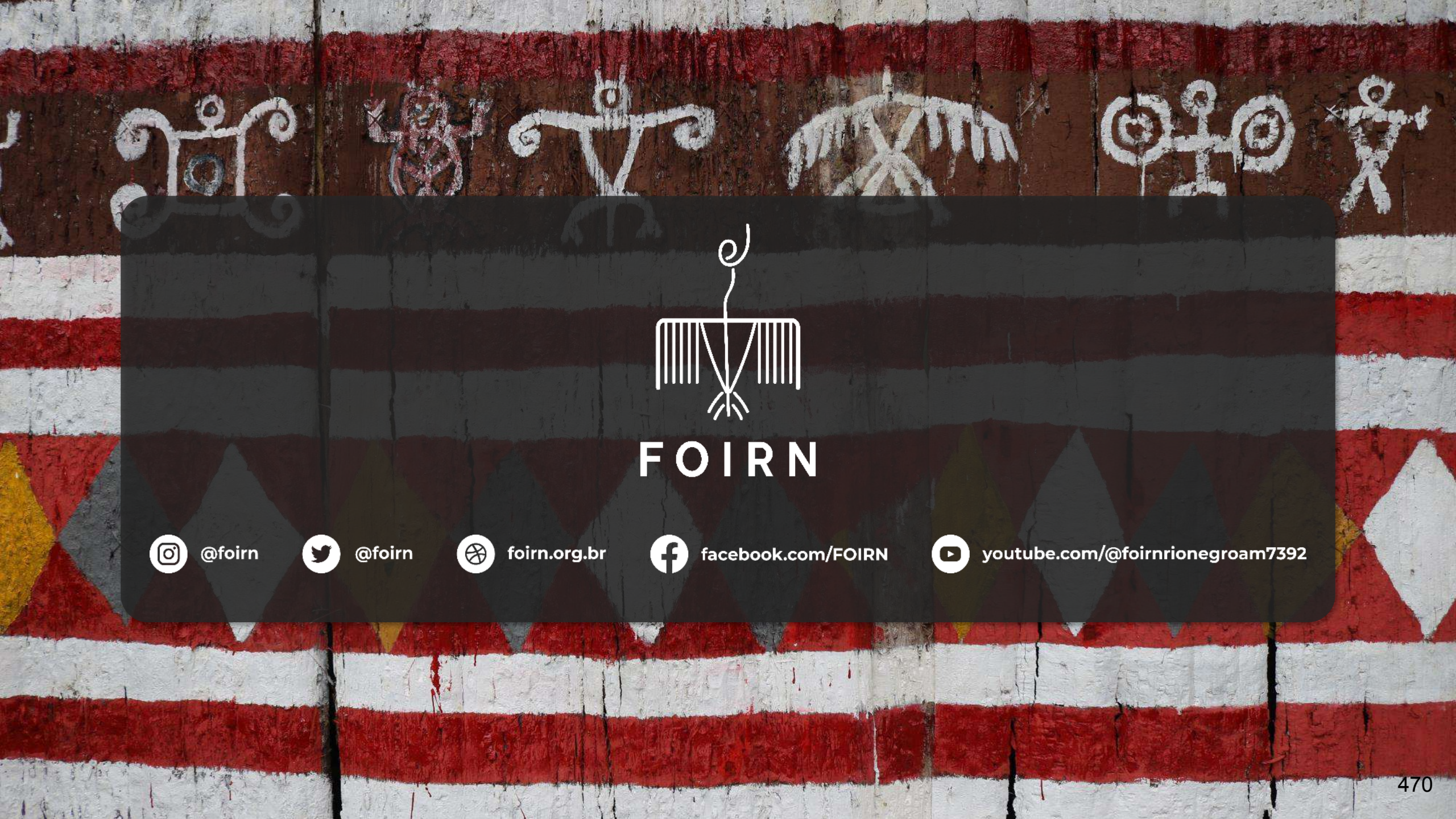
5. Governança e Planejamento Territorial

- Apoio à **atualização e implementação dos PGTAs** nas Terras Indígenas da faixa de fronteira.
- Uso de **ferramentas participativas de mapeamento e gestão** do território, com tecnologia apropriada.
- Integração dos dados dos territórios indígenas aos sistemas de planejamento e monitoramento territorial do Estado.

- Proposta:
  Reconhecimento formal dos PGTAs como **instrumentos válidos de planejamento interinstitucional** na faixa de fronteira e apoio técnico à sua implementação.

Encaminhando....

- **Criação de um Grupo de Trabalho Interinstitucional (FOIRN + órgãos parceiros)** para ações integradas na faixa de fronteira.
- **Definição de políticas públicas específicas** para comunidades indígenas em áreas de fronteira interestadual e internacional.
- **Inclusão dos territórios indígenas do Rio Negro** nas agendas de integração regional e de segurança nacional com abordagem intercultural.


FOIRN
@foirn
@foirn
foirn.org.br
facebook.com/FOIRN
youtube.com/@foirnrionegroam7392

Projeto de Atendimento Territorial Rio Negro

Estabelecendo uma relação personalizada com clientes nos municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, com soluções integradas para fidelização e geração de valor conforme o programa Cliente 360.

Municípios Abrangidos e Objetivos

Municípios do Projeto

- Barcelos
- Santa Isabel do Rio Negro
- São Gabriel da Cachoeira

Estes três municípios compõem a região do Alto e Médio Rio Negro, uma área de grande importância cultural e biodiversidade na Amazônia brasileira.

Objetivo Geral

Estabelecer uma relação personalizada com os clientes, fornecendo soluções em uma jornada voltada à resolução de desafios, promovendo fidelização e geração de valor, de acordo com o propósito do programa **Cliente 360**.

Ações Estruturantes do Projeto

Gestão e Monitoramento

Acompanhamento contínuo das atividades e resultados do projeto para garantir eficácia na implementação das ações previstas.

Capacitação e Consultoria

Realização de treinamentos, orientações e consultorias especializadas em inovação para os empreendedores locais.

Empreendedorismo Indígena

Apoio específico ao desenvolvimento de negócios de empreendedores indígenas da região do Rio Negro.

Mais Ações Estruturantes

Eventos Locais

Promoção de feiras, exposições e encontros temáticos para valorização dos produtos e serviços regionais.

Oportunidades de Negócios

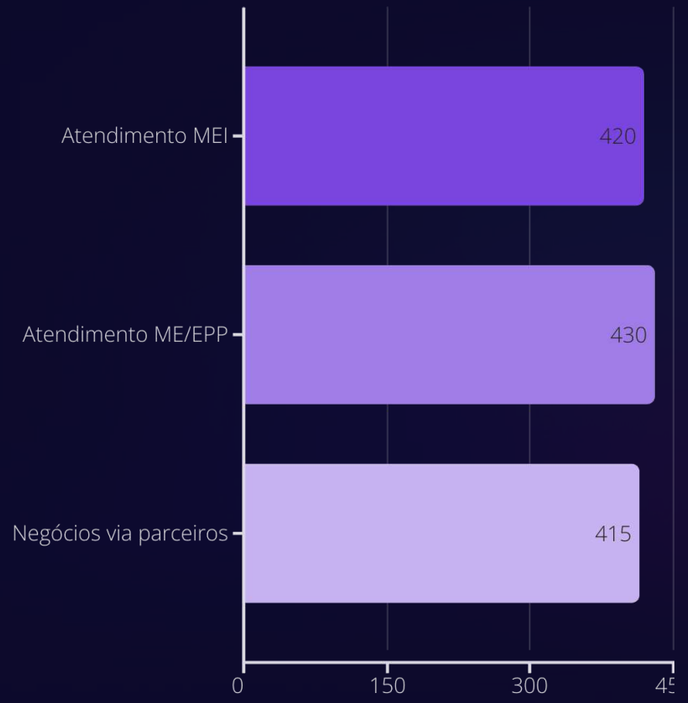
Geração de novas possibilidades comerciais através de parcerias estratégicas e acesso a mercados.

Acesso ao Sebraetec

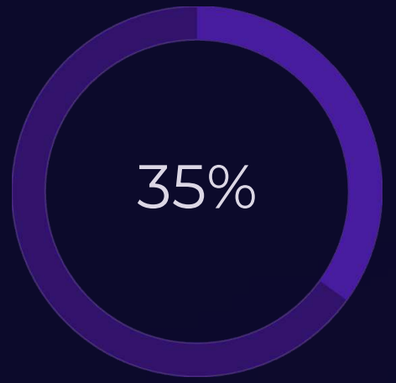
Facilitação do acesso às soluções tecnológicas e inovadoras disponibilizadas pelo programa Sebraetec.

Indicadores e Metas do Projeto

Indicadores Principais



Percentuais Estratégicos



Investimentos em Inovação

Percentual do orçamento destinado a ações de inovação nos negócios locais

Recorrência no Atendimento

Taxa esperada de retorno dos clientes para novos atendimentos

Principais Atividades Realizadas

1 Parcerias Estratégicas

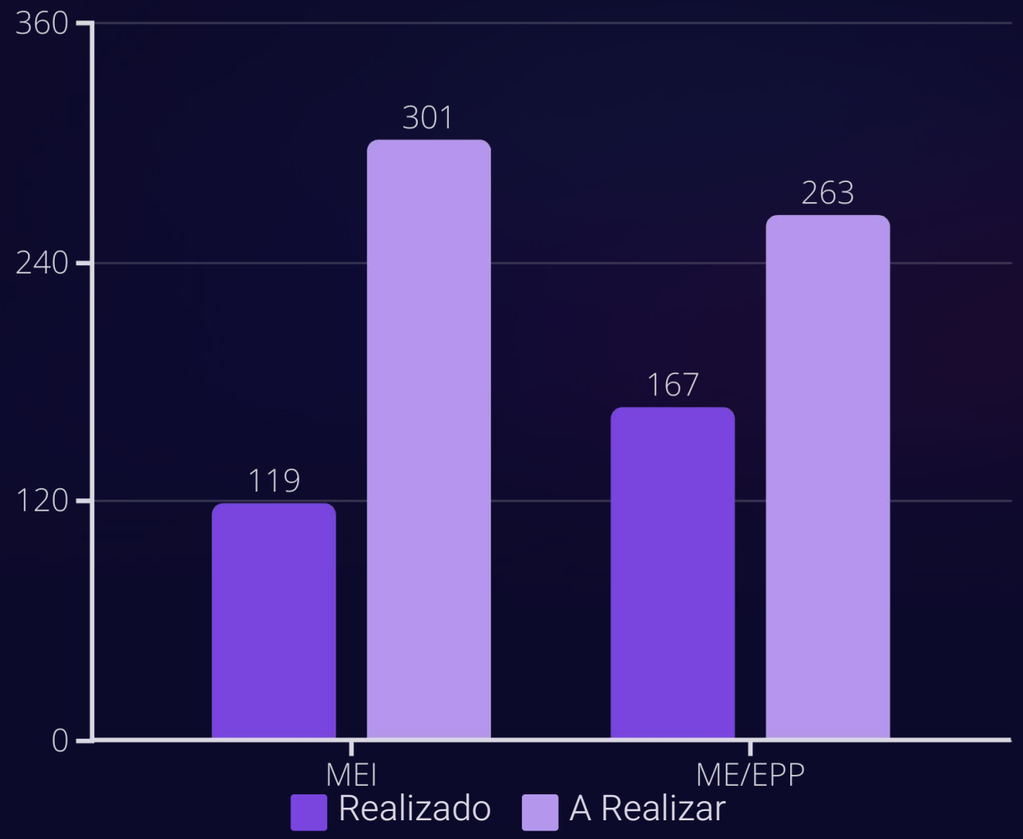
- SEBRAE/GIZ para atendimento às demandas da COOMARU e AIETUM
- ASSAÍ: cursos, consultorias e acesso a mercado
- Prefeitura de Barcelos: programa Cidade Empreendedora (R$ 390.000,00)
- Prefeitura de Santa Isabel do Rio Negro: programa Capacita Santa Isabel

2 Capacitações e Consultorias

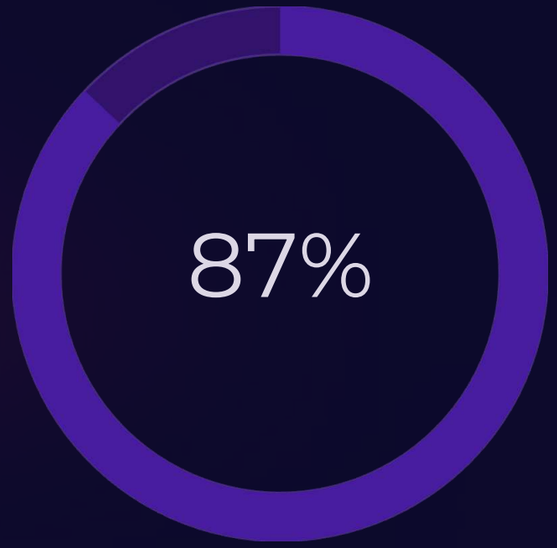
- Gestão de negócios, marketing digital e fotografia
- Oficinas de redes sociais (Instagram, WhatsApp, Facebook)
- Curso de compostagem orgânica
- Formação em gestão financeira, contábil e precificação
- Consultorias em marketing digital e criação de logomarcas
- Projeto aquícola e informação nutricional

Situação Atual do Projeto

Atendimentos Realizados vs. Metas



Situação Orçamentária



Receita Recebida

R$ 87.364,59 de R$ 100.000,00 previstos

A Receber

R$ 12.635,41 pendentes para completar a receita prevista

Orçamento Total do Projeto: R$ 500.000,00

Plano de Ação - Capacita Santa Isabel

1

Maio/2025

- Emissão/renovação do Cadastro do Agricultor e Pescador (16 a 30/05)
- Consultorias em formalização de associações e grupos folclóricos
- Cooperativismo e associativismo (16 a 30/05)

2

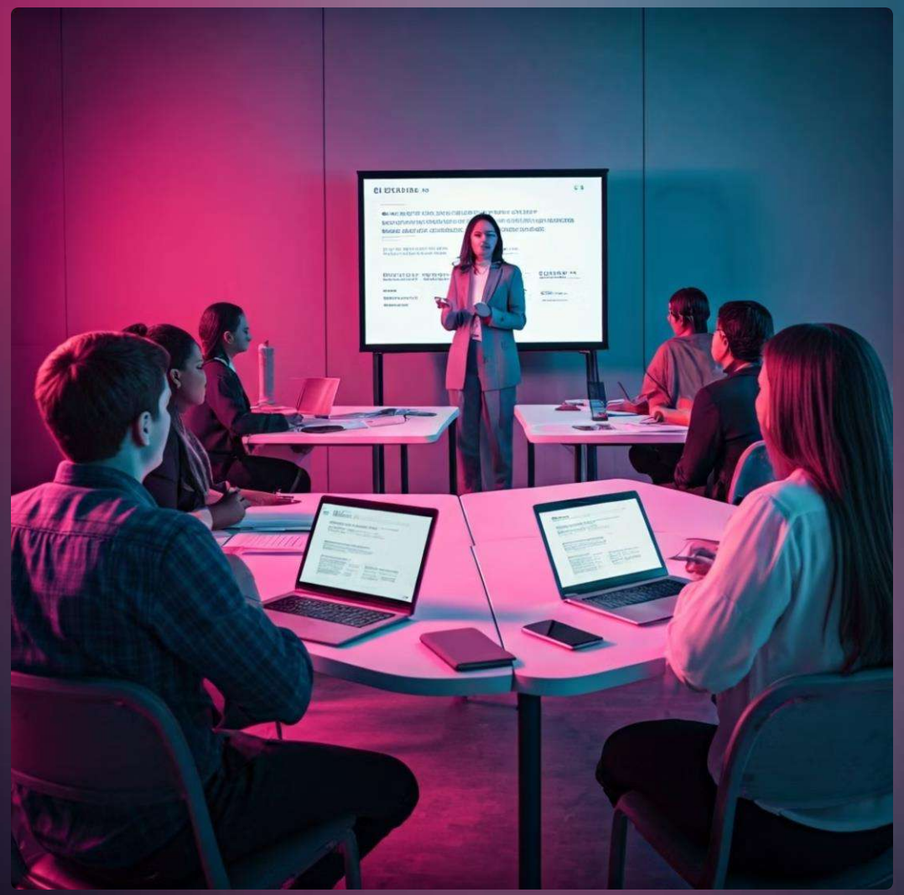
Junho/2025

- Curso de maquiagem artística (18 a 22/06)
- Camareira, culinária para turistas e café regional (23 a 27/06)
- Curso de condutor de pesca esportiva (23 a 27/06)

3

Julho/2025

- Curso de maquiagem artística - segunda turma (15 a 19/07)
- Qualidade no atendimento ao turista (datas a definir)
- Comida de barzinho e trade turístico (datas a definir)



Plano de Ação - Barcelos Cidade Empreendedora

Capacitações Previstas

- Experiência do cliente (data a definir)
- Manejo de peixe ornamental (data a definir)
- Boas práticas no plantio de açaí, abacaxi e maracujá (data a definir)
- Patchwork (data a definir)
- Feira Orgânica nos Tuyukas (contínuo)
- Trad Show: caravana de turismo em SP (março/2025)

Parcerias Municipais

Atividades serão realizadas em parceria com as secretarias municipais de Barcelos, integrando o programa Cidade Empreendedora com investimento de R$ 390.000,00.

Próximos Passos e Conclusão

Atualização de Cronogramas

Definir datas precisas para os cursos e atividades planejadas, alinhando com parceiros e comunidades atendidas.

Acompanhamento da Execução

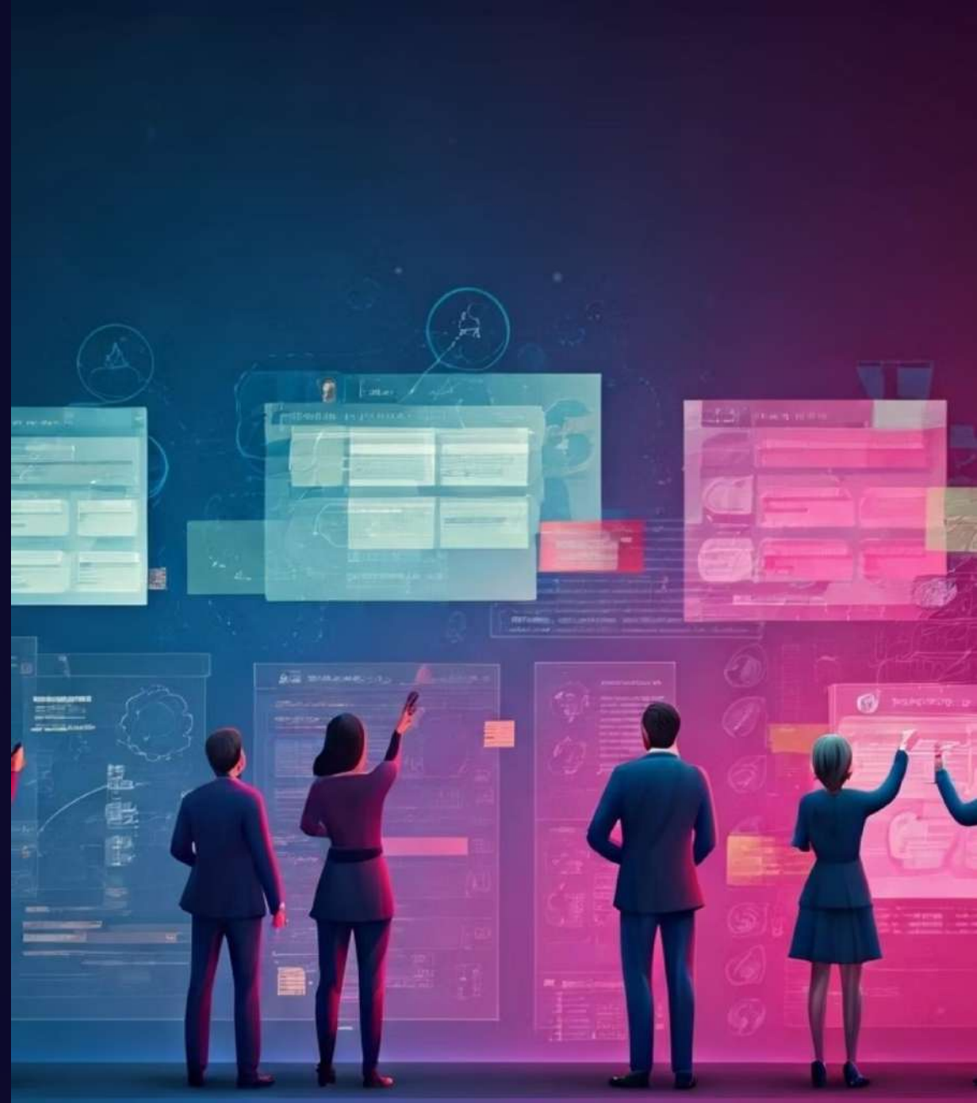
Monitorar a realização dos cursos planejados, garantindo qualidade e aderência aos objetivos do projeto.

Intensificação da Busca Ativa

Aumentar o alcance junto aos MEIs e MEs para atingir as metas estabelecidas, com foco nas lacunas identificadas.

Fortalecimento de Parcerias

Reforçar as alianças com prefeituras e instituições locais para ampliar o impacto das ações do projeto.



Demandas do Escritório Sebrae – Santa Isabel

O escritório local necessita das seguintes melhorias para garantir funcionalidade e conforto:

Infraestrutura e Manutenção

- Reparo no forro da área frente do Sebrae
- Pintura da calçada
- Calçada externa para evitar despesas mensais com capina

Climatização

- Limpeza dos 6 aparelhos de ar-condicionado (12.000 BTUs)
- Manutenção preventiva

Organização de Espaços

- Divisória de drywall entre sala do servidor e depósito
- Instalar porta com fechadura para controle de acesso ao servidor

Segurança e Manutenção Geral

- Monitor de 32" para central de monitoramento
- Fonte do telefone de mesa
- Pequenos reparos de manutenção, elétrica, pintura
- Reparos em cadeiras das salas de aula

Universidade do Estado do Amazonas -UEA

Centro de Estudos Superiores de São Gabriel da Cachoeira

Educação superior na tríplice fronteira

Professor Doutor André Luiz Zogahib
Reitor da Universidade do Estado do Amazonas
(representado por)

Professora Mestra Adilma Portela da Fonseca Torres
Diretora do Centro de Estudos Superiores de São Gabriel da Cachoeira

Uma Honra Apresentar Nosso Trabalho

Boa tarde a todos. É uma satisfação apresentar o trabalho da UEA em São Gabriel da Cachoeira, uma região de importância estratégica para o Amazonas e para toda a Amazônia brasileira.

Nossa presença nesta região representa mais que educação: simboliza respeito, inclusão e desenvolvimento sustentável.

Coração da Tríplice Fronteira

Brasil

Território amazônico com rica biodiversidade

Colômbia

Fronteira de integração cultural

Venezuela

Conexão continental estratégica

São Gabriel da Cachoeira: município com extraordinária diversidade cultural e étnica, população majoritariamente indígena

Nascimento da UEA

Criada em 2001 pela **Lei nº 2.666**, a UEA nasceu com uma missão transformadora: promover educação superior de qualidade e integrar toda a população amazônica à sociedade do conhecimento.

Logo após sua criação, iniciou atividades em São Gabriel da Cachoeira, reconhecendo a importância estratégica desta região.

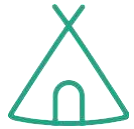
Missão Estratégica da UEA

Ensino Superior Regionalizado

Garantir acesso ao ensino superior em regiões distantes dos grandes centros urbanos, democratizando oportunidades educacionais.

Formação Diversificada

Oferecer oportunidades de formação em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional e nacional.



Inclusão Cultural

Atuar de forma inclusiva, respeitando e valorizando a extraordinária diversidade cultural amazônica.

Interculturalidade

Na UEA, a valorização da interculturalidade não é apenas um conceito –é prática diária

Valorização Étnica

Respeito profundo às etnias indígenas e suas tradições ancestrais

Inclusão Social

Princípio estruturante de todas nossas ações educacionais

Saberes Integrados

União harmoniosa entre conhecimento tradicional e acadêmico

Educação Contextualizada

01

Cursos Adaptados

Programas acadêmicos desenvolvidos especificamente para atender às necessidades locais e regionais

02

Foco em Saúde

Formação prioritária em áreas essenciais como saúde coletiva e educação física

03

Pesquisa Comunitária

Desenvolvimento de pesquisas em estreita parceria com comunidades indígenas tradicionais

Programa Parinã

Pesquisas Arqueológicas e Etnológicas no Noroeste Amazônico

Um exemplo extraordinário de integração entre ciência acadêmica e saber tradicional indígena. O programa realizou escavações que identificaram vestígios de ocupação humana com **mais de 2 mil anos**.

Este trabalho representa a união perfeita entre metodologia científica moderna e conhecimento ancestral dos povos originários.

Transformação Regional

Educadores Qualificados

Formação de professores preparados para atuar nas escolas locais com competência cultural

Profissionais Especializados

Especialistas em saúde, tecnologia, meio ambiente e gestão pública para atender demandas regionais

Cidadania Fortalecida

Fortalecimento da cidadania e das identidades indígenas através da educação superior

19 Cursos

De 2002 a 2023, foram ofertados **19 cursos de graduação** em diversas áreas do conhecimento

Centenas de profissionais qualificados formados no Alto Rio Negro, transformando vidas e fortalecendo comunidades

Formação em Educação

Normal Superior

Formação inicial de professores para educação básica

Pedagogia Intercultural Indígena

Educação que respeita e valoriza culturas originários

Gestão Escolar

Lideranças educacionais preparadas para gestão democrática

Educação Infantil

Cuidado e educação na primeira infância

Ciências e Tecnologia

Matemática

Formação sólida em ciências exatas

Química

Pesquisa aplicada aos recursos naturais amazônicos

Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Tecnologia para desenvolvimento regional

Produção Pesqueira

Sustentabilidade dos recursos aquáticos

Tecnologia em Alimentos

Valorização de alimentos tradicionais amazônicos

Gestão e Políticas Públicas

Ciências Políticas

Formação de lideranças para representação democrática

Logística

Otimização de processos e recursos na Amazônia

Gestão Pública

Administração eficiente dos recursos públicos

Ciências Econômicas

Desenvolvimento econômico sustentável regional

Saúde, Meio Ambiente e Cultura

Educação Física

Promoção da saúde através do movimento e esporte

Saúde Coletiva

Cuidado integral das comunidades amazônicas

Gestão Ambiental

Preservação e uso sustentável dos recursos naturais

Turismo

Valorização do patrimônio natural e cultural

Arqueologia

Preservação e estudo do patrimônio cultural indígena ancestral

Novos Horizontes

1

2025/1

Conclusão do curso de **Ciências Contábeis** –formando especialistas em gestão financeira regional

2

2025/2

Primeira turma de **Administração** em fase final –lideranças empresariais para o Alto Rio Negro

Cursos em Andamento

Bacharelado em Direito

Formação jurídica contextualizada para defesa dos direitos indígenas e ambientais

Licenciatura em Letras - Língua Inglesa

Conectando comunidades locais com o mundo globalizado

Tecnologia em Agroecologia

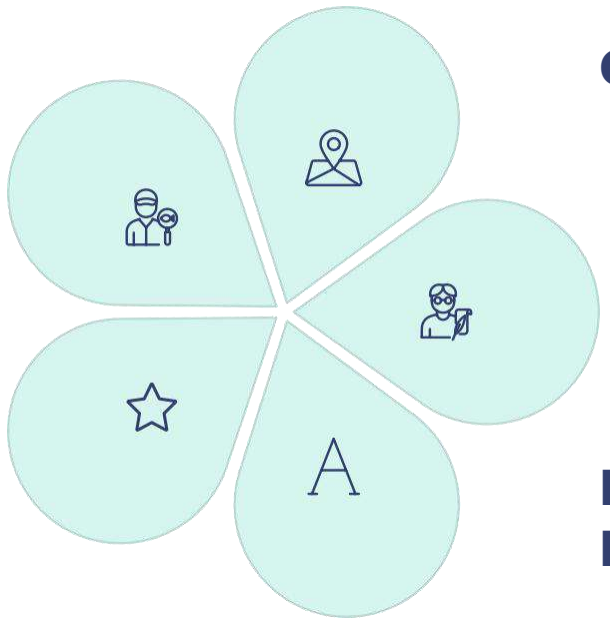
Curso específico para comunidades Baniwa e Koripaco, valorizando práticas tradicionais sustentáveis

PARFOR - Formação Continuada

Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

Ciências Biológicas

Geografia



História

Pedagogia

Letras - Língua Portuguesa

Qualificação permanente de educadores que já atuam em sala de aula

Impacto Transformador

24 anos de Presença

Impacto direto e contínuo na população do Alto Rio Negro, consolidando uma atuação transformadora.

Mais de 1000 Profissionais Formados

Professores, gestores, profissionais de saúde, empreendedores e lideranças qualificadas para a região.

Fortalecimento Regional

Contribuição para a fixação de políticas públicas locais através da formação de lideranças e profissionais.

Formando profissionais que impactam diretamente o desenvolvimento sustentável do Alto Rio Negro

O Futuro se Constrói Agora

Novo Centro de Estudos Superiores

Em construção, o novo prédio representa uma estrutura moderna, inclusiva e culturalmente representativa.

O projeto arquitetônico contempla e celebra a extraordinária diversidade étnica de São Gabriel da Cachoeira.

Cada detalhe do projeto reflete o respeito e a valorização da identidade indígena amazônica.

União, Cultura, Futuro

Educação

Formação de excelência respeitando saberes tradicionais

Cultura

Valorização das identidades indígenas amazônicas

Desenvolvimento

Crescimento sustentável e regionalizado

A UEA segue cumprindo sua missão de transformar vidas e fortalecer o futuro do Alto Rio Negro

UFAM: Educação e Impacto na Amazônia

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) é uma instituição de ensino superior de destaque na Região Amazônica, comprometida com a educação, pesquisa, inovação e extensão. Com uma vasta e diversificada oferta acadêmica e uma forte presença no estado, a UFAM desempenha um papel crucial no desenvolvimento regional.

Made with GAMMA

Principais Características e Números da UFAM

124

Cursos de Graduação

A UFAM oferece um total de 124 cursos de graduação, abrangendo diversas áreas do conhecimento.

41

Cursos de Mestrado

A universidade conta com 41 cursos de Mestrado (Acadêmicos e Profissionais), impulsionando a pesquisa e a formação avançada.

18

Cursos de Doutorado

Com 18 programas de doutorado, a UFAM fortalece a pesquisa científica na região amazônica.

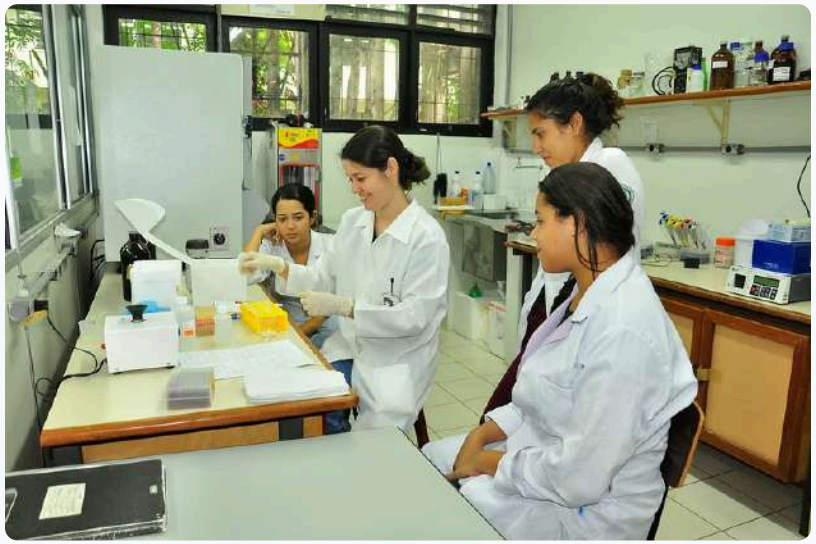
258

Pós-Graduação *Lato Sensu*

São oferecidos 258 cursos de pós-graduação *lato sensu*, incluindo 7 cursos de Aperfeiçoamento e 251 de Especialização, atendendo às necessidades de qualificação e atualização profissional.

Made with GAMMA

Pesquisa e Produção Científica



352 Grupos de Pesquisa

A UFAM é um polo de produção científica com 352 grupos de pesquisa atuantes, cobrindo uma ampla gama de áreas como:

- Ictiologia
- Ciência da Computação
- Serviço Social
- Química
- Saúde Coletiva
- Entre outras áreas estratégicas

Made with GAMMA

Comunidade Acadêmica (Dados de 2023)

Alunos

26.973 alunos matriculados na graduação

6.780 novos ingressantes na graduação

2.957 diplomados

Corpo Docente

1.796 docentes

Professores qualificados atuando em ensino, pesquisa e extensão

Técnicos-Administrativos

1.521 técnicos-administrativos (TAEs)

Profissionais que garantem o funcionamento da instituição

Made with GAMMA

Extensão Universitária (Dados de 2024)

608

Ações de Extensão

A PROEXT aprovou e desenvolveu 608 ações de extensão

1.2M

Pessoas Beneficiadas

Mais de 1.203.754 pessoas beneficiadas pelas ações de extensão

5.350

Membros nas Equipes

Participação de 5.350 membros nas equipes, incluindo 4.001 estudantes da UFAM

Assistência Estudantil

A política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) se manifesta através da oferta de diversos auxílios e benefícios voltados para o bem-estar e permanência dos estudantes.

As principais ações e benefícios oferecidos incluem:

• **Auxílio Acadêmico**: Em 2023, a UFAM beneficiou **1.512 estudantes** com este auxílio; .

• **Auxílio Moradia/Residência Universitária**: Este auxílio atendeu a **500 beneficiários** na UFAM em 2023;

• **Benefícios nos Restaurantes Universitários (RU)**:

◦ **Desjejum**: Foram concedidos **202.365 benefícios** de desjejum

◦ **Almoço**: Um total de **578.531 benefícios** de almoço foram distribuídos.

◦ **Jantar**: Registrou-se **236.871 benefícios** de jantar.

• **Gratuidade nos Restaurantes Universitários (RU)**:

◦ **Desjejum gratuito**: Houve **52.338 benefícios** de desjejum com gratuidade.

◦ **Almoço gratuito**: Um total de **105.613 benefícios** de almoço foram oferecidos gratuitamente.

◦ **Jantar gratuito**: Foram concedidos **54.675 benefícios** de jantar com gratuidade

Made with GAMMA

Projeto UFAM Multicampi

> "O Amazonas é nosso Campus"

A UFAM possui uma forte estratégia de interiorização através do **Projeto UFAM Multicampi**, iniciado em 2005. Esse projeto visou à criação de unidades acadêmicas permanentes para atender estrategicamente os 62 municípios do estado, alicerçado na lógica dos limites estabelecidos pelas calhas dos grandes rios.

Made with GAMMA

Instituto de Natureza e Cultura (Benjamin Constant)

Cursos de Graduação

- Administração
- Antropologia
- Ciências Agrárias e do Ambiente
- Ciências - Biologia e Química
- Letras - Língua e Literatura Portuguesa e Língua e Literatura Espanhola
- Pedagogia

Pós-Graduação *Lato Sensu*

Educação do Campo e Escolar Indígena - Turma 1 (criado em 2023)

Made with GAMMA

Instituto de Saúde e Biotecnologia (Coari)

Cursos de Graduação: Biotecnologia, Ciências - Biologia e Química, Ciências - Matemática e Física, Enfermagem, Fisioterapia, Medicina, Nutrição

Instituto de Educação, Agricultura e Meio Ambiente (Humaitá)

Cursos de Graduação: Agronomia, Ciências - Biologia e Química, Ciências - Matemática e Física, Engenharia Ambiental, Letras - Língua e Literatura Portuguesa e Língua e Literatura Inglesa, Pedagogia

Mestrados: Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) e Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH)

Made with GAMMA

Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia (Itacoatiara)

Cursos de Graduação: Agronomia, Ciências - Matemática e Física, Ciências - Química e Biologia, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia de Produção, Engenharia de Software, Farmácia, Pedagogia, Química Industrial, Sistemas de Informação

Mestrados: Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos (PPGCTRA), Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologia e Saúde (PPGCTS), e o Mestrado Profissional em Ensino de Física (PROFIS)

Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (Parintins)

Cursos de Graduação: Administração, Artes Visuais, Jornalismo, Educação Física, Pedagogia, Serviço Social, Zootecnia

Mestrados: Mestrado Profissional em Educação Física (PROEF) da UNESP com polo em Parintins, e o Programa de Pós-Graduação em Educomunicação e Linguagens na Amazônia (PPGELA)

Pós-Graduação *Lato Sensu*: Estado, Trabalho e Políticas Públicas (criado em 2023)

Made with GAMMA

Parque Científico e Tecnológico do Alto Solimões (PaCTAS)

O PaCTAS é uma iniciativa inovadora para catalisar o desenvolvimento sustentável na tríplice fronteira amazônica (Brasil, Colômbia e Peru), conectando universidades, empresas, governos e comunidades locais em um ecossistema de ciência, tecnologia e inovação.

Missão Central

Fortalecer cadeias produtivas regionais através de pesquisa aplicada, transferência de tecnologia e empreendedorismo de impacto socioambiental, transformando a biodiversidade amazônica em soluções sustentáveis.

Papel Diplomático

Promover a integração territorial transfronteiriça e ser uma plataforma de cooperação interinstitucional, fomentando projetos conjuntos que impulsionam o desenvolvimento comercial na região.

Localização Estratégica e Atuação

Com sede em Tabatinga (coordenação) e uma incubadora em Benjamin Constant, o PaCTAS atua nos nove municípios do Alto Solimões, funcionando como um hub de inovação que conecta ciência, saberes tradicionais e desenvolvimento sustentável em escala transfronteiriça.

Principais Áreas de Atuação

Bioeconomia

Pesquisas sobre manejo florestal, agregação de valor a frutos nativos (camu-camu, macambo, buriti) e fortalecimento de cadeias de proteína amazônica (pirarucu, tambaqui). Foco em certificação de origem e rastreabilidade.

Logística e Infraestrutura

Mapeamento de rotas hidroviárias, identificação de necessidades portuárias e soluções para a carência de energia, visando reduzir custos operacionais e perdas pós-colheita.

TDICs (Tecnologias Digitais)

Desenvolvimento de soluções de conectividade rural, plataformas de e-commerce comunitário e uso de drones para monitoramento ambiental.

Evolução e Próximos Passos

Desde 2018, o PaCTAS passou por um processo gradual de amadurecimento. Entre 2020 e 2025, o projeto realizou diversas ações estratégicas:

- Reestruturação de cinco laboratórios no INC/UFAM.
- Realização de eventos e workshops para engajamento.
- Criação da plataforma online pactas.org.
- Capacitação técnica.
- Parcerias com empresas e associações locais.
- Integração à Estratégia Nacional de Bioeconomia.
- Apoio a startups, produtores rurais, instituições e órgãos públicos.

Para o futuro, a estruturação física, o fortalecimento da governança e a execução de novos projetos são cruciais para reafirmar o compromisso do PaCTAS com a transformação da ciência em impacto regional.

Made with GAMMA

INPACTAS: Incubando o Futuro da Amazônia

A INPACTAS – Incubadora de Negócios de Impacto Socioambiental do Alto Solimões é uma iniciativa da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), vinculada ao Instituto de Natureza e Cultura (INC), sediada em Benjamin Constant.

Tem como propósito impulsionar o empreendedorismo sustentável na Amazônia, conectando ciência, inovação e desenvolvimento territorial. Nosso trabalho é apoiar *startups* que geram impacto positivo para as comunidades locais e para o meio ambiente, fortalecendo a bioeconomia amazônica.

Nossa Missão: incubar e acelerar negócios de impacto socioambiental que promovam o desenvolvimento sustentável do Alto Solimões, valorizando a biodiversidade e os saberes tradicionais da Amazônia.

Negócios Incubados (Ciclo 2024)

Ingalate

Setor: Biotecnologia

Transforma a semente do ingá em substituto funcional ao chocolate tradicional, usando tecnologia proprietária sustentável.

Piracy - Psicultura regenerativa

Setor: Aquicultura

Modelo inovador de piscicultura regenerativa integrada à floresta amazônica, unindo reflorestamento e produção sustentável.

Benjamin GameTec (BC Game Tec) – Cultura geek e gamer no Alto Solimões

Setor: Entretenimento

Ambiente seguro onde jovens vivenciam o universo geek por meio de eventos, oficinas e cursos, integrando lazer e formação.

CicloTerra – Compostos orgânicos regenerativos

Setor: Agricultura

Produz compostos orgânicos de alta qualidade através do reaproveitamento de resíduos locais, usando compostagem aeróbica acelerada.

FluviVerde – Mobilidade fluvial sustentável

Setor: Transporte

Embarcações modulares, solares e elétricas com design inteligente para navegar em rios de diferentes profundidades.

Amazônia de Boa – Turismo de base comunitária digital

Setor: Turismo

Plataforma digital que conecta viajantes a experiências comunitárias na floresta, com realidade aumentada e trilhas gamificadas.

Iporã – Óleos vegetais amazônicos

Setor: Biotecnologia/Prod. Naturais

Atua na extração e produção de óleos vegetais de plantas amazônicas como camu-camu e tucumã, em parceria com comunidades locais, garantindo qualidade, rastreabilidade e respeito à floresta.

Passo Inteligente – Palmilha Ortopédica Sustentável

Setor: Saúde

Health Tech que desenvolve palmilhas sustentáveis de fibras vegetais, com instrumentação de baixo custo, capazes de reconhecer a marcha, mapear a pisada e identificar problemas posturais. O monitoramento é feito por meio de um sistema integrado a *wearables*, que orienta correções personalizadas e torna a tecnologia acessível a pessoas de baixa renda.

Negócios Incubados (Ciclo 2023)

1	2	3
Puwakana **Setor:** Econ. Criativa/Artesanato Promove o desenvolvimento econômico de comunidades indígenas do Alto Solimões, conectando artesanato tradicional ao mercado com suporte técnico, rastreabilidade, certificações e ampliação de mercados, respeitando os saberes e modos de vida locais.	**Ikaben (vencedora do edital Elos da Amazônia)** **Setor:** Moda/Cultura Indígena Cria camisetas com grafismos tradicionais de povos indígenas, usando materiais sustentáveis e blockchain para rastreabilidade e pagamento aos artistas, promovendo valorização cultural e impacto direto nas comunidades.	**EcoWaste** **Setor:** Construção/Econ. Circular Fabrica tijolos ecológicos a partir de resíduos sólidos e orgânicos (como vidro e caroço de açaí), usando processos sustentáveis para minimizar desmatamento e queimadas, promovendo desenvolvimento socioambiental na Amazônia.

Made with GAMMA

Campus São Gabriel da Cachoeira

- Campus com vocação indígena
  - participação do movimento indígena em todas as etapas e na definição das políticas, da forma de ingresso de estudantes e dos cursos a serem implementados
- Unidade Acadêmica permanente da UFAM: cursos presenciais e quadro de pessoal próprio
- Diálogo consolidado com a FOIRN e Prefeitura Municipal
  - Audiência de validação realizada para aprovação do primeiro curso a ser implementado em 2026: Formação de Professores indígenas;
  - Audiências públicas sendo organizadas para outubro
- Instalação física: edital de licitação em andamento, que inclui o licenciamento ambiental e outras etapas fundamentais.

Made with GAMMA

Compromisso com a Amazônia

> A UFAM, com sua infraestrutura robusta e uma ampla oferta de cursos e programas de pesquisa e extensão, reitera seu compromisso com a formação de profissionais qualificados e com o desenvolvimento sustentável da Amazônia e do Brasil.

Com presença em múltiplos municípios do Amazonas, a universidade atua como um importante agente de transformação social e desenvolvimento regional, levando educação superior de qualidade para as diversas regiões do estado.

Made with GAMMA

Instituto Federal do Amazonas IFAM – *Campus* São Gabriel da Cachoeira

Histórico:

1988: Criação da Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira;

1995: Início das atividades escolares com o curso técnico em agropecuária;

2008: Criação da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.

Recursos Humanos atualmente:

- **Docentes:**
  - Total: 42;
  - **Em efetivo exercício: 32.**
- **Técnicos Administrativos:**
  - Total: 53;
  - **Em efetivo exercício: 40.**

INSTITUTO FEDERAL
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
AMAZONAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Ensino

Cursos - Forma Integrada (Cursos Integrados ao Ensino Médio, destinados aos alunos que já concluíram o ensino fundamental):

1. Técnico em Administração;
2. Técnico em Agropecuária;
3. Técnico em Informática.

Cursos - Forma Subsequente (Destinados aos alunos que já concluíram o Ensino Médio):

1. Técnico em Administração;
2. Técnico em Enfermagem;
3. Técnico em Informática;
4. Técnico em Secretaria Escolar.

Cursos - PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, cursos destinados aos alunos que já concluíram o ensino fundamental).

1. Técnico em Administração.

- **Com mais de 600 estudantes matriculados.**

Projetos de Iniciação Científica (PIBICjr.):

- Vigência 2024/2025: 13 projetos, dos quais 8 com bolsa;

- Vigência 2025/2026: 9 projetos com bolsa.

Projetos PIBEX:

- Vigência 2025: 2 projetos de extensão com bolsa.

- Projeto Mulheres Mil:
  - Gestora de Microempresa: 29 formandas;
  - Assistente Administrativo: 24 formandas;
  - Agente Cultural: 25 formandas.

- Projeto Capacitação e Interiorização de Tecnologias Habilitadoras.

Projeto Horonami:

Projeto em parceria com a FUNAI (TED)

Execução de cursos de extensão em Maturacá:

- Gestão de Associação: 54 formados;

- Informática: 30 formados;

- Formação Pedagógica: 57 formados.

Projeto Koyeriwë: Fortalecimento da Soberania Alimentar dos Povos Yanomami do estado do Amazonas:

- **Projeto em parceria com o MDA (TED) realizados nos munícipios:**

São Gabriel da Cachoeira:
- Polos de formação: Nazaré, Inambu e Maturacá;

Santa Isabel do Rio Negro:
- Polos de formação: Maia e Marauaiá;

Barcelos
- Polo Marari.

- **Aproximadamente 300 formandos.**

INSTITUTO FEDERAL
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
AMAZONAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Em planejamento

Cursos superior em 2026/II:

- Tecnólogo em Agroecologia;
- Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

INSTITUTO FEDERAL
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
AMAZONAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Demandas

1. **Mecanismos de Estímulo a Fixação de Servidores em Região de Fronteira.**

- Alta Rotatividade de Profissionais;
- Dificuldades: saúde, custo de vida, deslocamentos;
- **Proposta: *Adicional de Fronteira* para todas as carreira;**

INSTITUTO FEDERAL
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
AMAZONAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Demandas

2. Flexibilização de Processos de Aquisição De Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar

- Atrasos pela rigidez da Lei nº 14.133/2021
- Fornecedores locais não conseguem competir com a concorrência externa;
- Risco elevado de descumprimento de contrato;
- A logística compromete a qualidade dos alimentos;

- **Proposta: Flexibilização de editais para cidades em áreas de fronteira e valorização dos fornecedores locais**

Demandas

3. DEFINIÇÃO DE FÓRMULA DE REPASSE ORÇAMENTÁRIO DIFERENCIADA

- Preços mais altos devido à logística e Isolamento;
- Orçamento não reflete a realidade local;

INSTITUTO FEDERAL
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
AMAZONAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Demandas

4. Ampliação ao acesso de Saúde Especializada

- Falta de especialistas gera deslocamentos onerosos;
- Impacto direto em servidores e na comunidade;

- **Proposta: Programa de saúde para fronteira com telemedicina.**

Demandas

5. Investimento Específicos em Infraestrutura e Logística

- Dependência de transporte aéreo e fluvial;
- Custos elevados, atrasos e contratos comprometidos;
- **Proposta: Prever recursos adicionais de custeio e investimentos.**

INSTITUTO FEDERAL
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
AMAZONAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Demandas

6. Fortalecimento de Políticas de Permanência e êxito Estudantil

- Estudantes proveniente de comunidades indígenasmais distantes da sede do munícipio enfrentam barreiras culturais, linguísticas e socioeconômicas;
- Risco elevado de evasão por custos de moradia e alimentação;

- **Proposta: Bolsas específicas e reativação de residenciais estudantis com amparo da equipe Biopsicossocial.**

INSTITUTO FEDERAL
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
AMAZONAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

ENCERRAMENTO

- **Atuar em fronteira exige políticas públicas diferenciadas;**
- **Propostas apresentadas visam garantir equidade e eficiência da prestação do serviço público;**
- **Investir no IFAM-CSGC é fortalecer a educação, cidadania e soberania nacional.**

34a Reunião Ordinária do NIFFAM
Oficina de Planejamento Territorial de Fronteira Arco Norte e Rondônia.

São Gabriel da Cachoeira
Setembro 2025

INPA

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Conhecimento que constrói o futuro sustentável na Amazônia

INPA
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Coordenações de pesquisa

Coordenação de Tecnologia e Inovação
COTEI

Coordenação da Biodiversidade
COBIO

Coordenação de Dinâmica Ambiental
CODAM

Coordenação de Sociedade, Ambiente e Saúde
COSAS

Pós-graduação

O INPA já titulou mais de

3.200

mestres e doutores em mais de

40

anos de atuação da pós-graduação.

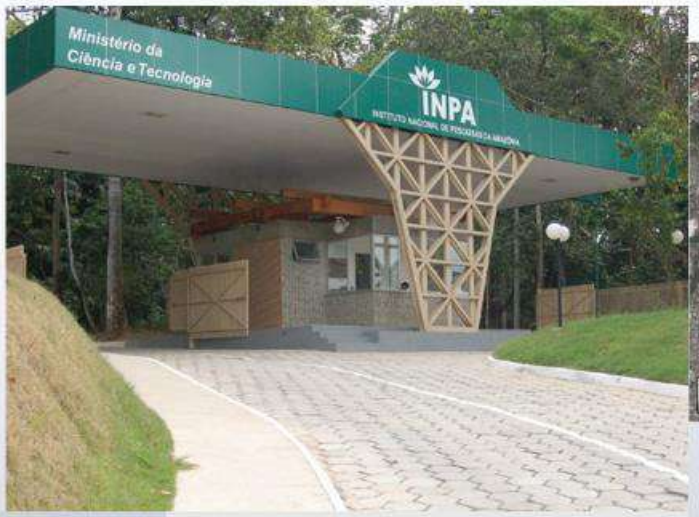
Cerca de

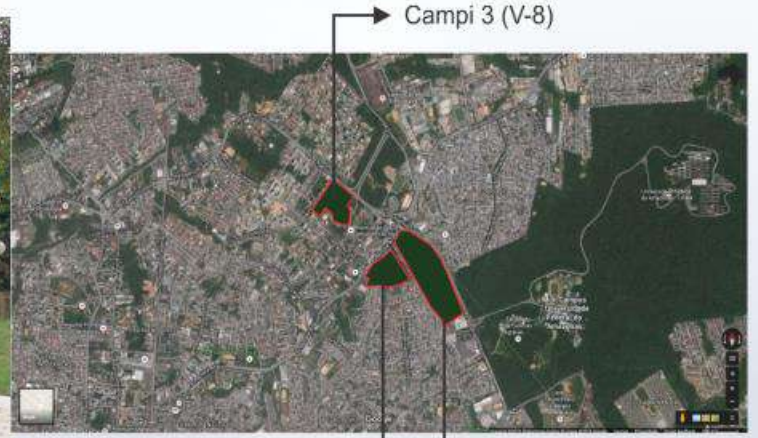
70%

desses profissionais permanecem na Amazônia.

INPA

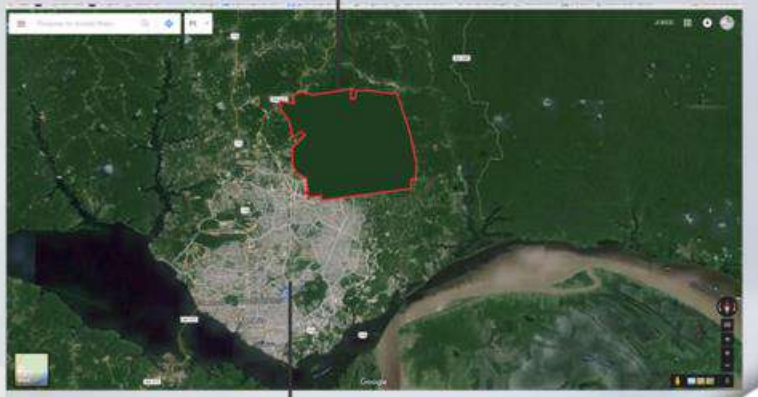
Bases físicas em Manaus e outros 4 estados





Núcleos de pesquisa em 5 estados

Bases de pesquisa de campo no Amazonas e em Rondônia



PROJETOS DO INPA NA REGIÃO

ESTUDOS DA BIODIVERSIDADE, SOCIOBIODIVERSIDADE E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA.

INPA
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AquaInvert-Amazônia: integrando ciência e saberes locais para conhecer a biodiversidade de invertebrados aquáticos em áreas de altitude da Amazônia.

Coordenador: Neusa Hamada

Edital: Amazônia+10

Projeto multi-institucional (INPA, UFPA, UFRR, UFSCAR IFG e UFSC).

Inventariar a biodiversidade de invertebrados aquáticos amazônicos em áreas de altitude, verificar a relação dos organismos com variáveis ambientais, assim como, desenvolver atividades de ensino e divulgação científica integrando saberes locais e científicos.

INPA
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

A integração entre os conhecimentos científicos gerados e os saberes locais dos povos indígenas produzirão material paradidático utilizando as línguas maternas das comunidades envolvidas

Em São Gabriel da Cachoeira, em áreas com altitude superior a 500 metros na região da serra Curicuriari e no Morro dos Seis Lagos. A interlocução com as lideranças indígenas locais, com o ICMBio e o exército brasileiro. A formação e capacitação de recursos humanos ocorrerão em todas as temáticas do projeto, englobando, inclusive, estudantes indígenas.

INPA
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Tsiino Hiiwiida: Revelando múltiplas dimensões da biodiversidade de plantas e fungos no Alto Rio Negro.

Coordenador: Charles Zartman

Edital: Amazônia+10

Cabeça do Cachorro (em Baniwa) e representa o compromisso do projeto com o protagonismo indígena, tendo indígenas trabalhando junto com e não para os pesquisadores não indígenas.

agregar o conhecimento científico e acelerar a documentação da biodiversidade de plantas e fungos, na cabeça do cachorro.

Combinando trabalho de campo tradicional para levantamento da flora e funga e estudos em taxonomia, sistemática molecular, evolução, e biomonitoramento, com tecnologia metagenômica de ponta, e interagindo com e capacitando as comunidades indígenas locais.

Atividades e Resultados iniciais em comunidades

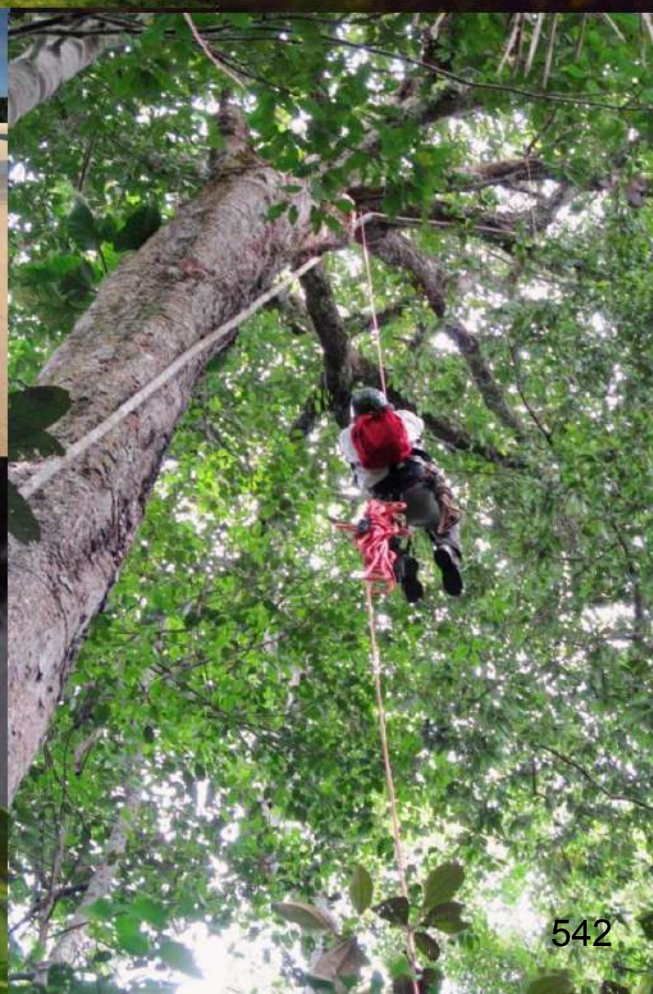
- Participação de reuniões e assembleia com lideranças indígenas;
- Implementação de bolsas indígenas;
- Oficina botânica e de macrofungos; 37 alunos → 10 alunos (troca de saberes)

  Elaboração de uma cartilha com uso plantas medicinais para salvaguardar esse conhecimento
- Oficina botânica na Comunidade indígena São Jorge;
- Oficina de macrofungos na Comunidade Yanomami em Maturacá;
- Expedições botânicas e fúngicas;
- Coletas botânicas realizadas na Serra da Bela Adormecida em diferentes ecossistemas num total de aproximadamente 1000 amostras de fungos, líquens, e plantas.

INPA INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Caracterização colaborativa das relações entre estrutura da vegetação, biomassa e diversidade de aves na bacia do Rio Içana

Coordenadora: Dra. Camila C. Ribas – INPA

Objetivo: Através de pesquisas colaborativas entre pesquisadores indígenas e não indígenas este projeto pretende determinar a relação entre variabilidade ambiental, estrutura da vegetação e métricas de diversidade de aves, e quantificar estoques de carbono e serviços ambientais na bacia do Rio Içana.

O conhecimento será disponibilizado para as organizações indígenas locais (NADZOERI e FOIRN) para embasar planos de gestão territorial e para facilitar a tomada de decisões referentes a demandas relacionadas à valoração dos ecossistemas locais e preservação de sua integridade.

INPA
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

A publicação registra 310 espécies de aves observadas em campo e inclui os nomes populares em nheengatu, língua indígena falada na região.

INPA
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Diálogos científicos multiculturais sobre a sociobiodiversidade na Amazônia com potencial bioeconômico

Coordenadora: Noêmia Ishikawa

Caracterização da biodiversidade, as interações entre o meio-ambiente e os organismos e a avaliação de impactos das mudanças climáticas sobre a biodiversidade.

Número de sítios/estações de pesquisa: três: Reserva Adolpho Ducke (Manaus); Sítio Caroço (Barreirinha); Comunidades Assunção e Nazaré, Terra Indígena do Alto Rio Negro (São Gabriel da Cachoeira).

O PPBio Diálogos Multiculturais faz parceria com 22 instituições distribuídas em cinco estados da Amazônia brasileira, cinco países pan-amazônicos e o Japão.

INPA INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Comunidade Canadá, na Bacia do Rio Ayari

Joaquim Baniwa (Mestre PPG-Ecologia)

INPA INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PROJETO SALAS

SISTEMA AMAZÔNICO DE LABORATÓRIOS SATÉLITES

MCTI

O Projeto Sistema Amazônico de Laboratórios Satélites (SALAS) objetiva instalar infraestrutura de campo no Amazônia como ponto de apoio e polos de pesquisa científica, a fim de proporcionar, geração de conhecimento e desenvolvimento tecnológico. Os objetivos de longo prazo são:

- ampliar as oportunidades para a pesquisa científica e formação de recursos humanos na Amazônia
- apoiar as atividades de pesquisa em diferentes áreas do conhecimento, servindo como ponto de apoio para os pesquisadores do Brasil e do exterior
- mobilizar as unidades de pesquisas do MCTI na Amazônia para atuarem em cooperação científica local, nacional e internacional
- articular parcerias com foco na Amazônia

Laboratórios Satélites do INPA

19 Estações Experimentais / Reservas Florestais / Estações Flutuantes

Área total de mais de 24.000 hectares no Distrito Agropecuário da Zona Franca de Manaus

Impacto Direto em 10 Programas de Pesquisa

INPA
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Workshop INPA/FOIRN

Obrigada!

INPA
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

ANEXO 13 – Apresentação

MIDR Tabatinga

PROGRAMA
FRONTEIRA
INTEGRADA

SECRETARIA NACIONAL DE
POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL

PDIFF - Programa de Integração e Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

CGOT
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A PNDR tem por objetivo a reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intra e interregionais, mediante a criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

Abordagem territorial, abrangência nacional com atuação em múltiplas escalas:

- Macrorregional: prioridades Norte, Nordeste e Centro-Oeste:
  - Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FNE e FCO)
  - Fundos de Desenvolvimento Regional (FDA, FDNE, FDCO)
  - Incentivos Fiscais (N e NE)
- Sub-regional (incluindo Sul e Sudeste);
- Sub-regiões especiais (Semiárido, **Faixa de Fronteira** e Rides).

A PNDR foi atualizada pelo Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024

SDR – GESTÃO DO TERRITÓRIO

Programa de Desenvolvimento e Integração da
FAIXA DE FRONTEIRA

588 municípios, em 11 Estados Brasileiros, dividido em 3 Arcos:

- Arco Norte: AP, PA, RR, AM e AC;
- Arco Central: RO, MT e MS;
- Arco Sul: PR, SC e RS.

34 Cidades-Gêmeas (municípios que apresentam grande potencial de integração econômica, social e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação com uma localidade do país vizinho).

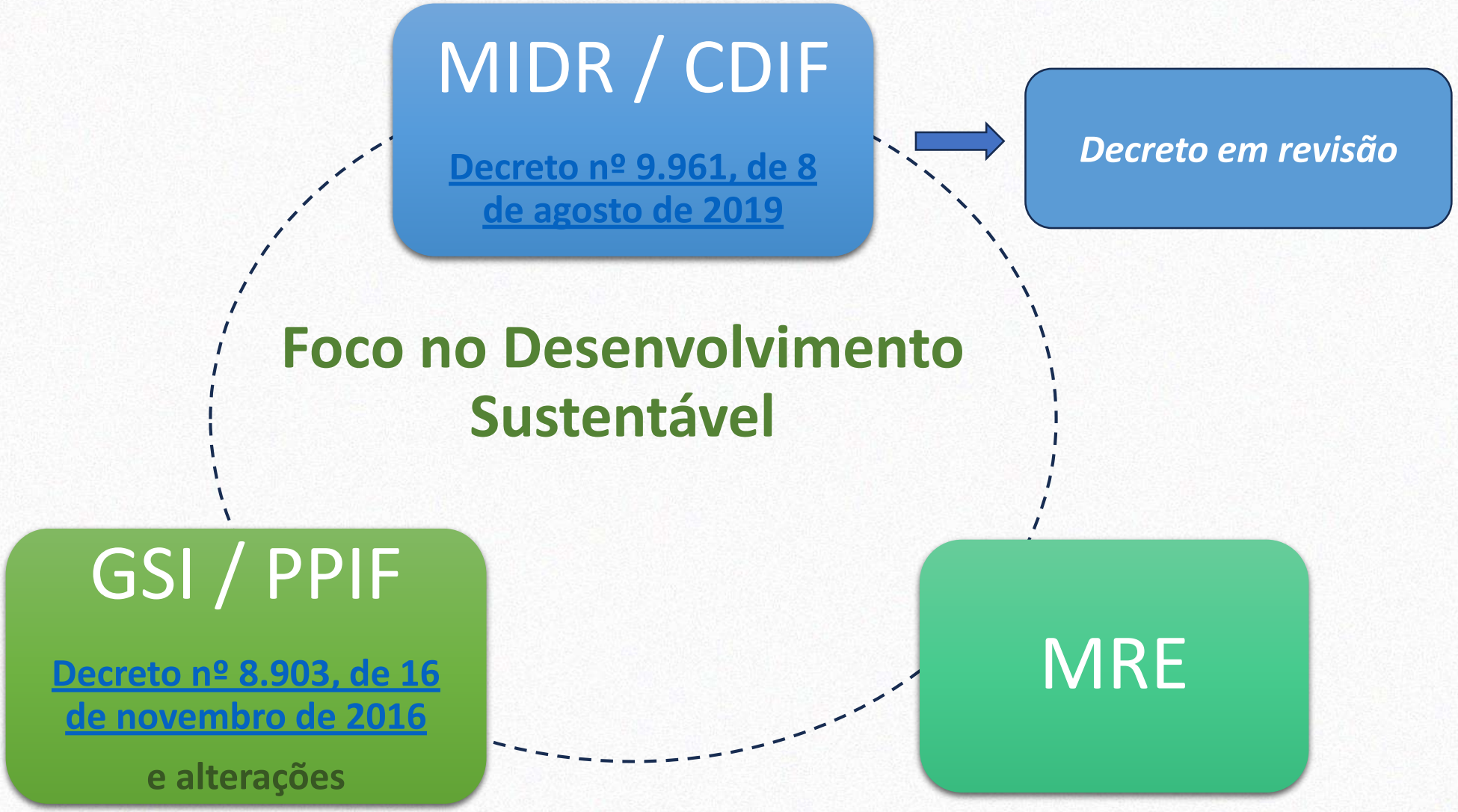
10 Países Vizinhos: Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Política Nacional de Fronteiras

DECRETO Nº 12.038, DE 29 DE MAIO DE 2024

SDR – GESTÃO DO TERRITÓRIO

Programa de Desenvolvimento e Integração da
FAIXA DE FRONTEIRA



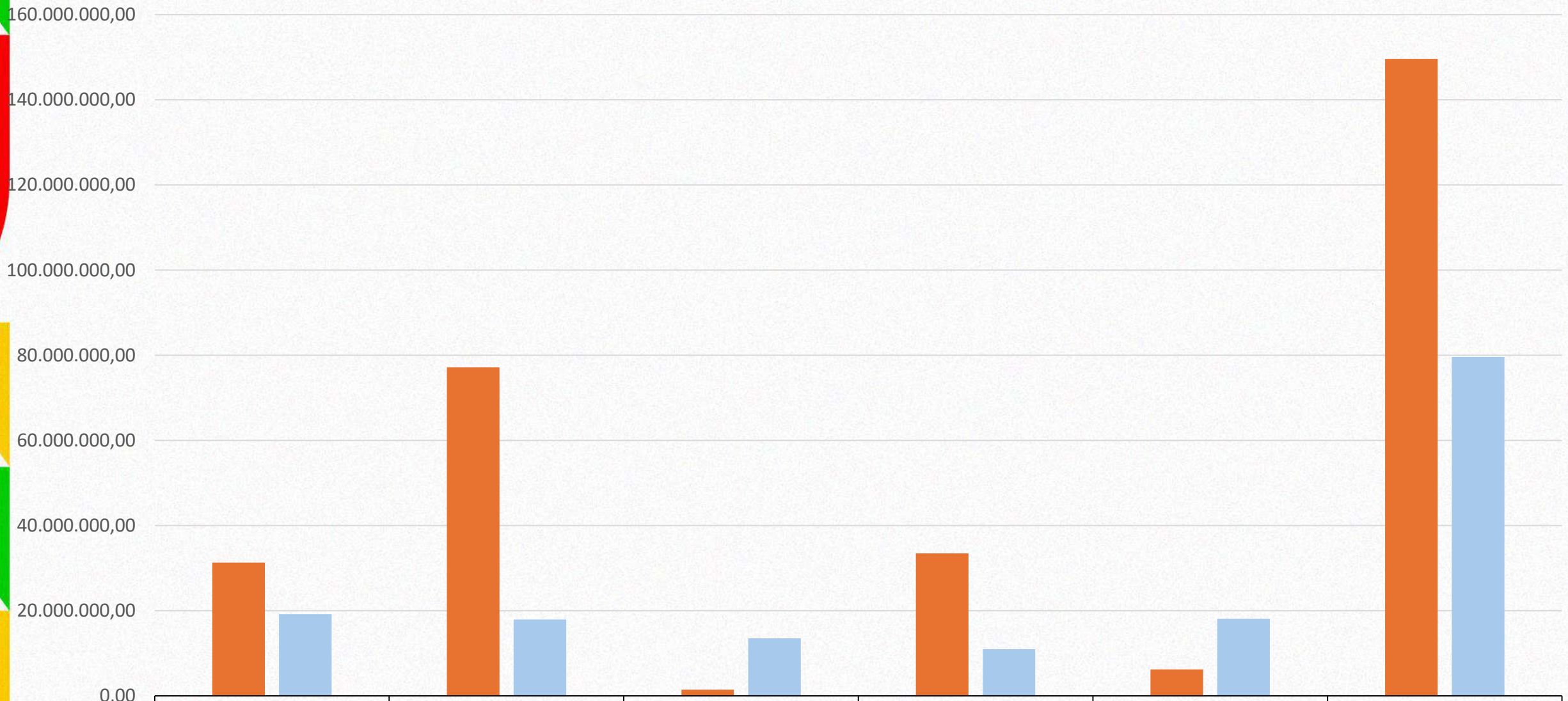
GESTÃO DO TERRITÓRIO

Estratégia

PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA

- **Estruturação do Sistema de Governança da Faixa de Fronteira (CDIF, NEFs) e elaboração dos Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira - PDIF e agendas integradas de desenvolvimento regional com foco em inovação em sustentabilidade (cooperação sul-sul)**
- **Viabilização de projetos executivos de cooperação transfronteiriça em setores estratégicos como a Bioeconomia, TICs e Economia Circular**
- **Planejamento de projetos para emendas parlamentares e investimentos em parceria**
- **Formalizado pela Portaria nº 2.413, de 9 de julho de 2024**

AMAZONAS – Emendas Parlamentares



	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
Orçamento	31.312.773,00	77.159.886,00	1.441.714,00	33.478.459,00	6.207.500,00	149.600.332,00
Executado	19.183.150,16	17.911.794,90	13.493.271,33	10.982.976,59	18.069.670,78	79.640.863,76

ATORES

Desenvolvimento de Ecossistemas Regionais de Inovação: Estratégia da Sêxtupla Hélice

Inovação = Tecnologia + Investimento

- **Novos produtos**
- **Novos serviços**
- **Novos negócios**

+ Produtividade

+ Competividade

+ Emprego e Renda

PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA

Arco Norte: Parque Científico e Tecnológico do Alto Solimões – PACTAS e Centro de Inovação Mapati

NOSSA MISSÃO

- Promover a ciência, tecnologia e inovação com base nos saberes tradicionais e na agrobiodiversidade da região transfronteiriça do Alto Solimões.

Metas Parque Científico e Tecnológico do Alto Solimões – PACTAS (UFAM)

TED 2020 MID-UFAM R$ 2.439.246,60

1. Consolidação do diagnóstico (TED 01/2020) e desenvolvimento de um sistema de indicadores de sustentabilidade das cadeias produtivas de bioativos, processos e serviços regionais, considerando áreas de atuação, conhecimento empresarial, áreas de CT&I e ambientes de inovação.

2. Seminário internacional para articulação territorial para alinhamento das Instituições de Ciência & Tecnologia – ICTs regionais, redes de produtores, empresa, setor público, organizações civis de interesse público.

3. Concepção e implantação de mecanismos de geração de empreendimentos inovadores – MGEI (incubadoras, aceleradoras tecnológicas populares, laboratórios, espaços de coworking e TICs).

4. Estruturação e oferta de Cursos para a formação de técnicos, especialistas, mestres e doutores, nas modalidades de ensino, pesquisa e extensão.

5. Estruturação de negócios populares de base tecnológica e aceleração de empreendimentos já existentes, além de aplicação e desenvolvimento de certificações para as respectivas cadeias locais.

6. Implantação de Núcleo de inovação e transferência tecnológica (NIT).

Metas do Centro de Inovação Mapati (IFAM)

TED 2024 MIDR-IFAM R$ 5.436.414,15

1. Realizar o diagnóstico e estabelecer o marco zero para avaliar os impactos dos investimentos realizados nas cadeias produtivas da agrobiodiversidade, das TICs e economia circular, atendendo o mínimo de 100 famílias por segmento;
2. Plano de sustentabilidade econômico- financeira e de gerenciamento do Centro Mapati, incluindo gestão integrada da incubadora e dos Laboratórios
3. Implementação e desenvolvimento da incubadora de empresas e organizações sociais e seu funcionamento
4. Instalação dos Laboratórios, ambiente físico da incubadora e aquisição de equipamentos
5. Difusão tecnológica em Economia Circular para:
   a) povos indígenas e comunidades ribeirinhas;
   b) agricultores familiares e assentados;
   c) catadores de resíduos;
   d) empreendedores e microempresários
   e) instituições públicas e sociedade civil.

Reunião de Instalação do trabalho

Projeto Fronteiras da Amazônia
Arco Norte e Rondônia

instituto brasileiro de administração municipal

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

ESCOPO DO TRABALHO

- Elaboração de Diagnósticos sobre a situação de Fronteira do Arco Norte e Rondônia
- Mapeamento de atores de relevância no tema das fronteiras amazônicas
- Realização de Oficinas de Planejamento Territorial nos 6 estados
- Elaboração dos Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – PDIFFs
- Apoio à estruturação dos Núcleos Estaduais de Fronteira do Arco Norte e Rondônia.

EIXOS TEMÁTICOS DO TRABALHO

1. **Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática**
2. **Infraestrutura para o Desenvolvimento**
3. **Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social**
4. **Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais**
5. **Integração Regional, Migrações e Segurança**

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

SECRETARIA NACIONAL DE
POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL

CGGT
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

cggt.sdr@mdr.gov.br

ANEXO 14 – Apresentação IBAM

PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA

Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

Oficinas de planejamento territorial

AMAZONAS

Execução: ibom

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Apresentação

Escopo do trabalho

Elaboração dos Diagnósticos e **Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira– PDIFF** e apoio à **estruturação dos Núcleos Estaduais de Fronteira do Arco Norte e Rondônia**

Execução: Realização:

- Elaboração de **Diagnósticos sobre a situação de Fronteira** do Arco Norte e Rondônia
- **Mapeamento de atores de relevância** no tema das fronteiras amazônicas
- Realização de **Oficinas de Planejamento Territorial** nos 6 estados

FASE ATUAL

- Elaboração dos **Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira** – PDIFFs
- Apoio à **estruturação dos Núcleos Estaduais de Fronteira** do Arco Norte e Rondônia.

Atualizações gerais

fronteirasamazonia.ibam.org.br

Acesse pelo QR Code

O Projeto

A ação engloba 6 estados (AC, AM, AP, PA, RO, RR) e 97 municípios total ou parcialmente localizados na Faixa de Fronteira, que abrange a extensão de 150km ao longo de toda a fronteira terrestre brasileira, destacando-se a existência de 9 cidades-gêmeas nessa região.

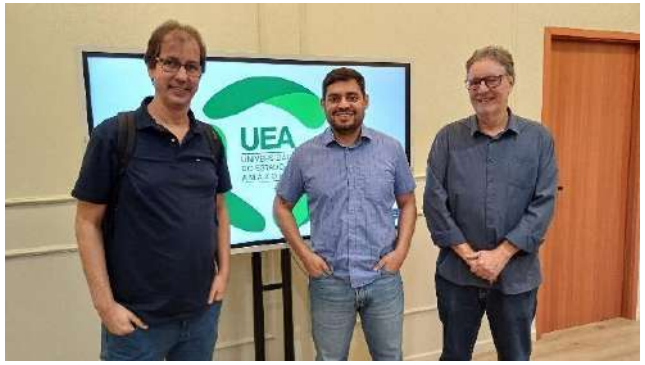
O processo de elaboração dos PDIFFs contribuirá para o avanço na implementação das agendas integradas de desenvolvimento regional com foco em sustentabilidade, inovação e na cooperação com os países vizinhos em setores estratégicos como Bioeconomia, TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) e Economia Circular (energias renováveis, gestão de resíduos e recursos hídricos).

Os PDIFFs serão elaborados com participação de órgãos federais, estados, municípios, empresas e organizações da sociedade civil e deverão indicar propostas prioritárias de ação nos seguintes temas:

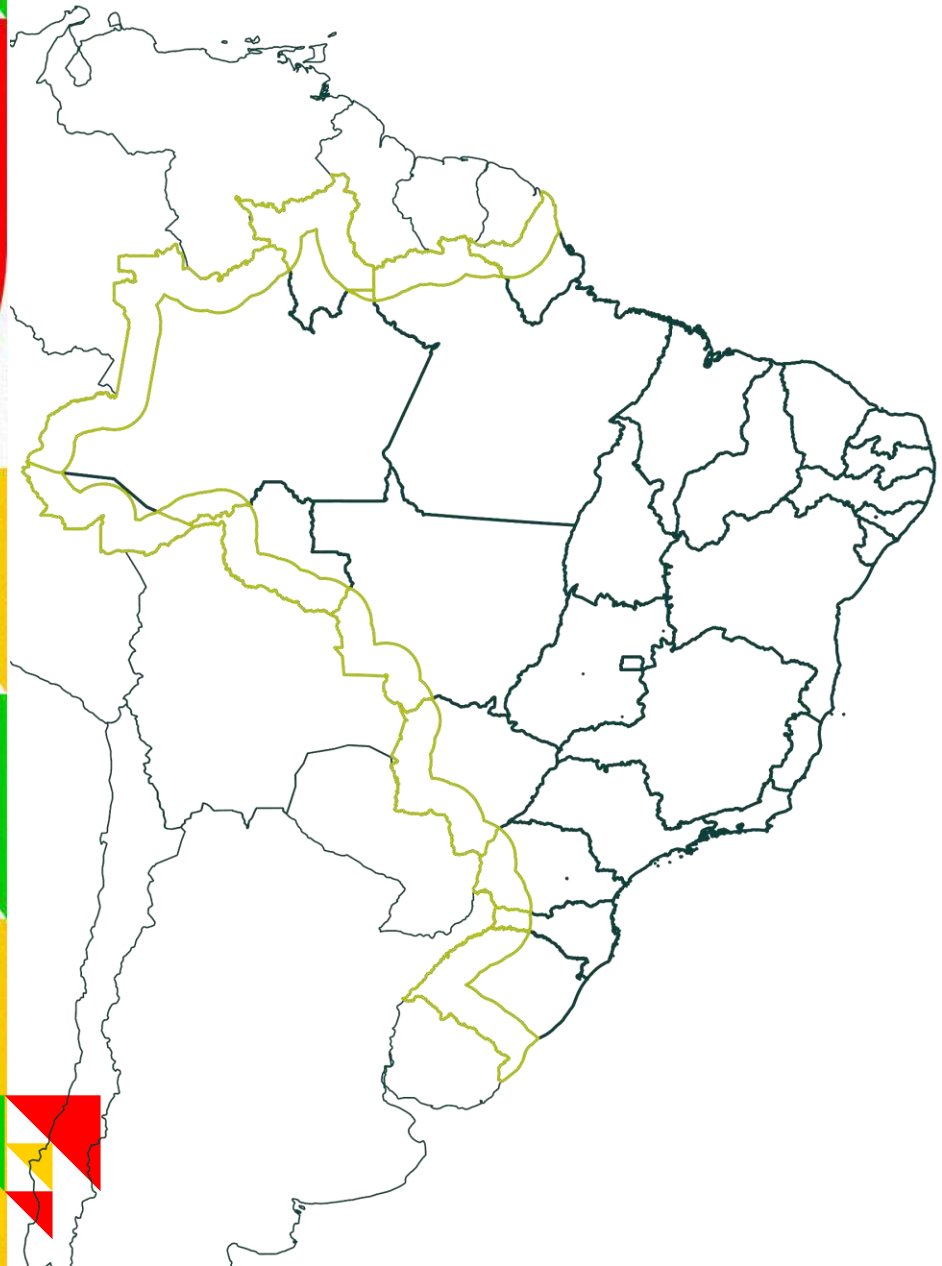
Fronteiras da Amazônia
Arco Norte e Rondônia

Visita técnica realizada

Cidade Visitada: Manaus
Período da visita: 25 a 28 de março de 2025



Faixa de Fronteira terrestre brasileira



150 km de largura da Faixa de Fronteira terrestre

15.719 km de extensão

11 estados fronteiriços

588 municípios fronteiriços

11,7 milhões de hab. Nos municípios de fronteira

Marco Legal

- Criação da Faixa de Fronteira (Lei 6.634/1979) e Regulamentação (Decreto 85.064/1980)
- Ao longo das últimas décadas, uma série de programas e projetos relacionados às fronteiras foram elaborados, em especial na área de segurança
- **Em 2024, foi instituída a Política Nacional de Fronteira (PNFron), pelo decreto 12.038/2024.**
- Instrumento da PNFron em elaboração: **Estratégia Nacional de Fronteiras (EnaFron)**

Marco Legal

A PNFron está organizada em 4 eixos interdependentes:

- **Eixo 1: Segurança**
- **Eixo 2: Integração regional**
- **Eixo 3: Desenvolvimento Sustentável**
- **Eixo 4: Direitos humanos, cidadania e proteção social**

Ligado ao Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional

Faixa de Fronteira
Projeto Fronteiras da Amazônia

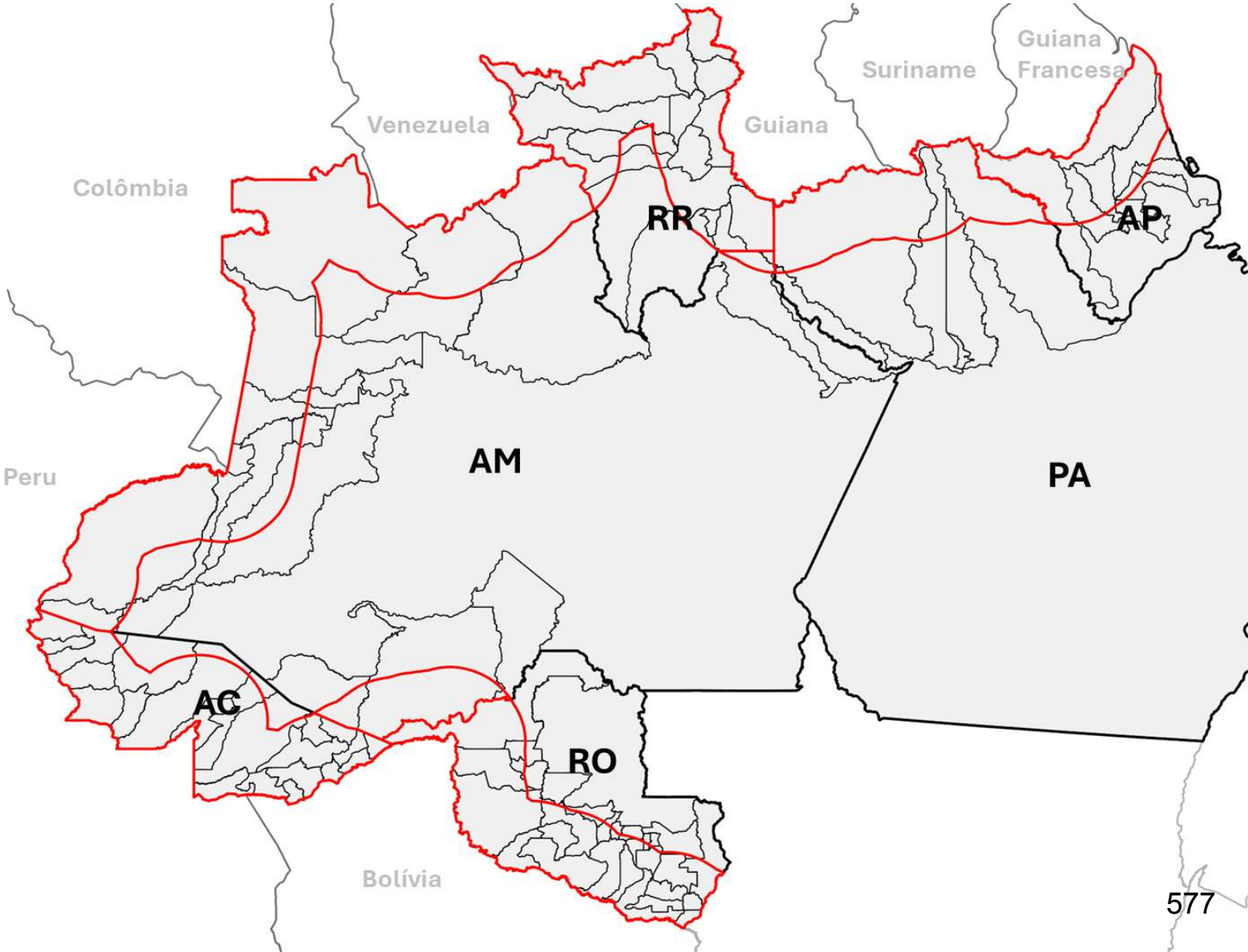
6 estados

(AC, AM, AP, PA, RO, RR)

97 municípios

3.277.578 habitantes

nos municípios fronteiriços

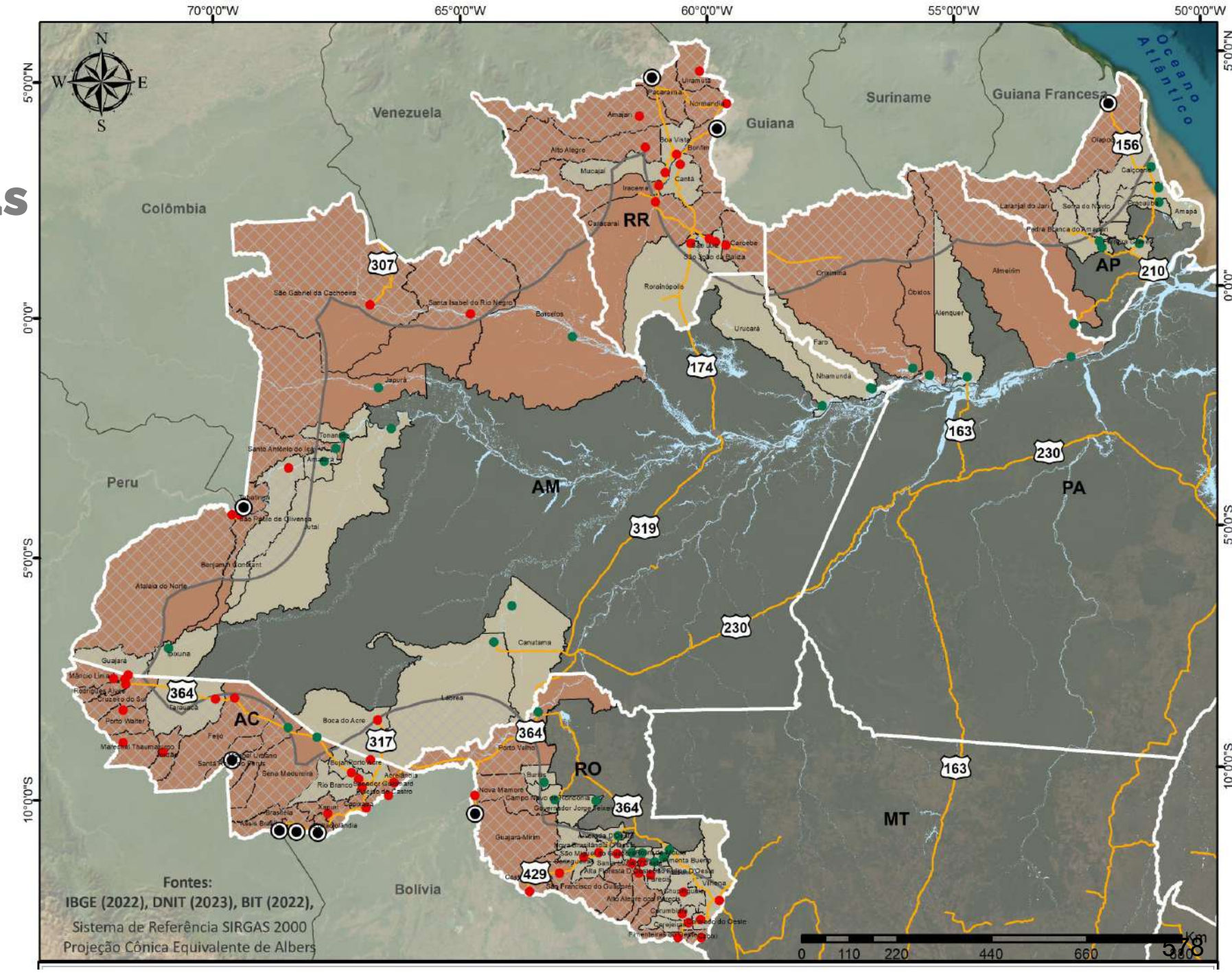


Faixa de Fronteira

Projeto Fronteiras da Amazônia

97 Municípios com diferentes níveis de interação com a fronteira.

- Municípios lindeiros (48)
- Municípios não-lindeiros (49)
- Municípios com sede na linha ou dentro da faixa de fronteira (62)
- Municípios com sede fora da faixa de fronteira (35)
- Cidades gêmeas (9)

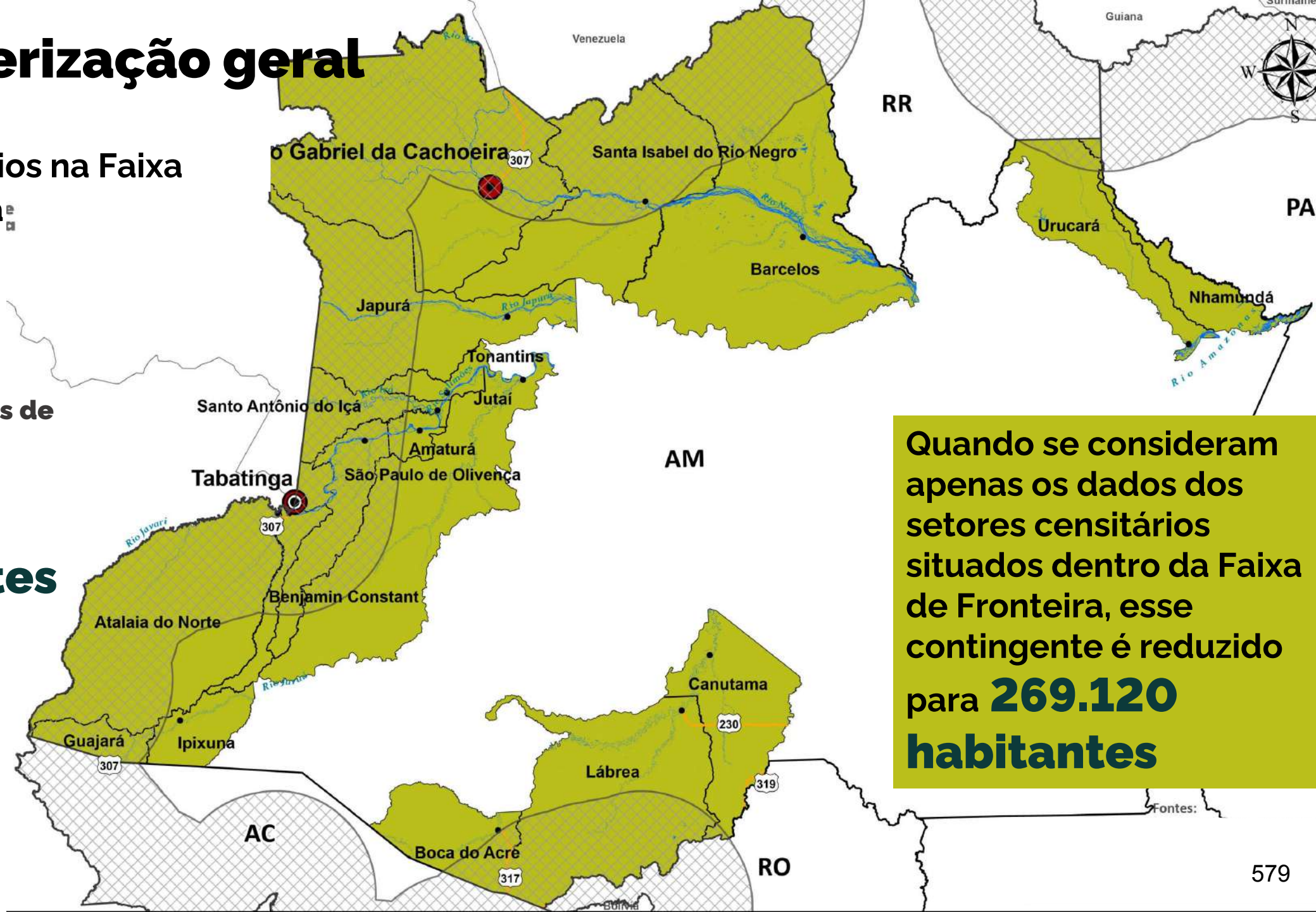


Caracterização geral

19 municípios na Faixa de Fronteira

Pop. Municípios de Fronteira do Amazonas

504.450 habitantes



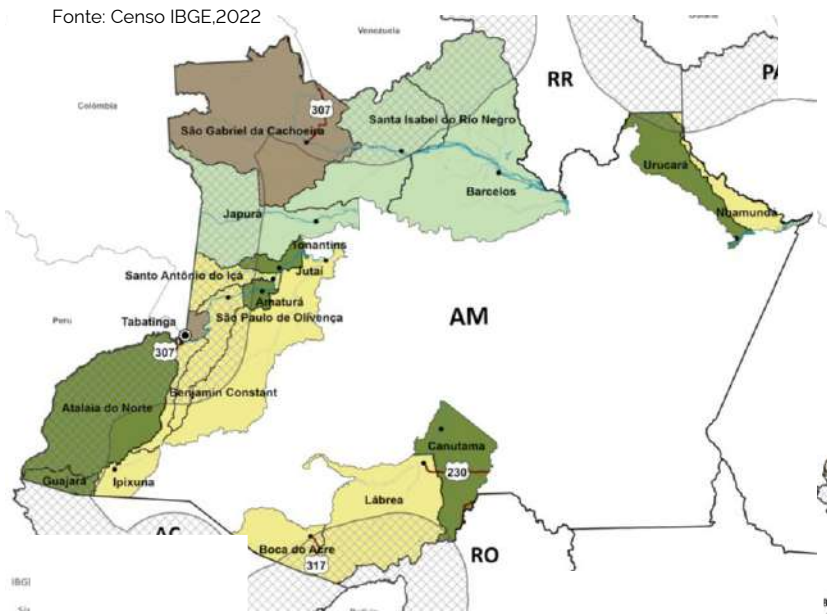
Quando se consideram apenas os dados dos setores censitários situados dentro da Faixa de Fronteira, esse contingente é reduzido para 269.120 habitantes

Fontes:

Perfil Demográfico

População 2022

Fonte: Censo IBGE,2022

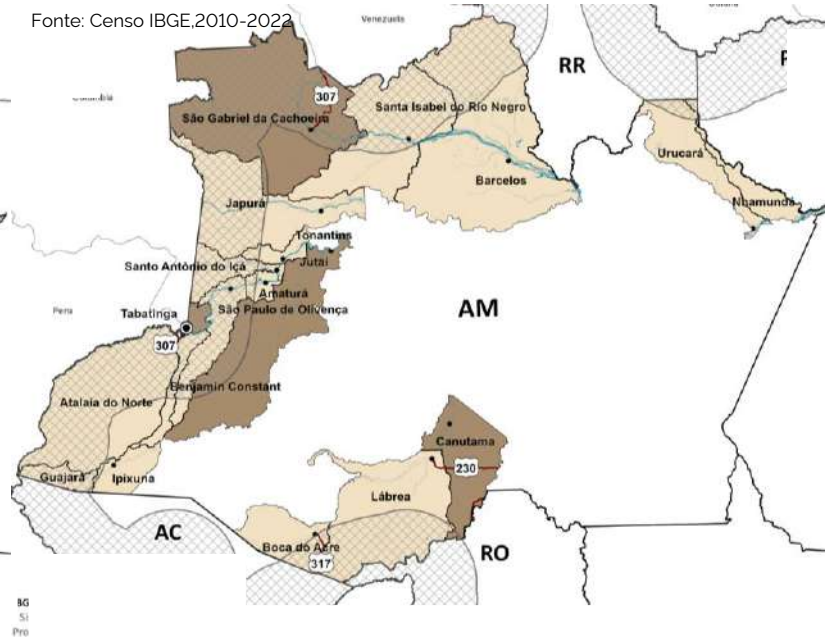


< 10mil
> 10 a 20 mil
> 20 a 50mil
> 100mil

*Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira são as únicas cidades fronteiriças do Amazonas que possuem mais de **50 mil habitantes.***

Taxa de crescimento anual 2010-2022

Fonte: Censo IBGE,2010-2022

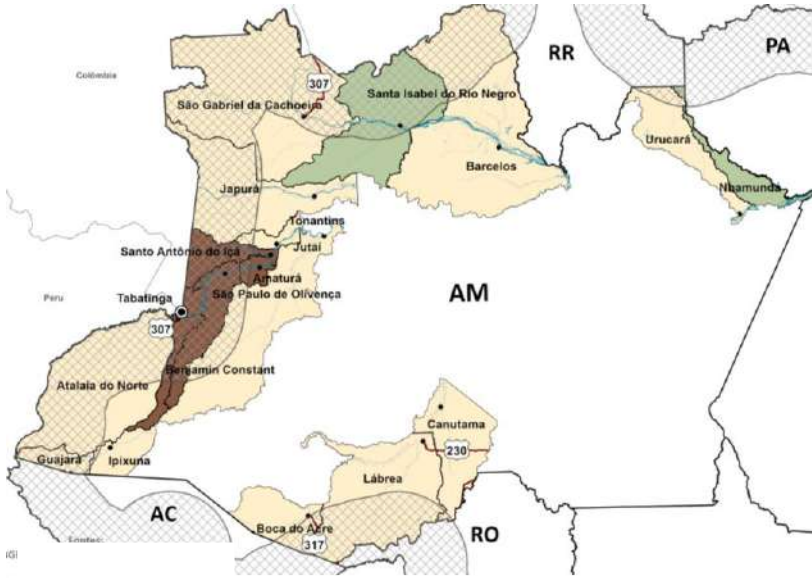


< 2%
2% a 5%

São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga registraram consideráveis crescimentos na última década

Grau de Urbanização 2022

Fonte: Censo IBGE,2022



< 50%
>50% a 70%
> 70%

Os municípios do Alto Solimões são os que mais concentram população urbana. No entanto, de modo geral observa-se crescimento da urbanização na última década.

Eixos Temáticos

Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Com grande extensão, a faixa de fronteira amazônica abriga uma diversidade de usos, desde áreas protegidas destinadas à conservação ambiental até territórios pressionados por atividades ilegais e expansão urbana desordenada. Compreender as dinâmicas de acesso, uso e gestão da terra é essencial para a formulação e implementação de políticas públicas.

Infraestrutura para o Desenvolvimento

O planejamento e os investimentos em infraestruturas devem ser conduzidos de forma criteriosa, de modo a garantir os direitos das comunidades locais e sem comprometer a sociobiodiversidade. A Floresta em pé é um ativo local para o desenvolvimento da região amazônica.

Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

O desenvolvimento sustentável exige um equilíbrio entre o crescimento econômico, a conservação ambiental e a justiça social. O fomento às atividades produtivas sustentáveis, em especial a bioeconomia, surge como caminho para garantir que o aproveitamento dos recursos naturais ocorra de forma responsável e regenerativa.

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

A proteção de Povos e Comunidades Tradicionais, reconhecidos por suas formas de organização social e cultural relacionadas aos seus vínculos com o território e com a natureza, constitui dimensão essencial para qualquer projeto comprometido com o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

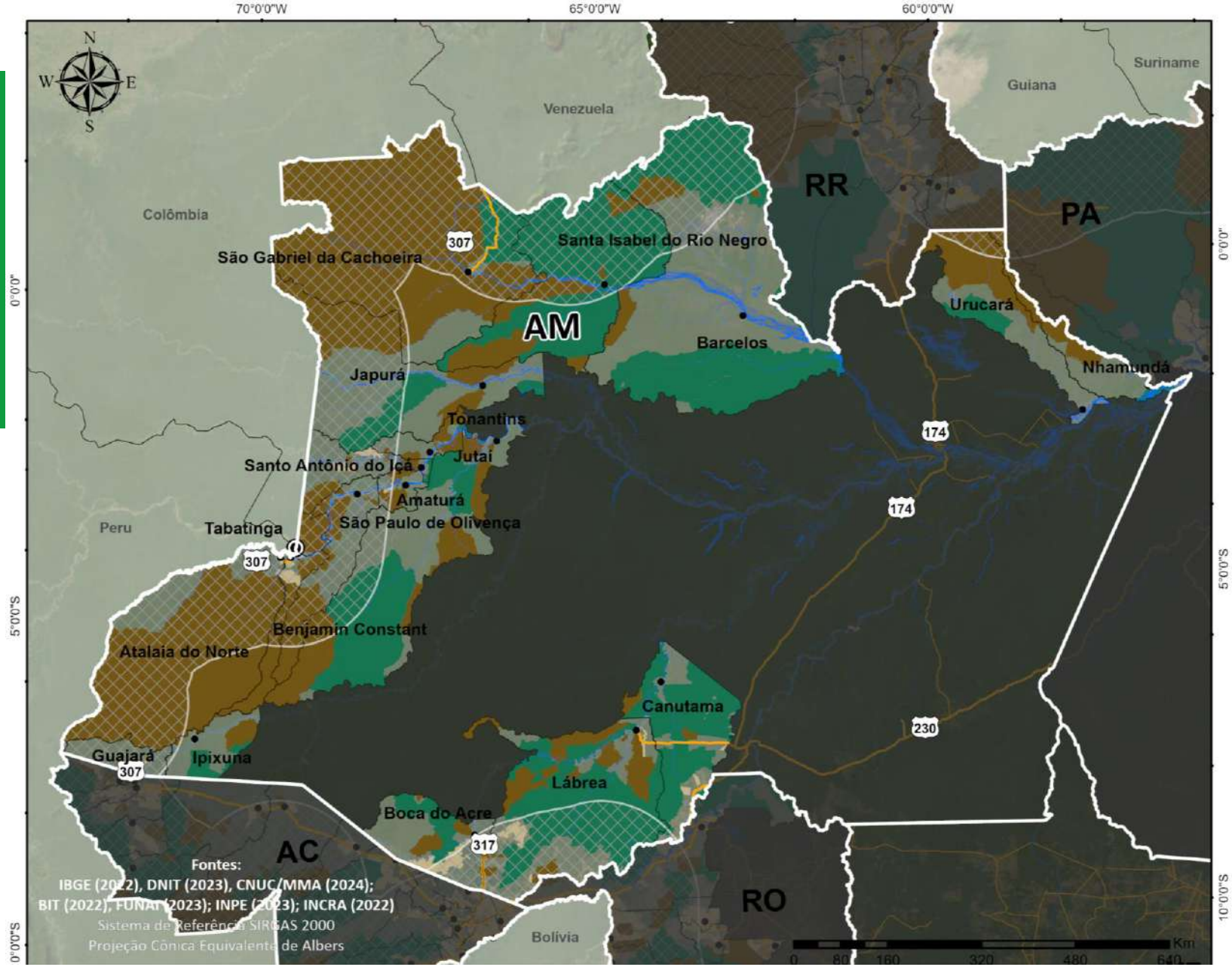
Integração Regional, Migrações e Segurança

Interações entre países fronteiriços ao mesmo tempo que facilitam os fluxos comerciais, políticos e culturais, envolvem o gerenciamento das migrações e questões de segurança. A análise das dinâmicas migratórias e dos contextos de violência e criminalidade é fundamental para compreender os desafios e oportunidades para a integração regional no contexto da fronteira amazônica.

Eixo temático 1:

Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental e climática

A faixa de fronteira do Amazonas é marcada pela predominância de **Terras Indígenas (TIs), que ocupam 60,8%** do território, e **Unidades de Conservação (UCs), que abrangem 21,3%.**



Unidade de Conservação

Terra Indígena

Assentamento Rural

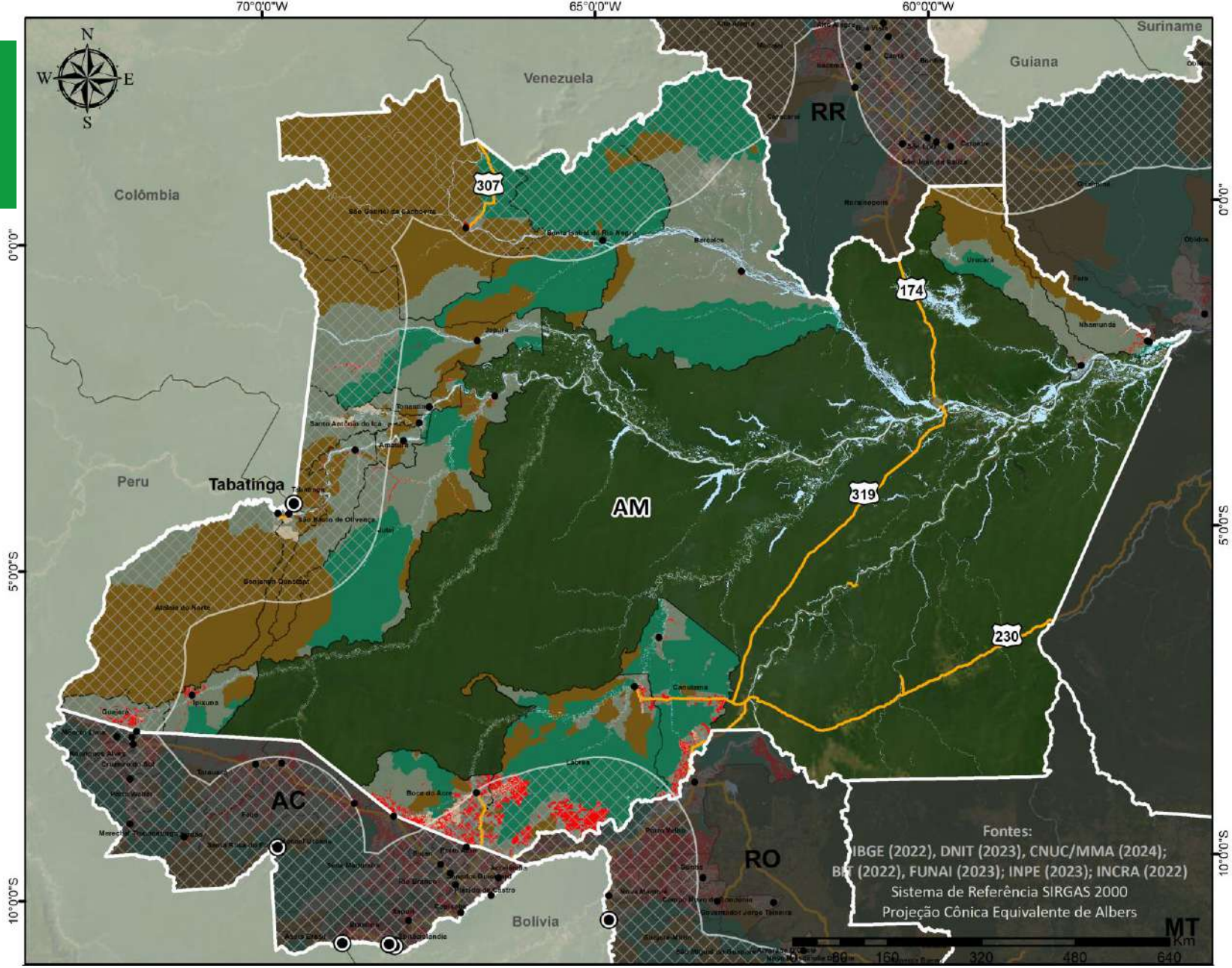
Eixo temático 1:

Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental e climática

Crescimento significativo no número de conflitos, relacionado à **intensificação da pressão fundiária e ambiental na região.**

Processo mais acelerado ao sul do estado, com a expansão da fronteira agrícola de uso extensivo.

Expansão ao longo das principais rodovias federais, **ao mesmo tempo que ampliam a conectividade facilitam a ocupação predatória e intensificam a perda florestal.**



Unidade de Conservação

Terra Indígena

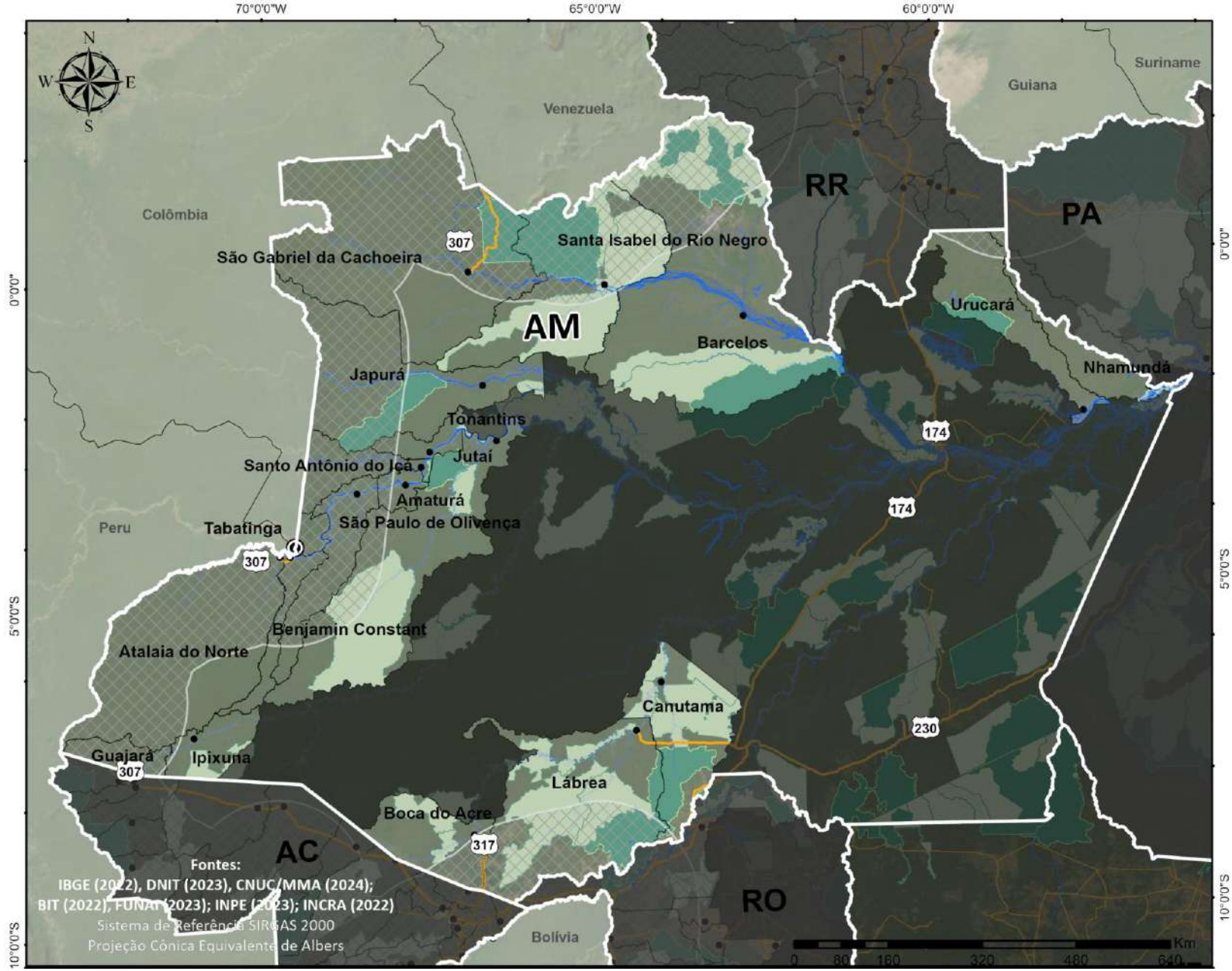
Assentamento Rural

Desmatamento Acumulado (2015-2023) 583

Eixo temático 1:

Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental e climática

As UCs desempenham um **papel estratégico na conservação ambiental, conectando grandes corredores ecológicos** como a TI Alto Rio Negro e o Parque Nacional do Pico da Neblina, nos municípios de Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira.



UC de Proteção Integral

UC de Uso Sustentável

Eixo temático 1:

Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental e climática

Gestão climática

- Mudanças climáticas têm provocado **transformações nos ciclos naturais, como os períodos de cheia e vazante dos rios.**

- Risco alto a eventos de **inundações e secas**, em municípios como São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga .

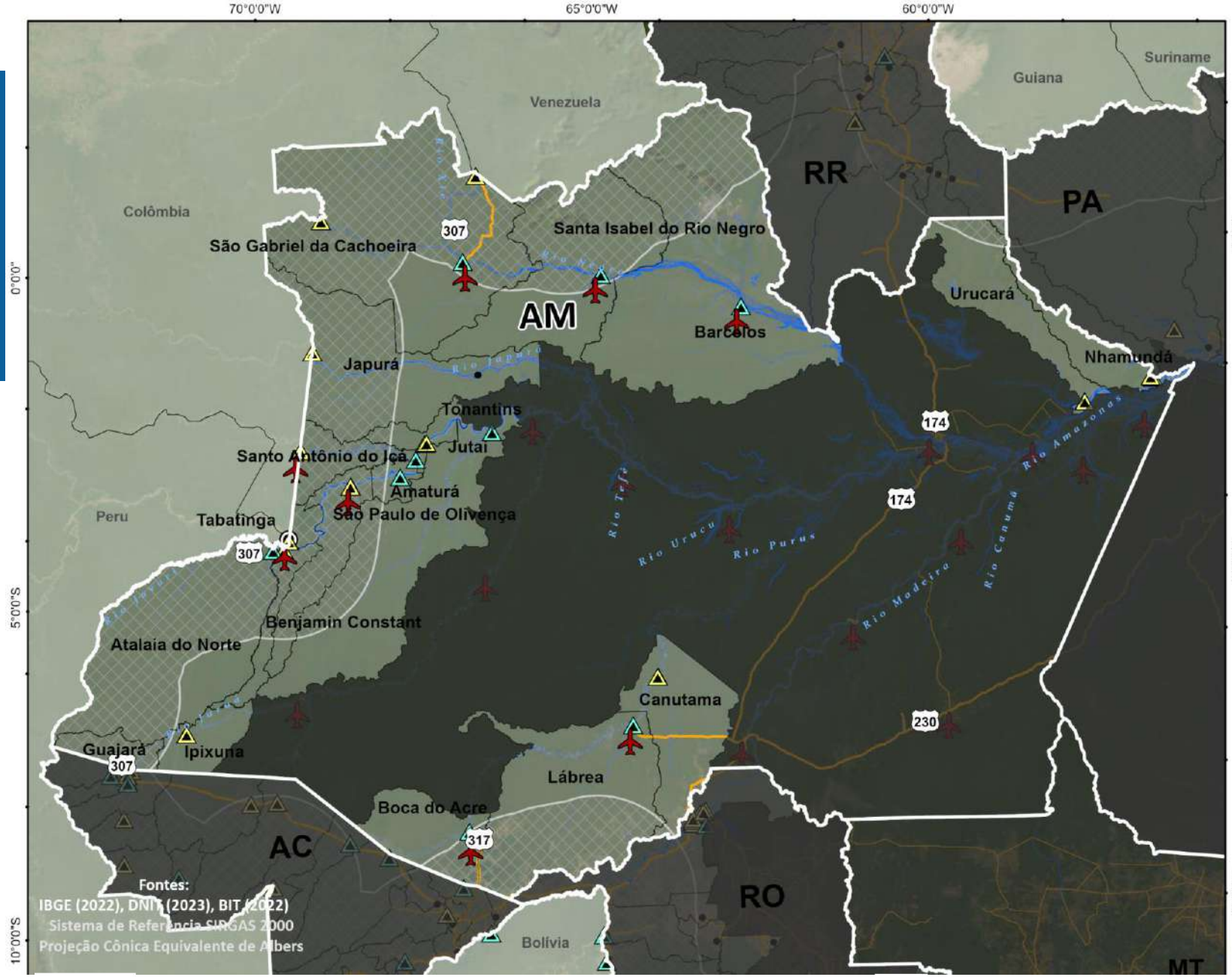
- **Municípios de Fronteira do Amazonas,** com exceção apenas de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, são **identificados como prioritários para ações da União de prevenção e mitigação de desastres naturais**

Foto: Ronny Alcântara/Rede Amazônica

Eixo temático 2:

Infraestrutura para o Desenvolvimento

- Rodovias federais praticamente não alcançam os municípios fronteiriços no Amazonas.
- **Transporte fluvial representa papel importante na logística regional** para o escoamento e abastecimento de bens e produtos, além da mobilidade das comunidades.
- **Transporte aéreo regional possui importância na conectividade entre cidades e localidades remotas, mas é oneroso.**



Eixo temático 2:
Infraestrutura para o Desenvolvimento

O Programa Projeto Rotas de Integração Sul-americana, vinculado ao MPO, tem como objetivo promover a integração logística entre os países da América do Sul, facilitar o comércio e reduzir tempo e custo do transporte de mercadorias entre o Brasil e seus vizinhos e a Ásia.

ROTA 2 Amazônica

Das Rotas da Integração Sul-Americana propostas pelo governo federal, **a Rota 2** atravessa parte da Fronteira do Amazonas, conectando via Rio Solimões com países vizinhos.

No programa, há a previsão dos seguintes projetos:

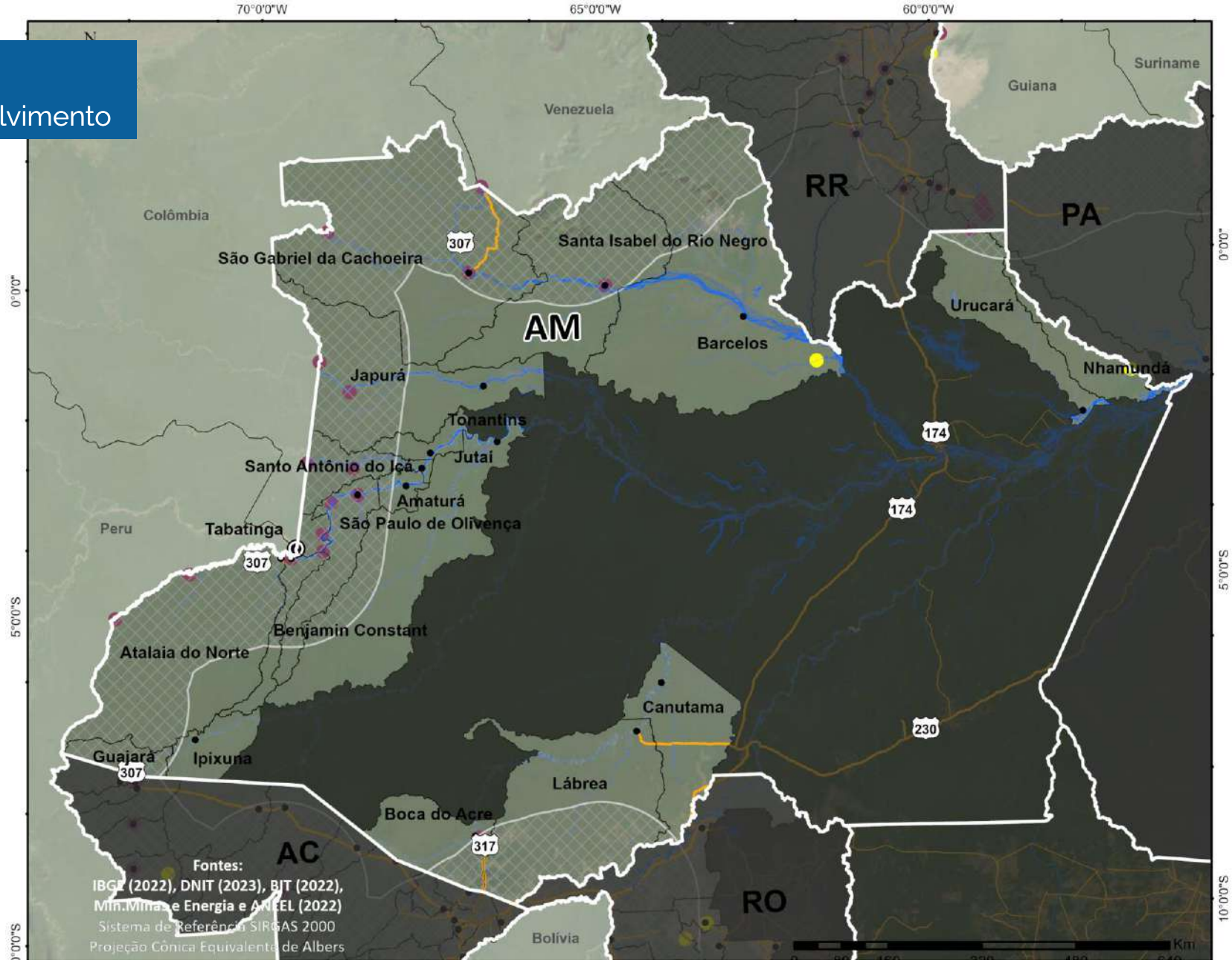
- **Recinto Aduaneiro em Tabatinga**
- **Sinalização no Rio Solimões**
- **Dragagem da Hidrovia Manaus-Tabatinga**

Eixo temático 2:
Infraestrutura para o Desenvolvimento

- Predomínio da produção por fonte termoelétrica (50,59%) na faixa de fronteira

- Atendimento por Sistemas Isolados (SISOL), não conectados ao SIN e atendidos por sistemas térmicos a óleo diesel.

- Com relação as infraestrutura de comunicações, há avanços na implantando redes de fibra óptica subfluvial. Municípios como São Gabriel da Cachoeira, Santo Antônio do Içá e Guajará estão contemplados no programa.



Eixo temático 2:
Infraestrutura para o Desenvolvimento

Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA 2024-2027)

Aprovado pela Resolução CONDEL/SUDAM nº 106, de 4 de agosto de 2023, o PRDA foi elaborado nos termos do inciso II, art. 4º da Lei Complementar nº 124/2007. Com vigência de 2024 a 2027, o PRDA abrange 06 Eixos, 11 Programas e 79 Ações Estratégicas

Relação com a Faixa de Fronteira	Projeto
Incidência na Faixa de Fronteira	Projeto de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Regional - PDCPROR, município de São Gabriel da Cachoeira - AM
	Fortalecimento das cadeias de valor de produtos florestais não madeireiros
	APL de Produção de Pescado
	Estruturação do manejo sustentável do pirarucu no território indígena do Vale do Javari em Atalaia do Norte - AM

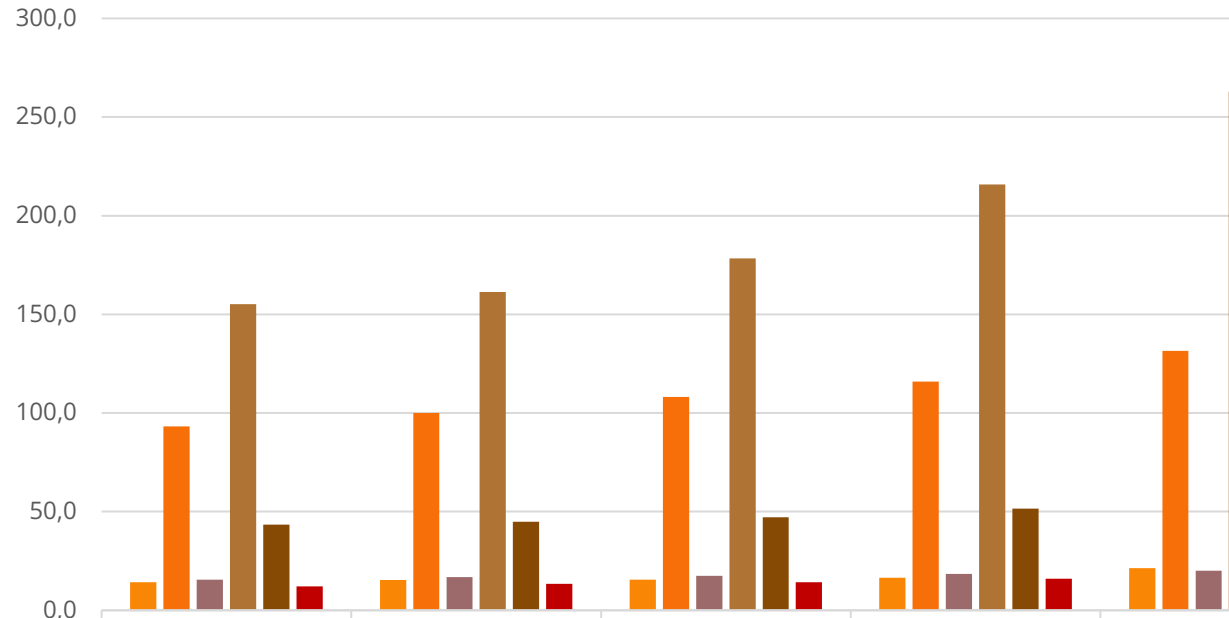
Eixo temático 3:

Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

- Amazonas é o estado com a segunda maior economia dos estados do Arco Norte. **Setor industrial tem uma contribuição relevante no Amazonas (38,3%), em especial a Indústria de Transformação.**

- **Setor de serviços é principal setor empregador na economia dos municípios de fronteira**

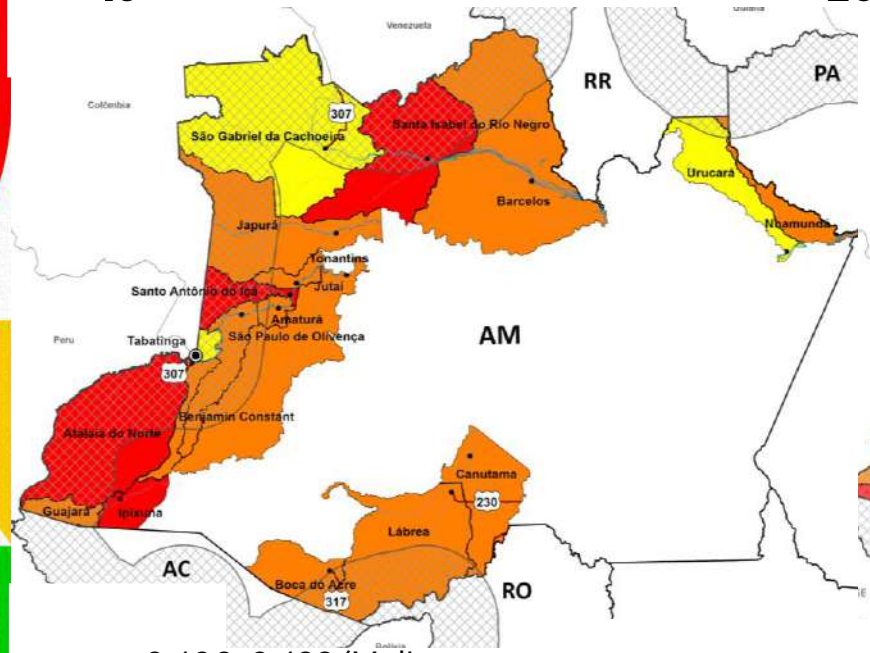
Produto Interno Bruto a preços correntes de mercado em bilhões de reais



	2017	2018	2019	2020	20
Acre	14,3	15,3	15,6	16,5	21
Amazonas	93,2	100,1	108,2	116,0	131
Amapá	15,5	16,8	17,5	18,5	20
Pará	155,2	161,3	178,4	215,9	262
Rondônia	43,5	44,9	47,1	51,6	58
Roraima	12,1	13,4	14,3	16,0	18

Eixo temático 3:
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

IDHM 2010



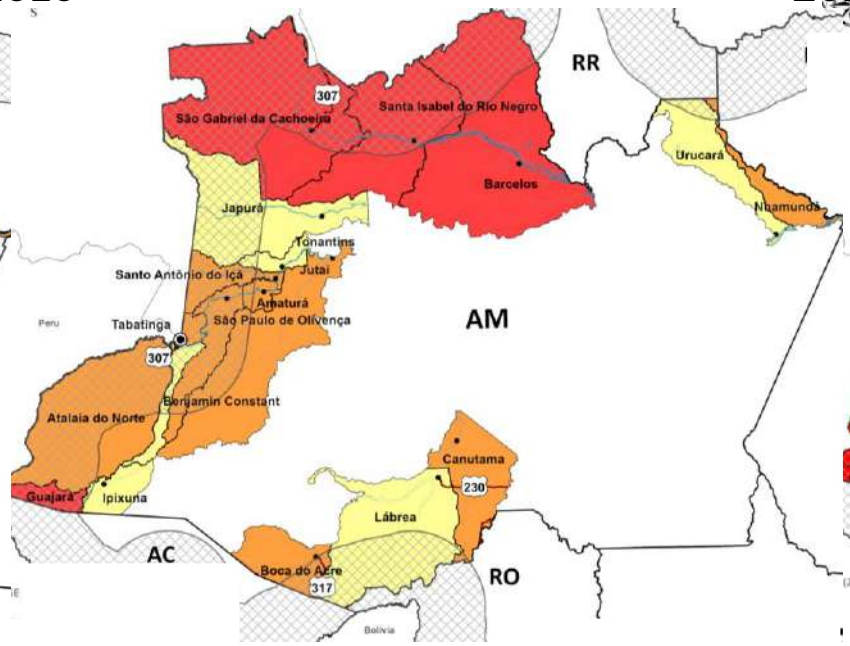
0,400-0,499 (Muito Baixo)

0,500-0,599 (Baixo)

0,600-0,699 (Médio)

Índices variando de muito baixo a médio. Atalaia do Norte, Ipixuna, Santo Antônio do Içá, Santa Isabel do Rio Negro ***apresentam menores índices de IDH.***

Índice de GIINI 2010



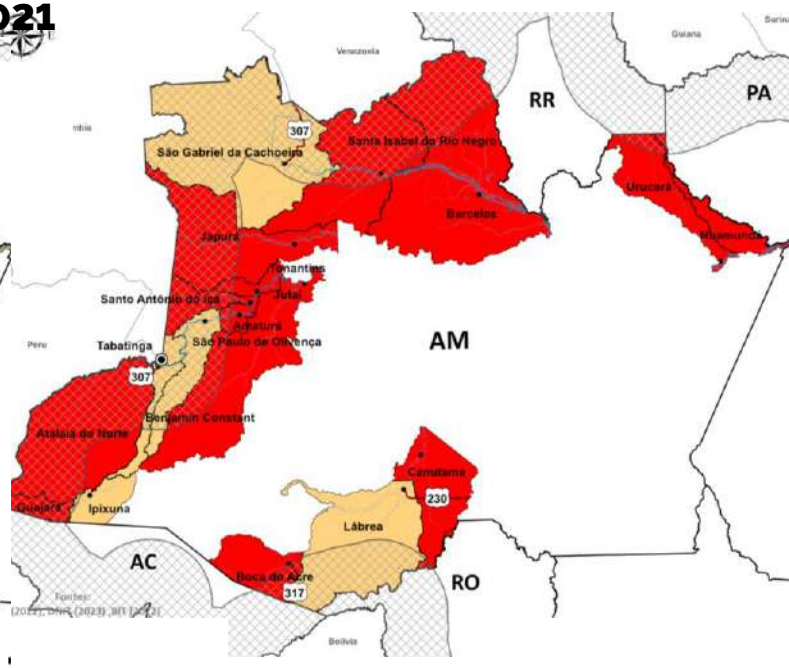
0,54 a 0,60

0,61 a 0,70

0,71 a 0,80

Altos índices de Gini, indicando maior desigualdade em especial na região do Rio Negro.

Rendimento Domiciliar 2021



Até 1,,7 SM

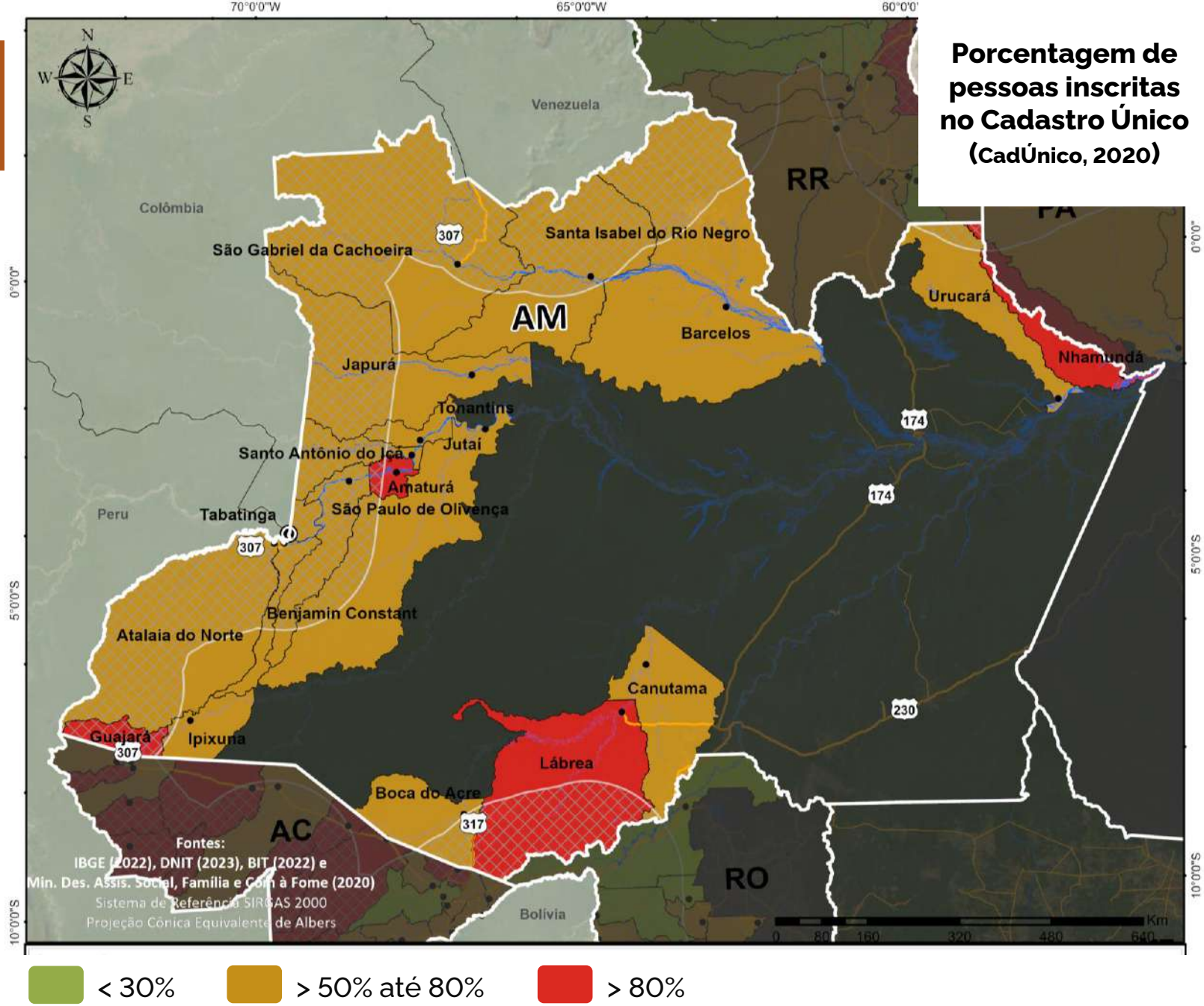
> 1,7 a 2 SM

Municípios da Faixa de Fronteira não ultrapassam 2,0 SM.

Eixo temático 3:
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

- No Amazonas, todos os municípios pertencentes a faixa de fronteira, tem mais de 50% da sua população no Cadastro Único
- Destaque para Amaturá, Guajará e Lábrea, com mais de 80% da população cadastrada no sistema

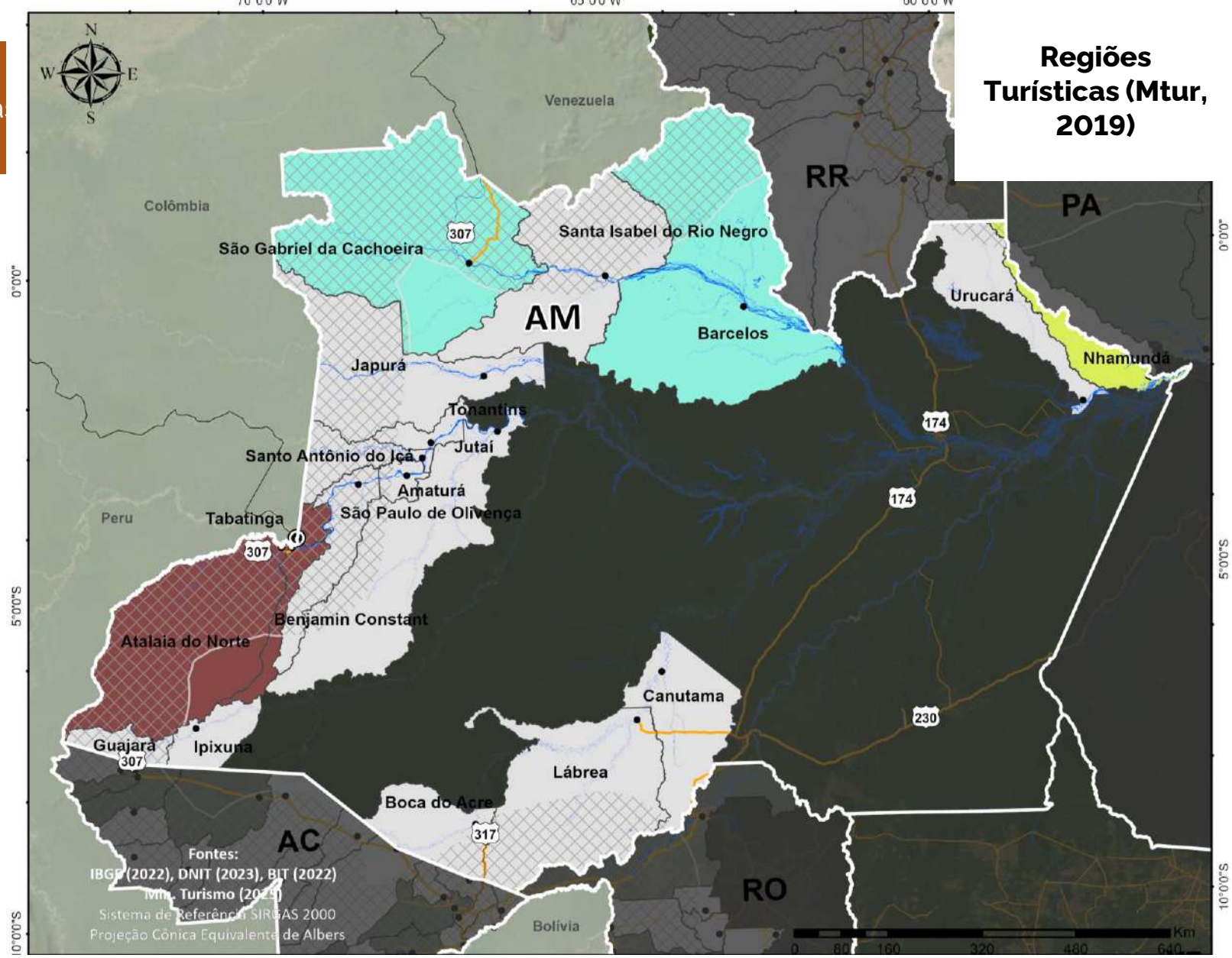
Porcentagem de pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico, 2020)



Eixo temático 3:
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

- **6 municípios distribuídos em três regiões turísticas**.
- **Baixa estruturação e baixa arrecadação**, indicando pequena movimentação econômica no setor turístico da região fronteiriça. O Polo Alto Solimões é o único do estado classificado na categoria C.

Regiões Turísticas (Mtur, 2019)



Região Turística Alto Rio Negro

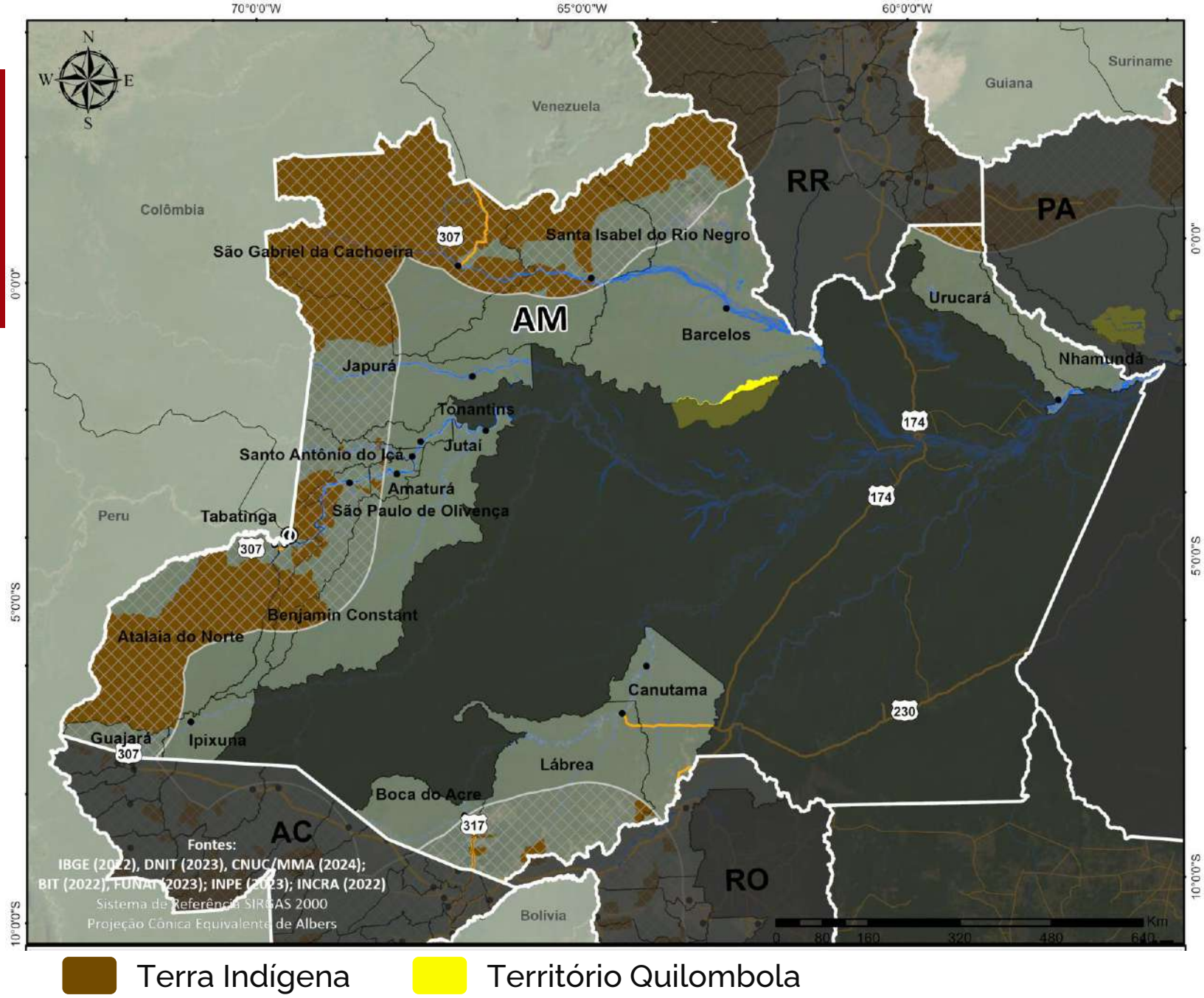
Região Turística Alto Solimões

Polo Sataré

Eixo temático 4:

Povos indígenas e Comunidades tradicionais

- **35 TIs que compõem, integral ou parcialmente, a Faixa de Fronteira do Amazonas.**
- Povos indígenas enfrentam múltiplas ameaças, sendo a presença de facções criminosas em TIs, aliada à exploração madeireira e minerária, um fator agravante dos conflitos.
- 1 território quilombola, ainda que grande parte de sua área esteja fora da faixa.



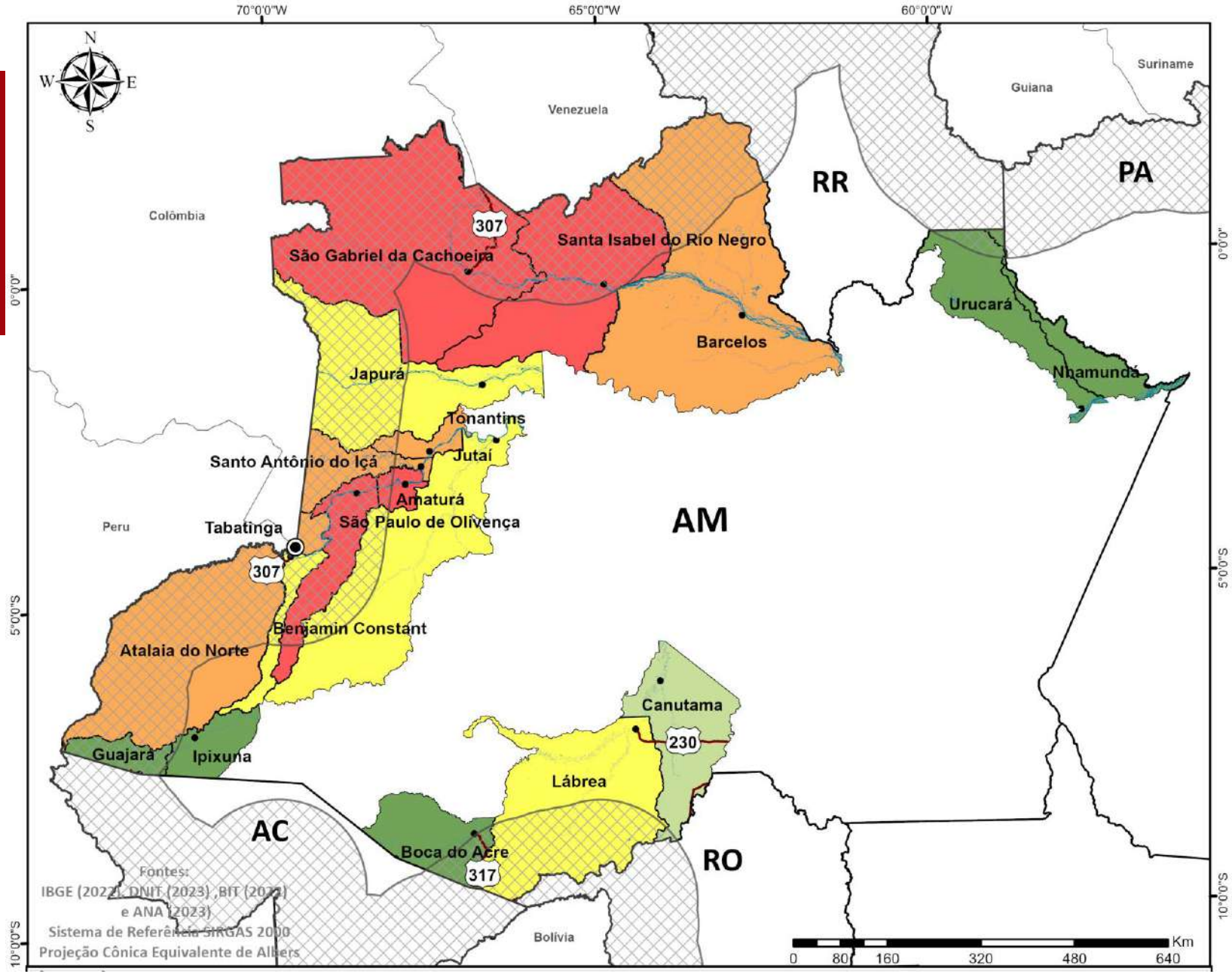
Terra Indígena Território Quilombola

Eixo temático 4:

Povos indígenas e Comunidades tradicionais

- **Região do Alto Rio Negro, em especial São Gabriel da Cachoeira apresenta maior contingente de população indígena**

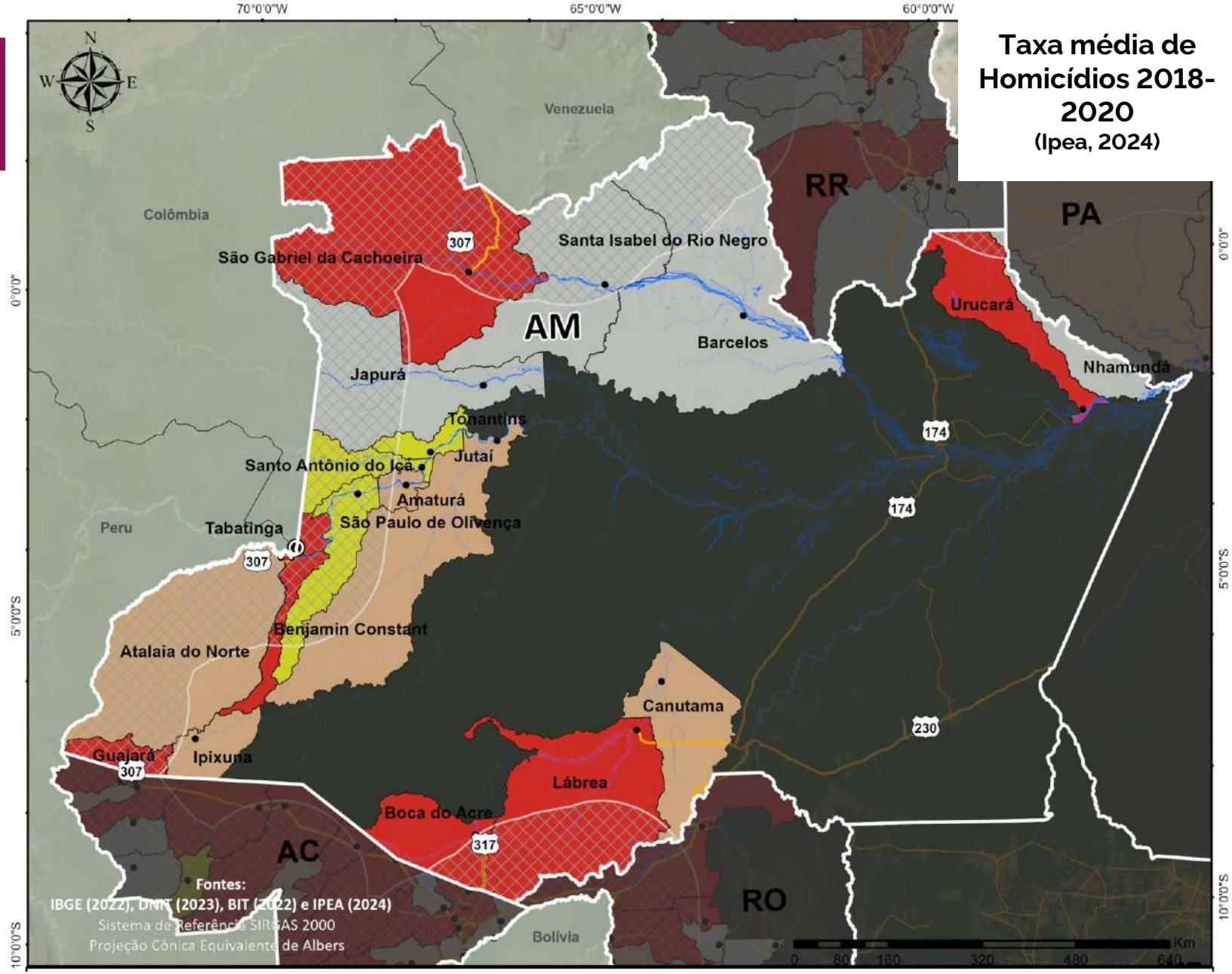
- **TI Vale do Javari, segunda maior terra indígena do Brasil, abriga mais de 20 etnias, incluindo povos de recente contato, além de grupos indígenas isolados distribuídos ao longo de diversos rios e igarapés da região (ISA, s.d.).**



Eixo temático 5:
Integração regional, migrações e segurança

- Região de rotas estratégicas para o narcotráfico.
- Agravamento da violência devido à infiltração de **grupos criminosos transnacionais** e à **exploração descontrolada de terras indígenas**.
- **Conflitos agrários e ambientais** têm papel relevante, marcados pela **grilagem de terras, desmatamento, exploração ilegal de madeira e garimpo** associado ao **narcotráfico.**
- Amazonas apresenta as maiores taxas de homicídio da região

Taxa média de Homicídios 2018-2020
(Ipea, 2024)



Sem informação disponível

>5 a 20
Moderado índice de violência

> 20
Alto índice de violência

PRINCIPAIS DESAFIOS

•**Segurança como questão multidimensional:** crimes ambientais como desmatamento, garimpo e exploração ilegal de madeira e grilagem de terras articulados a redes do narcotráfico e outros ilícitos transfronteiriços comprometem a segurança e a preservação socioambiental.

•**Intensificação dos eventos climáticos:** A região de fronteira do Amazonas apresenta riscos climáticos principalmente associados a inundações e secas. Municípios como São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga apresentam situações críticas, com risco alto a tais eventos.

•**Pavimentação e expansão de rodovias federais:** em especial na região sul do estado tem atuado como vetores centrais do desmatamento e da ocupação desordenada na faixa de fronteira.

•**Estruturação de cadeias produtivas sustentáveis:** dificuldades no beneficiamento, escoamento e comercialização de produtos, além de necessidade de ampliação de assistência técnica e extensão rural, o que limita a geração de valor.

•**Fragilidades das políticas de regularização fundiária:** sobreposições nos registros do CAR, inclusive com sobreposição de unidades de conservação com territórios tradicionais e indígenas.

•**Dificuldades de deslocamento:** precariedade e limitações dos transportes fluvial/terrestre e transporte aéreo oneroso, dificultam o deslocamento de pessoas e o transporte de matérias primas e insumos.

•**Dificuldade de acesso a serviços bancários**, em especial na região do Alto Rio Negro, tem impacto direto no recebimento de benefícios sociais por parte da população local.

•**Pesca ilegal e contrabando, especialmente para a Colômbia (no Alto Solimões), e extração e contrabando de madeira para o Peru** reduzem estoques pesqueiros e recursos florestais, prejudicando atividades locais sustentáveis.

•**Alta vulnerabilidade e exposição de povos indígenas e comunidades tradicionais da tríplice fronteira (Brasil-Peru-Colômbia)** às invasões, à exploração madeireira, ao garimpo ilegal e à atuação de facções criminosas.

PRINCIPAIS POTENCIALIDADES

•**Floresta em pé como infraestrutura para o desenvolvimento:** Tis e UCs somam mais de 80% da faixa de fronteira amazonense, formando corredores ecológicos estratégicos, o que constitui base para um ordenamento territorial com enfoque socioambiental.

•**Sociobioeconomia:** conhecimentos tradicionais oferecem base sólida para o uso sustentável dos recursos naturais, a proteção ambiental e o fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade e da bioeconomia.

•**Existência de redes articuladas de organizações indígenas:** Organização de coletivos, associações e grupos indígenas que atuam na inclusão produtiva e social, promovendo autonomia econômica.

•**Ambiente de cooperação interinstitucional crescente:** envolvendo universidades, órgãos ambientais e movimentos sociais, fortalece redes voltadas à valorização das cadeias da sociobiodiversidade e à promoção de soluções tecnológicas e territoriais adaptadas à realidade amazônica.

•**Presença de universidades (UFAM, UEA) e de Institutos Federais,** com campi descentralizados e projetos de extensão universitária, **além de centros de inovação como o Parque Tecnológico do Alto Solimões (PACTAS)**, amplia as capacidades locais para pesquisa, inovação e desenvolvimento sustentável.

•**Oferta abundante de pescado no Alto Solimões** tem potencial para atender tanto o consumo local quanto para processos de industrialização e exportação. **No Médio Rio Negro, a expressiva oferta de tucunarés** viabiliza a expansão do turismo de pesca esportiva.

•**Potencial para fortalecimento de atividades de turismo:** como estratégia de desenvolvimento sustentável, geração de renda, preservação ambiental e valorização das culturas locais.

•**Posição estratégica na fronteira Venezuela-Colômbia-Peru**, associada à infraestrutura logística regional - como portos nos rios Amazonas, Purus e Negro, e aeroportos de Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira - oferece potencial para fortalecer a integração comercial, o transporte de mercadorias, a mobilidade populacional e o desenvolvimento de atividades sustentáveis, como a bioeconomia e o turismo, apoiada por políticas adequadas de segurança, regulação e melhoria da infraestrutura.

•**Atuação do Núcleo Estadual de Fronteira do estado do Amazonas (NIFFAM):** como espaço estratégico de articulação de ações para desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira do Amazonas.

Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

Caso queira enviar novas propostas de ação, acesse o QR Code ao lado

Este formulário também será disponibilizado no site do projeto.
Acesse:

fronteirasamazonia.ibam.org.br

Henrique Barandier

Coordenador DUMA/IBAM

Luiz Castro

Consultor local - IBAM

instituto brasileiro de administração municipal

ibam.org.br

Rua Buenos Aires, 19 – Centro,
Rio de Janeiro | RJ

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

Oficinas Territoriais

Roraima

Execução: ibam

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

1. OFICINAS TERRITORIAIS REALIZADAS EM RORAIMA

1.1. MISSÃO TÉCNICA PRELIMINAR

Em Roraima, a missão técnica preliminar foi realizada no período de 31 de março a 04 de abril de 2025. As atividades ocorreram nas cidades de Boa Vista, Pacaraima e Bonfim, com apoio da Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento e Inovação (SEADI) do Governo do Estado de Roraima, ao qual está vinculado a coordenação de negócios internacionais. A agenda da semana foi organizada da seguinte forma:

PERÍODO	SEG 31/03	TER 01/04	QUA 0204	QUI 03/04	SEX 04/04
Manhã	9h Reunião com coordenação de negócios internacionais (SEADI RR)	6h Ida para a cidade de Pacaraima/RR 10h Reunião com vereadores, secretários e o prefeito Pacaraima/RR	6h Retorno Boa Vista/RR	6h Ida para cidade de Bonfim /RR 9h Reunião com vereadores, secretários e prefeito Bonfim/RR	10h Reunião INCRA de Boa Vista/RR
Tarde	14h Reunião com Secretário da Casa Civil de Boa Vista/RR 15h Reunião com os Secretários de Estados de Roraima 17h30 Reunião Reitoria da UFRR	13h Reunião com ACNUR - Pacaraima/RR / ACNUR - Santa Helena- Venezuela	15h Reunião ACNUR - Boa Vista/RR 14h Visita ao abrigo refugiados venezuelanos e indígenas na cidade de Boa Vista/RR	16h Retorno Boa Vista/RR	14h Reunião com coordenação regional da FUNAI de Boa Vista/RR

Os relatos das atividades realizadas em Roraima podem ser acessados no **Anexo 15** deste produto.

1.2. DESAFIOS E POTENCIALIDADES

A partir do diagnóstico técnico e das reuniões realizadas com representantes locais no âmbito das missões técnicas, foi elaborado uma síntese de principais desafios e oportunidades identificados no estado. O material elaborado foi levado para as oficinas de planejamento territorial e disponibilizado aos participantes, a fim de gerar insumos para o debate nas atividades

Eixo Temático 1: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Principais desafios

- **Expansão do desmatamento associado à grilagem de terras, exploração de madeira e do garimpo ilegais:** conflitos e invasões territoriais, em áreas protegidas, em especial Terras Indígenas, agravando os riscos à segurança dos povos originários, aos modos de vida e à integridade dos territórios.
- **Ausência de instrumentos de planejamento e de regularização urbana** em especial nas cidades gêmeas, Pacaraima e Bonfim.
- **Intensificação dos eventos climáticos:** Os municípios de Roraima apresentam riscos climáticos principalmente associados a inundações e secas. Municípios como Iracema, Normandia e Pacaraima se destacam por apresentarem risco alto para seca.
- **Emissões de gases de efeito estufa:** O setor "mudança de uso da terra e florestas" é o principal responsável pelas emissões GEE. Somente o Município de Boa Vista, apresenta a maior emissão de GEE no setor “energia”, em comparação aos demais setores (2022-2023).

Principais potencialidades

Terras Indígenas e Unidades de Conservação somam quase 60% da faixa de fronteira de Roraima: o que constitui base para um ordenamento territorial com enfoque socioambiental que pode promover a conservação ambiental e segurança alimentar.

- **Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) de Roraima:** instrumento atualizado e detalhado, que apoia o planejamento territorial e ambiental do estado.

Eixo Temático 2: Infraestruturas para o desenvolvimento

Principais desafios

- **Infraestrutura logística e produtiva deficitária:** incluindo transporte rodoviário de cargas e de passageiros e saneamento básico, o que limita o desenvolvimento econômico e social do estado.
- **Precariedade da BR-174:** Apesar de sua função estratégica para a integração de Roraima, alguns trechos ainda não são pavimentados, o que compromete sua plena utilização.
- **Roraima é o único estado fora do Sistema Interligado Nacional (SIN):** grande parte da infraestrutura elétrica é alimentada por usinas termelétricas operadas a óleo diesel, o que resulta em altos custos operacionais e elevados impactos ambientais.

Principais potencialidades

- **Localização geográfica de Roraima na fronteira norte** oferece potencial para o desenvolvimento de uma infraestrutura logística internacionalmente conectada e orientada por critérios de sustentabilidade.
- **Projetos de integração regional, como a inclusão de Roraima na Rota 1 do Programa Rotas de Integração Sul-Americana:** tais projetos podem abrir oportunidades logísticas e de cooperação internacional, com reflexos sobre o planejamento territorial da região.

- **Aprovação de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) no projeto de interesse da empresa Transnorte Energia S.A. (TNE),** que visa interligar a energia de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN), com previsão de realização das obras até 2026.

- **Presença de instituições de ensino superior federais, como Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Instituto Federal de Roraima (IFRR),** que promovem ensino, pesquisa e extensão voltados às especificidades da região. Destaque para *campus* Murupu, em Boa Vista, que tem foco no ensino agrotécnico.

Eixo Temático 3: Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

Principais desafios

- **Dificuldades de escoamento da produção agrícola,** decorrentes de limitações logísticas, infraestrutura precária e baixa integração dos modais de transporte.
- **Falta de políticas públicas estruturadas para escoamento, comercialização e agregação de valor** limita a geração de renda e fragiliza as cadeias produtivas sustentáveis.
- **Economia marcada pela informalidade,** reflexo da baixa articulação entre políticas de fomento produtivo e inclusão social.
- **Acesso restrito a crédito, assistência técnica e capacitação:** comprometendo o fortalecimento de atividades produtivas sustentáveis, especialmente para pequenos produtores, povos indígenas, comunidades tradicionais e extrativistas.
- **Vulnerabilidade das economias indígenas, tradicionais e de base comunitária,** que enfrentam dificuldades para acessar mercados, fortalecer cadeias produtivas e gerar renda de forma sustentável.

Principais potencialidades

- **Dinamismo econômico nas cidades gêmeas de fronteira,** impulsionado por um comércio ativo e pela ampliação do empreendedorismo local, o que pode ser fortalecido com políticas públicas integradas e incentivos à economia sustentável.
- **Presença de assentamentos rurais em municípios estratégicos,** com potencial para fortalecer cadeias produtivas sustentáveis, promover inclusão produtiva, gerar segurança alimentar e diversificar a economia local.

Eixo Temático 4: Povos indígenas e comunidades tradicionais

Principais desafios

- **Conciliação entre o desenvolvimento da faixa de fronteira com a preservação e valorização das TIs,** de forma a fortalecer o ordenamento socioambiental, promover inclusão e reduzir conflitos territoriais e culturais.
- **Pressões externas sobre os territórios indígenas,** como garimpo, tráfico e exploração ilegal de recursos naturais, agravando os riscos à segurança dos povos originários, aos modos de vida e à integridade dos territórios.
- **Políticas públicas fragmentadas, descontínuas e pouco adaptadas às realidades locais,** que dificultam a efetividade das ações e o fortalecimento dos territórios tradicionais.
- **Dificuldades no acesso à saúde, educação, infraestrutura básica e documentação civil,** o que compromete os direitos e o bem-estar dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.

Principais potencialidades

- **Terra indígena Yanomami: a maior TI do Brasil, que se estende por parte do território de Roraima e Amazonas**, desempenha papel crucial na preservação da biodiversidade e na proteção das populações indígenas.
- **Presença de organizações indígenas com forte capacidade de articulação, governança comunitária e representação social,** o que fortalece processos de defesa territorial, de gestão dos bens comuns e de participação em políticas públicas.
- **Sociobioeconomia:** conhecimentos tradicionais sobre manejo sustentável da biodiversidade, práticas agrícolas adaptadas ao bioma, uso de recursos florestais e proteção dos ecossistemas, oferecem base para o uso sustentável dos recursos naturais, a proteção ambiental e o fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade e da bioeconomia.

Eixo Temático 5: Integração Regional, Migrações e Segurança

Principais desafios

- **Principal ponto de migração:** entrada ainda expressiva de migrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade social, incluindo pessoas idosas sem familiares, crianças ou adolescentes desacompanhados e mães solo com filhos menores.
- **Ausência de políticas públicas binacionais integradas, tanto no campo da gestão migratória quanto na articulação para segurança, desenvolvimento social e econômico,** dificultando o enfrentamento dos desafios comuns na faixa de fronteira.
- **Déficit de controle migratório eficiente,** o que aumenta a circulação irregular de pessoas e dificulta a gestão ordenada dos fluxos migratórios.
- **Crescimento dos problemas de segurança:** tanto em áreas urbanas quanto em territórios indígenas, associados às vulnerabilidades sociais e à atuação de redes criminosas transfronteiriças.

Principais potencialidades

- **Operação Acolhida:** política pública estruturada nas ações de ordenamento da fronteira com a Venezuela, acolhimento e interiorização de imigrantes e conta com o apoio de organismos internacionais atuando na resposta migratória.
- **Histórico de relações comerciais, culturais e sociais com Venezuela e Guiana,** o que pode possibilitar novos acordos no âmbito da integração regional.

Com o objetivo de contribuir com as Oficinas, foi enviado previamente um formulário aos atores convidados para as atividades, a fim de colher considerações, contribuições ou correções dos participantes sobre os principais desafios e potencialidades da região. Os participantes apontaram as seguintes complementações:

Complementação dos Principais Desafios:

"O fortalecimento é apoio financeiro para as Associações e movimentos sociais quanto a questão da economia solidaria e crítica para investir nas mulheres e jovens.." "Investimento nas Associações Indígenas e movimentos sociais"
"Com relação tanto a segurança social e ambiental seria viável uma proposta de incentivo ao uso de tecnologias para produção de energia limpa e individual nas propriedades urbanas e principalmente nas periurbanas e rurais. Isso poderia ser incentivado, inicialmente, pelo subsidio ou redução nos custos da implantação destes sistemas em cada residência e nas propriedade da zona rural. No quesito segurança social podemos favorecer a produção rural pela implantação das agroindústrias de beneficiamento dos produtos localmente cultivados pelos agricultores familiares e OSC da região. Neste caso, a segurança na produção e redução com custos para manutenção da energia eletrica, corrobora para a melhor produtividade no beneficiamento dos produtos locais, agregando valor aos mesmos e gerando maior renda para os produtores. Esse fomento na renda local tem um efeito direto no combate a criminalidade e no estabelecimento de redes e carteis que aliciam estes grupos vulneráveis para a manutenção de atividades criminosas ligadas ao garimpo, grilagem, tráfico de drogas e de pessoas, dentre outras.".
"São pontos relevantes que precisam ser melhorados assim como a própria infraestrutura da cidade de Pacaraima, como por exemplo a falta de água e a construção de novas escolas e um hospital maior e moderno."

Complementação – Principais Potencialidades

"Especificamente, em relação à interligação ao SIN, devemos considerar a grande oportunidade de investimento em produção de energia limpa, sustentável e alternativa no Estado de Roraima, uma vez que temos um fotoperíodo de mais de seis horas diárias, além de áreas disponíveis para implantação de pátios eólicos, reduzindo a dependência do SIN e preservando a autonomia do Estado no caso de colapsos energéticos neste sistema. Ademais, a implantação e a manutenção de redes de transmissão são tecnologias arcaicas, cujos custos financeiros e ambientais não se justificam quando podemos investir em sistemas de geração de energias muito mais eficientes, autônomos e ambientalmente sustentáveis. Precisamos investir em tecnologias de garantia para um

futuro que permita a inclusão social e o acesso ao uso da energia e comunicação como veiculo e ferramenta de suporte ao desenvolvimento de todos os povos e comunidades da Amazônia, porém, viabilizando a preservação e conservação de grande Bioma. Os projetos para a interligação são no mínimo arcaicos e beneficiam mais as empresas e os empreendimentos que irão lucrar com os custos de instalação e manutenção de um sistema, o qual não garante a segurança e autonomia na geração de energia para o Estado de Roraima, bem como estará inviabilizando o acesso da população ao uso da energia eletrica, uma vez que certamente os custos deste serviços serão expressivamente elevados. Portanto, o governo federal estará promovendo a exclusão social e o impacto ambiental na região contrariando as diretrizes e bases fundamentais dos programas e plataformas voltados ao desenvolvimento sustentável e inclusivo, tanto no aspecto socioeconômico, como ambiental.”
“Incentivar o comércio local assim como o turismo, agricultura é tão interessante quanto a criação da carteira fronteiriça, onde nos daria mais segurança e ajudaria na identificação dos verdadeiros moradores de Pacaraima. Evitando que práticas adotadas pelos dois países vinhece prejudicar o bom relacionamento de fronteira.”.

1.3. OFICINAS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

As oficinas de Roraima foram realizadas nas seguintes datas e locais:

Município	Data	Locais
Pacaraima	09 de setembro de 2025	Centro Educacional de Cultura e Desporto de Pacaraima-RR
Bonfim	10 de setembro de 2025	Rua Júlia Moreira de Albuquerque, n 241 - Bairro Vila Velha
Boa Vista	12 de setembro de 2025	Prefeitura de Bonfim

OFICINA EM PACARAIMA

A oficina contou com a participação de diversos atores do município, da região e do estado, entre eles representantes de movimentos sociais indígenas e extrativistas, produtores rurais, setor empresarial, universidade, segurança e poder público. O espaço escolhido para a atividade foi o Centro Educacional de Cultura e Desporto de Pacaraima-RR, cuja infraestrutura, com auditório e salas adequadas, favoreceu a organização e o desenvolvimento das discussões em grupo.

Devido ao ponto facultativo decretado pelo município de Pacaraima em razão do feriado de 7 de setembro, a Oficina de Planejamento Territorial de Pacaraima teve de ser adiada para o dia 09 de setembro de 2025 (terça-feira). Para não interferir nas demais atividades, a oficina foi realizada em meio período. Cabe registrar que, embora a metodologia original previsse um dia completo de atividades, a adaptação de forma planejada, em atenção ao perfil do público, não teve prejuízo da consistência e qualidade dos resultados obtidos.

Número de participantes: 33 participantes (A lista de presença dos participantes consta no **Anexo 16** deste produto)

Mediadores do IBAM:

- Henrique Barandier – Coordenador Técnico da Área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; Coordenador Geral do Projeto Fronteiras da Amazônia - IBAM
- Rosimere de Souza - Assessora Técnica - IBAM
- Katia Vizzoni – Articuladora local em Roraima – IBAM

Mediadores externos:

- Luciana Chagas Uchoa de Mendonça - Consultora técnica do MIDR
- Marcelo Burguez Pires – Consultor técnico do MIDR
- Everaldo Pereira Filho – Assessor Técnico GSI/PR, da Coordenação de Assuntos de Fronteira, Coordenador do GT Enafron

- Benedito Barros Caldas - Coordenação-Geral de Planejamento Regional – CGPLA Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas - SUDAM

Relato da Plenária inicial – Abertura e discussão e complementação dos Desafios e Potencialidades

A sessão foi iniciada pela representação do IBAM, que convidou para compor a abertura dos trabalhos representantes do governo federal, estadual, e municipal, os quais destacaram a importância da parceria e suas expectativas em relação ao trabalho. Também participou deste momento inicial a Vice-Consul do Brasil na Venezuela.

Em seguida, foram apresentados dados do diagnóstico sobre a situação da Faixa de Fronteira de Roraima, conforme documentado no Produto 1 da consultoria, abrindo-se espaço para complementações com foco nos desafios e potencialidades identificados. A apresentação pode ser consultada no **Anexo 17** deste relatório.

A plenária destacou diversos desafios para o desenvolvimento e integração de Pacaraima no contexto da fronteira do Brasil com a Venezuela. Entre eles, o aumento do fluxo migratório de venezuelanos, atualmente com outro perfil e quantidade, mas ainda com impactos sobre a cidade e os serviços públicos.

Ponto crucial nos debates é o fato de Pacaraima estar situada em terras indígenas demarcadas e as normas de uso do solo advindas desta característica que impede a implementação de várias atividades. Em decorrência, não existe delimitação de área urbana.

Um dos pontos altos da abertura do evento foi marcado pela fala do prefeito sobre a ação da Receita Federal que no mês de agosto de 2025 intensificou em uma força-tarefa as apreensões de carros de venezuelanos que estavam em desconformidade com a legislação brasileira. Os veículos de venezuelanos têm sido apreendidos pela Receita Federal e armazenados em Pacaraima. A ação envolveu Polícia Rodoviária Federal e Exército, causando temor entre motoristas e queda de 95% no comércio local, com prejuízos superiores a R$ 5 milhões. A Receita justificou as apreensões com base na legislação que limita o uso de veículos estrangeiros por residentes. Empresários e autoridades buscam diálogo para conciliar a lei e a economia local.

Foi reforçado que o consulado do Brasil na Venezuela foi reaberto desde o final do ano de 2024 e que está à disposição dos brasileiros e venezuelanos que necessitem de informações sobre as relações entre os países, documentações transfronteiriças entre outros assuntos, como este da apreensão de veículos venezuelanos.

Discussão em grupos – Formulação de Ações Prioritárias

Na sequência, os participantes foram organizados em grupos, com base nos cinco eixos de trabalho. A seguir apresenta-se a sistematização das propostas de ação trabalhadas por cada grupo.

Eixo 1 - Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Criação de núcleos ambientais indígenas para auxiliar no monitoramento das áreas	Terras Indígenas	Comunidades indigenas, FUNAI, MP, orgãos ambientais, orgãos de fiscalização urbana/territorial.
Criação de GT (Grupo de Trabalho) de ordenamento do território para solução de conflitos fundiários e de gestão	Pacaraima, Uiramutã	Municipio, FUNAI, MPI, MPF, Organizações indigenas, Mcidades
Apoio à elaboração/atualização dos instrumentos de ordenamento do território em municípios com TI (Terras Indígenas) e UCs (Unidades de Conservação), federais e estaduais	Toda FF	MIDR, Mcidades, orgãos ambientais (federais, estaduais e municipais) MPI, FUNAI

Eixo 2 - Infraestrutura para o Desenvolvimento

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Implantação de hospital com capacidade entre 51 e 150 leitos, incluindo uma maternidade municipal.	-	-
Aperfeiçoamento da infraestrutura da BR-174 e em Uiramutã (RR), com vistas ao desenvolvimento territorial e integração logística.		
Implementação das escolas interculturais de fronteiras que promovem a integração e o linguismo em regiões fronteirissas como o programa brasileiro PEIF (programa escolas interculturais de fronteira)		
Criação de um centro de referencia atenção e informação aos migrantes administrado pelos governos municipais com recurso federal (MDS, SEMECD, SEMAS)		
Criação de um gabinete de gestão integrada de fronteira		
Aprimorar a tecnologia por meio da implementação de um sistema de monitoramento de segurança		

Eixo 3 - Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Elaboração de mapeamento produtivo da faixa de fronteira	Áreas urbanas / TIs	-
PSA direto para as comunidades para o desenvolvimento das cadeias produtivas, desenvolvimento socioambiental e proteção	-	
Promover o desenvolvimento integral das cadeias produtivas da bioeconomia (ex. buriti, açaí, cupuaçu).		
Ampliação do investimento em qualificação técnica e tecnológica no Estado, com foco nos potenciais econômicos regionais		
Fortalecimento da cadeia do turismo	Alto São Marcos	

Eixo 4 - Povos indígenas e comunidades tradicionais

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Implementação dos PGTAs, PGTAQs e Planos de Manejos	Uiramutã / Pacaraima	Comunidades indígenas, Defesa Civil Municipal/Estadual, Funai
Promover o desenvolvimento organizacional e institucional da base	-	-
Respeito aos protocolos de consultas	São Marcos e Raposa Serra do Sol (considerando suas subdivisões e regiões adjacentes)	Comunidades, Funai, MPF, MPI, Estado, Municípios, Sistema S

Eixo 5 - Integração Regional, Migrações e Segurança

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Implementação de escolas que promovam a integração e o bilinguismo nas regiões de fronteira, alinhadas ao Programa Brasileiro PEIF (Programa Escolas Interculturais de Fronteira).	-	-
Criação de um centro de atendimento e informação aos migrantes, administrado por governos municipais com recursos		

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
federais (parceria: MDS, SEMECD, SUMAS).		
Criação de um gabinete voltado à gestão integrada da fronteira, com atuação interinstitucional.		
Aperfeiçoamento tecnológico com a implementação de sistema de monitoramento voltado à segurança nas regiões de fronteira.		

Relato da Plenária final da oficina de Pacaraima:

A plenária final convergiu para uma agenda integrada. No Eixo 1 (Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática), as proposições destacam a criação de núcleos ambientais indígenas para monitoramento territorial em TIs, a instalação de um GT de ordenamento para mediação de conflitos fundiários e o apoio à atualização de instrumentos municipais de ordenamento em áreas com TIs e UCs. O recorte territorial abrange Pacaraima e Uiramutã, além de TIs estratégicas. Essas medidas respondem a entraves estruturais existentes como a insegurança fundiária, sobreposição de competências e lacunas de fiscalização.

No Eixo de Infraestrutura para o desenvolvimento sobressaíram as propostas de aperfeiçoamento da BR-174 e de acessos em Uiramutã para integração logística e a criação de centro municipal de referência para migrantes, com apoio de órgãos ministeriais. Também infraestruturas de saúde e educação foram propostas, como a implantação de hospital (51–150 leitos) com maternidade municipal, coordenando regulação estadual e padrões sanitários e a implementação de escolas interculturais de fronteira (PEIF/PEIBF) para integração e bilinguismo. Outra discussão levantada foi com relação a necessidade de instalação de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras e de soluções tecnológicas de videomonitoramento e CIOSP. Trata-se de um pacote que combinaria ampliação de capacidades estatais, conectividade territorial e serviços públicos.

O Eixo 3 de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social estruturou suas propostas ancorado na importância em mapeamento de potenciais econômicos da faixa de fronteira. Também foram discutidas políticas de pagamento por serviços ambientais diretamente às comunidades (PSA), fortalecimento de cadeias da bioeconomia, em especial do Buriti, Açaí e Cupuaçu. Outra questão abordada foi a necessidade de fortalecer a qualificação técnica e tecnológica e o turismo no Alto São Marcos, criando trilhas de inclusão produtiva, com atenção aos requisitos sanitários e de acesso a mercados.

No Eixo 4 (Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais), as prioridades incluíram mitigar o isolamento não voluntário por eventos climáticos – com organização de núcleos e atuação coordenada da Defesa Civil e a importância de ampliar acesso a crédito produtivo específico

para essas populações. A elaboração ou atualização dos planos de gestão territorial e ambiental (PGTASs) nas TIs São Marcos e Raposa Serra do Sol também foi outro destaque discutido no grupo.

Por fim, no eixo 5 discutiu-se propostas de escolas interculturais de fronteira para convivência e bilinguismo, a implantação de um centro municipal de atendimento e informação a migrantes com pactuação federativa (assistência, documentação, refúgio e garantia de direitos). Também foi comentada sobre a importância da instalação do GGIF para ação interinstitucional em sinergia com iniciativas estaduais e federais.

De modo transversal, a plenária reconheceu que a discussão sobre políticas de fronteira demanda arranjos de governança estáveis (como comitês e GTs intergovernamentais com participação social e indígena), pactuação de responsabilidades e sincronização de fluxos orçamentários (federal, estadual e municipal) e integração de bases de dados (segurança, assistência e educação) .

Registros Fotográficos da Oficina de Pacaraima:

Mesa de abertura

Debates – grupos temáticos

Registro Final da atividade

Fotos: IBAM

OFICINA EM BONFIM

A oficina contou com a participação de diversos atores do município, da região e do estado, entre eles representantes de movimentos sociais indígenas, produtores rurais, setor empresarial, universidade, segurança e poder público. O espaço escolhido para a atividade foi o auditório da Prefeitura Municipal de Bonfim.

Número de participantes: 44 participantes (A lista de presença dos participantes consta no **Anexo 16** deste produto)

Mediadores do IBAM:

- Henrique Barandier – Coordenador Técnico da Área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; Coordenador Geral do Projeto Fronteiras da Amazônia - IBAM
- Rosimere de Souza - Assessora Técnica - IBAM
- Katia Vizzoni – Articuladora local em Roraima – IBAM

Mediadores externos:

- Luciana Chagas Uchoa de Mendonça - Consultora técnica do MIDR
- Marcelo Burguez Pires – Consultor técnico do MIDR
- Everaldo Pereira Filho – Assessor Técnico GSI/PR, da Coordenação de Assuntos de Fronteira, Coordenador do GT Enafron
- Benedito Barros Caldas - Coordenação-Geral de Planejamento Regional – CGPLA Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas - SUDAM

Relato da Plenária inicial – Abertura e discussão e complementação dos Desafios e Potencialidades

A sessão foi iniciada pela representação do IBAM, que convidou para compor a abertura dos trabalhos representantes do governo federal, estadual e municipal, os quais destacaram a importância da parceria e suas expectativas em relação ao trabalho. Também participou deste momento inicial o Vice-cônsul do Brasil na Guiana

Em seguida, foram apresentados dados do diagnóstico sobre a situação da Faixa de Fronteira de Roraima, conforme documentado no Produto 1 da consultoria, abrindo-se espaço para complementações com foco nos desafios e potencialidades identificados. A apresentação pode ser consultada no **Anexo 17** deste relatório.

O debate que se seguiu à exposição das potencialidades e desafios dos cinco Eixos Temáticos da Oficina Territorial de Bonfim revelou uma articulação profunda entre questões estruturais, sociais e identitárias do território, destacando demandas urgentes da população local, com ênfase nas comunidades indígenas e na população em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Destacou-se a ausência de estrutura de governança para os povos indígenas que vivem em áreas urbanas de Bonfim. A ausência da figura tradicional do tuxaua nesse contexto urbano

tem gerado lacunas na proteção social e representatividade das comunidades, o que demanda novas formas de organização e apoio institucional. Além disso, foram mencionadas situações de vulnerabilidade alimentar e de transporte enfrentadas por esses povos, especialmente no acesso a serviços públicos essenciais, como saúde e educação, o que reforça a urgência de ações articuladas de ordenamento territorial que considerem também os fluxos migratórios e assentamentos informais. Foi ressaltado o esforço da Secretaria Municipal de Desenvolvimento em promover, nos últimos três anos, projetos voltados para as 17 comunidades indígenas de Bonfim, mas que ainda carecem de ampliação e articulação com políticas estaduais e federais.

A situação de vulnerabilidade vivenciada pelas comunidades indígenas foi um dos principais focos do debate. Foram relatadas violências específicas enfrentadas por meninas e mulheres indígenas, incluindo casos de tráfico humano voltado para áreas de garimpo, o que demanda ações urgentes de proteção, prevenção e enfrentamento a partir de uma perspectiva interseccional e de gênero.

A relação entre bioeconomia e práticas ilegais, como o tráfico de produtos naturais e o contrabando, foi mencionada, apontando a necessidade de controle, fiscalização ambiental e regulação fundiária mais eficazes. A presença de indígenas em áreas de risco social e a fragilidade no acesso a direitos reforçam a necessidade de um ordenamento que integre a proteção de territórios tradicionais com o planejamento urbano.

Foram destacadas questões críticas relacionadas à infraestrutura logística e energética. A dependência de termelétricas foi citada como entrave ao desenvolvimento sustentável, elevando custos e impactando negativamente o meio ambiente. Com relação a logística, surgiu a sugestão da implantação de uma infraestrutura ferroviária como alternativa estratégica para escoamento da produção, considerando a localização fronteiriça e as possibilidades de integração com outros mercados.

O escoamento da produção foi compreendido como elemento central para o crescimento econômico regional, sendo apontado o Corredor Brasil como a via mais viável para esse processo. A importância de melhorar as condições de transporte para comunidades rurais e indígenas, bem como a necessidade de criação de uma delegacia e posto policial na fronteira com a Guiana, foram fortemente mencionadas como parte das estruturas essenciais para garantir segurança, circulação legal de pessoas e mercadorias, e combate ao tráfico.

Foram feitas ainda reflexões sobre o modelo de desenvolvimento predominante em Roraima. Foi apontada a necessidade de reavaliar a estrutura industrial do estado, tendo em vista seu baixo Produto Interno Bruto (PIB) e sua limitada capacidade de geração de valor agregado. Nesse sentido, os participantes defenderam o fortalecimento de atividades sustentáveis como alternativa ao modelo extrativista predatório, com foco na bioeconomia regulada e em cadeias produtivas que envolvam a população indígena e tradicional.

Foi enfatizada também a elevada dependência da população local em relação aos programas de transferência de renda, como o Cadastro Único, que cobre cerca de 90% da população de Bonfim. Tal situação revela a fragilidade da base produtiva local e aponta para a necessidade de investimentos em qualificação profissional, empreendedorismo e geração de renda vinculada à realidade territorial. A inclusão dos indígenas nas estratégias de desenvolvimento foi reiterada por representantes de associações, reforçando que o protagonismo indígena deve ser garantido no desenho e implementação das ações produtivas.

As questões migratórias ocuparam lugar de destaque nas discussões. Observou-se um aumento na entrada de migrantes cubanos pela fronteira Brasil–Guiana, evidenciando a necessidade de estrutura institucional adequada para lidar com o fluxo migratório crescente. Foi mencionada a falta de controle documental na travessia fronteiriça, indicando a urgência de campanhas de conscientização sobre migração regular, além da instalação de unidades policiais e de fiscalização para coibir práticas ilícitas como tráfico de pessoas, contrabando e outros crimes transfronteiriços. O debate também reforçou a importância do vínculo técnico e da cooperação bilateral entre Brasil e Guiana para planejar ações de segurança, integração produtiva e mobilidade,.

Discussão em grupos – Formulação de Ações Prioritárias

No período da tarde, os participantes foram organizados em grupos com base nos cinco eixos de trabalho. A seguir apresenta-se a sistematização das propostas de ação trabalhadas por cada grupo.

Eixo 1 - Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Implementar sistema de georreferenciamento da área urbana	Toda a Faixa de Fronteira (F.F.)	Município, Estado / ITERAMA, INCRA, Cartórios
Implementar solução de destinação de resíduos sólidos, incluindo as áreas urbanas e as comunidades indígenas	Toda F.F.	Municípios, FEMARR, Governo Federal / Ministérios
Implementar programa de apoio ao pequeno produtor no licenciamento de projetos/atividades	Toda F.F.	FEMARR, Municípios
Capacitar e apoia os municípios para o licenciamento de baixo porte (para atividades econômicas de menor risco e menor impacto ambiental)	Toda F.F.	FEMARR, Municípios
Implementar sistema de georreferenciamento da área urbana	Toda a Faixa de Fronteira (F.F.)	Município, Estado / ITERAMA, INCRA, Cartórios

Eixo 2 - Infraestrutura para o Desenvolvimento

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Realizar manutenção e adequação da Ponte Brasil–Guiana	Fronteira Brasil–Guiana	DNIT, Governo do Estado, Municípios, Ministério do transporte MIDR
Realizar obras de asfaltamento da pista de fiscalização do posto integrado de Bonfim, que compreende a cabeça da ponte até o começo da br 401		União: DNIT; Polícia Federal/Receita Federal/ANVISA/Vigiagro (acessos aos postos),Estado (RR): SEINF, Bonfim: Obras/Infraestrutura; Ordenamento do entorno viário
Garantir a conectividade digital Brasil–Guiana	Fronteira Brasil–Guiana	Anatel, operadoras, Governo do Estado, LETHEM, ministério da comunicação, Município Bonfim
Realizar obras de recuperação das estradas vicinais	Vicinais (168/Vilena, PA's) 170 Tucano Do Mandá Do Pa Caju	Governo do estado, município MMA, FUNAI, INCRA, ITERAJMA
Realizar estudos de viabilidade para implementação de um Centro de Logística Regional	Regiões de Bonfim e Normandia	Governo do Estado, Ministério do transporte, MAPA
Realizar estudos de viabilidade para implementação de estudo de viabilidade da ferrovia Manaus–Roraima–Georgetown	Âmbito interestadual e internacional	DNIT, MAPA, MRE, MPO, MIDR, ministério do transporte
Implementar a interiorização da internet 5G	Toda a faixa de fronteira	Anatel, ministério da comunicação, Bonfim
Ofertar serviços de saneamento básico e tratamento de resíduos	Normandia e Pacaraima	DNIT,MIDR, governo do estado, Ministério do transporte
Realizar obras de asfaltamento das BR-433 e BR-401	Toda a faixa de fronteira	DNIT, Governo do Estado
Realizar manutenção e adequação da Ponte Brasil–Guiana	Fronteira Brasil–Guiana	DNIT, Governo do Estado, Municípios

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
		Ministério do transporte MIDR

Eixo 3 - Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Instalar cursos técnicos e tecnológicos e de nível superior na região da fronteira	Regiões de fronteira	MEC, UERR, UFRR, IFRR, SIST "S"
Capacitar mulheres e jovens da agricultura familiar na produção agrícola		EMBRAPA, IATER, SENAR, MDA, governo do estado, MTE/SENAES.
Ofertar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) de forma continuada		Secretarias de saúde, universidades, associações
Fortalecer associações e cooperativas para instalação de agroindústrias		IATER, SENAR, MDA, governo do estado
Instalar agroindústrias de farinhas e polpa de frutas		SIST "S, OCB, FIRR, MDA, MPA, SEADI, EMBRAPII, ABDI, MDIC
Projeto para selo Indicação Geográfica (IG)		MDIC, INPI, SEBRAE, SEADI, FIES, SENAI
Fortalecer as cadeias produtivas de bioeconomia		0

Eixo 4 - Povos indígenas e comunidades tradicionais

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Fortalecer os programas de saúde indígena em aldeias e áreas urbanas, considerando as especificidades da faixa de fronteira (ex.: Letícia, Tabatinga, etc.).vacinas, ISTS e álcool	-	Comunidades Municípios Estado Associações Indígenas FUNAI
Incluir os conhecimentos tradicionais da cultura indígena no treinamento dos serviços de atendimento à famílias indígenas na área da saúde.		
Fortalecer a gestão da saúde indígena sob responsabilidade da administração municipal.		
Apoiar tecnicamente e capacitar a população indígenas para acompanhamento de processos de		

licenciamento ambiental de atividades com potencial impacto.		
Apoiar os municípios para atendimento da população indígena.		
Fomentar a implementação de políticas públicas, especialmente com foco em atividades produtivas.		

Eixo 5 - Integração Regional, Migrações e Segurança

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Construir de protocolos e memorandos de entendimento entre os países para formação e capacitação de professores.		
Fortalecer o intercâmbio dos setores de educação do Brasil e da Guiana.	Toda FF	-
Ampliar a capacidade dos idiomas indígenas da região e países vizinhos – inglês, espanhol – privilegiando iniciativas bilaterais		
Criar posto avançado de fronteira para regularização migratória, com atendimento humanizado.		
Fortalecer a instalação de rádios, TVs e outros meios de comunicação locais, com foco em informações sobre educação, saúde e interesses comunitários.		
Criar delegacia especializada no atendimento à mulher, preparada para atender à diversidade regional.		
Instalar posto oficial de controle fronteiriço.		
Criar Sala Lilás em nível estadual e municipal para atendimento a mulheres vítimas de violência.		
Criar acordo bilateral Brasil–Guiana voltado a autorizações para transporte de		

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
cidadãos guianenses sem necessidade de passaporte para cuidados de saúde.		
Instalar Delegacia da Polícia Federal		
Instalar fiscalização ostensiva da fronteira		

Relato da Plenária final da oficina de Bonfim

No Eixo 1 (Ordenamento, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática), a oficina evidenciou que a base técnica e jurídica do planejamento territorial é condição para destravar políticas públicas: a questão do avanço do georreferenciamento da área urbana, de soluções estruturadas para resíduos sólidos em áreas urbanas e comunidades, o apoio ao pequeno produtor no licenciamento e a capacitação municipal para licenças de baixo porte foram propostas abordadas.

No Eixo 2 (Infraestrutura e Fomento às Atividades Produtivas), a ênfase recaiu sobre a conectividade física e digital para integrar cadeias produtivas locais e fluxos transfronteiriços. Foram propostas ações como a manutenção e adequação da Ponte Brasil–Guiana; o asfaltamento do acesso ao Posto Integrado de Fiscalização; a recuperação de vicinais estratégicas; e estudos de viabilidade para um Centro de Logística Regional (Bonfim–Normandia) e para a ferrovia Manaus–Roraima–Georgetown. Além disso, foi apontada a necessidade de interiorização do 5G; de avançar no saneamento em Normandia e Pacaraima; e de asfaltamento das BR-433 e BR-401.

No Eixo 3 (Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social), o consenso foi fortalecer capacidades locais e a agregação de valor, com oferta de cursos técnicos e superiores, capacitação de mulheres e jovens da agricultura familiar, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) de forma continuada, fortalecimento de associações e cooperativas para agroindústrias (farinha, polpas), projeto de Indicação Geográfica para geração de cadeias da bioeconomia.

No Eixo 4 (Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais), emergiu a centralidade da saúde e da gestão territorial com enfoque de direitos: tais como fortalecimento dos programas de saúde indígena nas aldeias e áreas urbanas (incluindo vacinação, ISTs e álcool), incorporação de conhecimentos tradicionais no atendimento às famílias, avaliação de arranjos de gestão municipal, e capacitação de indígenas para acompanhar licenciamento de atividades com potencial impacto.

No Eixo 5 (Integração Regional, Migrações e Segurança), a oficina alinhou ações de educação, gestão migratória e proteção às mulheres. Foram abordados a necessidade de protocolos e Memorandos de Entendimento entre os países (MOUs) para formação de professores e intercâmbio Brasil–Guiana; a ampliação de proficiência em línguas (inglês, espanhol e idiomas indígenas); a implantação de posto avançado para regularização migratória com atendimento humanizado; o fortalecimento de rádios/TVs locais para informação pública; criação de Sala Lilás e de delegacia especializada no atendimento à mulher; acordo bilateral para trânsito de pacientes guianenses sem passaporte para cuidados de saúde; instalação de delegacia da Polícia Federal e fiscalização ostensiva.

Registros Fotográficos da Oficina de Bonfim

Mesa de abertura e Coffee-break

Debates – grupos temáticos

Registro Final da atividade

Foto: IBAM

OFICINA EM BOA VISTA

A oficina contou com a participação de diversos atores do município, da região e do estado, entre eles representantes de movimentos sociais indígenas e extrativistas, produtores rurais, setor empresarial, universidade, segurança e poder público. O espaço escolhido para a atividade foi o Instituto Euvaldo Lodi - IEL/RR,

Número de participantes: 70 participantes (A lista de presença dos participantes consta no **Anexo 16** deste produto)

Mediadores do IBAM:

- Henrique Barandier – Coordenador Técnico da Área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; Coordenador Geral do Projeto Fronteiras da Amazônia - IBAM
- Rosimere de Souza - Assessora Técnica - IBAM
- Katia Vizzoni – Articuladora local em Roraima – IBAM

Mediadores externos:

- Luciana Chagas Uchoa de Mendonça - Consultora técnica do MIDR
- Marcelo Burguez Pires – Consultor técnico do MIDR
- Everaldo Pereira Filho – Assessor Técnico GSI/PR, da Coordenação de Assuntos de Fronteira, Coordenador do GT Enafron
- Benedito Barros Caldas - Coordenação-Geral de Planejamento Regional – CGPLA Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas - SUDAM

Relato da Plenária inicial – Abertura e discussão e complementação dos Desafios e Potencialidades

A sessão foi iniciada pelS representação do IBAM, que convidou para compor a abertura dos trabalhos representantes do governo federal, estadual e municipal, os quais destacaram a importância da parceria e suas expectativas em relação ao trabalho. Também participou deste momento inicial a Vice Consul do Brasil na Venezuela.

Em seguida, foram apresentados dados do diagnóstico sobre a situação da Faixa de Fronteira de Roraima, conforme documentado no Produto 1 da consultoria, abrindo-se espaço para complementações com foco nos desafios e potencialidades identificados. A apresentação pode ser consultada no Anexo 17 deste relatório

Nos debates iniciais, os participantes destacaram obstáculos logísticos, limitações de infraestrutura, entraves administrativos e a ausência de políticas públicas efetivas que comprometam o desenvolvimento local e a garantia de direitos.

No que se refere à agricultura familiar, um dos pontos discutidos foi a demanda por infraestrutura mínima para circulação de mercadorias. Outro eixo de preocupação refere-se as limitações para a regularização fundiária dos assentamentos rurais (Em Roraima:

existem mais de 60), tanto pela ausência de apoio técnico quanto pela falta de recursos financeiros dos próprios trabalhadores. Isso impacta diretamente a produção e o acesso a políticas públicas, como o crédito rural. Foi denunciada ainda a inadimplência com as cooperativas da agricultura familiar, que estão há cerca de quatro meses sem receber pelo fornecimento da merenda escolar. Essa paralisação compromete não apenas a segurança alimentar de estudantes, mas também a sustentabilidade econômica dos pequenos produtores. Em contraponto, foi sugerido o debate sobre a viabilidade de importar alimentos para Roraima a partir de outras regiões também produtoras de agricultura familiar, criando fluxos solidários de abastecimento alimentar.

Em relação aos povos indígenas, ressaltou-se a importância estratégica da elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), ressaltando que, embora seja uma ferramenta construída por e para os povos indígenas, deve ser reconhecido e valorizado como instrumento de ordenamento territorial. Também foram feitas considerações no campo da cultura e do protagonismo feminino, com destaque para o fortalecimento do artesanato e da cultura, com ênfase no empoderamento das mulheres indígenas. Ao mesmo tempo, reconheceu-se a existência de conflitos e situações de violência de gênero dentro das comunidades, exigindo abordagens sensíveis e interseccionais.

Discussão em grupos – Formulação de Ações Prioritárias

No período da tarde, os participantes foram organizados em grupos com base nos cinco eixos de trabalho. A seguir apresenta-se a sistematização das propostas de ação trabalhadas por cada grupo.

Eixo 1 - Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Apoiar o estado de RR na implementação do PPCDQ.	-	-
Elaborar estudos para soluções alternativas a utilização de cacimbas no combate as queimadas .		
Ofertar formação e assistência técnica ao agricultor familiar (para adoção de técnicas sem uso de fogo).		
Aprovar o Plano de Manejo da Flona Parima e Unidades de Conservação Estadual.		
Apoiar os municipios na atualização e implementação de seus instrumentos de ordenamento urbano e territorial, considerando as diretrizes e orientação do ZEE		

Eixo 2 - Infraestrutura para o Desenvolvimento

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Garantir trânsito livre e permanente na BR – 174	-	-
Ampliar e recuperar a malha Rodoviária (turismo) BR 432		
Melhorar a infraestrutura da malha aérea, a conectividade, a oferta de voos e a acessibilidade até o aeroporto		
Reter pesquisadores em Roraima		

Eixo 3 - Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Ofertar serviços de extensão rural para dentro da agricultura familiar, com equipes multidisciplinares.	-	-
Realizar estudos técnicos para diagnosticar as familias da agricultura familiar para o acesso as políticas públicas.		
Organizar/estruturar políticas públicas de fomento a projetos de assentamento.		
Instalar fábrica para gerenciamento de produtos da bioeconomia das mulheres.		
Realizar estudos de viabilidade para instalação de tecnologia sociais de ...		
Adequar a legislação para comercialização dos produtos da bioconomia		
Implementar programa de assistência financeira para artesãos		
Instituir feiras estaduais e regionais permanentes para que produtores e agricultores familiares (indígenas e não indígenas) possa expor e comercializar seus produtos.		
Realizar consultas públicas sobre cadeias produtivas da agricultura familiar		
Realizar mapeamento e identificação da disponibilidade hídricas, em virtude das mudanças climáticas		

Eixo 4 - Povos indígenas e comunidades tradicionais

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Realizar a revisão de Leis e normas para efetivação jurídica das reservas	-	-
Desenvolver cadeias de produção de farinha, peixe e o fortalecimento de ações sustentáveis		
Mapear as expressões territoriais culturais e espirituais para a sua preservação e salvaguarda		
Instituir protocolos indígenas regionais sobre acessos e circulação sobre áreas de interesse (institucional/ambiental)		
Realizar feiras, festas e atividades temáticas no Dia das Mulheres Indígenas		
Fornecer apoio institucional para desenvolvimento das OCSs indígenas (associações e cooperativas)		
Desenvolver produtos voltados para a sustentabilidade e reconhecimento dos recursos naturais utilizados		
Criar cadastro institucionalizado de indígenas para divulgação dos produtos e participação em eventos regionais e nacionais		
Fomentar o etnoturismo e o turismo de base comunitária		
Fomentar o artesanato indígena (participação)		
Interiorizar os IFs para a formação dos jovens indígenas com o aproveitamento e valorização dos conhecimentos tradicionais indígenas nos cursos		

Eixo 5 - Integração Regional, Migrações e Segurança

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Organizar informação sobre as ofertas de acolhimento e trabalho, com uma condicionalidade articulada das ações que poderia melhorar a qualidade da resposta dos serviços públicos.		
Instituir protocolo que permita, nas cidades gêmeas, a unificação de serviços de trânsito 24h/7 dias na fronteira em horário comercial.		
Realizar capacitação especializada para atores que atuam na fronteira, na melhoria da resposta inclusiva e cooperada.		
Criar aparelho físico equipado para educação voltada à prevenção de ilícitos e repressão (balanças) e tecnologias aplicadas p/ melhoria das respostas.		
Aumentar o efetivo e mais empregados nos controles e fiscalizações de fronteiras, inclusive via postos de acolhimento nas fronteiras.		
Implantar centro de capacitação em segurança de fronteiras p/ todos órgãos envolvidos.		
Integrar os diversos sistemas, acessos e compartilhamento de dados existentes sobre a fronteira.		
Fortalecer e implementar Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras		
Priorizar o modal ferroviário com equivalência tarifária do marítimo		
Promover intercâmbio e literacia regional universitária na linha de carreiras com inclusão de negros e outros povos na		

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
academia e serviços públicos nos três níveis de governo e na diplomacia.		

Relato da Plenária final da oficina de Boa Vista

No Eixo 1 (Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental e climática), os grupos convergiram para ações que combinam comando-e-controle com adaptação climática e instrumentos de planejamento. Foi comentada sobre a necessidade de apoio estadual à implementação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas Ilegais; formação e assistência técnica para agricultura familiar sem uso do fogo; aprovação de planos de manejo (como da FLONA Parima); e atualização/implementação de instrumentos municipais de ordenamento urbano em consonância com o ZEE.

No Eixo 2 (Infraestrutura para o desenvolvimento), a ênfase recaiu na conectividade logística e na integração modal para reduzir custos, encurtar tempos e dar resiliência às cadeias regionais: garantir trânsito livre e permanente na BR-174; ampliar/recuperar a BR-432 com foco turístico; melhorar a malha aérea e a acessibilidade ao aeroporto; e reter pesquisadores em Roraima para densificar capacidades tecnológicas locais. Já no tema de Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social foram discutidas ações de inclusão produtiva que parta do diagnóstico consolidado das famílias agricultoras, passe por ações de assistência técnica e extensão rural multidisciplinar e avance para marcos regulatórios e facilitação de mercado. Destacaram-se a necessidade de serviços de ATER à agricultura familiar; estudos técnicos para acesso a políticas públicas (CadÚnico, inclusão produtiva); políticas para assentamentos; instalação de fábrica para produtos da bioeconomia liderada por mulheres; viabilidade de tecnologias sociais (água e clima); adequação regulatória para comercialização (SIF/Anvisa/Inmetro e equivalentes estaduais/municipais); assistência financeira a artesãos; feiras estaduais/regionais permanentes; consultas públicas sobre cadeias produtivas; e mapeamento de disponibilidade hídrica.

No Eixo 4 (Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais), as propostas articulam segurança jurídica, salvaguarda cultural, inclusão produtiva e protocolos próprios de governança territorial. Entre as prioridade, foram abordadas: a necessidade de revisão de leis e normas para efetivar reservas; o fomento à cadeias de farinha e pescado com práticas sustentáveis; o mapeamento de expressões culturais e espirituais, a fim de garantir a preservação e patrimônio imaterial; protocolos indígenas regionais para acesso/circulação em áreas de interesse; apoio institucional às OCSs indígenas; desenvolvimento de produtos sustentáveis ancorados em recursos naturais; cadastro institucionalizado de indígenas para promover produtos e participação em eventos; fomento ao etnoturismo e turismo de base comunitária e ao artesanato indígena; e também a interiorização de IFs com valorização dos conhecimentos tradicionais nos currículos.

Por fim, no Eixo de Integração regional, migrações e segurança. foram priorizadas ações de organização de informação sobre acolhimento e trabalho com condicionalidades para qualificar respostas do SUS/SUAS; protocolo em cidades gêmeas para unificar serviços de trânsito no horário comercial da fronteira; capacitação especializada de atores para resposta inclusiva e cooperada; instalação de aparato físico para prevenção/repressão a ilícitos

(balanças) com tecnologias aplicadas; reforço de efetivos em controles e fiscalização; centro de capacitação em segurança de fronteiras; integração de sistemas e compartilhamento de dados;

Registros Fotográficos da Oficina de Boa Vista

Mesa de abertura e Coffee-break

Debates – grupos temáticos

Registro Final da atividade

Foto: IBAM

ANEXO 15 - Relatoria Missão técnica preliminar

RELATO DAS REUNIÕES

1) Reunião com Coordenação de negócios internacionais de Roraima, da Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento e Inovação (SEADI RR)

Data/Horário: Dia 31/03/2025 ás 9hs

Local: Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento e Inovação (SEADI RR). Que fica localizada na Rua Gen. Penha Brasil, 1121 - São Francisco, Boa Vista/RR.

Participantes: Eduardo Ostreicher (SEADI-RR), Rosimere Souza e Kátia Vizzoni (IBAM)

Principais pontos discutidos:

- Eduardo Ostreicher (SEADI), apresentou histórico enfatizando que de 2010 até 2016 a área na qual atuava no estado empreendeu diversos esforços e participou de eventos binacionais no sentido de ampliar e intensificar as relações comerciais entre os países de fronteira. Neste processo de planejamento, diversos encontros foram realizados envolvendo pelo menos 1 representante de cada país. Este processo perpassou 3 ½ (três e meia) gestões do governo federal e 3 (três) do governo do estado, até a elaboração do plano no ano de 2012. No ano de 2016 a Venezuela encerrou as atividades da sua embaixada no Brasil. O comitê brasileiro funcionou até meados da gestão do governo estadual de 2015 a 2018 que não foi até o fim porque sofreu intervenção federal. A embaixada do Brasil na Venezuela fechou suas portas em abril de 2020. Eduardo destacou metas do Plano de 2012 que já foram alcançadas ou estão em desenvolvimento no estado.
-

2) Reunião com Casa Civil Prefeitura de Boa Vista/RR

Data/Horário: Dia 31/03/2025 às 14hs

Local: Sala de reunião do prédio da Prefeitura de Boa Vista, que fica localizada na Rua Gen. Penha Brasil, 1011 - São Francisco, Boa Vista - RR.

Participantes: Sérgio Pillon Guerra, Rosimere Souza e Kátia Vizzoni

Principais pontos discutidos:

- Ressaltou-se que a prefeitura vem estabelecendo relações de cooperação e intercâmbio com a Guiana diante do cenário promissor de crescimento econômico possibilitado pela exploração do petróleo e as intervenções na área da infraestrutura daquele país. Foi mencionado que ocorreu encontro entre o governo da Guiana e o setor de ciência e tecnologia da Prefeitura de Boa Vista para transferência de tecnologia e modernização dos serviços daquele país. Destacou-se que este novo cenário é promissor para o desenvolvimento das relações comerciais entre os países. Contudo refletiu que uma das barreiras para a integração entre os países é a língua.
- Acrescentou-se que a Guiana precisa melhorar as condições de infraestrutura, como as estradas, para que se tenha acesso à Georgetown (capital e maior cidade da Guiana, além de ser centro cultural e político-econômico do país) e, finalmente, ao porto do Panamá.
- A melhoria nas estradas também contribuiria para o acesso ao mercado comum das ilhas do caribe, a CARICOM onde residem 30 milhões de habitantes e mesmo para o turismo nesta região, intensificando as relações entre os países. A CARICOM (Comunidade Caribenha) é uma organização de países que visa a integração econômica, política e social do Caribe. A lista dos países-membros do CARICOM inclui Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Monserrate, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago.
- Atualmente as estradas que existem do lado da Guiana servem apenas para transporte de carga. Providências nesta direção são fundamentais para Roraima visto que a Guiana é um corredor de importação e exportação.
- Outra medida a ser tomada é a melhoria do aeroporto de Lethem que atualmente conta com poucos vôos até a capital e utiliza uma pista de pouso bem precária. mencionou que é necessário revisar acordos de reciprocidade entre os países como por exemplo o de transporte de passageiros.
-

3) Reunião com os Secretários de Estados de Roraima

Data/Horário: Dia 31/03/2025 às 15hs

Local: Auditório da FAPERR, que fica localizada na Av. Brg. Eduardo Gomes, S/N - Dos Estados, Boa Vista - RR

Participantes: Rosimere Souza, Kátia Vizzoni, Eduardo Ostreicher, Adailton Alves Fernandes – Presidente do DESENVOLVE RR, Mgleide Batista Carneiro – Diretor do DESENVOLVE RR, Francineth dos Santos Raposo – Consultora / SEPI, José Bethoven F. Barbosa – Diretor da FAPERR, Samuel Nobrega Ferreira – Assessor Técnico da FAPERR, Alessandra Vilhena – Coordenadora / SEPLAN, José N. B. Lima – SEPLAN, Juliana Oliveira – Assistente Administrativo / SEADI, Wagner Guimarães – CODESAIMA, Francisco Ovem de Souza – IATERR, Raylanner de Lima Santos – IATERR, Marcelo S. Pereira – Presidente do IATERR, Marcelo Parisi – Presidente da ADERR, Adriana Bezerra Lima – SEPI

Principais pontos discutidos:

Os pontos discutidos na reunião foram separados por eixos.
a) Eixo Temático 1: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática:

- Histórico de criação do Comitê Estadual de Fronteira (2011), vinculado à Casa Civil e SEPLAN, com experiências anteriores de integração regional envolvendo Venezuela, Guiana e Bolívia
- Falta de continuidade das ações de ordenamento por mudanças de gestão estadual e federal.
- Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) de Roraima reconhecido como um dos mais modernos do Brasil, embora os limites fundiários e a sobreposição de áreas (terras indígenas, assentamentos, unidades de conservação) sigam como desafios estruturais.
- Dificuldades específicas da fronteira amazônica: ausência de espaços territoriais especialmente protegidos, urbanização desordenada e ocupações irregulares.

b) Eixo Temático 2: Infraestrutura para o Desenvolvimento.

- Dependência das rotas comerciais via Venezuela e Guiana para suprimentos e escoamento de produtos.
- Carência de infraestrutura logística para circulação de cargas e pessoas.
- Discussão sobre exploração de petróleo e gás, royalties de energia e leilões em bacias de exploração.

c) Eixo Temático 3: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social.

- Crescimento econômico recente do estado, com expansão da agricultura de grãos (soja), mineração e turismo de compras.
- Políticas públicas sugeridas devem integrar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

- Oportunidade de valorização dos ativos ambientais, como créditos de carbono (Lei dos RED) e captação de fundos nacionais/internacionais.

d) Eixo Temático 4: Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais.

- Ausência de uma política pública integrada e contínua para povos indígenas.
- Críticas à fragilidade dos instrumentos de governança fundiária para territórios indígenas.
- Importância de incluir diversas organizações indígenas nas discussões (não apenas o CIR).

e) Eixo Temático 5: Integração Regional, Migrações e Segurança.

- Esvaziamento dos Comitês de Fronteira e dos canais de diálogo regional.
- Relações com Venezuela prejudicadas após 2018.
- Acordos vigentes, porém com baixo nível de implementação.
- Desafios migratórios crescentes, associados à necessidade de políticas públicas integradas.

4) Reunião com o Reitor da Universidade Federal de Roraima - UFRR

Data/Horário: 31/03/2025 às 17:30hs

Local: Sala do Reitor, que fica localizado na Avenida Cap. Ene Garcez, 2413 - Aeroporto, Boa Vista/RR.

Participantes: Rosimere Souza, Kátia Vizzoni e Professor Doutor José Geraldo Ticianeli

Principais pontos discutidos:

A reunião foi realizada o Professor Doutor José Geraldo Ticianeli, reitor da UFRR. Após apresentação do projeto e devidos esclarecimentos o reitor sugeriu que seja enviado ofício sobre o projeto para que ele o direcione para as distintas unidades de ensino, as quais têm

autonomia para indicar quem deseja participar das atividades do projeto, visto que todas têm algum projeto ou pesquisa sobre o tema das fronteiras.A UFRR possui 28 cursos que podem se interessar pelo projeto, mas um importante Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF), foi sugerido contactar este grupo por ocasião das oficinas.

5) Reunião com os vereadores, secretários e o prefeito da cidade de Pacaraima/RR

Data/Horário: 01/04/2025 às 10 hs

Local: Auditório da câmara municipal dos vereadores de Pacaraima, que fica localizado na Rua Monte Roraima, A/N, Bairro Vila Nova, Pacaraima/RR

Participantes: Rosimere Souza, Kátia Vizzoni, Eduardo Ostreicher, Tertuliano Alves – Vereador, Marlenes Yorjth Alves – Chefe de Gabinete da Câmara, Leandro Silva – Vereador, Eroldo N. Merd – Vereador, Raimunda Ferreira M. – Chefe de Gabinete, Aluizo Azevedo – Vereador, Paulo Roberto – Secretário, Helder Seixas F. de Amorim – Secretário de Saúde, Vinicius Silva – Chefe de Gabinete

Principais pontos discutidos:

Os pontos discutidos na reunião foram separados por eixos:

a) Eixo Temático 1: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática.

- Gravíssimos problemas fundiários: ausência de titularidade de terras urbanas e rurais, impedindo o desenvolvimento do município.
- A regularização da área urbana de Pacaraima, reconhecida desde 1999, não foi homologada, gerando travas para obras públicas, construção de equipamentos e atração de investimentos.
- Projetos travados por ausência de documentos, prejudicando o acesso a recursos federais e parcerias.

b) Eixo Temático 2: Infraestrutura para o Desenvolvimento.

- Infraestrutura urbana extremamente deficitária: ausência de cemitério, maternidade, hospital estruturado.
- Sistema de saneamento e transporte em situação precária.
- Dependência da rede de Boa Vista para serviços especializados.

c) Eixo Temático 3: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social
- Iniciativas locais de fortalecimento da agricultura, esporte, cultura e turismo.
- Integração da cultura indígena nas atividades produtivas.
- Importância de políticas específicas para empreendedores locais, mulheres, jovens e indígenas.

d) Eixo Temático 4: Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais.
- Existência de projetos do Governo de Roraima para plantio de grãos em terras indígenas, mas sem clareza quanto à consulta prévia e participação das comunidades.
- Relevância das comunidades indígenas nas dinâmicas econômicas e sociais do município.

e) Eixo Temático 5: Integração Regional, Migrações e Segurança.
- Forte pressão migratória sem controle efetivo de fronteira.
- Entrada de migrantes de várias nacionalidades sem documentação.
- Falta de integração entre as políticas de migração Brasil-Venezuela.
- Atendimento educacional positivo a crianças migrantes, mesmo sem documentação.

6) Reunião com a ACNUR na cidade de Pacaraima/RR

Data/Horário: 01/04/2025 às 13hs

Local: Sala do Hotel Posada La Casa Blanca, que fica localizada na Rua Brasil - sector centro, Pacaraima - RR

Participantes: Rosimere Souza, Kátia Vizzoni, Eduardo Ostreicher e Virgínia Pacheco

Principais pontos discutidos:

- Apresentação do contexto atual da ONU e suas agências em decorrência da redução do aporte financeiro dos EUA e seu impactos nas atividades realizadas pela Operação Acolhida e necessidade de que o governo brasileiro, o governo do estado de Roraima e os municípios assumam as atividades de respostas às demandas da imigração e refúgio.
- Atividades desenvolvidas pela Operação Acolhida em Pacaraima atualmente são: documentação, vacinação e acolhimento.
- Quantidade e perfil de migrantes que chegam diariamente da Venezuela atualmente, com destaque para os idosos, as mães solo com grande quantidade de crianças e as crianças desacompanhadas.
- Medidas a serem adotadas na fronteira para garantir a segurança da população de imigrantes, a exemplo da reativação da Balança, que servia de controle da entrada de caminhões e de pessoas ingressando clandestinamente ou crianças, jovens e mulheres em situação de tráfico.
- A recepção dos alunos migrantes mesmo sem documentação na área da educação foi considerado um aspecto positivo, o que se deve à existência de uma representante na secretaria de educação responsável pelas relações binacionais entre Brasil e Venezuela.
- No que diz respeito à atenção na área da saúde, a célula de saúde da ACNUR atende à população visto que o município de Pacaraima não tem capacidade para isto. Do mesmo modo o exército atua na Operação Acolhida e no município. Já as capacitações são realizadas em Boa Vista.
- Um problema latente é a inexistência de maternidades em Pacaraima. Só nascem crianças no município quando o parto é normal.
- Importância do apoio das comunidades da etnia Warao aos indígenas imigrantes em Pacaraima.
- Fluxo de venezuelanos e indígenas imigrantes de Santa Helena e Pacaraima para Boa Vista em busca de serviços de saúde e assistência social e atualização de documentos e necessidades de melhoria no atendimento e nos processos.

7) Reunião com a ACNUR na cidade de Santa Helena na Venezuela

Data/Horário: 01/04/2025 às 15hs

Local: Sala de reunião da sede da ACNUR na cidade de Santa Helena na Venezuela. (endereço)

Participantes: Rosimere Souza, Kátia Vizzoni, Virgínia Pacheco, Eduardo Ostreicher, Nelly Downing, Morelbys Mora e Elianis Arbelaez

Principais pontos discutidos:

Os pontos discutidos na reunião foram separados por eixos.

a) Eixo Temático 1: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática
- Ausência de estrutura urbana adequada nas comunidades indígenas da Gran Sabana.
- Precariedade em saneamento, transporte escolar e políticas de infraestrutura.

b) Eixo Temático 2: Infraestrutura para o Desenvolvimento
- Deficiência de infraestrutura básica e logística nas comunidades fronteiriças venezuelanas.
- Impossibilidade de escoamento de produção ou de transporte regular de passageiros.

c) Eixo Temático 3: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social
- Economia local baseada em mineração artesanal de subsistência.
- Ausência de políticas públicas de apoio à diversificação produtiva.

d) Eixo Temático 4: Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais
- Estrutura organizacional sólida dos povos indígenas da região (Arecuna, Camaracoto e Taurepan), com governança comunitária estruturada, definição de projetos próprios e execução direta.
- Fortes vínculos culturais e senso de pertencimento.

e) Eixo Temático 5: Integração Regional, Migrações e Segurança
- Falta de controle migratório eficiente.
- Ausência de registro civil para crianças e jovens indígenas.

- Falta de políticas públicas binacionais que facilitem a circulação legalizada e o acesso a direitos.

8) Reunião com a ACNUR da cidade Boa Vista/RR e Visita ao espaço do lado de fora do abrigo dos refugiados venzuelano e dos indígenas na cidade de Boa Vista/RR

Data/Horário: 02/04/2025 às 15hs
Local: Sala de reunião da ACNUR que fica na Av. Mário Homem de Melo, 2310 - Mecejana, Boa Vista/RR.
Participantes: Rosimere Souza, Kátia Vizzoni e Carolina Montaño

Principais pontos discutidos:

- Atividades desenvolvidas pela ACNUR em Santa Helena, com destaque para o atendimento e apoio às comunidades dos povos Pemom. Habitantes de regiões da tríplice fronteira Brasil, Venezuela e Guiana, os Pemon assumem várias denominações e autodenominações, como Arekuna (Pemon do norte), Karamoto (regiões: Karamata e Urimán), Taurepang (regiões: Santa Elena de Uairén, Icabarú e Wonkén) e Makuxi (Pemon do sul) (LEVY, 2003).
- Questões que afetam as comunidades em Santa Helena nas áreas da saúde, assistência social e registro de recém nascidos. Muitas mulheres não falam nem mesmo o espanhol e não conseguem se comunicar para obter o registro correto dos filhos e dos nomes dos pais.

9) Reunião com os vereadores, secretários e o prefeito da cidade de Bonfim - RR

Data/Horário: 03/04/2025 às 9hs

Local: Auditório da Prefeitura da cidade de Bonfim, que fica localizado na Rua João Lopes Magalhães, 185. Centro, Bonfim/RR.

Participantes: Rosimere Souza, Kátia Vizzoni, Eduardo Ostreicher, Alex Roara Souza Mariano – Agente de desenvolvimento, Ana Vladia S. Santana – Servidora pública, Carmem Julia da Silva Pereira – Secretária Adjunta de Assistência Social, Charles Wilson – Vereador, Dalveny Ribeiro Richil – Secretária, Elias Picote – Vereador, Estelinha C. Oliveira – Secretária, Francisco Cesar – [Sem cargo especificado], Francisco Pinheiro – GCM 2°CL, Comandante Geral da Guarda Civil Municipal de Bonfim-RR, Francisca Maria Rocha dos Santos – Secretário Adjunto de Cultura, Gercivânia Pinheiro Veras – Secretária Municipal de Planejamento e Governo, Glenda da Silva de Pinho – [Sem cargo especificado], Hugo Henrique E de Paz – [Sem cargo especificado], Joner Chagas – Prefeito, Keter Muelle D'Aguiar Morais – [Sem cargo especificado], Kenia Messias – [Sem cargo especificado], Leoneide Winter – [Sem cargo especificado], Luana Oliveira – Secretária Especial de Gabinete, Naiara Rodrigues de Oliveira – [Sem cargo especificado], Nayara de Silve – Assessora do Prefeito, Nonato Caetano – Secretário, Oscar Dresch – Vereador, Pâmela Nunes de Mamã – Ouvidora da Ação Social, Reinaldo da Rocha Lacerda – Secretário, Rhomer Lima – Ex-prefeito de Bonfim, Roberta Jordania Evangelista de A. Lima – [Sem cargo especificado], Robervania Miguel de Oliveira – Coordenadora de Vigilância Sanitária, Rosane Félix Peres – Secretária, Ryan Mesquita – Diretor de Cadastro e Tributos Municipais, Thalita Josiane Pereira – Secretária Especial de Gabinete.

Principais pontos discutidos:

Os pontos discutidos na reunião foram separados por eixos.

a) Eixo Temático 1: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

- Regularização fundiária urbana incompleta desde 1999.
- Problemas na delimitação de lotes urbanos e assentamentos.
- Áreas de agricultura familiar limitadas por questões legais e ambientais (uso permitido de apenas 20% da área).

b) Eixo Temático 2: Infraestrutura para o Desenvolvimento

- Bonfim se destaca como corredor logístico estratégico com Lethem (Guiana).
- Falta de infraestrutura alfandegária adequada
- Deficiências em saúde (ausência de maternidade), educação e equipamentos urbanos.

c) Eixo Temático 3: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

- Economia local baseada na agricultura familiar, comércio fronteiriço e turismo de compras.
- Expansão dos microempreendedores com apoio do SEBRAE.
- Oportunidade de transformar Bonfim em polo de capacitação regional.

d) Eixo Temático 4: Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais
- Presença de 17 comunidades indígenas no município.
- Integração parcial dos indígenas nas atividades econômicas locais.
- Necessidade de políticas públicas mais efetivas para essas comunidades.

e) Eixo Temático 5: Integração Regional, Migrações e Segurança
- Forte relação comercial com Lethem (Guiana), marcada por informalidade e desafios alfandegários.
- Problemas com tráfico de pessoas e circulação irregular de produtos.
- Falta de estrutura de controle migratório adequado.

10) Reunião com Evangelista Soares Siqueira o superintendente do INCRA de Boa Vista/RR

Data/Horário: 04/04/2025 às 10hs
Local: Sala do superintendente do INCRA, que fica no prédio localizado na rua Antônio Raposo Tavares, 1-71 - Calunga, Boa Vista/RR
Participantes: Rosimere Souza, Kátia Vizzoni, Evangelista Soares Siqueira e Alysson Rogers Soares Macedo chefe da Divisão de Governança da Terra

Principais pontos discutidos:
Os pontos discutidos na reunião foram separados por eixos.

a) Eixo Temático 1: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática
- Estimativa de 2 a 3 milhões de hectares de terras agricultáveis em Roraima.
- Limitações fundiárias graves para expansão de assentamentos.
- Necessidade de novos assentamentos e regularização dos existentes.
- Problemas históricos de inscrição de famílias e titulação.

b) Eixo Temático 2: Infraestrutura para o Desenvolvimento

- Infraestrutura rural deficiente: ausência de estradas vicinais adequadas, dificuldades de escoamento da produção.
- Necessidade de investimentos em tecnologia agrícola.

c) Eixo Temático 3: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

- Expansão da fronteira agrícola no sul do estado.
- Apoio inicial com crédito habitacional e fomentos para desenvolvimento das famílias assentadas.

d) Eixo Temático 5: Integração Regional, Migrações e Segurança

- Crescimento dos conflitos agrários em regiões de fronteira.
- Falta de infraestrutura e serviços nas áreas de novos assentamentos.

11) Reunião com Coordenação regional da FUNAI de Boa Vista/RR

Data/Horário: 04/04/2025 às 14hs

Local: Sala de reunião da FUNAI, que fica localizado no prédio da FUNAI na rua Av. Santos Dumont, 1403 - São Francisco, Boa Vista/RR

Participantes: Rosimere Souza, Kátia Vizzoni, Marizete de Souza Macuxi e Maiter (Servidora da FUNAI)

Principais pontos discutidos:

Os pontos discutidos na reunião foram separados por eixos.

a) Eixo Temático 1: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

- Protocolos de consulta às comunidades indígenas existentes, mas com fragilidades na implementação.
- Litígios fundiários envolvendo terras indígenas.

b) Eixo Temático 4: Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

- Impacto do garimpo e tráfico de drogas nas Terras Indígenas.
- Entrada de materiais ilícitos pelas fronteiras, com impacto socioambiental.
- Necessidade de fortalecimento da educação e saúde indígena.

c) Eixo Temático 5: Integração Regional, Migrações e Segurança

- Problemas com trânsito de pessoas e mercadorias pela fronteira Guiana-Brasil.

- Problemas graves de segurança nas Terras Indígenas, associados ao garimpo e ao tráfico.
-

ANEXO 16 - Listas de presença

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: PACARAIMA **Data:** 09 / 09 / 25

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
Eduardo Bayma Oestreicher	SEADI/Governo de Roraima	
Carlos Roberto da Silva Santos	Polícia Federal de Pacaraima	
Carolina Macedo Montaño	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)	
Leandro do Nascimento da silva	Câmara municipal de Pacaraima	
Paulo Roberto Macedo de Oliveira	Sematur	
João Alfredo Pereira da Silva	Secretaria municipal de Meio Ambiente e Turismo	
Aldilene Vidal Oliveira Serra	Grupo Capta Brasil	
Ely Jorge	FIER	
WANIA LEILA DE SOUZA PANTOJA	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA-ANVISA	
Antonio Celso de Paula Albuquerque Filho	SENAI Roraima	
Neydaianne Queiroz de Pinho	ALIDCIRR	
Ivan José Gonzalo Zambrano	Fier	
Ródson Ferreira dos Santos	FIER	
Elexsandra Cavalcante Barbalho	ASMURN	

Execução: ibama Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: PACARAIMA **Data:** 09 / 09 / 2025

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
TAIWAN RODRIGUES GOMES	SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	
MARCONE LIRA DA COSTA	GUARDA CIVIL MUNICIPAL	
ELY JORGE MOREIRA DA SILVA JUNIOR	Federação das Indústrias do Estado de Roraima- FIER	
Ródson Ferreira dos Santos	FIER	
Antonio Celso Albuquerque Filho	SENAI Roraima	
Aldilene Vidal Oliveira Serra	Grupo Capta Brasil	
PAULO CEZAR PEREIRA CAMILO	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
Ivan José Gonzalo Zambrano	Fier	
DANIEL TAKAKI	INOVACTION	
Gustavo Vilela Santos	SENAI RR	
JOSÉ CUPERTINO FERREIRA DA SILVA BISNETO	RECEITA FEDERAL	
Meiry Queiroz Sobrinho	RECEITA FEDERAL	
Laudelino da silva	Twm	
JACIARA COSTA DA SILVA	SEMSA	

Execução: ibam Realização: IICA MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL GOVERNO DO BRASIL

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: PACARAIMA **Data:** 09/09/2025

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
WANIA LEILA DE SOUZA PANTOJA	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITÁRIA-ANVISA	—
Aníbal Valentino Oliveira dos Santos	SESI Roraima	
Reginaldo Rubhi Braga Gonçalves	SEADI	
Maycon John Barradas da Silva	SEMECD	
Erivaldo Messias da Silva	Secretaria Municipal de Educação	
Selma Caliope Campos Fernández	SEMECD Prefeitura Pacaraima	
RENATA CAROLINE SOUSA COSTA E SILVA	Secretaria municipal de educação e desporto de pacaraima	Renata Caroline
CLERISTON GABRIEL FRANCISCO	Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo	Cleriston
Karolayne Mota Rodrigues	ACNUR-UNHCR	Karolayne Mota
Rafael Pereira de Souza	ACNUR - Agência da ONU para os Refugiados	Rafael Souza
Aleides Souza Bezerra	Secretaria municipal de assistência social	
ANTONIA FERREIRA DE SOUSA	Secretaria Municipal de Assistência Social	
MESSIAS FAUSTINO SANTANA	Comunidade indígena NOVA VIDA II município de uiramutã Roraima Brasil Cacique Amazonas	

Execução: ibram Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: PACARAIMA **Data:** 09/09/2025

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
Claudionor Carneiro	Prefeitura Municipal	
CLERISTON GABRIEL FRANCISCO	Prefeitura Municipal	
Paulo Cezar Pereira Camilo	Prefeitura Municipal	
Elizandra dos anjos silva	Prefeitura Municipal	
Rosemary Vilaça	Governo Federal	
James Cairon Pereira Soares	Governo do Estado	
Luiz Alvino de Sousa neto	Lideranças Locais, Associações, Cooperativas e Coletivos	
Emília carvalho da silva	Lideranças Locais, Associações, Cooperativas e Coletivos	

Execução: ibama Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL

Lista de Presença

Oficina Territorial em: Pacaraima Data: 09/09/25

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
MICHEL SALES	JORNALISTA - SEADI		
Lisa Mary Sousa dos Reis	vice-cônsul Brasil de Santa Elena		
DANIEL TAKASI	COO INOVACTION		
ELIVELTON ARRUDA	FISCAL MUNICIPAL		
BENEDITO CALDAS	COORD. Planejamento - SEDAM		
Gil Sousa.	APF PF		
[illegible]	SOCOP		
Rogerio do S. Cruz	CHEFE ADJUNTO DE-TH		
João Kleber S. Borges	ACCP		
Delton da Silva Melo	Secretário/SEMMAI		
Clenilton Pedro	DIRETOR CENTRO DE CULTURA		

Lista de Presença

Oficina Territorial em: PACARAIMA **Data:** ___/___/_____

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
IVAN GONZALO	ANALISTA / FIGE		
BENEDITO CALDAS	COORD. PLANEJAMENTO - SUDAM		

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: BONFIM **Data:** 10/09/25

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
Eduardo Bayma Oestreicher	SEADI/Governo de Roraima	
Carolina Macedo Montaño	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)	
José Irapuan Frota Lima	Vice-Consulado do Brasil em Lethem	
Aldilene Vidal Oliveira Serra	Grupo Capta Brasil	
Nonato Caetano da Silva	Secretária do comércio exterior	
Ivan José Gonzalo Zambrano	FIER	
Ródson Ferreira dos Santos	FIER	
Aníbal Valentino Oliveira dos Santos	SESI Roraima	
Reginaldo Rubhi Braga Gonçalvês	SEADI	
Macksuel Marlon Ibiapina Lopes	Secretaria de Segurança Pública de Roraima	
Ellan Wagner Oliveira de Souza	Secretaria de Segurança Pública de Roraima	
Melania Pascoal	Associação Estadual Dos Indígenas Das Cidade Roraima ODIC-RR	
Corina da Silva Gomes Ribeiro	Prefeitura Municipal de Bonfim	
Rivoncleia Ferreira da Silva	Programa de Defesa dos direitos humanos e cidadania	

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: BONFIM **Data:** 10/09/25

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
Glauber Josué Rolim Batista	Assembleia Legislativa de Roraima	
Janice Barbosa Barros	Assembleia legislativa	
Bruno Macedo Sampaio	Secretaria municipal de meio ambiente e turismo	
Inon Dorvil B. Magalhães	ITERSIMS / GERENTE	
PAULO AFONSO ANICETO COSTA	SECRETARIA DE SEGURANÇA P. M	98405 6160
Priscila Maduro Dijeão	Iteraima / Chefe de Divisão	
Helton Moreira dos Santos	Coord. CREAS / Bonfim	

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: BONFIM **Data:** 10/09/25

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
ISAIAS FELIPE SILVA COSTA	ASSESSOR DO GABINETE		
Domingos Costa	Secretário		
Raquel Lopes Borges	Secretaria		
Migueias Freedson	Chefe de divisão		
Thalita Josiane S. Pereira	Secretaria gabinete		
Josué da Conceição Lira			
Benedito B. Caldas	Coordenador - SUDAM		
Gracinete M da Silva	Aposentada		
Analisa do Salvador	Semente		
Carmen Julia da Silva Pereira	Séc. Adj. do Trabalho e Assist. Social		
Claudia M. Montalvão	ACNVP		
Jamildo F. Pereira	Sec. Adjunto Prefeitura		
EDUARDO A. de SOUZA	RECEITA FEDERAL BONFIM		
João Victor Zotti Ramos	Receita Federal Bonfim		

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: BONFIM **Data:** 10/09/25

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
ADMAR BEZERRA ALVES	ANALISTA / EMBRAPA		
Maria da Socorro B. dos Santos	Diretora / PDH C		
Jadet Lessa	SESP / RR		
VANDA DOMINGOS	COOP. AGRIC. INDÍGENA		
Sharon Barbosa da Silva	Coordenadora ODIC		
Mariangela Patrício da Silva	(Vice-Presidente da ODIC		
Ana Cristina V.P. Richil	Meio Ambiente		
Antonio Celso P. Alburquerque	Diretor Regional SENAI		
IVAN GONZALO	AUXILIAR / FIER		
REGINALDO RUBIN	COORDEL / SEADI		
[illegible]	SEC. AGRICULTURA		
Roberta Fabiana E. de Alencar	Agente de Desenvolvimento		
Luana S. de Oliveira	S. de Cadastro e Tributos		
Elias Lima da Silva	VEREADOR		

Execução: ibama Realização: IICA

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: BOA VISTA **Data:** 12/05/25

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
Célio Antônio da Silva Melo	SENAC RORAIMA	
Josimaia Lauriano De Souza	Associacao cultural indígena do estado de Roraima-Kapoi	
Aldilene Vidal Oliveira Serra	Grupo Capta Brasil	
KELTON OLIVEIRA LOPES	SECRETARIA DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO - SEADI	
Yanne miranda dos santos	Secretaria de Estado dos Povos Indígenas - SEPI	
leslie valery bantim da silva simin	EMBRAPA	
ARTHUR CAMURÇA CITÓ	INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA	
Lisa Mary Sousa dos Reis	vice-consulado do Brasil em Santa Elena de Uairén	
Ivan José Gonzalo Zambrano	Fier	
Ródson Ferreira dos Santos	FIER	
Aníbal Valentino Oliveira dos Santos	SESI Roraima	
Julio Cesar dos Santos	Claretiano - Faculdade de Boa Vista	
KATIA FARIA DA SILVA	ANVISA	

Execução: ibama Realização: IICA MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: BOA VISTA **Data:** 12/09/25

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
Glauber Josué Rolim Batista	Assembleia Legislativa de Roraima	
Elena Campo Fioretti	Museu Integrado de Roraima - SECULT	
America pereira de souza	Associaçao da comunidade e agricultores familiares do distrito de nova petrolina do norte-caracarai/RR	
Josimaia Lauriano De Souza	Associacaokapoi	
Vera Lucy Brandão	Sociedade pública	
Renan Reis de Souza	Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena	
KATIA FARIA DA SILVA	ANVISA	
Rafael Chrusciak	SESAU / RR	
Vanessa Barros Rodrigues	CGVS/SESAU	
Janáira Sousa Silva	CGVS	
Ari Alfredo Weiduschat	IBAMA-RR	
Maria Joelma Matias Silva Carneiro	POLÍCIA CIVIL DE RORAIMA	
Wellington da Silva Anselmo	Mirr museu integrado de Roraima	
Roberto Paulo da Silva Santos	RECEITA FEDERAL	

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: BOA VISTA **Data:** 12/09/25

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
Reginaldo Rubhi Braga Gonçalves	SEADI	
Marta Cacilda de Carvalho Rufino	Claretiano Faculdade de Boa Vista	
Larissa Nogueira de Melo	DESENVOLVE RORAIMA	
Thatyla Luana Beck Farago	NGI ICMBio Roraima	
Vera Lucy Brandão	Sociedade civil	
Mariangela Patricio da silva	Associação Estadual Dos Indígenas Da cidade-ODIC-RR	
Daurileia Vieira Gonzaga Souza	ICMBio	
Renan Reis de Souza	Instituto de Pesquisa e Formação Indígena	
Lucia Williams do Nascimento	Associação Estadual Indígena kamuu kandan do Estado de Roraima AEIKRR	
Lucia Glória Alencar Magalhaes	Sindicato rural da agricultura familiar de boa vista	
Marilene da Silva de Oliveira	CUT-RR	
Melania Pascoal	Associação Estadual Dos Indígenas Das Cidade Roraima,ODIC-RR	
Célia Regina Aguiar de Souza	Fórum de Economia Solidaria -FRES	
Marcilene Pedreiro da Trindade	MP Enterprise	

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: Boa vista **Data:** 12/09/25

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
Rakhel Passos P. Barros	CNIN / SEADI		
Geovane S Santos	APIN		
ANDRÉ CERRI	CZEE / SEADI		
Kim Oliveira	CAICYY		
Jaucirleide A Castro	Comunicação		
Claudia R.M. Almeida	SEADI / CZEE		
Dafne Tagani	INOVACTION		
Tatiana S. Peixoto	indígena macuxi		
Gabriel Marcilio Freitas	Coordenador / SETRABES		
Veronica Patricio da Silva	ODIC RR		
Ethanlo Bravo	Diretor / SETRABES		
Vanda Domingues da Silva	Artesã - Cooperativ		
Imon David B. Magalhães	GERENTE / ITERAIMA		
Sharon Barbosa da Silva	Coordenadora Odic-RR		

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: Boa Vista **Data:** 12/09/25

Nome	Cargo/Instituição
GYLBENSON VIANA	DIRETOR CADASTRO IMOBIL
Elicte costa Donzelino	Produtora ODIC RR
Chirlene Lima da Silva	Chirlene Ass. Adm.
JOELSON SOUZA	coord. Regional SUBS FUNAI - RR
Renata Gloria A Magalhães	SINDICATO RURAL BVS
Rôdson Ferreira dos Santos	FIER
Rosmary Vilaça	Pesquisadora/Embrapa
JONAS CARVALHO	RECEITA FEDERAL
Lisa Marys Reis	Vice-conselho Santa Elena
JOSÉ FCO S. TEIXEIRA	CHEFE DE DIVISÃO
NELTON O. LOPES	SEC. ADJ. AGRICULTURA
ELIANDER PIMENTEL	ENG. AG. do IATER
Mª Lídia R. de Vasconcelos	Educadora Popular
Rayllanne de Lima Santos	Assessora IATER

Execução: ibama Realização: IICA

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: BOA VISTA **Data:** 12/09/25

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
Eduardo Bayma Oestreicher	SEADI/Governo de Roraima	
Francineth dos Santos Raposo	Secretaria de Estado dos Povos Indígenas	
LUIS PAULO DE OLIVEIRA	Prefeitura de são joão da baliza	
Everaldo F S Pereira Filho	GSI/PR	
JULIANA OLIVEIRA DO NASCIMENTO	SECRETARIA DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO - SEADI	
Édem César Rocha Nascimento	SEADI	
JOSÉ AIRTON ARAUJO RIBEIRO	Secretária de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação	
JOSE BEETHOVEN FIGUEIREDO BARBOSA	FAPERR	
Bruno Dantas Muniz de Brito	SECULT/DETUR	
Rosa Maria da Silva	Secult	
Carolina Macedo Montaño	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)	
Alzemiro Tavares	APIRR	
Lisa Mary Sousa dos Reis	vice-consulado do Brasil em Santa Elena de Uairén	
Carlos Wagner Guimarães Gomes	Companhia de Desenvolvimento de Roraima - CODESAIMA	

Execução: ibama Realização: IICA MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: Boa Vista **Data:** 12 / 09 / 25

Nome	Cargo/Instituição
Gabriela N. Peixoto	Coord. Geral - OMIR
Katiani S. Souza	OMIR
Julia Graziele t. dos Santos	OMIR
José Nilson Barros de Lima	SEPLAN
Alessandra Vilhena	SEPLAN
Pedro Gomboa	EXPRESSO Sol y Mar
José Fonseca da Silva	DSEI Yanomami
JOSEMAR FERREIRA SALES	APRAFAMNP
Nubia Lopes de Freitas	Aprafamnp
Wagner B. Silva	
Jefferson Ferreira	ACNUR

Execução: ibam Realização: IICA MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL GOVERNO DO BRASIL

ANEXO 17 – Apresentação IBAM

PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA

Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

Oficinas de planejamento territorial

RORAIMA

Execução: iboom

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Apresentação

Escopo do trabalho

Elaboração dos Diagnósticos e **Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira– PDIFF** e apoio à **estruturação dos Núcleos Estaduais de Fronteira do Arco Norte e Rondônia**

Execução: Realização:

- Elaboração de **Diagnósticos sobre a situação de Fronteira** do Arco Norte e Rondônia
- **Mapeamento de atores de relevância** no tema das fronteiras amazônicas
- Realização de **Oficinas de Planejamento Territorial** nos 6 estados

FASE ATUAL

- Elaboração dos **Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira** – PDIFFs
- Apoio à **estruturação dos Núcleos Estaduais de Fronteira** do Arco Norte e Rondônia.

Atualizações gerais

fronteirasamazonia.ibam.org.br

Acesse pelo QR Code

O Projeto

A ação engloba 6 estados (AC, AM, AP, PA, RO, RR) e 97 municípios total ou parcialmente localizados na Faixa de Fronteira, que abrange a extensão de 150km ao longo de toda a fronteira terrestre brasileira, destacando-se a existência de 9 cidades-gêmeas nessa região.

O processo de elaboração dos PDIFFs contribuirá para o avanço na implementação das agendas integradas de desenvolvimento regional com foco em sustentabilidade, inovação e na cooperação com os países vizinhos em setores estratégicos como Bioeconomia, TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) e Economia Circular (energias renováveis, gestão de resíduos e recursos hídricos).

Os PDIFFs serão elaborados com participação de órgãos federais, estados, municípios, empresas e organizações da sociedade civil e deverão indicar propostas prioritárias de ação nos seguintes temas:

Fronteiras da Amazônia
Arco Norte e Rondônia

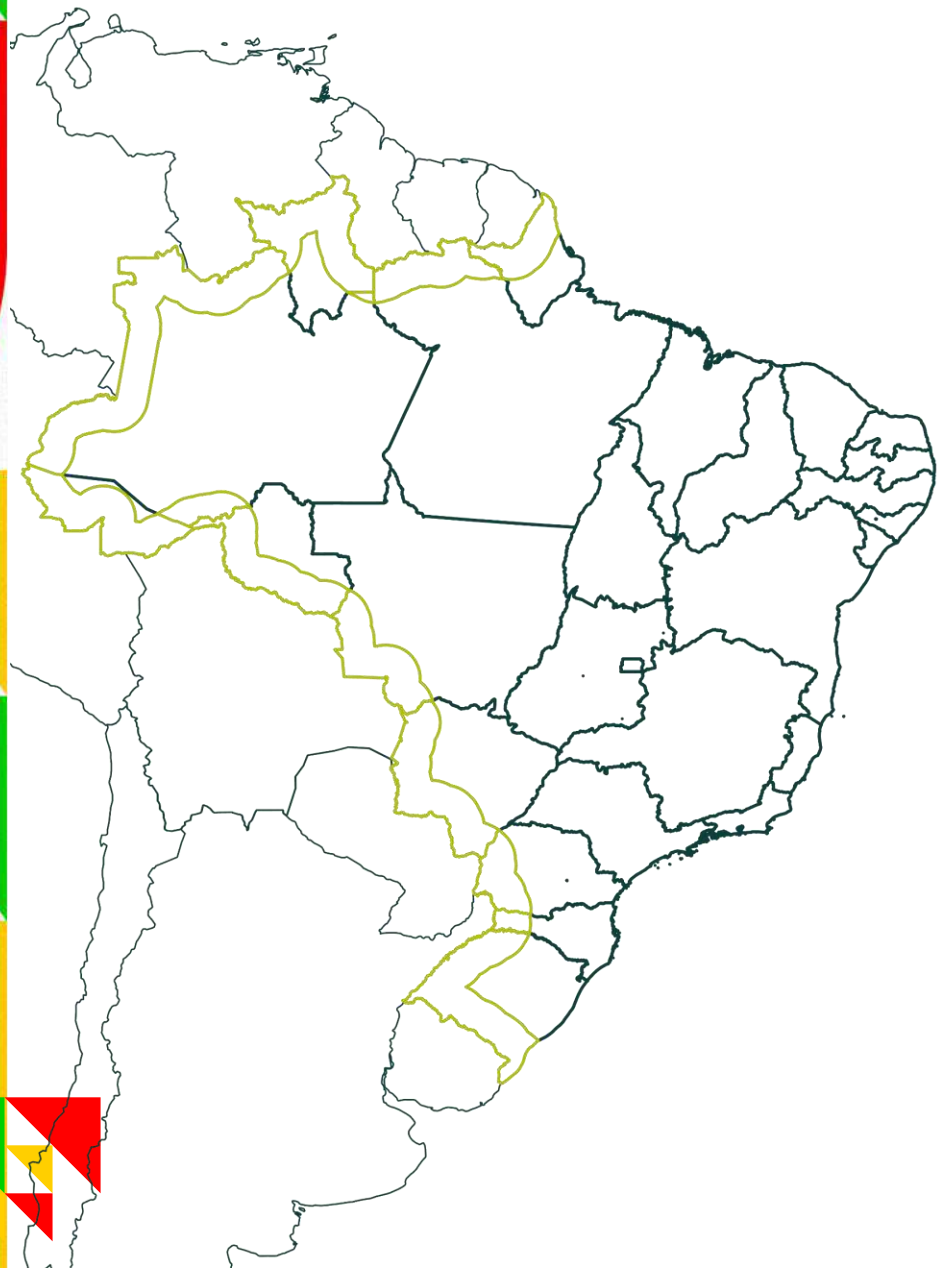
Visita técnica realizada

Cidades Visitadas: Boa Vista, Pacaraima e Bonfim
Período da visita: 31 de março a 04 de abril de 2025

Síntese – dados gerais

- **Contextualização: Marco Legal da Faixa de Fronteira Brasileira**
- **Projeto Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia**
- **Caracterização geral da Faixa de Fronteira de Roraima**
- **Análise por eixos temáticos**
- **Desafios e potencialidades gerais**

Faixa de Fronteira terrestre brasileira



150 km de largura da Faixa de Fronteira terrestre

15.719 km de extensão

11 estados fronteiriços

588 municípios fronteiriços

11,7 milhões de hab. Nos municípios de fronteira

Marco Legal

- Criação da Faixa de Fronteira (Lei 6.634/1979) e Regulamentação (Decreto 85.064/1980)

- Ao longo das últimas décadas, uma série de programas e projetos relacionados às fronteiras foram elaborados, em especial na área de segurança

- **Em 2024, foi instituída a Política Nacional de Fronteira (PNFron), pelo decreto 12.038/2024.**

- Instrumento da PNFron em elaboração: **Estratégia Nacional de Fronteiras (EnaFron)**

Marco Legal

A PNFron está organizada em 4 eixos interdependentes:

- **Eixo 1: Segurança**
- **Eixo 2: Integração regional**
- **Eixo 3: Desenvolvimento Sustentável**
- **Eixo 4: Direitos humanos, cidadania e proteção social**

Ligado ao Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional

Faixa de Fronteira
Projeto Fronteiras da Amazônia

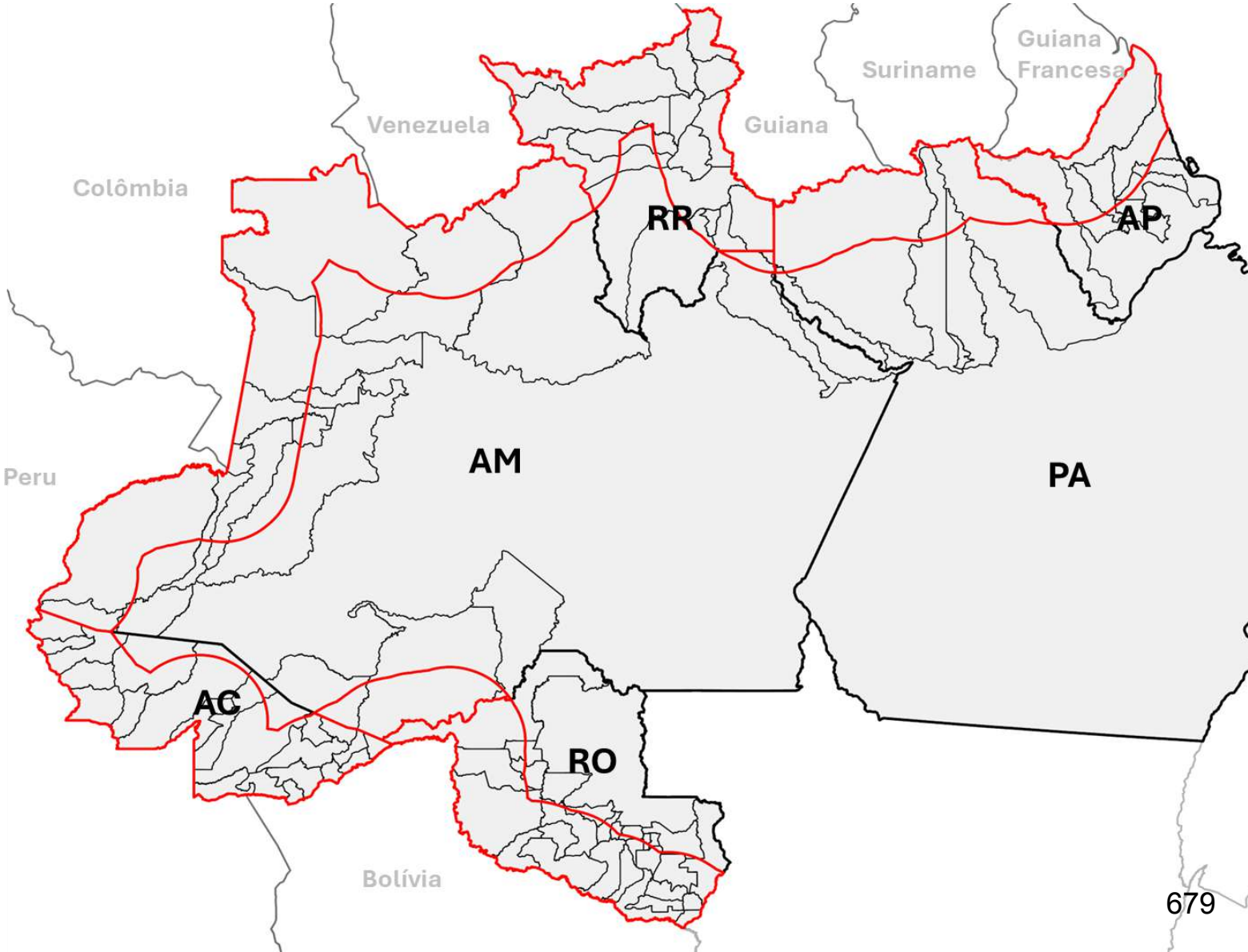
6 estados

(AC, AM, AP, PA, RO, RR)

97 municípios

3.277.578 habitantes

nos municípios fronteiriços

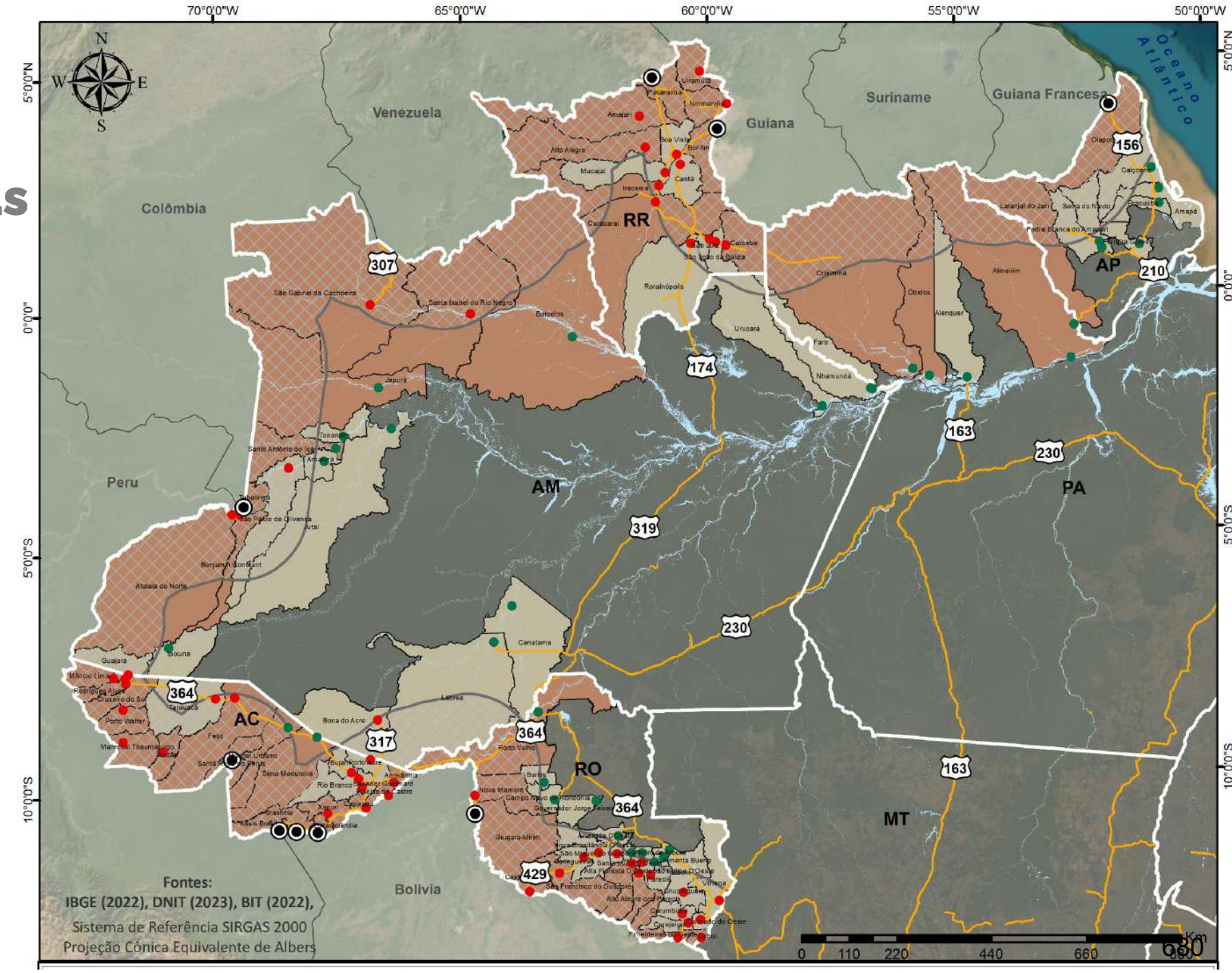


Faixa de Fronteira

Projeto Fronteiras da Amazônia

97 Municípios com diferentes níveis de interação com a fronteira.

- Municípios lindeiros (48)
- Municípios não-lindeiros (49)
- Municípios com sede na linha ou dentro da faixa de fronteira (62)
- Municípios com sede fora da faixa de fronteira (35)
- Cidades gêmeas (9)



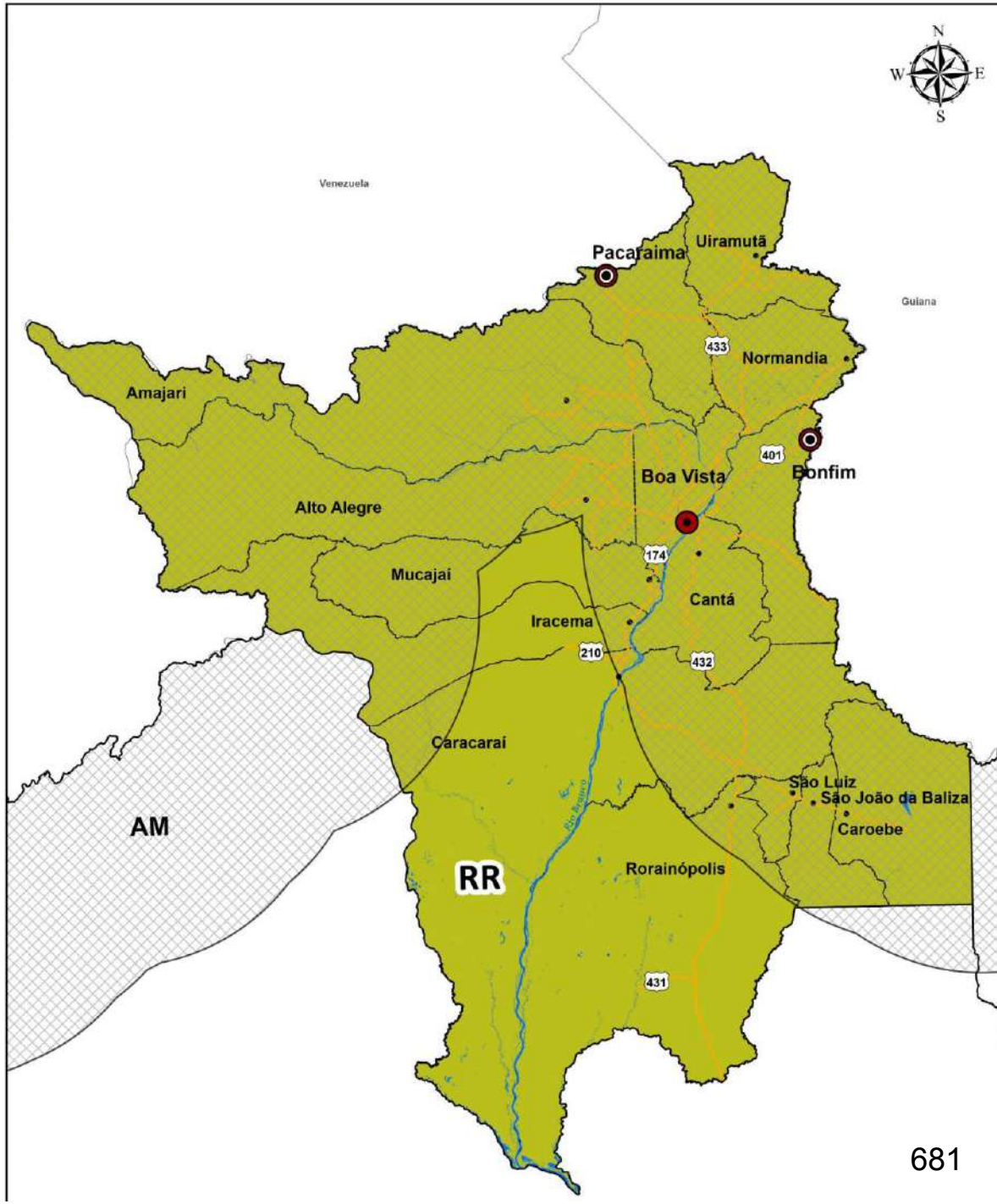
Caracterização geral

Todos os municípios de Roraima estão na Faixa de Fronteira

Pop. Municípios de Fronteira de Roraima

636.707 habitantes

Quando se consideram apenas os dados dos setores censitários situados dentro da Faixa de Fronteira, esse contingente é reduzido para **618.207 habitantes**. Grande parte concentrado na capital Boa Vista



Caracterização geral

Roraima possui **2 cidades-gêmeas, Pacaraima e Bonfim.**

Outros dois municípios tem **sede na linha de fronteira: Uiramutã e Normandia.**

Pacaraima

Possui localização estratégica na fronteira com a **Venezuela**. Essa posição confere ao município um papel central nos fluxos migratórios, no comércio transfronteiriço e na prestação de serviços, fortalecendo sua relevância regional.

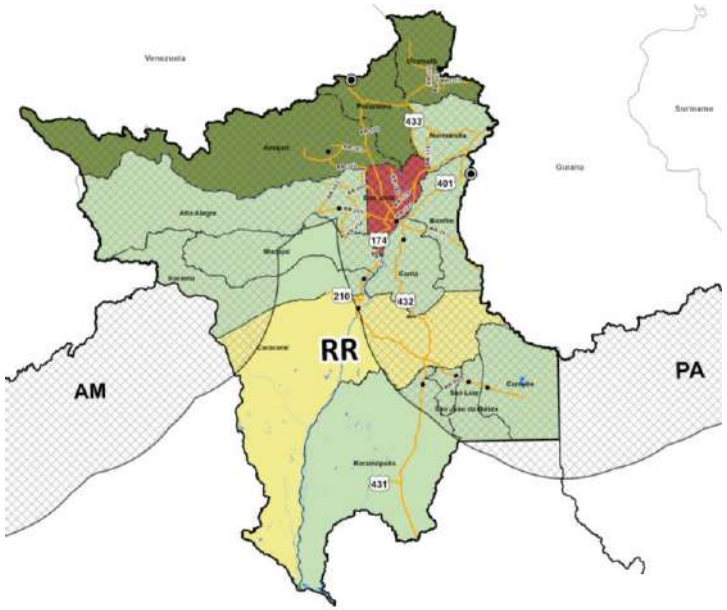
Bonfim

Mantém interações importantes com Lethem, na **Guiana**, embora em escala mais discreta, refletindo um padrão de conectividade transfronteiriça menos intenso.

Perfil Demográfico

População 2022

Fonte: Censo IBGE,2022



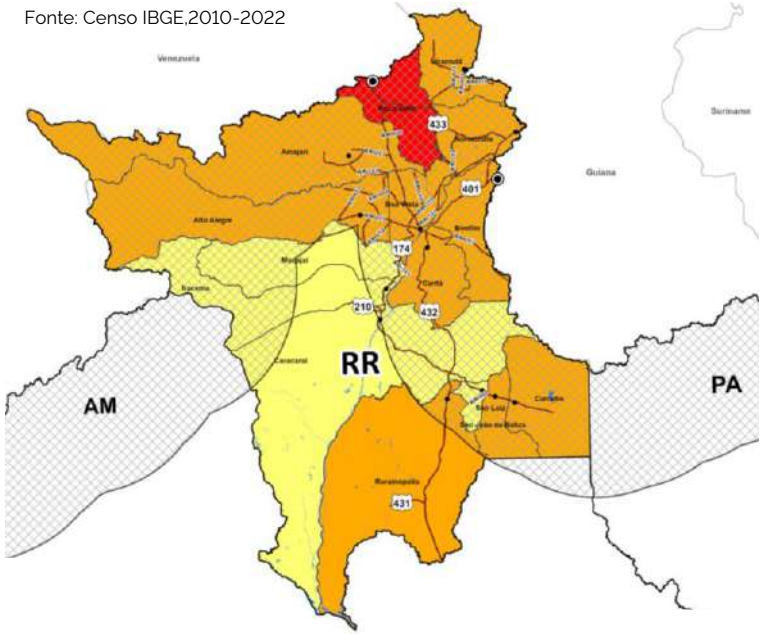
< 10mil
> 10 a 20 mil
> 20 a 50mil
> 100mil

Grande parte da população de Roraima está na capital. Boa Vista que possui

413.486 hab.

Taxa de crescimento anual 2010-2022

Fonte: Censo IBGE,2010-2022



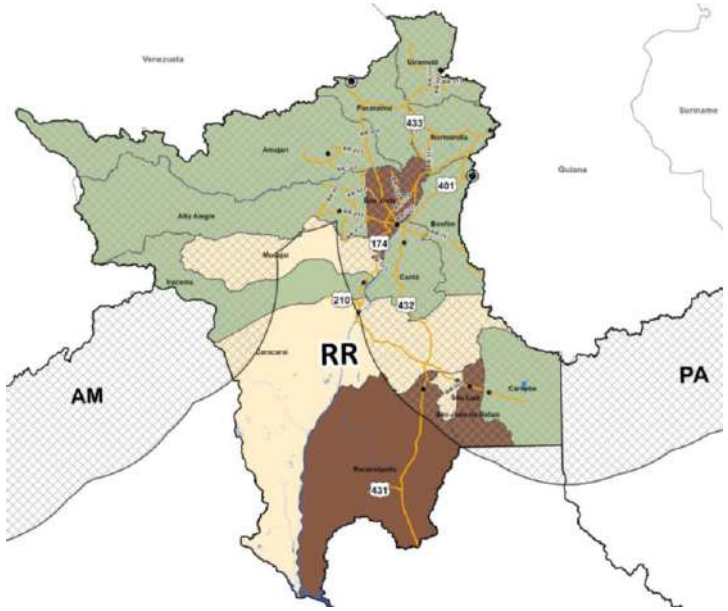
< 2%
2% a 5%
> 5%

Pacaraima apresentou o maior crescimento anual da população, acima de

5%

Grau de Urbanização 2022

Fonte: Censo IBGE,2022



< 50%
>50% a 70%
> 70%

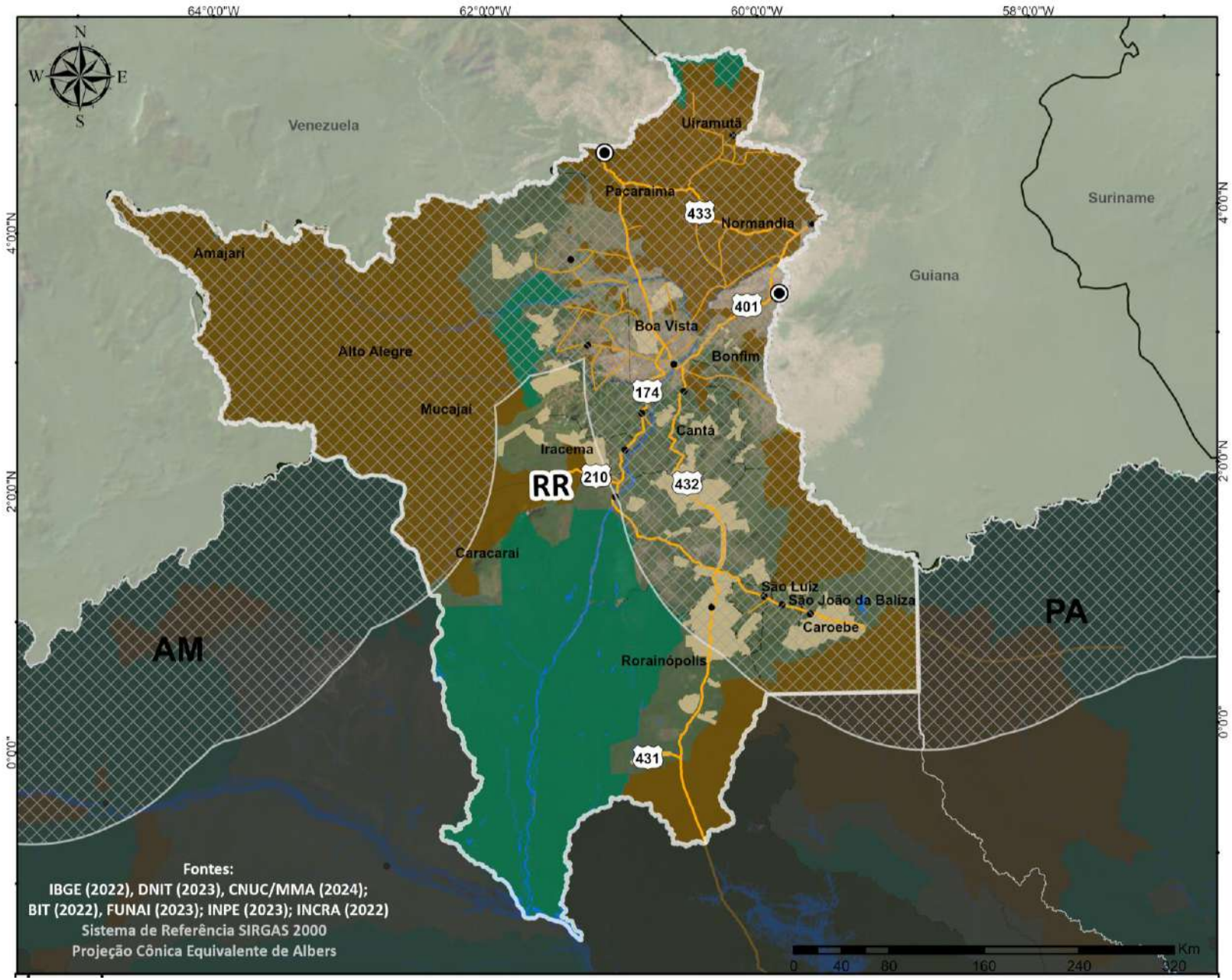
Além de Boa Vista, apenas Rorainópolis, São João da Baliza possuem mais de **70%** *de pop. em área urbana*

Eixo temático 1:

Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental e climática

Predominância das Terras indígenas, correspondendo a **59,5%** do território

Nos municípios de **Uiramutã, Normandia, Pacaraima e Iracema, mais de 90% do território é destinado às Tis,** evidenciando sua relevância não apenas para a preservação dos modos de vida indígenas, mas também para a manutenção de ecossistemas

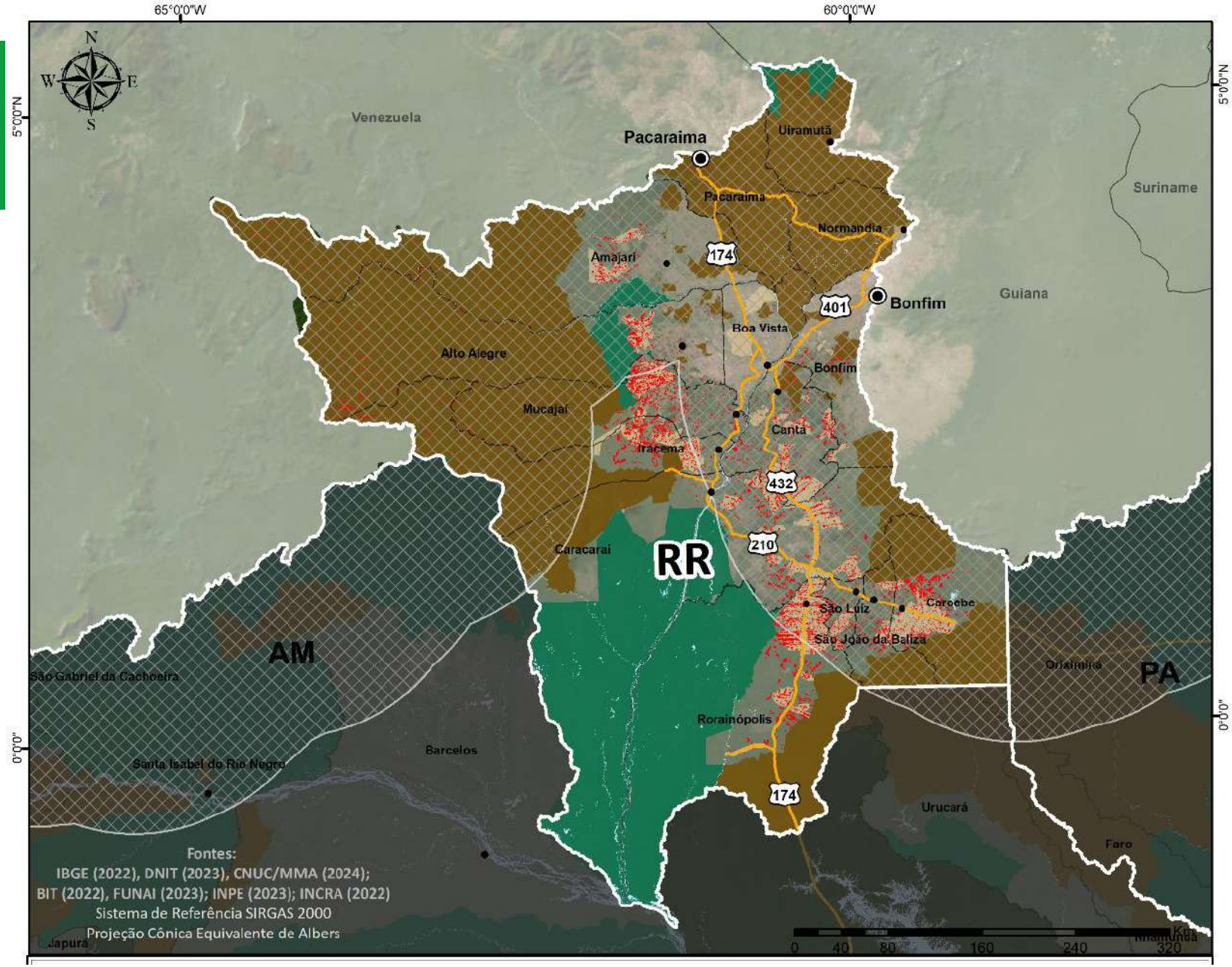


Eixo temático 1:

Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental e climática

A cobertura do CAR na Faixa de Fronteira do estado é de 43,9%, o que demonstra avanços na regularização ambiental. No entanto, os dados evidenciam disparidades significativas entre os municípios e desafios estruturais no alcance do sistema como instrumento de monitoramento ambiental.

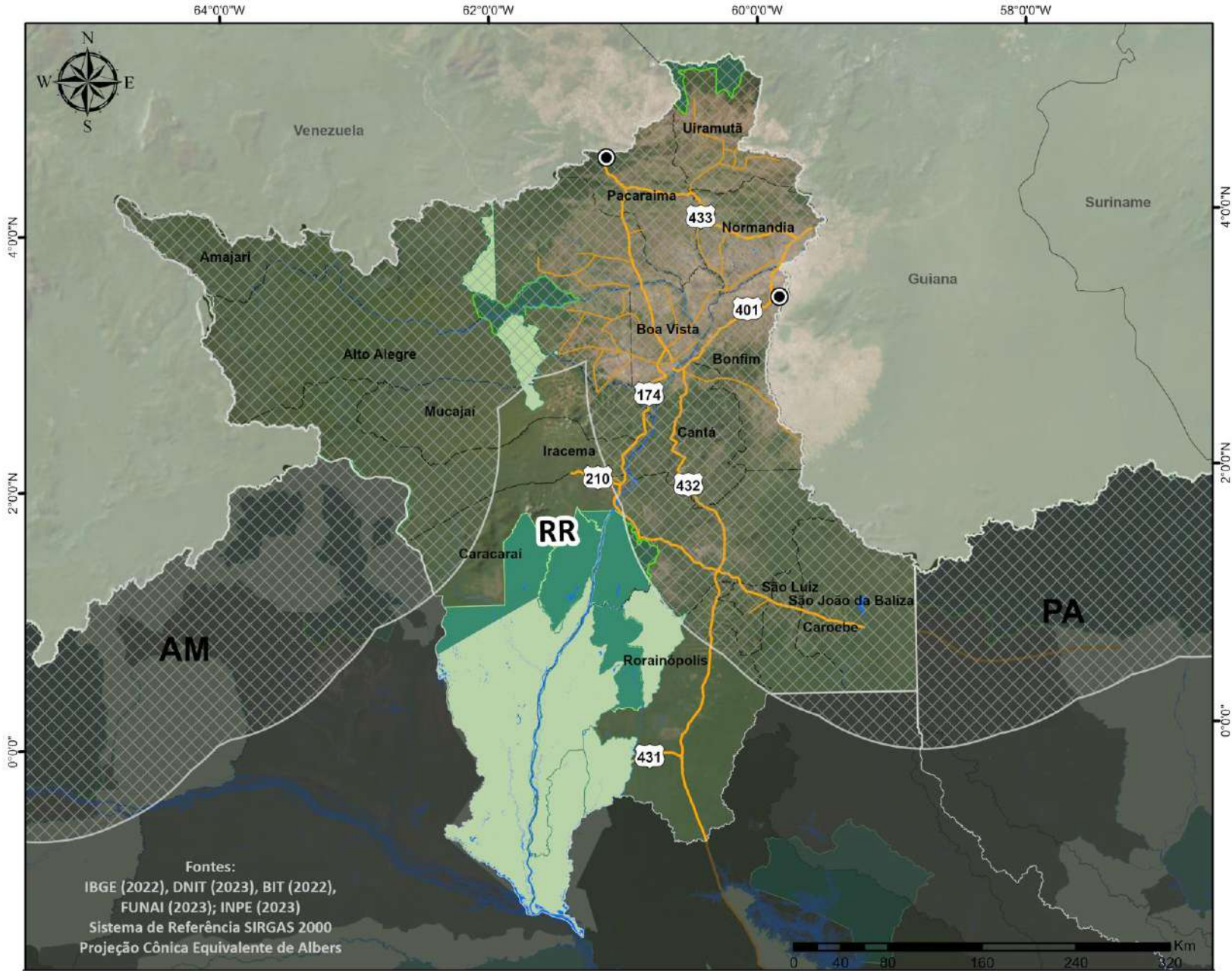
Municípios **como Mucajaí e Rorainópolis** são apontados pelo MMA (2024) como **prioritários no combate ao desmatamento**



Eixo temático 1:

Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental e climática

- As Unidades de Conservação (UCs), correspondem a uma parcela menor da faixa de fronteira mas têm importância estratégica.
- **Concentradas principalmente nos municípios de Amajari e Alto Alegre** formando pequenos mosaicos de áreas que contribuem para a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.



UC de Uso Sustentável

UC de Proteção Integral

Eixo temático 1:

Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental e climática

Gestão climática

- Mudanças climáticas têm provocado **transformações nos ciclos naturais, como os períodos de cheia e vazante dos rios.**

- Além de **impactar atividades como a pesca e agricultura**, as mudanças no regime hidrológico **também comprometem a mobilidade e o abastecimento das comunidades**.

- **Roraima sofreu estiagens históricas no período de ocorrência do El Niño (2023-2024)**

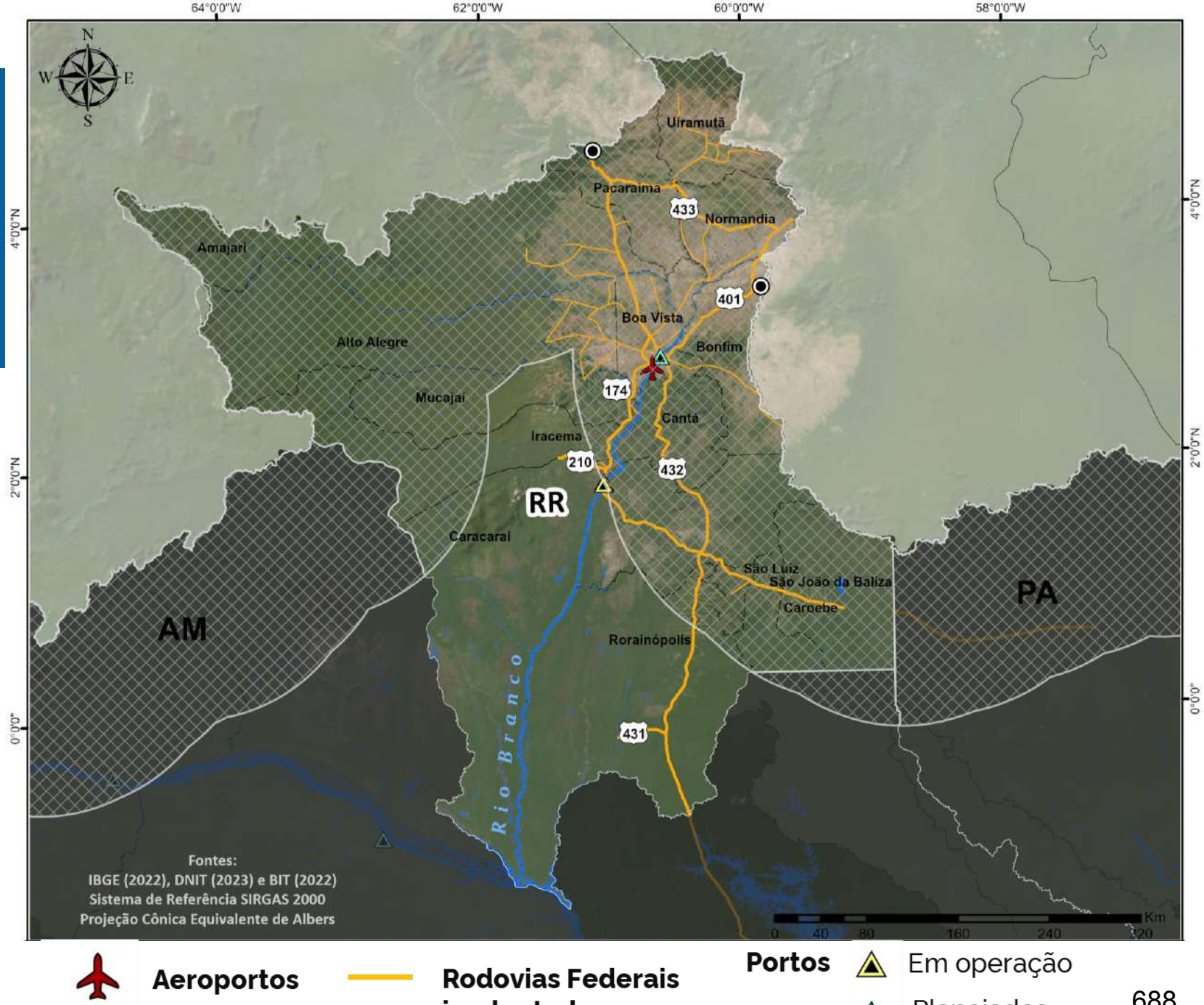
Foto: Ronny Alcântara/Rede Amazônica

Foto: Inaê Brandão/G1 RR

Eixo temático 2:

Infraestrutura para o Desenvolvimento

- **BR-174 é a principal rodovia** que atravessa o estado. Há também a **BR-401, que conecta à Guiana.**
- **Navegação fluvial limitada.** Há apenas 1 porto público no estado.
- Roraima possui apenas **1 aeroporto concedido**, sendo os acessos às cidades gêmeas dependente do transporte rodoviário.



Eixo temático 2:
Infraestrutura para o Desenvolvimento

ROTA 1 Ilha das Guianas

Das Rotas da Integração Sul-Americana propostas pelo governo federal, **a Rota 1 das Guianas** atravessa o estado de Roraima.

O Programa Projeto Rotas de Integração Sul-americana, vinculado ao MPO, tem como objetivo promover a integração logística entre os países da América do Sul, facilitar o comércio e reduzir tempo e custo do transporte de mercadorias entre o Brasil e seus vizinhos e a Ásia.

No programa, há a previsão dos seguintes projetos:

- Restauração da BR-174
- Linhão de Tucuruí
- Infovia Estadual

Eixo temático 2:
Infraestrutura para o Desenvolvimento

Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA 2024-2027)

Aprovado pela Resolução CONDEL/SUDAM nº 106, de 4 de agosto de 2023, o PRDA foi elaborado nos termos do inciso II, art. 4º da Lei Complementar nº 124/2007. Com vigência de 2024 a 2027, o PRDA abrange 06 Eixos, 11 Programas e 79 Ações Estratégicas

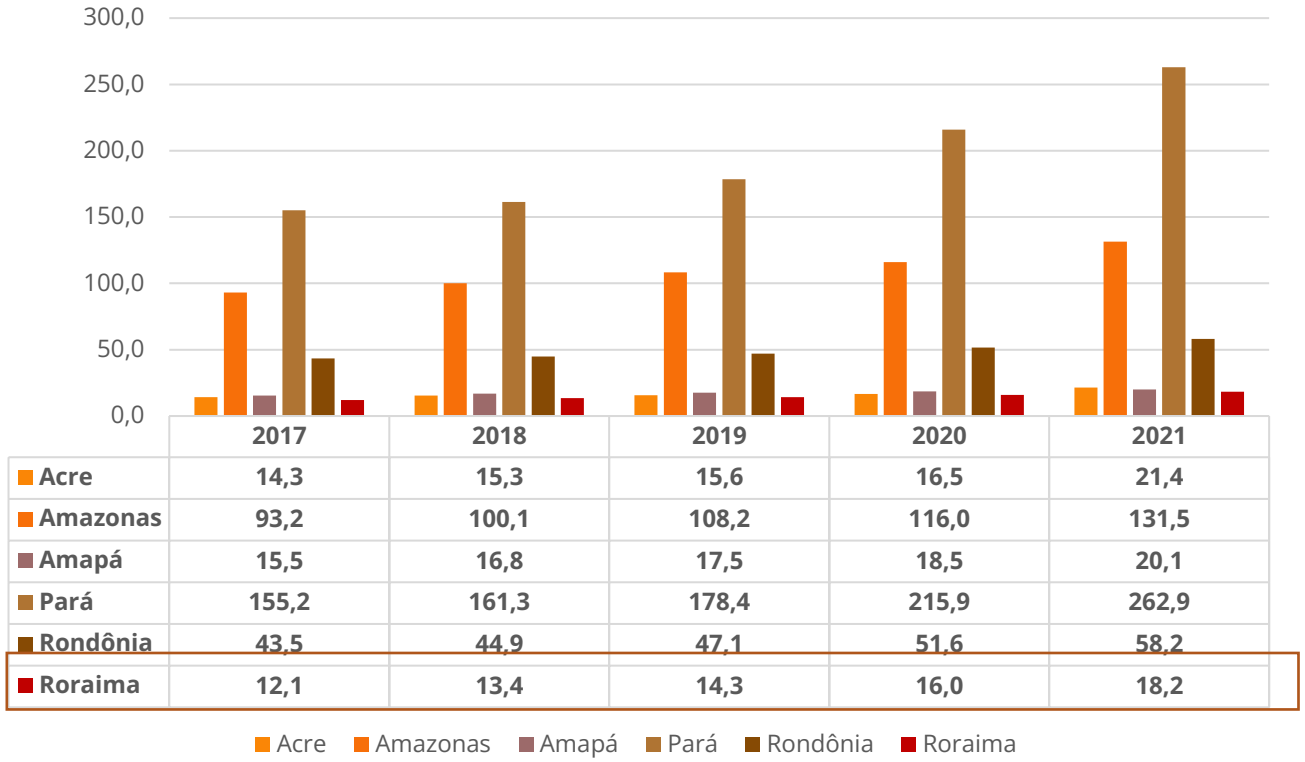
Relação com a Faixa de Fronteira	Projeto
Incidência na Faixa de Fronteira	Fortalecimento do abastecimento e da comercialização dos produtos agrícolas do Estado de Roraima (fortalecimento do hortifrutigranjeiro)
	Promoção de ações de reflorestamento de áreas degradadas
	Estruturação e fortalecimento da cadeia produtiva da piscicultura
	Revitalização da Infraestrutura do Distrito do Estado de Roraima
	Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Açaí em Roraima

Eixo temático 3:

Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

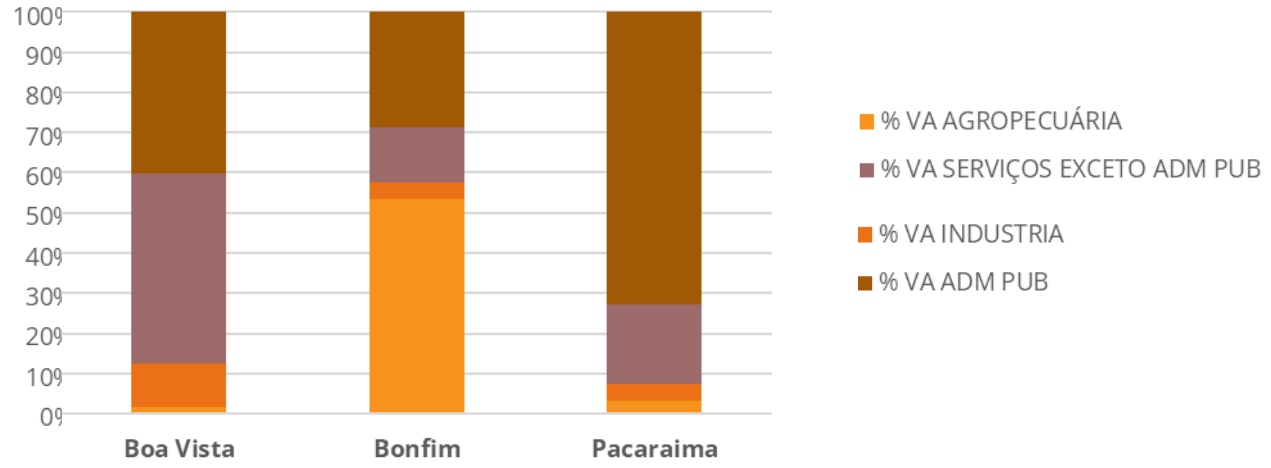
- PIB Roraima: **18,2 bilhões (2021)**
- **Setor de serviços tem contribuição mais relevante (83%),** em especial serviços de administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social.
- **Capital Boa Vista tem a maior participação no PIB estadual (75%), em especial no setor de serviços e administração pública,** que respondem por grande parte do valor adicionado.
- **Em Bonfim, o setor agropecuário tem maior contribuição.**

Produto Interno Bruto a preços correntes de mercado em bilhões de reais



	2017	2018	2019	2020	2021
Acre	14,3	15,3	15,6	16,5	21,4
Amazonas	93,2	100,1	108,2	116,0	131,5
Amapá	15,5	16,8	17,5	18,5	20,1
Pará	155,2	161,3	178,4	215,9	262,9
Rondônia	43,5	44,9	47,1	51,6	58,2
Roraima	12,1	13,4	14,3	16,0	18,2

Acre Amazonas Amapá Pará Rondônia Roraima

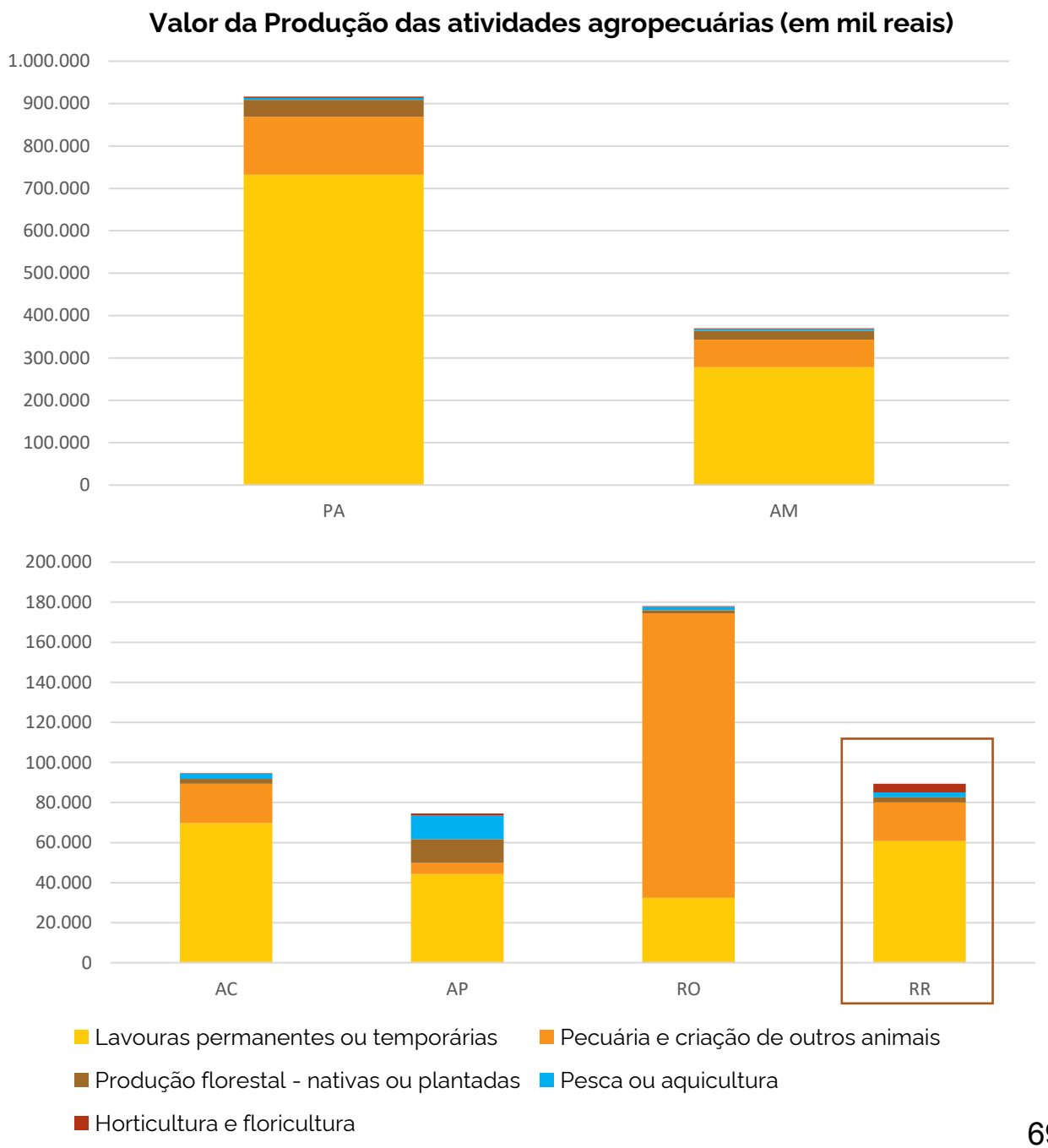


Eixo temático 3:
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

- **Com exceção de Boa Vista**, **os municípios de fronteira apresentam mais de 80% sob condição de agricultura familiar.**

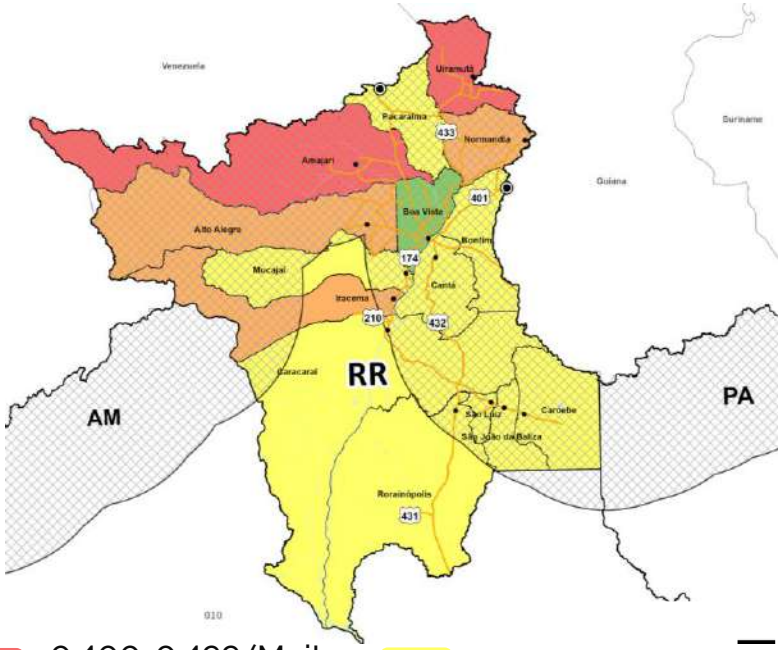
- Com relação as atividades agropecuárias, Em Roraima **predomina a produção de lavouras (permanentes e temporárias),** seguida da pecuária e criação de animais.

- Nos dados por região, **Caroebe, São João da Baliza, Rorainópolis e São Luiz** aparecem como municípios com **grande valor de produção da castanha.** Já Boa Vista e Pacaraima estão entre os grandes exportadores do estado.



Eixo temático 3:
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

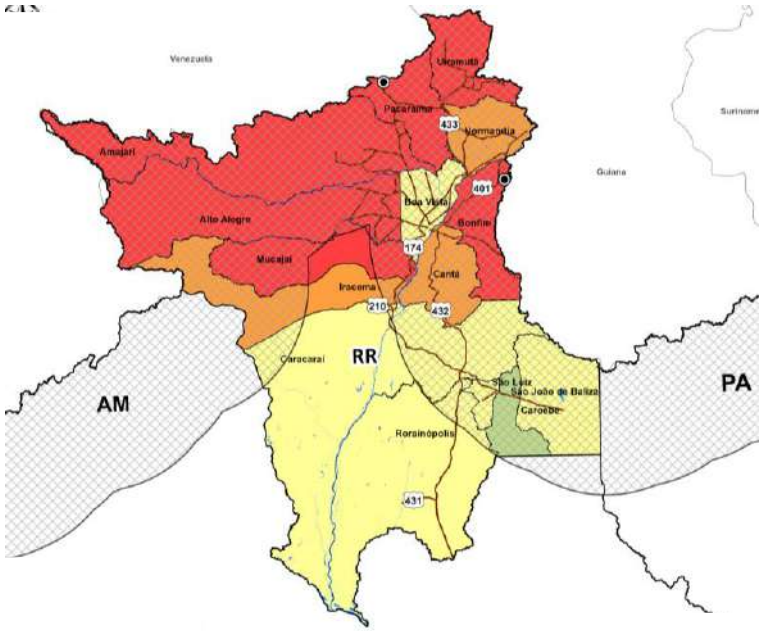
IDHM 2010



0,400-0,499 (Muito Baixo)
0,500-0,599 (Baixo)
0,600-0,699 (Médio)
0,700-0,799 (Alto)

*A capital **Boa Vista é o único município com IDHM alto**. **Amajari e Uiramutã** apresentam índices **classificados como muito baixos.***

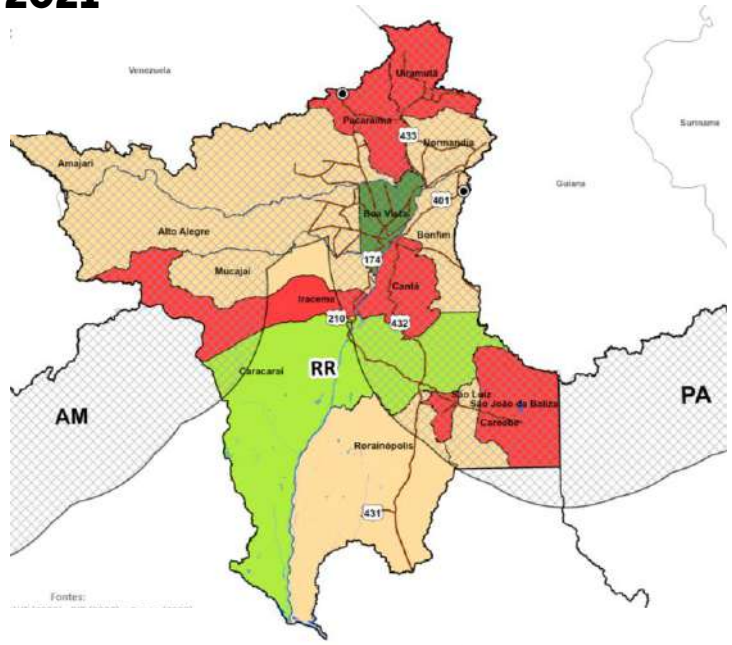
Índice de GIINI 2010



0,49 a 0,53
0,54 a 0,60
0,61 a 0,70
0,71 a 0,80

Dos 15 municípios, 6 apresentam índice superior a 0,71, revelando maior desigualdade.

Rendimento Domiciliar 2021



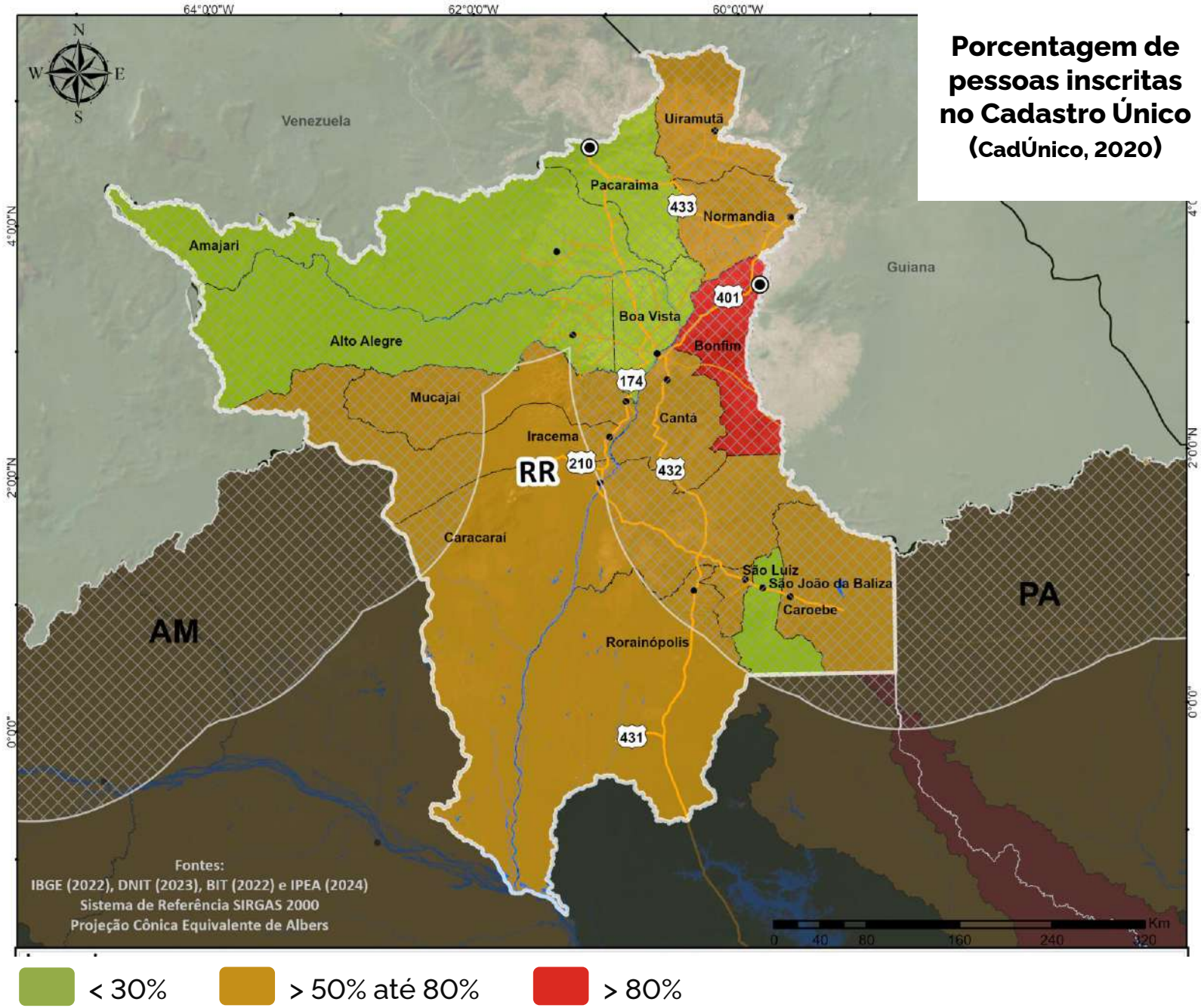
Até 1,,7 SM
> 1,7 a 2 SM
> 2 a 2,5 S.M.
> 2,5 SM

Maioria dos municípios tem rendimento médio de até 2 SM. A Capital Boa Vista tem melhor índice, com média de 2,9 SM.

Eixo temático 3:
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

- Maioria dos municípios tem **mais de 50% da sua população no Cadastro Único**
- **Em Bonfim, 81,3% da população** está cadastrada
- Em **Boa Vista, a população inscrita representa 35%** da população e **em Pacaraima, 48,8%**

Porcentagem de pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico, 2020)

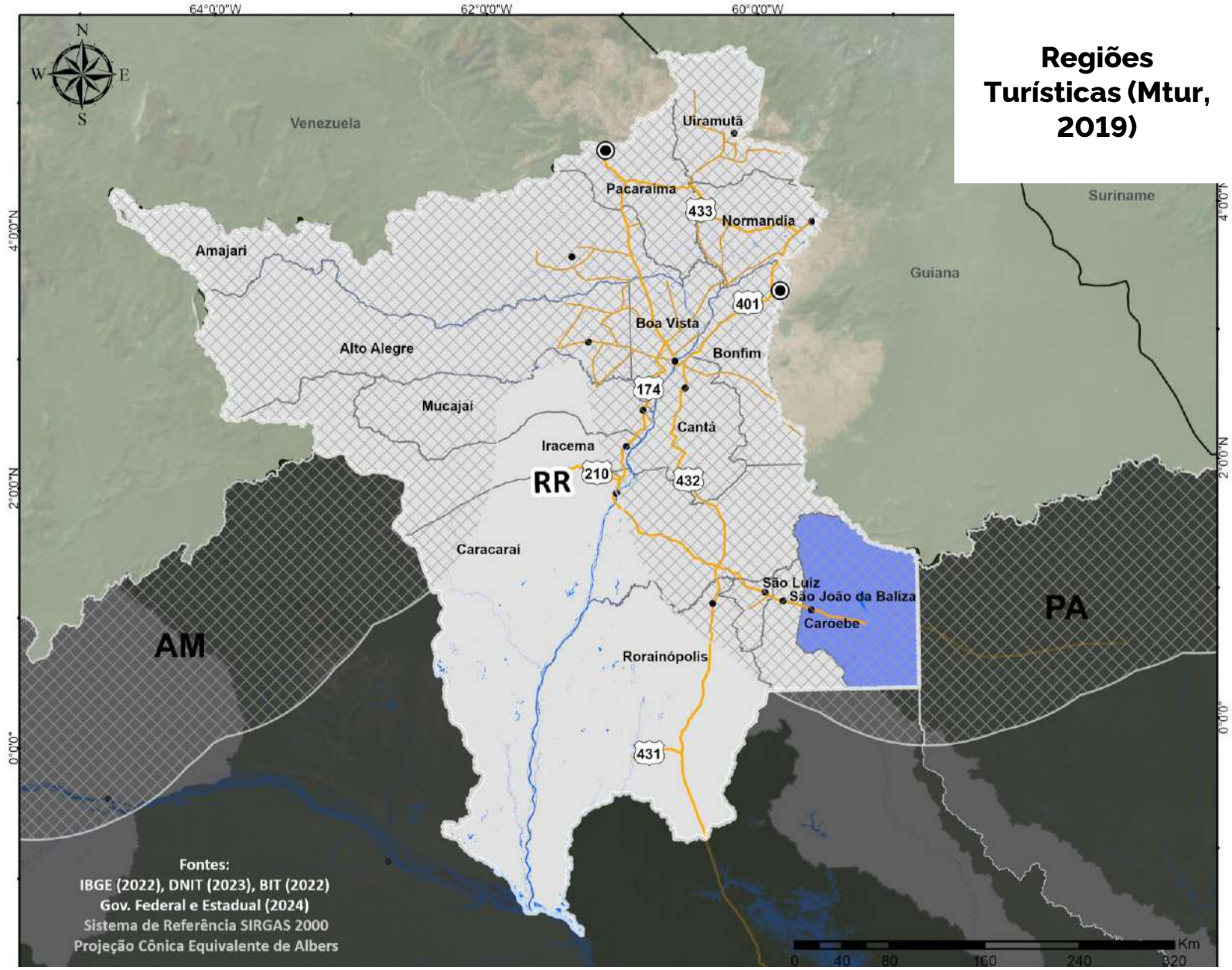


Eixo temático 3:
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

- Município de Caroebe, é o único que integra uma **Região Turística** pelo MTur. (**Águas e Florestas da Linha do Equador**).

- Pelos indicadores disponíveis, não há informações sobre o fluxo de turistas, só havendo dados sobre a arrecadação de impostos, indicando pequena movimentação econômica no setor turístico

Regiões Turísticas (Mtur, 2019)



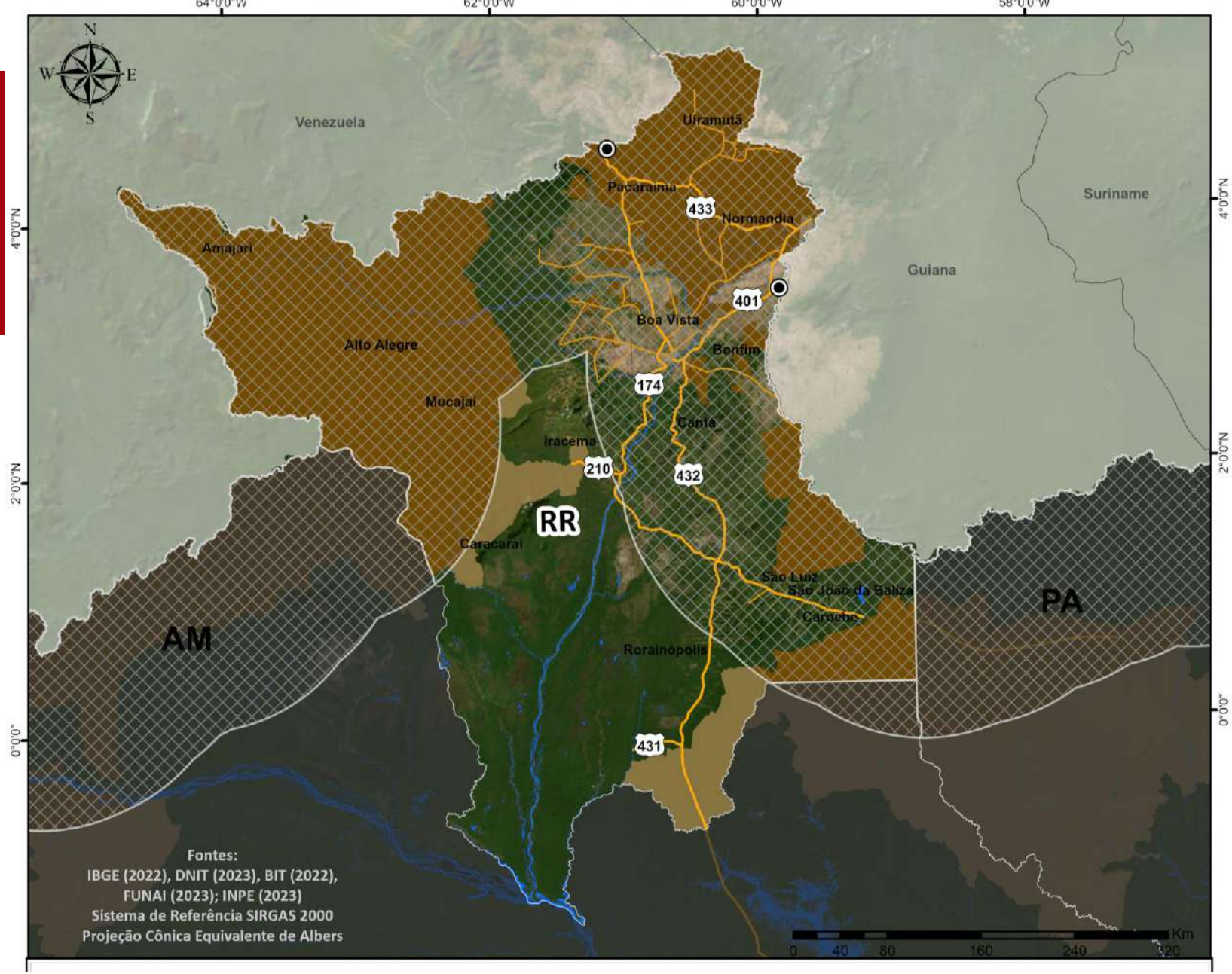
Região Turística águas e florestas da Linha do Equador

Eixo temático 4:

Povos indígenas e Comunidades tradicionais

- Noção de fronteira não é necessariamente uma referência, uma vez que pode haver trânsito entre terras de um lado e de outro dos países.

- Em Roraima se **localiza o maior território Yanomami, que totalizada mais de 9 milhões de hectares.**



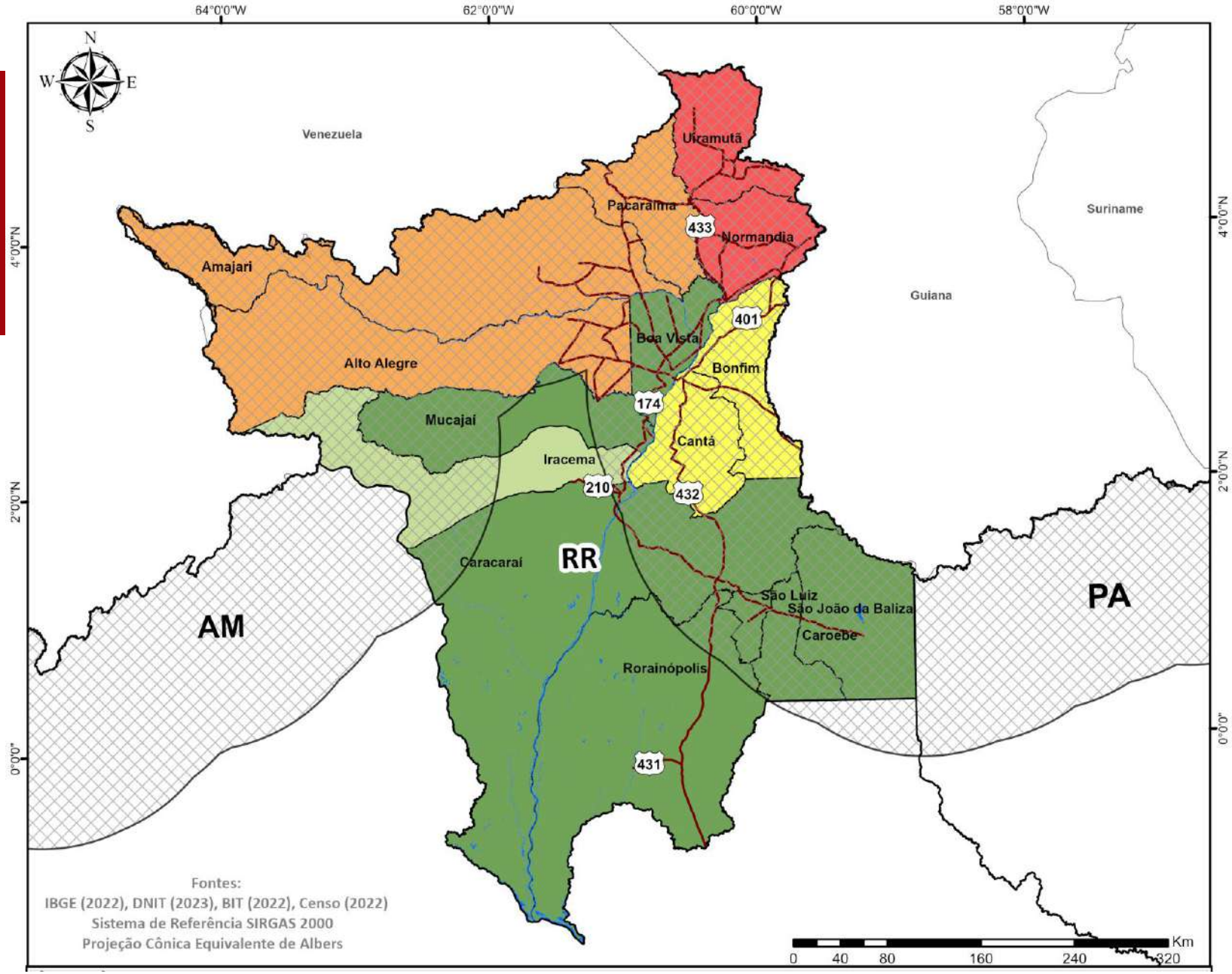
Terra Indígena

Eixo temático 4:

Povos indígenas e Comunidades tradicionais

- **Uiramatã é o município com maior participação de população indígena, em termos percentuais**, de toda a região estudada, passando de 96% dos habitantes

- **Em termos absolutos,** no entanto, **Boa Vista é o que concentra maior contingente** indígena, totalizando **20.410 habitantes.**

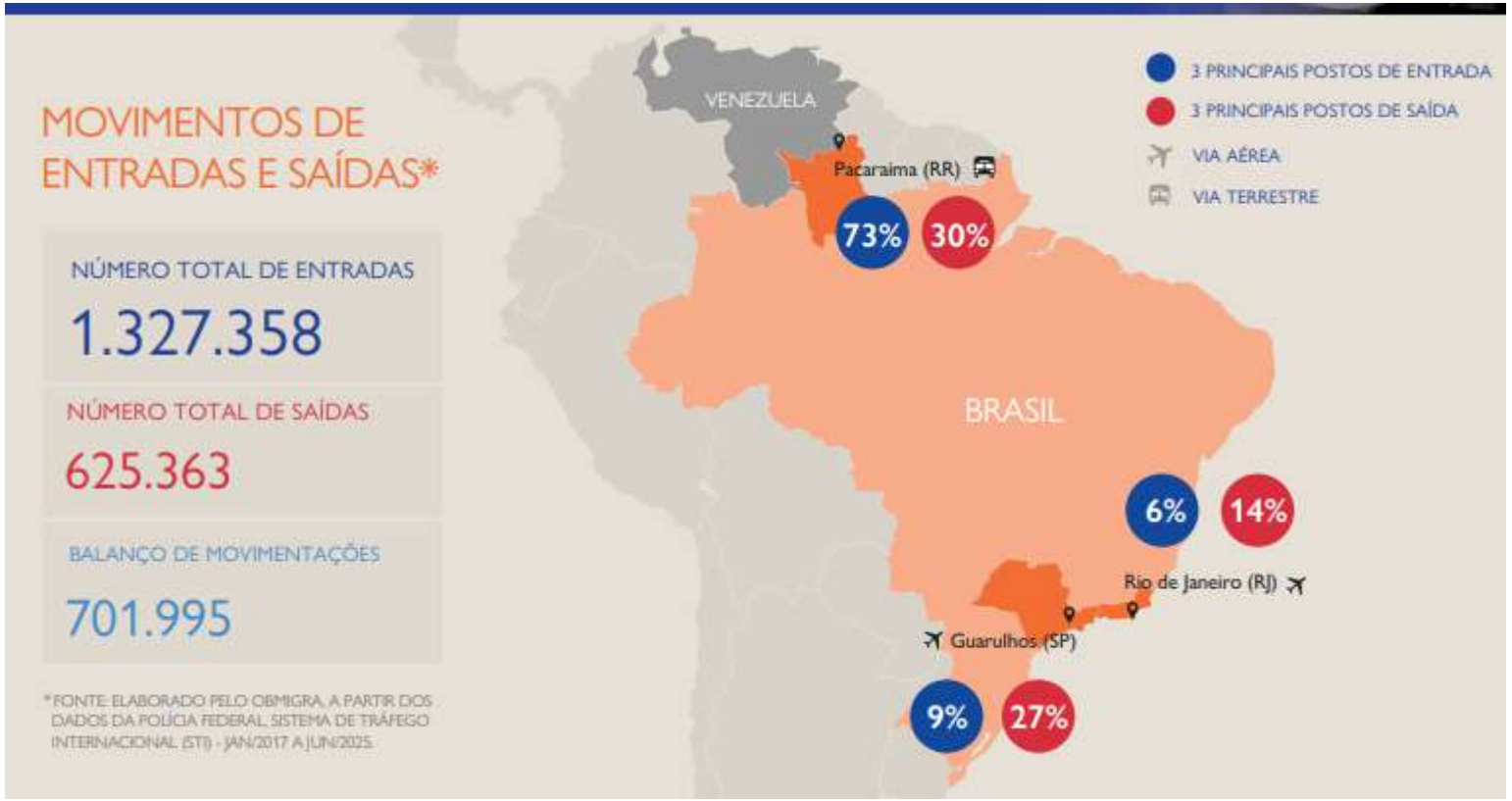


Eixo temático 5:

Integração regional, migrações e segurança

- Roraima como **principal porta de entrada para refugiados e imigrantes temporários.**
- Municípios como Pacaraima e Boa Vista, principais cidades de entrada de imigrantes no país, enfrentam uma **sobrecarga nos serviços públicos, amplificando a vulnerabilidade dos migrantes.**

MIGRAÇÃO VENEZUELANA JANEIRO 2017 - JUNHO 2025

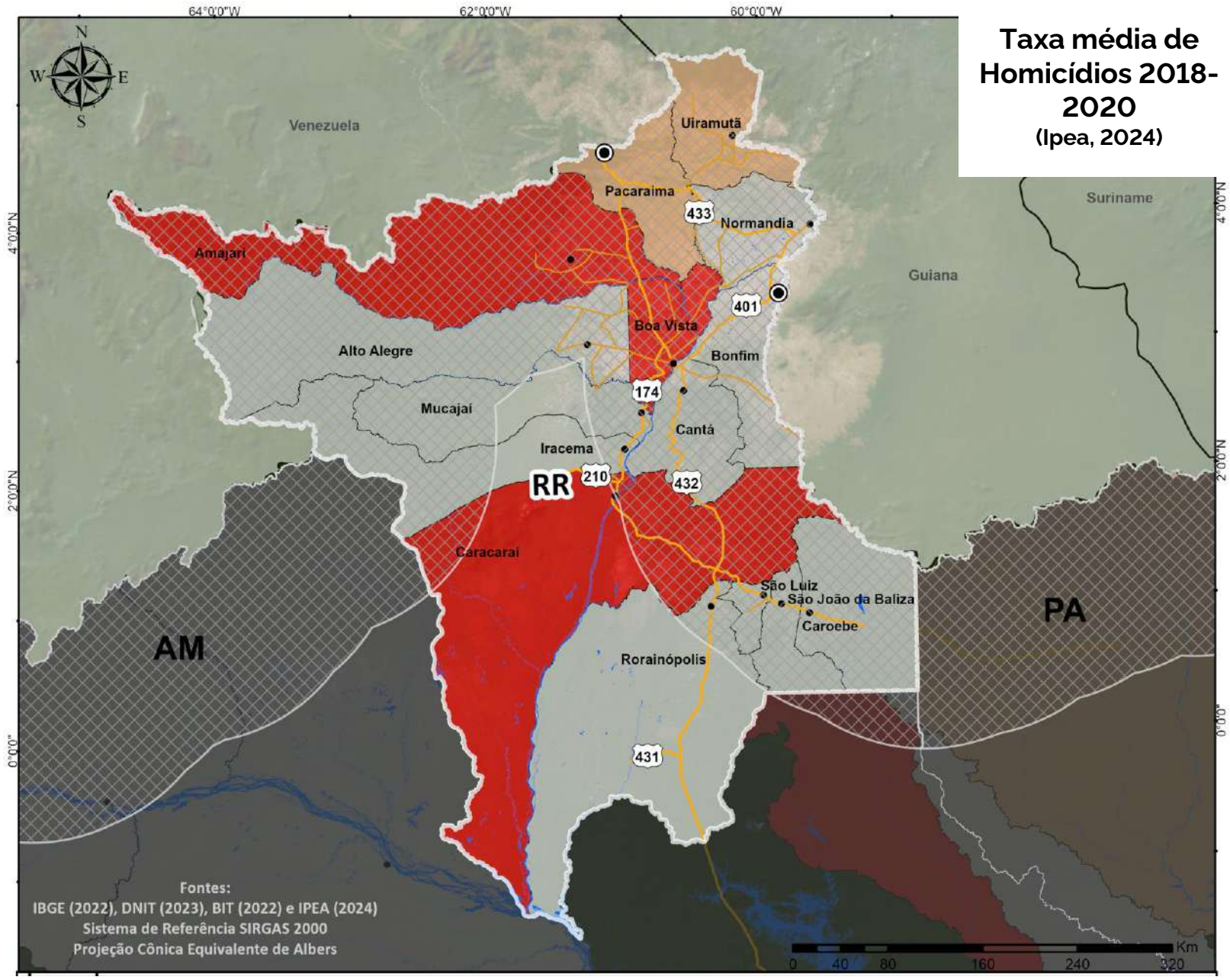


Eixo temático 5:
Integração regional, migrações e segurança

- Agravamento da violência devido à infiltração de **grupos criminosos transnacionais** e à **exploração descontrolada de terras indígenas**.

- **Conflitos agrários e ambientais** têm papel relevante, marcados pela **grilagem de terras, desmatamento, exploração ilegal de madeira e garimpo** associado ao **narcotráfico.**

Taxa média de Homicídios 2018-2020
(Ipea, 2024)



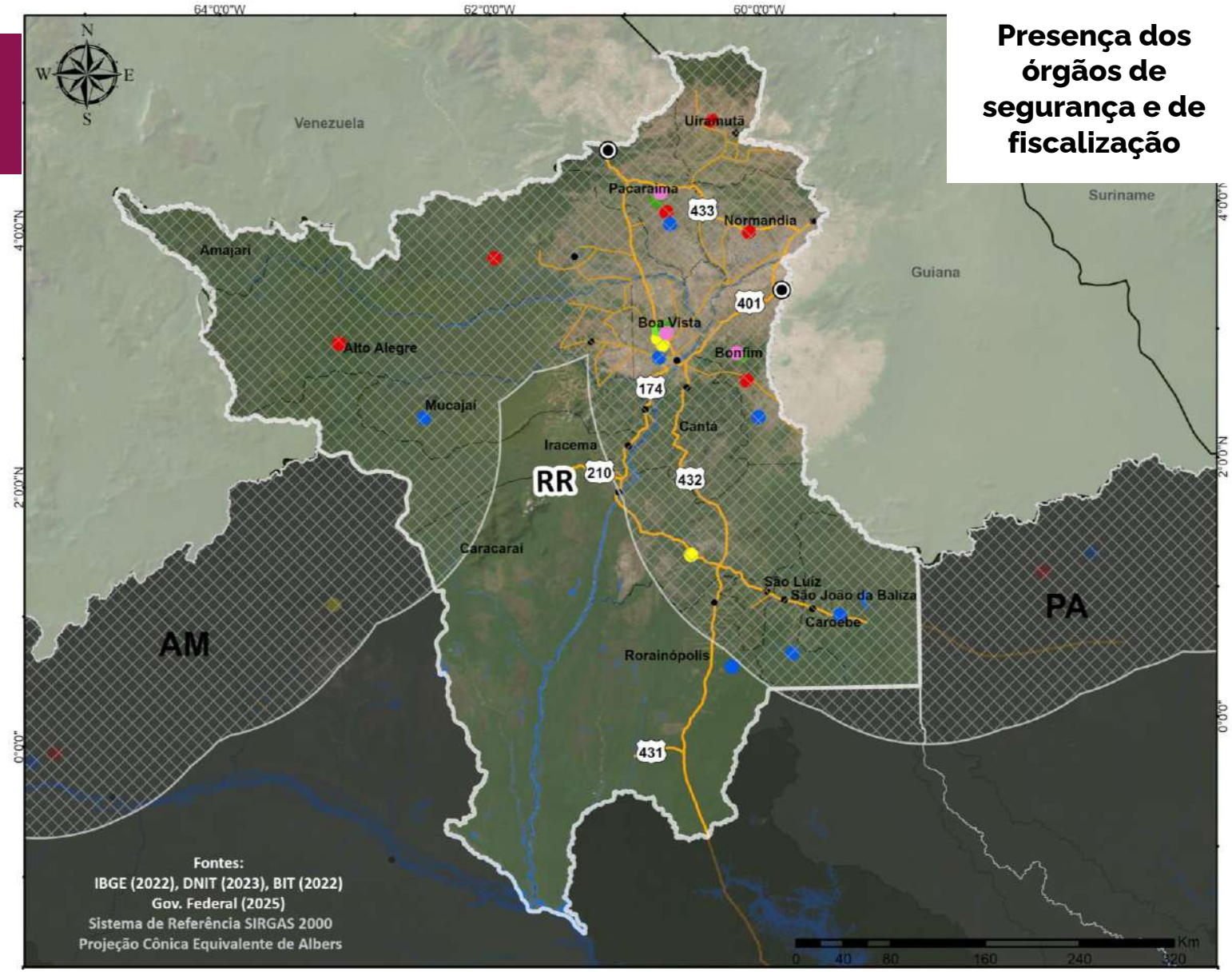
Eixo temático 5:
Integração regional, migrações e segurança

- **Roraima apresenta seis unidades do Pelotão Especial de Fronteira**, responsável pelo patrulhamento terrestre em pontos estratégicos da fronteira

- Exército e Forças Aéreas estão presentes em Boa Vista e a Marinha em Caracaraí.

- Há postos da Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro) em Boa Vista, Bonfim e Pacaraima.

Presença dos órgãos de segurança e de fiscalização



Pelotão Especial de Fronteira
Forças Armadas
Polícia Rodoviária Federal
Polícia Federal
Receita Federal
Vigilância Agropecuária Internacional

PRINCIPAIS DESAFIOS

- **Principal ponto de migração:** entrada ainda expressiva de migrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade social, incluindo pessoas idosas sem familiares, crianças ou adolescentes desacompanhados e mães solo com filhos menores.
- **Expansão do desmatamento associado à grilagem de terras, exploração de madeira e do garimpo ilegais:** conflitos e invasões territoriais, em áreas protegidas, em especial Terras Indígenas, agravando os riscos à segurança dos povos originários, aos modos de vida e à integridade dos territórios.
- **Intensificação dos eventos climáticos:** municípios de Roraima apresentam riscos climáticos principalmente associados a inundações e secas. Iracema, Normandia e Pacaraima se destacam por apresentarem risco alto para a seca.
- **Infraestrutura logística e produtiva deficitária:** incluindo transporte rodoviário de cargas e de passageiros e saneamento básico, o que limita o desenvolvimento econômico e social do estado.
- **Roraima é o único estado fora do Sistema Interligado Nacional (SIN):** grande parte da infraestrutura elétrica é alimentada por usinas termelétricas operadas a óleo diesel, o que resulta em altos custos operacionais e elevados impactos ambientais.
- **Falta de estrutura alfandegária, aduaneira e sanitária nas cidades de fronteira,** o que compromete o controle, a segurança e, sobretudo, a integração comercial transfronteiriça.
- **Estruturação de cadeias produtivas sustentáveis:** dificuldades no beneficiamento, escoamento e comercialização de produtos, além de necessidade de ampliação de assistência técnica e extensão rural, o que limita a geração de valor.
- **Ausência de políticas públicas binacionais integradas,** tanto no campo da gestão migratória quanto na articulação para segurança, desenvolvimento social e econômico, dificultando o enfrentamento dos desafios comuns na faixa de fronteira.
- **Crescimento dos problemas de segurança:** tanto em áreas urbanas quanto em territórios indígenas, associados às vulnerabilidades sociais e à atuação de redes criminosas transfronteiriças

PRINCIPAIS POTENCIALIDADES

- **Floresta em pé como infraestrutura para o desenvolvimento:** Terras Indígenas e Unidades de Conservação somam quase 60% da faixa de fronteira de Roraima, o que constitui base para um ordenamento territorial com enfoque socioambiental que pode promover a conservação ambiental e segurança alimentar.
- **Sociobioeconomia:** conhecimentos tradicionais sobre manejo sustentável da biodiversidade, práticas agrícolas adaptadas ao bioma, uso de recursos florestais e proteção dos ecossistemas, oferecem base para o uso sustentável dos recursos naturais, a proteção ambiental e o fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade e da bioeconomia.
- **Terra indígena Yanomami:** a maior TI do Brasil, que se estende por parte do território de Roraima e Amazonas, desempenha um papel crucial na preservação da biodiversidade e na proteção das populações indígenas.
- **Presença de organizações indígenas com capacidade de articulação, governança comunitária e representação social:** o que fortalece processos de defesa territorial, de gestão dos bens comuns e de participação em políticas públicas.
- **Dinamismo econômico nas cidades de fronteira:** impulsionado por um comércio ativo e pela ampliação do empreendedorismo local, o que pode ser fortalecido com políticas públicas integradas e incentivos à economia sustentável.
- **Interligação ao SIN:** a aprovação de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) no projeto de interesse da empresa Transnorte Energia S.A. (TNE), para interligar a energia de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN), com previsão de realização das obras até 2026.
- **Operação Acolhida:** política pública estruturada nas ações de ordenamento da fronteira com a Venezuela, acolhimento e interiorização de imigrantes e conta com o apoio de organismos internacionais atuando na resposta migratória.

Plenária
Discussão e complementação dos Desafios e Potencialidades

Solicitar inscrição
Falas de 3 a 5 min

Dinâmica: elaboração das ações prioritárias

- Divisão dos grupos nos eixos temáticos

Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Infraestrutura para o Desenvolvimento

Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Integração Regional, Migrações e Segurança

- Discussão de ações: Para cada ação, preencher em cada tarjeta:

OBJETO	TERRITÓRIO	PARTES INTERESSADAS

Acordo de Convivência dos grupos

Para garantirmos um ambiente colaborativo, respeitoso e produtivo, combinamos que:

- **Escuta ativa**
  Vamos dar espaço para as falas, sem interrupções.

- **Todas as vozes importam**
  Incentivamos a participação de todas as pessoas, respeitando a diversidade de opiniões.

- **Atenção ao tempo**
  Vamos respeitar o tempo das falas, ao cronograma e aos intervalos da oficina.

- **Construção coletiva**
  Cada um de nós é parte do processo! Compartilhem ideias, ouça os demais participantes e busque construir junto.

- **Uso consciente de celulares**
  Evitem distrações durante as atividades.

Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

Caso queira enviar novas propostas de ação, acesse o QR Code ao lado

Este formulário também será disponibilizado no site do projeto.
Acesse:

fronteirasamazonia.ibam.org.br

Henrique Barandier
Coordenador DUMA/IBAM

Rosimere de Souza
Assessoria Técnica - IBAM

Kátia Vizzoni
Consultora local - IBAM

instituto brasileiro de administração municipal

ibam.org.br
Rua Buenos Aires, 19 – Centro,
Rio de Janeiro | RJ

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA

Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

Oficinas Territoriais

Acre

Execução: ibam

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

1. OFICINAS TERRITORIAIS REALIZADAS NO ACRE

1.1. MISSÃO TÉCNICA PRELIMINAR

No Acre, a missão técnica preliminar foi realizada no período de 14 a 17 de abril de 2025. As atividades ocorreram nas cidades de Rio Branco, Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia, com apoio da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado do ACRE. A agenda da semana foi organizada da seguinte forma:

PERÍODO	SEG 14/04	TER 15/04	QUA 1604	QUI 17/04
Manhã	**10h30 Chegada em Rio Branco** **11h30 Reunião de alinhamento SEPLAN**	**7h Ida para Assis Brasil**	**8h Reunião com representantes da Prefeitura Brasileia** **9h30 Reunião com representantes da Prefeitura Epitaciolândia**	**9h Reunião CPI e SOS Amazônia**
Tarde	**14h Reunião com Secretarias Estaduais** **16h Reunião com AMAC**	**14h Reunião com representantes da Prefeitura de Assis Brasil** **Ida para Brasileia (pernoite)**	**13h30 Reunião CNS e Fórum Alto Mulheres** **14h Retorno para Rio Branco**	**16h Reunião Comitê Chico Mendes**

Os relatos das atividades realizadas no Acre podem ser acessados no **Anexo 18** deste produto.

1.2. DESAFIOS E POTENCIALIDADES

A partir do diagnóstico técnico e das reuniões realizadas com representantes locais no âmbito das missões técnicas, foi elaborado uma síntese de principais desafios e oportunidades identificados no estado. O material elaborado foi levado para as oficinas de planejamento territorial e disponibilizado aos participantes, a fim de gerar insumos para o debate nas atividades

Eixo Temático 1: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Principais desafios

- **Segurança como questão multidimensional:** crimes ambientais como desmatamento, exploração ilegal de madeira e grilagem de terras articulados a redes do narcotráfico e outros ilícitos transfronteiriços comprometem a segurança e a preservação socioambiental. Há atuação do narcotráfico em áreas indígenas, com cooptação de jovens por organizações criminosas e inserção em dinâmicas de violência.
- **Aumento do desmatamento (30%),** na contramão dos demais estados amazônicos que apresentaram queda em 2024 e aumento dos incêndios florestais, em especial região do Vale do Alto Juruá (Feijó, Manoel Urbano e Cruzeiro do Sul)
- **Intensificação dos eventos climáticos:** Nos últimos anos, o Acre tem enfrentado episódios críticos de alagações e seca. Municípios como Brasileia, Tarauacá, Epitaciolândia, Feijó, Sena Madureira e Xapuri apresentam riscos climáticos principalmente associados a inundações, secas e deslizamentos.
- **Indefinição fundiária e sobreposição de registros** dificultam a segurança jurídica e favorecem conflitos territoriais e a grilagem de terras, especialmente em áreas públicas da fronteira.
- **Emissões de gases de efeito estufa:** a principal fonte de emissões nos municípios de fronteira é do setor de "mudança de uso da terra e florestas", principalmente por conta de desmatamento e da expansão de pastagens. Entre os municípios, Plácido de Castro e Senador Guiomard se destacam por apresentar os maiores valores de emissão e remoção de GEE no setor “agropecuário”, em comparação aos demais setores.

Principais potencialidades

- **Floresta em pé como infraestrutura para o desenvolvimento:** Presença expressiva de TIs e UCs (48%) + florestas públicas constituem base estratégica para um ordenamento territorial com enfoque socioambiental.
- **Acúmulo de políticas ambientais:** que promovem avanços e inovações para o gerenciamento ambiental, governança rural e desenvolvimento de economias florestais, como a criação do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (Sisa) e e o Programa REED+ Jurisdicional.
- **Zoneamento Ecológico-Econômico** do Acre é uma das principais ferramentas utilizadas para orientar as políticas públicas

Eixo Temático 2: Infraestruturas para o desenvolvimento

Principais desafios

- **Rodovias federais existentes, como a BR-317 e BR-364** são rodovias fundamentais para a conectividade regional e necessitam de maior manutenção. Ao mesmo tempo, têm atuado como vetores de ocupação desordenada e degradação ambiental em áreas sensíveis.
- **Projetos de integração logística transfronteiriça com o Peru e potenciais impactos socioambientais na região de fronteira**
- **Presença de Sistemas Isolados de Energia** nos municípios -de Jordão, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Rodrigues Alves - o que indica que regiões de difícil acesso no estado ainda dependem de tipo de fornecimento de energia abastecidos principalmente por usinas termelétricas a óleo diesel
- **Crescimento da população flutuante em cidades como Brasiléia e Epitaciolândia,** impulsionado pela presença da universidade em Cobija, o que gera pressão sobre os serviços públicos, elevação do custo de vida (especialmente aluguel) e sobrecarga na infraestrutura urbana, mas não está visibilizado nos dados do Censo IBGE.

Principais potencialidades

- **Presença de Universidades e de Institutos Federais,** com campi descentralizados e projetos de extensão universitária, ampliam as capacidades locais para pesquisa, inovação e desenvolvimento sustentável.
- **Implantação e operacionalização do Programa Luz Para Todos,** incluindo comunidades indígenas com utilização de fontes de energia renovável

Eixo Temático 3: Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

Principais desafios

- **Estruturação de cadeias produtivas sustentáveis:** dificuldades no beneficiamento, escoamento e comercialização de produtos, além de necessidade de ampliação de assistência técnica e extensão rural, o que limita a geração de valor, especialmente entre pequenos produtores locais, ainda muito dependentes de atravessadores e intermediários.
- **Ausência de marcos regulatórios e acordos comerciais entre os países fronteiriços** limita a viabilidade de zonas comerciais especiais.
- **Baixa capacitação técnica das secretarias municipais** para captação de recursos e uso de instrumentos de planejamento, dificultando o acesso a políticas e fundos climáticos.
- **Precariedade das infraestruturas para desenvolvimento do turismo**: em especial para atender turismo de negócios, ecoturismo e etnoturismo.

Principais potencialidades

- **Produtos da Bioeconomia:** Cadeias da sociobiodiversidade, como as da castanha-do-brasil, borracha, murumuru e polpas de frutas, têm potencial estratégico para dinamizar segmentos da bioeconomia alimentar, medicinal, cosmética e artesanal, com base no manejo florestal sustentável.
- **Sistemas Agroflorestais (SAFs)** já aplicados em diferentes áreas do estado fortalecem práticas produtivas alinhadas à restauração ambiental e à resiliência climática.
- **Atuação de cooperativas em especial a Cooperacre**, referência em organização social e cooperação e principal produtora de castanha-do-brasil no país, com beneficiamento de outros produtos locais.
- **Atuação de grupos de trabalho e cooperação transfronteiriça**, o que fortalece cadeias produtivas sustentáveis e gera alianças entre comunidades indígenas e extrativistas, entre Brasil e Peru
- **Etnoturismo**: é uma das principais fonte de renda atualmente. os povos Huni Kuin, Yawanawá, Ashaninka, Puyanawa e Shanenawa e se destacam com festivais culturais e pacotes de vivências consolidados.

Eixo Temático 4: Povos indígenas e comunidades tradicionais

Principais desafios

- **Pressões crescentes sobre os territórios indígenas e tradicionais,** por meio de invasões, grilagem e uso predatório dos recursos naturais, comprometem a segurança das comunidades, a proteção dos territórios, a segurança hídrica e alimentar e a manutenção da "floresta em pé".
- **Atuação do crime organizado nas áreas indígenas,** com cooptação de jovens e inserção de comunidades nas dinâmicas do narcotráfico, agrava vulnerabilidades sociais, econômicas e territoriais, fragiliza a governança comunitária e ameaça a reprodução física e social desses povos.
- **Parte da população indígena que vive em contextos urbanos tem dificuldade de acesso a direitos e serviços:** Em Brasiléia, no bairro 28 de maio, parte dessa população ocupa áreas próximas ao antigo aterro controlado, onde sofre remoções frequentes.

Principais potencialidades

- **Sociobioeconomia:** conhecimentos tradicionais oferecem base sólida para o uso sustentável dos recursos naturais, a proteção ambiental e o fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade e da bioeconomia.
- **Histórico da Aliança dos Povos da Floresta:** trajetória de articulação de povos indígenas, seringueiros e outras comunidades tradicionais oferece base concreta para modelos de governança territorial participativos e sustentáveis, inclusive com acúmulo de discussões sobre articulação transfronteiriça.

Eixo Temático 5: Integração Regional, Migrações e Segurança

Principais desafios

- **Presença crescente do narcotráfico e de facções criminosas,** com atuação em áreas urbanas, rurais e indígenas. Municípios como Brasiléia, Epitaciolândia, Feijó, Sena Madureira, Rio Branco, Tarauacá e Xapuri fazem parte da rota do tráfico internacional, o que intensifica conflitos armados, homicídios, violência e letalidade.
- **Deficiências na infraestrutura aduaneira e na fiscalização**, como a limitação de pessoal e os horários reduzidos de funcionamento nos postos de fiscalização comprometem o controle aduaneiro e dificultam o fluxo comercial na fronteira, gerando prejuízos econômicos para o estado e os municípios.
- **Acolhimento de migrantes e refugiados**, majoritariamente bolivianos, venezuelanos e haitianos, - enfrenta limites estruturais. Organizações como OIM e Cáritas atuam, mas os abrigos disponíveis têm pouca capacidade para atender a demanda crescente.

Principais potencialidades

- **Municípios de Assis Brasil e Epitaciolândia** funcionam como corredores estratégicos da mobilidade na fronteira e podem ser fortalecidos como pontos-chave de políticas migratórias.
- **Operações de proteção como a iniciativa de Patrulha Rural,** que promove Segurança rural e patrulhamento na RESEX Chico Mendes, são importantes para fiscalização das áreas protegidas.

OFICINAS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

As oficinas de Rondônia foram realizadas nas seguintes datas e locais:

Município	Data	Locais
Brasileia	22 de setembro de 2025	CEDUP - AV. Prefeito Rolando Moreira, 230 - Centro Brasileia - Acre
Cruzeiro do Sul	25 de setembro de 2025	Unidade Marechal Cândido Rondon / Núcleo de Pós-Graduação - UFAC Av. Copacabana, 1880

OFICINA EM BRASILÉIA

A oficina contou com a participação de diversos atores do município, da região e do estado, entre eles representantes de movimentos sociais indígenas e extrativistas, produtores rurais, setor empresarial, universidade, segurança e poder público. O espaço escolhido para a atividade foi a CEDUP – Centro Educacional de Educação Permanente, cuja infraestrutura, com auditórios e salas adequadas, favoreceu a organização e o desenvolvimento das discussões em grupo.

Número de participantes: 63 participantes (A lista de presença dos participantes consta no **Anexo 19** deste produto)

Mediadores do IBAM:

- Jessica Ojana – Assessoria Técnica do IBAM, Coordenadora Técnica do Projeto Fronteiras da Amazônia
- Clarice Antoun – Consultora Técnica do IBAM
- Maria Emília – Articuladora Local do IBAM no Acre

Mediadores externos:

- Luciana Mendonça - Consultora Técnica do MIDR
- Dayve Piva – Assessor Técnico GSI/PR, da Coordenação de Assuntos de Fronteira, Coordenador do GT Enafron

Relato da Plenária inicial – Abertura e discussão e complementação dos Desafios e Potencialidades

A sessão foi aberta pela representação do IBAM, que convidou para compor a mesa representantes do governo federal, estadual e municipal, os quais destacaram a importância da parceria e suas expectativas em relação ao trabalho. Nas falas inicias ressaltou-se a iniciativa e a presença do governo federal para ouvir a realidade local a partir dos municípios. e como oportunidade de diálogo e construção conjunta de ações prioritárias, de forma a reconhecer especificidades do território de fronteira acreano. Ressaltou-se ainda a iniciativa

em andamento pelo Governo do Estado do Acre na criação de fóruns municipais de desenvolvimento econômico e social para alinhar as ações políticas no estado conjuntamente aos municípios.

Em seguida, foram apresentados a proposta relativa ao Núcleo Estadual de Fronteirada e dados do diagnóstico sobre a situação da Faixa de Fronteira do Acre, conforme documentado no Produto 1 da consultoria, abrindo-se espaço para complementações com foco nos desafios e potencialidades identificados. A apresentação pode ser consultada no **anexo 20** deste relatório.

Na plenária inicial, uma série de participantes se inscreveram para apontar complementações e fazer colocações sobre os temas do trabalho. No que se refere a segurança, houve elogios à atuação da equipe do GeFron. Na perspectiva do controle na fronteira, destacou-se a deficiência na fiscalização aduaneira e no fluxo de pessoas, ausente no Juruá. Destacou-se sobre a necessidade de bases para a aviação, considerando as regiões de difícil acesso do município. Destacou-se a a ausência do Ibama no Juruá e da Polícia Federal em Marechal Taumaturgo, áreas que se configuram como principais rotas do tráfico de ilícitos. Elogiou-se o termo de cooperação firmado nas TI´s entre a Secretaria de Segurança Pública e a FUNAI, como exemplo a ser seguido. Também foi falado que a questão da fiscalização influencia na bioeconomia, assim como em evitar a conversão do solo para a pecuária. Sugeriu-se ainda a abordagem dos dados de homicídio para feminicídio, apontando-se a recorrência do fenômeno. A Secretaria Estadual de Segurança informou que tem feito operações para protegerem mulheres do crime de feminicídio, o que resultou em uma redução de mais de 10% com relação ao mês anterior.

Enfatizou-se a diversidade de realidades das comunidades indígenas na região. Foi destacada a produção do cacau nativo pelo povo Manchineri, inclusive como possibilidade de atividade econômica a ser fomentada para evitar o envolvimento da juventude com as atividades ilícitas e o crime organizado. A secretaria de agricultura do Estado foi citada como parceria que vem atuando para alavancar a produção do cacau nativo na região. Neste programa desenvolve-se a possibilidade de geração de renda para a comunidade, trabalhando toda a cadeia do cacau, com manejo da floresta com SAF´s, secagem e comercialização. Programas como este são vistos como saídas para retirar as populações da situação de vulnerabilidade e suscetibilidade.

Em algumas falas, destacou-se que projetos de ferrovia devem realizar consulta livre previamente informada, pois irá afetar as terras indígenas. Ressaltou-se a importância da participação das prefeituras, inclusive no conhecimento a respeito dos planos de gestão territorial das terras indígenas e seus protocolos de consulta. Foi citada ainda a questão dos povos isolados, que ao todo são seis, e o impacto que essas infraestruturas podem ter para essas comunidades. Foram levantadas críticas com relação ao desenvolvimento baseado na construção da infraestrutura de estradas e rodovias, pois estas se apresentam como o maior vetor do desmatamento. Em uma das falas, chamou-se atenção ainda sobre a visão de fronteiras pelos povos indígenas, uma vez que há conexão entre os povos, principalmente

indígenas peruanos. Ressaltou-se que há visões preconceituosas e excludentes contra os povos indígenas, que dificultam sua luta por demarcação das terras. Entende-se como necessário maior conhecimento sobre a realidade indígena pela totalidade da população, inclusive do seu papel no cuidado da fronteira, com possibilidades de contribuição no combate ao crime.

Foram destacados também os desafios dos eventos climáticos extremos e como a conservação da floresta amazônica e dos recursos hídricos é importante nesse sentido, não só para o Brasil, mas para o mundo todo. Ressaltou-se a falta de água potável como grande desafio que necessita de a adoção de políticas públicas efetivas para esta problemática. Ainda com relação aos recursos hídricos e mudanças climáticas, foi colocado que a alagação afeta primeiramente as terras indígenas porque estão localizadas na beira da cabeceira dos rios. Também foi falada sobre as dificuldades graves nos serviços e no abastecimento de água e da importância de áreas como a Reserva Chico Mendes para garantir o abastecimento da região.

Em uma das falas, apontou-se para sobre a limitação dos recursos frente às demandas e qual seria a expectativa da construção das ações na oficina em relação a este cenário. Foi ressaltada a importância de vincular as ações ao orçamento do PPA e discutida as possibilidades de investimento via as emendas parlamentares.

Foi apontada também a elevada dependência da população local em relação aos programas de transferência de renda, o que relevaria a fragilidade da base produtiva local e apontava para a necessidade de investimentos em qualificação profissional, empreendedorismo e geração de renda vinculada à realidade territorial.

Na questão da infraestrutura, um tema bastante enfatizado foi a situação da BR-364 que se encontra em situação de extrema precariedade, inviabilizando a mobilidade entre as principais regiões do Estado. Foi apontado que o tempo de deslocamento, nas condições atuais da estrada, é de até 18 horas de ônibus de Rio Branco a Cruzeiro do Sul. Também foi falado sobre os altos custos do transporte aéreo, exemplificando que o trecho entre as duas cidades chega às vezes a mais de 3mil reais, o que é inaceitável para um deslocamento dentro do próprio estado, que dura menos de 1h de voo. Foi ressaltado que muitas vezes é mais barato se deslocar de Rio Branco para Brasília do que para determinados locais do próprio estado. Ainda sobre o custo, foi citado que uma hora de helicóptero custa 80 mil reais e ainda tem baixa capacidade de transporte de materiais e abastecimento. Isso impacta na prestação de serviços essenciais, como saúde com a chegada de ambulância, medicamentos, vacinas, cestas básicas e no atendimento da população em geral. Além disso, o acesso e o deslocamento ficam ainda piores com os eventos climáticos extremos. No Estado do Acre há poucos postos de abastecimento, apresentando dois únicos polos, Rio Branco e Cruzeiro do Sul, sem estoques em polos intermediários. Seria relevante fazer o levantamento sobre a necessidade de instalar entrepostos com estoques.

Instituições ambientais e de defesa dos direitos indígenas reforçaram a questão dos protocolos que devem ser seguidos para que determinadas autorizações sejam fornecidas, a partir da avaliação técnica, reforçando o trabalho de pesquisa, monitoramento, fiscalização existente, mas também apontando para o baixo número de servidores, o que sobrecarrega a gestão.

Com relação às comunidades tradicionais, chamou-se a atenção para certa invisibilidade das questões da população extrativista, se comparada às questões indígenas, que já tem maior respaldo internacional. No Acre há o histórico da extração do látex/borracha por populações tradicionais, o que deve receber mais apoio, também na esteira das possibilidades de geração de renda para os jovens. Mais uma vez enfatizou-se que se deve produzir maior divulgação sobre a importância das florestas, dos rios e da biodiversidade amazônica, como forma de manutenção da vida e isso sendo percebido também como atividades econômicas na perspectiva da sustentabilidade. Foi apontado que grupos e facções do tráfico e crime organizado já atua nas reservas, cooptando jovens e aumentando a necessidade de segurança nesses locais. Outro assunto abordado foi a questão educacional, sinalizando dificuldades no deslocamento das crianças para as escolas, especialmente na zona rural. Além disso, destacou-se a importância de fazer ações de resgate cultural, por exemplo, sobre a cultura dos seringueiros e extrativistas. Foi dito ainda que existem atividades de turismo de base em Xapuri, mas ainda com necessidade de multiplicação das iniciativas e dos recursos.

O Sebrae também fez uma fala na plenária inicial convidando os presentes para aas atividades do Programa Cidade Empreendedora, em andamento em todo o estado, e que irá percorrer todos os municípios do estado, para escuta ativa. A iniciativa tem como objetivo atuar junto ao poder público como agente facilitador, fomentador, eficiente e ágil; alinhando seus processos e serviços para a agenda de desenvolvimento, apoiando o equilíbrio, a inclusão, a cooperação no mercado e estimulando a formação de capital social capaz de sustentar o processo de desenvolvimento.

Discussão em grupos – Formulação de Ações Prioritárias

Na sequência, os participantes foram organizados em grupos, com base nos cinco eixos de trabalho. Um dos grupos discutiu conjuntamente os temas de Infraestrutura, Segurança e migrações. A seguir apresenta-se a sistematização das propostas de ação trabalhadas por cada grupo.

Eixo 1 - Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Fazer revisão dos planos diretores municipais	Todos os municípios	MIN Cidades, MIDR, MIN Transportes, MPO, gov estadual, AMAC

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Elaborar plano de prevenção (mitigação e adaptação) para eventos extremos	Todos os municípios	MIN Defesa, MIDR, MPO, ICMBio, FUNAI, IBAMA e MPI
Fortalecer o programa de regularização fundiária INTER-AC, especialmente o reforço de recursos e oficinas de capacitação em regularização fundiária.	Urbano e rural	INTER-AC, INCRA, MAPA, MDA MMA
Melhorar captação de água para abastecimento humano	Todos os municípios	-
Identificar e mapear de mananciais de recursos hídricos.	Todos os municípios	MMA, ANA, IBAMA, MIDR,SEMA, SEMAGRI, IMAC
Fazer ações de recuperação e fiscalização da ocupação do aquífero Rio Branco	Rio Branco	-
Promover articulação interinstitucional para fazer plano da Bacia do Igarapé	Epitaciolândia	-
Fazer revisão dos planos diretores municipais	Todos os municípios	MIN Cidades, MIDR, MIN Transportes, MPO, gov estadual, AMAC

Eixo 2 - Infraestrutura para o Desenvolvimento

Eixo 5 - Integração Regional, Migrações e Segurança

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Aumento do efetivo ou convênios com o estado	Região do alto/baixo Acre	Mapa, receita federal e polícia federal
Ampliação do uso da tecnologia para monitoramento com capacitação dos agentes de segurança	Áreas de fronteira com Bolívia e Peru	Órgãos de fiscalização e segurança
Adicional de fronteira, valorização dos servidores (órgãos ambientais, de segurança, FUNAI)	Em áreas de fronteiras (dificuldade de acesso/deslocamento)	Forças armadas, marinha
Implantação de capitania da marinha no estado do Acre	Regional Juruá, Mesorregião Tarauacá - Envira	Órgãos de segurança, ambientais (ICMBIO, IBAMA) FUNAI, bombeiros
Criação de bases integradas com definição de competências e responsabilidades sobre a gestão do espaço	Brasileia/Epitaciolândia, Sena, Madureira, Feijó	Prefeituras, AMAC, REPAC e órgão do gov federal
Fortalecimento da gestão municipal com qualificação do	Todas as 22 prefeituras	Prefeituras Brasileia e Epitaciolândia.

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
quadro técnico (instrumentos de planejamento, captação de recursos)		Ministérios saúde/educação/relações exteriores

Eixo 3 - Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Mapear e estruturar cadeias produtivas: cacau, café, mandioca, açaí e mel	Todos os municípios	MDA, MAPA, EMBRAPA, MIDR
Mapear e estruturar cadeias extrativistas: borracha, castanha, murumuru, cacau, açaí, mel, andiroba e buriti	Todos os municípios	MDA, MAPA, EMBRAPA, MIDR
Elaborar plano de manejo sustentável de madeira	Vale do Acre – Alto e Baixo Acre	IBAMA, ICMBio, MMA
Estruturar atividade turística relacionada ao GEOGLIFOS		SEC TUR E DES, MTUR
Capacitar secretarias para fazer projetos e captar recursos		
Fazer atualização de cadastramento de documentos de produtores, associações para projetos e recursos		
Capacitar produtor da agricultura familiar para acessar o PAA e o PNAE		MDA, EMBRAPA, SENAR, SEBRAE, GOV ESTADO, ANATER MIDR, UNIV, IF
Oferecer capacitação em gestão para o associativismo e cooperativismo.		
Fortalecer parcerias para assistência técnica continuada da ATER / EMATER / SECMUN		
Promover acesso a crédito facilitado para as cadeias extrativistas		MIDR, MDIC, MAPA, MDA, MMA, MPO, MCTI
Realizar estruturação de rede e canais de comercialização para produtores locais		MIDR, MDIC, MAPA, MDA, MMA, MPO, MCTI

Eixo 4 - Povos indígenas e comunidades tradicionais

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Oferecer assistência social aos indígenas em contexto urbano	Todas as TI´s e UC´s do Acre	OPIAC, sindicatos, associações locais, ass moradores e produtores da RESEX Chico Mendes em Brasileia e Epitaciolândia - Amoprebe
Garantir a demarcação das terras indígenas em processo de regularização no Acre	Territórios indígenas em processo de regularização	SEPI, SEM-ACRE, SEAGRI, FUNAI, MDI, AMAIAC, ICMBio, SENAR, SEE-AC,
Promover a participação das associações indígenas, associações de RESEX, sindicatos, comunidade acadêmica, e sociedade civil	Todas as UCs e TI´s do Acre	Todas as TI´s, UC`s, ONGs, Indigenistas, ambientalistas, UFAC e IFAC.
Promover a integração regional e os acordos binacionais		
AÇÃO ESTRUTURANTE – FORMAÇÃO TÉCNIA E POLÍTICA – POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS		
Realizar fiscalização integrada	TI´s: Estirão, Mamoadate, Riozinho laco, Mashco do Chandless, Cabeceira do Rio Acre. UC´s: Estação ecológica Rio Acre, Resex Chico Mendes, Flona Santa Rosa, Flona Macauã	GEFron, Exército, FUNAI, MPI, ICMBio, PF, SEMA, IMAC, SEJUSP, IBAMA, BPA, GSI, MJ, PR
Realizar monitoramento e vigilância integrada		SEAGRI, SEPI, CPI-ACRE, FUNAI, MPI, OPI Associações comunitárias e indígenas Sindicatos
Fortalecimento das atividades produtivas tradicionais	Todas as TI´s e UC´s do Acre	SEPI, FEM -ACRE, SEAGRI, FUNAI, MPI, AMMAIAC, ICM, SENAR, SEC ACRE, SECRETARIAS EDUCAÇÃO MUNICIPAL, OPIAC, SINDICADOS ASSOCIAÇÕES LOCAIS, AMOPREB
Implementar a merenda regionalizada PAA e PNAE		
FORTALECIMENTO DAS CULTURAS		
Fortalecer cadeias produtivas da borracha, cacau, castanha, café, açaí e artesanato.	Resex Chico Mendes	SEAGRI, SEPI, CPI, AMAIAC, FUNAI, ICMBio,

Fortalecer cadeias produtivas do Café, Cacau , patoá e artesanato	Mamoadate	MDA, Ass locais, AMOPREB
	TI	FUNAI, Secretarias de assistência social, Ministério do Desenvolvimento Social
Fortalecer o etnoturismo e o turismo comunitário	UCs e TI´s do Acre	SEC TUR MUN EST, MTUR, FUNAI, MPI, ICMBio
Reconhecer e implementar os planos de gestão territorial e ambiental das TI´s com recursos próprios	TI´s do Acre	GOV FED, GOV ESTADUAL, FUNAI, ICMBio, IBAMA
Realizar consulta livre previa e informada para os povos indígenas tradicionais antes da construção de rodovias, ferrovias e infraestuturas que venham causar impactos para esses povos.	UCs e TI´s do Acre	MPI, MPF, Comunidades e associações Indígenas e tradicionais, FUNAI, instituições parceiras

Relato da Plenária final da oficina de Brasileia:

Na plenária final, os participantes apresentaram as propostas debatidas nos grupos. No eixo de Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática, os grupos enfatizaram a necessidade de revisar os planos diretores municipais e de fortalecer o programa de regularização fundiária (ITERACRE), com ampliação de recursos e oferta de capacitações. Também foi proposta a elaboração de planos de prevenção e adaptação a eventos climáticos extremos, bem como o mapeamento e a recuperação de mananciais hídricos e aquíferos, para garantir segurança no abastecimento de água. As ações sugerem uma atuação interinstitucional articulada entre governos municipais, estaduais e federais para aprimorar a gestão ambiental e territorial, com foco especial na proteção dos recursos hídricos e na ocupação sustentável do solo.

No eixo de Infraestrutura para o Desenvolvimento, o foco das discussões foi o fortalecimento da gestão municipal e a melhoria dos serviços públicos básicos. Apesar da discussão no grupo sobre a questão da precariedade das estradas BR-317 e BR-364, as propostas focaram em outras pontos. Entre as principais propostas estão a criação de bases integradas em cidades estratégicas, como Brasileia, Epitaciolândia, Sena Madureira e Feijó, e o fortalecimento técnico das prefeituras para planejamento e captação de recursos, com apoio das esferas estadual e federal. Foram apontadas como urgentes a ampliação da cobertura de comunicação e a implantação de postos de fiscalização nas cidades gêmeas da fronteira. Na complementação da plenária, outros participantes também destacaram a necessidade de um sistema atualizado sobre a população flutuante, a fim de ajustar as

políticas públicas de saúde, educação e assistência social, considerando o intenso trânsito de pessoas entre Brasil, Bolívia e Peru.

O eixo de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social reuniu propostas voltadas à diversificação econômica e à valorização das cadeias produtivas locais. As ações preveem o mapeamento e a estruturação das cadeias de cacau, café, mandioca, açaí, mel e produtos extrativistas como borracha, castanha, murumuru, andiroba e buriti. Também foi sugerida a elaboração de planos de manejo sustentável da madeira e o incentivo ao turismo associado aos geoglifos, patrimônio arqueológico do Acre. O grupo propôs capacitações técnicas para produtores e secretarias municipais, atualização cadastral de associações e estímulo ao acesso a programas federais como o PAA e o PNAE. Foram destacadas ainda medidas para ampliar o crédito, fortalecer a assistência técnica e estruturar redes de comercialização, promovendo inclusão produtiva e renda de forma sustentável.

No eixo de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, as propostas reforçaram o compromisso com os direitos territoriais, culturais e sociais dessas populações. O grupo destacou a importância da demarcação das terras indígenas que estão em processo de regularização e da oferta de assistência social aos indígenas em contexto urbano. Foram sugeridas ações para fortalecer a participação das organizações indígenas, das reservas extrativistas e da sociedade civil nas decisões públicas, além de promover a integração regional por meio de acordos binacionais e fiscalizações conjuntas em áreas de fronteira. As propostas incluem o reconhecimento e implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), a regionalização da merenda escolar e o incentivo ao etnoturismo e ao turismo comunitário. Também foi defendido o direito à consulta livre, prévia e informada em casos de projetos de infraestrutura com potencial impacto sobre os territórios indígenas.

Por fim, o eixo de Integração Regional, Migrações e Segurança concentrou-se em medidas para reforçar a presença institucional e o controle das fronteiras acreanas. Entre as ações apresentadas estão o aumento do efetivo de servidores federais, a valorização dos profissionais que atuam em áreas de difícil acesso e o uso de tecnologias de monitoramento com capacitação de agentes locais. Propôs-se ainda a instalação de uma capitania da Marinha na região do Juruá, para ampliar o controle e a segurança na navegação fluvial, além da formalização de convênios entre o governo federal e o estadual para fortalecer a atuação integrada dos órgãos de fiscalização e segurança. Como complementação da plenária neste tema foi colocada a questão do acesso livre na fronteira de Brasileia, já que não nenhuma fiscalização do lado brasileiro. Foi feito um relato sobre situação de roubos, em especial de motos, que acontecem frequentemente e reforçada a necessidade da criação de postos de vigilância e fiscalização nas cidades gêmeas.

Registros Fotográficos da Oficina de Brasileia:

Mesa de abertura e Coffee-break

Debates – grupos temáticos

Registro Final da atividade

Foto: IBAM

OFICINA EM CRUZEIRO DO SUL

A oficina contou com a participação de diversos atores do município, da região e do estado do Acre, entre eles representantes do poder público municipal, estadual e federal, sociedade civil, movimento indígena, setor empresarial e universidade. O espaço escolhido para a atividade foi a Universidade Federal do Acre – UFAC – Campus Marechal Rondon.

Número de participantes: 40 participantes (A lista de presença dos participantes consta no **Anexo 19** deste produto)

Mediadores do IBAM:

- Jessica Ojana – Assessoria Técnica do IBAM, Coordenadora Técnica do Projeto Fronteiras da Amazônia
- Clarice Antoun – Consultora Técnica do IBAM
- Maria Emília – Articuladora Local do IBAM no Acre

Mediadores externos:

Devido às questões logísticas, os representantes do MIDR e do GSI não puderam comparecer à atividade. Para dar boas-vindas à oficina, • Dayve Piva – Assessor Técnico GSI/PR, da Coordenação de Assuntos de Fronteira, Coordenador do GT Enafron gravou um vídeo aos participantes da atividade.

Relato da Plenária inicial – Abertura e discussão e complementação dos Desafios e Potencialidades

A sessão foi aberta pela representação do IBAM, que explicou brevemente o objetivo da oficina e do projeto, e convidou para compor a Mesa de Abertura representantes do Governo Estadual (Secretaria de Planejamento) e das Prefeituras presentes. Entre as autoridades, estavam o prefeito de Rio Branco que também é Presidente da Associação dos Municípios do Acre – AMAC, Tião Bocalom, além dos prefeitos dos municípios do Jordão (Naldo Ribeiro), de Marechal Taumaturgo (Valdênio Furtado), Cruzeiro do Sul (José de Souza Lima) e Rodrigues Alves (Ralf de Sá Ribeiro).

Na abertura, foi exibido um vídeo do Coronel David Piva, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que contextualizou a atuação de sua pasta na coordenação da Política Nacional de Fronteiras e do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras. Ele conclamou os participantes a contribuírem com suas realidades locais para orientar as ações do governo federal, reforçando a importância do engajamento local na construção de políticas públicas eficazes.

Após a exibição do vídeo, os representantes que compunham a mesa destacaram a importância da integração entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil para alinhar prioridades de ação, com ênfase na necessidade de o governo federal ouvir os desafios locais. O binômio segurança pública-desenvolvimento foi um dos principais temas abordados, com diversas falas argumentando que um não avança sem o outro,

especialmente no contexto do combate a ilícitos transnacionais, considerando que o Acre faz fronteira com os maiores produtores de coca do mundo (Peru e Bolívia). Defendeu-se um desenvolvimento regional equilibrado que inclua todas as regiões, promovendo políticas específicas para realidades distintas, como municípios com até 45% de população indígena. Foram abordados ainda os desafios de infraestrutura, como a dependência de vias fluviais, estradas sem manutenção a carência de ligações terrestres, que dificultam o escoamento de produção, o acesso a comunidades e a fiscalização ambiental e territorial nas fronteiras.

Também foi apontada a necessidade de políticas de desenvolvimento que conciliem conservação ambiental - já que alguns municípios têm mais de 94% com áreas protegidas - com inclusão social e educação ambiental como ferramenta de transformação. As autoridades destacaram ainda a necessidade incentivos fiscais e internacionalização do aeroporto Cruzeiro do Sul para fomentar o turismo e outras atividades produtivas.

Em seguida, foi apresentada a proposta relativa ao Núcleo Estadual de Fronteira, bem como os dados do diagnóstico sobre a situação da Faixa de Fronteira do Acre, conforme documentado no Produto 1 da consultoria. Logo em seguida foi aberto o espaço para complementações dos participantes com foco nos desafios e potencialidades identificados. A apresentação pode ser consultada no **anexo 20** deste relatório.

A plenária proporcionou um espaço de debate entre diversos atores com perspectivas distintas sobre o desenvolvimento regional do Alto Juruá. No âmbito da infraestrutura, as discussões revelaram preocupações comuns, como o exemplo emblemático citado por vários participantes sobre a precária situação da rodovia federal BR-364, que liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul e onde uma viagem que deveria ser realizada em poucas horas chega a demorar mais de 12 horas, evidenciando a urgência de investimentos em reconstrução e manutenção. Esta realidade impacta diretamente o escoamento de produção, o acesso a serviços essenciais para a população, bem como o desenvolvimento do turismo, setor reconhecido por todos como estratégico para a região mais ocidental do Brasil com a Serra do Divisor como um dos grandes atrativos.

O projeto de estrada entre Cruzeiro do Sul e Pucallpa (Peru) emergiu como um dos temas mais polêmicos da plenária. Enquanto alguns participantes defenderam a obra como fundamental para a integração regional e o desenvolvimento econômico, outros alertaram para os seus riscos socioambientais e a necessidade de que qualquer projeto de infraestrutura deve submeter-se à Consulta Livre, Prévia e Informada, com alertas sobre os riscos de invasões territoriais e da vulnerabilidade dos povos isolados.

Também foi debatido o potencial turístico da região, reconhecido como uma das principais vocações econômicas. No entanto, os participantes alertaram para os obstáculos logísticos que impedem seu pleno desenvolvimento, especialmente os custos das passagens aéreas entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Como solução estratégica para este gargalo, foi defendida a internacionalização do aeroporto de Cruzeiro do Sul, entendida como medida essencial para viabilizar o fluxo turístico direto para a região e impulsionar a economia local.

Durante as discussões, também ficou evidente que a principal ameaça hoje é representada pelo avanço do crime organizado e do tráfico de drogas em terras indígenas e reservas extrativistas, com relatos sobre o domínio de facções criminosas em áreas com pouca presença do Estado.

Neste contexto, foi destacada ao início de uma parceria entre a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado do Acre (SEJUSP), que tem como objetivo combater especificamente a presença de facções criminosas em territórios indígenas. Esta cooperação, ainda em fase inicial, representa um esforço conjunto entre a proteção territorial indigenista e ações de segurança pública, reconhecendo a vulnerabilidade particular das comunidades indígenas frente ao crime organizado, sobretudo, das populações indígenas em situação de isolamento que vivem na fronteira entre Brasil e Peru. Embora tenham sido apresentadas outras ações de combate ao tráfico durante a plenária, os participantes ressaltaram a necessidade de maior articulação institucional. O enfrentamento ao crime organizado nas fronteiras exige ações coordenadas entre diferentes órgãos governamentais.

O tema da bioeconomia e das cadeias produtivas sustentáveis foi amplamente discutido como alternativa estratégica para o desenvolvimento regional. Vários participantes destacaram o potencial de cadeias como o cacau nativo, açaí, óleos vegetais e outros produtos da sociobiodiversidade para gerar renda e fixar os jovens nas comunidades. Estas atividades foram apresentadas como opções economicamente viáveis que mantêm a floresta em pé, aliam conhecimento tradicional à inovação tecnológica e representam uma alternativa concreta ao avanço de atividades predatórias e ao aliciamento ao crime organizado.

Na questão educacional e cultural, todos reconheceram a educação como base para o desenvolvimento sustentável: alguns defenderam políticas de fortalecimento das identidades e raízes culturais, enquanto outros manifestaram preocupação com o êxodo de jovens dos municípios mais isolados do Acre, como Santa Rosa do Purus e Marechal Thaumaturgo.

Ressaltou-se a necessidade de reconhecimento do "custo amazônico" na formulação de políticas públicas, destacando que as particularidades logísticas, ambientais e sociais da região demandam tratamento diferenciado nos investimentos e programas governamentais.

O grande desafio que se coloca, portanto, é como conciliar distintas visões em um projeto de desenvolvimento regional que seja ao mesmo tempo economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável. A plenária cumpriu assim seu papel de arena democrática, onde diferentes concepções puderam ser apresentadas e confrontadas de maneira construtiva, apontando para a necessidade de continuidade deste diálogo através da reativação do Núcleo Estadual de fronteira do Acre

Discussão em grupos – Formulação de Ações Prioritárias

No período da tarde, os participantes foram organizados em grupos com base nos cinco eixos de trabalho. Um dos grupos discutiu conjuntamente os temas de Infraestrutura, Segurança e migrações. Outro grupo reuniu os temas de Ordenamento Territorial com Fomento às atividades produtivas sustentáveis. A seguir apresenta-se a sistematização das propostas de ação trabalhadas por cada grupo.

Eixo 1 - Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Eixo 3 - Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Elaborar diagnóstico sobre as causas do aumento do desmatamento no estado ac.	Todos os municípios AC	IBAMA, ICMBIO, FUNAI, IBAMA, PF, OEMAS
Garantir e fortalecer os órgãos*(total de servidores, equipamentos, recursos, cond. de trabalho) * órgãos de proteção territoriais		ICMBIO, pref. ass. locais comunitárias, TIs
Elaboração dos planos de manejo das Resex e monitoramento		
Revisão dos planos diretores	Os municípios do AC (exceção Rio Branco)	SEPLAN, gab. Prefeitos, min. Cidade, MIDR, MMA
Garantir recursos e suporte técnico para implementação do plano de saneamento e resíduos sólidos		
Instituir comitês e planos de bacias hidrográficas	Bacia do Juruá	ANA, SEC. MUN. MEIO AMB., ONG DAS ÁGUAS (JURUÁ) ASS. PESCADORES, GOV. TERRAS INDÍGENAS/RESEX
Fortalecer/capacitar os municípios (equipes secretaria) para acessar recursos e suporte técnico	Vale do Juruá	SEPLAN, gab. Prefeitos, min. Cidade, MIDR, MMA
Ação continuada de educação ambiental nas escolas		Sec. Educação (mun/est), SEMAS, parceiros potenciais, UFAC, ICMBIO, IFAC, IBAMA
Necessidade de mediação e tradução das línguas indígenas nas escolas, órgãos pub, serviços		SEC. EDUC. (MUN/EST), SEPI, OPIRJ, FUNAI, UFAC/LICENCIATURA,

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Apoio do estado para planos de visitação às TIs construídos pelas comunidades indígenas		Rep. Org. Indígenas, FUNAI, sec turismo, MTUR, SEPI
Priorizar a proteção territorial das fronteiras/TIs/UCs diante dos novos projetos		Órgãos de proteção, fiscalização, ICMBIO, IBAMA, PF, forças segurança, FUNAI, org. Comunidades locais
Garantir a aplicação das leis ambientais		SEMAS, outras secretarias
Ações e equipamentos para combater fogo/queimadas		
Elaborar projeto de proteção e recuperação das nascentes e revitalização dos rios		

Eixo 2 - Infraestrutura para o Desenvolvimento

Eixo 5 - Integração Regional, Migrações e Segurança

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Realizar os estudos de viabilidade para acessos intermunicipais respeitando a legislação e considerando as características territoriais	Marechal Thaumaturgo, Jordão, Porto Walter, Santa Rosa do Purus, Cruzeiro do Sul	Órgãos de planejamento e transporte (Gov. Federal, Estadual e Municipais), soc. Civil (povos indígenas, comunidades tradicionais, associações da sociedade civil
Constituir instâncias de discussões amplas e plurais na perspectiva de integração Brasil-Peru	-	-
Implantação de bases integradas de gestão e monitoramento, com as devidas competências/atribuições	-	Órgãos de segurança, ICMBIO, IBAMA, FUNAI
Implantação de bases fluviais para patrulhamento dos rios	Foz do Breu, Juruá Mirim (Foz), Triunfo (Rio Juruá), MOA (São Salvador)	Marinha

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Ampliar o efetivo de órgãos de fiscalização	-	-
Melhorar a infraestrutura alfandegária dos aeroportos	Aeroporto de Rio Branco e Cruzeiro do Sul	Receita federal, MAPA, Vigiagro

Eixo 4 - Povos indígenas e comunidades tradicionais

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Assegurar a realização da consulta, livre, prévia e informada na execução de projetos de infraestrutura e empreendedorismo em geral	Terras indígenas e unidades de conservação do Alto Juruá	Instituições do estado, comunidades e organizações indígenas
Realização de estudos de viabilidade e impactos econômicos e socioambientais antes dos projetos de integração viária	Alto Juruá como um todo	Governo do estado e governo federal e empreendedores FUNAI, ICMBIO
Plano de gestão (atualização do ZEE) respeitando os valores da região	Alto do Juruá como um todo	Instituições de governo, sociedade civil e movimentos indígena e extrativista
Plano de fiscalização e vigilância integrada entre órgãos do estado e os povos indígenas e tradicionais	Terras indígenas e unidades de conservação, Resex, Parques Nac., INCRA	Polícia Federal, IBAMA, SEJUSP, ICMBIO, FUNAI, Exército
Realização de concursos regionalizados para órgãos estatais de proteção territorial nas fronteiras	Alto Juruá como um todo	Governo estadual e federal
Fortalecimento da gestão das unidades de conservação, áreas protegidas e projetos de assentamento	Unidades de conservação e áreas protegidas do ACRE	Governo federal e governo estadual
Ampliação do debate sobre bioeconomia na região e diagnósticos	Territórios indígenas e unidades de conservação	Governo Federal e governo estadual

Fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade	Alto Juruá como um todo	Governos estadual, federal e municipal e organizações indígenas e extrativistas
Reativar as bases do exército, polícia federal e IBAMA na região	Alto Juruá como um todo	Governo federal e governo estadual
Assistência social à população indígena em contexto urbano	Cidades do Alto Juruá	Governos federal, estadual e municipal
Fortalecimento institucional das organizações dos movimentos indígenas, social e extrativistas	Terras indígenas e unidades de conservação do Alto Juruá	Governos federal e estadual, organizações indígenas e extrativistas
Formação e capacitação para captação de recursos e gestão das organizações indígenas e extrativistas	Terras indígenas e unidades de conservação do Alto Juruá	Governos federal e estadual, organizações indígenas e extrativistas

Relato da Plenária final da oficina de Cruzeiro do Sul

No debate conjunto dos Eixos 2 (Infraestruturas para o Desenvolvimento) e 5 (Integração Regional, Migrações e Segurança), o grupo destacou a importância de se realizar estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para a criação e recuperação de acessos intermunicipais. No âmbito da integração internacional, foi destacada a necessidade de discutir de forma mais aprofundada os investimentos chineses no Brasil, especialmente em projetos de infraestrutura na região de fronteira com o Peru, visando assegurar que tais investimentos estejam alinhados com os interesses nacionais e de desenvolvimento regional. A questão da segurança foi apontada como crítica, com a preocupante ausência da Polícia Federal e da Marinha em Marechal Thaumaturgo, exigindo a realocação ou intensificação do efetivo dessas forças para garantir a segurança na fronteira. O grupo abordou ainda o tema da segurança alimentar e desenvolvimento local, propondo a articulação para que os recursos do FUNDEB possam ser utilizados para aquisição de merenda escolar diretamente dos produtores rurais da região, fomentando assim a economia local e garantindo alimentação de qualidade nas escolas.

Na discussão do Eixo 4 (Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais), o grupo debateu ações focadas na proteção territorial e no desenvolvimento sustentável. As principais propostas giraram em torno de garantir a Consulta Livre, Prévia e Informada em projetos de infraestrutura, condicionando a implementação de estradas e outros empreendimentos à realização de estudos aprofundados de viabilidade e impacto socioambiental. O objetivo é prevenir conflitos sociais e danos ambientais. Enfatizou-se a importância de um planejamento territorial integrado que respeite os valores das populações locais e da floresta, de modo que a infraestrutura seja uma decorrência desse plano macro, e não um

projeto isolado. Outro ponto central foi o fortalecimento da fiscalização integrada entre órgãos estaduais, federais e as próprias comunidades, incluindo a reativação de bases do Exército e da Polícia Federal em áreas críticas de fronteira. Por fim, o grupo destacou a bioeconomia como modelo de desenvolvimento para a região, propondo a realização de diagnósticos e a ampliação do debate sobre cadeias produtivas sustentáveis, paralelamente ao fortalecimento institucional das organizações indígenas e extrativistas, para capacitá-las para acessar recursos e gerir seus territórios com autonomia.

Na discussão conjunta dos Eixos 1 (Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática) e 3 (Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social), o grupo debateu propostas centrais que incluíram a elaboração de instrumentos de planejamento, como o Plano de Manejo da Resex Alto Juruá, a revisão de Planos Diretores municipais e um plano de saneamento básico. Também foi proposta a criação de um Plano de Visitação para Terras Indígenas, um diagnóstico da receita do enoturismo e a regulamentação da profissão de Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFIs). Também foi priorizado o combate às queimadas, ilustrado pela insuficiência de recursos no combate a um incêndio no Parque Nacional da Serra do Divisor. Por fim, alertou-se para a necessidade de políticas específicas para a complexa situação do povo indígena Madjá em contexto urbano.

Registros Fotográficos da Oficina de Cruzeiro do Sul

Mesa de abertura

Debates – grupos temáticos

Registro Final da atividade

Foto: IBAM

ANEXO 18 - Relatoria Missão técnica preliminar

RELATO DAS REUNIÕES

1) Reunião com Secretarias Estaduais

Data/Horário: 14/04/2025 / 14:00

Local: Secretaria de planejamento do governo do estado do Acre

Participantes: Marky Britto (SEPLAN), Francimar Cavalcante e Maria Suzana Silva (Secretaria de Planejamento SEPLAN), Thiago de Almeida (Secretaria de Agricultura - SEAGRI), Pamela e Roberto (Secretaria Extraordinária dos Povos indígenas - SEPI), Silvia Machado (Secretaria de Meio Ambiente - SEMA), Francisco Generozzo (Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais S/A - CDSA), Roberto França (Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC), Jessica Ojana, Clarice Antoun e Maria Emilia Coelho (IBAM)

Principais pontos discutidos:

- Discussões sobre infraestrutura e desenvolvimento econômico regional e a perspectiva de uma nova ligação com o Peru. Desafios da logística e exportação de produtos locais, especialmente castanha e soja.
- A deficiência no efetivo de servidores públicos para trabalhar em segurança e fiscalização dificulta a proteção, o controle aduaneiro e a agilidade comercial. Relataram dificuldade com o controle aduaneiro e com notas fiscais do comércio de madeira. Sugerem desenvolver mecanismos que possibilitem a alocação de servidores estaduais nestas funções.
- Demanda por capacitação das secretarias, em assuntos de captação de recursos, especialmente fundos climáticos, e por atualizar instrumentos de planejamento também para atuar com mudanças climáticas.
- Estão elaborando a revisão do ZEE, na fase IV.
- Há um Plano Estratégico do Estado, que precedeu o PPA, e pode contribuir como subsídio à formulação da carteira de projetos.
- Foram realizadas reuniões com Peru e Bolívia originou uma ata com apontamentos de como cooperar em problemas comuns através de ações tripartites.
- A SEPLAN está articulando a criação de dois fóruns municipais de desenvolvimento, um econômico, e outro social. Serão fóruns de discussão permanentes, para garantir um diálogo mais aproximado entre o estado e os municípios do Acre.

2) Reunião com Associação de Municípios do Acre - AMAC

Data/Horário: 14/04/2025 / 16:00

Local: Escritório da AMAC

Participantes: Marilice Maffir (Diretora executiva da AMAC), Francimar Cavalcante e Maria Suzana Silva (SEPLAN), Jessica Ojana, Clarice Antoun e Maria Emília Coelho (IBAM).

Principais pontos discutidos:

- Falaram sobre a regionalização do estado e seus 22 municípios, contextualizando o papel da AMAC.
- Apontaram como desafio questão do efetivo de fronteira. Também apontam visão sobre proposta de acordo de cooperação que autorize o Estado a assumir parte da função de fiscalização e autorização aduaneira na fronteira, pela carência do efetivo federal (por exemplo do MAPA).
- Estão trabalhando em propostas de em Consórcio de Resíduos Sólidos entre municípios.

3) **Reunião com Prefeitura de Assis Brasil**

Data/Horário: 15/04 14:00

Local: Auditório da Prefeitura

Participantes: Franciclea Correa (Gabinete), Quedinei Barreto (Secretário de planejamento municipal), Régila Ribeiro (engenheira civil da Seplan), Daniel de Araújo (arquiteto da Seplan), Mirla Araújo (assistência social), Maria A. Costa Bento (coordenadora assistência social), Mariana Martins (representante da secretaria de Obras), Francisco Monteiro (representante da secretaria de agricultura e meio ambiente), Ednês Silva de Araújo (diretora secretaria de turismo), Francimar Cavalcante e Maria Suzana Silva (SEPLAN), Jessica Ojana, Clarice Antoun e Maria Emília Oliveira (IBAM).

Pontos discutidos:

- Observações sobre a população flutuante, que usufrui dos serviços públicos, No entanto esse custo vem predominantemente por recursos de repasses federais, que é estimado pela população residente, o que inviabiliza os custos com a população flutuante
- Relatos sobre a assistência municipal aos indígenas, que é realizada principalmente em esportes e lazer. Por outro lado, a ausência de fiscalização e segurança pública estimula o tráfico, que acaba cooptando os indígenas.
- Percepção de que o bolsa família é usado como obstáculo para a adesão às oportunidades de emprego por parte da população beneficiária.
- Questões de acesso e logística: reforçou-se que problemas no acesso, como ausência de estradas vicinais, agravam o distanciamento geográfico dos principais centros e o escoamento de uma (potencial) produção. As limitações alfandegárias relacionadas ao atendimento diário restrito em 8 horas, atrasam a logística de materiais e produtos.
- Problematizações a respeito de novas rotas logísticsa, sobre as alternativas que têm sido apresentadas por mídia e governos, que desviam o corredor logístico da BR-317, que passa por Assim. Sinalização de que grandes investimentos já foram feitos para a construção dessa estrada e Preocupação de que novas rotas, acabem por isolar mais o município.
- Em termos produtivos e econômicos destacaram programas de incentivo para o café, pois o retorno seria mais rápido. No entanto, há gargalos como carência de materiais como silo, secador, armazenamento, que atrapalham a estruturação da atividade.
- Fazem a pecuária de corte e vendem bezerros, mas não há uma cadeia produtiva estruturada, mesmo frente à existente demanda peruana.
- Discussões sobre o fortalecimento do turismo, aproveitando a existência do Festival Internacional da Castanha, dos parques naturais, e do volume de não residentes que passam pelo município, que poderiam permanecer mais tempo. Apontou-se a

ausência da infraestrutura de hospedagem e alimentação. Porém há um Conselho Municipal, e tem sido feito um levantamento sobre o tema em vários municípios acreanos. Identificou-se os segmentos de 1) turismo religioso (que atrai 5 mil pessoas em agosto); 2) turismo rural e ecológico; 3) turismo cultural (cultura e artesanato indígena); 4) Assis está no mapa do turismo nacional; 5) Existência do Centro de Atendimento ao Turista (CAT); 6) Existência de um projeto para instalação e reforma de um espaço para artesãos produzirem e comercializarem.

- Necessidade de melhoria das condições de descarte de resíduos sólidos na região de Brasileia e Epitaciolândia.

4) Reunião com Secretarias municipais de Brasileia

Data/Horário: 16/04/2025 / 07:30

Local: Gabinete na Prefeitura

Participantes: Lajúcia Limeira Cantuário (Gabinete), Verônica Chaves (rep. secretaria de planejamento municipal), Raiane Lima Alves (rep. secretaria de planejamento), Adanilza Bibiano (rep. secretaria de planejamento), Rômulo Santos Condim (representante secretaria de planejamento). Francimar Cavalcante e Maria Suzana Silva (SEPLAN), Jessica Ojana, Clarice Antoun e Maria Emília Oliveira (IBAM).

Pontos discutidos:

- Indígenas em contexto urbano: Presença do bairro indígena (28 de maio): a Funai atende no bairro, mas há problemas no dia a dia, que não conseguem atender, recorrendo à assistência do município. Há casos de construção de suas casas no aterro controlado em Brasileia, sendo retirados constantemente.

- Presença de duas facções criminosas influenciando indígenas e dinâmicas locais, inclusive nos abrigos, devido à alagação. Também há problemáticas no uso do espaço do abrigo devido a esses conflitos.
- Eventos de alagação mais extremos, a última atingiu 15 metros. Preocupação sobre necessidade de remanejamento x abandono da área central da cidade.
- Impactos no setor imobiliário por conta da presença de cerca de 8000 estudantes (entre Brasileia e Epitaciolândia) que estudam na universidade na Bolívia, mas se instalam na região com família, e não são contabilizados no Censo, o que aumenta a demanda por serviços públicos. Atualmente, não há dados precisos sobre esse contingente, mas é uma situação que precisa ser estudada
- Questão latente com relação à segurança. Criminalidade cotidiana, muitos roubos . A ponte entre Brasileia e Cobija é insegura a noite. Não há estrutura de fiscalização do lado brasileiro.
- •Comércio intenso com Cobija: possibilidade de uma zona franca de (livre) comércio, pois Cobija é zona franca, mas Brasileia não é.
- Veem os corredores logísticos como oportunidade e colocam a necessidade de incluir a população nos ganhos gerados.

5) Reunião com Secretarias municipais de Epitaciolândia

Data/Horário: 16/04/2025 / 09:30

Local: Prefeitura

Participantes: Sérgio M. Castro (Vice prefeito e secretário de saúde), Marinete Mesquita (secretária de planejamento), Rafael Araújo Lima, Lucas Barbosa, Talyne Fonseca Abreu , Vânia Pinheiro, Ana Maria Nery, Cristina do S. Meireles, Monica Araujo da Silva, Ediana Ferreira (Prefeitura de Epitaciolândia)

Pontos discutidos:

- Debate sobre ordenamento territorial e gestão ambiental: estão avaliando possibilidade de fazer plano diretor.

- Questões climáticas: um terço da população é afetada pela alagação. Relatos sobre secas severas no ano de 2024, sendo que na Bolívia as queimadas são permitidas.
- Debate sobre questões migratórias envolvendo venezuelanos com presença da OIM e Cáritas. Há Casa de passagem (abrigo) para estrangeiros, imigrantes. OIM e CARITAS. Bolivianos, venezuelanos, haitianos, etc.
- Estudantes na universidade de medicina na Bolívia, mas que moram no Brasil. As faculdades não oferecem suporte de alojamento e alimentação gerando demandas na saúde, impactos no mercado imobiliário e na questão da segurança. A realidade para moradia muitas vezes é vista como melhor no Brasil, pois tem SUS e Bolsa Família.
- Avaliação de acordos internacionais e apoio político para financiamento e aprovação dos projetos locais. Necessidade de estreitamento político, pois consideram o Brasil mais aberto, enquanto os bolivianos com mais barreiras com relação aos brasileiros.
- Há diferenças nas Leis de trânsito dos dois países, que dificulta a regulação do espaço urbano.
- Demanda por políticas mais assertivas em relação ao combate ao tráfico. Necessidade de ações mais integradas entre os países.
- Potencial do fluxo de comércio: o município tem a terceira menor arrecadação do Acre. Ou seja, o movimento gerado pela universidade e pela fronteira não beneficia a arrecadação local.
- Economia e produção agrícola: tem como principais produtos a soja, milho, suíno. Turismo: deficiências na infraestrutura de recepção do turismo. há alto fluxo de turistas, neste ano houve o 1º Festival internacional da Castanha. Querem aproveitar o retorno financeiro gerado. Há pontos turísticos registrados: Dr. Borracha, Associação Látex sem fronteiras, Parque Wilson Pinheiro com trilhas e arborização.
- O descarte dos resíduos sólidos é um problema grave pois ainda ocorre em lixão.

6) **Conversa com CNS**

Data/Horário: 16/04 13:30

Local: Encontro do Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais em Brasileia

Participantes: Júlio Barbosa de Aquino (Presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas) e Leide Aquino (Coordenadora do Fórum de Mulheres do alto Acre), Jessica Ojana, Clarice Antoun e Maria Emília Oliveira (IBAM).

Pontos discutidos:

•Rápida apresentação do projeto e Discussão sobre segurança e desafios frente ao narcotráfico na região de fronteira, cooptação dos indígenas. Foram convidados a participar da discussão da próxima fase do trabalho, onde ocorrerão as oficinas de planejamento territorial.

7) **Reunião com Comissão Pró Indígena do Acre e SOS Amazônia**

Data/Horário: 17/04/2025 / 09:00

Local: Sede da CPI

Participantes: Vera (coordenadora executiva CPI), Malu (agenda transfronteiriça CPI), Miguel (diretor SOS Amazônia), Jessica Ojana, Clarice Antoun e Maria Emília Coelho (IBAM e CPI).

Pontos discutidos:

- Explicaram sobre Grupo de Trabalho Transfronteiriço existente de Pucallpa e Cruzeiro do Sul/ Cooperação transfronteiriça entre indígenas do Acre e Peru.
- Iniciativas comunitárias sustentáveis (produção de polpa, cacau, castanha, borracha, objetos de madeira). Necssidade de Fortalecimento de cadeias produtivas locais com enfoque especial na manteiga de Murumuru e SAFs (Sistemas Agroflorestais). Estratégias de fortalecimento da produção em escala e comercialização (ex.: Alexandria, parceria FARM). Projetos voltados à energia sustentável (energia solar, barcos solares) nas aldeias.
- Exemplos de produção: Cooperativa Ayõpare dos Ashaninka
- Discussões sobre subsídios para serviços ambientais e políticas de financiamento.

8) Reunião com Comitê Chico Mendes

Data/Horário: 17/04/2025 / 16:00

Local: Sede do Comitê

Participantes: Angela Mendes (Diretora), Vands Mille (Comitê Chico Mendes), Jessica Ojana, Clarice Antoun e Maria Emília Coelho (IBAM).

Pontos discutidos

- Relato sobre a história do Comitê e o atual estado de reorganização.Iniciativas voltadas ao fortalecimento das mulheres e juventude indígena. Programa Jovens do Futuro, que leva o legado de Chico Mendes e a consciência ambiental para escolas com noções como justiça climática.
- Preocupação com a legislação ambiental (PL 6024) e exploração mineral sem licenciamento.
- Levantamentos e efetivação de projetos pelo ICMBio e Open Society, relacionados à atividade seringueira.
- Relatos de Invasão das reservas com gado através da pecuária.
  Segurança rural e patrulhamento na RESEX Chico Mendes realizada por uma polícia comunitária chamada Patrulha Rural. É um arranjo de associações que realiza além da patrulha atividades de formação com alguns temas, como drogas.

Para complementar a visita algumas reuniões foram marcada remotamente. A seguir apresenta-se um breve relato dos principais pontos discutidos.

9)Reunião remota com representações indígenas APIWTXA e OPIRJ – 02/05

Participantes: Francisco Piyãko, Eliane APIWTXA (Org. Ashaninka do Rio Amônia) e OPIRJ (Org. povos indígenas Rio Juruá) Jessica Ojana, Maria Emilia Oliveira, Clarice Antoun e Henrique Barandier (IBAM)

Pontos debatidos:

- O movimento indígena do Acre tem um histórico de atuação, com participação ativa na Aliança dos Povos da Floresta na década de 80.
- Apontamentos de diferenças significativas entre as regiões do Alto Juruá (Resex Juruá) e do Alto Purus, onde estão o Vale do rio Acre e a Resex Chico Mendes.
- Está em discussão em andamento de um plano de segurança desses territórios.Luta de direitos com idas e vindas, existe um anseio para que o Estado chegue com políticas para o território. Hoje são os povos originários que fazem a segurança face à invasão madeireira e narcotráfico.
- A Comissão Transfronteiriça está ativa, com planos de reuniões recentes no Peru (comunidade Sawawo no Rio Amônia, Pucallpa e Lima) após encontros no Brasília em abril deste ano. Apontam a falta de conhecimento do governo federal sobre as questões locais, mesmo com documentos/ofícios com denúncias protocolados.
- A região enfrenta pressões de projetos de infraestrutura (estradas, agronegócio, garimpo, petróleo), mas o movimento indígena resiste, protegendo a área.
- A criminalidade organizada se aproveitou do abandono das fronteiras, como visto no Yanomami e no Javari. O movimento indígena da região busca "agendas positivas", focadas no que já está sendo feito, e não apenas em denúncias.
- É essencial que o Estado reconheça e apoie as iniciativas locais, como o contrato com o Fundo Amazônia, que financia proteção territorial, segurança alimentar e fortalecimento cultural.
- Estrada Cruzeiro do Sul-Pucallpa: Embora retirado do plano do Ministério da Integração, políticos locais ainda pressionam pela estrada, ignorando ações judiciais e resistência das comunidades. A integração deve priorizar a vida e a biodiversidade, não o crime organizado ou projetos predatórios.

10) Reunião remota com Universidade Federal do Acre (UFAC) - 26/05

Participantes: Margarida Carvalho (pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPEG), Jessica Ojana, Clarice Antoun e Maria Emília Oliveira

Pontos debatidos:

- Margarida comentou a existência do Fórum de pró-reitores da regional norte, que inclui quatro universidades federais de estados menores da região norte, Acre, Roraima, Rondônia e Amapá, onde identificam-se problemas de fronteira similares.
- Na UFAC estão criando o curso de mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial, lançando o primeiro edital de seleção. Engloba a questão fronteiriça transnacional.
- Proposta de Campus universitário de fronteira novo em Brasileia para pesquisa e pós-graduação.
- Questionamento a ausência do eixo temático de saúde, importante para os municípios de fronteira. Há um programa da universidade voltado para pesquisa de doenças endêmicas, que está produzindo um diagnóstico dos municípios de fronteira.
- Mencionou-se que na UFAC há um núcleo de inovação tecnológica que envolve o Sebrae e a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Há uma incubadora de empresas na universidade e querem criar uma agência de inovação. O objetivo é propiciar um ambiente de negócios. Há um trabalho da UFAC com *start-ups* voltadas para inovação social e tecnológica. Há trabalhos e pesquisas voltados para produtos florestais, citou especialmente uma professora com produtos medicinais, também envolvimento da Finep em projeto em Cruzeiro do Sul com impressora 3D.
- Mencionou o envolvimento da Suframa financiando projetos através da Motorola e da Samsung.
- Há um projeto pronto para um Parque Tecnológico, que inclusive se candidatou a um edital da Finep, mas não foi selecionado. Busca-se criar uma estrutura adequada para um ambiente de inovação. A Finep incentiva todos os estados.

11) Reunião Remota com IBAMA - 28/05

Participantes: Melissa Machado - Superintendente Acre + Equipe IBAM

Pontos debatidos:

- O IBAMA vem participando de discussões em comitês, inclusive transfronteiriços. Já tiveram reuniões em Guajará/Guayará,Brasileia, Epitaciolância/Cobija e com o Comitê Brasil- Peru. Considera importante integrar esses grupos e agendas com o Núcleo Estadual que deverá ser criado no âmbito do projeto.
- A principal questão ambiental no Acre é o desmatamento, em especial no Vale do Juruá. O eixo da BR-364 é o que vem sendo mais desmatado, em especial para uso da pecuária de corte.
- Crime organizado associado ao crime ambiental: os criminosos se utilizam de planos de manejo do lado peruano para entrar pelo Acre. Também há lavagem de dinheiro do tráfico de drogas para grilagem de terras, que depois de desmatada é ocupada.
- No Acre, há 5 municípios prioritários do desmatamento: Rio Branco, Sena Madureira, Feijó Manoel Urbano e (???)

- No Alto Acre, o uso maior da terra é de soja/milho. Já são áreas consolidadas, de fazendas, áreas planas. O que tem ocorrido agora nesta região é a pulverização de agrotóxico com drone.
- A exploração madeireira, que está associada ao crime organizado, acontece mais também na região do Alto Juruá. No Alto Acre é mais pontual.
- Foram relatadas também situações de dragagem de areia na fronteira Assis Brasil/Iñapari e situações de caça e pesca predatória, tanto pela invasão de não indígenas em TIs, como dos próprios indígenas (ex: veneno do sapo, que é exportada para outras regiões - medicina genética irregular)
- O IBAMA conta com uma sede em Rio Branco e dois escritórios técnicos: um em Brasileia, que atualmente, por conta das últimas alagações, teve que ser transferido para Epitaciolândia. O outro fica em Cruzeiro do Sul
- Problema de ter poucos servidores/ os concursos não conseguem atender a demanda
- Possuem atualmente 4 brigadas de incêndio: Brasileia, Sena Madureira, Feijó e Cruzeiro do Sul, cada uma com 15 brigadistas. O período crítico é entre junho e novembro. A área mais crítica é Feijó, junto com Manoel Urbano. Realizam também atividades preventivas e de educação ambiental. Também há atuação em TIs.
- Informa que é interessante analisar as atas das reuniões dos Comitês de Fronteira, via MRE, cujas discussões casam com os eixos temáticos do trabalho

ANEXO 19 - Listas de presença

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: _____BRASILEIA__ Data: ____/_____/_____

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
Lucas Artur Brasil Manchineri	Manxinerune Ptohi Phunputuru Poktshi Hajene MAPPHA	
Erisson Cameli Santiago	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre - SEMA/AC	
Vanderlúcio Pereira Da Silva	Consulado do Brasil em Cobija	
Muana Da Costa Araújo	Repac	
Idesio Luis Franke	Embrapa	
Amanda Da Costa Vasconcelos	SEASDH	
Tissia Veloso	FORUM EMPRESARIAL DO ACRE	
Roberto De Alcântara Tavares	Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas	
Julio Barbosa De Aquino	Conselho nacional das pipulacoes extrativistas	
Emily Fernanda De Oliveira Leitão	ICMBio	
Verônica De Freitas Chaves	Prefeitura Municipal de Brasiléia	
Raiane Lima Alves	Secretaria de Planejamento	
Rômulo Santos Gondim	Secretaria Municipal de Planejamento	
Nevisson Tavares Freire	Prefeitura	

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: ____BRASILEIA__ Data: 22 / 09 / 2025

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
Helen Sabrina Araújo Bezerra	Prefeitura de Brasileia	
Karianny Uchôa De Souza	ICMBio - NGI Chico Mendes	Karianny Uchôa de Souza
Edilza Da Silva Araujo Furlanetto	Prefeitura de Assis Brasil	
Weltony Da Silva Brito	Icmbio	
Sebastião Bocalom Rodrigues	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO	
Jarlan Nascimento Xavier	ICMBio	
Marcos Vinicius Rodrigues Sant'ana	Secretaria de Agricultura SEAGRI	
Lívia Chiavegatti	ICMBio	Lívia C.
Gabriele Wanderley Ferreira	ICMBio	Gabriele W. Ferreira
Roberto De Alcantara Tavares	SEPI AC	
Antonio Laézio Silva Rodrigues	Secretaria da Fazenda municipal, Tributos e Cadastro.	
Laiane Gomes De Oliveira	ICMBio	Laiane Gomes de Oliveira
Quedenei Barreto Correia	secretaria de Planejamento	
Rogerio Da Silva Junior	CFPE-EVA Funai	Rogerio Silva

Execução: ibam Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: ____BRASILEIA__ Data: ____/____/_____

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
Francimar Do Nascimento Cavalcante	SEPLAN/AC	
Maria Suzana Abreu Da Silva	Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN	
Maria Suzana Abreu Da Silva	SEPLAN	
Marcus Vinicius Boni	Coordenação da Frente de Proteção Etnoambiental Envira/FUNAI	
Sâmia Valéria Passigatti Fonseca	Sebrae	
Thaian Marcus Pereira Dos Santos	Comando de Fronteira Acre/ 4º BIS - Exército	
Atahualpa Batista Ribera	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP)	
Sebastião Sibá Machado Oliveira	SUDAM	
Adanilza Goreth Silva Bibiano De Carvalho	Prefeitura Municipal de Brasiléia	
Wagner De Jesus Gallo	Funai	
Cleudo Dos Santos Maciel	Sejusp Acre	
Jaira Da Silva	Coopegrãos	
Edilania da Silva Braga Erodilza da S. Souza	OPM - Brasileia Analista / DINT/SEJUSP	Braga

Execução: ibam Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: Brasília **Data:** ___/___/_____

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
Andreia Cristina das. Ribeiro	Repac		
Ailton Oliveira	Sec. Comunicação RBR		
Cmte Tenez	TENENTE / 5°BPM / PMAC		
Marcos Rocha	chefe DIUPF / SEABRI		
Deborah Rocha	SEMSA / Brasileia		
Antonio Leon	Gerente GABSAT.		
maicon vouzas	Auxiliar administra		
Cresil Moreira	Secretário		
Maria Luiza P. Ocha	CPI - ACRE		
Clebson F. Assis	SCPI - Acre		
Raione Lima Alves	Seplan / Brasileia		
José Cleiton Silva Sales	SEJUSP / GEFRON		
Daniele Souza	Compras		
Jonas Jonas	Prefeitura Brasileia		

Brasília Pará

Realização

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: Brasília **Data:** ___/___/_____

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
Janine F. Bandeira	Prefeitura Coordenadora		
ASSIS MARTINS SANTOS	SEJUSP/GEFRON		
Leandro Brasil Costa	SEJUSP/GEFRON		
Paulo Jones da S. Ferreira	SEJUSP/ GEFRON		
Darlone Oliveira da Cunha	gerencia de esporte		
Maikeline Souza D. Silva	Gerencia de Espor		
Sidnei Rodrigues Vieira	Agente Ambiental		
Francisca Bezerra	STTR presidente		
Luane R. Chaves Medeiros	Secretaria meio Ambiente		
JORGE SAMY FILHO	SUPERACRE		
Anakelly Monteiro Nogueira	SEMA (Sec. Municipal de Agricultura)		
Jayne Castro Gurgel	Secom (Brasileia)		
José Ac Ab da Silva	GERENTE ADMINISTRATIVO		
Sely Guimarães	Sec. Assist Social		
Isolda de Araújo Cruz	gerente Selm-pemas		

Execução: Realização:

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: Brasiléia **Data:** ___/___/_____

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
MIRIAM PAIVA	ANALISTA - SEBRAE		
GILBERTO SOCOLOSKI	CONSELHOR - SEBRAE		
Mauricio Caffi	Gabinete AMAC		
William F. Rodrigues	Diretor - AMAC		
Atahualpa	Diretor / SEJUSP		
Ellyssa Fernanda	Assessoria / SEJUSP		
Heliborda Lopes	Gestora / SEJUSP		
Rodrigo Maia M. Fontes C. Indigenismo / FUNAI			

Execução: Ibama Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: ____CRUZEIRO DO SUL__ Data: 25 / 09 / 25

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
Eliane Fernandes Ferreira	Instituto Yorenka Tasorentsi	
Francsico Naudino Ribeiro Souza	Prefeitura Municipal de Jordão	
Muana Da Costa Araújo	Repac	
Amanda Da Costa Vasconcelos (N)	SEASDH	
Roberto De Alcantara Tavares	Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas	
OPIRJ-Organização Dos Povos Indigenas Do Rio Juruá	Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá	
Edna Luíza Alves Yawanawa	Funai Juruá	
Orleir Moreira Da Cunha	ASAREAJ	
Thiago Borges Lied	Funai	
Sebastião Bocalom Rodrigues	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO	
Roberto De Alcantara Tavares	SEPI -AC	
Eliane Luiza/ Luiz Valdenir	Organização dos Povos indigenas do Rio juruá - OPIRJ	
Rogerio Da Silva Junior	CFPE-EVA Funai	Rogerio Silva
Francimar Do Nascimento Cavalcante	SEPLAN/AC	

Execução: ibam Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Realização: IICA; Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Governo do Brasil – Do lado do povo brasileiro

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: _____ CRUZEIRO DO SUL _ Data: ____/____/_____

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
Wagner De Jesus Gallo	Funai	
Maria Suzana Abreu Da Silva	Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN	
Alex Da Silva Peçanha	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPEÇO AÉREO DE CRUZEIRO DO SUL (DTCEA-CZ)	
Valdélio José Do Nascimento Furtado	Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo	
Maria Suzana Abreu Da Silva	SEPLAN	
Marcus Vinicius Boni	Coordenação da frente de proteção etnoambiental envira/Funai	
Francisco Naudino Ribeiro Souza	PREFEITURA DE JORDÃO ACRE	
Antônio Daniel Dos Santos Souza	ASSESSOR DE COMICAÇÃO	
Atahualpa Batista Ribera	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP)	
Cleudo Dos Santos Maciel	Sejusp	
NAYLSON SOUSA PINHEIRO	CHEFE DA SEÇÃO DE OPERAÇÕES DO CFRON JURUÁ/61° BIS.	
Maria J Monte Lop	Secretaria de assistência social jordão	

Execução: ibam Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: CZS - AC **Data:** ___/___/_____

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
DANIEL DOS SANTOS SOUZA	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO JORDÃO-ACRE		
AILTON DOS SANTOS FIGUEIREDO	JORDÃO MOTORISTA		
Luiz Fernandes	Consultor Sebrae		
Luiz Valdenir	Membro Diretoria OPI		
Jeferson da Silva Castro	INSPETOR/TCFB		
ANDREIA FIZIO	COMUNICAÇÃO		
Luiz A. B. Costa	Secult		
Nelson F M	SEPE		
Antonio Carlos Sousa de Oliveira	Sec. de relações Institucionais		
Mª Lucia S. de M. Sousa	SEMAS C		
Naiara Rebouças de Souza	SECULT/CZS		
Wesley Tavares Monteiro	DT CEA CZ		
Marcos Alves da Rocha	Secretário de Cobeste		
Edna Yawanawá	Coord. Funai		

Execução: ibam instituto brasileiro de administração municipal

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Arco Norte e Rondônia

Lista de Presença

Oficina Territorial em: CRZ AC **Data:** ___/___/_____

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
Francisco Barbosa neto	Funai		
Antônio Luiz R. Yawanawá	OPIRJ		
Ralphinis do N. Amorim	M.S.P.P.		
Jose Fernando C. de Melo	REPAC		
Jardene Farias	Secretária		
Mª Anita das Chagas Costa	Chefe Gestão Cultural		
DANIELLI TATORÁ	Assessora ONG		
HELTOR MARINHO DE SOUZA	ASSESSOR		
Denize Morais de Freitas	Semtrans		
Luciano Nogueira da Costa	SEMTRANS		
FRANCISCO RAMAKSON F. VIANA	PREF. MANCIO LIMA		
TEÇÁ HOROKOSKI	CONSERVAÇÃO INT. BRASIL		

Execução: ibam Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

ANEXO 20 – Apresentação IBAM

PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA

Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

Oficinas de planejamento territorial

ACRE

Execução: ibom

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Apresentação

Escopo do trabalho

Elaboração dos Diagnósticos e **Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira– PDIFF** e apoio à **estruturação dos Núcleos Estaduais de Fronteira do Arco Norte e Rondônia**

Execução: ibam instituto brasileiro de administração municipal

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

- Elaboração de **Diagnósticos sobre a situação de Fronteira** do Arco Norte e Rondônia
- **Mapeamento de atores de relevância** no tema das fronteiras amazônicas
- Realização de **Oficinas de Planejamento Territorial** nos 6 estados

FASE ATUAL

- Elaboração dos **Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira** – PDIFFs
- Apoio à **estruturação dos Núcleos Estaduais de Fronteira** do Arco Norte e Rondônia.

Atualizações gerais

fronteirasamazonia.ibam.org.br

Acesse pelo QR Code

O Projeto

A ação engloba 6 estados (AC, AM, AP, PA, RO, RR) e 97 municípios total ou parcialmente localizados na Faixa de Fronteira, que abrange a extensão de 150km ao longo de toda a fronteira terrestre brasileira, destacando-se a existência de 9 cidades-gêmeas nessa região.

O processo de elaboração dos PDIFFs contribuirá para o avanço na implementação das agendas integradas de desenvolvimento regional com foco em sustentabilidade, inovação e na cooperação com os países vizinhos em setores estratégicos como Bioeconomia, TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) e Economia Circular (energias renováveis, gestão de resíduos e recursos hídricos).

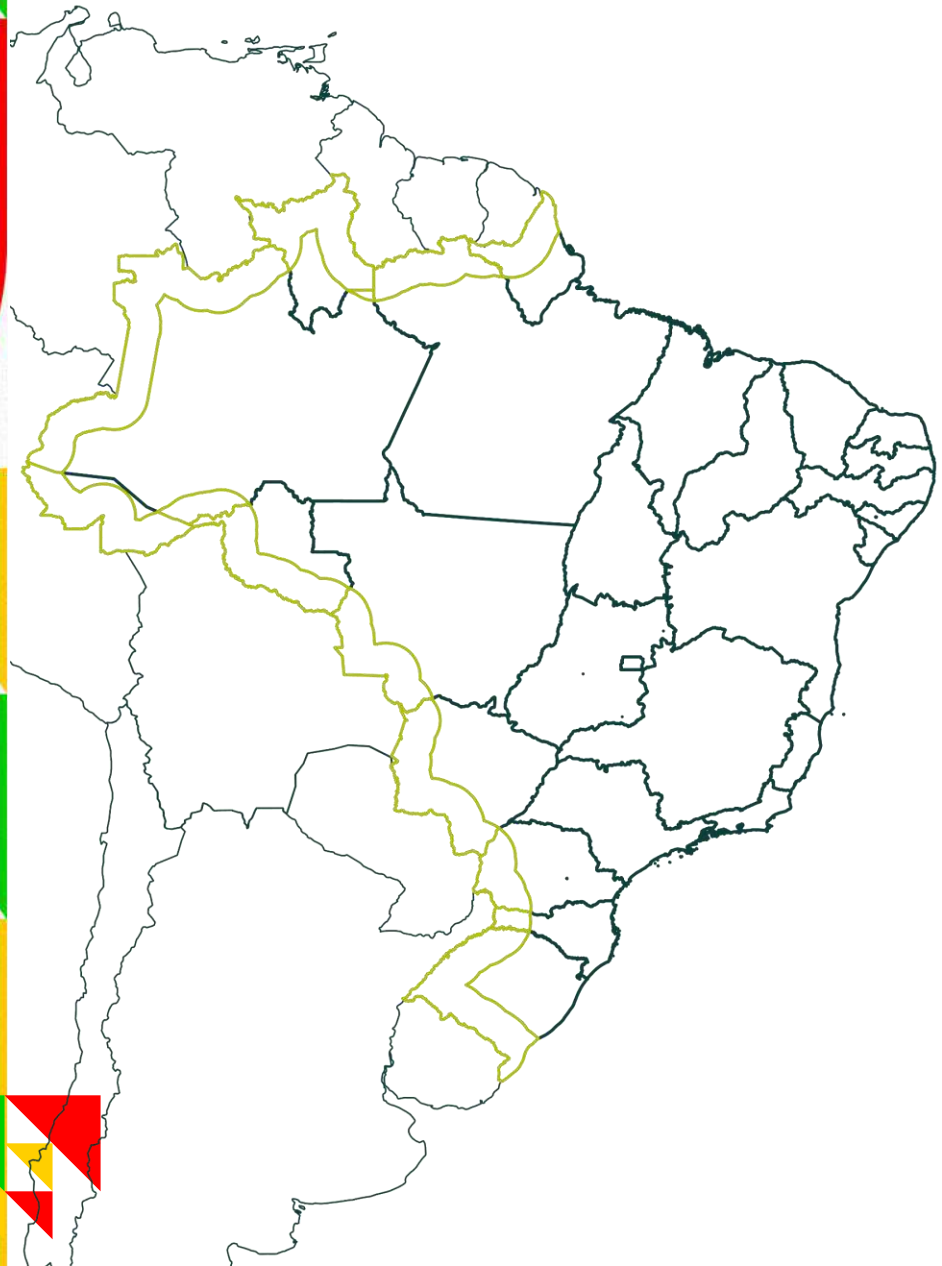
Os PDIFFs serão elaborados com participação de órgãos federais, estados, municípios, empresas e organizações da sociedade civil e deverão indicar propostas prioritárias de ação nos seguintes temas:

Fronteiras da Amazônia
Arco Norte e Rondônia

Visita técnica realizada

Acre
Cidades visitadas: **Rio Branco, Assis Brasil, Brasileia e Epitaciolândia.**
Período da visita: **14 a 17 de abril de 2025**

Faixa de Fronteira brasileira



150 km de largura da Faixa de Fronteira terrestre

15.719 km de extensão

11 estados fronteiriços

588 municípios fronteiriços

11,7 milhões de hab. Nos municípios de fronteira

Marco Legal

- Criação da Faixa de Fronteira (Lei 6.634/1979) e Regulamentação (Decreto 85.064/1980)

- Ao longo das últimas décadas, uma série de programas e projetos relacionados às fronteiras

- **Em 2024, foi instituída a Política Nacional de Fronteira (PNFron), pelo decreto 12.038/2024.**

- Instrumento da PNFron em elaboração: **Estratégia Nacional de Fronteiras (EnaFron)**

Marco Legal

A PNFron está organizada em 4 eixos interdependentes:

- **Eixo 1: Segurança**
- **Eixo 2: Integração regional**
- **Eixo 3: Desenvolvimento Sustentável**
- **Eixo 4: Direitos humanos, cidadania e proteção social**

Ligado ao Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional

Faixa de Fronteira
Projeto Fronteiras da Amazônia

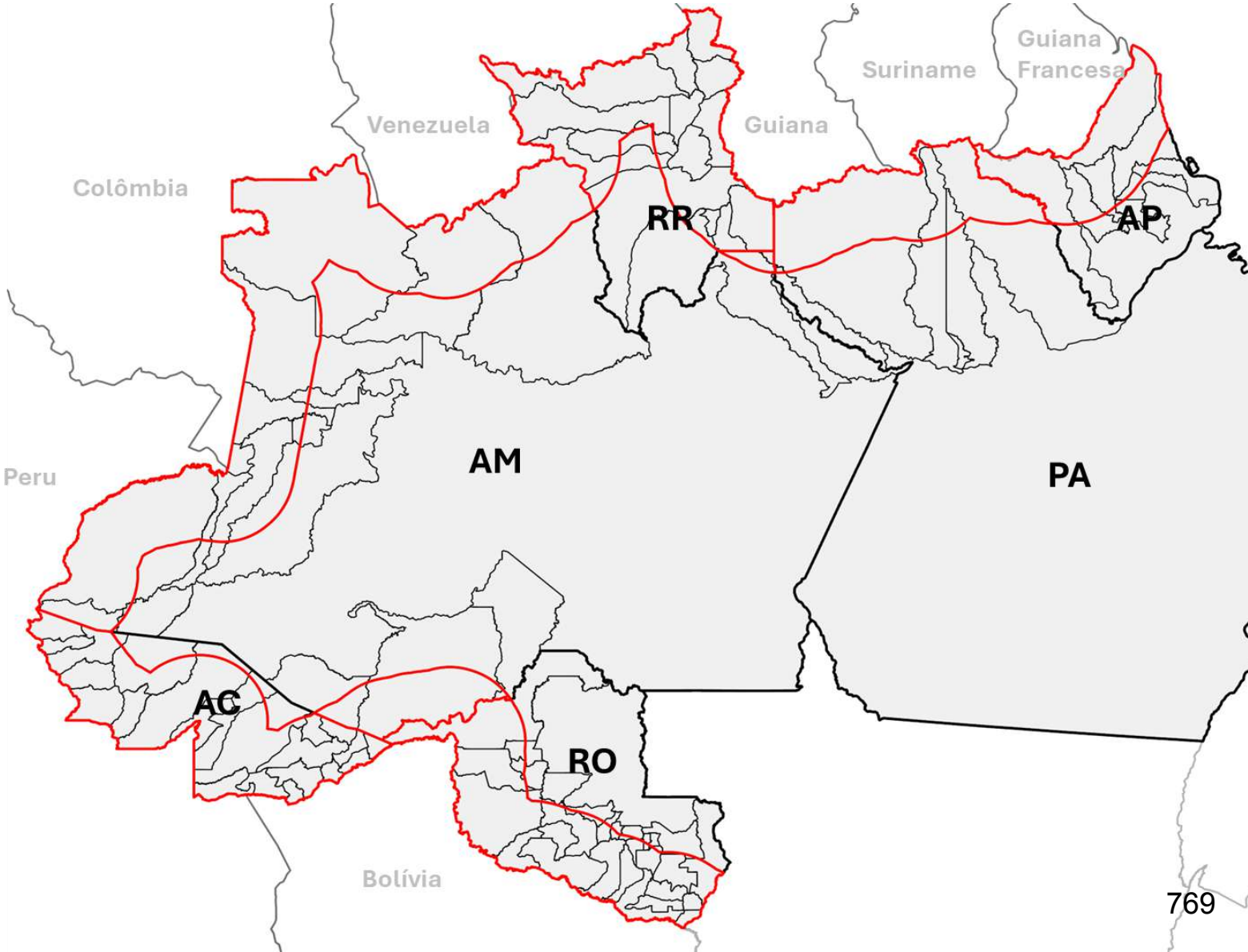
6 estados

(AC, AM, AP, PA, RO, RR)

97 municípios

3.277.578 habitantes

nos municípios fronteiriços

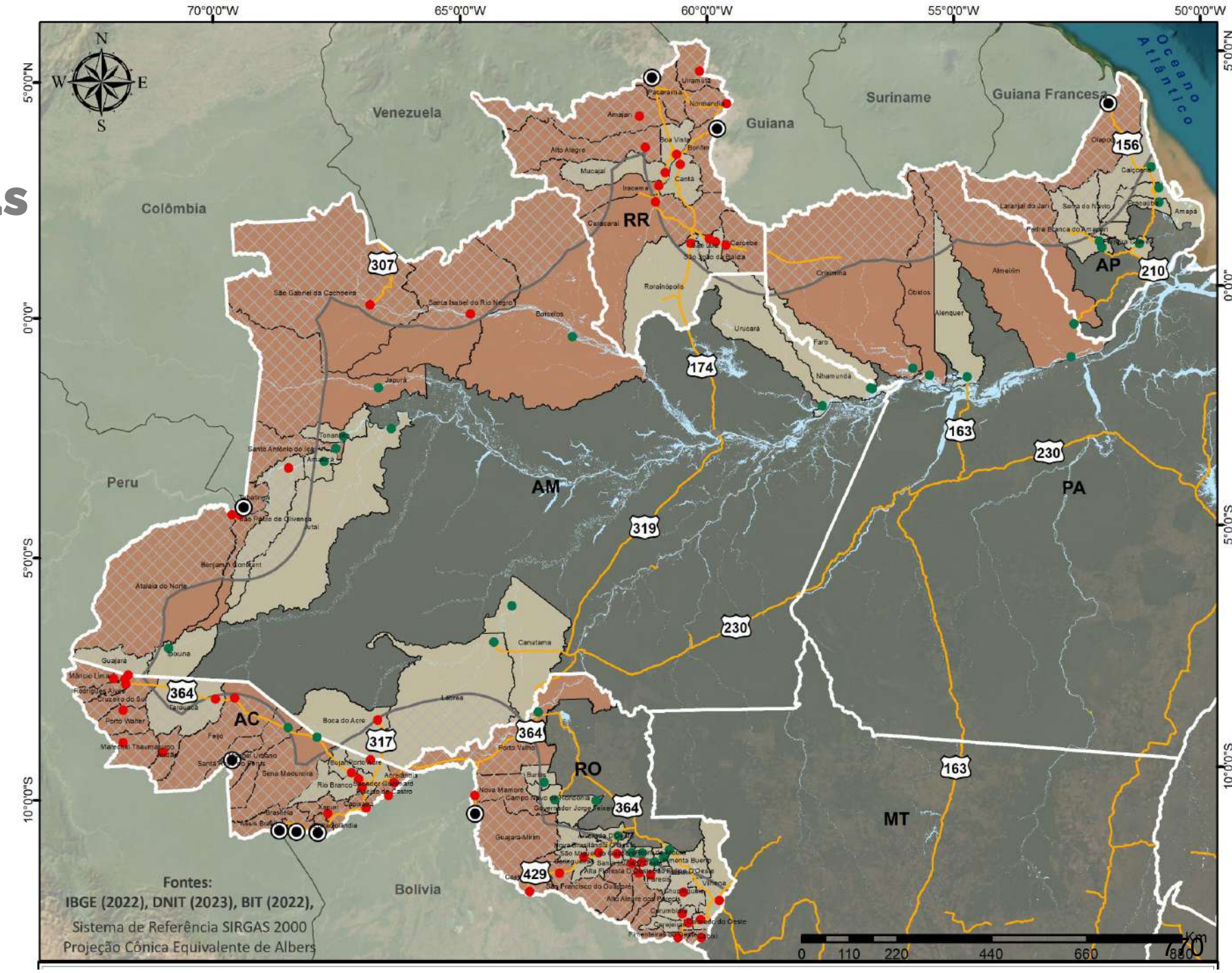


Faixa de Fronteira

Projeto Fronteiras da Amazônia

97 Municípios com diferentes níveis de interação com a fronteira.

- Municípios lindeiros (48)
- Municípios não-lindeiros (49)
- Municípios com sede na linha ou dentro da faixa de fronteira (62)
- Municípios com sede fora da faixa de fronteira (35)
- Cidades gêmeas (9)

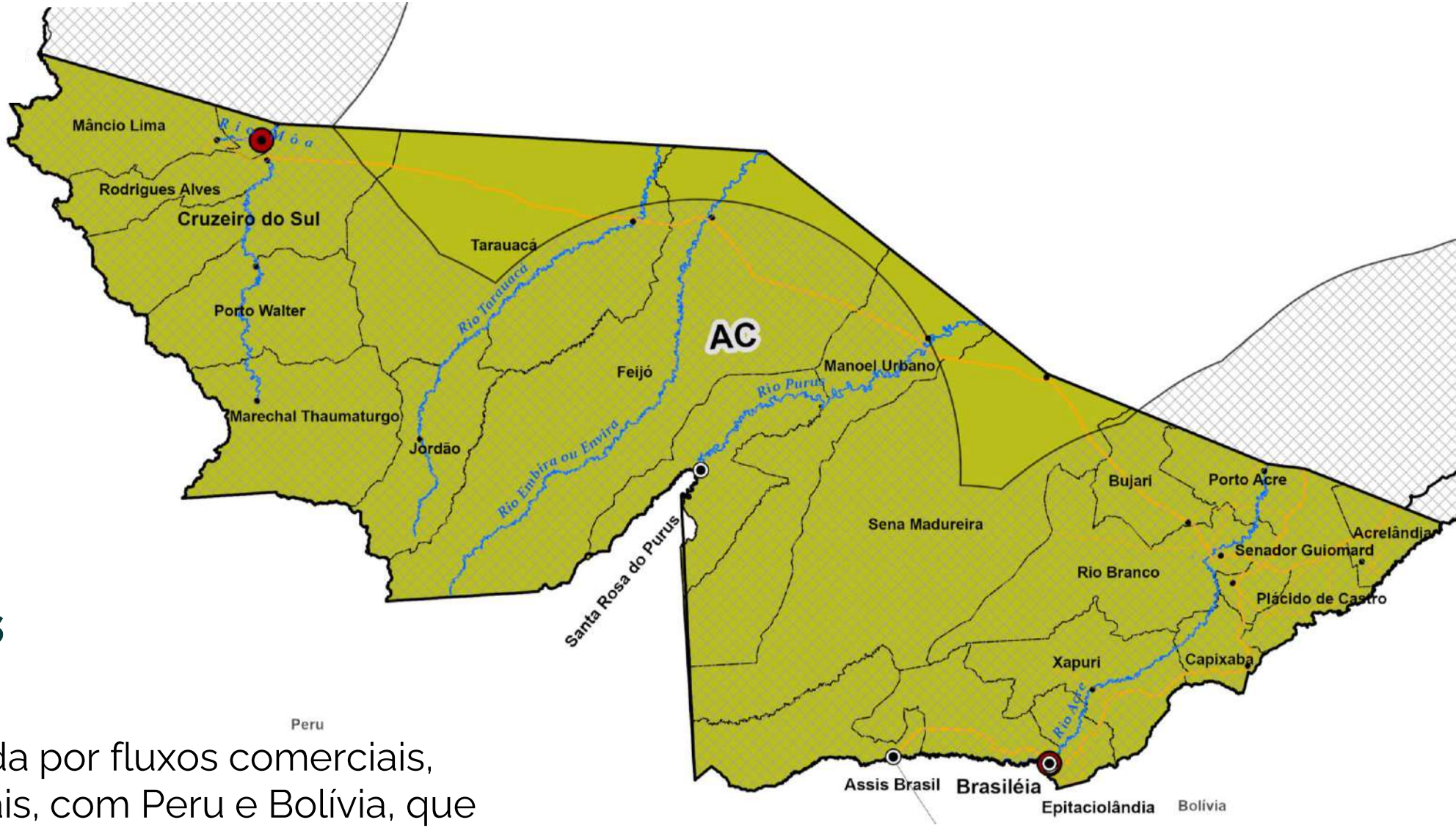


Caracterização geral

Todos os municípios do Acre estão na Faixa de Fronteira

Pop. Municípios de Fronteira do Acre

830.018 habitantes



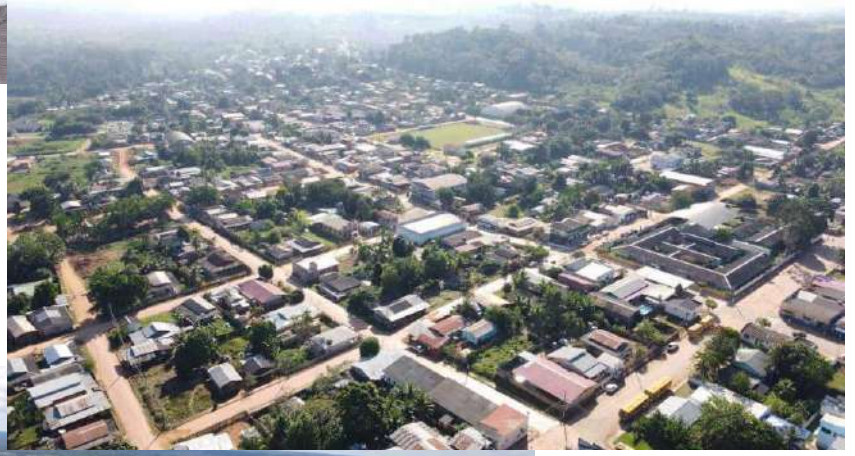
Relação marcada por fluxos comerciais, culturais e sociais, com Peru e Bolívia, que reforçam a integração entre os três países.

Caracterização geral

4 cidades-gêmea na Faixa de Fronteira do Estado: Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia e Santa Rosa do Purus.

Plácido de Castro, apesar de não conformar cidade gêmea, **tem sede na linha da de fronteira.**

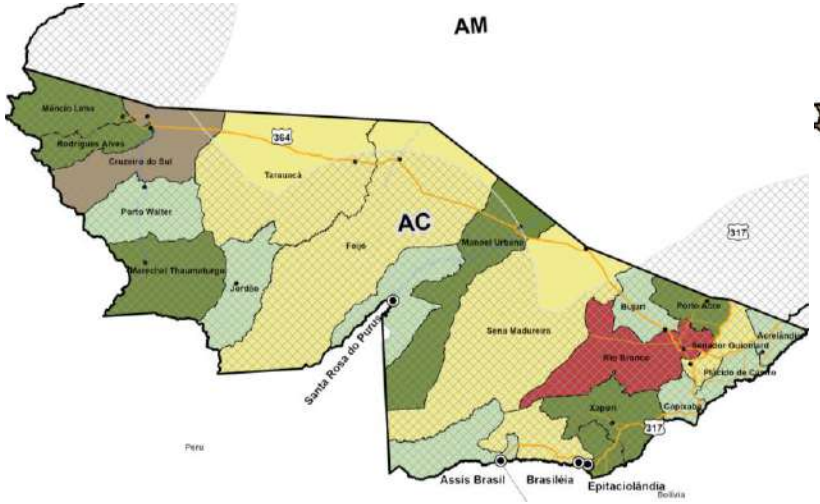
Brasiléia e Epitaciolândia integram o **Arranjo Populacional (AP) Cobija/Bolívia-Brasiléia/Brasil**, refletindo o caráter transfronteiriço e o papel de Cobija como um polo econômico e comercial de influência sub-regional.



Perfil Demográfico

População 2022

Fonte: Censo IBGE,2022



< 10mil

> 10 a 20 mil

> 20 a 50mil

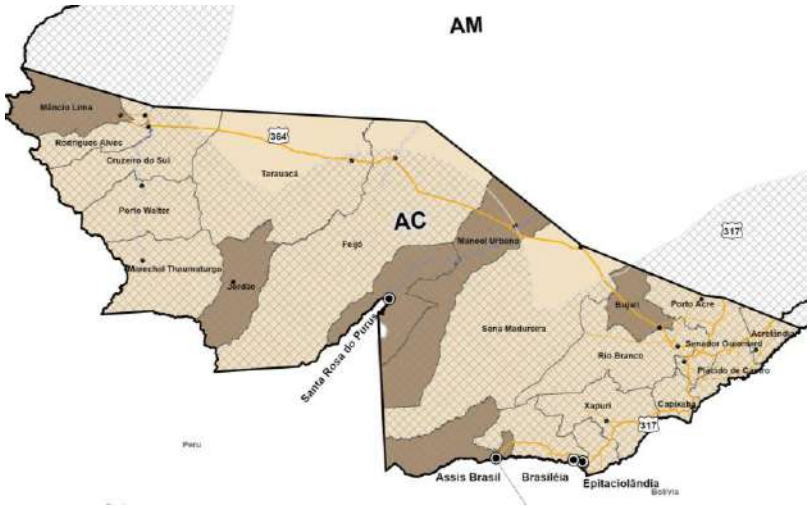
> 50 a 100mil

> 100mil

Rio Branco e Cruzeiro do Sul são as maiores cidades. Demais municípios com menos de 50mil habitantes.

Taxa de crescimento anual 2010-2022

Fonte: Censo IBGE,2010-2022



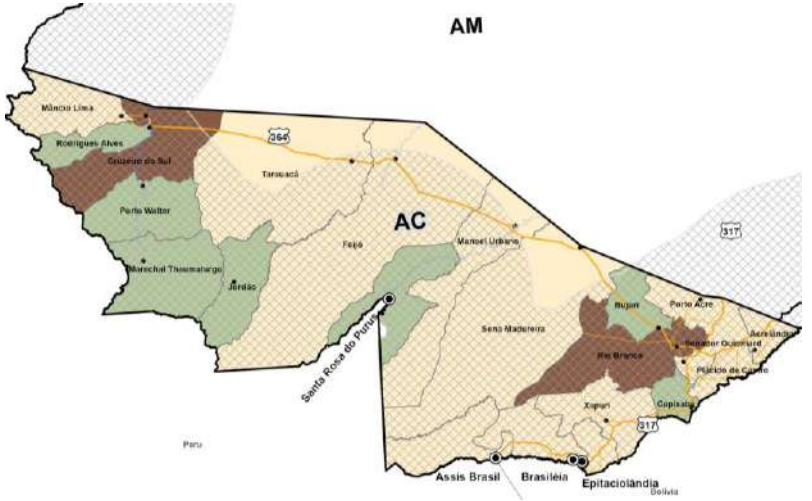
< 2%

>2% a 5%

Santa Rosa do Purus, Assis Brasil, Manuel Urbano, Bujari, Jordão e Mâncio Lima - cidades que apresentaram maior taxa de crescimento na última década

Grau de Urbanização 2022

Fonte: Censo IBGE,2022



< 50%

>50% a 70%

> 70%

Rio Branco e Cruzeiro do Sul são os municípios com maior população urbana

Análise por Eixos Temáticos

Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Com grande extensão, a faixa de fronteira amazônica abriga uma diversidade de usos, desde áreas protegidas destinadas à conservação ambiental até territórios pressionados por atividades ilegais e expansão urbana desordenada. Compreender as dinâmicas de acesso, uso e gestão da terra é essencial para a formulação e implementação de políticas públicas.

Infraestrutura para o Desenvolvimento

O planejamento e os investimentos em infraestruturas devem ser conduzidos de forma criteriosa, de modo a garantir os direitos das comunidades locais e sem comprometer a sociobiodiversidade. A Floresta em pé é um ativo local para o desenvolvimento da região amazônica.

Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

O desenvolvimento sustentável exige um equilíbrio entre o crescimento econômico, a conservação ambiental e a justiça social. O fomento às atividades produtivas sustentáveis, em especial a bioeconomia, surge como caminho para garantir que o aproveitamento dos recursos naturais ocorra de forma responsável e regenerativa.

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

A proteção de Povos e Comunidades Tradicionais, reconhecidos por suas formas de organização social e cultural relacionadas aos seus vínculos com o território e com a natureza, constitui dimensão essencial para qualquer projeto comprometido com o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Integração Regional, Migrações e Segurança

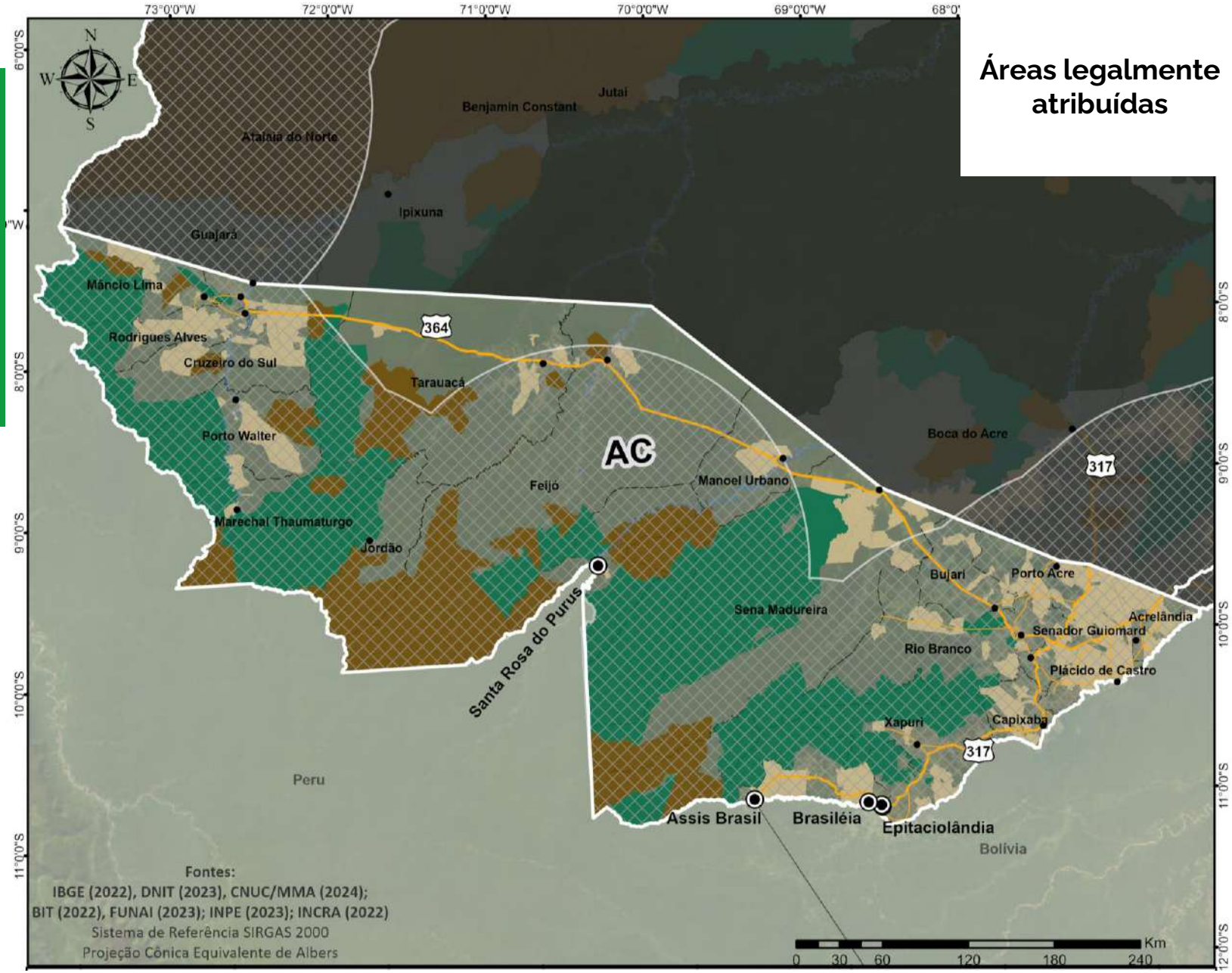
Interações entre países fronteiriços ao mesmo tempo que facilitam os fluxos comerciais, políticos e culturais, envolvem o gerenciamento das migrações e questões de segurança. A análise das dinâmicas migratórias e dos contextos de violência e criminalidade é fundamental para compreender os desafios e oportunidades para a integração regional no contexto da fronteira amazônica.

Eixo temático 1:

Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental e climática

Áreas protegidos recobrem juntos quase a metade da faixa de fronteira do Estado, em especial **UC´s (31,9%)** e **TI´s (16,2%)**, especialmente mais próximo da linha de Fronteira

Áreas legalmente atribuídas



Unidade de Conservação

Terra Indígena

Assentamento Rural

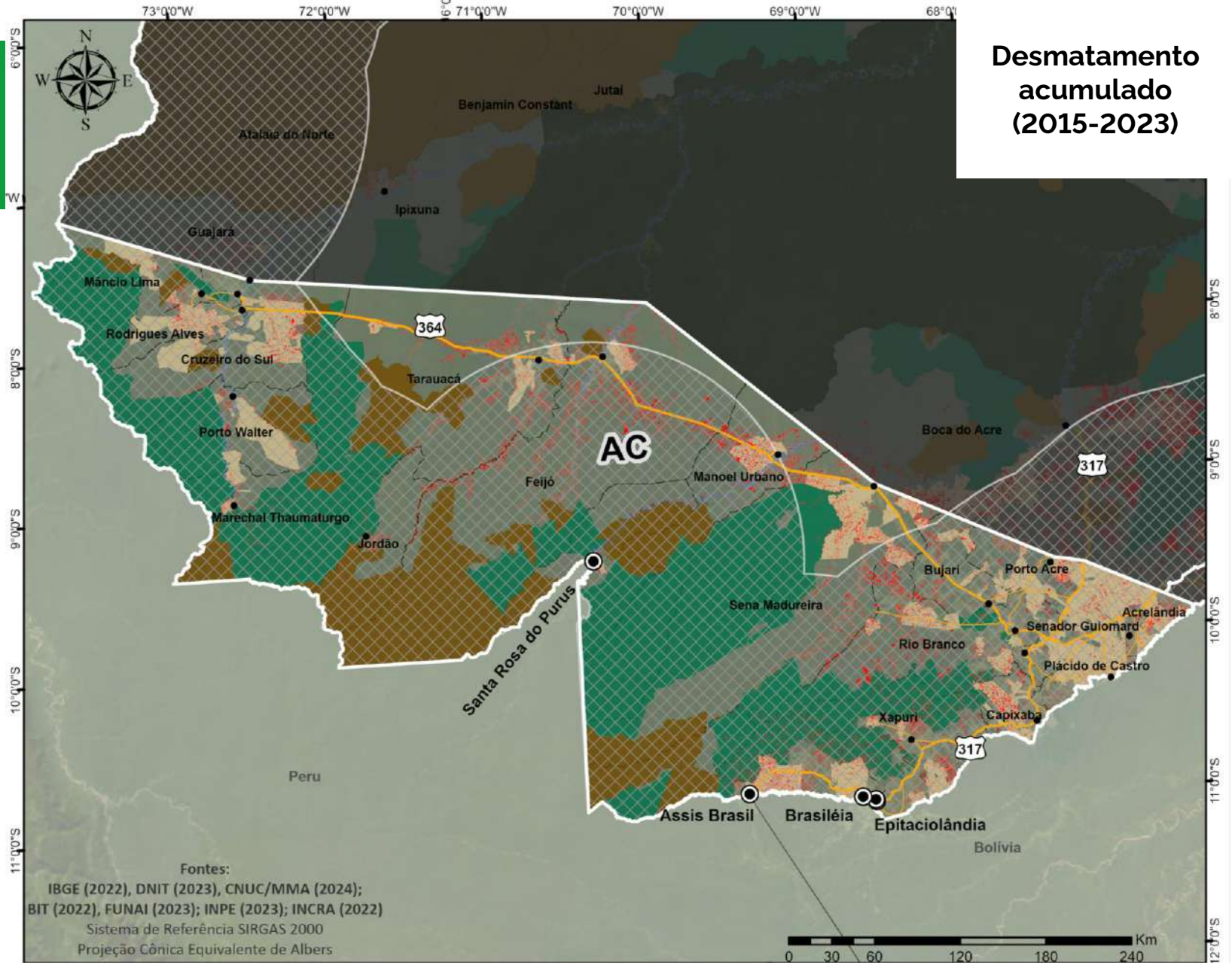
Eixo temático 1:

Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental e climática

Aumento do desmatamento (30%), na contramão dos demais estados amazônicos que apresentaram queda em 2024

Municípios de Feijó, Sena Madureira e Rio Branco destacam-se como áreas críticas, e refletem a convergência de pressões sobre áreas privadas, ausência de regularização fundiária e expansão agrícola ao longo dos principais eixos viários

Desmatamento acumulado (2015-2023)



Eixo temático 1:

Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental e climática

Mudanças climáticas têm provocado **transformações nos ciclos naturais, como os períodos de cheia e vazante dos rios**.

Municípios apresentam **riscos climáticos principalmente associados a alagações, secas e deslizamentos** (ex: Brasileia, Tarauacá, Epitaciolândia, Feijó, Sena Madureira e Xapuri)

Principal fonte de emissões de gases de efeito estufa é do **setor de "mudança de uso da terra e florestas“. Plácido de Castro e Senador Guiomard se destacam por apresentar os maiores valores de emissão de GEE.**

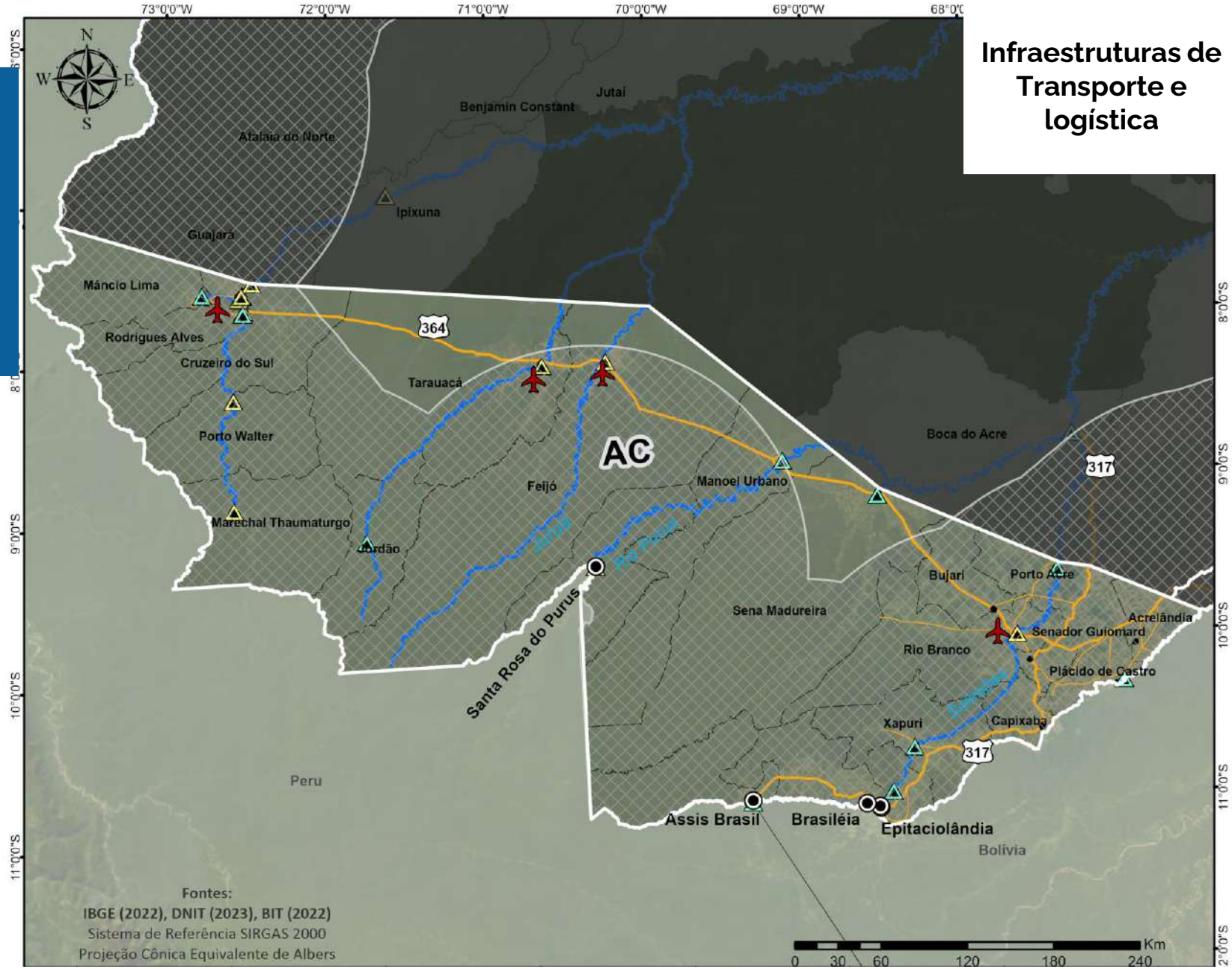
Foto: Marcos Vicentti/Secom

Foto: Agencia de Notícias do Acre

Eixo temático 2:

Infraestrutura para o Desenvolvimento

Rodovias federais - BR-317 e BR-364 - são rodovias **fundamentais para a conectividade regional** e necessitam de **maior manutenção**. Ao mesmo tempo**, têm atuado como vetores de ocupação desordenada e degradação ambiental** em áreas sensíveis.



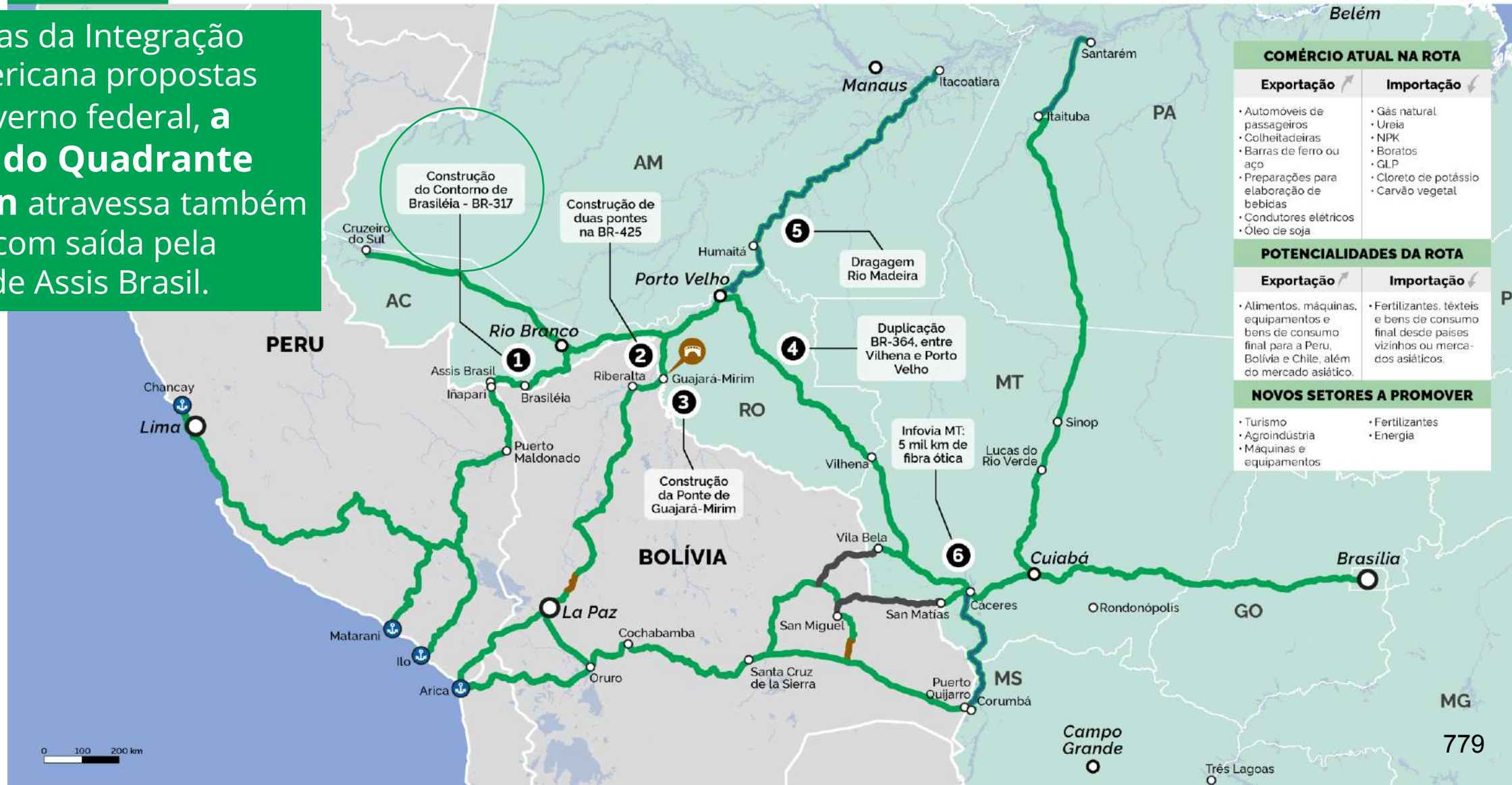
Eixo temático 2:
Infraestrutura para o Desenvolvimento

O Programa Projeto Rotas de Integração Sul-americana, vinculado ao MPO, tem como objetivo promover a integração logística entre os países da América do Sul, facilitar o comércio e reduzir tempo e custo do transporte de mercadorias entre o Brasil e seus vizinhos e a Ásia.

ROTA 3 Quadrante Rondon

Previsão de conclusão em 2025-27 | Brasil

Das Rotas da Integração Sul-Americana propostas pelo governo federal, **a Rota 3 do Quadrante Rondon** atravessa também o Acre, com saída pela cidade de Assis Brasil.



Eixo temático 2:
Infraestrutura para o Desenvolvimento

Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA 2024-2027)

Aprovado pela Resolução CONDEL/SUDAM nº 106, de 4 de agosto de 2023, o PRDA foi elaborado nos termos do inciso II, art. 4º da Lei Complementar nº 124/2007. Com vigência de 2024 a 2027, o PRDA abrange 06 Eixos, 11 Programas e 79 Ações Estratégicas

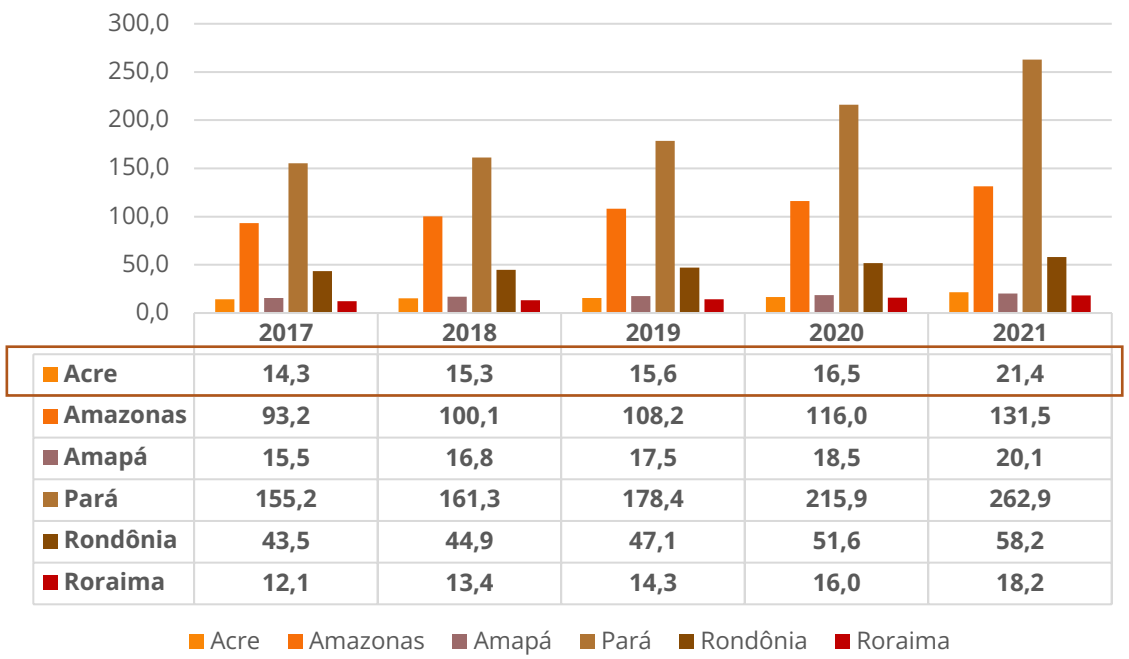
Exemplos de Projeto
Estímulo à vocação produtiva e à capacitação dos trabalhadores (as) rurais: ATER Móvel na Inclusão, Formação e Sustentabilidade
Desenvolvimento Produtivo Territorial Sustentável: Cacau Socioambiental - Produção Familiar, Vale do Juruá e Tarauacá CACAUSS (Silvestre & Seminal).
Recuperação da Produção Aquícola do Estado do Acre
Produção 4.0: Implantação de Energia Limpa e Renovável na Produção Leiteira
Revisão, Atualização e Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Acre

Eixo temático 3:

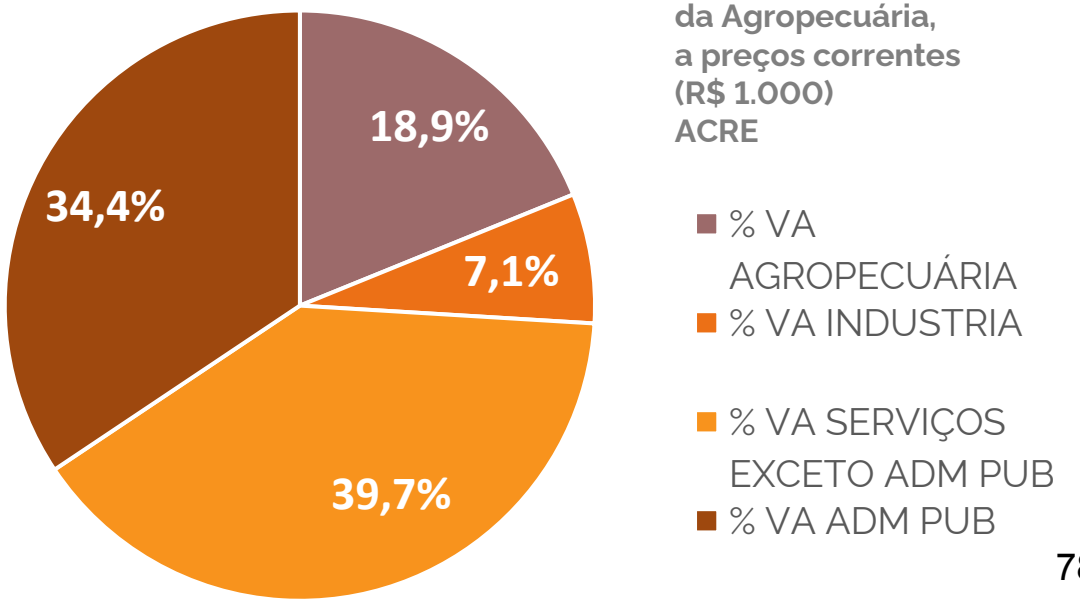
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

- A economia do Acre atingiu um PIB de R$ 21,4 bilhões em 2021, com valores próximos ao Amapá e Roraima.

- O **setor de serviços tem uma contribuição relevante** (74,0%), em especial os serviços de administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social. No entanto, **destaca-se também a agropecuária que se mostra relevante** (18,9%).



	2017	2018	2019	2020	2021
Acre	14,3	15,3	15,6	16,5	21,4
Amazonas	93,2	100,1	108,2	116,0	131,5
Amapá	15,5	16,8	17,5	18,5	20,1
Pará	155,2	161,3	178,4	215,9	262,9
Rondônia	43,5	44,9	47,1	51,6	58,2
Roraima	12,1	13,4	14,3	16,0	18,2

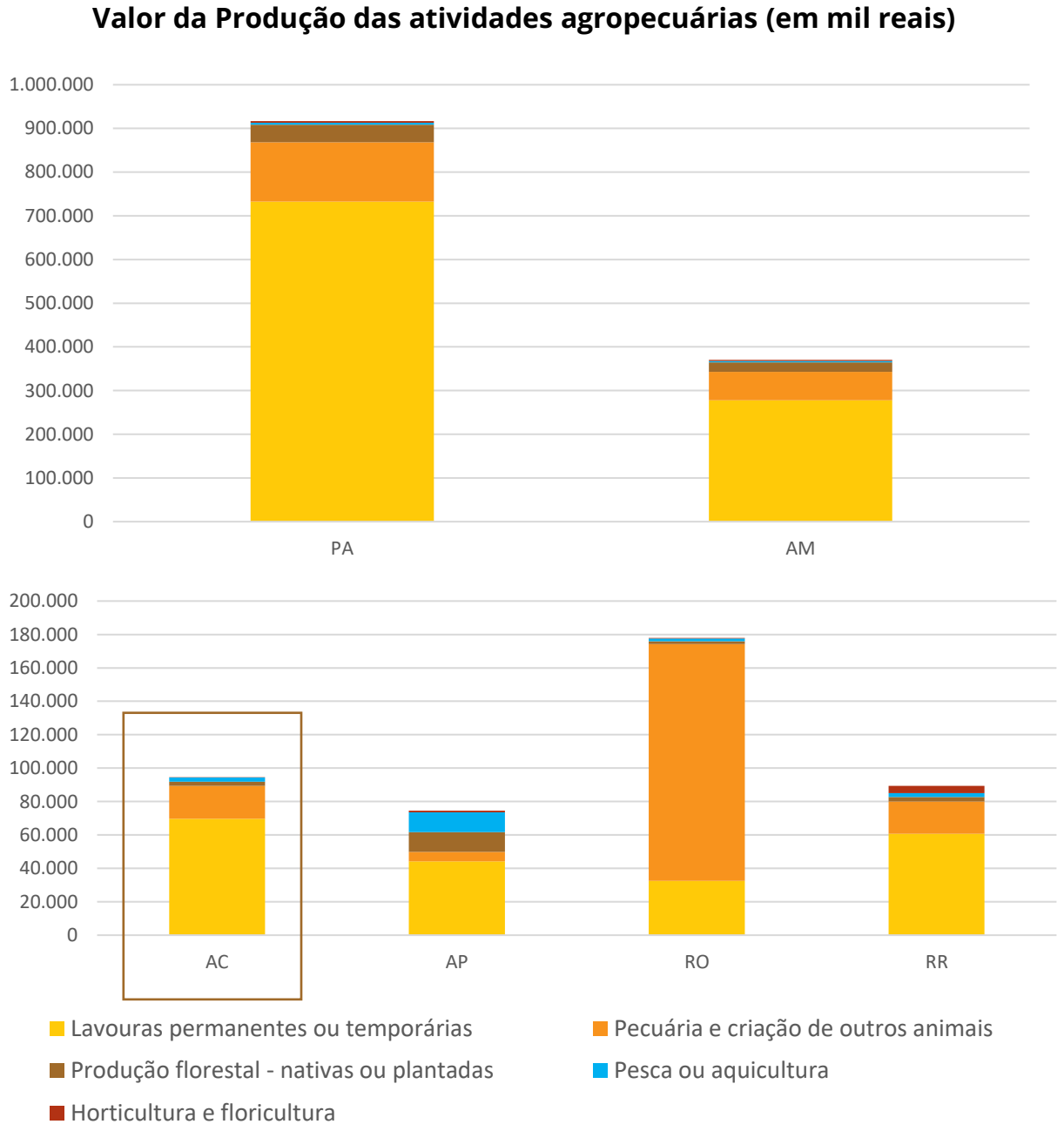


Eixo temático 3:
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

Com exceção de Rio Branco, os municípios do Acre **apresentam mais de 80% sob condição de agricultura familiar** (CensoAgro, 2017)

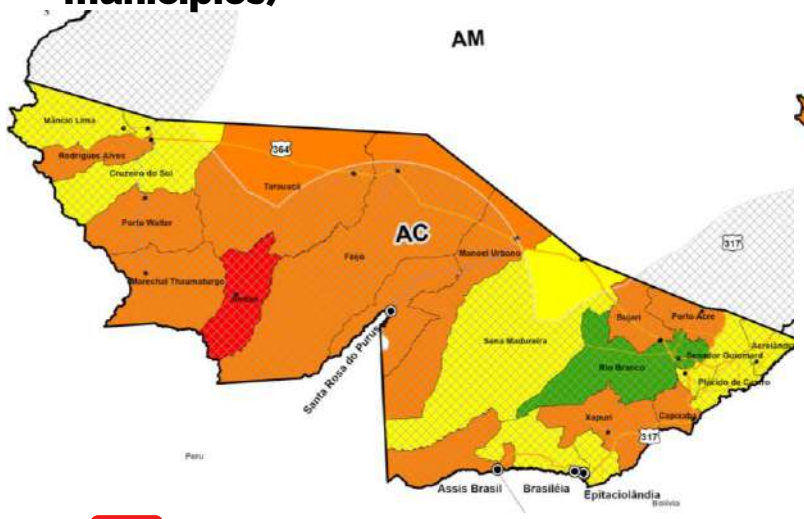
Acre lidera o valor da produção de Castanhas-do-Brasil e da produção de borracha hevea (látex) na região. **Xapuri lidera o VP da castanha**, enquanto **Feijó é o terceiro no VP do açaí**, em relação a todos municípios da faixa de fronteira dos estados analisados.

Cadeias produtivas identificadas: **castanha, borracha, frutas, palmito, óleo de murumuru.** Também 1 **APL de avicultura** em Brasileia/Epitaciolândia.



Eixo temático 3:
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

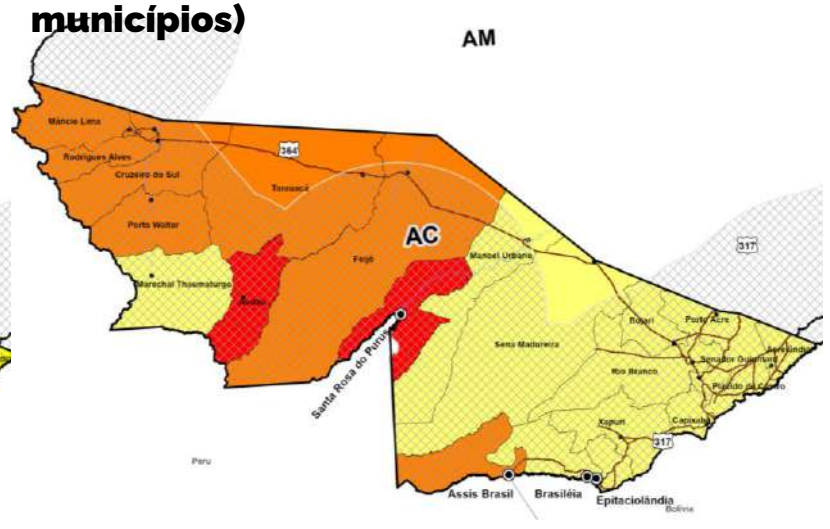
IDHM
2010 (último dado disponível p/ municípios)



- 0,400-0499 (Muito Baixo)
- 0,500-0,599 (Baixo)
- 0,600-0,699 (Médio)
- 0,700-0,799 (Alto)

*Pelos últimos dados do IBGE, Rio Branco aparece única cidade com **IDHM alto**. Jordão classificado com IDHM muito baixo.*

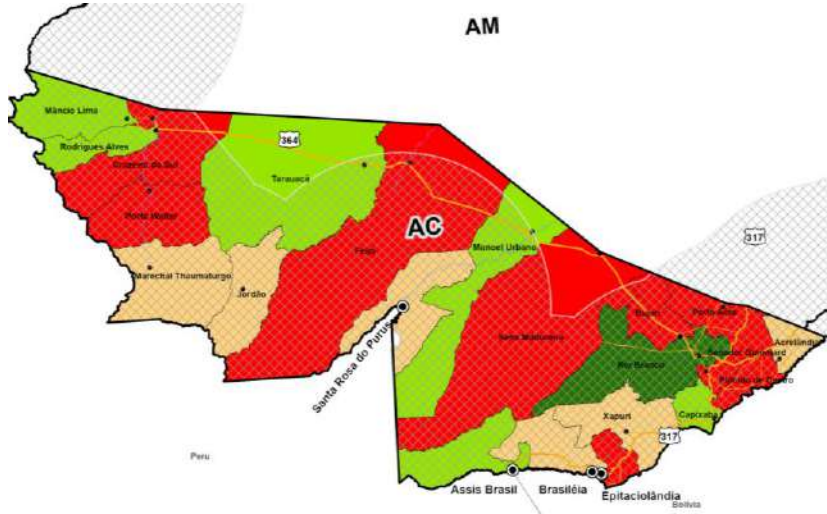
Índice de GINI
2010 (último dado disponível p/ municípios)



- Até 0,48
- 0,49 a 0,53
- 0,54 a 0,60
- 0,61 a 0,70
- 0,71 a 0,80

Santa Rosa do Purus e Jordão apresentam índices maiores de desigualdade, de 0,78 e 0,71 respectivamente.

Rendimento Domiciliar
2021



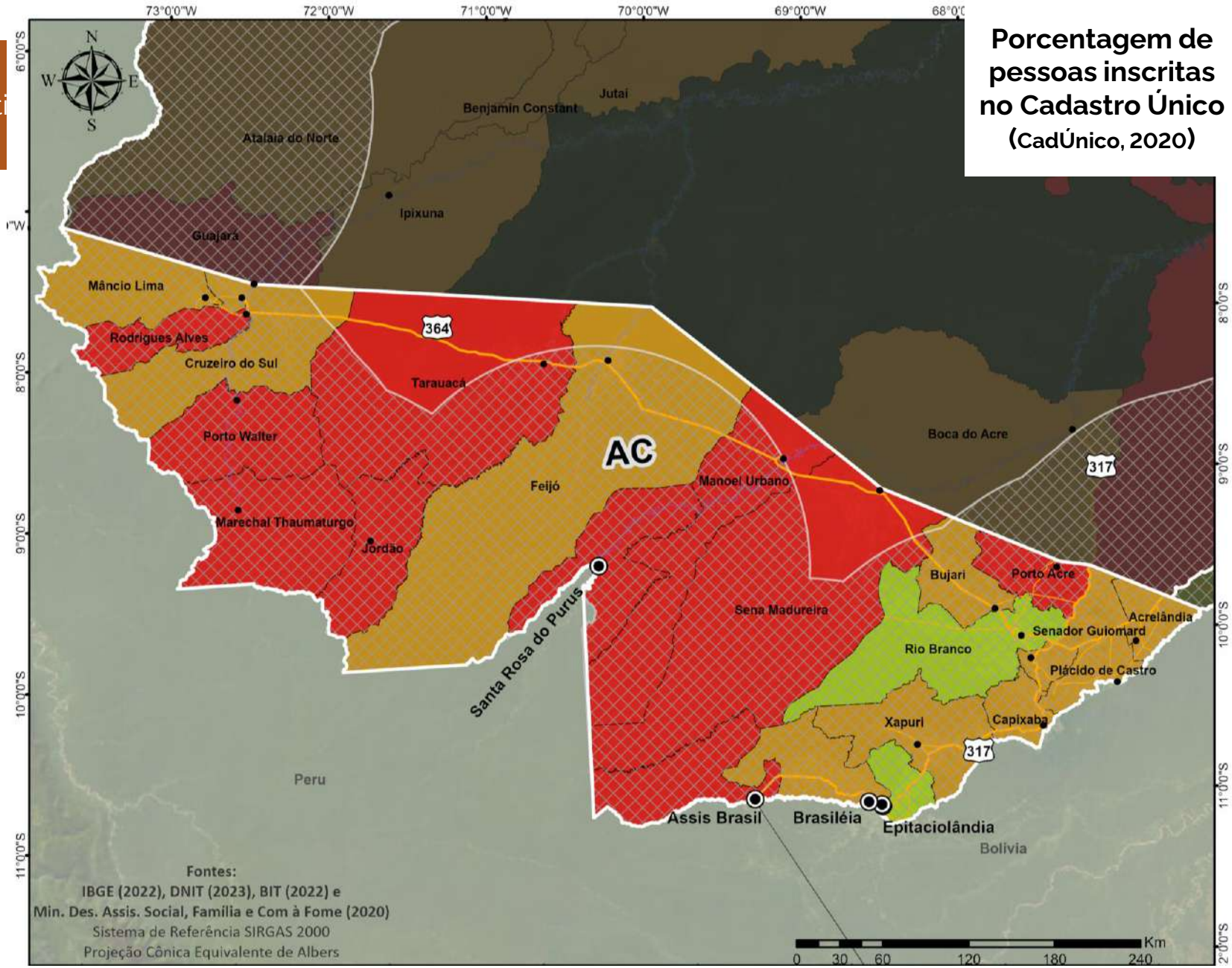
- até 1,7 SM
- 1,8 a 2 S.M.
- > 2 a 2,5 S.M.
- > 2,5 a 3,3 S.M.

Apenas a capital Rio Branco apresenta rendimento maior, com média de 3,1 SM. Das cidade gêmeas apenas Assis Brasil fica acima de 2,0 SM.

Eixo temático 3:
Fomento às atividades produti
sustentáveis e inclusão social

- O Acre tem **mais da metade população inscrita no CadÚnico**, representando 58% da população.
- **Diversos municípios tem mais de 80% cadastrada**. Em Assis Brasil são 90% e em Santa Rosa do Purus mais de 80%.
- Brasileia e Epitaciolândia apresentam respectivamente 61% e 46% de população inscrita
- Em Cruzeiro do Sul, 62% da população está cadastrada em algum programa de benefício social.

Porcentagem de pessoas inscritas no Cadastro Único
(CadÚnico, 2020)



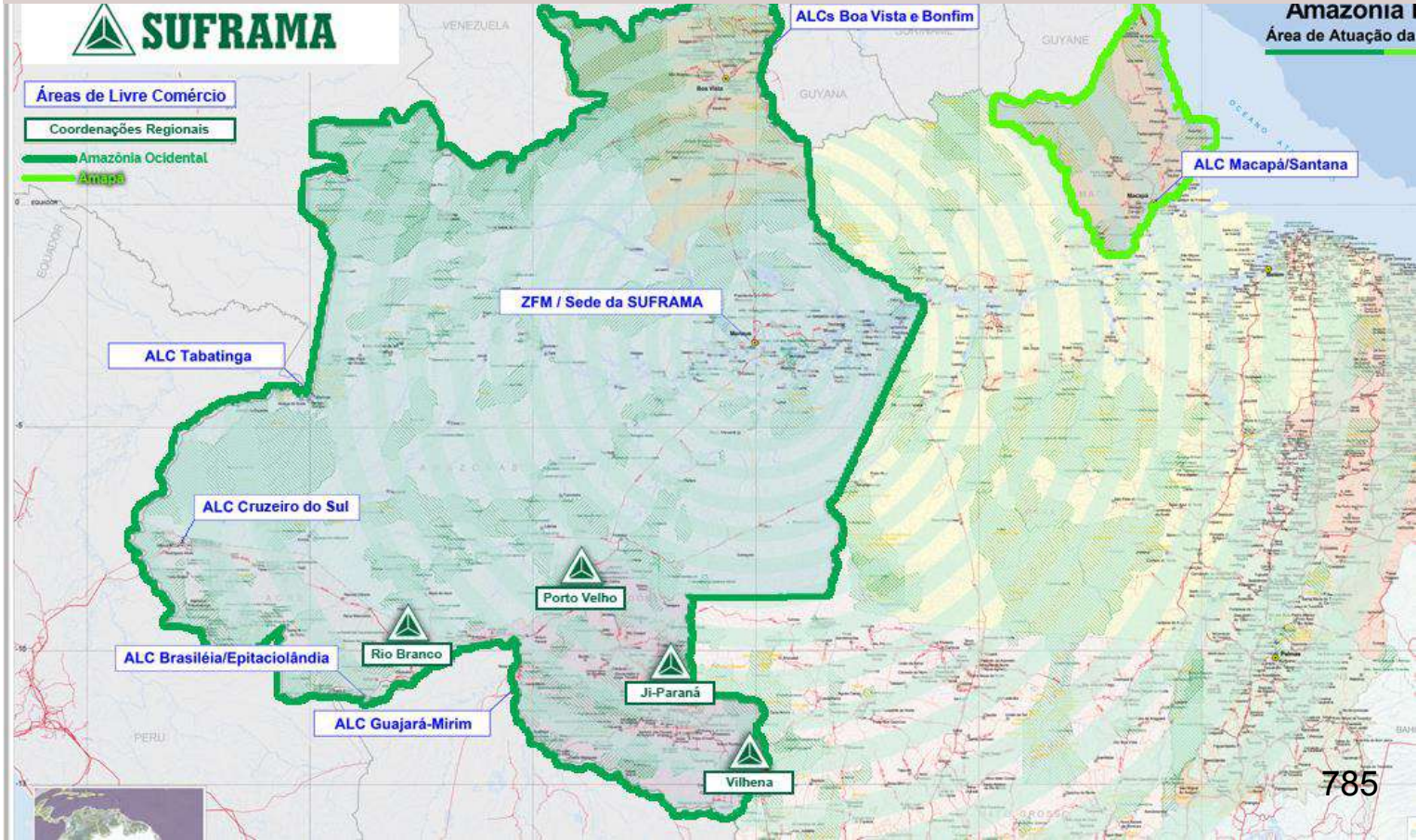
Eixo temático 3:
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

ALC de Brasileia e Epitaciolândia

ALC de Cruzeiro do Sul

As ALCs de Brasiléia com extensão à Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, foram **criadas em 1994, como áreas de livre comércio de importação e exportação sob regime fiscal especial.**

As Áreas de Livre Comércio foram criadas para promover o desenvolvimento das cidades de fronteiras internacionais localizadas na Amazônia Ocidental e em Macapá e Santana, com o intuito de integrá-las ao restante do País, oferecendo benefícios fiscais semelhantes aos da Zona Franca de Manaus no aspecto comercial, como incentivos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)..



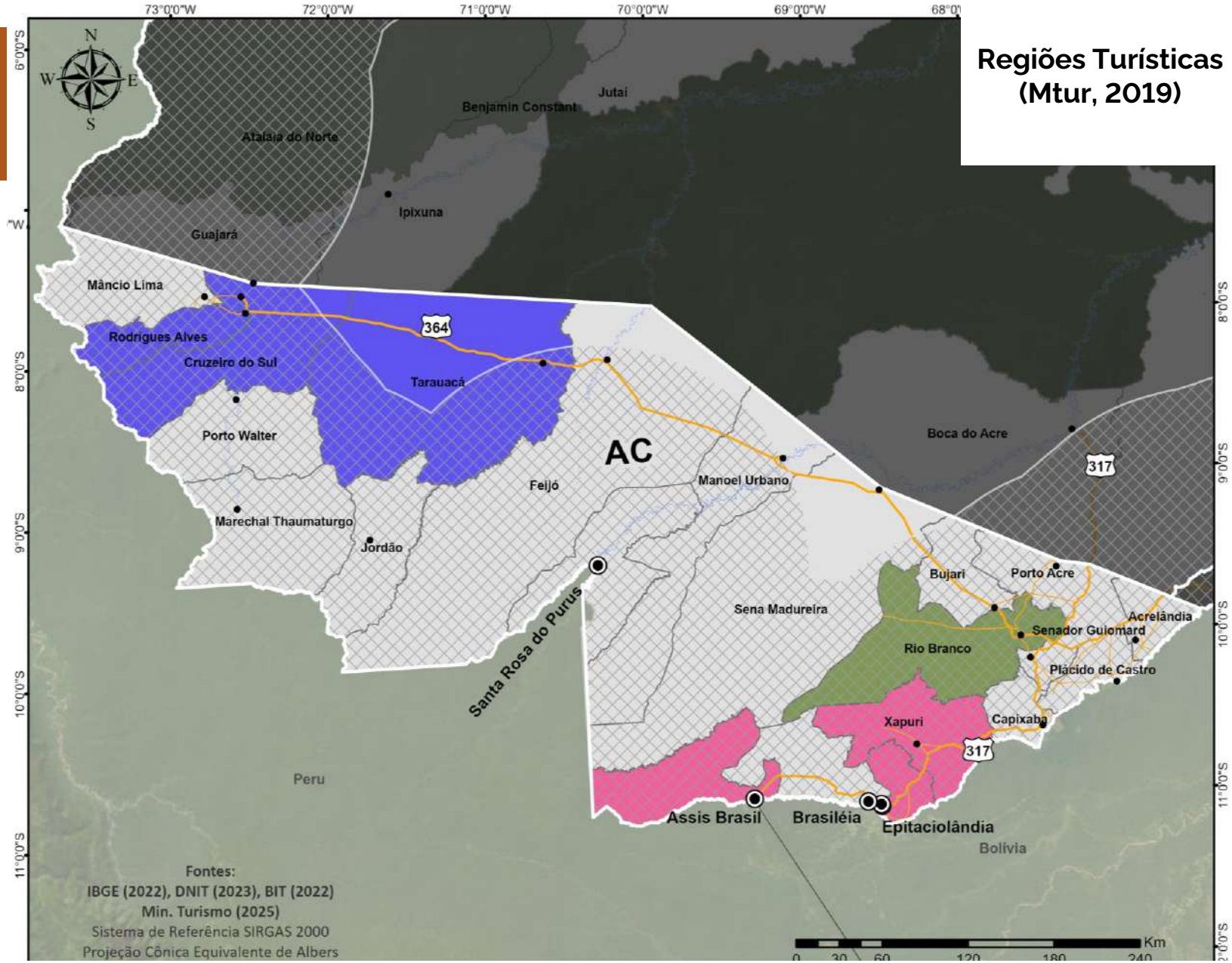
Eixo temático 3:
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

7 municípios do Acre estão distribuídos em três regiões turísticas.

Rio Branco é o único classificado na Categoria A, enquanto os demais municípios pertencem às Categorias B, C e D.

Rio Branco concentra o maior número de estabelecimentos turísticos e registra maiores fluxo de visitantes e arrecadação de impostos provenientes do setor.

Regiões Turísticas (Mtur, 2019)



Caminhos do Pacífico

Caminhos da Revolução

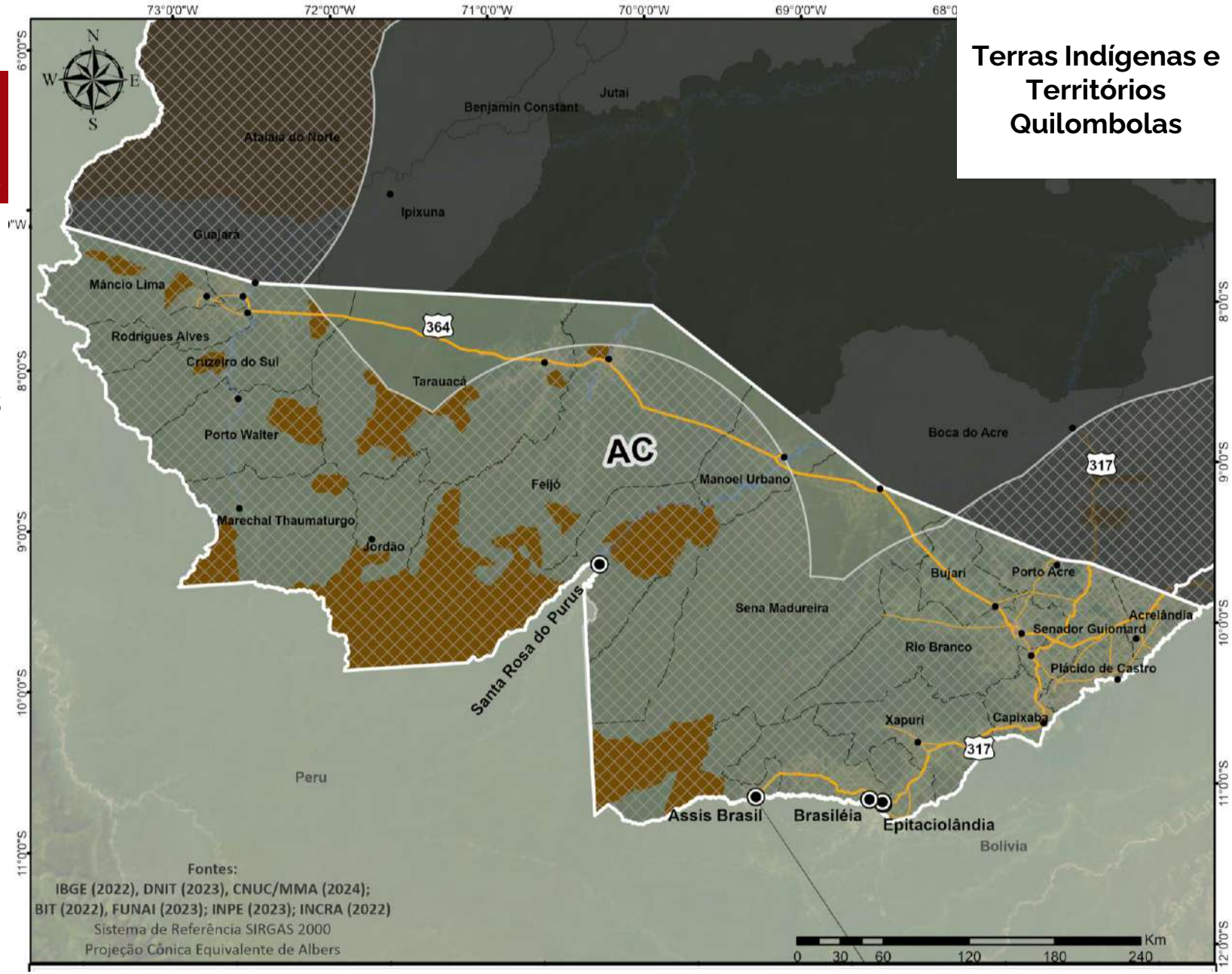
Caminhos das Aldeias e da Biodiversidade

Eixo temático 4:

Povos indígenas e Comunidades tradicionais

Noção de fronteira não é necessariamente uma referência, uma vez que **há trânsito entre terras de um lado e de outro dos países**

Na região do Alto Juruá, há iniciativas comunitárias de articulação e troca de experiências sobre gestão territorial e ambiental entre comunidades indígenas na região de fronteira Acre-Peru que incluem intercâmbios que possibilitam a produção de informações sobre a situação das terras indígenas e comunidades nativas .

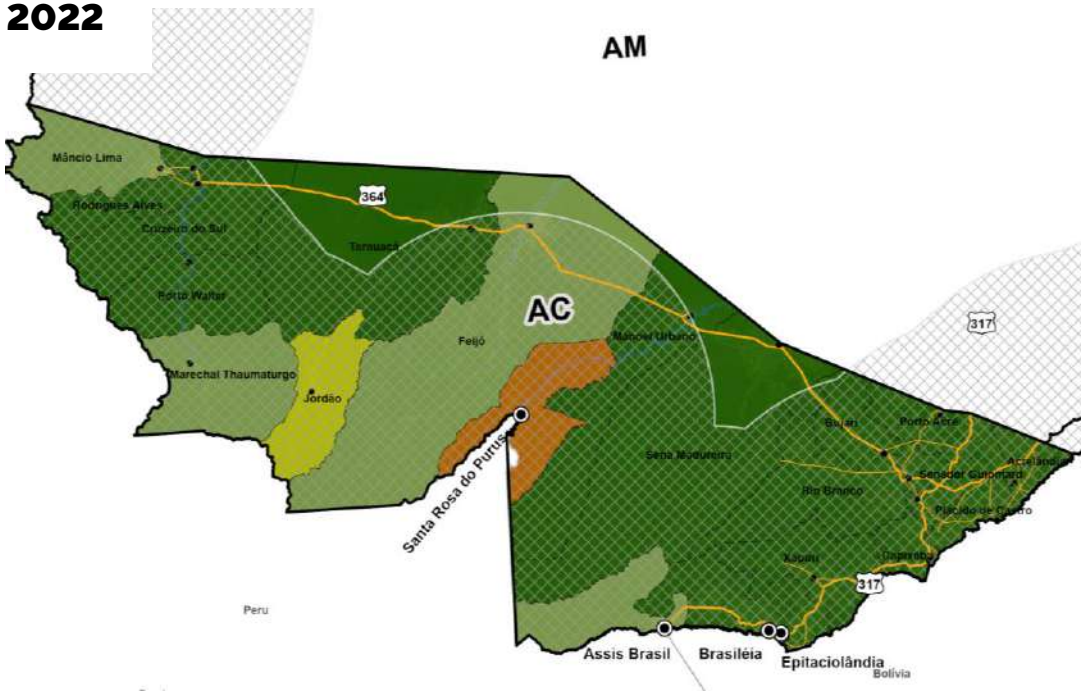


A maior TI em área é a Mamoadate, localizada em Sena Madureira e Assis Brasil, com 313.647 ha.

Eixo temático 4:

Povos indígenas e Comunidades tradicionais

População Indígena 2022



até 10%

> 10% a 20%

> 20% a 50%

> 50% a 80%

Destaque para Santa Rosa do Purus, município com maior população indígena (64% / 4.297 indígenas)

Jordão apresenta 44,6% da população declarada indígena, dos quais 79,6% está em terras indígenas.

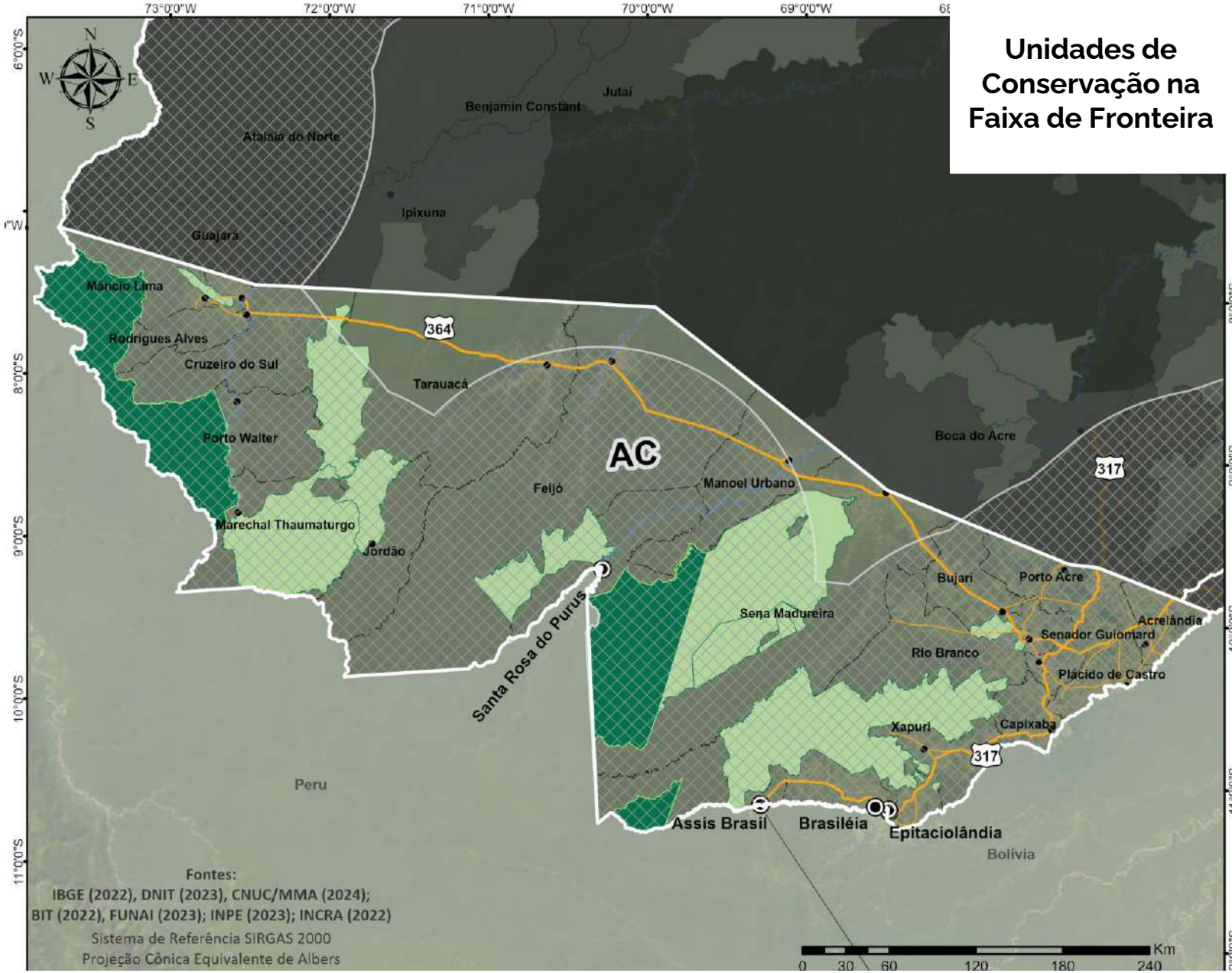
Avanço de **frentes madeireiras, frequentemente vinculado a corporações multinacionais** e também a **presença de facções criminosas e do narcotráfico** tem intensificado os conflitos fundiários e ambientais na região.

Eixo temático 4:

Povos indígenas e Comunidades tradicionais

UCs, que ocupam cerca de 32% da faixa de fronteira no Acre, **refletem a importância de modelos como as Reservas Extrativistas (Resex), criadas para garantir o uso sustentável dos recursos naturais por populações tradicionais**.

Unidades de Conservação na Faixa de Fronteira



UC de Uso Sustentável

UC de Proteção Integral

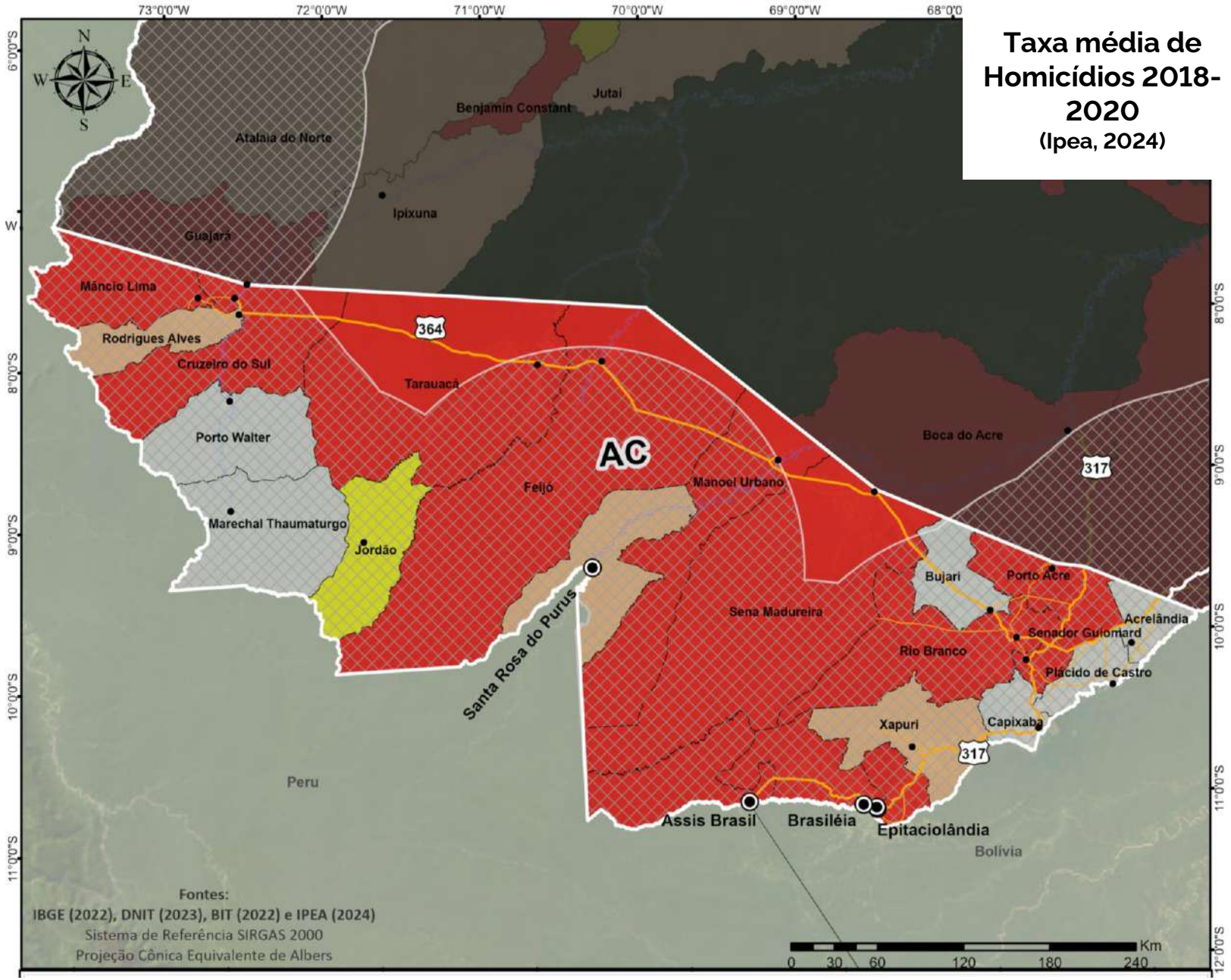
Eixo temático 5:

Integração regional, migrações e segurança

Rota de escoamento do tráfico internacional

Municípios com altos índices de violência incluem Brasiléia, Feijó, Sena Madureira, Rio Branco, Tarauacá e Xapuri.

Taxa média de Homicídios 2018-2020
(Ipea, 2024)



Sem informação disponível

>5 a 20
Moderado índice de violência

> 20
Alto índice de violência

Eixo temático 5:

Integração regional, migrações e segurança

- . Em Brasiléia, a taxa de homicídios está relacionada às disputas territoriais entre facções na faixa de fronteira.

- Feijó e Sena Madureira são pontos estratégicos para o narcotráfico, enquanto Rio Branco é palco de guerras entre facções e de crimes ordenados de dentro de presídios, tanto locais quanto bolivianos.

- Em Tarauacá e Xapuri, a proximidade com a fronteira agrava a violência associada ao tráfico de drogas e disputas territoriais (Cerqueira; Bueno, 2024 a, p. 36-37).

- A região do Vale do Juruá, que inclui municípios como Feijó e Tarauacá, destaca-se como uma rota de escoamento do tráfico internacional. Essa dinâmica intensifica as disputas entre organizações criminosas, contribuindo para o aumento da violência letal.

Eixo temático 5:

Integração regional, migrações e segurança

- **Estado se consolidou como um ponto de entrada para migrantes. Observa-se atualmente não só de migrantes peruanos ou bolivianos, mas especialmente de venezuelanos.**

- **Assis Brasil, Brasileia e Epitaciolândia tem sido rotas de entrada**

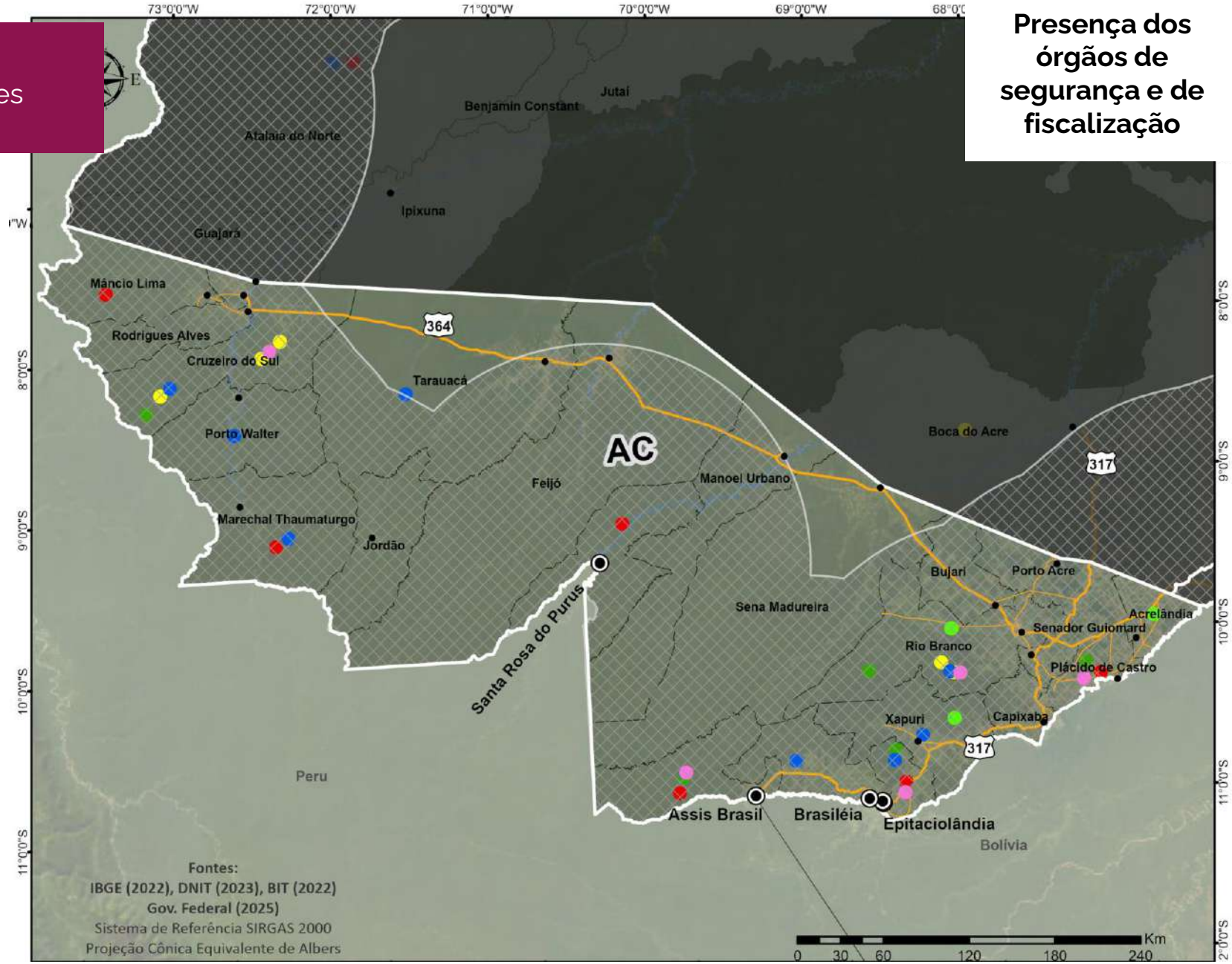
- **Existência do Comitê Estadual de Apoio aos Migrantes, Apátridas e Refugiados do Acre**

Eixo temático 5:
Integração regional, migrações e segurança

Presença de **6 unidades do Pelotão Especial de Fronteira**, responsável pelo patrulhamento terrestre em pontos estratégicos em regiões de difícil acesso;

Há postos alfandegários e de Vigilância Agropecuária. No entanto, há **limitação de pessoal e horários reduzidos de funcionamento nos postos de fiscalização**, o que compromete o controle aduaneiro e dificulta o fluxo comercial na fronteira, gerando prejuízos econômicos para o estado e os municípios.

Presença dos órgãos de segurança e de fiscalização



Pelotão Especial de Fronteira | Forças Armadas | Polícia Rodoviária Federal | Polícia Federal | Receita Federal | Vigilância Agropecuária Internacional

PRINCIPAIS DESAFIOS

- **Segurança como questão multidimensional:** crimes ambientais como desmatamento, exploração ilegal de madeira e grilagem de terras articulados a redes do narcotráfico e outros ilícitos transfronteiriços comprometem a segurança e a preservação socioambiental. Há atuação do narcotráfico em áreas indígenas, com cooptação de jovens por organizações criminosas e inserção em dinâmicas de violência.
- **Aumento do desmatamento (30%), na contramão dos demais estados amazônicos** que apresentaram queda em 2024 e aumento dos incêndios florestais, em especial região do Vale do Alto Juruá (Feijó, Manoel Urbano e Cruzeiro do Sul)
- **Intensificação dos eventos climáticos:** Nos últimos anos, o Acre tem enfrentado episódios críticos de alagações e seca.
- **Deficiências na infraestrutura aduaneira e na fiscalização**, como a limitação de pessoal e os horários reduzidos de funcionamento nos postos de fiscalização comprometem o controle aduaneiro e dificultam o fluxo comercial na fronteira, gerando prejuízos econômicos para o estado e os municípios.
- **Projetos de integração logística transfronteiriça com o Peru e potenciais impactos socioambientais na região de fronteira**
- **Estruturação de cadeias produtivas sustentáveis:** dificuldades no beneficiamento, escoamento e comercialização de produtos, além de necessidade de ampliação de assistência técnica e extensão rural, o que limita a geração de valor.
- **Aumento do fluxo populacional (Brasiléia e Epitaciolândia):** especialmente em função da Universidade de Cobija (Bolívia), tem impactado no aumento de aluguel e da demanda por serviços públicos.
- **Precariedade das infraestruturas para desenvolvimento do turismo:** em especial para atender turismo de negócios, ecoturismo e etnoturismo.

PRINCIPAIS POTENCIALIDADES

- **Floresta em pé como infraestrutura para o desenvolvimento:** Presença expressiva de Tis e Ucs (48%) + florestas públicas constituem base estratégica para um ordenamento territorial com enfoque socioambiental.
- **Sociobioeconomia:** conhecimentos tradicionais são base para orientar políticas públicas em segmentos da bioeconomia. Destaque para as cadeias produtivas da Castanha do Brasil, da Borracha, da Manteiga de murumuru e de polpa de frutas.
- **Acúmulo de políticas ambientais:** que promovem avanços e inovações para o gerenciamento ambiental, governança rural e desenvolvimento de economias florestais, como a criação do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (Sisa) e o Programa REED+ Jurisdicional.
- **Histórico da Aliança dos Povos da Floresta:** trajetória de articulação de povos indígenas, seringueiros e outras comunidades tradicionais oferece base concreta para modelos de governança territorial participativos e sustentáveis, inclusive com acúmulo de discussões sobre articulação transfronteiriça.
- **Presença de Universidades e de Institutos Federais,** com campi descentralizados e projetos de extensão universitária, ampliam as capacidades locais para pesquisa, inovação e desenvolvimento sustentável.
- **Atuação de cooperativas em especial a Cooperacre,** referência em organização social e cooperação e principal produtora de castanha-do-brasil no país, com beneficiamento de outros produtos locais.
- **Atuação de grupos de trabalho e cooperação transfronteiriça,** o que fortalece cadeias produtivas sustentáveis e gera alianças entre comunidades indígenas e extrativistas, como as articulações entre Pucallpa e Cruzeiro do Sul e a parceria entre os Ashaninka do Brasil (AYOMPA) e do Peru para o beneficiamento de produtos nativos como cacau e amendoim.
- **Operações de proteção como a iniciativa de Patrulha Rural,** que promove Segurança rural e patrulhamento na RESEX Chico Mendes, são importantes para fiscalização das áreas protegidas.

Plenária

Discussão e complementação dos Desafios e Potencialidades

Solicitar inscrição
Falas de 3 a 5 min

Dinâmica: elaboração das ações prioritárias

- Divisão dos grupos nos eixos temáticos

Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Infraestrutura para o Desenvolvimento

Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Integração Regional, Migrações e Segurança

- Discussão de ações: Para cada ação, preencher em cada tarjeta:

OBJETO	TERRITÓRIO	PARTES INTERESSADAS

Acordo de Convivência dos grupos

Para garantirmos um ambiente colaborativo, respeitoso e produtivo, combinamos que:

- **Escuta ativa**
  Vamos dar espaço para as falas, sem interrupções.

- **Todas as vozes importam**
  Incentivamos a participação de todas as pessoas, respeitando a diversidade de opiniões.

- **Atenção ao tempo**
  Vamos respeitar o tempo das falas, ao cronograma e aos intervalos da oficina.

- **Construção coletiva**
  Cada um de nós é parte do processo! Compartilhem ideias, ouça os demais participantes e busque construir junto.

- **Uso consciente de celulares**
  Evitem distrações durante as atividades.

Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

Caso queira enviar novas propostas de ação, acesse o QR Code ao lado

Este formulário também será disponibilizado no site do projeto.
Acesse:

fronteirasamazonia.ibam.org.br

Jessica Ojana

Assessora Técnica DUMA/IBAM

jessica.ojana@ibam.org.br

Clarice Autoun

Consultora Técnica DUMA/IBAM

clariceantoun@gmail.com

Maria Emilia Coelho

Consultora local/IBAM

mariaemiliacoelho@gmail.com

instituto brasileiro de administração municipal

ibam.org.br

Rua Buenos Aires, 19 – Centro, Rio de Janeiro | RJ

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Execução:

Realização:

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO DO

DO LADO DO POVO BRASILEIRO